JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 4
Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 8
Prefeitura Municipal de Apiacás 15
Prefeitura Municipal de Araguaiana 24
Prefeitura Municipal de Araguainha 24
Prefeitura Municipal de Araputanga 25
Prefeitura Municipal de Arenápolis 25
Prefeitura Municipal de Aripuanã 26
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 31
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 34
Prefeitura Municipal de Cáceres 36
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 40
Prefeitura Municipal de Campo Verde 43
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 47
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 48
Prefeitura Municipal de Canarana 48
Prefeitura Municipal de Carlinda 55
Prefeitura Municipal de Castanheira 56
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 58
Prefeitura Municipal de Cláudia 58
Prefeitura Municipal de Cocalinho 59
Prefeitura Municipal de Colíder 64
Prefeitura Municipal de Comodoro 123
Prefeitura Municipal de Confresa 125
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 125
Prefeitura Municipal de Cuiabá 225
Prefeitura Municipal de Curvelândia 225
Prefeitura Municipal de Denise 226
Prefeitura Municipal de Diamantino 242
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 246
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 246
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 247
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 248
Prefeitura Municipal de Indiavaí 249
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 249
Prefeitura Municipal de Itaúba 258
Prefeitura Municipal de Itiquira 259
Prefeitura Municipal de Jaciara 260
Prefeitura Municipal de Jangada 260
Prefeitura Municipal de Jauru 260
Prefeitura Municipal de Juara 261
Prefeitura Municipal de Juruena 264
Prefeitura Municipal de Juscimeira 264
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 264
Prefeitura Municipal de Luciara 266
Prefeitura Municipal de Matupá 266
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 267
Prefeitura Municipal de Nobres 268

Prefeitura Municipal de Nortelândia 312
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 316
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 317
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 322
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 341
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 342
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 342
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 344
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 346
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 351
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 356
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 357
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 358
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 359
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 359
Prefeitura Municipal de Paranatinga 360
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 373
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 374
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 376
Prefeitura Municipal de Poconé 376
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 380
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 382
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 383
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 384
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 385
Prefeitura Municipal de Poxoréu 386
Prefeitura Municipal de Querência 387
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 387
Prefeitura Municipal de Rio Branco 387
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 388
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 388
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 389
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 389
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 390
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 391
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 392
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 395
Prefeitura Municipal de São José do Povo 396
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 399
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 399
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 400
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 402
Prefeitura Municipal de Sinop 402
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 418
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 420
Prefeitura Municipal de Tesouro 423
Prefeitura Municipal de Torixoréu 423
Prefeitura Municipal de União do Sul 424
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 424
Prefeitura Municipal de Vera 432
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 439
Prefeitura Municipal de Vila Rica 441

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2016

MENOR PREÇO UNITARIO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM) com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT, pelo seu pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, para "**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO CAMINHONETE ZERO QUILOMETRO, 4X4 ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2016/2016" E VEÍCULO ZERO KM, TIPO PASSEIO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO NO MÍNIMO 2016/2016**. Hora: às 10:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso), do dia 18 de Maio de 2016, na sala de Licitações da Associação Mato-grossenses dos Municípios (AMM). A integra do Edital e esclarecimentos a respeito do presente certame poderá ser obtido no seguinte endereço: Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT ou pelo telefone (65)2123-1200 ou através do site: www.amm.org.br/portaltransparencia

Cuiabá, 04 de Maio de 2016

Fábio Albuquerque da Silva

Pregoeiro

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, comunica aos interessados que será ABERTA a Licitação na Modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 002/2016, nos termos da Lei 10.520/02, **no dia 17 de maio de 2016 às 13:h30min**, na Sala de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Mato Grosso, localizada na Rua Rio de Janeiro, 1125, Bairro Jardim Santa Maria, São José dos Quatro Marcos MT. Objeto: Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições Combustíveis, Lubrificantes e Filtros conforme Termo de Referência. Os interessados no Edital poderão retirá-lo no endereço acima, maiores informações pelo e-mail **cisomt@yahoo.com.br** e pelo Telefone (65) 3251-2729. São José dos Quatro Marcos - MT, 04 de maio de 2016**. Danilo dos Santos Bastos - Pregoeiro**

EXTRATOS ADITIVOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **005/2014**. Contratante**: CISOMT** Contratado: **SMHO SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.** *Objeto*: Contratação de Pessoa Jurídica de Aquisição de Serviços de Consultas, Cirurgias e Exames para atender pacientes dos Municípios Consorciados ao CISOMT.Aditivo de Prazo - Vigência: 29/04/2016 a 29/04/2017.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **006/2014**. Contratante**: CISOMT** Contratado: **BRUNA DOS SANTOS S. AZEVEDO E CIA LTDA.** *Objeto*: Contratação de Pessoa Jurídica de Aquisição de Serviços de Consultas de Gastroenterologia para atender pacientes dos Municípios Consorciados ao CISOMT.Aditivo de Prazo - Vigência: 29/04/2016 a 29/04/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 08/2016.

PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA OU FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DESTE MUNICIPIO.

O Município de Acorizal/MT, através da sua Pregoeira Oficial informa que a sessão pública de abertura para a entrega dos envelopes, realizada em 04/05/2016, ás 10:00 horas, referente a Licitação em epigrafe, que os itens 01 e 02 foram declarados desertos e o Item 03 sagrou-se vencedora a Srª Elizabete Alves Correa.

Acorizal/MT, 04 de Maio de 2016.

Shelma Taques da Silva

Pregoeira Oficial

PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIA N.º 018/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª. Elidia Maria Martins."***

O Prefeito do Município de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o Art. 3º da EC 47/2005 e a Lei Municipal nº 539/2002, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras e Salários dos Servidores Públicos de Acorizal; e a Lei nº 821/2015, que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Acorizal.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Srª**. **Elidia Maria Martins**, brasileira, portadora do RG n.º 0075635-0 SJ/MT e do CPF n.º 405.269.501-10, residente e domiciliada neste município, servidora estável pelo Decreto 08/97, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40 Horas, Classe "C-01", Nível "12", contando com 40 (Quarenta) anos, 01 (Um) mês e 16 (dezesseis) dias de tempo de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o n.º 025/1976, com proventos integrais, conforme processo administrativo de **ACORIZAL-PREVI**, **n.º 2015.04.00004P**, a partir de 20/04/2016, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de abril de 2016, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Acorizal - MT, 20 de abril de 2016.

ARCILIO JESUS DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 019/2016

PORTARIA N.º 019/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Alice Francisca Figueiredo Silva."

O Prefeito do Município de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o Art. 3º da EC 47/2005 e a Lei Municipal nº 539/2002, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras; e a Lei nº 821/2015, que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Acorizal.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Srª**. **Alice Francisca Figueiredo Silva**, brasileira, portadora do RG n.º 571-995 SSP/MT e do CPF n.º 406.011.881-87, residente e domiciliada neste município, servidora estável pelo Decreto 08/97, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40 Horas, Classe "C-01", Nível "12", contando com 32 (Trinta e Dois) anos e 08 (Oito) meses de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o n. º 004/1983, com proventos integrais, conforme processo administrativo de **ACORIZAL-PREVI**, n.º **2015.04.00005P**, a partir de 20/04/2016, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de abril de 2016, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Acorizal - MT, 20 de abril de 2016.

ARCILIO JESUS DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIA N. 08/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, **ARCILIO JESUS DA CRUZ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 8. 666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira Oficial e sua Equipe de Apoio, resolve:

01- Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação n.: 08/2016

b) Modalidade: Pregão Presencial

c) Data Homologação: 04/05/2016

d) Data Adjudicação: 04/05/2016

e) Objeto da Licitação: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE ACORIZAL**.

f) Licitante vencedora: **ELIZABETE ALVES CORREA VENCEDORA DO ITEM 03;**

.

Acorizal – MT, 04 de Maio de 2016.

ARCILIO JESUS DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
PORTARIA 019/2016

Portaria n.º 19/2016 "Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor da Sra. Neusa Maria Kaiser".

O Diretor Executivo do AGUA-PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Agua Boa Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 7º, inciso "II", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 123,da Lei Complementar nº 009/2000, de 10 de Novembro de 2000, Art 7º, inciso "I", Art. 28, inciso "II", e Art 29, insico "I", da Lei Municipal n.º 869/2006, de 25 de Agosto de 2006.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da **Sra. Neusa Maria Kaiser (companheira)**, portadora do RG n.º 474479 - SSP/MT, inscrita no CPF n.º 415.579.991-04 e Titulo Eleitoral de nº. 040003231007, zona "030", seção "0051", pelo falecimento do servidor **Sr. Carlos Cesar Gomes**, portador do RG n.º 1251054-8 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 856. 945.681-68 e Titulo Eleitoral de nº. 18928111805, Zona "030", Seção "0015", efetivo no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe "D", Nível "IV", contando com um total de 5.034 dias de contribuição, ou seja, 13 (treze) anos 09 (nove) meses e 19 (dezenove) dias, com **100% dos proventos de forma integral e vitalícia**, conforme o processo do AGUA-PREVI n.º 19/2016, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de Fevereiro de 2016, data do óbito do servidor.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa – MT, 03 de maio de 2016.

MARCIO ANTONIO FAORO

Diretor Executivo

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
RESCISÃO CONTRATO 115/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 115/2015.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPF Nº 03. 648.532/0001-28 com sede administrativa à Rua Tiradentes Nº 40, nesta cidade de Alto Paraguai-MT, através do Prefeito Municipal, na pessoa do Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, RG Nº 0928756-8 – SSP/MT e CPF Nº 604.418.441-20.

CONTRATADO – JAMIL GUSMÃO DE LARA, brasileiro, portador do RG nº 1585788-3 SSP/MT E CPF n. 998144801-00, residente e domiciliado na Rua Dois, Bairro Indefinido em Alto Paraguai - MT, **de comum acordo resolvem RESCINDIR o contrato entabulado entre as partes, com fulcro na Lei 8666/93 e ofício n. 054/2016 encaminhado pelo Diretor Adm. do DAE, proc. Adm. 1909/2016.**

CLÁUSULA 1ª. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:

A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 115/2015, firmado entre as partes.

CLÁUSULA 2ª. DO OBJETO DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, a partir de 30/04/2016 , nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, ressaltando ainda, que com relação à multa prevista na cláusula nona do contrato original não será paga pelo contratante tendo em vista o acordo celebrado entre as partes.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino-MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 04 de maio de 2016.

Adair José Alves Moreira	**Jamil Gusmão de Lara**
Prefeito Municipal	Contratado
Testemunhas:	
CPF: _____	CPF: _____

JURIDICO
DECISAO PROC. ADM.1953/2016 RESCISÃO CONTRATUAL

PARECER JURÍDICO

Proc. Adm. 1953/2016

Solicitante: Sr. Prefeito Municipal ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal – ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, consulta esta esse Departamento Jurídico, acerca da possibilidade de RESCISÃO UNILATERAL dos contratos administrativos n. 099/2015 e 100/2015, firmado com a empresa PRONTO ENGENHARIA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ 17.312.185/0001-72, vencedora no processos Tomada de Preço n. 005/2015 e 006/2015 sendo a TP 005/2015 referente ao contrato 099/2015 que tem objeto **CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL E EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI** e a TP 006/2015 referente ao contrato 100/2015 tem por objeto **CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL E EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM VIAS URBANAS NA RUA CASTELO BRANCO NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI –MT,** em razão do descumprimento das cláusulas pactuadas na avença.

Em anexo ao presente processo administrativo consta relatório técnico do Sr. Engenheiro civil WILLIAM MALLMANN, CREA 5060991062-D/SP, onde informa a paralisação injustificada da execução dos serviços até a presente data. Anexou ainda notificação encaminhada a empresa, assim como publicações das referidas notificações, sem manifestação da empresa.

Para responder a consulta acima apresentada, elaboramos o parecer jurídico que se segue:

DO PARECER:

Cabe à Lei Federal n.º 8.666/93 disciplinar as normas gerais sobre licitações e contratações públicas, definindo e regulando, inclusive, as hipóteses em que é permitido à Administração Pública rescindir o contrato firmado com o particular.

Nesse sentido, perceba-se o que disciplina o art. 79, do referido diploma normativo.

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Por oportuno, transcreve-se o quanto disciplina o art. 78, I e II, da Lei 8. 666/93. Veja- se:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

I - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

No caso em tela, a Contratada vem reiterada e injustificadamente descumprindo com as cláusulas contratuais acordadas, fato este que legitima a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai a proceder à rescisão contratual unilateral, tal como estabelece a legislação de regência, e, ainda, o quanto disposto na clausula 11.1 do contrato administrativo em análise.

Veja-se:

11.1 - O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito ao CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba ao CONTRATADO qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada à defesa prévia.

Neste sentido:

CONTRATO ADMINISTRATIVO - INEXECUÇÃO PARCIAL DE OBRA PÚBLICA - RESCISÃO UNILATERAL - PREVISÃO LEGAL CORRESPONDENTE -CONSTATAÇÃO - PAGAMENTO -EFEITOS JURÍDICOS. MANTENÇA. O contrato administrativo pode ser sujeito a rescisão unilateral, por parte da administração pública, através de ato devidamente motivado, o qual encontra respaldo na Lei federal n. 8666/93, em seus arts. 77 a 79, inclusive com menção aos tópicos não realizados. (TJSP – APL 994093735980 – Rel. Danilo Panizza- Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público – Publicação: 29/11/2010)

Sendo assim, com fundamento nos arts. 78, I e II, e 79, I, da Lei 8.666/93, se mostra absolutamente legítima a rescisão unilateral dos contratos Administrativos n.º 099/2015 e 100/2015, firmado com a empresa PRONTO ENGENHARIA EIRELI-ME, haja vista o descumprimento de cláusulas contratuais que ensejaram a inexecução do objeto contratado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendemos que a rescisão unilateral do contrato administrativo n.º 099/2015 e 100/2015, firmado com empresa PRONTO ENGENHARIA EIRELI-ME, está amparada nos arts. 77, 78, II e II e 79, I, da Lei 8.666/03, haja vista o descumprimento de cláusulas do contrato, resultando na inexecução do objeto.

Alto Paraguai –MT, 04 de maio de 2016.

Riusdelar Lopes Pereira

Advogada Publica Municipal

OAB/MT 12652

DESPACHO

Voltaram a mim este autos com Parecer Jurídico com manifestação favorável a rescisão contratual, pelos motivos e fatos anexados ao presente processo administrativo.

Acolho o Parecer Jurídico e determino a rescisão dos contratos administrativos nº 099/2015 e 100/2015 não restando outra alternativa à Prefeitura Municipal a que não seja realmente rescindir o contrato com a empresa e licitar novamente à obra para não perdurar a obra parada indefinidamente e sem cronograma de execução pela empresa contratada, devendo ser aplicada as penalidades previstas no contrato e em Lei.

Por último realize nova licitação com urgência.

Publique-se.

Cumpra-se

Alto Paraguai-MT, aos 04 de maio de 2016.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

JURIDICO
EXTRATO ADITIVO PRAZO CONTRATO 186/2015

I TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 186/2015

Pelo presente Instrumento Particular (termo aditivo), de um lado a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.648.532/0001-28, com sede na Avenida Presidente Medice, n. 470, Bairro Bela Vista nesta cidade de Alto Paraguai/MT, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro, **MARLENE GOMES DA SILVA ,** brasileira, portadora do RG nº 18506925 SSP/MT E CPF n. 03330534192 , residente e domiciliado Avenida principal – Capão Verde – Alto Paraguai - MT,**de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

FINALIDADE E JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato nº **186/2015**- DO OBJETO, com fulcro na Lei Municipal 376/2014 que dispõe sobre a contratação temporária e Lei 8666/93 sendo perfeitamente possível realizar o aditamento do presente contrato, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, sendo imperioso aditivar o presente contrato para que se possa dar continuidade aos serviços oferecidos a população de Alto Paraguai – MT, INEXISTINDO SERVIDOR EFETIVO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

I – DO OBJETO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 31/08/2016 o prazo de vigência do contrato n. **186/2015, conforme justificativa apresentada pelo Sec. Saúde, com aval do Sr. Prefeito Municipal e amparo legal na Lei 8666/93 e legislação municipal correlata.**

II – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato em referência, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

IV – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 04 de maio de 2016.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA	**MARLENE GOMES DA SILVA**
PREFEITO MUNICIPAL	
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

MAYCON DIONE PONDE	KAUANY BARBARA DO N. PEREIRA
CPF:	**CPF:**

SMPLAG/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 001/2015

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito do Município de Alto Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em especial o art. 37, item IX da constituição Federal e o disposto no Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2015.

C O N V O C A

Os abaixo relacionadas, aprovados no Processo Seletivo Público Municipal, homologado pelo Decreto Municipal nº 378/2014, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, no horário de 7h00 às 11h00 ou 13h00 as 17h00, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Comprovante de Endereço;

h) Uma fotografia, tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Declaração de antecedentes criminais;

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do

Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

n) Atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental;

o) Comprovante de Conta Corrente ou / Salário;

p) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 21 anos);

q) Demais documentos, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

O não comparecimento do(a) interessado(a) no prazo de 30 (trinta) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservados e à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: ENDEMIAS – ZONA RURAL

Inscrição Nº 1128 – JUCELINO MANOEL DA SILVA - Classificação----------01°

Gabinete do Prefeito 04 de Maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 102/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *SANDRIANE DE SOUSA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Inspetor de Aluno.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Orientar, cuidar e acompanhar os alunos nas dependências da Instituição, principalmente nos horários de entrada, recreio e saída dos alunos e quando necessário acompanhar fora do ambiente escolar, durante o período de aulas e nas atividades extraclasses e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **40 aulas** semanais na Escola Municipal "**Profª Elzinha Lizardo Nunes**".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, com início em 01 (primeiro) de março de 2016 e término em 29 (vinte e nove) de julho de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 103/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ALCIDÊNCIA CONSUELO CAVALCANTE DA SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Facilitador.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Orientar e acompanhar os alunos nas dependências da Instituição, durante o período de aula em completa atenção as crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades multidisciplinares que atendam os aspectos: social, físico, mental, cultural e intelectual, a fim de efetivar a doutrina de proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando sobre tudo, que os beneficiários pelo projeto desenvolvam habilidades para a vida diária e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **40 horas** semanais, no **Programa Fazendo o Futuro.**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias, com início em 01 (primeiro) de março de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 104/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *SILVIA REGINA COUTINHO LERMEN* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Facilitador.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Orientar e acompanhar os alunos nas dependências da Instituição, durante o período de aula em completa atenção as crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades multidisciplinares que atendam os aspectos: social, físico, mental, cultural e intelectual, a fim de efetivar a doutrina de proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando sobre tudo, que os beneficiários pelo projeto desenvolvam habilidades para a vida diária e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **40 horas** semanais, no **Programa Fazendo o Futuro.**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias, com início em 01 (primeiro) de março de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 105/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *PAULA APARECIDA BARBOSA ALVES* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil **"Prof.ª Maria Auta Medeiros de Oliveira".**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, com início em 01 (primeiro) de março de 2016 e término em 29 (vinte e nove) de julho de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 106/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *DENISE MAYARA DA COSTA PAIXÃO* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil **"Prof.ª Maria Auta Medeiros de Oliveira".**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, com início em 01 (primeiro) de março de 2016 e término em 29 (vinte e nove) de julho de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 107/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANA VALÉRIA LENCINA DIAS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de

ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **20 aulas** semanais na Escola Municipal "**Profª Elzinha Lizardo Nunes**".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias, com início em 01 (primeiro) de março de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 108/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARIA IRINETE DOS SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil **"Prof.ª Maria Auta Medeiros de Oliveira".**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, com início em 01 (primeiro) de março de 2016 e término em 29 (vinte e nove) de julho de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de março de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 109/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LAISA DA SILVA E SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil **"Prof.ª Maria Auta Medeiros de Oliveira".**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses e 16 (dezesseis) dias, com início em 14 (catorze) de março de 2016 e término em 29 (vinte e nove) de julho de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 14 de março de 2016.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 02/2016 de 04/01/2016, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2016, cujo certame se deu às 09h00min (horário de Mato Grosso) do dia 20/04/2016, onde sagrou-se vencedor o proponente: a empresa **BATISTA VANO E CIA - LTDA,** por apresentar o menor valor de **R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)**. A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 04 de maio de 2016. Maiores informações fones (66) 3496-1448/1471 - Alto Taquari – MT, 04 de maio de 2016. – Jusinéia Menezes de Carvalho **–** Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 110/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GLORIA REGINA OLIVEIRA PINHEIRO DA SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil **"Prof.ª Maria Auta Medeiros de Oliveira".**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses e 18 (dezoito) dias, com início em 01 (primeiro) de abril de 2016 e término em 19 (dezenove) de agosto de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 111/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MOZANI MILENE DA SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Monitora de Educação Infantil.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Ministrar atividades educacionais às crianças das creches, centros de educação infantil e contra turno social monitorando as tarefas educacionais; Fazer o acompanhamento das atividades didático pedagógicas; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras, relacionadas aos serviços de creche; Auxiliar o Professor Regente nas atividades pedagógicas, dentro e fora da sala de aula; Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados a recreação e decoração do local de trabalho; Participar de cursos de treinamento determinados pelo Departamento Municipal de Educação, de forma a aperfeiçoar seu desempenho profissional; Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas pela instituição; Cooperar e co-participar nas atividades de recreação dos alunos, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nos centros de educação infantil; Dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar; Executar tarefas de apoio administrativo sempre que solicitado; Ajudar na distribuição de merenda, auxiliando na alimentação, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições; Observar a entrada e saída de alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar; Controlar a utilização dos banheiros; Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando e/ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, arrumando e/ou orientando a arrumação dos brinquedos e dos móveis; Zelar pela segurança das crianças e dos adolescentes; Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil **"Prof.ª Maria Auta Medeiros de Oliveira".**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 01 (um) mês e 05 (cinco) dias, com início em 01 (primeiro) de abril de 2016 e término em 06 (seis) de maio de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 01 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 112/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *MARIA MONTEIRO DA SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Agente de Serviço Público.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: executar serviços de zeladoria nos prédios públicos, promovendo a limpeza e conservação, vigiando o cumprimento do regulamento interno para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e o bem-estar de seus ocupantes; providenciar serviços de manutenção em geral, como pequenos reparos ou consertos de instalações elétricas, bombas, caixa d'água, extintores, visando assegurar condições de funcionamento e segurança das instalações; preparar a terra, arando, adubando, irrigando e efetuando outros tratos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas ornamentais; efetuar a podagem das plantas e árvores, aparando-as em épocas determinadas, com tesouras e instrumento apropriados para assegurar o desenvolvimento adequado das mesmas; executar tarefas na construção civil, escavando valas, transportando e misturando materiais e trabalhando na montagem e desmontagem de armações, para auxiliar a edificação ou reforma de prédios, estradas, pontes e outras obras, sob orientação do pedreiro ou do mestre-de-obras; efetuar a carga e descarga de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e ferramentas manuais, para possibilitar a utilização ou remoção daqueles materiais; escavar valas e fossas, extraindo terra e pedras, utilizando pás, picaretas e outras ferramentas, para permitir a execução de fundações, o assentamento de canalização ou obras similares; auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; efetuar limpeza e conservação de áreas verdes, praças terrenos baldios e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos visando melhorar o aspecto do município; efetuar limpeza e conservação nos cemitérios e jazigos, bem como auxilia na preparação de sepulturas, abrindo e fechando covas, para permitir o sepultamento dos cadáveres; auxiliar o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se de esforço físico e/ou outros recursos, visando contribuir para a execução dos trabalhos; auxiliar na preparação de rua para a execução de serviços de pavimentação, compactando o solo, esparramando terra, pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias; auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações; apreender animais soltos em vias públicas tais como cavalo, vacas, cachorro, cabritos, etc. , lançando-os e conduzindo-os ao local apropriado, para evitar acidentes e garantir a saúde da população; auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e segurando-os para garantir a correta instalação; zelar pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados; auxilia nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; reunir ou amontoar a poeira, fragmentos e detritos, empregando ancinho e outros instrumentos para recolhe-los; recolher os montes de lixo, despejando-os em latões, cestos e outros depósitos apropriados, para facilitar a coleta e o transporte; obedecer as escalas de serviços estabelecidas, atendendo às convocações para a execução de tarefas compatíveis com a sua habilidade; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **40 horas** semanais.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 08 (oito) meses e 19 (dezenove) dias, com início em 12 (doze) de abril de 2016 e término em 31(trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações em especial a Lei Municipal 642/2011, com base no Processo Seletivo n° 001/2016.

LOCAL E DATA: 12 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 113/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *FERNANDA DANIELIDES DE ARRUDA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor com Pedagogia.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagó-

gico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **20 aulas semanais** na Escola Municipal " **Prof.ª Elzinha Lizardo Nunes**".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 02 (dois) meses e 03 (três) dias, com início em 13 (treze) de abril de 2016 e término em 17 (dezessete) de junho de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 13 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 114/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LAIS PASSOS DOS SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Agente de Serviço Público.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: executar serviços de zeladoria nos prédios públicos, promovendo a limpeza e conservação, vigiando o cumprimento do regulamento interno para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e o bem-estar de seus ocupantes; providenciar serviços de manutenção em geral, como pequenos reparos ou consertos de instalações elétricas, bombas, caixa d'água, extintores, visando assegurar condições de funcionamento e segurança das instalações; preparar a terra, arando, adubando, irrigando e efetuando outros tratos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas ornamentais; efetuar a podagem das plantas e árvores, aparando-as em épocas determinadas, com tesouras e instrumento apropriados para assegurar o desenvolvimento adequado das mesmas; executar tarefas na construção civil, escavando valas, transportando e misturando materiais e trabalhando na montagem e desmontagem de armações, para auxiliar a edificação ou reforma de prédios, estradas, pontes e outras obras, sob orientação do pedreiro ou do mestre-de-obras; efetuar a carga e descarga de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e ferramentas manuais, para possibilitar a utilização ou remoção daqueles materiais; escavar valas e fossas, extraindo terra e pedras, utilizando pás, picaretas e outras ferramentas, para permitir a execução de fundações, o assentamento de canalização ou obras similares; auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; efetuar limpeza e conservação de áreas verdes, praças terrenos baldios e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos visando melhorar o aspecto do município; efetuar limpeza e conservação nos cemitérios e jazigos, bem como auxilia na preparação de sepulturas, abrindo e fechando covas, para permitir o sepultamento dos cadáveres; auxiliar o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se de esforço físico e/ou outros recursos, visando contribuir para a execução dos trabalhos; auxiliar na preparação de rua para a execução de serviços de pavimentação, compactando o solo, esparramando terra, pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias; auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações; apreender animais soltos em vias públicas tais como cavalo, vacas, cachorro, cabritos, etc. , lançando-os e conduzindo-os ao local apropriado, para evitar acidentes e garantir a saúde da população; auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e segurando-os para garantir a correta instalação; zelar pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados; auxilia nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; reunir ou amontoar a poeira, fragmentos e detritos, empregando ancinho e outros instrumentos para recolhe-los; recolher os montes de lixo, despejando-os em latões, cestos e outros depósitos apropriados, para facilitar a coleta e o transporte; obedecer as escalas de serviços estabelecidas, atendendo às convocações para a execução de tarefas compatíveis com a sua habilidade; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **40 horas** semanais.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 08 (oito) meses e 17 (dezessete) dias, com início em 14 (catorze) de abril de 2016 e término em 31(trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações em especial a Lei Municipal 642/2011, com base no Processo Seletivo n° 001/2016.

LOCAL E DATA: 14 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 115/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *CLEITON RIBEIRO DA SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Agente de Serviço Público.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: executar serviços de zeladoria nos prédios públicos, promovendo a limpeza e conservação, vigiando o cumprimento do regulamento interno para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e o bem-estar de seus ocupantes; providenciar serviços de manutenção em geral, como pequenos reparos ou consertos de instalações elétricas, bombas, caixa d'água, extintores, visando assegurar condições de funcionamento e segurança das instalações; preparar a terra, arando, adubando, irrigando e efetuando outros tratos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas ornamentais; efetuar a podagem das plantas e árvores, aparando-as em épocas deter-

minadas, com tesouras e instrumento apropriados para assegurar o desenvolvimento adequado das mesmas; executar tarefas na construção civil, escavando valas, transportando e misturando materiais e trabalhando na montagem e desmontagem de armações, para auxiliar a edificação ou reforma de prédios, estradas, pontes e outras obras, sob orientação do pedreiro ou do mestre-de-obras; efetuar a carga e descarga de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e ferramentas manuais, para possibilitar a utilização ou remoção daqueles materiais; escavar valas e fossas, extraindo terra e pedras, utilizando pás, picaretas e outras ferramentas, para permitir a execução de fundações, o assentamento de canalização ou obras similares; auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; efetuar limpeza e conservação de áreas verdes, praças terrenos baldios e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos visando melhorar o aspecto do município; efetuar limpeza e conservação nos cemitérios e jazigos, bem como auxilia na preparação de sepulturas, abrindo e fechando covas, para permitir o sepultamento dos cadáveres; auxiliar o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se de esforço físico e/ou outros recursos, visando contribuir para a execução dos trabalhos; auxiliar na preparação de rua para a execução de serviços de pavimentação, compactando o solo, esparramando terra, pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias; auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações; apreender animais soltos em vias públicas tais como cavalo, vacas, cachorro, cabritos, etc. , lançando-os e conduzindo-os ao local apropriado, para evitar acidentes e garantir a saúde da população; auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e segurando-os para garantir a correta instalação; zelar pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados; auxilia nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos; auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral; reunir ou amontoar a poeira, fragmentos e detritos, empregando ancinho e outros instrumentos para recolhe-los; recolher os montes de lixo, despejando-os em latões, cestos e outros depósitos apropriados, para facilitar a coleta e o transporte; obedecer as escalas de serviços estabelecidas, atendendo às convocações para a execução de tarefas compatíveis com a sua habilidade; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo **40 horas** semanais.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 08 (oito) meses e 16 (dezesseis) dias, com início em 15 (quinze) de abril de 2016 e término em 31(trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações em especial a Lei Municipal 642/2011, com base no Processo Seletivo n° 001/2016.

LOCAL E DATA: 15 de abril de 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 124/2016

DECRETO N° 124/2016

"Dispõe sobre nomeação de aprovada no Concurso Público conforme Edital n° 001/2015, para o cargo que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Art. 1° - Nos termos do inciso I, do artigo 8º, da Lei Complementar n° 001/2002, de 26 (vinte e seis) de abril de 2002, fica nomeada para exercer em caráter efetivo o cargo de **Monitora de Educação Infantil**, constante do anexo IV, da Lei n° 482/2007, de 20 (vinte) de dezembro de 2007, e suas alterações com carga horária semanal de 40:00h, também constante do anexo supracitado, a Senhora **Virgínia Souza Brito**, CPF/MF sob o n° 914.110.251-72, em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público.

Art. 2° - A nomeada, nos termos do artigo anterior, terá prazo de 30 (trinta) dias para investidura no cargo de **Monitora de Educação Infantil**, com a assinatura do devido Termo de Posse, contados a partir da data da emissão do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 04 de maio de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Comissão Permanente de Licitação no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e 8.883 de 08 de junho de 1994, torna público, para conhecimento dos interessados, na modalidade supra, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO E TAPA BURACOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO**, licitação realizada no dia 26/04/2016 às 07h30min (horário de Mato Grosso), teve como vencedor a empresaque foi julgada habilitada e classificada como a melhor proposta de preços, a saber: **PAULO ROCHA DOS SANTOS E CIA LTDA - ME,** com proposta no valor global de **R$ 144.486,20 (cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)** por atender os requisitos do processo licitatório. Alto Taquari – MT, 04 de maio de 2016. – Lucia Helena do Nascimento **–** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 118/2016 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 118/2016 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

Rescinde unilateralmente o Contrato Administrativo nº 19/2012, vinculado a Concorrência Pública nº 01/2012, firmado entre o Município de Alto Taquari/MT e a Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda., e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a OBRA cuja execução constitui objeto do Contrato Administrativo nº 19/2012, vinculado à Concorrência Pública nº 01/2012, firmado em 06.03.2012 entre o Município de Alto Taquari/MT e a Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ n. 61.463.279/0001-34, pessoa jurídica de direito privado com sede na av. Alberto Dotti, n. 85, sala 01, Distrito Industrial Pedro Luiz Boso, na cidade de Catanduva/SP, se encontra interrompida há meses, inobstante os diversos reclamos da Administração Municipal perante a Empresa Contratada;

CONSIDERANDO que a Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ n. 61.463.279/0001-34, não atendeu a NOTIFICAÇÃO que lhe foi feita através do 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Catanduva/SP, devidamente protocolada e registrada sob nº 19.757, para apresentar justificativa plausível para a interrupção da OBRA, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de seu recebimento, sob pena de ser considerado rescindido de pleno direito do CONTRATO n. 19/2012 e seus ADITIVOS, independentemente de nova NOTIFICAÇÃO;

CONSIDERANDO que, após o transcurso do prazo assinado na NOTIFICAÇÃO acima referida, a Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda., CNPJ n. 61.463.279/0001-34, solicitou, mediante expediente sob Protocolo nº 942/2016, a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 19/2012, vinculado à Concorrência Pública nº 01/2012, alegando ser a opção mais viável, além de benéfica ao Município, pelas razões que indica;

CONSIDERANDO que, contudo, o SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 19/2012, firmado em 17/07/2015, supera todas as questões apontadas pela Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ n. 61.463.279/0001-34, como justificativa para rescisão amigável do referido CONTRATO;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica rescindido unilateralmente o Contrato Administrativo nº 19/2012 e seus ADITIVOS, vinculado a Concorrência Pública nº 01/2012, firmado em 06/março/2012 entre o Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso e a Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ n. 61.463.279/0001-34, pessoa jurídica de direito privado com sede na av. Alberto Dotti, n. 85, sala 01, Distrito Industrial Pedro Luiz Boso, na cidade de Catanduva/SP.

Art. 2º. A rescisão contratual de que trata este Decreto tem como fundamento o art. 78, V da Lei 8.666/93 c.c. a Cláusula 7.1, *"a", 2ª parte,* do Contrato n. 19/2012.

Art. 3º. O Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, impõe à Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ n. 61.463.279/0001-34, pessoa jurídica de direito privado com sede na av. Alberto Dotti, n. 85, sala 01, Distrito Industrial Pedro Luiz Boso, na cidade de Catanduva/SP, com fundamento no art. 87, incisos II e III da Lei nº 8.666/93, as seguintes sanções:

a) multa de 2% (dois por cento) do valor global do Contrato, estabelecida na Cláusula 6.1, letra "b" do Contrato Administrativo nº 19/2012, por infração a Clausula 5.1, letra "a" do mesmo Contrato Administrativo (art. 87, inciso II da Lei nº 8.666/93), devendo o valor da multa ser deduzido do valor caucionado nos termos da Clausula 17.2 do Edital de Concorrência Pública nº 01/2012, à qual se vincula o referido Contrato nº 19/2012;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos (art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93).

§ 1º. A Empresa CONSFRAN Engenharia e Comércio Ltda., CNPJ n. 61.463.279/0001-34, deverá ser intimada via correio com aviso de recebimento (AR), para apresentar a defesa que tiver acerca da imposição das penalidades identificadas nas letras "a" e "b" deste artigo 3º, no prazo de 05 (cinco) dias uteis contados do recebimento da intimação, nos termos da Clausula 6.2 do Contrato Administrativo nº 19/2012, sob pena de consolidação das sanções impostas.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Planejamento, e a empresa Gerenciadora, Supervisora e Fiscal da Obra, Leão e Ferreira da Silva Ltda., Cnpj.12.469.622/0001-42, deverá promover imediatamente as medidas necessárias à retomada da obra.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Taquari/MT, Gabinete do Prefeito, aos 29 de abril de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

(Prefeito Municipal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO:

Art. 1º Retificar a Portaria 153/2016 de 03 de maio de 2016, que retornou a Servidora **Gislaine Benante**, que se encontrava afastada para tratar assuntos particulares.

.**Onde se lê: Art. 1º -Retornar a Servidora...**

Leia-se: Art. 1º - Prorrogar o afastamento da Servidora Gislaine Benante até 01/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Apiacás-MT; 03 de Maio de 2016.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 157/2016

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Contratar a Sra **Ingrid Luiza de Morais,** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Seletivo Simplificado 003/2015 - Contrato de Prestação de Serviço nº. 042/2016 em 05 de Maio de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 05 de Maio de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE- PREGÃO PRESENCIAL 012/2016

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de *26/04/2016*, licitação modalidade Pregão Presencial 012/2016

OBJETO: SERVIÇO DE BORRACHARIA

EMPRESA VENCEDORA – VALDOMIRO NUNES BERNARDES (MEI)

Vencedora nos itens 3, 4, 8, 10 ao 13, 18, 20, 21, 22, 24, ao 27, 29, 30, 32, 33, 34, 41, 43 ao 47, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62 e 64.

VALOR GLOBAL - R$ 58.275,00 (cinquenta e oito mil duzentos e setenta e cinco reais).

VIGENCIA -12 MESES

EMPRESA VENCEDORA – BENILDO MARTINS PEREIRA (MEI)

Vencedora nos itens: 1, 2, 5, 6, 7, 9, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 28, 31, 35 ao 40, 42, 48, 49, 51, 55, 60 e 63.

VALOR GLOBAL – R$ 82.720,00 (oitenta e dois mil setecentos e vinte reais)

VIGENCIA -12 MESES

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2016

PREGÃO PRESENCIAL **N° 012/2016** – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago** - Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR, **residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) BENILDO MARTINS PEREIRA 577425969-20(MEI), CNPJ n° 20.799.819/0001-78, situada na Av. Mato Grosso n° 177, Bairro Primavera, Apiacás-MT., neste ato representada pelo proprietário Sr. BENILDO MARTINS PEREIRA, portador do CPF 577425969-20 e do RG n° 4.175.503-3-SSP-MT, residente e domiciliado no mesmo endereço acima, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 012/2016 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTOS E MONTAGEM DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 012/2016.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR BENILDO MARTINS PEREIRA 577425969-20(MEI)

CNPJ n° 20.799.819/0001-78

ITENS:

Item	**Material**	Nome do Material	Un.Med.	Quant.	**vlr unit**	**vlr total**
1	4-01-0389	CONSERTO PNEU 1000 X20 CAMINHAO	SRV	200,00	35,00	7.000,00
2	4-01-0399	CONSERTO PNEU 1000 X20 CARRETA TRATOR	UN	30,00	35,00	1.050,00
5	4-01-0390	CONSERTO PNEU 1300 PATROLA	SRV	100,00	70,00	7.000,00
6	4-01-0391	CONSERTO PNEU 1400 PATROLA	SRV	50,00	80,00	4.000,00
7	4-01-0392	CONSERTO PNEU 17-5/25 PA CARREGADEIRA	UN	160,00	90,00	14.400,00
9	4-01-0393	CONSERTO PNEU 750/16 TOYOTA BANDEIRANTES	UN	50,00	21,00	1.050,00
14	4-01-1232	CONSERTO PNEU BORR. 215/75 ARO 17.5	UN	30,00	27,00	810,00
15	4-01-1233	CONSERTO PNEU BORR. 900X20 ARO 12 LONAS	UN	30,00	33,00	990,00
16	4-01-1281	CONSERTO PNEU CAMINHAO 24280 275X80X22.5	UN	50,00	33,00	1.650,00
17	4-01-1239	CONSERTO PNEU CAMINHÃO AGRALE 8500	UN	10,00	30,00	300,00
19	4-01-0400	CONSERTO PNEU DT TRATOR 7630	UN	30,00	68,00	2.040,00
23	4-01-1234	CONSERTO PNEU LISO 900X20 ARO 12 LONAS	UN	30,00	34,00	1.020,00
28	4-01-1238	CONSERTO PNEU RETRO RD 406	UN	20,00	85,00	1.700,00
31	4-01-0402	CONSERTO PNEU TZ TRATOR 7630	UN	30,00	106,00	3.180,00
35	4-01-0394	MONTAGEM PNEU 1000 X20 CAMINHAO	UN	100,00	30,00	3.000,00
36	4-01-0404	MONTAGEM PNEU 1000 X20 CARRETA TRATOR	UN	30,00	30,00	900,00
37	4-01-0440	MONTAGEM PNEU 1000/20	UN	100,00	30,00	3.000,00
38	4-01-0395	MONTAGEM PNEU 1300 PATROLA	UN	100,00	61,00	6.100,00
39	4-01-0396	MONTAGEM PNEU 1400 PATROLA	UN	50,00	66,00	3.300,00
40	4-01-0397	MONTAGEM PNEU 17-5 /25 PARA PA CARREGADEIRA	UN	160,00	81,00	12.960,00
42	4-01-0398	MONTAGEM PNEU 750/16 TOYOTA BANDEIRANTES	UN	50,00	20,00	1.000,00
48	2-01-1051	MONTAGEM PNEU BORRACHUDO 900 X 20 ARO 12 LONAS	SRV	30,00	30,00	900,00

49	2-01-1047	MONTAGEM PNEU CAMINHAO AGRALE 8500	SRV	10,00	25,00	250,00
51	4-01-0405	MONTAGEM PNEU DT TRATOR 7630	UN	20,00	80,00	1.600,00
55	2-01-1052	MONTAGEM PNEU LISO 900 X 20 ARO 12 LONAS	SRV	30,00	30,00	900,00
60	2-01-1046	MONTAGEM PNEU RETRO RD 406	SRV	20,00	60,00	1.200,00
63	4-01-0407	MONTAGEM PNEU TZ TRATOR 7630	UN	20,00	71,00	1.420,00
						82.720,00

Valor total do fornecedor R$ R$ 82.720,00 (oitenta e dois mil setecentos e vinte reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços a serem realizados deverão ser realizados e entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. **Realizar os serviços de conserto e entrega dos mesmos quando forem solicitados, na sede do Município de Apiacás sem ônus adicional.**

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022. – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.39.000000-0035- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA-

04. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002. - ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00000-0074 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE

3.3.90.39.000000-0136- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA-

07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SEC. ASSISTENCIA SOCIAL

3.3.90.39.00000-0306 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

2027 - MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE AGRICULTURA

3.3.90.39.00000-0453 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE URBANISMO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2044 - MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE FINANÇAS E ADM

3.3.90.39.00000-0464 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

3.3.90.39.000000- 0499- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 012/2016, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás-MT, 04 de maio de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

BENILDO MARTINS PEREIRA 577425969-20(MEI)

CNPJ n° 20.799.819/0001-78

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2016

PREGÃO PRESENCIAL **N° 012/2016** – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR, **residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) VALDOMIRO NUNES BERNANRDES (MEI),CNPJ- 13.570.238/0001-02, situada à Av. Julio Campos, Centro, Apiacás-MT., neste ato representada pelo proprietário Sr.Valdomiro Nunes Bernardes, portador do CPF N° 955.198239-87 e do RG n° 0915322-5 SSP/MT., residente e domiciliado no mesmo endereço acima, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 012/2016 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTOS E MONTAGEM DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 012/2016.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: VALDOMIRO NUNES BERNANRDES (MEI)

CNPJ- 13.570.238/0001-02

ITENS:

Item	**Material**	Nome do Material	Un.Med.	Quant.	**vlr unit**	**vlr total**
3	4-01-1230	CONSERTO PNEU 1000X20 BORRACHUDO P/ ONIBUS	UN	30,00	34,90	1.047,00
4	4-01-1231	CONSERTO PNEU 1000X20 INT. P/ ONIBUS	UN	30,00	34,90	1.047,00
8	4-01-1229	CONSERTO PNEU 215/75 ARO 17.5 FG85 INT. MICRO ONIBUS	UN	30,00	26,90	807,00
10	2-01-1044	CONSERTO PNEU AMBULANCIA S 10	SRV	150,00	18,90	2.835,00
11	4-01-0409	CONSERTO PNEU ARO 13	UN	100,00	15,90	1.590,00
12	4-01-0410	CONSERTO PNEU ARO 16	UN	100,00	18,90	1.890,00
13	4-01-0415	CONSERTO PNEU BIZ 125 CC	UN	10,00	15,90	159,00
18	4-01-1235	CONSERTO PNEU DT ARO 19 INT. P/ BROZ	UN	15,00	17,90	268,50
20	4-01-0417	CONSERTO PNEU FIAT UNO FLEX	UN	220,00	15,90	3.498,00
21	4-01-0438	CONSERTO PNEU GOL	UN	120,00	22,90	2.748,00
22	2-01-1042	CONSERTO PNEU L 200 TRITON	SRV	200,00	18,90	3.780,00
24	4-01-0439	CONSERTO PNEU MOTO TITAN	UN	100,00	15,90	1.590,00
25	4-01-0425	CONSERTO PNEU MOTO XLR	UN	50,00	15,90	795,00
26	4-01-0426	CONSERTO PNEU MOTO XTZ	UN	50,00	15,90	795,00
27	4-01-1282	CONSERTO PNEU ONIBUS 15190 275X80X22.5	UN	50,00	32,90	1.645,00
29	4-01-0428	CONSERTO PNEU S/10 FLEX	UN	150,00	18,90	2.835,00
30	4-01-1236	CONSERTO PNEU TZ ARO 17 INT. P/ BROZ	UN	30,00	17,90	537,00
32	4-01-0418	CONSERTO PNEU VAN SPRINTER	UN	50,00	20,90	1.045,00
33	2-01-1048	MONTAGEM PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO PARA ONIBUS	SRV	30,00	29,90	897,00
34	2-01-1049	MONTAGEM PNEU 1000 X 20 INTERMEDIARIO PARA ONIBUS	SRV	30,00	29,90	897,00
41	4-01-1242	MONTAGEM PNEU 215/75 ARO 17.5 FG85 INT. MICRO ONIBUS	UN	30,00	39,90	1.197,00
43	2-01-1045	MONTAGEM PNEU AMBULANCIA S 10	SRV	150,00	16,90	2.535,00
44	4-01-0412	MONTAGEM PNEU ARO 13	UN	100,00	14,90	1.490,00
45	4-01-0413	MONTAGEM PNEU ARO 16	UN	100,00	16,90	1.690,00

46	4-01-0419	MONTAGEM PNEU BIZ 125 CC	UN	10,00	14,90	149,00
47	2-01-1050	MONTAGEM PNEU BORRACHUDO 215/75 ARO 17.5	SRV	30,00	22,90	687,00
50	4-01-0414	MONTAGEM PNEU DT MOTO BROS 150 CC	UN	15,00	16,90	253,50
52	4-01-0420	MONTAGEM PNEU FIAT UNO FLEX	UN	220,00	14,90	3.278,00
53	4-01-0443	MONTAGEM PNEU GOL	UN	120,00	15,90	1.908,00
54	2-01-1043	MONTAGEM PNEU L 200 TRITON	SRV	200,00	16,90	3.380,00
56	4-01-0444	MONTAGEM PNEU MOTO TITAN	UN	100,00	15,90	1.590,00
57	4-01-0431	MONTAGEM PNEU MOTO XLR	UN	50,00	15,90	795,00
58	4-01-0432	MONTAGEM PNEU MOTO XTZ	UN	50,00	15,90	795,00
59	4-01-1284	MONTAGEM PNEU ONIBUS 15190 275X80X22.5	UN	150,00	25,90	3.885,00
61	4-01-0434	MONTAGEM PNEU S/10 FLEX	UN	150,00	16,90	2.535,00
62	2-01-1053	MONTAGEM PNEU TZ ARO 17 INTERM. PARA BROS	SRV	30,00	16,90	507,00
64	4-01-0422	MONTAGEM PNEU VAN SPRINTER	UN	50,00	17,90	895,00
						58.275,00

Valor total do fornecedor R$ R$ 58.275,00 (cinquenta e oito mil duzentos e setenta e cinco reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços a serem realizados deverão ser realizados e entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. **Realizar os serviços de conserto e entrega dos mesmos quando forem solicitados, na sede do Município de Apiacás sem ônus adicional.**

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03.- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA

2022. – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.39.000000-0035- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA-

04. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002. - ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00000-0074 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE

3.3.90.39.000000-0136- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA-

07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SEC. ASSISTENCIA SOCIAL

3.3.90.39.00000-0306 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

2027 - MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE AGRICULTURA

3.3.90.39.00000-0453 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE URBANISMO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2044 - MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE FINANÇAS E ADM

3.3.90.39.00000-0464 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

3.3.90.39.000000- 0499- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 012/2016, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás-MT, 04 de maio de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

VALDOMIRO NUNES BERNANRDES (MEI)

CNPJ- 13.570.238/0001-02

CONTRATADA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2016

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS

CONTRATO Nº. 042/2016

CONTRATADO – INGRID LUIZA DE MORAIS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

VALOR MENSAL: R$ 915,60 (novecentos e quinze reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA-05/05/2016 à 31/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 17/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT

Contratado: GRAFICA MULTICOR LTDA EPP

Objeto: Fornecimento de serviços Gráficos

Prazo de execução: 31/12/2016

Valor R$: 50.000,00

Data: 02/05/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 22/2016 ARAGUAIANA, 03 DE MAIO DE 2016

"Institui a Comissão Organizadora para a realização do Monitoramento e Avaliação do PME – Plano Municipal de Educação Biênio 2016/2017 e dá outras providências"

O Srº. **JOSÉ MARRA NERY, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso**, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento educacional participativo, democrático e,

CONSIDERANDO necessidade de cumprir as ações do Ministério da Educação pertinentes às políticas educacionais que garantam a democratização da gestão; a qualidade social da educação e a competência do município na coordenação da política municipal de educação das diferentes etapas e modalidades de ensino;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Organizadora para a realização do Monitoramento e Avaliação do PME – Plano Municipal de Educação Biênio 2016/2017 no âmbito do Município de Araguaiana - MT, com a finalidade de acompanhar, monitorar e avaliar as políticas estabelecidas no Plano Municipal de Educação; coordenar as conferências municipais de educação para a implantação/implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes fóruns de educação, estadual e nacional.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora:

I - Acompanhar e avaliar permanentemente a implantação/implementação do desenvolvimento das políticas definidas no Plano Municipal de Educação – PME, e as deliberações das conferências municipais de educação; promover estudos e debates com a participação das entidades representativas da sociedade civil através de conferências, seminários, encontros, reuniões anuais e sempre que se fizer necessária com a colaboração do Poder Público Municipal.

II - Convocar, planejar e coordenar a realização de conferências municipais de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

II - Elaborar o seu Regimento Interno e o das conferências municipais de educação;

III - Oferecer suporte técnico para a organização e a realização de seus fóruns e de suas conferências, seminários, reuniões e encontros;

IV - Zelar para que as conferências de educação municipal estejam articuladas à Conferência Nacional de Educação e com o Plano Nacional de Educação;

V- Planejar e organizar espaços de debates sobre a política nacional de educação.

Art. 3º A Comissão Organizadora será integrada pelos seguintes membros:

Maria Aparecida de Oliveira - CPF: 649.280.631-04, Email: mari_ap10@hotmail.com, End: Rua "B" Nº 254, Bairro: São José, Tele: (66) 84137359. Lidia Arraes de Oliveira Silva – CPF: 395.707.701-04, Email: lidiaarraes01@hotmail.com, End: Av. Dr. José Morbek s/nº Bairro: Urânia II, Tele: (66) 84225865. Janaina Ferreira de Sousa – CPF: 945.096.381-91, Email: janafes@hotmail.com, End: Rua Natal, nº 27, Bairro: Urânia I Tele: (66) 84475537, Maria Lucia Ramalho Lima – CPF: 495.782.941-15, Email: marialuciaramalholima@hotmail.com, End: Av. Presidente Vargas s/nº Bairro: Urânia II, Tele: (66) 84206703.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE, CIENTIFIQUE-SE E PROVIDENCIE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana - MT, aos três dias do mês de maio de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 29

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 29

NUMERO DO CONTRATO: N.º 29/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

CONTRATADA: **MAYARA PEREIRA ALVES NUTRICIONISTA**

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços como Nutricionista para atender a escola municipal junto a Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 03 Meses.

VALOR DO CONTRATO: R$ 6.157,44 (Seis Mil Cento e Cinquenta e Sete Reais Quarenta e Quatro Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016.

VIGENCIA: 02/05/2016 à 27/07/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 94/2016, CONCEÇÃO DE RETORNO DE LICENÇA PARTICULAR.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 228/2015 DO SERVIDOR Eldo Pereira dos Santos, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Revogar a Portaria Nº 228/2015, datada de 10/12/2015 que concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Art. 99, do Regime Jurídico Único (Lei Nº 135/92), ao Sr. **Eldo Pereira dos Santos,** matrícula nº 38,ocupante do cargo efetivo de Motoristada Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

SIDNEY PIRES SALOMÉ

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA 91/2016

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 216/2015 DO SERVIDOR Raimundo Francisco Araujo Mendes, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Revogar a Portaria Nº 216/2015, datada de 18/11/2015 que nomeia o Sr. **Raimundo Francisco Araujo Mendes,** matrícula nº 1125,ocupante do cargo efetivo de Operador do Smae, "B-02"para exercer a função gratificada de **Gerente de Manutenção de Bens Públicos,** da Secretaria Municipal de **Obras e infraestrutura,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

SIDNEY PIRES SALOMÉ

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da PREGOEIRA, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão de abertura do pregão supracitado, marcado para ser realizado no dia 06 de maio de 2016, foi suspenso devendo os interessados aguardar a publicação do Edital Complementar. Informações poderão ser obtidas junto à equipe pregoeira de segunda-feira a sexta-feira no horário de expediente dessa prefeitura, das 07h às 11h e das 13h às 17h, cito à Rua Antenor Mamedes, nº 911, Centro, Araputanga/MT, CEP 78260-000, ou através do fone (65) 3261-1100.

Araputanga-MT, 04 de Maio de 2016.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP 016/2016

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DE CONDICIONADOR DE AR E CONSERTO DE BEBEDOUROS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARENAPOLIS-Mt**

Data da Realização: 02/05/2016.

LICITANTES VENCEDORES: CARLOS EDUARDO RONDON – ME, inscrita no **CNPJ: 70.434.899/0001-36,** 1ª classificado **nos itens 01, 02, 06 e 07, no valor total de R$ 22.849,00 (vinte e dois mil e oitocentos e quarenta e nove reais)** ea empresa**ROMASIO ALVES DE SOUZA 02357223162- VR CLIMATIZAÇÃO,** inscrita no CNPJ sob **Nº. 24.472.795/0001-07,** 1ª classificado **nos itens 03, 04, 05, 08 e 09, no valor total de R$ 10.153,00 (dez mil cento e cinqüenta e três reais),**

Arenápolis- MT, 02 de maio de 2016.

REGINA LUCIA DE SOUZA - Pregoeira

AVISO DE RESULTADO DA CONVITE 004.2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LAMA ASFALTICA, RECAPEAMENTO E CONSERVAÇÃO DA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que do julgamento das propostas do certame supracitado, resultou vencedora a empresa: **BKP CONSTRUTORA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob Nº **16.939.495/0001-59,** vencedora no valor global de **R$ 103.001,46 (cento e três mil um real e quarenta e seis centavos**).

ARENAPOLIS-MT, em 29 de abril de 2016.

MARIA MARINALDA RIBEIRO

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
RELAÇÃO DOS INSCRITOS PARA TESTE SELETIVO EDITAL 009.2016

RELAÇÃO DOS NOMES DOS INSCRITOS PARA O TESTE SELETIVO PÚBLICO N° 001/2016 EDITAL N° 009/2016

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF I- BELA VISTA

NOME COMPLETO	NUMERO DA INSCRIÇÃO
Irene Ferreira dos Santos	001
Erica Canachiro Moraes	002
Terezinha Aparecida da Silva Mendes	003
Sara das Dores Bianchi	004
Caroline Velozo Silva	005
Lienir Guimaraes Veloso	006
Luana Karoline Balbino Pereira	007
Cristiane Katia da Costa	008
Bianca Aparecida Jesus Paz	009
Raquel Aparecida Oliveira de Souza	010
Cileide Nunes da Silva	011
Valmira Alves Batista	012
Beatriz da Silva Maia	013
Stefany de Arruda Diniz	014
Roseli Aparecida Balbino	015
Tatiane Delfino	016
Maria Rosa Mendes dos Santos	017
Monica Leticia Vaz Messias	018
Rozelene Alves do Nascimento	019
Flavia Alcantara Gonçalves	020
Alda Souza Barbosa	021
Regiclei Moreira de Oliveira	022
Lorhany Santos Lopes	023
EdeuzaDorivaldaNeponoceno	024
Ozieli Lauriano de Souza	025
Hozana Lauriana de Souza	026
Fabiana Aparecida Papa de Oliveira Lima	027
Evania Rosa da Silva Oliveira	028

Arenápolis/MT, 02 de maio de 2016.

GRACIELE SOUZA DE LIMA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO TESTE SELETIVO PÚBLICO N° 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.766/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, oSr **ROBERTO LUIS DAMBROS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº.1250971-0 SSP/MT e do CPF nº. 866.448.901-72, do cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE SERVIÇOS URBANOS - SEASURB**, Nível **DAS-02,** a partir do dia 02/05/2016, tornando sem efeito a Portaria n° 6.089/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.765/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, oSr **FRANCISCO RODRIGUES MARTINS NETO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2577383-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 190.810.062-15, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de Divisão de Serviços Urbanos - **DISURB,** nível **DAI-02,** a partir do dia 1°/05/2016, tornando sem efeito a Portaria n° 8.571/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.764/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Srª **LUCIA FERREIRA PIQUES,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 14304412-0 SSP/MT e do CPF nº. 948.317.771-53, do cargo de Carreira de **COZINHEIRA,** lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura***,** a partir de 1°/05/2016, tornando sem efeito a Portaria n° 3.962/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.763/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, aSrª **MARCELIA OLIVEIRA DE MOURA,** brasileira, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1358189-9 SSP/MT e do CPF nº. 884.373.531-49, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Gestão Administrativa - SUGEAD, Nível DAS–03,** a partir de 02/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.762/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a Sra. **ALINE LANDIM DE CARVALHO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2041113-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 034. 727.131-60, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenadoria de Gestão Administrativa - COOGEAD,** Nível **DAS–04,** a partir de 02/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.761/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, asrª **MARCELIA OLIVEIRA DE MOURA,** brasileira, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1358189-9 SSP/MT e do CPF nº. 884.373. 531-49, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenadoria de Gestão Administrativa - COOGEAD,** Nível **DAS–04,** a partir de 02/05/2016, tornando sem efeito a Portaria n° 7.799/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 8.760/2016.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Srª. Loiri de Ré da Silva** para fins de aposentadoria junto ao município de Aripuanã - MT."

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art.1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Srª. LOIRI DE RÉ DA SILVA**, portadora da cédula de identidade nº. 539570 SSP-MT, inscrita no CPF sob o nº. 195.017.229-53; servidora Efetiva no cargo de Professor, Classe C, Nível "5", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Matricula nº. 74, conforme certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 10021140.1. 00003/15-6, emitido em 15/12/2015; e Certidão de Tempo de Contribuição do IPREV sob nº. 0378/2013 – Santa Catarina, perfazendo um total de **1. 319 dias líquidos, ou seja, 03 anos, 07 meses e 19 dias**.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.759/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, oSr **MANOEL MIRANDA DA COSTA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0818698-7 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n°. 487.891.191-34, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS,** lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura,* para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **DIVISAO OPERACIONAL DE AGUA – DIOPA, Nível DAI-02,** a partir de 02/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias do mês de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.758/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER,a funcionária Sra**. MAYDA DENIPOTI DOGAN,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 17615209 SSP/SP e do CPF sob o nº. 144. 101.898-08, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B"** para **CLASSE "C"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* considerando a conclusão do **CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS,** com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014, a partir do dia 1°/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.757/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER,a funcionária Sra**. VERGINA DE ASSIS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 0648596-0 SSP/MT, e do CPF nº. 514.199. 551-87, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** da **CLASSE "B"** para **CLASSE "C"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* considerando a conclusão do **CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO,** com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014, a partir do dia 1°/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.756/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária. Srª. **VERGINA DE ASSIS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 0648596-0 SSP/MT, e do CPF nº. 514.199. 551-87, **PROFESSOR CLASSE "B",** Nível **2**, para Nível **3**, com amparo na Lei Complementar n°. 095/2014, a partir do dia 1°/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.755/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária. Srª. **SANDRA REGINA DA SILVA ARAUJO,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 962.640 SSP/MT, e do CPF nº. 629.340.151-49**,** ocupante docargo de Carreira de **PROFESSOR 3**, Classe **"C",** Nível **1**, para Nível **2**, com amparo na Lei Complementar n°. 095/2014, a partir do dia 1°/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.754/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária. Srª. **MARCIA TATIANE FISCHER**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1838624-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 022.972.111-71, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 1 CLASSE "C",** Nível **1**, para Nível **2**, com amparo na Lei Complementar n°. 095/2014, a partir do dia 1°/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.753/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, o funcionário Sr. **PAULO CIDINEI AMARAL,** portador da Cédula de Identidade RG nº 2887257-0 SESP/MT e do CPF nº 694.600. 949-53, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B",** Nível **1**, para Nível **2**, com amparo na Lei Complementar n°. 095/2014, a partir do dia 1°/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.752/2016

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª **ROBERTA RAVANELLO SILVEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.740.580-5 SSP/PR e inscrita no CIC sob o nº 032.796.419-77, ocupante do cargo de Carreira de DENTISTA, lotada na *Secretaria Municipal de Saúde***, 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** no período de 1°/05/2016 a 30/07/2016, com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº. 001/99 de 21/10/1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2016 PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2016

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais permanente Recurso do Fundo Nacional de Saúde –FNS, confor-

me a Proposta n°. 13868.636000/1140-2 Conta 28.216-2, destinado ao Hospital Municipal Santo Antonio deste Municipio de Aripuanã,.

Tipo: Menor Preço por Item

1. PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANA,** ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 03. 507.498/0001-71, com sede Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, Aripuana - MT, por meio de sua pregoeira Srª Ana Cristina da Silva, designada pela Portaria nº 346/28.496/2016 de 20 de Janeiro de 2016, **torna público**, para todos os interessados, que em razão de alterações nas exigências editalícias e nas obrigações contratuais com base no artigo 21 § 4 da lei 8.666/93, abre-se o prazo inicialmente estabelecido, em prestígio aos princípios norteadores da Administração Pública e das licitações, expede o **Edital Complementar nº 001/2016 ao Edital de Pregão Presencial nº 024/2016,** conforme a condições que seguem:

2. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto formalização de Ata de Registro de Preços para futura aquisição de materiais permanentecom exclusividade de itens para ME e EPP.

2.1. Os itens desta licitação cujo valor total não ultrapassem à quantia de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinadas exclusivamente a ME, EPP e EI, com prioridade de contratação as ME, EPP e EI presentes no Município de Aripuanã até o limite de 10% da melhor oferta, nos termos da Lei Complementar 147/2014, os quais seguem destacados no ANEXO I do Edital.

2. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

2.1. Nos termos da Lei 147/2014, esta licitação destina-se itens com valores até R$80.000,00 (oitenta mil reais) destina-se exclusivamente a ME, EPP e EI.

2.1.1. O disposto no subitem anterior não se aplica no caso de todos as licitantes se declararem ME, EPP ou EI.

2.2. Da aceitabilidade das propostas:

a) serão consideradas aceitas e adjudicadas aos vencedores as propostas que apresentarem preços compatíveis com o estimado constante em anexo.

b) serão ainda consideradas aceitas e adjudicadas as propostas para os itens exclusivos as ME, EPP e EI localizadas no Município de Aripuanã cujas ofertas estejam até 10% (dez por cento) da melhor oferta, nos termos da Lei 147/2014.

3. DA DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA

3.1. A sessão de processamento do citado Pregão **será realizada na sede da Prefeitura Municipal no Setor de Licitação**, localizado na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, Aripuana **-** Estado de Mato Grosso.

3.2.Os envelopes contendo a proposta e a documentação para habilitação deverão ser entregues às **08:00 horas do dia 30/05/2016** no endereço constante do item 3.1.

3.3. Na mesma data, hora e local acima especificados, dar-se-á inicio à realização do pregão com a abertura dos envelopes dizendo conter as propostas.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original.

4.2. Informações podem ser obtidas pelo fone 066 – 3565 3900/3924 ou pelo e-mail licitação@prefeituradearipuana.com.br

Aripuana – MT, 04 de Maio de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

PREGOEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.772/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - PRORROGAR, o prazo da portaria nº **8.705/2016** que dispõe sobre o Processo Administrativo Disciplinar, para os fins que menciona, por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data e sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.771/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr. **CRISTIANO GOMES RIBEIRO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2044868-6 SSP/MT e do CPF nº. 460.470.181-49, ocupante do cargo de Carreira de **CONSTRUTOR**, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Pontes - SUPONT,** Nível **DAS-03,** lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura*, a partir do dia 02/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.770/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria **Nº 8.202/2015**,que concede Gratificação por Desempenho Funcional/**GDF-04,** ao funcionário, Sr. **CRISTIANO GOMES RIBEIRO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2044868-6 SSP/MT e do CPF nº. 460.470.181-49, ocupante do cargo de Carreira de **CONSTRUTOR**, lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura*, a partir do dia 02/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2016 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.496/2016, altera parcialmente o edital original, reabre prazo inicialmente estabelecido e dá outras providências**.**Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais permanente Recurso do Fundo Nacional de Saúde –FNS, conforme a Proposta n°. 13868. 636000/1140-2 Conta 28.216-2, destinado ao Hospital Municipal Santo Antonio deste Município. ***A sessão designada para o dia 09/05/2016 às 08h00min (oito horas) fora redesignada para o dia 30/05/2016 às 08h00min (oito horas),*** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. Editais original e complementar poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min, ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br, ou através do site: http://www.prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900/ 3919/3924.

Aripuanã-MT, 04 de Maio de 2016.

Ana Cristina da Silva

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.769/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr. **REINALDO TEIXEIRA BAHIA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0856619-4 SSP/MT e CPF 550.929.261-04, para exercer o cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE SERVIÇOS URBANOS - SEASURB**, Nível **DAS-02,** a partir do dia 02/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.768/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, o Sr. **REINALDO TEIXEIRA BAHIA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0856619-4 SSP/MT e CPF 550.929.261-04, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Pontes - SUPONT,** Nível **DAS-03,** a partir do dia 02/05/2016, tornando sem efeito a Portaria n° 7.826/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.767/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, oSr **ROBERTO LUIS DAMBROS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº.1250971-0 SSP/MT e do CPF nº. 866.448.901-72, para exercer o cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Secretário Municipal de Infraestrutura - SINFRA,** Nível **DS,** a partir do dia 02/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

TERMO DE CANCELAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO 005/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR o Processo Licitatório **Tomada de Preço 005/2016**, por razoes de interesse publico decorrente de fato superveniente, tendo em vista a necessidade de medidas para contenção de despesas.

Aripuanã-MT, 04 de Maio de 2016.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

Andreia Pereira da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.751/2016

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/ 99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário. Sr **SILVIO LACERDA GOMES,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 28.707.265-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 647.820.182-15, ocupante do cargo de Carreira de **VIGIA - PROFISSIONALIZADO** Classe **"B"**, lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura***, 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** no período de 1°/05/ 2016 a 30/07/2016, com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº. 001/99 de 21/10/1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.750/2016

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 100 da Lei Complementar n.º 062/2011 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Sra**. HELGA GONÇALVES RESENDE RODRIGUES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1445870-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 455.991.491-53, ocupante do cargo de Carreira de **DENTISTA**, Nível **09**, Referência **01,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*,**02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO,** a partir da data de 1°/05/2016, conforme solicitado através de requerimento protocolizado sob o nº. 8.464/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.749/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 1° da Lei Complementar n°. 074/2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER,ao funcionário Sr. **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotado na *Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio, Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional/**GDF-03,** a partir do dia 1°/05/2016, tornando se efeito a Portaria n° 8.239/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.748/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TRANSFERIR,o funcionário Sr. **LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 2246974-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 039.451.101-81, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** *da Secretaria Municipal de Administração, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio, Esportes e Lazer,* a partir do dia 1°/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de maio de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COOTER
EDITAL 07/2016 PRAZO DE 30 DIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã **Ednilson Luiz Faitta**, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Municipal nº 1.273 de 29 de outubro de 2015, FAZ SABER a Aldo Albino Fabrin, proprietário ausente, em local incerto ou desconhecido, que Elionai Pereira Cezaniski REQUEREU, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Vila 02 Lote nº 03 (Tres) Quadra nº 002 (Dois) Bairro Vila Operaria, nesta Cidade de Aripuanã, com área de 420,00 m², alegando posse mansa e pacífica no prazo legal lhe seja expedido titulo de propriedade sobre o imóvel acima descrito na forma da Lei nº 1.273/2015. Estando em termos, expede-se o presente edital para ciência dos supramencionados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contestem o mesmo, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Requerente. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã – MT, 18 de Abril de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 25/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 25/2016, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Aprova o Regimento da 6ª Conferência

Municipal das Cidades.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO

DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES,

Estado de Mato Grosso, no uso das

atribuições que lhe confere o cargo, e em

obediência ao que disciplina a Legislação,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento da 6ª

Conferência Municipal das Cidades, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na

data de sua publicação.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

PREFEITO DE BARRA DO BUGRES

ANEXO I

REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

CAPITULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º - São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Estado e do Município com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade Barrabugrense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de Barra do Bugres;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação

de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, e;

IV - propiciar e estimular a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Estado e Município.

Art. 2º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Poder Público Municipal, terá como finalidade:

I - indicar prioridades de atuação para a União, Estado e Municípios;

CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 3º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 4º - Os eixos do debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência Municipal das Cidades, serão elaborados pela Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal das Cidades que, após aprová-los, dar-lhes-á publicidade em até 30 dias antes da conferência.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO

Art. 5º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades será composta de painéis, grupos de discussão e plenárias.

Art. 6º - A 6a Conferência Municipal das Cidades produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Comissão da 6ª Conferência Estadual das Cidades e à Secretaria de Estado de Cidades.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle promoverá sua publicação e divulgação junto à sociedade e às esferas de governo.

Art. 7º - O processo da 6ª Conferência Estadual das Cidades terá etapas, nos âmbitos, municipal e estadual, em consonância com este Regimento.

Art. 8° - A 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Barra do Bugres será realizada no dia 06 de maio de 2016, das 8:00 as 17:00 horas no Auditório da Câmara Municipal de Barra do Bugres.

Art. 9° - A 6ª Conferência Municipal das Cidades, que será integrada por representantes indicadas (os) e eleitas (os) na forma prevista neste Regimento, tem abrangência Municipal e, consequentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas de desenvolvimento urbano.

§ 1º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades tratará de temas de âmbito estadual e nacional, considerando os avanços, as dificuldades, os desafios propostos;

§ 2º - Todas as delegadas e delegados com direito a voz e voto, presentes à 6ª Conferência Municipal das Cidades, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito Municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo;

§ 3º - Os debates, proposições, e os documentos de todas as etapas da 6ª Conferência Municipal das Cidades devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definidos por este Regimento.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

Art. 10 - A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle, na condição de Coordenador, na sua ausência ou impedimento eventual, será substituído por um outro integrante da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Art. 11 - A organização e realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades será conduzida pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades, com apoio e participação de outras secretarias.

§1º - Os membros que compõem a Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades estão relacionados no Anexo II deste Regimento.

§ 2º - A Coordenação Geral da 6ª Conferência das Cidades será exercida, respectivamente pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle o senhor Jorge Luiz Zanatta Piassa.

Art. 12 - Compete a Coordenação da Conferência das Cidades:

I - mobilizar os parceiros, as entidades e outros órgãos, no âmbito municipal de sua atuação no Município, para preparação e participação na Conferência Municipal;

II - acompanhar e deliberar sobre as atividades da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades, devendo ser apresentados relatórios em todas as reuniões ordinárias, e;

III - homologar o Relatório Final elaborado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Art. 13 - Compete à Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - dar cumprimento às deliberações do Conselho Estadual das Cidades;

II - coordenar, supervisionar, e promover a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades, atendendo os aspectos técnicos, políticos e administrativos;

III - Utilizar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões no processo da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

IV - Elaborar a programação e a pauta da etapa Estadual da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

VI - Avaliar os relatórios e documentos das Comissões para subsidiar as discussões da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

VI - Aprovar o projeto de divulgação para a 6ª Conferência Municipal das Cidades;

VII - Elaborar o relatório final e os anais da 6ª Conferência Municipal das Cidades;

VIII - Utilizar a metodologia de sistematização Nacional para as contribuições e as propostas aprovadas na Conferência Municipal;

IX - Criar e instalar as Comissões Municipais de Mobilização e Articulação; Infraestrutura e Logística; Metodologia e Sistematização e; Recursal e de Validação, e;

X - Sistematizar as propostas resultantes da Conferência Municipal, consolidando-as no Caderno de Propostas para a Etapa Estadual.

SEÇÃO II DA COMISSÃO MUNICIPAL RECURSAL E DE VALIDAÇÃO

Art. 14 - Os recursos referentes à etapa municipal serão apresentados e analisados no âmbito da Comissão Organizadora Municipal, em caráter recorrível, com prazo máximo de interposição de 30 dias do término da referida conferência.

§ 1º - Os recursos serão recebidos através do endereço eletrônico planejamento@barradobugres.mt.gov.br, podendo a Comissão Organizadora Municipal requisitar a documentação pertinente que deverá ser enviada por meio físico através dos correios ou protocolado na Prefeitura/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle e endereçado à COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DE BARRA DO BUGRES-MT.

§ 2º - As entidades ou delegadas (os) envolvidas (os) e a Comissão Organizadora Municipal pertinente serão avisadas da reunião da Comissão Municipal que analisará o referido recurso com um prazo de, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 15 - A comissão Municipal deverá comunicar suas decisões aos envolvidos, sobre os recursos impetrados até 30 dias corridos antes do início da conferência Municipal.

Art. 16 - Os recursos referentes à etapa Municipal serão apresentados e analisados no âmbito da Comissão Estadual Recursal e de Validação, com prazo máximo de interposição de 30 dias do término da referida conferência.

Art. 17 - Os interessados poderão recorrer à Comissão Nacional Recursal e de Validação da 6ª Conferência Nacional das Cidades no prazo máximo de 48 horas após a tomada de ciência da decisão recorrível em âmbito Municipal.

Art. 18 - Os recursos serão recebidos através do endereço eletrônico cnrv@cidades.gov.br, podendo a Comissão Nacional Recursal e de Validação requisitar a documentação pertinente que deverá ser enviada por meio físico através

dos correios ou protocolado no Ministério das Cidades e endereçado à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

Art. 19 - As entidades ou delegadas (os) envolvidas (os) e a Comissão Preparatória Municipal pertinente serão avisadas da reunião que analisará o referido recurso com um prazo de, no mínimo, 48 horas de antecedência.

Art. 20 - As decisões da Comissão Nacional Recursal e de Validação serão comunicadas aos interessados e à Comissão Preparatória Municipal pertinente, em um prazo máximo de 10 dias anterior ao início das respectivas conferências.

Art. 21 - A Comissão Nacional Recursal e de Validação é a instância máxima de deliberação acerca da validação das Conferências, sendo suas decisões irrecorríveis.

CAPÍTULO V

DAS DELEGADAS E DOS DELEGADOS

Art. 23 - A composição de delegadas e delegados na 6ª Conferência Municipal das Cidades deve respeitar os seguintes segmentos e respectivos percentuais:

I - gestores, administradores públicos e legislativos municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e;

VI - Organizações Não Governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º - Todas as entidades dos segmentos deverão ter atuação fim na área de desenvolvimento urbano conforme segue:

a) Poder Público Municipal - gestores, administradores, servidoras (es) e funcionárias (os) públicas (os) municipais - são os representantes de órgãos da administração pública direta e indireta, representantes das entidades municipalistas de caráter nacional e membros do Legislativo: vereadores (as);

b) Movimentos Populares - são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

c) Trabalhadores - representantes de suas entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais);

d) Empresários - empresas vinculadas às entidades de caráter estadual representativas do empresariado, inclusive cooperativas, voltadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

e) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa - entidades de âmbito nacional e estadual representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, assim como associações nacionais de ensino e pesquisa. Enquadram-se, também, neste segmento os conselhos profissionais (regionais ou federais). Em todos os casos a representação do segmento deve estar vinculada a questão do desenvolvimento urbano, e;

g) Organizações Não Governamentais - para fins do ciclo de conferências das cidades o segmento de Organizações Não Governamentais é formado por associações civis ou fundações (art. 44, I e III, do Código Civil 2002), para fins não econômicos, formalmente constituídas há no mínimo 2 anos, que têm por finalidade estatutária a atuação no campo do desenvolvimento urbano, comprovado mediante apresentação de estatuto no ato da inscrição para a conferência municipal.

§ 1º - Conselhos temáticos, municipais, estaduais e nacionais bem como Orçamentos Participativos não constituem segmentos, visto que são instâncias institucionais representativas de vários segmentos sociais;

§ 2º - Não se enquadram nos segmentos acima descritos partidos políticos, igrejas e seus movimentos de base, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions, lojas maçônicas e Rotary, corpo discente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras, xenófobas, entre outras;

Art. 24 - Os participantes da 6ª Conferência Municipal das Cidades se distribuirão em 4 categorias:

I – delegadas e delegados;

II – observadoras e observadores;

III – convidadas e convidados, e;

IV – expositoras (es) e palestrantes.

§ 1º - Somente as delegadas e delegados terão direito a voz e voto;

§ 2º - Os critérios para escolha das observadoras (es), convidadas (os), expositoras (es) e palestrantes serão definidos pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 25 - As despesas com a organização da etapa municipal para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle e outros advindos de patrocínio.

Art. 26 - As despesas relativas à alimentação dos participantes durante a Etapa Municipal correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle e outros advindos de patrocínio,

sendo o coffe break para todos os participantes presentes na conferência Municipal das Cidades.

CAPÍTULO VII

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL E ESTADUAL

SEÇÃO I

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 26 - A realização da Conferência Municipal das Cidades é condição indispensável para a participação de delegadas e delegados municipais na 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 27 - Para a realização da Conferência Municipal das Cidades deverá ser constituída uma Comissão Preparatória pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle, com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme estabelecido no Art. 23 deste Regimento.

§ 1º - O Regimento da Conferência Municipal das Cidades deverá ser elaborado pela Comissão Preparatória até o dia 06 de maio de 2016, em consonância com este Regimento.

Art. 28 - Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I - adotar este Regimento, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

II - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

III – constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

IV – planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

V – mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização a adesão à 6ª Conferência das Cidades;

VI – a Comissão Preparatória Municipal deverá prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

VII – ao final da Conferência Municipal das Cidades, elaborar o relatório, de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 30(trinta) dias após a realização da conferência;

VIII – preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 30 dias após a realização da Conferência, e;

IX – encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Parágrafo único. O Município de Barra do Bugres terá direito a um número máximo de 08 (oito) delegadas e delegados para a etapa Estadual, conforme o Anexo II, constante do Regimento Estadual. Sendo os seguintes segmentos: 03 (três) Poder Público Municipal; 02 (dois) Movimento Social e Popular; 01(um) Entidade Empresarial; 01(um) Trabalhadores;01(um) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa.

Art. 29 - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Estadual Recursal e de Validação.

Art. 30 - Cabe à Comissão Estadual Recursal e de Validação:

I - acompanhar, analisar e orientar as Comissões Preparatórias Municipais quanto ao cumprimento deste Regimento;

II - analisar as documentações referentes à organização e realização das conferências municipais, quanto ao cumprimento deste Regimento, com especial atenção aos critérios de proporcionalidade e representatividade estabelecido no art. 23, deliberando por sua validação;

III - recepcionar os recursos oriundos das etapas municipais, dando amplo direito de defesa às partes demandadas, deliberando sobre o referido recurso, no prazo regimental;

IV - recepcionar os recursos oriundos das entidades estaduais e/ou nacionais, dando amplo direito de defesa às partes demandadas, deliberando sobre o referido recurso;

V - encaminhar quando solicitado por quaisquer das partes envolvidas, toda documentação, parecer e decisão referente ao recurso questionado, para a Comissão Nacional Recursal e de Validação, dando conhecimento às partes envolvidas no prazo regimental.

Art. 31 - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT, em 24 de março de 2016.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

PREFEITO DE BARRA DO BUGRES

JORGE LUIZ ZANATTA PIASSA

SECRETÁRIO MUN. DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO E CONTROLE

COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 6ª CONFERÊNCIA

MUNICIPAL DAS CIDADES DE BARRA DO BUGRES-MT

ANEXO II

Cronograma da 6ª Conferência Municipal das Cidades

Etapa

Período

Aprovação do Calendário da Conferência Municipal

Reunião da Gestão Municipal em 15 de fevereiro de 2016

Instituição da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Decreto Nº 011/2016 de 18/02/2016

Aprovação do Regimento Conferência Municipal

Reunião da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Constituição da Comissão Preparatória Municipal

Portaria Nº 061/2016 de 01 de março de 2016

Comunicação da convocação da Conferência Estadual para a Coordenação Executiva Estadual

Até 03 dias úteis após a convocação

Envio da documentação prevista no artigo 28, Inciso VII, para a Coordenação Executiva Estadual

Até 30 dias da realização da conferência

Preenchimento do formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, conforme art. 35, inciso IX

Até 30 dias da realização da conferência

6ª Conferência Municipal das Cidades

Dia 06 de Maio de 2016

ANEXO III

Membros da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades

Comissão Preparatória da 6ª Conferência das Cidades de Barra do Bugres MEMBRO SEGMENTO Jorge Luiz Zanatta Piassa Poder Executivo Municipal Roseny Catharine da Costa Junqueira Poder Executivo Municipal Vanderson Vitor da Silva Poder Legislativo Municipal Agnaldo da Silva Lima Movimento Social e Popular Vacni Alves Entidade Empresarial Fernando Birello de Lima Entidade Profissional ou Acadêmico José Carlos Sales Ong´s

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 025/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 025/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO APARELHOS TELEFONICOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**Data da sessão pública: **18/05/2016** às **14 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 04/05/2016.

PORTARIA Nº 11.655

PORTARIA Nº 11.655 DE 03 DE MAIO DE 2.016.

"Dispõe sobre demissão do Quadro de Provimento Efetivo o servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS,** no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Processo Administrativo Disciplinar, referente à Portaria nº 11.044, de 01 de setembro de 2015, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração dos fatos;

Considerando os documentos encartados no Autos do Processo Administrativo Disciplinar incontroverso restou demonstrado que o servidor PRIMO DELIBERALLI incorreu com negligência na realização do parto da paciente Marcela Martins Soares, consoante firme entendimento de técnicos da área da saúde,

R E S O L V E:

I – Demitir, com base no Art. 144, inciso IV, da Lei Complementar nº 03, de 04/12/1991, por infringência do Art. 132, incisos I e III, da citada Lei Complementar, o servidor PRIMO DELIBERALLI, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Médico.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 03 de maio de 2.016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11.656

PORTARIA Nº 11.656 DE 03 DE MAIO DE 2.016.

"Dispõe sobre exoneração do servidor comissionado que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS,** no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a Sindicância Administrativa, referente à Portaria nº 11.573, de 04 de abril de 2016, que dispõe sobre abertura de sindicância administrativa para a apuração dos fatos;

Considerando os documentos encartados nos Autos da Sindicância Administrativa, restando demonstrado que o servidor público NAGHAI NARCÍZIO DOS SANTOS E SILVA, incorreu em crime contra a Fazenda Pública, percebendo remuneração sem a devida contraprestação laboral,

R E S O L V E:

I – Exonerar, com base no Art. 37, inciso I, da Lei Complementar nº 03, de 04/12/1991, o servidor NAGHAI NARCÍZIO DOS SANTOS E SILVA, com lotação na Secretaria Municipal de Cultura, no cargo de Coordenador Adjunto.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 03 de maio de 2.016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 024/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 024/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS.**Data da sessão pública: **18/05/2016** às **08 horas 30 minutos** (horário de Brasília). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 04/05/2016.

PORTARIA Nº 11.650

PORTARIA Nº 11.650 DE 29 DE ABRIL DE 2.016.

"Dispõe sobre demissão do Quadro de Provimento Efetivo o servidor que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS,** no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Processo Administrativo Disciplinar, referente à Portaria nº 11.481, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração dos fatos;

Considerando o Relatório final conclusivo de que restou constatada a ilegalidade do acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, com infringência no Art. 149, inciso XII, da Lei Complementar nº 03/1991,

R E S O L V E:

I – Demitir, com base no Art. 144, inciso IV, da Lei Complementar nº 03, de 04/12/1991, por infringência do Art. 149, inciso XII, da citada Lei Complementar, o servidor DIVINO FERREIRA LEAL, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, no cargo de Auxiliar Administrativo.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 29 de abril de 2.016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 016/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 016/2016. Objeto: **AQUISIÇÃO INSTRUMENTAL DE ODONTOLOGIA PARA ATENDER AS UBS DO MUNICIPIO.** Data da sessão pública: **19/05/2016** 0às **08h30min** (horário de Brasília)**,** pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66-3402-2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 04/05/2016

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

CREDENCIAMENTO – Nº 002/2016.

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Credenciamento do **EDITAL Nº 002/2016**. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE AASI-APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL PARA POSTERIOR CONCESSÃO AOS USUÁRIOS DOS SUS, VISANDO O ATENDIMENTO AOS PACIENTES DESTA UNIDADE DE SAÚDE – CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER II.** Data do Credenciamento de: 05/05/2016 à 31/05/2016. **Abertura dos Envelopes: dia 31/05/2016 às 09:00 horas (Horário de Brasília)**. Informações das 13:00 às 17:00 horas, Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças – MT, 04/05/2016. Antônio da Silva Neto, Presidente da CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 016/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 016/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO INSTRUMENTAL DE ODONTOLOGIA PARA ATENDER AS UBS DO MUNICIPIO.** Data da sessão pública: **19/05/2016** 0às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX. 66-3402-2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 04/05/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SAEC
RETIFICAÇÃO DE VALOR E DATA DE EXTRATO DE CONTRATO

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica a retificação do numero de extrato de contrato:

CONTRATADO: **D.M de BRITO EPP ´- 021/2016 SSAAP**

Onde se lê: **Valor: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)**

Leia-se: **Valor: R$ 120.050,00 (Cento e Vinte Mil e cinquenta Reais)**

Onde se lê: **DATA INICIO DAS ATIVIDADES:** 22/04/2016

Leia-se: **DATA INICIO DAS ATIVIDADES:** 27/04/2016

Cáceres/MT 04 de Maio de 2016

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 176 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18253, de 27 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FG-02 aos senhores, relacionados abaixo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Cáceres, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Elder Campos Junio Senabio Lima Sebastião Oliveira Ramos

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2016.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 28.04.16

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA Nº. 90/16 – PREVICÁCERES

Regulamenta o Decreto nº 210, de 28 de Abril de 2016 e estabelece normas para a realização do Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo e estáveis ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, regido pelo Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres – PREVICÁCERES.

O Diretor Executivo Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres – PREVICÁCERES, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de realizar o Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, regido pela PREVICÁCERES, conforme disposto no artigo 3º e 9º, inciso II da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004:

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Portaria, as normas e procedimentos para a realização do Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo e estáveis ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, regido pelo Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres – PREVICÁCERES.

§ 1º São dependentes previdenciários preferenciais o cônjuge, convivente, filho (a) menor de 18 (dezoito) anos de idade ou inválido. São equiparados a filho, o menor sob guarda, o enteado ou filho do convivente, que esteja sob sua dependência e sustento.

§ 2º O Censo Cadastral Previdenciário será realizado no período de 30 de maio de 2016 a 10 de junho de 2016, das 08h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira, para os servidores ativos, aposentados e pensionistas, nas seguintes unidades de atendimento:

I. Prefeitura Municipal, para os servidores ativos;

II. PREVICÁCERES, para os servidores da Autarquia "Águas do Pantanal", servidores da Câmara Municipal de Cáceres, aposentados e pensionistas.

§ 3º A atualização dos dados cadastrais dos segurados será feita através do SIPREV/Gestão – Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS.

Art. 2º - No período estipulado para realização do censo cadastral, os segurados devem comparecer na data, hora e local, conforme o cronograma que será disponibilizado oportunamente, munido dos documentos originais ou fotocópias autenticadas acompanhados das respectivas cópias simples dos documentos abaixo mencionados:

1 – PARA O CENSO DOS SERVIDORES ATIVOS E SEUS DEPENDENTES:

1.1. DOCUMENTOS DO SERVIDOR ATIVO:

a) Documento oficial de identificação com foto: RG, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional, com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

c) Comprovante de residência: conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito atualizado, uma dos últimos 03 meses ou na falta destes deverá preencher e assinar Declaração de Residência – Anexo I;

d) Certidão de nascimento quando solteiro, Certidão de casamento quando casado, declaração de união estável feita perante tabelião (se for o caso), e Certidão de óbito quando viúvo (a);

e) Cartão (número) do PASEP/PIS/NIT;

f) Título de Eleitor;

g) Carteira de Trabalho (CTPS): Para os servidores que possuem tempo de serviços em outros empregos, trazer carteira de trabalho original, cópia da identificação e páginas dos vínculos empregatícios.

1.2. DOCUMENTOS DOS DEPENDENTES PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES ATIVOS

Para o filho menor de 18 anos (obrigatórios);

a) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos ou RG;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade);

Para o filho ou enteado inválido (obrigatório);

a) Certidão de nascimento;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade);

c) Laudo de invalidez ou atestado médico com CID (atualizado 06 meses);

a) Documento de identidade com foto (RG), **apenas para maior de 18 anos.**

Para o Menor de 18 anos sob guarda (obrigatório);

a) Certidão de Nascimento ou RG;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade);

c) Termo de guarda em vigor.

Para o enteado ou filho do convivente menor de 18 anos (obrigatório);

a) Certidão de Nascimento ou RG;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade);

c) Declaração de Dependência Econômica – Anexo II, preenchida e assinada pelo servidor.

Para o Censo do Cônjuge (obrigatório);

a) Documento de identidade com foto (Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Motorista (CNH) ou Carteira de Identidade Profissional ou Passaporte válido);

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF;

c) Certidão de Casamento.

Para o Censo do Companheiro (a) (obrigatório);

a) Documento de identidade com foto (Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Motorista (CNH) ou Carteira de Identidade Profissional ou Passaporte válido);

a) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF;

b) Declaração Pública ou Particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas);

c) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente.

2 – PARA O CENSO DOS SERVIDORES APOSENTADOS E SEUS DEPENDENTES PREVIDENCIÁRIOS:

2.1. DOCUMENTOS DO APOSENTADO (obrigatório);

a) Documento oficial de identificação com foto: RG, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF;

c) Comprovante de residência (conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito atualizado, uma dos últimos 03 meses) ou na falta destes deverá preencher e assinar Declaração de Residência – Anexo I;

a) Certidão de nascimento quando solteiro, Certidão de casamento quando casado ou Declaração de união estável quando companheiro (a) e Certidão de óbito quando viúvo (a);

b) Caso o aposentado esteja separado judicialmente ou divorciado, deverá apresentar Certidão de Casamento com a respectiva averbação ou decisão judicial ou identidade com esta informação;

c) Cartão (número) do PASEP/PIS/NIT;

d) Titulo de Eleitor (exceto para os aposentados maiores de 70 anos).

2.2 DOCUMENTOS DO DEPENDENTE DO APOSENTADO (obrigatório);

Para o filho menor de 18 anos (obrigatório);

a) Certidão de Nascimento ou RG, dos filhos menores de 18 anos;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade).

Para o filho ou enteado inválido (obrigatório);

a) Certidão de Nascimento ou RG;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade);

c) Laudo de Invalidez ou atestado médico com CID (atualizado 06 meses);

d) Documento de identidade com foto (RG), apenas para maior de 18 anos.

Para o Menor de 18 anos sob guarda (obrigatório);

a) Certidão de Nascimento;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade);

c) Termo de guarda em vigor.

Para o enteado ou filho do convivente menor de 18 anos (obrigatório);

a) Certidão de Nascimento;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF; (obrigatório independente da idade);

c) Declaração de Dependência Econômica – Anexo II, preenchida e assinada pelo aposentado.

Para o Cônjuge (obrigatório);

a) Documento de identidade com foto (Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Motorista (CNH) ou Carteira de Identidade Profissional ou Passaporte válido);

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF;

c) Certidão de Casamento.

Para o Companheiro (a) (obrigatório);

a) Documento de identidade com foto (Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Motorista (CNH) ou Carteira de Identidade Profissional ou Passaporte válido);

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF;

c) Declaração Pública ou Particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas);

d) Certidão de nascimento se solteiro, certidão de **casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente.**

3 – PARA O CENSO DOS PENSIONISTAS:

3.1 DOCUMENTOS DO PENSIONISTA (obrigatório);

a) Documento oficial de identificação com foto: RG, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Registro Profissional com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional;

b) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF;

c) Comprovante de residência; (conta de luz, água, telefone ou cartão de crédito atualizado, uma dos últimos 03 meses) ou na falta destes deverá preencher e assinar Declaração de Residência – Anexo I;

d) Certidão de nascimento quando solteiro ou casamento quando casado (atualizado nos últimos 06 meses);

e) Certidão de óbito do Instituidor da pensão (ex-servidor falecido);

f) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF do Instituidor da pensão (ex-servidor falecido).

4- EM CASO DE REPRESENTAÇÃO LEGAL – TUTELA OU CURATELA (OBRIGATÓRIO)

a) CPF do tutelado ou curatelado;

b) Certidão de nascimento ou casamento do tutelado ou curatelado;

c) Laudo de invalidez ou atestado médico com CID, quando filho inválido, atualizado (últimos 06 meses);

d) Termo de tutela ou curatela;

e) RG do representante legal;

f) Comprovante no Cadastro de Pessoa Física-CPF do representante legal.

§ 1º Visando à atualização e complementação dos dados cadastrais, o atendimento será realizado em duas etapas: onde a primeira consiste na triagem para orientação e conferencia dos documentos, e a segunda consiste na atualização dos dados no SIPREV/Gestão – Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS.

§ 2º Não serão cadastrados os segurados que comparecerem ao posto do Censo Cadastral Previdenciário com a documentação incompleta ou de forma diferente da estipulada nesta Portaria.

Art. 3º - Não será permitida aos segurados que não possa comparecer aos postos de atendimento, a entrega de documentos por intermédio de procuração, por ser o cadastro de caráter personalíssimo.

§1º - O segurado a ser recenseado, que se encontrar incapacitado para comparecer ou se locomover até o local do Censo poderá se fazer representar junto a PREVICÁCERES para agendamento de visita *in loco* da equipe da empresa contratada juntamente com um servidor público (colaborador), informando o endereço completo com ponto de referência.

§2º - Para o servidor ativo, aposentado ou pensionista, que encontrar-se recluso em regime fechado, por todo o período do Censo Cadastral Previdenciário, tal situação deverá ser comprovada por meio de declaração do Diretor do Presídio ou da autoridade competente.

Art. 4º O servidor público titular de cargo efetivo ou estável, ativo, aposentado e pensionista que se encontrar residindo em outro Estado ou no exterior deverá encaminhar à PREVICÁCERES, além da documentação constante no artigo 2º, declaração de vida e residência formalizada em cartório no caso dos residentes em outro Estado ou emitida por consulado ou embaixada brasileira no país em que se encontre, devendo referidos documentos ser encaminhado às suas expensas, à PREVICÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, no seguinte endereço: Rua General Osório, 409 – Centro, CEP 78200-000, na cidade de Cáceres/MT – Brasil.

Art. 5º O Censo Cadastral Previdenciário será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

I. Integração de sistemas e bases de dados;

II. Inclusão dos dados cadastrais no SIPREV/Gestão de forma progressiva;

III. Realização permanente de censo previdenciário com a utilização do aplicativo SIPREV/Gestão;

IV. Validação dos dados no SIPREV/Gestão e transmissão para CNIS/RPPS;

V. Tratamento das informações retomadas em forma de relatórios gerenciais via INFORME/CNIS/RPPS;

VI. Melhoria da qualidade dos dados dos segurados do RPPS do Município de Cáceres, objetivando a efetivação de avaliação atuarial consistente e a garantia na agilidade da concessão de aposentadoria e pensão; e

VII. Ampliação do movimento da qualidade e produtividade no setor público.

Art. 6º - O público alvo a ser recenseado é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais pela informação declarada.

Art. 7º - O segurado a ser recenseado que não comparecer para realizar o Censo de atualização cadastral terá o pagamento de sua remuneração ou provento de aposentadoria ou pensão bloqueado a partir do mês imediatamente posterior à conclusão do Censo, ficando seu restabelecimento condicionado ao comparecimento à PREVICÁCERES para sua regularização.

§ 1º - O restabelecimento do pagamento dar-se-á na folha imediatamente posterior a do mês em que houve o recenseamento, assim como deverá ser incluso nesta folha o pagamento da diferença bloqueada.

§ 2º - Após 06 (seis) meses de bloqueio será suspenso o pagamento da remuneração ou provento da aposentadoria ou pensão, por não realização do Censo Previdenciário Cadastral, observando o direito da ampla defesa e do contraditório.

Art. 8º O Censo Cadastral Previdenciário será executado por empresa contratada pelo Ministério da Previdência Social, acompanhado por servidores da Prefeitura Municipal de Cáceres e do PREVICÁCERES, os quais realizarão atividades de orientação e fiscalização.

Parágrafo único. Concluído o processo de Censo Cadastral Previdenciário será emitido o comprovante ao recadastrando.

Art. 9º - Ficam designadas a Sra. Ronilma da Cunha Martins, coordenadora de recursos humanos do Ente e Sra. Karina Mitie Saran, estagiária deste Instituto, como colaboradoras do censo cadastral, ambas irão acompanhar a aplicação do censo nos postos de atendimento, ou seja, dos segurados ativos na sede da Prefeitura Municipal e dos servidores da Autarquia “Águas do Pantanal”, servidores da Câmara Municipal de Cáceres e os segurados aposentados e pensionistas na sede do PREVICÁCERES.

Parágrafo único. É responsabilidade das colaboradoras locais o acompanhamento das ações nos postos de atendimentos aos segurados em todo o procedimento de recadastramento, seguindo as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social no que tange a validação das regras no SIPREV/Gestão.

Art. 10 - Os casos não especificados nesta Portaria serão analisados pelo Diretor Executivo do PREVICÁCERES.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde o dia 01 de maio de 2016.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Cáceres/MT, 02 de maio de 2016.

Luiz Emidio Dantas Júnior Diretor Executivo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 07/2016

Protocolo Nº 14723 de 29 de março de 2016.

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a contratação de empresa com Bandeira VOLKSWAGEN para prestação dos serviços de manutenção, referente a 20.000Km (vinte mil quilômetros), como consta no Certificado de Garantia e Guia de Manutenção 4-1 – 4-27, nos 03 (três) caminhões, modelo 26.280 CRM, marca VOLKSWAGEN, do Município de Cáceres – MT.

Despesas:

Órgão/Unidade: 08.01

Funcional/programática: 26.782.1025.2.206

Natureza da despesa: 3.3.90

Fonte de recursos: (0.130) Rec. FETHAB

Fundamento: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de maio de 2016.

Empresa: **M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LIMITADA**

CNPJ: 07.811.058/0001-64

Valor: **R$ 5.164,81 (cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos)**

Alice de Fátima Gonzaga Araújo

Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, X da Lei Federal nº 8.666/1993.

Prefeitura de Cáceres / MT, 04 de maio de 2016.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbano

.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2016- PREGÃO ELETRONICO N°28/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, Aquisição de material odontológico, visando atender as equipes de Saúde Bucal pertencentes ao município, as quantidades constantes do anexo único são estimativas para o consumo anual nas respectivas unidades de saúde, conforme termo de referência anexo ao Edital.

Empresa Vencedora:

BrasLiv Comercial Importação e Exportação LTDA. CNPJ: 10.364.725/0001-12

Valor Total R$ 89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais)

ITEM	Qnt.	Un	PRODUTO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	20.000	KITS	Escova dental adulto, com cabo personalizado com gravação em 01 cor logomarca (caceres mt sorriso saudavel, futuro brilhante) com comprimento minimo da escova 150 mm e largura maxima da cabeça de 16 mm, multitufos, atoxicos, aponta das cerdas com terminação redonda, arredondada,lisa pluriforme, plena e polida, textura macia, cerdas microtexturizadas, com selo de abo 1º qualidade fio dental- rolo com 50 metros. Creme dental tubo-sabor comum 90 gr com ingredientes ativos, contem fluoreto de sodio 1450 ppm de fluor, sacolinhas plasticas maleável transpartente.	*Escova dental adulto: MEDFIO SLIDE PRO *Fio Dental: MEDFIO 50 M *Creme Dental: Ice Fresh 90Gr	R$ 4,49	R$ 89.800,00

GOLDEN CLEAN Produtos Comercial Eirelli – ME CNPJ: 15.250.965/0001-00

Valor total R$ 28,500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais)

ITEM	Qnt.	Un	PRODUTO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	10.000	KITS	Escova dental infantil com cabo personalizado com gravação 01 cor logomarca (caceres-mt sorriso saudavel, futuro brilhante) com comprimento minimo da escola de 120 mm e largura maxima da cabeça de 13 mm com quatro fileira de tufos- multitufos, com atoxica apontadas cerdas com terminação redonda arredondada, lisa pluriforme, plena e polida, textura macia, cerdas microtexturizadas, com selo abo 1º qualidade fio dental-rolo 50 metros. Creme dental: tubo sabor comum 90 gr com ingredientes ativo contem fluoreto de sodio 1450 ppm de fluor, sacolinhas plasticas maleável transpartente.	ALG/ALG	R$ 2,85	R$ 28.500,00

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

RG nº 02255464 SSP/PR -CPF nº.16221141168

MUNICÍPIO DE CÁCERES

GOLDEN CLEAN Produtos Comercial Eirelli – ME

Helson Pereira Mendes

RG: 502626-1

CPF: 068.707.557-28

BrasLiv Comercial Importação e Exportação LTDA

Rodrigo Lacerda André

RG: 5.883.548-0

CPF: 054.194.529-79

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de maio 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO N°29/2016

Interessada: Secretarias do município de Saúde.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de enxoval hospitalar para atender Pronto Atendimento Médico, Centro de testagem e aconselhamento, unidade básica de Saúde.

Empresa Vencedora: M.C.PEREIRA RIBEIRO-ME CNPJ: 06.911.966/0001-67, venceu os itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11 e 12 perfazendo um valor total de R$63.524,40 (sessenta e três mil quinhentos e vinte quatro reais e quarenta centavos).

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de maio 2016.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO N°28/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretarias do município de Saúde.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Kit de Escovação para atender as necessidades da Equipe de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde- MT.

Empresa Vencedora:

BrasLiv Comercial Importação e Exportação LTDA. CNPJ: 10.364.725/0001-12

Valor Total R$ 89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais)

GOLDEN CLEAN Produtos Comercial Eirelli – ME CNPJ: 15.250.965/0001-00

Valor total R$ 28,500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de maio 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº017/2015

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Maristela Cristhianne Mali Nasr – ME

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – Da Vigência, Cláusula Oitava – Dos Recursos Orçamentários, Cláusula Nona – Da Fiscalização, do Contrato.

Prazo: 12 (doze) meses

Data: 13/04/2016

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 039/2015

Secretaria: Saúde

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 256, DE 3 DE MAIO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E

1. **NOMEAR,** com efeitos a 2 de maio de 2016, a servidora ***MAGNA HENRIETE BOEMECKE JACOBOWSKI,*** efetiva nocargo de Técnico Nível Superior, especialidade Assistente Social,matrícula nº 238,para responder interinamente pelas funções de **Secretária Municipal de Saúde**, desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, no período de 2 de maio de 2016 a 20 de maio de 2016, em virtude de gozo de férias da titular.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 3 dias do mês de maio de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CLENIR MARSCHALL BARRETO

Secretária Municipal Interina de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 236, DE 25 DE ABRIL DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do Memorando nº 288/2016,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR**osservidores públicos,**VANDERLEI MENDES PEREIRA, Agente de Serviço,** portador do RG nº RG nº 1091035-2 SJ/MT e CPF nº 832.244.671-34, matrícula funcional nº 77, **MIRIAN BENKE, Agente Ad-**

ministrativo, portadora do RG nº 4041015209 SSP/RS e CPF nº 680.988. 800 – 44, matrícula funcional nº 3345, **CLAUDIA INES BASSANI**, **Chefe de Divisão Administrativa**, portadora do RG nº 1305645-0 SSP/PR e CPF nº 889.650.821-53, matrícula funcional nº 2395, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, proveniente do Pregão Presencial n° 020/2016, constante abaixo:

CONTRATO	*OBJETO*	*CONTRATADA*
nº 010/ 2016	Prestação de serviços de varrição de logradouros públicos, raspagem de terra, retirada de mato ou gramíneas de meio-fios e sarjetas em vias públicas, bem como a coleta dos resíduos resultantes dos serviços efetuados, pequenos entulhos, como folhas, terra, galhos pequenos, etc., que devem ser acondicionados em sacos plásticos para posterior descarte no aterro sanitário (distante 15km do município).	A. F DA SILVA & CIA LTDA - EPP,inscrita no CNPJ sob n° 00.770. 653/0001-50,

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias de abril de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 244, DE 29 DE ABRIL DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município:

Considerando o disposto no Decreto Executivo nº. 024/2002, de 05 de junho de 2002, que regulamenta a avaliação do Desempenho do Estágio Probatório dos Servidores da Prefeitura Municipal, e suas alterações posteriores,

Considerando o disposto no Parecer nº 011/2016, expedidos pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 145/2016,

Considerando o desempenho da avaliação do servidor municipal em estágio probatório com tempo adquirido de estabilidade,

Considerando a necessidade administrativa,

R E S O L V E

1. **CONCEDER** estabilidade ao servidor municipal, abaixo relacionado, com efeitos retroativos, por haver cumprido o período de estágio probatório e obtido parecer favorável da Comissão Especial de Avaliação do Desempenho do Estágio Probatório:

Nome	Admissão	Estável
WENDER JOAO ARGUELHO BARRETO	10/04/2013	10/04/2016

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de abril de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 246, DE 02 DE MAIO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o Requerimento do servidor Nelson Laurindo Filipini,

Considerando o Memorando nº 47/2016 datado de 29 de abril de 2016, proveniente da Secretaria Municipal de Administração,

R E S O L V E

1. EXONERAR, a pedido, a partir desta data, o servidor **NELSON LAURINDO FILIPINI**, ora ocupante do cargo em comissão de Chefe Divisão Distrital de Marechal Rondon, órgãovinculado aSecretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de maio de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 248, DE 02 DE MAIO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 46, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através do Memorando nº 021, de 26 de abril de 2016,

Considerando **a necessidade administrativa e o interesse público,**

R E S O L V E

1. SUBSTITUIR, o servidor CLAUDIOMIRO BOTTIN pela servidora MARISTELA ZANETTI*,* cargo Chefe de Divisão de Meio Ambiente*,* matrícula funcional 3100, CPF 067.918.459 – 70,para compor:

a) Conselho da Cidade de Campo Novo do Parecis/CONCIDADE 2013/ 2016, instituído através da Portaria nº 631, de 19 de dezembro de 2013,

b) Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social/CONGEDES, instituído através da Portaria nº 038, de 27 de janeiro de 2014,

c) Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, instituída através da Portaria 265, de 02 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de maio de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 249, DE 03 DE MAIO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,***Considerando*** o Edital de Convocação nº 012/2016, Concurso Público nº 001/ 2012, homologado através do Decreto Executivo nº 074/2012,

R E S O L V E

1. NOMEAR,a partir desta data, a Senhora **FERNANDA DA SILVA ALVES,** portadora do **RG nº 19141610 SSP/MT** e **CPF nº 029.162.851-64,** para ocupar o cargo de **Agente Administrativo**,Especialidade **Agente Administrativo,** vinculadaà Secretaria Municipal de Finanças,do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 03 dia do mês de maio de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 254, DE 03 DE MAIO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis, alterada pela Lei Municipal 1.267/2008, de 06.11.08,

R E S O L V E

1. CONCEDER licença **MATERNIDADE** à servidora abaixo elencada pelo período que menciona.

NOME	CARGO/ESPECIALIDADE	PERÍODO
Raquel Nunes de Oliveira	Agente de Saúde/Agente Comunitária de Saúde	01/05/2016 a 31/10/2016

2. O período acima mencionado para gozo da licença maternidade será coberto da seguinte forma:

a) INSS: 01.05.16 a 31.08.16, ou seja, 4 (quatro) meses;

b) Prefeitura: 01.09.16 a 31.10.16, ou seja, 2 (dois) meses.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2016

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015,

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: NÍVEL MÉDIO - AGENTE EDUCACIONAL – ÁREA URBANA - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
39º	ELIANDRA ANDREA BAYERLE
40º	NEIVA ZANATTA PERETTI

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de maio de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE ANULAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a anulação do processo de **Dispensa de Licitação nº004/2016**, destinada à Contratação de empresa para realização de cursos de capacitação, para atender a população local.

A anulação se deve a circulação indevida de sua publicação no Diário Oficial do Estado do dia 27 de abril de 2016, nas páginas 82 e 83, e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 28 de abril de 2016, na página 22.

Campo Novo do Parecis, 04 de maio de 2016.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da CPL

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2012, a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina o arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo – Professor – Especialidade: Licenciatura Plena em Educação Física

INSCRIÇÃO	*CANDIDATO (A)*	*COLOCAÇÃO*
0000001168	FABIO PAIM TEIXEIRA	4

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munidos (as) dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 001/2012, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 102/2013, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS PARA A FEIRA MUNICIPAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: WALTERCI EDUARDO DA SILVA

Objeto: Fica acrescido o valor total de R$ 1.579,50 (Um mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

Data de assinatura: 15 de Abril de 2016.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 135/2016

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.**

CONTRATADO: **DELMA SILVA MESQUITA**

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**

VALOR: **1.126,34 (Hum Mil, Cento e Vinte e Seis Reais com Trinta e Quatro Centavos) MENSAIS.**

VIGÊNCIA: INICIANDO EM **03 DE MAIO DE 2016** E COM TÉRMINO EM **31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 297/2016

PORTARIA Nº 297/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL EGUIDALDA PEDRANJO PELO PERÍODO DE 02(DOIS) ANOS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 296/2016

PORTARIA Nº 296/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL DELMA ANGELA DO NASCIMENTO PELO PERÍODO DE 02(DOIS) ANOS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 295/2016

PORTARIA Nº 295/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA PAOLA ARAUJO KERHHOFF PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 294/2016

PORTARIA Nº 294/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA ROSANA MARIA GOMES MOREIRA VASCONCELOS PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 293/2016

PORTARIA Nº 293/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA FERNANDA FRANCIELI MAÇANEIRO PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS PORTARIA N.º 298, DE 03 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO A SERVIDORA ELIETE APARECIDA RIBAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 152, de 19 de novembro de 1992 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Verde;

Considerando que os fatos noticiados através Ofício n.º 232/2016 – GABINETE – SMS/CV em tese configuram conduta incompatível com a Administração Pública;

Considerando que constitui dever da Administração Pública apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometidas por servidores públicos;

Considerando os princípios regentes da Administração Pública, insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

Considerando, ainda, que a sindicância constitui procedimento preparatório, sendo, portanto, dispensável quando já existam elementos suficientes para justificar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD);

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Determinar a instauração e autuação de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), com a finalidade de apurar os fatos noticiados através do Ofício 232/2016 – GABINETE – SMS/CV, datado de 29/04/20165, em desfavor da Servidora ELIETE APARECIDA RIBAS, Matrícula n.º 5877, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

ARTIGO 2º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo deste Município para a condução dos trabalhos, incumbida de apurar, no prazo legal, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 03 dias do mês de maio de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS EXTRATO DO CONTRATO Nº. 033/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: M. A. VIANA DA CRUZ ME

Objeto: Locação de caminhão Truck, sendo 03 (três) pessoas com a função de serviços gerais e 01 (um) motorista para o caminhão.

Valor: 77.041,65 (cento e setenta e sete mil e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: Até 02 de Outubro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 026/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de porteiro, para atender a administração pública.

Valor: 128.941,20 (Cento e vinte oito mil e novecentos e quarenta e um reais e vinte centavos).

Vigência: Até 31 de Dezembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 025/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: D. A. BORBA DE SALLES E CIA LTDA - ME

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de porteiro, para atender a administração pública.

Valor: 382.500,00 (Trezentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais).

Vigência: Até 31 de Dezembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 028/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: NAIR BALÇANTE COSTA - ME

Objeto: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de caminhões Munck, guincho linha pesada e locação de caminhões.

Valor: 51.916,62 (Cinqüenta e um mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos).

Vigência: Até 12 de Novembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 029/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: QUALYCARE SERVIÇOS DE SAÚDE E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA.

Objeto: Prestação de serviços de transporte de pacientes em Ambulância tipo D (UTI Móvel Terrestre) dos Hospitais conveniados ao SUS no município de Campo Verde aos Hospitais de Referência Regional e Estadual.

Valor: 71.772,90 (Setenta e um mil setecentos e setenta e dois reais e noventa centavos).

Vigência: Até 25 de Dezembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 030/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: RODRIGO NOGUEIRA DIAS

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para realização/confecção de Próteses Dentárias.

Valor: 63.780,00 (Sessenta e três mil setecentos e oitenta reais).

Vigência: Até 26 de Dezembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 031/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: MERCANTIL DE PEÇAS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa especializada em caminhões pipa.

Valor: 172.291,65 (Cento e setenta e dois mil duzentos e noventa e um mil reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: Até 29 de Setembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 032/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: M. A. VIANA DA CRUZ - ME

Objeto: Contratação de Empresa especializada em caminhões pipa.

Valor: 61.250,00 (Sessenta e um mil duzentos e cinqüenta reais).

Vigência: Até 29 de Setembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 027/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Objeto: Prestação de serviços destinada ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação da contratante, através da rede de atendimento da Caixa.

Valor: 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: Até 01 de Abril de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 047/2015, CUJO OBJETO É A REFORMA DE EDIFÍCIO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O PSF PARQUE DAS ARARAS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTO LTDA.

Objeto: Fica acrescido ao contrato o valor de R$ 348,74 (Trezentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

Data de assinatura: 13 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 047/2015, CUJO OBJETO É A REFORMA DE EDIFÍCIO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O PSF PARQUE DAS ARARAS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTO LTDA.

Objeto: Fica suprimido do contrato o valor de R$ 715,61 (Setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos).

Data de assinatura: 13 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 076/2014, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO LOTEAMENTO ESTAÇÃO DA LUZ.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTO LTDA.

Objeto: Fica prorrogada a vigência até 30 de junho de 2016.

Data de assinatura: 26 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TRIGÉSIMO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 045/2013, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORISSO-COOPSERVS.

Objeto: Fica acrescido ao contrato o valor de R$ 145.108,80 (Cento e quarenta e cinco mil cento e oito reais e oitenta centavos).

Data de assinatura: 01 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 035/2014, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORISSO-COOPSERVS.

Objeto: Fica acrescido ao contrato o valor total de R$ 18.306,54 (dezoito mil trezentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Data de assinatura: 01 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 019/2015, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS ÓRGÃOS DA ADM.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado:ELTON LUIZ DE SOUZA.

Objeto: Fica prorrogado a vigência do contrato até o dia 31 de agosto de 2016.

Data de assinatura: 18 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 130/2012, CUJO OBJETO É A IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS ASSENTAMENTOS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: PPO PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP.

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 30 de junho de 2016.

Data de assinatura: 13 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 077/2013, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: M M CONSULTORIA E ASSESSORIA SOCIAL LTDA.

Objeto: Fica suprimido do contrato o valor de R$ 1.422,17 (Um mil quatrocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).

Data de assinatura: 11 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 120/2013, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Locador: IVO NATALICIO BERTONCELLO E ARLETE APARECIDA OLIARI.

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até o dia 31 d dezembro de 2016.

Data de assinatura: 18 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 028/2014, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENBDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS – CEM)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CANISIO TRAESEL E MANOEL DE ARAUJO ROCHA.

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até dia 31 de dezembro de 2016.

Data de assinatura: 18 de abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 064/2015, CUJO OBJETO É A AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O PSF ZACARIAS FURTADO DE LIMA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CONSTRUTORA SÃO RAFAEL LTDA.

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até dia 30 de junho de 2016.

Data de assinatura: 27 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 076/2014, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO LOTEAMENTO ESTAÇÃO DA LUZ.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO LTDA.

Objeto: Fica acrescido ao contrato o valor de R$ 8.306,07 (Oito mil trezentos e seis reais e sete centavos).

Data de assinatura: 06 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 044/2015, CUJO OBJETO É A AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O PSF OLÍMPIA STECANELA MACCARINI.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTO LTDA.

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Data de assinatura: 20 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 064/2014, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO MÓVEL PESSOAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado:CLARO S.A.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016.

Data de assinatura: 01 de Abril de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 029/2014, CUJO OBJETO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DA FARMÁCIA MUNICIPAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CESAR ALBERTON.

Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de dezembro de 2016.

Data de assinatura: 29 de Abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ISNEIVALDO DELMONDES DA SILVA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 08 da QUADRA 07, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 037/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do **Pregão Nº 037/2016 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos**:a empresa 4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ 13.278.238/0001-25, foi vencedora dos lotes 02, 07, 08, 13 e 15, totalizando R$ 43.247,00; E. U. DE BRITO ME, CNPJ 07.678.947/0001-03, vencedora dos lotes 01, 09, 16, 17, 19 e 20, totalizando R$ 61.128,00; GRÁFICA E EDITORA DOMINGOS LTDA, CNPJ 03.464.226/0001-31, vencedora dos lotes 04 e 11 totalizando R$ 6.445,00; MARCELO NOBRE MACEDO ME, CNPJ 23.736.487/0001-70, vencedora dos lotes 06, 10, 18 e 21 totalizando R$ 20.905,00 e SOZO & FORLIN LTDA ME, CNPJ 00.070.595/0001-51, vencedora dos lotes 03, 05, 12 e 14 totalizando R$ 32.192,50. Campo Verde, 04 de maio de 2016. Leila Gubert – Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 054/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA E ETANOL PARA ATENDER A FROTA MUNICIPAL,** namodalidade pregão (presencial) nº **054/2016**, no dia **18 de MAIO de 2016, às 14:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 04 de maio de 2016.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 066/2016.

Pregão nº. 019/2016

Processo nº. 532/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE/MT.

CONTRATADO: **EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 04.420.916/0003-13.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados dos lotes 01, conforme abaixo:

Lote	Descrição	Valor unitário atual (R$)	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro (R$)
01	EMULSÃO ASFÁLTICA CATIONICA RL-1C	1.931,49	2.194,88

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 04 de maio de 2016.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 136/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

CONTRATADO: NARAYANA CASSIA LOPES E SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: 1.363,34 (Hum Mil, Cento e Vinte e Seis Reais com Trinta e Quatro Centavos) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 03 DE MAIO DE 2016 E COM TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 040, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DECLARA A NULIDADE DO PROJETO "KIT MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE" E CONTRATOS DE DOAÇÕES NELE FUNDAMENTADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as irregularidades e consequente ilegalidade nos atos praticados para classificação e na concessão dos benefícios do Projeto "Kit Material de Construção" aos contemplados no Município de Campo Verde;

CONSIDERANDO que os atos do ente público devem obrigatoriamente obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, e que tais princípios não foram observados quando da aplicação fática do Projeto "Kit Material de Construção";

CONSIDERANDO o conteúdo da NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA de nº 03/2016, de 18 de janeiro de 2016, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, apontando as irregularidades ocorridas no decorrer das atividades do Projeto "Kit Material de Construção", bem como a recomendação de anulação dos contratos de doações avençados;

CONSIDERANDO que é nulo o ato administrativo produzido com alguma ilegalidade, podendo ser declarada a sua nulidade pela própria Administração Pública, no exercício de sua autotutela;

CONSIDERANDO*o teor da Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal: "A Administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos", e da Súmula 473/STF: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".*

DECRETA:

I - DO PROJETO "KIT MATERIAL DE CONSTRUÇÃO"

Art. 1º - Fica declarada com efeito "ex tunc" a nulidade da totalidade do Projeto "Kit Material de Construção" e de todos os atos administrativos respectivo, com impedimento à celebração de novos contratos de doação, de novas doações e de complementação de doações de materiais em favor de munícipes em contratos já celebrados.

Art. 2º - Fica a Secretaria Municipal de Habitação impedida de celebrar novos contratos de doação referente ao Projeto "Kit Material de Construção", a partir da publicação do presente Decreto.

II - DOS CONTRATOS CELEBRADOS

Art. 3.º - Os contratos celebrados com os beneficiários do Projeto "Kit Material de Construção", cuja pactuação se deu antes da vigência do presente Decreto, restam anulados, para que seus termos não produzam nenhum efeito obrigacional em relação ao Município de Campo Verde.

Art. 4º - Fica determinado que a Secretaria Municipal de Habitação proceda a formalização dos respectivos "Termo de Anulação" com relação aos contratos previstos neste Decreto, bem como as comunicações e demais atos necessários.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 02 de maio de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2016

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 010/2016, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT formalizou procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 26/2015, originada do Pregão Eletrônico nº 21/2015, realizado pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para aquisição de condicionadores de ar, nos termos da referida Ata e do respectivo Edital, sendo a detentora do preço registrado a empresa GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E ELETROD. LTDA EPP, CNPJ nº 77. 941.490/0253-01, com valor total de R$ 15.414,00 (quinze mil e quatrocentos e quatorze reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail: licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 04 de maio de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 010/2016, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT formalizou procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 03/2016, originada do Pregão Presencial nº 03/2016, realizado pela Prefeitura Municipal de Matupá - MT, para aquisição de 02 (dois) veículos automotores populares zero KM, nos termos da referida Ata e do respectivo Edital, sendo a detentora do preço registrado a empresa BRESSAN, LAMONATTO & CIA.LTDA, CNPJ nº 03.512.021/0001-84, com valor total de R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail: licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 04 de maio de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2016

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 010/2016, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT formalizou procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 24/2015, originada do Pregão Eletrônico nº 35/2014, realizado pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para aquisição de brinquedos pedagógicos, nos termos das referidas Atas e do respectivo Edital, sendo a detentora do preço registrado a empresa EKIPSUL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA EPP, CNPJ nº 04.603.900/0001-84, com valor total de R$ 663,00 (seiscentos e sessenta e três reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail: licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 04 de maio de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 038.2016, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 658, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de um Professor de Educação física, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.204,17 (três mil duzentos e quatro reais e dezessete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09 – Secretaria de cultura,esportes e turismo. 3.1.90.11.00.00.00.00.0111- Vencimentos e vantagens fixas –pessoa física.

DA VIGÊNCIA: 26/04/2016 à 16/12/2016.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e RONAIR RAMOS DA SILVA/ CONTRATADA.

NO CAMPO VIGENCIA PASSA-SE A LER: De 01/05/2016 À 16/12/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2016

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 010/2016, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT formalizou procedimento de Adesão às Atas de Registro de Preços nº 14 e 20/2015, originadas do Pregão Eletrônico nº 35/2014, realizado pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para aquisição de brinquedos pedagógicos, nos termos das referidas Atas e do respectivo Edital, sendo a detentora do preço registrado a empresa MARCENARIA SULAR LTDA, CNPJ nº 89.278.519/0001-40, com valor total de R$ 7.366,00 (sete mil e trezentos e sessenta e seis reais).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail: licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 03 de maio de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 019/2016

PORTARIA Nº 019/2016 DE: 29/04/2016

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. – Fica o Sr. **CEZAR QUEIROZ DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **5519739** Órgão Expedidor SSP/MG e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. **660.965.966-49,** Nomeado para exercer a Função de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO INTEGRADO JUNTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Abril de 2016.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 018/2016

PORTARIA Nº 018/2016 DE: 29/04/2016

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. – Fica o Sr. **CEZAR QUEIROZ DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **5519739** Órgão Expedidor SSP/MG e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. **660.965.966-49, Exonerado** da função de **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Abril de 2016.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 207/2016.

De 04 de Maio de 2016.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora **IRACI CARNIEL SEFSTRON**, Servidora no cargo de Professora, que havia sido nomeada para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 007/2016-Pregão Presencial nº 004/2016 que tem por Objeto: ***Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte de Alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Canarana-MT. para o ano letivo de 2016*.**

Art. 2º **-** Nomear **DAIANA CRISTINA BOTH ANDRES** no cargo de Professora de Educação Infantil, como Fiscal dos referidos Contratos.

Art. 3º - Designar, **SUSANE ANI GEIB** servidora no cargo de Professora como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 022/2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 04 de Maio de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 208/2016.

De 04 de Maio de 2016.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Servidora **IRACI CARNIEL SEFSTRON**, servidora no cargo de Professora, que havia sido nomeada para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 010/2016-Pregão Presencial nº 005/2016 que tem por Objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza e utensílios domésticos para atender as necessidades das escolas da rede pública municipal do Município de Canarana-MT.**

Art. 2º - Nomear **SUSANE ANI GEIB** servidora no cargo de Professora, como Fiscal dos referidos Contratos.

Art. 3º - Designar **DAIANA CRISTINA BOTH ANDRES** no cargo de Professora de Educação Infantil, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 075/2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 04 de Maio de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO **ao Contrato nº 070/2015, firmado com a empresa ALESSANDRO DO NASCIMENTO – ME para o fornecimento de materiais esportivos.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773. 839-20, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa **ALESSANDRO DO NASCIMENTO - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº. 06.124.188/ 0001-66, estabelecida na cidade de Cuiabá-MT, à Av. Deliberto Ferreira da Costa, nº300, Bairro Santa Isabel, neste ato representada por **HAITON SOUZA DE ARRUDA**, Carteira de Identidade nº.0325314-7 CPF nº 318. 400.941-68, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO contrato nº 070/2015**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Terceira – da Forma de Execução, Prazo e Vigência, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 015/2015.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – da Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **90 (noventa) dias.**

2.2 – O prazo de execução fica estendido até o dia 29/07/2016.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de notas fiscais liquidas e não pagas e diante disso existe a necessidade de manter a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 20 de Abril de 2016.

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

ALESSANDRO DO NASCIMENTO - ME

.....

HAITON SOUZA DE ARRUDA

RG nº. 0325314-7 SSP/MT e CPF nº 318.400.941

FISCAL DO CONTRATO

.....

DAIANA DA ROSA MORAIS

PORTARIA 181/2015 DE 23/03/2015

Testemunhas:

01:_____ 02:_____

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071-2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO **ao Contrato nº 071/2015, firmado com a empresa GERAÇÃO 2.000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA-EPP para o fornecimento de materiais esportivos.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste

ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773. 839-20, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa**GERAÇÃO 2.000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. 03.449.844/0001-02, estabelecida na cidade de Cuiabá-MT, à Rua Pernanbuco, nº 456, Bairro CPAII, neste ato representada por **ELTON ALEXANDRE BUENO COSTA**, Carteira de Identidade nº.59222856 SSP/PR, CPF nº 874.542.269-53, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO contrato nº 071/2015**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Terceira – da Forma de Execução, Prazo e Vigência, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 015/2015.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – da Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **90 (noventa) dias.**

2.2 – O prazo de execução fica estendido até o **dia 29/07/2016**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de notas fiscais liquidas e não pagas e diante disso existe a necessidade de manter a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 20 de Abril de 2016.

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

GERAÇÃO 2.000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E

MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA-EPP

.....

ELTON ALEXANDRE BUENO COSTA

RG nº. 59222856 SSP/PR e CPF nº 874.542.269-53

FISCAL DO CONTRATO

.....

DAIANA DA ROSA MORAIS

PORTARIA 181/2015 DE 23/03/2015

Testemunhas:

01:_____ 02:_____

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 023/2016

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO* AO CONTRATO N.º 023/2016,** que entre si fazem a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT,** e a empresa **MEI VIVALDO FERREIRA DE MORAIS 14110822149.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato **pelo**Prefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78.640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **MEI VIVALDO FERREIRA DE MORAIS 14110822149**, inscrita no CNPJ/MF nº 15.017.583/0001-30, estabelecida na cidade de Canarana –MT à Rua Guarita nº 964, Bairro Nova Canarana, CEP 78.640,00, neste ato representada por **VIVALDO FERREIRA DE MORAIS**, Carteira de Identidade nº. 520529 SSP/MT e CPF nº 141. 108.221-49, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Pregão Presencial n.º 007/2016**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **Acréscimo na prestação de serviços diários de transporte de alunos da Rede Publica de Ensino do Município de Canarana,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 007/2016,** conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Lict.	Quant. Adit.	Dias letivos	Total KM	Especificação detalhada do objeto	R$ unit.	R$ tot
1	115	20	150	**3.000**	ÍTEM 01 - Linha 01: Chácara Peixe Vivo, Chácara Muller, Lago Azul, Chácara Ipê, Chácara Pfeifer, Chácara Zangaletti	3,24	9.720,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica **acrescentada à clausula Quarta - Do Valor e Condições Pagamento, inciso 4.1** ao contrato originário o montante de **R$ 9.720,00 (nove mil, setecentos e vinte reais)**.

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – A Secretaria Municipal de Educação justifica que existe a necessidade de atender as alunas Eduarda Zanatta e Raíssa ClaraZanatta que estudam respectivamente nas Escolas Paulo Freire e Nova Era, residentes na Fazenda Ponta Bonita, pois as mesmas apresentou declaração da fazenda devidamente assinada. **(justificativa em anexo).**

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula segunda, inciso 2.1, alínea XIII do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 023/2016, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 04 de Maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

MEI VIVALDO FERREIRA DE MORAIS 14110822149

.....

VIVALDO FERREIRA DE MORAIS

RG nº. 520529 SSP/MT e CPF nº 141.108.221-49

FISCAL DO CONTRATO

.....

Srª DAIANACRISTINA BOTH ANDRES

Portaria nº 207/2016 de 04/05/2016

SUPLENTE DE FISCAL DO CONTRATO

.....

SUSANE ANI GEIB

TESTEMUNHAS

NOME ..... NOME .....

RG ..... RG .....

CPF ..... CPF .....

ASSINATURA ..... ASSINATURA .....

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 206/2016.

De 04 de Maio de 2016.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ALTAIR GRESPAN**, no cargo de Chefe do Departamento de Serviços Urbanos, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 031/2016, Adesão Parcial à Ata de Registro de Preços nº 094/2015 – Pregão Presencial nº 049/2015-Prefeitura Municipal de Sorriso-MT,** que tem por Objeto ***o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de caminhão equipado com compactador de lixo.***.

Art. 2º - Nomear **ALINI DA SILVA GRESPAN**, fiscal de Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 04 de Maio de 2016**.**

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO **ao Contrato nº 073/2015, firmado com a empresa P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME para o fornecimento de materiais esportivos.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador

da Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773. 839-20, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa**P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 21.395.275/0001-41, estabelecida na cidade de Várzea Grande-MT, à Rua.Clóvis Hugueney, nº 70, Centro, neste ato representada por **RUBENS PAULINO DAS DORES**, Carteira de Identidade nº. 4.391.103 SSP/MG e CPF nº 882.468.176-04, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO contrato nº 073/2015**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Terceira – da Forma de Execução, Prazo e Vigência, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 015/2015.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – da Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **90 (noventa) dias.**

2.2 – O prazo de execução fica estendido até o **dia 29/07/2016**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de notas fiscais liquidas e não pagas e diante disso existe a necessidade de manter a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 20 de Abril de 2016.

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME

.....

RUBENS PAULINO DAS DORES

RG nº. 4.391.103 SSP/MG e CPF nº 882.468.176-04

FISCAL DO CONTRATO

.....

DAIANA DA ROSA MORAIS

PORTARIA 181/2015 DE 23/03/2015

Testemunhas:

01:_____ 02:_____

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 072/2015

***SEGUNDO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO N.º 072/2015,** que entre si fazem a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT,** e a empresa**NAJAH ABDEL KARIM SAFA E CIA LTDA-EPP.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **EVALDO OSVALDO DIEHL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Paraná, n° 93, Centro nesta cidade de Canarana – MT, CEP 78.640-000, portador do RG nº 211.566 SSI/SC e CPF nº 132.773.839-20**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **NAJAH ABDEL KARIM SAFA E CIA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº05.315.313/0001-52, estabelecida na cidade de Canarana-MT, à Rua. Guarita, nº. 205, Centro, neste ato representada por **CARLOS FERNANDES DA SILVA**, Carteira de Identidade nº. 527642 SSP/MT e CPF nº 317.823.451-91, doravante denominada **CONTRATADA**firmam o presente **TERMO ADITIVO** conforme decidido no Processo Administrativo de **Pregão Presencial n.º 015/2015**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **Acréscimo no fornecimento de diversos materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 015/2015,** conforme quantidades mencionadas abaixo:

Item	Quant Lict.	Adit. 25%	unid	Especificação detalhada do objeto	Marca	R$ unit.	R$ tot
2	50	12	UND	Bola oficial de futebol de campo, termotec, com 12 gomos, confeccionada com PU, 68 – 70 cm, 410 – 450 g. Câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	Penalty	107,90	1.294,80
3	50	12	UND	Bola oficial de futebol de campo, costurada a mão, com 32 gomos, confeccionada com microfibra 68-70 cm, 410-450 g. Câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	Penalty	163,90	1.966,80
6	30	07	UND	Bola oficial de futsal, tamanho infantil (sub13), termotec, com gomos, confeccionada com PU 55-59 cm, 350 – 380 g, câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	Penalty	137,90	965,30
8	20	05	UND	Bola oficial de vôlei, matizada, com 18 gomos, confeccionada com microfibra, 65-67 cm, 260 – 280 g, câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	Penalty	149,90	749,50
17	15	03	UND	Bola oficial de basquete, tamanho mirim, matizada, confeccionada com microfibra, bola com selo da Confederação Brasileira de Basquetebol (CBB), 72-74 cm, 450-500 g, câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	Penalty	175,00	525,00
18	15	03	UND	Bola oficial de basquete, tamanho masculino, matizada, confeccionada com borracha, possui como diferencial rebaixonos seus frisos para melhor ajustar-se a mão, 75-78 cm, 600-650 g, câmara butil, matizada, borracha, miolo removível.	Penalty	54,90	164,70
20	12	03	PAR	Rede futebol de campo, seda, fio 4mm, malha 10x10, com proteção UV.	Master	335,90	1.007,70
25	10	02	PAR	Rede de vôlei, 4 faixas algodão, fio 2mm, Nylon, com porta antena	Master	164,00	328,00

26	30	07	UND	Apito modelo profissional. Fabricado em plástico resistente. Amplitude sonora: 115 decibéis.	Fox	37,00	259,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica **acrescentada à clausula Quarta - Do Valor e Forma de Pagamento, inciso 4.1 ao contrato originário o montante de R$ 7.260,80 (vinte e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – O acréscimo justifica-se devido que as quantidades estimadas e licitadas através de processo licitatório, não serem o suficiente para suprir toda demanda existente, onde encontram-se em andamento campeonatos municipais em todas as modalidades.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula sexta, inciso 6.1, alínea "d" do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº. 072/2015, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Canarana-MT, 24 de Fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

NAJAH ABDEL KARIM SAFA E CIA LTDA-EPP

.....

ANTÔNIO CARLOS FERNANDES DA SILVA

RG nº. 527642 SSP/MT e CPF nº 317.823.451-91

FISCAL DO CONTRATO

.....

DAIANA DA ROSA MORAIS

PORTARIA 181/2015 DE 23/03/2015

TESTEMUNHAS

NOME .....

RG .....

CPF .....

ASSINATURA .....

NOME .....

RG .....

CPF .....

ASSINATURA .....

APROVADO: Parag. Único, Art. 38 da Lei 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 077/2015, firmado com a empresa **SANFELICE & CIA LTDA-ME** para o fornecimento de materiais de expediente.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773. 839-20, doravante denominada de **CONTRATANTE,** e a empresa **SANFELICE & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MFnº.04.855.336/0001-97, es-

tabelecida na cidade de Canarana-MT, à Rua Santa Rosa, nº563, Bairro Nova Canarana, neste ato representada por **EVANDRO SANFELICE**, Carteira de Identidade nº. 1.192.642-2 SJ/MT e CPF nº 846.075.211-91, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO contrato nº 077/2015**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.6, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 034/2014.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.**

2.2 – O prazo de vigência do contrato fica estendido até o dia 06/05/2017, podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja a realização de novo processo licitatório.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo e ainda por vários fatores administrativos o que justificamos ainda que desta forma o município não ficará sem o fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 28 de Abril de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

SANFELICE E CIA LTDA - ME

EVANDRO SANFELICE

RG nº 1.192.642-2 SSP/MT e CPF nº 846.075.211-91

FISCAL DO CONTRATO

ELIANE MARQUES BENEDITO

PORTARIA 262/2015 DE 04/05/2015

Testemunhas:

01:_____ 02:_____

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 001/2016.

CONTRATO Nº 020/2016

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR/REALIZADOR: Prefeitura Municipal de Agua Boa

ÓRGÃO ADESO: Secretaria Municipal de Viação e Obras

ADESÃO PARCIAL – PREGÃO PRESENCIAL: Nº 025/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 027/2015

Através do presente termo de apostila para reajuste de preços, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, agroempresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773.839-20, **RESOLVE** registrar aumento nos preços da empresa **DISBRAL – DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO S/A**, inscrita no CNPJ/MF nº 26.917.005/0001-77 estabelecida na cidade de Aparecida de Goiânia – GO à Via Primaria 8, Quadra 18, Modulos 24/47, neste ato representada por **GRAZIELLY ALVES FERREIRA**, brasileira, casada, assistente de licitação, Carteira de Identidade nº. 542834 SSP/GO e portadora do CPF nº 826.318.161-53, de acordo com o presente termo de apostila nos termos das clausulas abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude de autorização da **Petrobrás, através da Gerencia de Comércio Interno de Asfaltos, conforme AB-MC/CPE/CIA-004/16 datada do dia 01/04/2016 (anexo aos autos)**, órgão Federal que regulamenta o aumento de emulsão asfáltica, fica alterado em um percentual de **12 % para o fornecimento de Emulsão Asfáltica RL-1C.**

Parágrafo Único: Com os reajustes acima mencionado, serão alterados os valores unitários de preços constantes do contrato acima referenciados, ficando os novos preços, que serão praticados **a partir do dia 02 de Abril do corrente ano** e nos valores abaixo descritos:

Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Anterior (R$)	Valor Alterado (R$)	Valor Acrescido (R$)
03	Tonelada	Emulsão Asfáltica RL-1C	Disbral	1.807,48	2.024,78	217,30

CLÁUSULA SEGUNDA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições para o fornecimento do produto acima registrado serão definidas no futuro no contrato de fornecimento a ser firmado entre as partes. As demais clausulas ajustadas no ***CONTRATO nº 020/2016***, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana – MT, 04 de Maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

DISBRAL – DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO S/A

.....

GRAZIELLY ALVES FERREIRA

RG nº. 542834 SSP/GO e CPF nº 826.318.161-53

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 145/2016 - ERRATA

ONDE SE LÊ:

"III – Objeto: Aquisição de combustível- oleo diesel BS-10."

LEIA -SE:

"III – Objeto: Aquisição de combustível gasolina e etanol."

DECRETO Nº 145/2016

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal e no Art. 65 a 88 da Lei n° 8.666/93; e a necessidade de disciplinar a execução dos contratos,

Art. 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **JAIR MICIAS DA COSTA,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato nº16/2016, a partir do dia 04 de março de 2016.

I – Pregão Presencial n° 09/2016

II – Contrato n° 16/2016

III – Objeto: Aquisição de combustível gasolina e etanol.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 28 de março de 2016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DA PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO, SRA. DEISE DIONE MUTSCHALL, VEM POR MEIO DESTE RETIFICAR O EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 026/2016 COM OBJETO AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, TIPO PICK-UP CABINE DUPLA FABRICAÇÃO NACIONAL ANO/MODELO 2016/2016 E UM VEICULO MOTOCICLETA 125 CC PARTIDA ELÉTRICA SUSPENSÃO ALTA 0 KM, EM ATENDIMENTO À NECESSIDADE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS (http://www.tce.mt.gov.br/diario) DO DIA 29/04/2016, PÁGINA 21, CONFORME SEGUE ABAIXO:

ONDE SE LÊ:

TERMO DE REFERÊNCIA ITEM 3:

Valor Unitário Máximo: R$63.933,00 (sessenta e três mil novecentos e trinta e três reais).

Valor Global Máximo: R$63.933,00 (sessenta e três mil novecentos e trinta e três reais).

SUB ITEM

4.1 Valor Global Estimado R$73.711,00 (Setenta e três mil setecentos e onze reais)

LEIA-SE:

TERMO DE REFERÊNCIA ITEM 3:

Valor Unitário Máximo: R$63.666,00 (sessenta e três mil seiscentos sessenta e seis reais).

Valor Global Máximo: R$63.666,00 (sessenta e três mil seiscentos sessenta e seis reais).

SUB ITEM

4.1 Valor Global Estimado R$73.444,00 (Setenta e três mil quatrocentos e quarenta e quatro reais)

Publique-se

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2016

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2016,** cujo objeto**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS DOS ESTOFAMENTOS E BASES DOS BANCOS DA FROTA DE ÔNIBUS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedora a empresa:

IMPERIO ACESSORIOS E PEÇAS LTDA-ME

CNPJ nº 08.813.368/0001-80

Carlinda - MT, em 04 de Maio de 2016.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 146/2016 - ERRATA

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º - Fica NOMEADO o Senhor RICARDO FERNANDES DA COSTA, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato nº15/2016, a partir do dia 11 de março de 2016, e SANSÃO LEITE DE CARVALHO como seu suplente."

LEIA-SE:

"Art. 1º - Fica NOMEADO o Senhor RICARDO FERNANDES DA COSTA, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato nº17/2016, a partir do dia 11 de março de 2016, e SANSÃO LEITE DE CARVALHO como seu suplente."

DECRETO Nº 146/2016

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal e no Art. 65 a 88 da Lei n° 8.666/93; e a necessidade de disciplinar a execução dos contratos,

Art. 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **RICARDO FERNANDES DA COSTA,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato nº17/2016, a partir do dia 11 de março de 2016, e SANSÃO LEITE DE CARVALHO como seu suplente.

I – Pregão Presencial n° 16/2016

II – Contrato n° 17/2016

III – Objeto: Aquisição de um coletor de lixo, visando atender a necessidade da Secretaria Municipal de Cidades, conforme condições e especificações constantes no termo de referência.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 28 de março de 2016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **05/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA** inscrita no **CNPJ sob n° 10.717.170/0001-45**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Material de Iluminação Pública**

VALOR: **R$ 125.642,00 (Cento e vinte e cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais)**.

VIGÊNCIA: 11.04.2016 a 11.04.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 11/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 034/2016

CONTRATO N°: **34/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A) **GILMAR REZER 50362275149 - CNPJ/MF sob o n.º 17.277.276/0001-14**

OBJETO: Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil

VALOR: **R$ 52.560,00 (Cinqüenta e dois mil quinhentos e sessenta reais)**

VIGÊNCIA: 14/04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 14/04/2016

EXTRATO DE CONTRATO N.º 031/2016

CONTRATO N°: **31/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A)**Luiz Barbon - CPF/MF n.º 058.451.499-91**

OBJETO: **Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**

VALOR: **R$ 1.820,88 (Hum mil oitocentos e vinte reais e oitenta e oito centavos)**.

VIGÊNCIA: 08.04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 032/2016

CONTRATO N°: **32/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A)**LUIZ GONZAGA EVANGELISTA - CPF/MF sob n.º 904.191.031-04**

OBJETO: **Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**

VALOR: **R$ 5.143,80 (Cinco mil cento e quarenta e três reais e oitenta centavos)**.

VIGÊNCIA: 08.04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 033/2016

CONTRATO N°: **33/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A) **MENDANHA CONSTRUTORA LTDA – EPP** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 04.613.404/0001-01**

OBJETO: Contrato Administrativo de Obra e Serviços de Engenharia, com Fornecimento de Materiais e Mão de obra – Empreitada Global – para a Construção de Creche/Pré-Escola Tipo 1 na Av. Nossa Senhora Aparecida, Bairro Santa Rita na sede do Município de Castanheira - MT.

VALOR: **R$ 1.912.401,18 (Hum milhão novecentos e doze mil quatrocentos e um reais e dezoito centavos)**

VIGÊNCIA: 12/04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Medição

DATA DE ASSINATURA: 12/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 026/2016

CONTRATO N°: **26/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**SJC SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA – ME** inscrita no **CNPJ/MF n.º 03.931.109/0002-11**

OBJETO: Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Radiodifusão para Divulgação e Transmissão de Atos Oficiais

VALOR: **R$ 39.800,00 (Trinta e nove mil e oitocentos reais)**.

VIGÊNCIA: 06.04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 06/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 027/2016

CONTRATO N°: **27/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**NIVALDO ALVES PEREIRA - CPF/MF n.º 002.847.207-12**

OBJETO: **Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**

VALOR: **R$ 3.516,00 (Três mil quinhentos e dezesseis reais)**.

VIGÊNCIA: 08.04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 028/2016

CONTRATO N°: **28/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**Vilda Luzia Felipe - CPF/MF n.º 593.739.541-72**

OBJETO: **Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**

VALOR: **R$ 4.368,60 (Quatro mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos)**.

VIGÊNCIA: 08.04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 030/2016

CONTRATO N°: **30/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A)**JAIME BRUNO - CPF/MF sob n.º 208.832.269-87**

OBJETO: **Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**

VALOR: **R$ 5.208,60 (Cinco mil duzentos e oito reais e sessenta centavos)**.

VIGÊNCIA: 08.04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **04/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**COXIPO MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 26.579.029/0001-63**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Material de Iluminação Pública**

VALOR: **R$ 54.625,00 (Cinqüenta e quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais)**.

VIGÊNCIA: 06.04.2016 a 06.04.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 06/04/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 029/2016

CONTRATO N°: **29/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A)**Waldir dos Reis da Silva - CPF/MF n.º 551.093.811-00**

OBJETO: **Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**

VALOR: **R$ 3.249,60 (Três mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)**.

VIGÊNCIA: 08.04.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **03/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**3M COMERCIO ELETRICO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA - ME** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 04.347.124/0001-07**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Material de Iluminação Pública**

VALOR: **R$ 54.637,50 (Cinqüenta e quatro mil seiscentos e trinta e sete reais e cinqüenta centavos)**.

VIGÊNCIA: 06.04.2016 a 06.04.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 06/04/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **02/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA- ME** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 37.227.550/0001-58**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Material de Iluminação Pública**

VALOR: **R$ 54.690,40 (Cinqüenta e quatro mil seiscentos e noventa reais e quarenta centavos)**.

VIGÊNCIA: 06.04.2016 a 06.04.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 06/04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 040/2016

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE EXECUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO SOBRE O RIO LAGOINHA, COM EXTENSÃO DE 22 METROS DE COMPRIMENTO POR 05 METROS DE LARGURA, APARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

DO VALOR GLOBAL:R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais).

VIGENCIA: 30 (Trinta) dias.

CONTRATANTE:LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: EMPRESA FCK – ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE 012/2016

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, sediada à Rua Tiradentes, 166, Centro, através da Senhora Maili da Silva Matoso, presidente da CPL, torna publico para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE EXECUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO SOBRE O RIO LAGOINHA, COM EXTENSÃO DE 22 METROS DE COMPRIMENTO POR 05 METROS DE LARGURA, PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS CONFORME TERMO DE REFERENCIA, do tipo menor preço global, obteve o seguinte resultado **FCK – ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** valor de **R$ 46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais).**

Chapada dos Guimarães/MT, 04 de maio de 2016.

MAILI DA SILVA MATOSO

Presidente da Comissão de Licitação

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

OBJETO: *contratação de SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE LANCHES PARA O GRUPO DE 3º IDADE (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS).*

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, ora denominada licitadora, através de sua Pregoeira, torna público a todos os interessados que o PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 com abertura marcada **para o dia 06/05/2016 às 13:30 horas**, fica **PRORROGADA** para o dia **09/05/2016 às 13:30 horas** a entrega dos envelopes e abertura do processo licitatório.

MOTIVO: PARA ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NO SISTEMA E POR INTERESSE PÚBLICO.

Chapada dos Guimarães 04 de maio de 2016.

MAILI DA SILVA MATOSO

Pregoeira

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2016

DO OBJETO: SERVICOS ESPECIALIZADOS NA ESPECIALIZACAO E ADEQUACAO DO PROJETO DE LEI PARA ALTERACAO DA LOA-2016 DO MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES.

DO VALOR GLOBAL:R$ 11.000,00 (Onze mil reais).

VIGENCIA: 30 (Trinta) dias.

CONTRATANTE:LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: STS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA - ME .

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 039/2016

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM REFORMA NA CRECHE IRMÃ BERTHA.

DO VALOR GLOBAL:R$ 18.337,73 (dezoito mil trezentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos).

VIGENCIA: 30 (Trinta) dias.

CONTRATANTE:LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: MESSIAS COELHO DA SILVEIRA-ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2016

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE 2ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA/MT."

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

Considerando as necessidades da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários,

Considerando a ordem rigorosa de classificação do Processo Seletivo Público nº 001/2016, realizado pela Prefeitura Municipal de Claudia /MT,

CONVOCA:

Ficam convocadas a partir de 04 de Maio de 2016, as candidatas aprovadas no processo Seletivo Publico 001/2016, abaixo relacionadas, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Claudia- MT, no horário de expediente das 07:00 ás 11:00 horas e das 13:00 á 17:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias a conta da publicação dessa convocação, com a documentação e exames exigidos para serem contratados nos respectivos cargos:

Agente Comunitário de Saúde/ PSF I:

Clas.	COD.	NOME	PNE
1	216	Elisangela da Silva Cabrerizo	N

Agente Comunitário de Saúde/ PSF IV:

Clas.	COD.	NOME	PNE
1	106	Simone Francisca de Oliveira	N

Claudia-MT, 04 de Maio de 2016.

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO-PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

O Sr. Luiz Henrique do Amaral, Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; TORNA PÚBLICO, que estão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO,** para os cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate a Endemias (ACE):

1 - DAS VAGAS:

1.1 - Para o preenchimento das vagas de Agente Comunitário de Saúde faz-se necessário que o candidato resida no local de origem das mesmas, conforme Inciso I do Art. 6 da Lei Federal nº 11.350/2006. Já para as vagas de Agente de Combate a Endemias (Vigilância Ambiental) o local de exercício das atividades inerentes ao cargo, dos candidatos aprovados e contratados, será definido conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Quadro 1 – Caracterização das vagas do Processo Seletivo para ACS e ACE.

CARGOS	VAGAS	REQUISITOS ESPECÍFICOS	JORNADA	VENCIMENTO EM R$
Agente Comunitário de Saúde	01	Ensino Fundamental Completo	40 h/s	1.014,00
Agente de Combate a Endemias	02	Ensino médio completo	40 h/s	1.014,00

2 – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

2.1 **- Agente Comunitário de Saúde -** o Agente Comunitário de Saúde tem como atribuições: o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor. 2.2 – **Agente de Combate a Endemias** – o Agente de Combate a Endemias tem como atribuições: o controle da dengue e outras endemias; realizar pesquisa larvária em imóveis para levantamento de índice, descobrimento de focos, armadilhas (ovitrampas) e pontos estratégicos; realizar a eliminação de criadouros tendo como métodos de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc.); executar o tratamento focal e perifocal como medida complementar ao controle mecânico, aplicando larvicida ou adulticida conforme orientação técnica; coletar exemplares de vetores em armadilhas ou em seu habitat natural; observar a “ordem de serviços”, para verificação dos produtos (categoria, prazo de validade, condições de uso) e os equipamentos necessários; realizar cada serviço como momento único e singular, evitando retornos e reclamações; abordar os moradores de forma cortês, identificando-se através do crachá, que deverá ser portado sempre em lugar visível; dar oportunidade aos moradores para perguntas e solicitações de esclarecimentos; orientar a população de forma clara e precisa; dirigir-se ao Encarregado e/ou Coordenador, quando houver dúvida técnica; deixar seu itinerário diário de trabalho no posto de abastecimento (PA); e encaminhar ao serviço de saúde os casos suspeitos de Dengue e outras endemias. **3 - DA DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS:**

3.1- Os candidatos para Agente Comunitário de Saúde deverão se inscrever para as vagas pertencentes dentro da área de abrangência de sua residência. Para tanto, deverão observar o que segue:

Quadro 2 – Distribuição das vagas do Processo Seletivo para ACS.

Número de Vagas	Número de Cadastro de Reserva	Localidade	Micro área
01	00	Zona Rural	**12 - Itacaiú**

3.2 - Os candidatos para Agente de Combate a Endemias deverão se inscrever para as vagas e poderá trabalhar tanto na zona urbana como na rural do município. Para tanto, deverão observar o que segue:

Quadro 3 – Distribuição das vagas do Processo Seletivo para ACE.

Número de Vagas	Número de Cadastro de Reserva	Localidade
02	00	Zona Rural e Zona Urbana

4 – DAS INSCRIÇÕES:

4.1 - A inscrição no Teste Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e em editais complementares ou de retificações. Antes de efetuar a inscrição, é da responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes ao processo seletivo para se certificar de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e assumir o cargo se aprovado e convocado.

4.2 - As inscrições serão realizadas entre os dias **9 de maio a 20 de maio de 2016** na Secretaria Municipal de Saúde, com sede à Rua Alceu Bezerra Vilarinho, s/nº, no setor Expansão do Novo Cocalinho, no horário normal de expediente, ou seja, das 08h00min às 11h00min edas 13h00min às 17h00min.

4.3 - Não será cobrada nenhuma taxa de inscrição para estes Processos Seletivos.

4.4 Condições para inscrição:

4.4.1 - Ser brasileiro nato, naturalizado ou possuir dupla cidadania;

4.4.2 - Estar em gozo dos direitos políticos;

4.4.3 - Haver votado nas últimas eleições ou ter justificado ausência;

4.4.4 - Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

4.4.5 - Possuir idade mínima de 18 anos na data de inscrição;

4.4.6 - Possuir ensino Fundamental Completo, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde e ensino Médio Completo para Agente de Combate a Endemias;

4.4.7 - Comprovante de residência. Para os cargos de ACS o comprovante deve ser do local de origem da vaga;

4.5 - As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo candidato com apresentação de documento oficial com foto.

4.6 - No momento da inscrição será retida uma cópia do comprovante de residência que será anexada à ficha de inscrição do candidato.

5- DAS INSCRIÇÕES POR PROCURAÇÃO:

5.1 - A inscrição poderá ser realizada por procurador formalmente constituído com poderes especiais, não sendo aceita inscrição condicional, por via postal, *fac-símile* (fax), via correio eletrônico e/ou extemporâneas, sob qualquer pretexto. 5.2 - No caso de inscrição por procuração, será exigida a entrega do respectivo mandato, com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do documento de identidade do candidato e a apresentação do documento de identidade original do procurador. 5.3 - O candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição. 5.4 - O candidato assume todas as responsabilidades legais por quaisquer declarações falsas prestadas. A Prefeitura de Cocalinho – MT não se responsabiliza por informações e endereços incorretos ou incompletos, fornecidos pelo candidato ou seu procurador.

6 – DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

6.1 - Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições da vaga pretendida.

6.2 - Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas.

6.3 - O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de necessidades especiais, se aprovado e classificado no Processo Seletivo, figurará em lista específica e na listagem de classificação geral.

6.4 - A aptidão física do candidato e a capacidade funcional para o exercício da atividade pública serão comprovadas em perícia médica determinada pela Administração Municipal.

6.5 - O candidato, cuja necessidade especial não for configurada, ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada, será desclassificado da lista exclusiva de candidatos portadores de necessidades especiais, passando a figurar apenas na lista de classificação geral.

6.6 - Os candidatos que portarem necessidade especial e necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão se manifestar no ato da inscrição, declarando na ficha de inscrição a necessidade da qual é portador, a espécie, o grau ou nível da lesão, com expressa referência à condição especial para a realização da prova.

6.7 - Os candidatos portadores de necessidades especiais, inscritos como tal, terão reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas a serem preenchidas no Teste Seletivo.

7 – DAS PROVAS:

7.1 – Prova objetiva

7.1.1 - A prova objetiva será elaborada de acordo com o cargo público, constando de questões do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta. As questões da prova versarão sobre assuntos do conteúdo programático constante nos anexos I e II.

7.1.2 As provas objetivas serão realizadas no dia **5 de junho de 2016**, com início às 08h00min e término as 10h00min e será composta de 25 (vinte e cinco) questões com pontuação máxima de 5 (cinco) pontos, sendo assim distribuída:

Quadro 4 – Pontuação necessária da prova objetiva do Processo Seletivo para ACS e ACE.

DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	VALOR TOTAL
Português	05	1,0	5,00
Matemática	05	1,0	5,00
Conhecimentos de Informática	05	1,0	5,00
Conhecimentos Específicos	10	3,5	35,0
Total	50,00		

7.1.3 - Cada questão terá cinco alternativas, com apenas uma resposta correta, a qual deverá ser assinalada **sem rasura** no gabarito.

7.1.4 - No dia da realização das provas, os candidatos deverão se apresentar, com no mínimo 30 minutos antes do horário determinado para início das provas, e, não poderão entrar no local de prova os candidatos que chegarem atrasados.

7.1.5 - A nota final será obtida pela soma da pontuação, considerando classificados os candidatos que atingirem no mínimo 50% de aproveitamento da prova.

7.1.6 - O resultado da prova objetiva será divulgado no dia **10 de junho de 2016**.

7.2 - Prova prática

7.2.1 - Para o cargo de ACE, os candidatos aprovados na prova objetiva serão submetidos a uma prova prática na qual o candidato deverá atingir nota mínima de 60% (sessenta por cento) do total de pontos da prova objetiva, que valerá 50 (cinquenta) pontos.

7.2.2 As provas práticas serão realizadas no dia **12 de junho de 2016**, com início às 08h00min e término as 17h00min, com intervalo para almoço.

7.2.3 - Após a classificação na prova objetiva, serão convocados para realizar o teste físico os candidatos melhores classificados na mesma.

7.2.4 A avaliação física obedecerá ao contido no Anexo III deste Edital e terá caráter eliminatório.

7.2.5 A avaliação física irá considerar se o candidato é APTO ou INAPTO para exercer a função.

7.2.6 Os testes de aptidão física serão aplicados em um único dia.

7.2.7 - As normas do teste de aptidão física, bem como os índices mínimos para cada teste se encontram estabelecidos no anexo III.

7.2.8 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação dos testes por qualquer motivo.

7.2.9 - Os testes de aptidão física serão divididos nas seguintes etapas:

Quadro 5 – Etapas do teste de aptidão física para ACE.

ETAPAS	TESTES	
1	TESTE 1	Borrifação com bomba costal
2	TESTE 2	UBV portátil
3	TESTE 3	Visita domiciliar

7.2.10 – Antes do início das provas, os candidatos receberão as instruções técnicas necessárias para a participação nos testes.

7.2.11 – O candidato aprovado nos índices mínimos, conforme estabelecido no Anexo III, em todos os testes previstos, será considerado apto.

7.2.12 – Caso não alcance o índice mínimo num dos testes previstos, não realizará os subsequentes e não poderá realizá-los em outra data.

7.2.13 – A classificação se dará da seguinte forma: Pontuação do teste de aptidão física + pontuação da prova objetiva = Pontuação Final.

7.2.14 – A classificação na prova prática se dará pela soma dos pontos em cada um dos testes previstos.

7.2.15 – O resultado da prova prática será divulgado no **dia 15 de junho de 2016**.

7.3 - O ingresso do candidato nos locais das provas somente será permitido no horário estabelecido, com a apresentação do documento de identificação com foto.

7.4 - Será excluído das provas o candidato que:

7.4.1 - Apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova.

7.4.2 - Não apresentar documento de identificação com foto.

7.4.3 - Ausentar-se do recinto da prova sem permissão ou praticar ato de incorreção ou descortesia com qualquer examinador, fiscal de prova, membros da Coordenação incumbidos da realização das provas.

7.4.4 - Comunicar-se verbal, escrita ou por meio de gestos com outro candidato.

7.4.5 - Quebrar o sigilo da prova mediante qualquer sinal que possibilite a identificação.

7.4.6 - Ao terminar a prova, não entregar ao Fiscal de Prova, obrigatoriamente, o Caderno de Prova Objetiva de múltipla escolha e a folha de respostas.

7.4.7 - Ausentar-se do local de prova sem o acompanhamento do Fiscal de Prova.

7.4.8 - Utilizar-se de meios ilícitos para a realização da prova.

7.4.9 - Utilizar telefone celular na sala de realização da prova.

7.6.10 - Portar armas.

7.4.11 - Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

7.4.12 - Permanecer na sala após a conclusão e entrega da prova.

7.5 - É proibido, durante a realização das provas, o porte de arma ou de qualquer equipamento eletrônico como telefone celular, *pager*, *beep*, calculadora, agendas eletrônicas ou similares, *walkman*, gravador, canetas eletrônicas, ou qualquer outro receptor de mensagens.

7.6 - Durante as provas é proibida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, à utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações.

7.7 - Os objetos de uso pessoal (bolsas, pochetes, bonés, pastas etc.) serão colocados em local indicado pelo Fiscal de Prova e retirados somente após a entrega final do Caderno da Prova objetiva de múltipla escolha e a folha de respostas.

7.8 - Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão sair da sala juntos, já que deverão testemunhar o fechamento correto dos envelopes das folhas de respostas e dos cadernos de provas respondidos.

7.9 - Na realização da prova objetiva de múltipla escolha não será permitido esclarecimento sobre o enunciado das questões ou o modo de resolvê-las.

7.10 - O candidato deverá preencher a folha de respostas, de forma clara e sem rasuras, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de escrita grossa.

7.11 - A folha de respostas será o único documento válido para efeito de correção da prova.

7.12 - Será considerada nula a folha de respostas que estiver assinalada a lápis.

7.13 - O candidato deverá devolver, obrigatoriamente, ao Fiscal de Prova, o Caderno da prova objetiva de múltipla escolha e a folha de respostas devidamente preenchida e assinada.

7.14 - Não serão atribuídos pontos a respostas divergentes do Gabarito, que apresentarem rasuras, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

7.15 - A duração da prova será três (03) horas, sendo permitida a saída dos candidatos da sala somente depois de decorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

7.16 - O Gabarito para conferência do desempenho dos candidatos será publicado até o 2º (segundo) dia útil após a realização da prova no mural das Escolas, Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.17 - Não haverá segunda chamada da prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência.

7.18 - O local para a realização da prova objetiva será na **Escola Getúlio Vargas** com sede à Rua Alceu Bezerra Vilarinho, s/nº, setor Central.

7.19 – O ponto de encontro para a realização da prova prática será a **Secretaria de Saúde**. A prática ocorrerá em campo.

8 – DA CONVOCAÇÃO:

8.1 - Será classificado o candidato que obtiver aprovação na prova objetiva de múltipla escolha, para Agente Comunitário de Saúde. Na prova objetiva de múltipla escolha e prática para Agente de Combate a Endemias.

8.2 - A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos na prova objetiva de múltipla escolha para Agente Comunitário de Saúde. Na prova objetiva de múltipla escolha e prática para Agente de Combate a Endemias.

8.3 - Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as disciplinas da prova objetiva, serão fatores de desempate os seguintes critérios:

a) Maior pontuação na disciplina de Conhecimentos Específicos;

b) Maior pontuação na disciplina de Língua Portuguesa;

c) Maior pontuação na disciplina de Matemática; e

d) Maior idade.

8.3.1 - Os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos terão a idade como primeiro critério de desempate, hipótese em que terá preferência o mais idoso. Caso persista o empate, deverá ser observado o critério estabelecido no item 8.3, conforme estabelecido na Lei em vigor.

8.3.2 - Em caso de empate na pontuação da prova prática, terá preferência o candidato que tiver, na seguinte ordem:

a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), desde que a natureza do cargo assim permita;

b) utilizado menor tempo para execução das tarefas na prova prática;

c) maior nota, na prova objetiva, em Conhecimentos Específicos; e

d) maior idade.

9 - DOS RECURSOS:

9.1 - Caberá recurso contra as inscrições indeferidas, dentro de **três** (03) dias úteis, a contar da data de publicação da homologação das mesmas.

9.2 - Caberá recurso contra qualquer questão da prova objetiva de múltipla escolha e da prova prática, desde que devidamente fundamentado e identificado, dentro de três (03) dias úteis, a contar da data de publicação do Gabarito no mural das Escolas do município, Estação Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e mural da Secretaria de Saúde do Município observado que cada candidato terá direito a apenas um recurso para cada questão da prova.

9.3 - O recurso deverá ser individual com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado.

9.4 - Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado, fora do prazo ou não subscrito pelo próprio candidato.

9.5 - O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem sobre a identidade do recorrente e o número de inscrição.

9.6 - Os recursos deverão ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Alceu Bezerra Vilarinho, s/nº, setor Expansão do Novo Cocalinho, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, onde o Caderno da Prova estará disponível para consulta.

9.7 - Os recursos serão analisados pela Comissão constituída pela Portaria nº 010/2016, de 13 de abril de 2016.

9.8 - Se, do exame do recurso, resultar anulação de questão, os pontos da questão anulada serão atribuídos a todos os candidatos, independente de terem ou não recorrido, não cabendo recurso da decisão.

9.9 - Se houver alteração no Gabarito, por força da anulação de questão, será divulgada a alteração em novo edital no mural das Escolas do Município, Estação Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e mural da Secretaria de Saúde do Município.

9.10 - O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO:

10.1 - Os candidatos convocados deverão apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 - Fotocópia e original da Carteira de Identidade;

10.1.2 – Fotocópia do C.P.F.;

10.1.3 - Fotocópia e original de Comprovante de Residência (Conta de água, energia elétrica, telefone, etc., que comprove local de residência. Para os moradores da zona rural, INCRA ou Declaração de dois moradores da comunidade comprovando residência);

10.1.4 - Fotocópia e original de Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental para ACS e do Ensino Médio para ACE;

10.1.5 - Fotocópia e original de antecedentes criminais;

10.1.6 - Declaração de bens;

10.1.7 - Declaração de acúmulo de cargos;

10.2 - Para efeito de admissão, o candidato será submetido a exame médico de caráter eliminatório, a ser realizado pela equipe médica designada pela Secretaria Municipal de Administração e Previdência.

10.3 - Assumir as funções no prazo que lhe for determinado.

10.4 - Participar de cursos, encontros, congressos ou seminários que lhe for determinado.

10.5 - O candidato convocado que não possuir toda a documentação, do item 10.1, não se apresentar no prazo para a contratação ou não quiser assumir o cargo será considerado desistente e será convocado o candidato seguinte de acordo com a classificação.

10.6 - O local de atuação dos candidatos aprovados na área urbana será definido pela Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com o interesse da administração pública.

10.7 - Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 (setenta) anos, em obediência ao Art. 40, inciso II da C/F, de 5 de outubro de 1988.

10.8 - Não exercer cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acumulação permitida na Constituição.

10.9 - Não receber proventos de aposentadoria oriundos de emprego ou função exercidos perante a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas Autarquias, empresas ou fundações, conforme preceitua o artigo 37, parágrafo 10º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, com redação dada pela emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os Empregos Eletivos e os empregos em comissão.

11 – DAS CONDIÇÕES ADICIONAIS:

11.1 - A aprovação no Processo Seletivo não cria direito à contratação, mas esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

11.2 - A habilitação no Processo Seletivo não assegurará ao candidato o direito à contratação, se revelando apenas como expectativa de ser admitido, ficando a concretização deste ato administrativo condicionada à observância das disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e conveniência da Administração Pública Municipal e de acordo com as disposições orçamentárias em todos os casos.

11.3 - Em nenhuma hipótese haverá justificativa para os candidatos pelo não cumprimento dos prazos determinados, nem serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.

11.4 - Todas as publicações referentes a este Processo Seletivo serão devidamente postadas no mural das Escolas do Município, Estação Rodoviária, mural e *site* da Prefeitura e mural da Secretaria de Saúde do Município.

11.5 - É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os atos publicados referentes a este Processo Seletivo.

11.6 - O candidato aprovado se compromete a manter seu endereço atualizado, por meio de correspondência dirigida à Secretaria Municipal de Saúde de Cocalinho – MT. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização do mesmo.

11.7 – Candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde devem estar cientes de que se mudar de residência da área/microárea de atuação implicará em dissolução do vínculo de trabalho.

11.8 - Nos termos do artigo 37, parágrafo 10, da Constituição Federal, acrescido pela emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, é vedada a percepção simultânea de salários com proventos de aposentadoria, salvo nas hipóteses de acumulação remunerada, expressamente prevista pela Constituição Federal.

11.9 - O Processo Seletivo a que se refere este Edital terá a validade a partir da data de homologação, sendo **por tempo indeterminado.**

11.10 – Todos os casos omissos ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica do Município serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo instituída pela Portaria nº 010/2016, de 13 de abril de 2016.

Cocalinho – MT, 03 de maio de 2016.

_____

Alcina Rocha dos Santos

Secretária Municipal de Saúde

Cocalinho – MT

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA
ENSINO FUNDAMENTAL
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

a) Língua Portuguesa:

Interpretação de texto. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Substantivo e adjetivo: flexão de gênero, número e grau. Verbos: regulares, irregulares e auxiliares. Emprego de pronomes. Preposições e conjunções. Concordância verbal e nominal. Crase. Regência.

b) Matemática:

Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionaria e decimal: operações e propriedades. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples. Equação de 1° grau. Sistema métrico: sistema de tempo, comprimento, superfície e capacidade. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Raciocínio lógico. Resolução de situações problema.

c) Conhecimentos de informática:

Noções gerais de operação dos editores de textos Word e Open Office Writer: principais comandos aplicáveis ao texto, tabelas, Noções gerais de operação dos sistemas operacionais Windows e Windows XP: uso de arquivos, pastas e operações mais frequentes. Noções gerais de operação das planilhas: digitação e edição de dados, construção de fórmulas para cálculos de valores, formatação de dados e gráficos. Noções gerais de utilização de Internet. Utilização do correio eletrônico.

d) Conhecimentos específicos:

Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos; Interpretação demográfica; Conceito de territorialização, microárea de abrangência; Indicadores epidemiológicos; Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/ doenças da população; Critérios operacionais para definição de prioridades: indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade de atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade, outros; Sistema de informação em saúde; Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processo migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infraestrutura básica, outros; Promoção de saúde: conceito e estratégias; Doenças de notificação compulsória; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes pa-

ra o enfrentamento dos problemas; Intersetorialidade: conceito e dinâmica político-administrativa do município; Informação, educação e comunicação: conceitos, diferenças e interdependência; Formas de aprender e ensinar em educação popular; Cultura popular e sua relação com os processos educativos; Participação e mobilização social: conceitos, fatores facilitadores e/ ou dificultadores da

ação coletiva de base popular; Pessoas portadoras de necessidades especiais; abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Calendário básico de vacinação; Estatuto da criança e do adolescente; Estatuto do idoso; Noções de ética e cidadania; Portaria nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, Política Nacional de Atenção Básica.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA
ENSINO MÉDIO
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

a) Língua Portuguesa:

Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépia, divisão silábica, prosódia-acentuação e ortografia; Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras; Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, crase e pontuação; Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.

b) Matemática:

Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras. Geometria básica. Criptografia. Simetria. Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Comparações. Calendários. Numeração. Razão e proporção. Regra de Três.

c) Conhecimentos de informática:

Noções gerais de operação dos editores de textos Word e Open Office Writer: principais comandos aplicáveis ao texto, tabelas, Noções gerais de operação dos sistemas operacionais Windows e Windows XP: uso de arquivos, pastas e operações mais frequentes. Noções gerais de operação das planilhas: digitação e edição de dados, construção de fórmulas para cálculos de valores, formatação de dados e gráficos. Noções gerais de utilização de Internet. Utilização do correio eletrônico.

d) Conhecimentos Específicos:

Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Prevenção e promoção da Saúde: Visita Domiciliar - Saúde e comunidade. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliações em saúde: conceitos, tipos instrumentos e técnicas; Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento; Medidas de prevenção e controle de vetores; Noções básicas de doenças como Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, dentre outras. Animais peçonhentos e zoonoses (dengue, Chikungunya, Zika vírus, leishmaniose, leptospirose, doenças causadas por pombos, carrapatos e pulgas). Riscos ambientais relacionados a fatores químicos e físicos que influenciam na qualidade do ar, do solo e da água para consumo humano. Manejo de animais domésticos. Portaria nº 3.252 de 22 de dezembro de 2009; Instrução Normativa nº 1, de 7 de março de 2005/MS. Coleta seletiva do lixo; Riscos ambientais: contaminantes (produtos químicos). Ética profissional.

ANEXO III – PROVA PRÁTICA
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

A prova prática, de caráter classificatório e eliminatório, serão realizadas pela Coordenação da Vigilância Ambiental e visam avaliar a capacidade do candidato de suportar, física e organicamente, as exigências da prática de atividades físicas e demais exigências do cargo de Agente de Combate a Endemias.

1. CRITÉRIOS:

1.1 – Será considerado apto o candidato aprovado nos índices mínimos em todos os testes previstos. Caso não alcance o índice mínimo em um dos testes previstos, o candidato não realizará o subsequente e não poderá realizá-lo em outra data.

1.2 – Os candidatos aptos serão classificados, em função da soma dos pontos obtidos em cada um dos testes, sendo a **pontuação máxima de 50 pontos**.

1.3 – A Comissão responsável pela aplicação das provas e a Secretaria de Saúde se isentam de qualquer responsabilidade sobre acidentes que possam vir a ocorrer com os candidatos durante e após a realização dos testes.

1.4 – Será vedada a presença de acompanhantes do candidato do local de realização dos testes.

2. DOS TESTES:

2.1 - Borrifação com bomba costal

Objetivo: medir indiretamente a força muscular.

A metodologia para a preparação e execução do teste de borrifação com bomba costal para os candidatos, obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Ao comando “em posição”, o candidato deverá se colocar frente ao equipamento;

b) Ao comando “iniciar”, o candidato procederá com o ajuste do equipamento ao corpo. Em seguida, procederão com a sucção, compressão, pulverização e aplicação de produto conforme especificação técnica;

c) A contagem dos procedimentos corretos considerará a total execução dos comandos.

A pontuação do teste de Borrifação com bomba costal, para os candidatos será atribuída conforme a tabela a seguir:

Quadro 6 – Pontuação do teste de Borrifação com bomba costal para ACE.

PROCEDIMENTOS	PONTOS
Ajuste	3
Sucção	3
Compressão	3
Pulverização	3
Aplicação de produto conforme especificação	4,7
TOTAL	**16,7**

2.2 – Borrifação com Ultra Baixo Volume (UBV) portátil

Objetivo: Medir indiretamente a resistência muscular.

A metodologia para a preparação e execução do teste de Borrifação com UBV portátil para os candidatos, obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Posicionamento adequado de aplicação nos imóveis; manuseio apropriado do produto químico; agilidade na aplicação; uso correto de EPI’s; capacidade de resistência.

A pontuação do teste de Borrifação com UBV portátil, para os candidatos será atribuída conforme a tabela a seguir:

Quadro 7 – Pontuação do teste de Borrifação com UBV portátil para ACE.

PROCEDIMENTOS	PONTOS
Posicionamento adequado de aplicação nos imóveis	3
Manuseio apropriado do produto químico	3
Agilidade na aplicação	3
Uso correto de EPI’s	3
Capacidade de resistência	4,6
TOTAL	**16,6**

2.3 – Visitas domiciliares

Objetivo: Medir indiretamente a capacidade e o desempenho nas atividades de andar/caminhar a maior distância possível.

A metodologia para a preparação e execução da atividade de visitas domiciliares para os candidatos, obedecerá aos seguintes aspectos:

a) Orientação à população; Pesquisa Vetorial Especial (PVE); tratamento focal com larvicida; remoção prévia dos focos larvários; busca ativa de novos casos; preenchimento de relatórios e formulários.

Quadro 8 – Pontuação do teste de visita domiciliar para ACE.

PROCEDIMENTOS	PONTOS
Orientação à população	4,7
Pesquisa Vetorial Especial	2
Tratamento focal com larvicida	3
Remoção prévia dos focos larvários	3
Busca ativa de novos casos	2
Preenchimento de relatórios e formulários	2
TOTAL	**16,7**

S Teste 1 + Teste 2 + Teste 3 = 50 pontos.

ANEXO IV – CALENDÁRIO

ETAPAS	DATAS
Publicação do Edital	**04/05/2016**
Resultado das Inscrições	**23/05/2016**
Homologação das Inscrições	**25/05/2016**
Provas Objetivas	**05/06/2016**
Publicação dos Gabaritos	**06/06/2016**
Resultado Parcial das Provas Objetivas	**08/06/2016**
Resultado Final das Provas Objetivas	**10/06/2016**
Prova Prática	**12/06/2016**
Resultado Parcial da Prática	**13/06/2016**
Resultado Final da Prática	**15/06/2016**
Resultado Final do Processo Seletivo	**16/06/2016**
Homologação do Processo Seletivo	**17/06/2016**

PORTARIA Nº 012/2015, DE 02 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 012/2015, DE 02 DE MAIO DE 2016.

"Designa Gestor Financeiro que especifica e dá outras providências".

O **Prefeito Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. **ALCINA ROCHA DOS SANTOS,** portadora da **CIRG n° 401.329 – SSP-MT** e **CPF n° 304.521.551-34**, titular da pasta da Secretaria Municipal de Saúde, para em conjunto com o Prefeito Municipal, gerir os recursos financeiros da conta corrente nº 27.931-5, agência nº 1317-X do Banco do Brasil, incluindo todos os atos atinentes à movimentação de contas correntes e de aplicação a seguir:

a) Abrir contas de depósito b) Emitir Cheques; c) Receber, passar recibo e dar quitação; d) Solicitar saldos, extratos e comprovantes; e) Requisitar talonários de cheques; f) Retirar cheques devolvidos; g) Endossar cheques; h) Sustar / contraordenar cheques; i) Cancelar cheques; j) Baixar cheques; k) Efetuar resgates / aplicações financeiras; l) Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; m) Efetuar pagamentos por meio eletrônico; n) Efetuar transferências por meio eletrônico; o) Efetuar movimentação financeira no RPG; p) Consultar contas / aplicações programas repasse recursos; q) Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; r) Solicitar saldos / extratos, exceto investimentos; s) Solicitar saldos / extratos de investimentos; t) Solicitar saldos / extratos de operações de crédito; u) Emitir comprovantes; v) Efetuar transferência para mesma titularidade; w) Encerrar contas de depósito;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições ao contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Luiz Henrique do Amaral Rogério Moreira

Prefeito Municipal Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 259/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 569/2013, que nomeou o senhor **Darcy Gonçalves**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Desenvolvimento e Produção, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 222/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR SERGIO JACINTO DA SILVA, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE I, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 221/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 167/2016, que designou o servidor SERGIO JACINTO DA SILVA, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Atenção a Saúde, DAS III, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 220/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

AUTORIZA o retorno as atividades normais, à servidora, SANDRA PIRES DA SILVA, Monitor de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016, em virtude do término de seu afastamento concedido por força do deferimento de Auxílio Doença através da Portaria nº. 191/2016 de 18 de março de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 219/2016

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de AUXILIO DOENÇA através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor da servidora Iris Aparecida de Moura".

O Prefeito Municipal de Colider Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais.

Resolve,

Art. 1º Conceder o Benefício de Auxilio doença através do Instituo Nacional do Seguro Social (INSS) em favor da servidora Srª. IRIS APARECIDA DE MOURA, a partir de 01 de abril de 2016, nomeada no cargo em comissão de Monitor de Setor, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, EMPREGO E RENDA, CULTURA E TURISMO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Colíder/MT, 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 218/2016

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de AUXILIO DOENÇA através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Gerseno da Silva Dias".

O Prefeito Municipal de Colider Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais.

Resolve,

Art. 1º Conceder o Benefício de Auxilio doença através do Instituo Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Srº. GERSENO DA SILVA DIAS, durante o período de 01 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016, nomeada no cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Colíder/MT, 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 217/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR nos termos do artigo 38 e seguintes da Lei nº. 2873/2016, os servidores (as) abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016, segue abaixo nome dos servidores enquadrados:

NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
GERACILDA EVA DE JESUS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	08
SOLANGE APARECIDA LEITE	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	08
SERGIO JACINTO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	09
LEONE RAIMUNDO DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SAÚDE)	A	08
DEJAIME DA SILVA	INSPETOR SANITÁRIO	B	08
MARIA APARECIDA PEDROSO	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	09
VALTER JOSE SMERDECK	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	09
SUELI APARECIDA DE ALMEIDA PINTO	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	09
SONIA APARECIDA CANDIDO	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	04
JOAQUINA DE OLIVEIRA LEITE	TECNICO EM ENFERMAGEM	B	08
RITA APARECIDA DE CASTRO	ZELADORA (SAÚDE)	A	08
MARIA MADALENA BARBOSA ROCHA	TECNICO EM ENFERMAGEM	B	06
ISMARA BRIGIDA C BONIN	FISIOTERAPEUTA 30 HORAS	A	08
ELAINE CRISTINA BIANCHI DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	B	08
LUIZ HUMBERTO FAZAN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SAÚDE)	A	09
NOEMIA PRESTES	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	06
MARIA APARECIDA DOS SANTOS BUZIZO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SAÚDE)	A	06
ALTAIR ANTUNES DE OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	06
ROGERIA DE OLIVEIRA TREVISAN	ODONTOLOGO	A	06
FRANCISCO GOMES DA SILVA	BIOQUIMICO 20 HORAS	A	06
ROSIMEIRE SILVA DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	06
ABNER FORTUNATO RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	06
ZULEIDE DE SOUZA	ZELADOR (SAÚDE)	A	06
AMARILDO MARAN	MOTORISTA (SAÚDE)	A	06
VALDELICE DA SILVA L GONÇALVES	ZELADOR (SAÚDE)	B	06
SIDNEI ALE ROSSETTO	BIOQUIMICO 20 HORAS	B	06
CLEIDE PRATES RIBEIRO	ZELADOR (SAÚDE)	B	05
CLOVIS JOSE ALVES	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	05
MARIA DO CARMO R DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	05
LUANA CRISTINA RIBEIRO	ODNOTOLOGO	A	05
JAIME GONZAGA RIBEIRO	MOTORISTA (SAÚDE)	A	05
NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
FATIMA MARIA DA SILVA MARTINS	TECNICO EM ENFERMAGEM	B	05
MARCIA NAVEGANTE F DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	03
EDNA CRISTIANE CASEDEI GUEDES	ENFERMEIRO	A	04
LUCIANE DE SOUZA GARCIA PERES	FONOAUDIOLOGO	A	05
JILDETE FERNANDES BITTES R	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	04
LUZAINA ROSA DA CUNHA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	05
ROSILENE BRITO DE SOUSA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	04

SILVANA MARIA FIRMINO	TECNICO EM ENFERMAGEM	B	05
MARIA CRISTINA DE ARAUJO	ATENDENTE	C	05
LEANDRO WILCENSKI	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	04
VALDEIR DIAS DE LA TORRE	MOTORISTA	A	03
MARIA APARECIDA DE CASTRO DOMINGOS	ZELADOR (SAÚDE)	B	05
SIRLENE FERREIRA DA SILVA	ZELADOR (SAÚDE)	B	05
FLORISVALDO GOMES BARBOSA	VIGIA (SAÚDE)	A	04
PAULO FERREIRA DA SILVA	VIGIA (SAÚDE)	A	04
CLAUDIO ADAO GESSI	VIGIA (SAÚDE)	A	04
FRANCIELE BRISK FRANCISCO	FISIOTERAPEUTA 30 HORAS	A	04
MARIA APARECIDA AIRES NEGRAO DE OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	04
LUCIANA MENEGATI	TECNICO EM ENFERMAGEM	B	04
ELIZANGELA RAMOS DE ASSIS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	04
PRISCILA ANTONIA REIS COLOMBO	NUTRICIONISTA (SAÚDE)	A	02
RAQUELGONZALEZ CALUNGA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	A	04
CARMEN ALICE COTRIM GARCIA STROPA	TERAPEUTA OCUPACIONAL 30 HORAS	A	04
LUCY MARA GOMES	FARMACEUTICO	A	04
DAIANA CARLA LOTTI	FISIOTERAPEUTA 30 HORAS	A	03
ENI TEIXEIRA CARDOSO	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	03
FRANCIELI SANTOS DO CARMO	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	04
LEONTINA FERREIRA VETTORI	PSICOLOGO (SAÚDE)	C	04
MARIA DE JESUS RODRIGUES	ENFERMEIRO	A	02
MARIA ELAINE DUARTE DE LIMA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	A	02
ROSANI BORGUEZAN	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	04
TIAGO ROSA DE SOUZA LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	04
VERA FERNANDES DE CARVALHO ARAUJO	TECNICO EM PATOLOGIA CLINICA	A	02
PEDRO AMARAL DA FOSENCA	MOTORISTA (SAÚDE)	A	03
LOURIVAL ALVES FROTA	MÉDICO CLINICO GERAL 20 HORAS	B	02
CRISTIANE CAVEQUIA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	03
ANDREA MACIEL MARTINS	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	03
FRANCISCO LINDOMAR DE LIMA DOMINGOS	VIGIA (SAÚDE)	A	03
MARIA EVA DA ROCHA SIMON	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	03
ILIANE TEREZINHA ALVES DE MORAIS	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	03
DAYANE CAROLINI RODRIGUES	ENFERMEIRO	B	03
FABIO ANDRE MANGOLIM	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	03
JOCELY GUIMARAES DOS SANTOS LUBNON	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	B	03
MEIRIELEN CRISTINA DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO (SAÚDE)	A	03
WILLIANS MORAES SILVA DE OLIVEIRA	FISIOTERAPEUTA 30 HORAS	A	03
VIVIANE DEBORA DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	03
ANGELITA DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	03
MARIA DE FATIMA DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	03
MARIA APARECIDA MEDEIROS DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	03
JOYCE MILKA DE SOUZA	INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES	A	03
CIMONE MALICE	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
MARIA JOE CIAN HOINACKI	ZELADOR (SAÚDE)	A	03
GLEICE FRANCIANE BERTANI	ENFERMEIRO	B	03
JOSE PAULINO DA CUNHA B SEIDENTHAL	PSICOLOGO (SAÚDE)	A	02
DENILSON DE ALMEIDA DE PAULA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
DOLORES SUNIGA	ZELADOR (SAÚDE)	A	02

FRANCIANO RENATO PEREGO	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	B	02
EVANICE INES APARECIDA DO CARMO	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
IGOR FUZARO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	A	02
MARIANA COSTA	ODONTOLOGO	A	02
FABIANA REGINA FRANCISCO	ODONTOLOGO	B	02
ARIBERTO EDUARDO BRUGALI PIVA	ODONTOLOGO	A	02
JOANA JULIA GODOY ZEBALHO	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
SELMA MARIA RAMOS PAULINO	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
PRISCILLA ROSANE RODRIGUES	ASSISTENTE SOCIAL (SAÚDE) 30 HORAS	A	02
MARI APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
MARIA LUCIA BORGES MOTA	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
ANGELA MARIA DA PAIXAO	ENFERMEIRO	B	02
MARA LEMOS	ENFERMEIRO	B	02
ANGELA MARIA LOPES	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
MARIA APARECIDA ROCHA SEVERO GOMES GARCIA	TECNICO EM PATOLOGIA CLINICA	A	02
NILTON NISHIOKA	MÉDICO ESPECILISTA 10 HORAS	A	02
CLEONIR DRUCZKOWSKI	ZELADOR (SAÚDE)	A	02
WILMA APARECIDA DE MOURA OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
JAIME PEREIRA LIMA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
MARLENE DE OLIVEIRA SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
MICHELLE ALVES DE SOUZA ROSA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
JOSE LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA	MÉDICO CLINICO GERAL 30 HORAS	A	02
OSVALDO AMANCIO MEDEIROS	MÉDICO CLINICO GERAL 40 HORAS	A	02
MARCO AURELIO DE OLIEIRA MENDONÇA	MÉDICO CLINICO GERAL 30 HORAS	A	02
SUELLEN CORDASSO NCLEMENTE DA COSTA	NUTRICIONISTA (SAÚDE)	A	02
VALDEMIR JOSE DE FREITAS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
MARCIELI FAVERO	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
RENITA LIMBERGER DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
JOSE CARLOS FERREIRA	TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA E SAÚDE AMBIENTAL	A	02
ELIAS BATISTA PEREIRA	MOTORISTA (SAÚDE)	A	02
PATRICIA YAGUCHI	ENFERMEIRO	A	02
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	ODONTOLOGO	A	02
ALEX DE ALEMIDA DE PAULA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
MARIA APARECDIA SOARES PADILHA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
KELLEN DA SILVA SOUSA	ENFERMEIRO	A	02
FATIMA COSTA DE OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
LUCIMAR MARIA DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	02
TALYTA VIEIRA SILVA MOTA	ODONTOLOGO	A	02
ANDERSON VILMAR STROHER	FARMACEUTICO E BIOQUIMICO	A	02
HUMBERTO DE LIMA BARBOSA	MOTORISTA (SAÚDE)	A	02
CLAUDINEIA DOS REIS	TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA E SAÚDE AMBIENTAL	A	02
REGIANE APARECIDA DE SOUZA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	01
JULIANA SANTOS PEREIRA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	01
CADECK CARVALHO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	A	01
JULIO CEZAR DA LUZ FERREIRA FILHO	FONOAUDIOLOGO	A	01
ROGERIO NUNES SILVA	ENFERMEIRO	A	01
CRISTINA GERMANA DA MATA	TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA E SAÚDE AMBIENTAL	A	02
ITAMARA DA SILVA CALDEIRA	ODONTOLOGO	A	01

KARINE DINIZ	ENFERMEIRO	A	01
MARLUCE ARRUDA DA SILVA	ENFERMEIRO	A	01
EDRIANE CASSIA CARBONERA	TECNICO EM ENFERMAGEM	A	01
GESMIANE DE OLIVEIRA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
MARINALVA DA SILVA VIANA SOUZA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ELDER MARTINS SANTANA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
CELIA ROCHA SOARES	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
VALDINEIA APARECIDA PERES	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
SANDRA MEDEIROS BARBOSA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
GRAZIELA SANCHES DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ALINE GRACILEI DA SILVA MOLINA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ANA PAULA RIBEIRO DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ROSENI MACENA DE JESUS	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
EDILAINE CANDIDO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
BRUNA FONSECA MOREIRA CROSS	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ELIANE PINTO PENA LOPES	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
MEIRE HELEN DA SILVA AQUINO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
SUELEN APARECIDA FREIRE	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
MARIA TEREZINHA DUARTE	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
BRUNA NATTIELY VIEIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ROSANGELA DE SOUSA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
DIRCEIA ALMONDES SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
IDENE APARECIDA SILVERIO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ROBERTA MARTINS CONTE	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ODETE JULIANA DA FONSECA ZANE	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
DIANE MARTINS DURCO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
CRIZEIDE COSTA DA SILVA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
DAIANE SANTOS SANTANA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
GLEICY FERNANDES RAMOS	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
KARINA SANTOS LIMA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
VILMA FERREIRA DE SOUZA LIMA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
CAIO BOVO GOMES	ODONTOLOGO	A	01
ANA LUCIA LOPES CASSEMIRO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
CARLOS PEREIRA MARTINS	ENFERMEIRO	A	01
CLAUDINEI GONÇALVES DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	01
GEIZER JADSON DE OLIVEIRA	FISIOTERAPEUTA	A	01
MARIA IZABEL DE ARAUJO ROCHA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
LIDIANE PINTO PENA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
NILDA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
LUZIANE NASCIMENTO SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ROSINERE DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
BEATRIZ MAYARA JOSE	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
FATIMA APARECIDA DE SOUZA SMERDCK	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ALAN BRUNO VIEIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
CELIA REGINA FRANCISCATO SARDELLI	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
THAIS MARTINS SANTANA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
ANA CARLA WOLF COSTA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
GERCI DINIZ DE ALBUQUERQUE	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
DAIANY TRIPODI ARAGAO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
MAGALI FRANCISCATO	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
DEBORA NARRARY MENDONÇA DE OLIVEIRA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
ORLI MONTEIRO DOS SANTOS	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
VANESSA ROSSATIUK CHIELE RIBAS	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
EDILENA APARECIDA SILVA OLIVEIRA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
ELAINE DA SILVA MIRANDA LORENZO	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
DEBORA JUCILENE MARTINS ALMEIDA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
EDNA SANT ANA SOARES	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
CREIDE FRANCISCA RAMOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01
JECYCA POLIANA SOUZA SALES	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
MARCIA APARECDIA ALEXANDRE	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
MARIA JOSE NAVA DA SLVA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
MEIRE RIBEIRO DA SILVA SANTOS	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
ADRIANA SANTOS LUNA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	A	01
DEBORA BERGAMIN DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	A	01

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 215/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR DIELLY PEXE PLENS VIEIRA, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 214/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA TEREZINHA ANDREOTTO COALHO, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 213/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR ANGELICA GUADAGNINI BATISTA, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 212/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, por aposentadoria por Idade, a servidora MARIA ROSALVA GOMES DE SOUZA, do cargo de Apoio Administrativo Educacional, classe B, nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 211/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR ANGELICA ANDRADE, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 210/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora ANGELICA ANDRADE, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Insumos, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 209/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 483/2015, que designou a servidora LUCY MARA GOMES, Farmacêutica, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Assistência Farmacêutica, DAI III, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 208/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor EURIPEDES MESSIAS ALVES, do cargo em comissão de Secretario Adjunto de Agricultura e Pecuária, DAS III, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 207/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR por motivo de indeferimento da Ação de Aposentadoria Compulsória através do Processo nº. 157-80.2011.811.0009 (Código: 55603), em tramitação pela 1ª Vara da Comarca de Colider – MT, e Mandado de Segurança nº. 199-27.2014.811.0009 (Código: 86706) em tramitação pela 1ª Vara da Comarca de Colider - MT, conforme cópias em apensos, o servidor OSVALDO JESUS DA PURIFICACAO, do cargo de Motorista, nível 06, classe A, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 206/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR EMERSON FRANCISCO DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Ren-

da, Cultura e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 205/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor WELLINGTON FRANCISCO DA SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Energia, Estudos e Projetos, DAI III, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 442/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 002/2016, que nomeou a senhora **Luciana Gomes de Oliveira,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 487/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Aparecida de Oliveira Gomes,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 441/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Leyde Dayane de Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 488/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal **Aparecida de Oliveira Gomes**, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 489/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 241/2013, que nomeou a senhora **Leda Maria da Veiga Matias,** para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 440/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 334/2015, que nomeou a senhora **Leyde Dayane de Oliveira,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal Saúde e

Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 439/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Elso Ribeiro Pinto**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 490/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Leda Maria Da Veiga Matias,** para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 438/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 05/2015, que nomeou o senhor**Elso Ribeiro Pinto**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 437/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Fernanda Darryelli Claro Gomes**, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 436/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 032/2015, que nomeou a senhora**Fernanda Darryelli Claro Gomes,** para exercer o cargo em comissão de Diretora de Departamento de Vigilância em Saúde, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 435/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Angelita Dias Barbosa**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 434/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 566/2013, que nomeou a senhora **Angelita Dias Barbosa,** para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Unidade PSF Celídio Marques, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 433/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Adriana Ferreira Barboza**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 491/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal **Leda Maria da Veiga Matias**, da Secretaria Municipal de Gestão Pública para a Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 432/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 708/2013, que nomeou a senhora **Adriana Ferreira Barboza,** para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Unidade PSF Bom Jesus, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 492/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 594/2015, que nomeou a senhora **Luzinete Ferreira Valeri,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Apoio a Idoso, Menores e Pessoas Deficientes, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 431/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Rúbia Magni Carvalho Novo**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 493/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Luzinete Ferreira Valeri,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de

Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 430/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 171/2016, que nomeou a senhora**Rúbia Magni Carvalho Novo,** para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Unidade PSF Santa Clara, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 494/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 616/2014, que nomeou o senhor **José Carlos Donadia**, para exercer o cargo em comissão de Procuradoria e Assessoria Jurídica, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 429/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora Evaneide Pereira Lima, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 428/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 462/2012, que nomeou a senhora**Evaneide Pereira Lima,** para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Unidade PSF Nova Galiléia, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 427/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Michele Oliveira de Godoi**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 495/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Senhor **José Carlos Donadia**, Mecânico de Máquinas Pesadas, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, DAI – I, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 426/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 009/2015, que nomeou a senhora**Michele Oliveira de Godoi**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Assistência aos PSFs, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 425/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Aline Targa**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 496/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 618/2014, que nomeou a senhora **Suzani Petini**, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Gabinete, lotada no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 424/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 593/2015, que nomeou a senhora**Aline Targa**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Educação Permanente, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 423/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Edriane Cássia Carbonera**, Técnica em Enfermagem, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 497/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Suzani Petini**, Recepcionista, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 422/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 565/2014, que nomeou a senhora**Edriane Cássia Carbonera**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Atenção Básica, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 498/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 546/2014, que nomeou o senhor **João Bosco Pereira de Morais**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Gabinete, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 421/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Marinaldo Gomes Aragão**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 420/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 671/2013, que nomeou o senhor Marinaldo Gomes Aragão, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Atendimento ao Público, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 499/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **João Bosco Pereira de Morais**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 419/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Érica Paula Pinto**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 500/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 564/2015, que nomeou a senhora **Tereza Matias dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Gabinete, lotada na Secretaria de Indústria Comércio, Emprego, Renda e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carrei-

ras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 418/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 353/2015, que nomeou a senhora**Érica Paula Pinto**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Educação em Saúde, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 417/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Senhor **Amarildo Maram**, Motorista, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 501/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Tereza Matias dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 416/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 392/2013, que nomeou o senhor**Amarildo Maram**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Média e Alta Complexidade, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 502/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 305/2015, que nomeou o senhor **Leandro Feriani da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Cultura, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 415/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **José Pedro Batista**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 503/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Leandro Feriani da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 414/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 619/2015, que nomeou o senhor**José Pedro Batista**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Diagnóstico, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 504/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 696/2013, que nomeou o senhor **Tiago Rosa de Souza Lima**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 413/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Priscila Nunes da S. Cominesi**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 412/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 416/2015, que nomeou a senhora**Priscila Nunes da S. Cominesi**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Vigilância Ambiental, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 411/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Aline Aparecida Paixão Rocha**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 410/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 281/2015, que nomeou a senhora**Aline Aparecida Paixão Rocha**, para exercer o cargo em comissão de Chefe

de Divisão de Apoio aos Municípios, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 505/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Tiago Rosa de Souza Lima**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 409/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Jesiel dos Santos Batista**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 506/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, o servidor Municipal, **Tiago Rosa de Souza Lima**, da Secretaria Municipal de Gestão Pública para o Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 408/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 145/2016, que nomeou o senhor**Jesiel dos Santos Batista**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 507/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 110/2013, que nomeou o senhor **Edson de Matos**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Segurança Pública, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 407/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Mário Vinícius Pimentel Micheleti**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 508/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Edson de Matos**, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 406/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 512/2014, que nomeou o senhor**Mário Vinícius Pimentel Micheleti**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Informações em Saúde, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 405/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Fernanda da Cruz Sehnem**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 509/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, o servidor Municipal, **Edson de Matos**, da Secretaria Municipal de Gestão Pública para o Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 404/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 161/2016, que nomeou a senhora**Fernanda da Cruz Sehnem**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 510/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal, **Tereza Matias dos Santos**, da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda e Turismo para o Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 403/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Cleide Pereira da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 511/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 375/2015, que nomeou a senhora **Josiane Cícera Pavarin**, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Gabinete, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 402/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 160/2016, que nomeou a senhora**Cleide Pereira da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Imunobiológicos, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 401/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Maria Sueli da Conceição**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 512/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Josiane Cícera Pavarin**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 400/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 03/2016, que nomeou a senhora**Maria Sueli da Conceição**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Saúde Mental, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 513/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal, **Josiane Cícera Pavarin**, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiário e Meio Ambiente para o Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 399/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Valdelice da Silva Leite Gonçalves**, zeladora, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Gabinete, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carrei-

ras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 398/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 051/2014, que nomeou a senhora **Valdelice da Silva Leite Gonçalves**, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Gabinete, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 514/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 593/2014, que nomeou a senhora **Fernanda Soares**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Execução Orçamentária, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 397/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor Adilson José de Mendonça, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 396/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 573/2013, que nomeou o senhor**Adilson José de Mendonça**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Frotas, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 395/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Tharielli Bruna Correa Piton**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 394/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 132/2015, que nomeou a senhora**Tharielli Bruna Correa Piton**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 515/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Fernanda Soares**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 393/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Aparecido Soares de Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Operacional de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 516/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal, **Fernanda Soares**, da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração para o Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 392/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 525/2014, que nomeou o senhor**Aparecido Soares de Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Administrativa, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 391/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Irenilda dos Reis Silva Leonel**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 517/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR o servidor Municipal **David Pereira dos Santos** da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo para a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 390/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 077/2016, que nomeou a senhora**Irenilda dos Reis Silva Leonel**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Manutenção, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carrei-

ras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 518/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 393/2013, que nomeou a senhora **Maria Elza de Oliveira Langaro**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Serviço Militar, lotada no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 389/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Bruno Gustavo Martins Lopes Carrara**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 519/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Maria Elza de Oliveira Langaro**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada no Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 388/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 274/2015, que nomeou o senhor**Bruno Gustavo Martins Lopes Carrara**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Administrativa, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 520/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 578/2014, que nomeou o senhor **Edson Benedito Leite**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Almoxarifado Lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 387/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Adriano Pereira dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, DAS – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 386/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 166/2016, que nomeou o senhor **Adriano Pereira dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 385/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, o servidor Municipal **Valdemilson da Costa Barbosa**, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 521/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Senhor **Edson Benedito Leite**, Auxiliar de Serviços Gerais , para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 384/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Valdemilson da Costa Barbosa,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 383/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 663/2015, que nomeou o senhor **Valdemilson da Costa Barbosa**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 382/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Jorge Ferreira dos Santos,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 522/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 048/2015, que nomeou a senhora **Solange Aparecida Leite**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Emprego e Renda, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 258/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, ENI PEREIRA LIMA, Professora, para classe C, nível 06, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 01 de fevereiro 2015.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 257/2016

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de AUXILIO DOENÇA através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor da servidora Maria Sueli da Silva".

O Prefeito Municipal de Colider Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais.

Resolve,

Art. 1º Conceder o Benefício de Auxilio doença através do Instituo Nacional do Seguro Social (INSS) em favor da servidora Srª. MARIA SUELI DA SILVA, durante o período de 01 de abril de 2016 a 08 de julho de 2016, nomeada no cargo em comissão de Chefe de divisão, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Colíder/MT, 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 256/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Maryana Anastácio Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 255/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 459/2013, que nomeou a senhora **Maryana Anastácio Oliveira,** para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 254/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Péricles Baptista Gomes**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 253/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 599/2015, que nomeou o senhor **Péricles Baptista Gomes**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Basquetebol, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 252/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA o Senhor **Miquéias de Oliveira**, Técnico Desportivo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 251/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 174/2013, que nomeou o senhor **Miquéias de Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Esporte e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 250/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA o Senhor **Wilson Paes**, Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer o cargo em comissão de Assessor Operacional de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 249/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 397/2013, que nomeou o senhor **Wilson Paes**, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Departamento de Esporte Comunitário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 248/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Arno Martins**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 247/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 187/2016, que nomeou o senhor **Arno Martins**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Esporte Comunitário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 246/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Leonildo Fernandes**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 245/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 166/2014, que nomeou o senhor **Leonildo Fernandes**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Esporte e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 244/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA o Senhor **Serafim Gomes dos Santos**, Técnico Desportivo, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 243/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 429/2013, que nomeou o senhor **Serafim Gomes dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Esporte e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 242/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **David Pereira dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 241/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 651/2013, que nomeou o senhor **David Pereira dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Indústria e Comércio, lotado na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 240/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA o Senhor **Carlos Alberto Silva**, Técnico Administrativo Educacional, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 239/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 335/2015, que nomeou o senhor **Carlos Alberto Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 238/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **José Carlos Queiroz**, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 237/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 051/2013, que nomeou o senhor **José Carlos Queiroz**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Transporte, Alimentação e Estrutura Física Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 236/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA a Senhora **Luciana da Silva Ant'Ana**, Técnico Administrativo Educacional, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 235/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 485/2015, que nomeou a senhora **Luciana da Silva Ant'Ana,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 234/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Andréia Costa Matos**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 233/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 162/2014, que nomeou a senhora **Andréia Costa Matos,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Organização do Quadro de Pessoal e Arquivo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 232/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Maria Aparecida Vieira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 231/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 728/2013, que nomeou a senhora **Maria Aparecida Vieira,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Estruturação Física e Patrimônio, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 230/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA a Senhora **Maria do Socorro Almeida**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 229/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 568/2015, que nomeou a senhora **Maria do Socorro Almeida,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Escrituração, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 228/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Juliana da Silva Cazelato**, Técnica Administrativa Educacional, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 227/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 217/2013, que nomeou a senhora **Juliana da Silva Cazelato**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Projetos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 226/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Hebert Moreira da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, DAI – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 225/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 284/2013, que nomeou o senhor **Hebert Moreira da Silva**, para exercer o cargo em comissão Assessor de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 224/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Marilza Ribeiro da Costa**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta, DAI – I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 381/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 581/2013, que nomeou o senhor **Jorge Ferreira dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento Municipal de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 380/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Edimarcio Fagundes Jacomé,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 379/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 269/2013, que nomeou o senhor **Edimarcio Fagundes Jacomé**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Pontes e Bueiros, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 378/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Luiz Miguel Belgamim,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 377/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 582/2013, que nomeou o senhor **Luiz Miguel Belgamim**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Mecânica Preventiva, lotado na Secretaria Municipal de Infraestru-

tura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 523/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA a Senhora **Solange Aparecida Leite**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 376/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Pedro Ponciano,** Serviços Gerais**,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 524/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 405/2013, que nomeou a senhora **Iris Aparecida de Moura**, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 375/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 378/2015, que nomeou o senhor **Pedro Ponciano**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Jardinagem e Arborização, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 374/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Aristeu de Jesus,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 525/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Iris Aparecida de Moura**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 373/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 038/2013, que nomeou o senhor **Aristeu de Jesus**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Oficina, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 372/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Sérgio Dorini Filho,** Operador de Pá Carregadeira- para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 526/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 585/2015, que nomeou o senhor **Gerseno da Silva Dias**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de estradas Vicinais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 371/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 572/2013, que nomeou o senhor **Sérgio Dorini Filho**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Urbanismo, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 370/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, Aparecido Militão, para exercer o cargo em comissão Monitor de Setor, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 527/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Gerseno da Silva Dias,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 369/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 542/2013, que nomeou o senhor **Aparecido Militão**, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 528/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, ROSANY TEREZINHA GUIMARAES BASTOS, Técnico em Desenvolvimento Infantil, para classe A, nível 04, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 01 de abril 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 368/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Marcos Fonseca da Silva,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 529/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS MOTA, Técnico em Desenvolvimento Infantil, para classe A, nível 05, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 01 de abril 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 367/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 542/2013, que nomeou o senhor **Marcos Fonseca da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Estradas Vicinais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 530/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, MARCIA RODRIGUES DA SILVA, Técnico em Desenvolvimento Infantil, para classe A, nível 04, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 01 de abril 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 366/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Claudecir Inácio Máximo,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 531/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, ROSA APARECIDA ZANCANI, Professora, para classe C, nível 06, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 01 de abril 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 365/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 541/2013, que nomeou o senhor **Claudecir Inácio Máximo**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Edificações, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 532/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, CIRLEIDE DA SILVA, Técnico em Desenvolvimento Infantil, para classe A, nível 04, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 01 de abril 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 364/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora, **Florentina Lopes dos Santos Oliveira,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 363/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 637/2015, que nomeou a senhora **Florentina Lopes dos Santos Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Limpeza Pública, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 533/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 351/2014, que nomeou a senhora **Wilma Aparecida Moura Oliveira,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Especialidades, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 362/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Adir Cigognini,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 361/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 620/2015, que nomeou o senhor **Adir Cigognini**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Infraestrutura Rodoviária, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 534/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 377/2015, que nomeou a senhora **Evanice Inês Aparecida do Carmo,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Regulação, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 360/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Silvio Mingarelli,** para exercer o cargo em comissão de Assessor Operacional de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 359/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 537/2013, que nomeou o senhor **Silvio Mingarelli**, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Departamento de Oficina, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 358/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Pedro Jesus da Purificação,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 357/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 272/2013, que nomeou o senhor **Pedro Jesus da Purificação**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 356/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Valmi Gonçalves,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 535/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, LUCIENE DE ALMEIDA TEODORIO, Professora, para classe C, nível 07, lotada na Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 01 de abril 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 355/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 439/2013, que nomeou o senhor **Valmi Gonçalves**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Serviços Urbanos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 354/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor, **Sérgio da Silva Bernabé** para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 536/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 543/2015, que nomeou a senhora **Cristiane Cavéquia Silva,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processamento de Dados, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 353/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 541/2014, que nomeou o senhor **Sérgio da Silva Bernabé**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Infraestrutura e Obras, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 537/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 729/2013, que nomeou a senhora **Ismara Brígida C. Bonin,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Reabilitação, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 352/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Anízio Inocêncio**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, DAS – I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 351/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 063/2015, que nomeou o senhor **Anízio Inocêncio**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 350/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Raimundo Alves da Cruz**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 538/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 185/2013, que nomeou a senhora **Luana Cristina Ribeiro,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 349/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 510/14, que nomeou o senhor **Raimundo Alves da Cruz**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 348/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, o servidor Municipal **Ilson Moreira**, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo para a Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
O EXMº SR. PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: TORNAR

SEM EFEITO A PORTARIA Nº 355/14, QUE NOMEOU O SENHOR ILSON MOREIRA, PARA EXERCER O C

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Ilson Moreira**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 346/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 355/14, que nomeou o senhor **Ilson Moreira**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 539/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 186/2016, que nomeou o senhor **Rogério Nunes da Silva,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Atenção a Saúde, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 345/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora Cristiane dos Santos Paula, Fiscal de Rodoviária, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 540/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Evanice Ines Aparecida do Carmo**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Operacional da Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 344/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 08/2015, que nomeou a senhora **Cristiane dos Santos Paula,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Contabilidade, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 343/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, o servidor Municipal **Clóvis José Alves**, da Secretaria Municipal de Gestão Pública para a Secretaria Municipal de Planejamento,

Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 342/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Clóvis José Alves**, Técnico em Enfermagem, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 341/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 022/13, que nomeou o senhor **Clóvis José Alves**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Material e Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 541/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Carlos Frederico Carvalho de Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Controlador Geral do Município, DAI – I, lotado no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 340/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, o servidor Municipal **Antonio Carlos Filho**, da Secretaria Municipal de Gestão Pública para a Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipa

PORTARIA Nº 542/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR o servidor Municipal **Leandro Feriani da Silva** da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo para o Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 339/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Antonio Carlos Filho**, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 545/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, JILDETE FERNANDES BITTES R, do Departamento Bloco I – Atenção Básica PSF para o Departamento Bloco I

– Atenção Básica Saúde Bucal, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 04 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 338/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 354/13, que nomeou o senhor **Antonio Carlos Filho**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 546/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR ELIENE ALBERTINA SOARES, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível 01, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 04 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 547/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR ELIANE GUILHEN, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, nível 01, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 04 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 337/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Conceição Apa. da Silva Nicácio**, Técnico Nível Superior, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
O EXMº SR. PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: NOMEAR A SENHORA JANETE APARECIDA NICASTRO MOREIRA, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, PARA EXERCER

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 396/2013, que nomeou a senhora **Conceição Apa. Da Silva Nicacio,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Tesouraria, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 548/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR FRANCINETE MARIA DA SILVA, para exercer o cargo de Agente de Combate a Endemias, nível 01, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 04 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 335/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Janete Aparecida Nicastro Moreira**, Assistente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Supervisor Administrativo/Financeiro, DAI – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 549/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR LARISSA DORINI, para exercer o cargo de Agente de Combate a Endemias, nível 01, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 04 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 334/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 351/2013, que nomeou a senhora **Janete Aparecida Nicastro Moreira,** para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 550/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

AUTORIZA o retorno as atividades normais, à servidora, MICHELE OLIVEIRA DE GODOI, Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 06 de abril de 2016, em virtude do término de seu afastamento concedido por força do deferimento de Auxílio Doença através da Portaria nº. 188/2016 de 18 de março de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 06 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 333/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Rosimeire de Castro Rodrigues do Nascimento Grossbelli**, Continua, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor EURIPEDES MESSIAS ALVES, para exercer o cargo em comissão de Secretario Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, DAS I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 08 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 08 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 332/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 229/2014, que nomeou a senhora **Rosimeire de Castro Rodrigues do Nascimento Grossbelli**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Tesouraria, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 552/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Claudineia Vieira**, Telefonista, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal e Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 11 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 11 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 331/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Devanil Oliveira Silva**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, o servidor WILLIANS MORAES SILVA DE OLIVEIRA, do cargo de Fisioterapeuta 30 horas, nível 03, classe A, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 13 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 13 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 330/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 04/14, que nomeou o senhor **Devanil Oliveira Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 553/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, LUCY MARA GOMES, do Departamento Bloco II – Mac Ambulatório Hospitalar para o Departamento Bloco III – Vigilância em Saúde, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 11 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 11 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 329/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Ana Paula de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 554/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora LUZINETE FERREIRA LIMA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Apoio ao Idoso, Menores e Pessoa Deficiente DAI II, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 12 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 12 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 328/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 176/2014, que nomeou a senhora **Ana Paula de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fa-

zenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 327/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Luiz Antonio Gil**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 326/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 228/14, que nomeou o senhor **Luiz Antonio Gil**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Licitação, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 555/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, o servidor WILLIANS MORAES SILVA DE OLIVEIRA, do cargo de Fisioterapeuta 30 horas, nível 03, classe A, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 13 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 13 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 325/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Wilson Eber da Silva Gonçalves**, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 324/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 107/16, que nomeou o senhor **Wilson Eber da Silva Gonçalves**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Suprimentos, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 323/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Marcelo Vacaro de Aquino**, Apoio Administrativo Educacional, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 322/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 561/15, que nomeou o senhor **Marcelo Vacaro de Aquino**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 556/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR JEAN ANTONIO SILVA DO VALE, para exercer o cargo de Agente de Transito, classe A, nível 01, lotado no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 13 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 13 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 321/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Jonatas José Cardoso**, Fiscal de Tributos, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 557/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

PRORROGAR a Licença Para Tratamento de Interesse Particular, conforme Artigo 93, Inciso VII da Lei 2.408/2010, sem remuneração, a pedido, à servidora, RAQUEL DE SOUZA CARFI, Apoio Administrativo Educacional, classe B, nível 04, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazão, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, durante o período de 21 de abril de 2016 a 20 de abril de 2019.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 21 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 320/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 461/14, que nomeou o senhor **Jonatas José Cardoso**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Projetos, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 558/2016

"Dispõe sobre a prorrogação do Benefício de AUXILIO DOENÇA através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor da servidora Bruneldy Butzke Lemes".

O Prefeito Municipal de Colider Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais.

Resolve,

Art. 1º Conceder a prorrogação do Benefício de Auxilio doença através do Instituo Nacional do Seguro Social (INSS) em favor da servidora Srª BRUNELDY BUTZKE LEMES, durante o período de 24 de abril de 2016 a 28 de abril de 2016, contratada por prazo determinado no cargo de Professora, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Colíder/MT, 24 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 319/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Aline Carla Rodrigues**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 559/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Para Tratamento de Interesse Particular, conforme Artigo 93, Inciso VII da Lei 2.408/2010, sem remuneração, a pedido, à servidora, SILVANA CRISTINA PAIVA, Apoio Administrativo Educacional, classe A, nível 2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, durante o período de 25 de abril de 2016 a 24 de abril de 2019.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 25 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 318/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 306/2015, que nomeou a senhora **Aline Carla Rodrigues**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Orçamento, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 560/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

AUTORIZA o retorno as atividades normais, à servidora, BRUNELDY BUTZKE LEMES, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 29 de abril de 2016, em virtude do término de seu afastamento concedido por força do deferimento de Auxílio Doença através da Portaria nº. 189/2016 de 18 de março de 2016, prorrogada através da Portaria nº. 558/2016 de 24 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 29 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 317/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Valdir Rodrigues de Oliveira**,Vigia, para exercer o cargo de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 561/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora MARIA APARECIDA VIEIRA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Estruturação Física e Patrimônio, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 30 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 30 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 316/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 482/15, que nomeou o senhor **Valdir Rodrigues de Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Fiscalização, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 315/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Karina Mariano Pietro**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal

de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 562/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 167/2014, que designou a servidora NORMA APARECIDA DE OLIVEIRA NOBRE, para exercer o cargo em comissão de Coordenação de Educação, Ambiental e Agroecologia, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 30 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 30 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 314/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 307/2015, que nomeou a senhora **Karina Mariano Pietro**, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Departamento de Tributação, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 313/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Eder de Camargo Deluski**, para exercer o cargo de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 312/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 204/15, que nomeou o senhor **Eder de Camargo Deluski**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Tributação, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 311/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Valesca Salete de Campos**, Fiscal de Obras e Postura para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 310/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 066/2015, que nomeou a senhora **Valesca Salete de Campos**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta de Fazenda, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipa

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 309/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal **Maria Lucia Martins de Souza**, da Secretaria Municipal de Indústria, Comercio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo para a Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 308/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Maria Lucia Martins de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 307/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 018/2016, que nomeou a senhora **Maria Lucia Martins de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Apoio e Projetos a Micro Crédito, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 306/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Sandra Pires da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 305/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 716/2013, que nomeou a senhora **Sandra Pires da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 304/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Clemencilva Pereira dos Santos Madeira**, Gerente de Projetos para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 303/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 263/2013, que nomeou a senhora **Clemencilva Pereira dos Santos Madeira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Projetos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 302/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Deise da Silva Aragão**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 301/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 108/2013, que nomeou a senhora **Deise da Silva Aragão**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Projetos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 300/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Márcia Aparecida Rodrigues de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Gabinete, DAI – I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 299/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 176/2016, que nomeou a senhora **Márcia Aparecida Rodrigues de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Compras, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 298/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Carlos Abraao Gaia**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Planejamento, Fazenda e Administração, DAI – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 297/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 005/2013, que nomeou o senhor **Carlos Abraao Gaia**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 296/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Manoel Francisco da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, DAS – I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 295/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 005/2013, que nomeou o senhor **Manoel Francisco da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 294/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Ivone Ferreira Brilhante**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 293/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 173/2016, que nomeou a senhora **Ivone Ferreira Brilhante**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Gabinete lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 292/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal **Ediva da Cruz**, da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 291/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Ediva da Cruz**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de

Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 290/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 072/2016, que nomeou a senhora **Ediva da Cruz**, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Gabinete lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 289/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Senhor **Jean Wagner Borro**, Assistente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 288/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 342/2014, que nomeou o senhor **Jean Wagner Borro**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Recursos Humanos lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipa

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 287/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Senhor **João Jesus de Souza**, Vigia, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 286/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 020/2014, que nomeou o senhor **João Jesus de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Proteção Patrimonial lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 285/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Leonardo Soares Conrado**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 284/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 112/2016, que nomeou o senhor **Leonardo Soares Conrado**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 564/2016

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2016.

O Prefeito Municipal de Colíder Nilson José dos Santos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear membros para a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, responsável pela elaboração de Editais, bem como de provas, sua aplicação e correção visando a seleção de candidatos ao preenchimento de vagas para o quadro de funcionários da **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.**

Artigo 2º - A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, instituída por força desta Portaria será constituída pelos seguintes membros:

Manoel Francisco da Silva – Presidente

Rogério Nunes da Silva

Edriane Cássia Carbonera

Jean Wagner Borro

Joyce Milka de Souza

Parágrafo Único – As funções de cada um dos membros da presente Comissão serão determinadas pela Presidência desta Comissão.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de Maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, 02 de Maio 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 283/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Viviane Halateno**, Assistente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Supervisor Administrativo de Pessoal, DAI – I, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 282/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 591/2015, que nomeou a senhora **Viviane Halateno**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta de Pessoal e Patrimônio lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 281/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Luciene de Almeida Teodório**, Professora, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Gestão Pública, DAS – I, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 280/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 409/2014, que nomeou a senhora **Luciene de Almeida Teodório**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Gestão Pública, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 279/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Cleusa Rodrigues Dias**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 278/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 579/2013, que nomeou a senhora **Cleusa Rodrigues Dias**, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 471/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 286/2013, que nomeou a senhora **Benaia Teixeira Gonzaga,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Habitação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 472/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a senhora **Benaia Teixeira Gonzaga**, Atendente, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 470/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Neide Roseno da S. Francisco**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 473/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 075/2016, que nomeou a senhora **Jésica Oliveira Gomes de Amorim,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Ad. Do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 474/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Jésica Oliveira Gomes de Amorim,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 469/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 661/2013, que nomeou a senhora **Neide Roseno da S. Francisco,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 468/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a senhora **Rozineide da Silva Moreira**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 467/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 285/2013, que nomeou a senhora **Rozineide da Silva Moreira,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Ad. de Programas de Transferência de Rendas, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 466/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal **Luzia Soares de Carvalho**, da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo, para a Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 465/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Luzia Soares de Carvalho**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 464/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 540/2014, que nomeou a senhora **Luzia Soares de Carvalho**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Produção, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 463/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a senhora **Vera Fernandes de C. Araújo**, Técnica em Patologia Clínica, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 462/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 587/2015, que nomeou a senhora **Vera Fernandes de C. Araújo**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Programas de Agentes Sociais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 461/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Antonia da Silva Pires**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 460/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 162/2016, que nomeou a senhora **Antonia da Silva Pires**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Assistência a Abrigos e Conselho Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 459/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **José Inácio dos Santos Filho**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 458/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 270/2013, que nomeou o senhor **José Inácio dos Santos Filho**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Cursos Profissionalizantes e Educativos, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 457/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Prescila Lang de Moraes**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 476/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Roselaine F. da Silva Lanza,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 456/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 076/2016, que nomeou a senhora **Prescila Lang de Moraes**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Serviços Comunitários lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 477/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 030/2015, que nomeou a senhora **Edna Regina Dellatesta Amorim,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Oficinas, lotada na Secretaria Municipal de Industria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 455/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Irene de Castro**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 478/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Edna Regina Dellatesta Amorim,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 454/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 034/2013, que nomeou a senhora **Irene de Castro**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Expediente de Ação Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 479/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora Municipal **Edna Regina Dellatesta Amorim**, da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo, para a Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 453/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a senhora **Márcia Cristina Fávero**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta de Assistência Social, DAI – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 452/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 485/2013, que nomeou a senhora **Márcia Cristina Fávero**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta de Ação Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 480/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 485/2014, que nomeou a senhora **Maria Aparecida Mantovani,** para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Departamento de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 451/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Roze Aparecida dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, DAS – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 481/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a senhora **Maria Aparecida Mantovani**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras

e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 450/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 344/2013, que nomeou a senhora **Roze Aparecida dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 482/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 422/2013, que nomeou a senhora **Irany Galvão Santana,** para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Departamento de Administração e Programas Sociais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
O EXMº SR. PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 345/2015, QUE NOMEOU A SENHORA ÉRICA RODRIGUES DA SILVA, PA

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Érica Rodrigues da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 448/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 345/2015, que nomeou a senhora **Érica Rodrigues da Silva,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Serviços Clínicos, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 483/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Irany Galvão Santana,** para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 447/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Sidnéia Messias dos Santos**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 484/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 326/2015, que nomeou o senhor **José Maria Peres**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Ad. de Programas Sociais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 446/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 308/2015, que nomeou a senhora **Sidnéia Messias dos Santos,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 445/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **Antonio Moreira**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Operacional de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 485/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **José Maria Peres,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 444/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 112/2013, que nomeou o senhor**Antonio Moreira**, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Unidade de Bloqueio, lotado na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 443/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora **Luciana Gomes de Oliveira**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2873/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 486/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 602/2015, que nomeou a senhora **Aparecida de Oliveira Gomes,** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Cadastro, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 277/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Tales Sales**, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 276/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 025/2013, que nomeou o senhor **Tales Sales**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Assuntos Fundiários, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 275/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **Marli Candido de Lima**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 274/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 0411/2013, que nomeou a senhora **Marli Candido de Lima**, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora Unidade Municipal de Cadastro – UMC, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 273/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Maria Cacilda B. Espindola**, para exercer o cargo em comissão de Monitor de Setor, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 272/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 670/2013, que nomeou a senhora **Maria Cacilda B. Espindola**, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Departamento de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal

de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 271/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Elison dos Santos Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipa

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 216/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR nos termos do artigo 38 e seguintes da Lei nº. 2876/2016, os servidores (as) abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais Gabinete do Prefeito, Gestão Pública, Planejamento, Fazenda e Administração, Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, Assistência Social, Infra-estrutura, Obras e Urbanismo, Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016, segue abaixo nome dos servidores enquadrados:

NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
CONCEICAO APARECIDA DA SILVA NICACIO	TECNICO NIVEL SUPERIOR	A	11
VALDIR FERNANDO DA SILVA	OPERADOR DE MAQUINAS	A	11
NILSA RIBEIRO DE OLIVEIRA	TELEFONISTA	C	11
VALDEMIR FERNANDO DA SILVA	OPERADOR DE MAQUINAS	A	10
NELSON FERNANDO DA SILV	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	A	10
ZAQUEU DA SILVA MUNIZ	OPERADOR DE MAQUINAS	B	10
CLAUDIO ESTEVES DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	10
NERIGLEY RODRIGUES REBELO BARBIERO	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	09
EVANDRO PEDROSA ANACLETO	OPERADOR DE MAQUINAS	A	10
JOAO BRANDAO DE ALMEIDA	VIGIA	B	09
OSNI CORREIA DA SILVA	OPERADOR DE MAQUINAS	A	09
LINDOMAR GONCALVES	MOTORISTA	A	09
MARIA ELZA DE OLIVEIRA LANGARO	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	09
PEDRO FELIX DOS SANTOS	FISCAL DE TRIBUTOS	A	09
EDIVALDO MOREIRA DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	A	06
JOAO ZANDONATO PINTO	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	A	08
JOAO MACIEL	OPERADOR DE MAQUINAS	A	07
GETULIO ROSENDO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	09
ROSANGELA ROMANO F DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	08
CELESTINA BARBOSA RODRIGUES	ZELADORA	A	09
HOZANA CARRARA DE ABREU	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	08
CLARICE JOSE DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	06
JOSE NETO RABELO DE SANTANA	VIGIA	A	07
DORIS REJANE DA ROSA SGUIZARDI	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	08
ILDEFONSO SOARES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
UBERACI DAS CHAGAS	AGENTE DE TRANSITO	A	08
APARECIDA MARTINS DE TORO GASI	COZINHEIRA	A	08
SONIA APARECIDA DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	08
VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	VIGIA	A	10
ROSELI APARECIDA DA SILVA LACERDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
RICARDO CALDEIRA REZENDE	FISCAL DE TRIBUTOS	A	02
JANDIRA DE CASTRO DO NASCIMENTO	ZELADOR	A	06
VALTER TIBURCIO DE MORAIS	VIGIA	A	06
SANDRA REGINA MARQUES DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	C	06
PAULINO PONCIANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
JEAN WAGNER BORRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	A	06
QUERGINALDO LUIZ DE MORAIS	FISCAL DE TRIBUTOS	A	05
WILSON JOSE DA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS	A	06
LUIZ FABIANO DA COSTA	FISCAL DE TRIBUTOS	A	06
ANIZIO PONCIANO	VIGIA	A	06
JOSE LUIZ SILVA	ZELADOR	A	06
CARLOS BATISTA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
ANTONIO JOSE MOREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
BENAIA TEIXEIRA DE SOUZA	ATENDENTE	B	06
ANTONIO NARCISO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
MARIZA BERNARDES DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	C	06
ANTONIO DONIZETE JUNCKER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
ISMAEL ALVES SIQUEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	05
JOSE DA SILVA ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
PEDRO PONCIANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
EDVALDO LUIZ DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
JOSE CARLOS DONADIA	MECANICO DE MAQUINAS PESADAS	A	06
ZELINDA ALVES DE LIMA	AGENTE NADMINISTRATIVO	A	06
DONIZETH PEREIRA DE PAULA	ADVOGADO	A	06
MANOEL CAVEQUIA	FISCAL DE TRIBUTOS	A	06
JOSE REINALDO DA S FERREIRA	FISCAL DE TRIBUTOS	A	06
ELIANE CRISTINA B DOS SANTOS	FISCAL DE TRIBUTOS	A	06
ZENILDA ALVES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	04
SABINO GOMES BARBOSA	ALMOXARIFE	A	09
MILTON SANTANA GONCALVES	FISCAL DE RODOVIARIA	A	06
ANTONIA IZANI DE S PONCIANO	ZELADOR	A	06
ATO BATISTA GUIMARAES	MECANICO DE MAQUINAS PESADAS	A	06

ROSIMEIRE DE CASTRO RODRIGUES DO N GROSBELLI	CONTINUO	A	06
JOAO PALHOTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	06
MARIA DA GLORIA DA SILVA SANTOS	ZELADOR	A	06
ALENCAR PEREIRA DA SILVA	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	A	04
SUSANI PETINI	RECEPCIONISTA	B	06
ANTONIO CARLOS R DO NASCIMENTO	MECANICO DE VEICULOS LEVES	A	05
MANOEL CARDOSO GOMES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	05
CLAUDIO JOAO PACHECO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	05
MARLI CANDIDO DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	05
JOAO JESUS DE SOUZA	VIGIA	A	05
VALENTIN DOS SANTOS	MOTORISTA	A	05
PEDRO DANTAS DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	04
SILVIA SANTOS QUEIROZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	05
CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS	ENGEHEIRO CIVIL	A	03
JOAO DA SILVA	VIGIA	A	05
JANDIRA DOS SANTOS RIGO	ASSISTENTE SOCIAL 30 HORAS	A	03
MAURICIO DONIZETE DIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	05
AUREO WERMUTH	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	05
DIMAS PACHECO SOBRINHO	VIGIA	A	05
JOCENIL DA SILVA SOARES	VIGIA	A	05
MARIO ROBERTO DA SILVA	VIGIA	A	05
WILSON PAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	05
SERAFIM GOMES DOS SANTOS	TECNICO DESPORTIVO	A	05
CLAUDIA REGINA MAQUES DA SILVA	PSICOLOGO	A	05
DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	05
JANETE APARECIDA NICASTRO MOREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	C	05
NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
VIVIANE HALATENO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	B	05
ADENIL PERES BANDEIRA	TECNICO DESPORTIVO	A	05
EDVALDO ALVES DOS SANTOS	VIGIA	A	05
JOAO CARLOS DO NASCIMENTO	VIGIA	A	05
JOAO MARIA DOMINGOS	VIGIA	A	04
ROZINEIDE MOREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	05
ELAINE FERREIRA SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	05
ZAQUEU DA SILVA MUNIZ FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	04
MIQUEIAS DE OLIVEIRA	TECNICO DESPORTIVO	A	05
JOAO ANTONIO SUNIGA	VIGIA	A	05
JOELI MARTINS DE FREITAS WAKAO	ZELADORA	B	04
DENISE PONTES DUARTE	ENGENHEIRO SANITARISTA	B	04
JAILDA OLIVEIRA SILVA	ZELADORA	A	05
FRANCISCA NOEL GARDAS	ZELADORA	B	05
MARTA NOGUEIRA BASTOS SANTOS	ZELADORA	B	05
VALDETE MARQUES DA SILVA	ZELADORA	B	05
MARIA ALESSANDRA VIEIRA WENCESLAU	ZELADORA	A	03
CELSO DE JESUS NASCIMENTO	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	A	04
CLAUDEMIR DORINI	MECANICO DE VEICULOS LEVES	A	04
DAVI ARAUJO	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	A	04
FERNANDA APARECIDA DE LIMA	TELEFONISTA	A	03
JOSE RICEZI	VIGIA	A	04
LEANDRO FERNANDO DA SILVA	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	A	03
MAURICIO PELISSARI	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	A	03
RONI MARTINI	VIGIA	B	04

SERGIO APARECIDO SALGUEIRO	VIGIA	A	04
SERGIO DORINI FILHO	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	A	04
ALTAIR MARTINS MACEDO	VIGIA	A	04
CLAUDINEIA VIEIRA	TELEFONISTA	A	04
NARCISO JARDIM DA COSTA	MECANICO DE MAQUINAS PESADAS	A	04
CLAUDIA MARIA DEITOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	C	04
TAIS RIBEIRO BASAIA ALONSO	ASSISTENTE SOCIAL 30 HORAS	B	04
BABIERE PELISSARI	ANALISTA TRIBUTARIO	A	04
VINICIUS BLOCK CAMERINI	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	03
MANUEL PEDRO FIGUEIRO D ORNELLAS	MEDICO VETERINARIO	B	04
DONIZETE GESSI	VIGIA	A	04
ODAIR JOSE DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	03
EMERSON LOPES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	08
SANDRA CRISTINA DO NASCIMENTO SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	03
VIVIENE CEZARIO GONCALVES RIBEIRO	ANALISTA DE INFORMATICA	A	02
OSVALDO JESUS DA PURIFICAÇÃO	MOTORISTA	A	06
MARCIA CRISTINA FAVERO	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	03
NEZIO CRUZ RAMIRO	MOTORISTA	A	07
MARIA APARECIDA MANTOVANI	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	02
ILSON MOREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	03
MARCIA DAS CHAGAS	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	03
MARGARIDA GAONA PINAFFO	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	03
TANIA MARA SALGUEIRO CARVALHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	03
ROMILDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	VIGIA	A	03
OZIEL CRUZ ABREU	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	02
GABRIEL DOS SANTOS	MOTORISTA	B	03
AGUIDA APARECIDA DA SILVA CAZELATO	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	02
CICERO APARECIDO PEDROSO	VIGIA	A	02
ELIZANGELA LUIZ PINTO	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	02
BENEDITO DOS SANTOS	VIGIA	A	02
ISMAILI DE OLIVEIRA DONASSAN	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	01
CRISTIANE DOS SANTOS PAULA	FISCAL DE RODOVIARIA	A	02
VALESCA SALETE DE CAMPOS	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	A	02
APARECIDA DE FATIMA GROSSI	ASSISTENTE SOCIAL 30 HORAS	A	02
EDER CAPELARI DA PURIFICAÇÃO	AGENTE DE TRANSITO	A	02
VALDECIR DONATO FLORENCIO	AGENTE DE TRANSITO	A	02
NOME DO SERVIDOR (A)	CARGO	CLASSE	NIVEL
ERIDAN SOARES DA SILVA	AGENTE DE TRANSITO	B	02
DIEGO ROBERTO DOS SANTOS	AGENTE DE TRANSITO	A	02
ALEXANDRE DIAS BARREIROS	AGENTE DE TRANSITO	A	02
CLEBERSON DA SILVA ARAUJO	AGENTE DE TRANSITO	A	02
MARLI DOS SANTOS FERREIRA	AGENTE DE TRANSITO	A	02
PAULO ROBERTO NICACIO	ENGENHEIRO FLORESTAL	A	02
PAULO HENRIQUE CORREA TIZZO	AGENTE DE TRANSITO	A	02
RICARDO JOSE DAMASCENO	AGENTE DE TRANSITO	A	02
EDER DE CAMARGO DELUSKI	FISCAL DE TRIBUTOS	A	02
ANDREIA MARIA RIZATTO DOS ANJOS	ZELADORA	A	02
JONATAS JOSE CARDOSO	FISCAL DE TRIBUTOS	B	02
ALESSANDRO SERAFIM	FISCAL DE TRIBUTOS	A	01
CLEMENCILVA PEREIRA DOS SANTOS MADEIRA	GERENTE DE PROJETOS	A	02
CARMELITA FERREIRA GOMES ALVES	ZELADORA	B	02
RAQUEL FATIMA ORDAKOWSKI	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	02

EDSON BENEDITO LEITE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	02
PAULO DE SOUZA CALISTO	MOTORISTA	A	02
EDMILSON RIBEIRO DA SILVA	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	A	02
LUCINEIA TEIXEIRA DIAS DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	A	01
THAIS FERRARI DA CUNHA	NUTRICIONISTA	A	01
VANDERLEIA ALVES NUNES	ZELADORA	A	01
CLEBIL MARQUES GONÇALVES	CONTADOR	A	01
JACKELINE JARDIM MENDONÇA	PSICOLOGO	A	01
DIONY PINHEIRO PEREIRA	AGENTE DE TRANSITO	A	01
CARLOS FREDERICO CARVALHO DE OLIVEIRA	CONTROLADOR INTERNO	A	01
ADALTO DOS REIS CARLOS	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	A	01
ABRAO CANDIDO LARA	MOTORISTA	A	07

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 270/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 559/2015, que nomeou o senhor **Elison dos Santos Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 269/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TRANSFERIR, o servidor Municipal, **Osmar Candido da Silva**, da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração para a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 268/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Osmar Candido da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 267/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 029/2013, que nomeou o senhor **Osmar Candido da Silva**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração do Terminal Rodoviário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 266/201

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Elias Alves Aranha**para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE – I, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 265/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 590/2014, que nomeou o senhor **Elias Alves Aranha**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Emprego e Renda, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Co-

mércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 264/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora **Jana Rúbia Colhado**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 263/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 074/2016, que nomeou a senhora **Jana Rúbia Colhado**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Acompanhamento e Programas Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 262/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNA a Senhora **Margarida Gaona Pinaffo**, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, DAE – I, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 261/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 257/2015, que nomeou a senhora **Margarida Gaona Pinaffo**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Micro e Pequenas Empresas, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 260/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **Darcy Gonçalves**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, DAI – I, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa e Lei 2876/2016, Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 223/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 123/2015, que nomeou a senhora **Marilza Ribeiro da Costa**, para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta de Administração e Programas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de abril de 2016.

De acordo com a Lei nº. 2846/2015, que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Colíder, estado de Mato Grosso.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de abril de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 014/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2016

PREGÃO: N° 024/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pela Excelentíssima Prefeita Municipal Sra. Marlise Marques Moraes, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua das Mangueiras nº. 484 E, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 4.089.751-8 - SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 385.501.722-00, doravante denominado de GERENCIADORA, e as empresas: Delta Med Comércio de Produtos Hospitalares Ltda-ME, inscrita no CNPJ 08.835.955/0001-70 instalada na Rua Yanomamis esq com a Rua das Bandeiras nº 351,quadra 02, lote 12/13, Bairro Res. Petrópolis, na cidade de Goiânia/GO, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nº. DB48.6DFB.7204.7B00 de 17/11/2015 à 15/05/2016, representada neste ato pelo seu Procurador Edson Schell, portador do CPF nº 622.491.931-34 e do RG nº 859.660 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Rua Zequinha de Abreu, quadra 51, lote 10, Bairro Jardim Costa Verde, Município de Várzea Grande-MT, Pires Rocha & Ávila Cuba Ltda-ME, inscrita no CNPJ 36.883.544/0001-96, instalada na Rua Prefeito Valdir Mazutti nº 173-N, Bairro Centro, na Cidade de Comodoro-MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nº. 4EC9.AFE5.2C5D.0DA0 de 17/11/2015 à 15/05/2016, neste ato representada pelo seu Sócio– Proprietário Reginaldo de Ávila Cuba, CPF nº 474.604.311-68, RG nº 0727646-0 SJ/MT residente e domiciliado na Rua das Itaúbas nº 2826, Bairro Tertúlia Comodoro-MT, L.P. Comércio e Prestação de Serviços Ltda – EPP, inscrita no CNPJ 10.832.896/0001-29, instalada na Rua Fenelon Muller, nº 173, Bairro Dom Aquino, na Cidade de Cuiabá/MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nº. 3BF1.9F23.340F.3ABD. emitida em 18/03/2016 à 14/09/2016 tendo como sócia proprietária a Srª. Patrícia Pompeu Rodrigues, portadora do CPF nº 782.541.321-00 e RG nº 985791 SSP/MT, residente e domiciliada a Rua Polônia nº 10, Quadra 02, Bairro Jardim Imperial, Cidade de Várzea Grande/MT, doravante denominadas FORNECEDORAS, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 024/2016, Processo Administrativo nº. 033/2016 ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR E MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, sendo vencedoras as empresas:

Pires Rocha & Ávila Cuba Ltda-ME, no valor de R$ 31.788,40 (trinta e um mil setecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos)

L.P. Comércio e Prestação de Serviços Ltda – EPP, no valor de R$ 24.454,36 (vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos)

Delta Med Comércio de Produtos Hospitalares Ltda-ME, no valor de R$123.940,22 (cento e vinte e três mil novecentos e quarenta reais e vinte e dois centavos)

Fica declarado que a presente ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro- MT, 18 de abril de 2016.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 024/2016.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 013/2016

PREGÃO: N° 014/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 3169, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal Senhora Marlise Marques Moraes, brasileira, casada, residente e domiciliada brasileira, casada, residente e domiciliado à Rua das Mangueiras nº. 484 E, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 4.089.751-8 - SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 385.501.722-00, doravante denominado de GERENCIADORA, e a empresa PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO - EPP, inscrita no CNPJ 07.427.308/0001-67, instalada na Rua Ceará n° 207-N, Bairro Tertúlia, na Cidade de Comodoro-MT Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº.BA34.C7DC.422D.4F41 emitida em 02/03/2016 válida até 29/08/2016, representada neste ato pelo seu procurador o Senhor Nilson Correa, casado, comerciante, portador do CPF nº 730.824.499-72 e do RG nº 5.669.357-2 SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Ceará, nº. 2.804-fundos Bairro Tertúlia, Município de Comodoro – MT, doravante denominada FORNECEDORA, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 014/2016, Processo Administrativo nº. 014/2016 ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

A presente ATA tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de carga de gás p13, botijão de gás (casco) p13 e água mineral, para atender diversas secretarias, sendo vencedora a empresa: PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO – EPP, no valor de R$ 107.350,00 (cento e sete mil trezentos e cinquenta reais)

Fica declarado que a presente ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro- MT, 13 de abril de 2016.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 014/2016.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 004/2016

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 004/2016

DATA: 31 de março de 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATOGROSSO OBJETO: CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DO MATO GROSSO, PARA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO DE MOTOCROSS REGIONAL, NOS DIAS 09 E 10/04/2016 SENDO A 3ª ETAPA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT

DOTAÇÃO: 11.02.2.028.3.3.90.39 (574)

EXTRATO ADITIVO 113/2016

QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 113/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 063/2015

DATA: 13/04/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA:Milani & Machado Ltda – ME

OBJETO Acréscimo de aproximadamente 8% (oito por cento) do valor inicial do contrato de execução de obras nº 063/2015, e aditivos, referente a Execução de obra para Implantação do Terminal Rodoviário Interestadual de Comodoro, que corresponde ao valor de R$22.163,13 (vinte e dois mil cento e sessenta e três reais e treze centavos).

DOTAÇÃO: 09.02.1227.44.90.51 (584)

TERMO DE ERRATA ADITIVO 096/2016

Foi publicado no dia 20 de Abril de 2016, na página 45, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 092/2016:

onde se lê:

QUINTO TERMO ADITIVO Nº 096/2016 AO CONTRATO PARA SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 064/2015, E ADITIVO Nº 205/2015, 263/2015 e 008/2016

DATA: 23/03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO:HELIO TSUNEO IKINO - EPP

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato para execução de obras nº 064/2015 e aditivo nº 206/2015, que tem como objeto a execução de obra para construção de uma Praça no Município de Comodoro, em atendimento ao Contrato de Repasse nº. 815258/2014/Ministério do Turismo/CAIXA - Processo nº. 2628.1022262-61/2014, por mais 120 (cento e vinte) dias, vigorando de 25/03/2016 à 23/07/2016, em virtude da ordem de início de serviço, em conformidade com o art. 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Leia-se:

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº. 096/2016 AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 116/2013 E ADITIVOS NºS 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107, 159, 261/2015 E 061/2016

DATA: 11/03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: A. G. DA SILVA – TRANSPORTES - ME

OBJETO: prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Serviços de Transporte nº. 116/2013 e Aditivos n.ºs 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107, 159, 161/2015 e 061/2016, que tem como objeto a Locação de veículo de transporte coletivo de passageiros para atender a Secretaria Municipal de Administração, vigorando de 15/03/2016 à 15/08/2016, no valor global de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo 05 (cinco) parcelas no valor de r$5.000,00 (cinco mil reais).

dotação: 08.03.2.125.3.3.90.39 (385) – 03.04.2.102.3.3.90.39 (580)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 015/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 15/2016

PREGÃO: N° 027/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pela Excelentíssima Prefeita Municipal Sra. Marlise Marques Moraes, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua das Mangueiras nº. 484 E, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 4.089.751-8 - SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 385. 501.722-00, doravante denominada GERENCIADORA, resolve registrar os preços das empresas GOMES E SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ 11.607.429/0001-68, instalada na Rua I, Nº 04, Bairro Santa Isabel, na cidade de Várzea –Grande- Mt, Certidão Negativa da Divida Ativa da União nº. A980.9250.B7E8.8235 de 28/12/2015 à 25/06/2016, representada neste ato pelo seu Procurador Thiago Freitas da Costa Brasileiro, Casado, Gestor Comercial portador do CPF nº 719.403.241-49 e do RG nº 1235695-6 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Antonio Conselheiro nº01, Bairro: Parque Universitário, Município de Cuiabá, M.L RAMPANELLI EPP, inscrita no CNPJ: 07.243.282/0001-05, instalada na Av. Prefeito Valdir Masutti nº 499, sala 01 Bairro: Centro, na Cidade de Comodoro- Mt, Certidão Negativa da Divida Ativa da União 8956B.24BB. E2C9.7AC5 de 24/03/2016 à 20/09/2016, neste ato representada pelo seu Sócio- Proprietário Moacir Luiz Rampanelli CPF: 502.878.429-91 e RG: 2.134.475 SSP/PR, residente e domiciliado na Cidade de Comodoro- Mt, OPEN INFORMÁTICA LTDA- ME, inscrita no CNPJ: 08.090.685/0001-16, instalada na rua Cassimiro do Vale nº 98-E Bairro Nova Vacaria, na Cidade de Comodoro-Mt, Certidão Negativa da Divida Ativa da União nº 602A. 2109.9972.216B de 24/11/2015 à 22/05/2016, neste ato Representada pelo seu Procurador Marlon Ramos dos Santos, Solteiro Comerciante e Vendedor, residente domiciliado na Cidade de Comodoro-Mt, OLMIR IORIS & CIA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 70.429.956/0001-99, instalada na Av. Mato Grosso nº 839, modulo 02, na Cidade de Juina- Mt, Certidão Negativa da Divida Ativa da União 36B3.2D54.7FE3.6F98 de 18/02/2016 à 16/08/2016, neste ato representado pelo seu Procurador Andrey Ricardo Ioris RG: 12107875 SJ/MT, CPF: 907.910.101-04, residente e domiciliado na cidade de Juina-Mt doravante denominada FORNECEDORA, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 027/2016 – Processo Administrativo nº. 037/2016, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações em conformidade com as disposições a seguir.

A presente ATA tem por objeto o registro de preço para futura e eventual de Aquisição de Materiais de Informática para atender diversas secretarias, sendo vencedora as licitantes a) Gomes e Serviço de Informática Ltda no valor de R$ 150.134,00 (cento e cinquenta mil cento e trinta e quatro reais), b) M.L Rampanelli EPP, no valor de R$ 106.073,00 (cento e seis mil setenta e três reais), c) Gomes e Serviço de Informática Ltda, no valor de R$ 39.513,00 (trinta e nove mil quinhentos e treze reais) e, d) Olmir Ioris e Cia LTDA, no valor de R$ 6.742,50 (seis mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

Fica declarado que a presente ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro- MT, 03 de Maio de 2016.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 027/2016.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 005/2016

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 005/2016

DATA: 25 de Abril de 2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADA: ABRAAO MATAICHI IZUMI 60863307191 - MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW GOSPEL COM A BANDA MINISTÉRIO FILHOS DO HOMEM, PARA ANIMAÇÃO DO 30º ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE COMODORO-MT, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 13/05/2016

DOTAÇÃO: 06.04.1.112.3.3.90.39 (238)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO DO CONTRATO CPL 26/2016

DO OBJETO: Locação de imóvel para instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Administração;

VIGÊNCIA: 08 meses;

DO VALOR: 28.000,00;

DATA: 29/04/2016;

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, Gaspar Domingos Lazari;

Contratado:Jorge Humberto Rossetti Saldana;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO CPL 13/2013

REF: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 30 dias;

VIGÊNCIA: 30 dias;

DATA: 29/03/2016;

CONTRATADO: Antonio Humberto Alencar Junior;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2016

DO OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de tubos de concreto armado;

VIGÊNCIA: 09 meses;

DO VALOR: 313.500,00;

DATA: 03/05/2016

ASSINANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, Gaspar Domingos Lazari;

Contratado: ARCO IRIS ARTEFATOS DE CIMENTO CONFRESA LTDA-ME;

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedor processo licitatório nº 051/2016 Pregão Presencial 033/2016, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVAS EM EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS**, a empresa: Aliança Logística e Distribuição Ltda. - EPP. no valor global de R$ 77.400,00.

Confresa 05/05/2016

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
CONTRATO N.º 052/2016

CONTRATO N.º 052/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2016

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

O ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n. º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55 doravante simplesmente denominado ***CONTRATANTE*** e por outro lado ***MARIA DO SOCORRO ALVES CORDEIRO da SILVA***, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliado neste município no Sítio Coração do Brasil, portadora da cédula de identidade nº: 1.332.776-3 SSP – MT e do CPF: 904.242.201-72, inscrita no DAP sob número SDW0904242201 720210140451, doravante denominada CONTRATADA fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o **CONTRATANTE,** gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	*UNIDADE*	*QUANTIDADE*	*PREÇO UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL*
ALFACE	*MAÇO*	*2.890*	*2,30*	*6.647,00*
CHEIRO VERDE	*MAÇO*	*1.100*	*2,00*	*2.200,00*
COUVE	*MAÇO*	*1.610*	*2,00*	*3.220,00*
MANDIOCA	*KG*	*2.040*	*2,30*	*4.692,00*
POCÃ	*KG*	*1.320*	*2,30*	*2.904,00*

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 19.663,00 (dezenove mil, seiscentos sessenta e três reais) preço esse que será pago pelo ***CONTRATANTE*** ao ***CONTRATADO,*** mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O **CONTRATANTE**, após receber os documentos descritos no inciso "b" da cláusula sétima, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da **CONTRATADA** no Banco SICREDI, agência 0805, conta nº 21.899-5. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 23 (vinte e três) de Dezembro de 2016. a) A entrega das mercadorias deve-

rá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2021.3390.30.00.00.00 (098) Material de Consumo – R$ 13.418,00

04.005.12.306.0018.2027.3390.30.00.00.00 (0123) Material de Consumo – R$ 6.245,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 23 de dezembro de 2016. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formalentre as partes, mediante lavratura de "Termo Aditivo", resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do ***CONTRATANTE***, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da ***CONTRATADA,*** inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O ***CONTRATADO*** fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração; c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 13 de abril de 2016.

Walmir Guze Prefeito Municipal Representante Legal CONTRATANTE	Maria do Socorro Alves Cordeiro Silva Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

CONTRATO
CONTRATO N.º 053/2016

CONTRATO N.º 053/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2016

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

O ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04. 219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07 doravante simplesmente denominado ***CONTRATANTE***e por outro lado ***SEBASTIÃO SILVA LIMA***, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município, portador da cédula de identidade nº561.190 - SSP MT e do CPF 142.182.911-87 inscrito no DAP sob numero SDW014218291 1870902090452, doravante denominado CONTRATADO fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o **CONTRATANTE,** gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
RAPADURA	KG	800	R$ 19,90	R$ 15.920,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 15.920,00 (quinze mil, novecentos e vinte reais) preço esse que será pago pelo ***CONTRATANTE*** ao ***CONTRATADO,*** mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

2.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso "b" dacláusulasétima, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 23 (vinte e três) de Dezembro de 2016. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2021.33.90.30.00.00.00 – F.098 – Material de Consumo – R$ 5.970,00

04.003.12.306.0016.2022.33.90.30.00.00.00 – F.099 - Material de Consumo – R$ 6.965,00

04.005.12.306.0018.2027.33.90.30.00.00.00 – F.123 - Material de Consumo – R$ 2.985,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 23 de dezembro de 2016. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de "Termo Aditivo", resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações doCONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do ***CONTRATANTE***, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da ***CONTRATADA,*** inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O ***CONTRATADO*** fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 13 de abril de 2016.

Walmir Guse Prefeito Municipal Representante Legal CONTRATANTE	Sebastião Silva Lima Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 503/2016

"Altera a Lei Municipal n. 169 de 20 de dezembro de 2004, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conquista D'Oeste/MT e, dá outras providências"

WALMIR GUSE, Prefeito de *Conquista D'Oeste*, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal n.º 169 de 20 de dezembro de 2004 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12. *...*

II - *compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;*

Art. 28. A pensão por morte será calculada na seguinte forma:

I - *ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou*

II - *ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.*

§ 1º *A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão, e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.*

§ 2º *A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.*

Art. 29. *Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:*

I - *sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e*

II - *desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.*

§ 1º *A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.*

§ 2º Não fará jus a pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

***Art. 30.** A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer aposentado ou não, a contar da data:*

***I -** do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;*

***II -** do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou*

***III -** da decisão judicial, no caso de morte presumida.*

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado.

§ 4º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

***Art. 31.** A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão inválido, cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a maioridade civil, desde que comprovada, pela perícia médica do PREVI-CONQUISTA, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado.*

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVI- CONQUISTA.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

§ 4º Aos dependentes, filho ou irmão, que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente, deverão ser observadas as condições estabelecidas para o filho ou irmão inválidos disposto neste artigo.

***Art. 32.**A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.*

§ 1º O direito à percepção de cada cota individual cessará:

***I -** pela morte do pensionista;*

***II -** para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao atingir a maioridade civil, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente;*

***III -** para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;*

***IV -** para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pelo afastamento da deficiência;*

***V -** para cônjuge ou companheiro:*

***a)** se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou*

pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "b" e "c";

***b)** em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;*

***c)** transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:*

***1)** 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;*

***2)** 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;*

***3)** 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos*

de idade;

***4)** 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;*

***5)** 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;*

***6)** vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.*

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea "a" ou os prazos previstos na alínea "c", ambas do inciso V do § 1º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "c" do inciso V do § 1º, em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso V do § 1º.

§ 5º É vedada a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge ou companheiro ou companheira e de mais de 02 (duas) pensões.

§ 6º A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do art. 9º, procedendo-se novo rateio da pensão, na forma do § 1º, do art. 28, em favor dos pensionistas remanescentes.

§ 7º Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

***Art. 44.** ...*

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 11,00% (onze por cento) relativo ao custo normal, calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2016.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 44 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 4 de maio de 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 496/2016

"Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Conquista D'Oeste e outras providências."

WALMIR GUSE, Prefeito de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art.1º - A Política Municipal de Saneamento Básico de Conquista D'Oeste, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da saúde pública e manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, estruturas e instalações operacionais dos seguintes sistemas:

I. Abastecimento de Água; II. Esgotamento Sanitário; III. Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e IV. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Art.3º - A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I. Universalização do acesso;

II. Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III. Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV. Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V. Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI. Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII. Eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII. Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX. Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X. Controle social;

XI. Segurança, qualidade e regularidade;

XII. Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Dos Objetivos

Art. 4º - São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I. Contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II. Priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas populações de baixa renda;

III. Proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV. Assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V. Incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI. Promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII. Promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII. Minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação o solo e à saúde.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS

Art. 5° - São instrumentos da Política Municipal de Saneamento:

I. Plano Municipal de Saneamento

II. Instrumentos legais e institucionais:

III. Normas constitucionais;

IV. Legislação que dispõe sobre concessão de serviços públicos e regulação dos serviços de saneamento;

V. Convênios de delegação para regulação dos serviços de saneamento;

VI. Contratos de outorga, concessão e permissão de prestação dos serviços de saneamento;

VII. Normas e regulamentos referentes às relações contratuais para a prestação dos serviços;

VIII. Audiências públicas;

IX. Consultas Públicas;

X. Leis relativas aos planos plurianuais e diretrizes orçamentárias anuais,

XI. Planos estadual, regional e municipal de saneamento;

XII. Sistemas de informações de saneamento.

XIII. Fundo Municipal do Saneamento

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 6º - A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Saúde, que compartilhará as ações com as Secretarias e órgão da Administração Municipal respeitada as suas competências.

Art. 7º - A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I. Valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida ob-

servância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II. Adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III. Coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV. Atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V. Consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI. Prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII. Ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII. A bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e com o Plano Diretor Municipal;

IX. Incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X. Adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI. Promoção de programas de educação sanitária;

XII. Estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII. Garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV. Adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO IV

Do Sistema Municipal de Saneamento Básico

Art.8º - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 9º - O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 10º - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I. Plano Municipal de Saneamento Básico;

II. Conselho Municipal de Saneamento Básico,

III. Conferência Municipal de Saneamento Básico.

IV. Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V. Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Seção I

Art. 11- O Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11. 445/2007.

Do Conselho Municipal do Saneamento

Seção II

Art. 12- O Conselho Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei Municipal nº 472/2015e Decreto Municipal nº 054/2015, é um órgão de caráter consultivo, que tem por objetivos:

a. A Formular estratégias e plano e á execução da Política de saneamento Básico do Município. b. Discutir e validar a proposta de Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento; c. Discutir e validar as propostas de Projetos de Leis relacionadas ao Saneamento; d. Propor e incentivar ações de caráter informativo e educativo para a formação da consciência pública, visando a salubridade ambiental; e. Definir padrões e critérios relacionados à prestação dos serviços; f. Acompanhar e apreciar e fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão dos serviços de saneamento; g. Fomentar a articulação das políticas públicas relativas à Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Urbano, Uso do Solo, Recursos Hídricos com a de Saneamento; h. Articular-se com outros conselhos existentes no município com vistas à implementação do Plano de Saneamento do Município; i. Estimular a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços; j. Estimular o desenvolvimento tecnológico dos serviços para melhorar a qualidade, aumentar a eficiência e reduzir os custos para os usuários. k. Zelar também pela aplicação dos princípios de universalização com prioridade para a garantia do atendimento essencial à saúde pública da totalidade da população, sob padrões que assegurem a salubridade ambiental; l. Promover a Conferência Municipal de Saneamento Básico, a cada dois anos; m. Acompanhar, apoiar e Avaliar os Projetos de Desenvolvimento na área de saneamento básico; n. Acompanhar, apoiar e avaliar a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico; o. Elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno; p. Outras competências que vierem a ser estabelecidas pelo seu regimento interno.

Da Conferência Municipal do Saneamento

Seção III

Art. 13 - A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder

Executivo.

§ 3º A Conferência Municipal de Saneamento Básico, será realizada anualmente.

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB

Seção IV

Art. 14 -Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em obras e serviços de saneamento Básico;

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 15 - Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I. Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II. Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III. Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV. Repasses e Convênios do Orçamento da União;

V. Doações e legados de qualquer ordem.

Art. 16 - O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 17 - O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 18 - A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

Seção V

Art. 19 - Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que tem as seguintes finalidades:

I. Coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II. Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III. Permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, deverá atender as informações e Banco de Dados do SNIS - Sistema Nacional do Saneamento Básico – SINIS

§ 3º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em 240 dias, contados da publicação desta lei.

CAPÍTULO V

Das disposições finais e transitórias

Art. 20 - Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento serão reorganizadas para atender o disposto nesta Lei.

Art. 21 - O Poder Executivo promoverá no que couber, através de Decreto, as adequações da presente Lei aos dispositivos legais e regulamentos para o setor, existentes ou que virão a ser adotados.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 4 de maio de 2016.

Walmir Guse Prefeito Municipal

CONTRATO
CONTRATO Nº 056/2016

CONTRATO Nº 056/2016

"Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, e a Empresa **LIGA DESPORTIVA AMADORA DE PONTES E LACERDA – LIDEAP"**

O ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, inscrita no CNPJ sob nº. 04.219.688/0001-56 com sede à Avenida dos Oitis nº 1.200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Walmir Guse**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado de ***CONTRATANTE,*** e a **LIGA DESPORTIVA AMADORA DE PONTES E LACERDA - LIDEAP**, inscrita no CNPJ sob nº 13.377.996/0001-09, com sede à Avenida José Martins Monteiro nº 2.109, bairro Jardim Santa Fé, CEP 78.250-000 – na cidade de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, neste ato representada, por seu presidente **ITAMAR RODRIGUES BARBOSA**, brasileiro, casado, servidor público municipal, residente e domiciliado na Rua Sotero Lucas de Morais, nº 430, bairro residencial Vera, CEP 78.250-000 na cidade de Pontes e Lacerda, portador da cédula de identidade nº 1.177.803-2 expedida pela SSP – MT e CPF 903.276.751-87, doravante denominada ***CONTRATADA,*** tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade expressas nas clausulas e condições a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE serviço de arbitragem assim como viabilizar a participação das equipes do município em eventos esportivos, a nível local, regional e estadual para o desenvolvimento dos Programas e Ações, pela Secretaria de Cultura, desporto e Lazer, conforme planejamento do ano de 2016. 1.2 Para o exercício de 2016 estão programados os seguinte eventos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Torneio Comunidade São Sebastião	Diárias	3	150,00	450,00
2	Campeonato Municipal Turma do Colete	Partidas	25	120,00	3.000,00
3	Campeonato Municipal Infantil	Partidas	14	60,00	840,00

4	Campeonato Municipal Futebol Society - Varias categorias	Partidas	35	120,00	4.200,00
5	Campeonato Municipal de Futsal	Partidas	40	120,00	4.800,00
6	Campeonato Regional de Futebol de Areia	Partidas	40	120,00	4.800,00
7	Campeonato Regional de Quarentão	Partidas	14	120,00	1.680,00
8	Campeonato de Futebol de Campo	Partidas	20	220,00	4.400,00
9	Torneio Comunidade Santa Clara	diária	3	150,00	450,00
10	Torneio Comunidade São José	Diária	3	150,00	450,00
TOTAL	25.070,00				

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base na Lei Federal n° 8.666/93 e alterações, dispensada a licitação conforme disposto no inciso X do Art. 24 e em conformidade com a Lei Municipal nº 421, de 2 de agosto de 2013, que autoriza o município a firmar convenio com entidades sem fins lucrativos.

CLAUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O presente contrato é celebrado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor dos serviços objeto deste instrumento está estimado em **R$ 25.070,00** (vinte e cinco mil e setenta reais).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão efetuados em seguida a execução de cada rodada, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, correspondente ao fornecimento do objeto deste instrumento, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e atestadas por servidor designado pela Secretaria de Cultura, Desporto e Lazer da perfeita execução dos serviços; 5.2 Os pagamentos serão efetuados, exclusivamente, mediante deposito em conta corrente da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 O valor do presente contrato não será reajustado no período de sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente: **05 – SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA, DESPORTO E LAZER 003 – DIVISÃO DE DESPORTO E LAZER 27.813.0022.2037 – MAN/ENC. C/ COORD. DE OBRAS 3390.39.00.00.00 (216) – OUTROS SERV. DE TERC. – PESSOA JURÍDICA**

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura, vencendo-se em 31 de dezembro de 2016.

CLAUSULA NONA – DAS DESPESAS

9.1 A CONTRATADA arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais e humanos, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada; 10.2 Efetuar o pagamento a **CONTRATADA**, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento; 10.3 Receber os serviços contratados, nas condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 **A CONTRATADA obriga-se** a: a) Prestar o serviço contratado, conforme especificações constantes na cláusula primeira deste instrumento; b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93; c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do**CONTRATANTE**; d) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos humanos empregados; e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE.**

11.2 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 Este contrato poderá ser rescindido, na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 77, 78 e 79 da lei 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Das decisões proferidas pela Administração cabem recursos, elencados no artigo 109 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA.

15.1 Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93); 17.1 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

18.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e combinados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 18 de abril de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Liga Desportiva Amadora de Pontes e Lacerda – LIDEAP

Itamar Rodrigues Barbosa

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Maria Conceição de Freitas Luciano Aparecido da Silva

RG: 1092791-3 SJ/MT RG: 15.160.513/SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 502/2016

"Altera o Artigo 5º da Lei 024/2001 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e dá outras providencias"

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 5º da Lei 024/2001, de 16 de abril de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 5º - Integram o **CMDR**:*

I. 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;

II. 02 (dois) representantes dos Profissionais do Ramo, sendo um da EMPAER e outro do INDEA;

III. 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conquista D'Oeste;

IV. 01 (um) representante de cooperativa de produtores;

V. 03 (três) representantes das Associações Rurais.

*§ 1º - Para cada membro titular do **CMDR** corresponderá um suplente.*

*§ 2º - Os membros do **CMDR** serão designados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos dirigentes dos Órgãos e Entidades representadas*

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 4 de maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATO
CONTRATO N.º 055/2016

CONTRATO N.º 055/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2016

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

O ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55doravante simplesmente denominado ***CONTRATANTE***e por outro lado ***SEVERINO JERÔNIMO DA SILVA NETO***, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município no Sítio Boa Esperança, portador da cédula de identidade nºRG – 1.454.869-0 – SSP MTe do CPF 513.161.701-44, inscrita no DAP sob numero SDW05131617 01441504151013, doravante denominada**CONTRATADO**fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o **CONTRATANTE,** gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	*UNIDADE*	*QUANTIDADE*	*PREÇO UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL*
BANANA	*KG*	*7.200*	*2,75*	*19.800,00*

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2016, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ *19.800,00*(dezenove mil e oitocentos reais) preço esse que será pago pelo ***CONTRATANTE*** ao ***CONTRATADO,*** mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O **CONTRATANTE**, após receber os documentos descritos no inciso “b” dacláusula sétima, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da **CONTRATADA** no Banco SICREDI - AGENCIA – 0805, CONTA: POUPANÇA 0100 10805216011. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado **CONTRATADO,** será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 23 (vinte e três) de dezembro de 2016. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2021.33.90.30.00.00.00 – F.098 – Material de Consumo – R$ 7.920,00

04.003.12.306.0016.2022.33.90.30.00.00.00 – F.099 - Material de Consumo – R$ 6.600,00

04.005.12.306.0018.2027.33.90.30.00.00.00 – F.123 - Material de Consumo – R$ 5.280,00

CLÁUSULA NONA - PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até **23 de dezembro de 2016**. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do **CONTRATADO;** c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a **CONTRATANTE** alterar ou rescindir o contrato sem culpa do **CONTRATADO**, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** o ressarcimento de danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do ***CONTRATANTE***, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da ***CONTRATADA,*** inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O ***CONTRATADO*** fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D'Oeste, 13 de abril de 2016.

Walmir Guze Prefeito Municipal Representante Legal CONTRATANTE	Severino Jeronimo da Silva Neto Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

CONTRATO
CONTRATO N.º 051/2016

CONTRATO N.º 051/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2016

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04. 219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55 doravante simplesmente denominado ***CONTRATANTE*** e por outro lado ***LUIZ CARLOS BIANCO***, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município, portador da cédula de identidade nº1.417.685- - SSP SP e do CPF 142.182.911-87 inscrito no DAP sob numero SDW00444405 58552503150406, doravante denominado CONTRATADO fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/

2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o **CONTRATANTE,** gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CHUCHU	KG	2.310	3,00	6.930,00
PEPINO	KG	1.430	2,80	4.004,00
ABOBRINHA	KG	1760	2,50	4.400,00
INHAME	KG	690	5,30	3.657,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 18.991 (dezoito mil, novecentos e noventa e um reais), preço esse que será pago pelo ***CONTRATANTE*** ao ***CONTRATADO,*** mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso “b” dacláusula sétima, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 23 (vinte e três) de Dezembro de 2016. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.0016.2021.33.90.30.00.00.00 (106) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 12.602,00

04.005.12.306.0018.2027.33.90.30.00.00.00 (129) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 6.389,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 23 de dezembro de 2016. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou

dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações doCONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do ***CONTRATANTE***, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da ***CONTRATADA,*** inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O ***CONTRATADO*** fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 13 de abril de 2016.

Walmir Guse Prefeito Municipal Representante Legal CONTRATANTE	Luiz Carlos Bianco Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

CONTRATO
CONTRATO N.º 050/2016

CONTRATO N.º 050/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2016

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56neste ato representado por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº .º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado o Produtor Rural MAURO GUILHERME DA SILVA, residente na Comunidade São José, zona rural em Conquista D'Oeste, estado de Mato Grosso, inscrita no CPF sob n.º 067.341.718-25, DAP: SDW00673417182501041608 21, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o **CONTRATANTE,** gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	*UNIDADE*	*QUANTIDADE*	*PREÇO UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL*				
Acerola	*KG*	480	R$ 10,00	R$ 4.800,00	KG	2.310	3,00	6.930,00
Maracujá	*KG*	450	R$ 7,20	R$ 3.240,00	KG	1.430	2,80	4.004,00
Beringela	*KG*	860	R$ 2,85	R$ 2.451,00	KG	1760	2,50	4.400,00
Pimentão verde	*KG*	620	R$ 5,80	R$ 3.596,00	KG	690	5,30	3.657,00
Jiló	*KG*	550	R$ 4,20	R$ 2.310,00				
Batata doce	*KG*	740	R$ 4,70	R$ 3.478,00				

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2016, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ *19.875,00*(dezenove mil, oitocentos e setenta e cinco reais) preço esse que será pago pelo ***CONTRATANTE*** ao ***CONTRATADO,*** mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O **CONTRATANTE**, após receber os documentos descritos no inciso “b” da cláusula sétima, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da **CONTRATADA** no Banco SICREDI - AGENCIA – 0805, CONTA: POUPANÇA 0100 10805216011. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado **CONTRATADO,** será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 23 (vinte e três) de Dezembro de 2016. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2021.33.90.30.00.00.00 – F.098 – Material de Consumo – R$12.538,00

04.005.12.306.0018.2027.33.90.30.00.00.00 – F.123 - Material de Consumo – R$7.337,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até **23 de dezembro de 2016**. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do **CONTRATADO;** c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a **CONTRATANTE** alterar ou rescindir o contrato sem culpa do **CONTRATADO**, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da **CONTRATADA** a) É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** o ressarcimento de danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do ***CONTRATANTE***, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da ***CONTRATADA,*** inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O ***CONTRATADO*** fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

.

Conquista D'Oeste - MT, 13 de abril de 2016.

Walmir Guse Prefeito Municipal Representante Legal CONTRATANTE	Mauro Guilherme da Silva Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 029/2016

"Exonera servidor comissionado que menciona."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, do cargo de Coordenador de Cultura Desporto e Lazer, referencia CC-V, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, **MARCIO ABADE TIOLA**, portador do RG 1092741-7 expedida pela SSP/MT e do CPF 836.062.111-04, nomeado pelo Decreto Nº 014/13.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de Maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 497/2016.

Dispõe *sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D'Oeste, e dá outras providências*.

WALMIR GUSE, Prefeito de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, CONCEITOS, OBJETIVOS NORTEADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I

Do objetivo e princípios fundamentais

Art. 1º A Política Municipal de Proteção Ambiental do município de Conquista D'Oeste tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvol-

vimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, conservação e utilização racional dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

§ 1º Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação e recuperação do Meio Ambiente no Município integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

Art. 2º Para o estabelecimento da Política Municipal de Proteção Ambiental serão observados os seguintes princípios:

I. **A prevalência do interesse público;** II. **A melhoria contínua da qualidade ambiental;** III. **A** multidisciplinaridade no trato das questões ambientais; IV. **A participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente**; V. **A** integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado e dos demais municípios em consórcio ou não e com as demais ações de governo; VI. **O uso racional dos recursos naturais;** VII. **A educação ambiental como mobilizadora da sociedade, incluindo a educação da comunidade;** VIII. **O incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental;** IX. O estímulo à produção responsável; X. A recuperação do dano ambiental; XI. O uso de recursos financeiros administrados pelo Município que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente; XII. O disciplinamento dos serviços de saneamento ambiental; XIII. O controle e zoneamento das atividades de pequeno e médio impactos; XIV. A proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas;

SEÇÃO II

Dos conceitos norteadores da Política Ambiental

Art. 3º Para os efeitos desta lei entende por:

I. Meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; II. Licenciamento ambiental: instrumento da política municipal de meio ambiente, decorrente do exercício do poder de polícia ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória; III. Patrimônio ambiental: o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, dentro do território municipal; IV. Impacto ambiental: é a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade. V. Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que pode ser considerado socialmente includente, ecologicamente sustentável e economicamente viável, garantindo igual direito para as futuras gerações; VI. Degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente; VII. Infração administrativa: toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas previstas nesta lei e demais atos normativos, incluída a legislação federal e estadual pertinente e ainda nas ações ou omissões resultantes de atividades que direta ou indiretamente:

a) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) Afetem desfavoravelmente a biota;

d) Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

VIII. Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

IX. Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

X. Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

XI. Parques Municipais: são áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais;

XII. Áreas de Preservação Permanente ou reservas ecológicas: são as florestas e demais formas de vegetação natural com a finalidade de proteção integral, amparadas pela legislação ambiental vigente, consideradas totalmente vedadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, com exceção de atividades de interesse local, definidas por lei federal.

XIII. Fauna: É o conjunto de espécies animais próprios de uma região ou de um período geológico e dividem-se em:

XIV. Fauna Silvestre: São os animais nativos e autóctones em qualquer fase do desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro;

XV. Animais Nativos: são originários do país;

XVI. Animais Autóctones: são aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural;

XVII. Fauna Aquática: são aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera.

XVIII. Jardim Zoológico: é qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi-liberdade e exposto à visitação pública, desde que tratados dignamente.

XIX. Flora: conjunto de espécies vegetais as florestas e demais formas de vegetação que compõem um ecossistema;

XX. Árvore Imune de Corte: são árvores preservadas devido à sua raridade e/ou beleza e/ou porta sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie;

XXI. Arborização Pública: toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local.

XXII. Poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente

XXIII. Nascente: ponto ou área, no solo ou na rocha, de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para um corpo d'água.

XXIV. Poluição sonora: toda emissão de som que, direta e indiretamente, seja ofensiva ou nociva a saúde, à segurança e o bem estar da coletividade ou transgrida as disposições desta lei;

XXV. Vereda: caracteriza como formas ligeiramente deprimidas dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos d'água.

SEÇÃO III

Do Interesse Local

Art. 4º Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I. O incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis; II. A adequação das atividades e ações econô-

micas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental; III. A busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais; IV. A adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda; V. A ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios; VI. A defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar; VII. O licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequeno e médio impactos e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente; VIII. A melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber; IX. O acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos; X. O cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins; XI. A conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas; XII. A garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos; XIII. Monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação; XIV. A criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros; XV. A proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município; XVI. O incentivo a estudos visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

SEÇÃO IV

Da competência do Município

Art. 5º Ao Município de Conquista D'Oeste, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros, materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nessa lei, devendo para tanto:

I. Planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção,conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais; II. Definir, controlar e ordenar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais; III. Elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente; IV. Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares; V. Elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental; VI. Editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico; VII. Exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas; VIII. Definir áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade e salubridade ambientais; IX. Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico; X. Estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas; XI. Estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas; XII. Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas;

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I

Da Estrutura

Art. 6º Para organizar e coordenar as ações da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental fica instituído o Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - SIMGEPA.

§ 1º O SIMGEPA fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento ambiental.

§ 2º O SIMGEPA concorrerá para garantir a todos, níveis crescentes de qualidade ambiental, tendo o dever de defender, proteger e conservar os recursos naturais para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ 3º O SIMGEPA será coordenado pelo Prefeito Municipal e composto pelos seguintes órgãos:

I. Conselho Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - COMDEMA como órgão consultivo e deliberativo; II. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como órgão gestor do meio ambiente municipal; III. Secretarias Municipais de Agricultura, Saúde, Educação, Obras e Serviços Públicos, Administração, Finanças e demais como colaboradores;

§ 4º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é o órgão municipal parte integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981.

SEÇÃO II

Dos instrumentos DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 7º São instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental:

I. O COMDEMA, como órgão consultivo e deliberativo;

II. O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA, como instrumento de gestão financeira;

III. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente como órgão técnico e executivo;

IV. O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade e ambiental;

V. A fiscalização de quaisquer atividades de uso e exploração, inclusive comercial, dos recursos naturais;

VI. O Plano Diretor, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano a ser regulamentado;

VII. O licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, o controle e a adequação de atividades degradadoras ou poluidoras de baixo e médio impactos;

VIII. A fiscalização ambiental e as penalidades administrativas;

IX. A avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos quando necessários individualmente ou através do Consórcio Intermunicipal Nascentes do Araguaia;

X. Os programas e projetos de controle de impacto ambiental realizados pelo Poder Público em parceria com a iniciativa privada ou sociedade civil organizada;

XI. Os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade ambiental;

XII. A criação de Unidades de Conservação;

XIII. A educação ambiental;

XIV. O cadastro técnico de atividades e o Sistema de Informações Ambientais;

XV. As taxas ambientais.

Parágrafo único. Torna-se obrigatório o cadastro nos termos do inciso XIV e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I. **Órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;** II. **Pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;** III. **Todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal, Estadual ou Municipal, implantados ou que venham a se implantar no Município.**

Parágrafo único. Os cadastros descritos nos incisos I e III são gratuitos.

SEÇÃO III

Da Secretaria

Art. 8º Cabe à Secretaria de Meio Ambiente implementar os objetivos e instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental, em complemento ao disposto na presente Lei, competindo-lhe:

I. Propor, executar e coordenar, direta ou indiretamente, a Política de Gestão e Política Ambiental do Município de Conquista D'Oeste.

II. Planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços ambientais propostos nesta Lei;

III. Promover pesquisas e estudos sobre a gestão ambiental do município;

IV. Estabelecer normas para a exploração e o uso de qualquer natureza dos recursos naturais;

V. Fiscalizar projetos, processos de licenças ambientais, atividades e empreendimentos de acordo com critérios técnicos, de instalação e operação de atividades de pequeno e médio impactos no âmbito municipal delegadas pelo Estado.

VI. Estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade ambiental e emissão de poluentes relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo;

VII. Realizar o licenciamento ambiental, bem como a renovação das mesmas das atividades de pequeno e médio impactos nos termos da Resolução 04/2008 do Consema - MT, controlar sua instalação e funcionamento, exercer o controle e a fiscalização;

VIII. Incentivar, colaborar e participar de estudos e planos de ações de interesse ambiental em nível Federal, Estadual e Regional, através de ações comuns, convênios e consórcios;

IX. Desenvolver atividades de fomento da melhoria contínua da qualidade ambiental, por meio de estabelecimento de políticas de cooperação com a iniciativa privada, particularmente com os empreendedores que utilizam os recursos naturais, com as organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa;

X. Acionar órgãos estaduais ou federais de controle ambiental quando for necessário, bem como o Ministério Público;

XI. Normatizar o uso e manejo dos recursos naturais e estabelecer normas e regulamentos para a gestão das unidades de conservação e outras áreas protegidas;

XII. Promover a conscientização para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida, através da educação ambiental;

XIII. Elaborar e coordenar as ações de educação ambiental em todas as instâncias;

XIV. Estimular a participação comunitária no planejamento, implementação e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV. Incentivar o desenvolvimento, a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XVI. Realizar auditorias ambientais;

XVII. Coordenar a elaboração e revisão de Planos Diretores relacionados a sua esfera de competência;

XVIII. Celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades públicas ou privadas para desenvolver as atividades sob sua responsabilidade de maneira a atender às demandas da comunidade;

XIX. Calcular, definir e cobrar tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos referentes à prestação dos serviços sob sua esfera de competência, bem como arrecadar e contabilizar as receitas provenientes dessas cobranças;

XX. Gerenciar os recursos provenientes do ICMS ecológico a ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMA;

XXI. Gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA;

XXII. Realizar operações financeiras, incluindo a contratação de empréstimos, das quais os recursos obtidos sejam destinados à realização de obras e prestação de serviços exclusivos a sua esfera de competência; XXIII. Elaborar e publicar anualmente os balanços financeiro e patrimonial, bem como, a demonstração da conta patrimonial; XXIV. Organizar e manter atualizado o cadastro de seus bens; XXV. Aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em seus regulamentos; XXVI. Elaborar projetos que enfoquem a formação de consciência ecológica do cidadão.

SEÇÃO IV

Do Conselho

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA, como parte integrante do SIMGEPAM, em caráter permanente, deliberativo, consultivo e recursal, além das atribuições auferidas pela respectiva lei e concomitância ao art. 6º, inciso II da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e Portaria do MMA nº 168 de 10 de junho de 2005 possui a finalidade de estudar, propor, deliberar e fiscalizar no âmbito de sua competência a implementação de diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente municipal e sobre o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, os recursos em processos administrativos e normas e padrões relativos a gestão e proteção do meio ambiente.

Art. 10. Compete ainda ao COMDEMA:

I. Propor diretrizes, avaliar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

II. Deliberar sobre programas anuais de ações e investimentos com base na previsão orçamentária elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente;

III. Fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços prestados à população pela Secretaria de Meio Ambiente;

IV. Estudar os problemas ligados ao meio ambiente municipal e propor ações destinadas à preservação e melhoria da qualidade ambiental;

V. Colaborar na elaboração dos planos e programas de desenvolvimento municipal e em projetos de lei que serão suporte da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

VI. Estudar e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

VII. Opinar nas questões de uso e ocupação dos espaços territoriais de acordo com limitações e condicionantes ambientais, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental;

VIII. Avaliar as solicitações de licenciamento para as atividades definidas nessa lei;

IX. Propor a criação de Unidades de Conservação, bem como diretrizes de sua preservação;

X. Articular a integração das ações de interesse ambiental desempenhadas por órgãos de caráter regional;

XI. Opinar sobre os planos e projetos públicos e privados que, direta ou indiretamente afetem o meio ambiente, podendo solicitar, sempre que necessário, maiores informações dos interessados;

XII. Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

XIII. Publicar os relatórios sobre a situação de salubridade ambiental do Município;

XIV. Elaborar e fazer cumprir seu estatuto e seu regimento interno;

XV. Propor auditorias ambientais.

Parágrafo único - Fica garantido ao COMDEMA o acesso a todas as informações necessárias ao desempenho de suas funções que deverão ser fornecidas pela Secretaria de Meio Ambiente sempre que solicitadas.

Art. 11. O COMDEMA tem a composição estabelecida em Lei, devendo ainda compor o Conselho um membro da comunidade técnico-científico, totalizando 50% de seus membros representados pela Sociedade Civil.

SEÇÃO V

Do Fundo Municipal de mEIO AMBIENTE

Art. 12. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado por Lei - FMA, vinculado ao orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Sustentado, possui como objetivo concentrar recursos para projetos de interesse ambiental.

Art. 13 Constituem receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente:

I. Arrecadação pelos agentes públicos competentes municipais, estaduais ou federais de multas previstas em leis e regulamentos provenientes da degradação do meio ambiente local a ser destinada a projetos de recuperação, proteção e educação ambiental a serem elaborados e definidos pelos representantes da sociedade civil no COMDEMA; II. Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e Consórcio e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações; III. Parte dos recursos provenientes da cobrança de tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos cobrados pela Secretaria de Meio Ambiente para remunerar os investimentos e os custos de operação e manutenção dos serviços sob sua esfera de competência; IV. As arrecadações resultantes de consórcios, convênios, contratos e acordos específicos celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria de Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos; V. As contribuições resultantes de doações de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais ou internacionais; VI. Rendimento de qualquer natureza que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio; VII. Arrecadação resultante do ICMS ecológico nos termos da Lei Complementar nº 73 de 07 de dezembro de 2000 e Decreto nº 2.758 de 16 de julho de 2001; VIII. Outros rendimentos que, por sua natureza, possam ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – a Secretaria de Meio Ambiente deverá sempre que solicitado dar ciência ao COMDEMA das receitas destinadas ao FMA.

Art. 14 . A gestão do FMA será realizada por um Conselho Gestor que terá como finalidade a aplicação dos recursos e prestação de contas.

Art. 15 . Compõem o Conselho Gestor do FMA:

I. O Secretário de Desenvolvimento Sustentado, como seu Presidente; II. Um membro do Departamento Financeiro da Secretaria de Fazenda; III. Um representante do COMDEMA escolhido entre os representantes da sociedade civil.

Art. 16 . É competência do Conselho Gestor do FMA:

I. Estabelecer normas e diretrizes para gestão do Fundo; II. Aprovar operações de financiamento; III. Encaminhar o relatório anual de atividades desenvolvidas ao Prefeito ; IV. Prestar contas da Gestão do Fundo ao COMDEMA, na forma prevista em leis e regulamentos.

Art. 17 . Os recursos do FMA serão aplicados no desenvolvimento, remuneração e fomento de:

I. Programas de proteção, conservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental; II. Atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente; III. Ações que visem proporcionar saneamento básico à população; IV. Pesquisas de processos tecnológicos destinados a melhoria da qualidade ambiental; V. Atividades educativas e de mobilização da sociedade civil organizada no processo de defesa do meio ambiente e da salubridade ambiental; VI. Proteção e conservação dos recursos naturais; VII. Capacitação técnica dos agentes públicos integrantes do Simgepam; VIII. Investimentos e custos de operação e manutenção das atividades de gestão ambiental; IX. IX - serviços de assessoria técnica para a implementação de programas ambientais e sanitários.

SEÇÃO VI

DAS TAXAS AMBIENTAIS

Art. 18. Fica instituída a taxa de controle e fiscalização ambiental no Município de Conquista D'Oeste, cujo fato gerador é o exercício regulador do poder de polícia conferido à Secretaria de Meio Ambiente, para controle e fiscalização das atividades poluidoras utilizadoras dos recursos naturais de âmbito local.

Parágrafo único. Esta lei deverá ser regulamentada normatizando, os valores da TCFA, os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da TCFA.

SEÇÃO VII

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 19 . A localização, concepção, instalação, construção, ampliação, modificação, operação e desativação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do Município de Conquista D'Oeste, sem prejuízo de outras licenças ou autorizações legalmente exigíveis.

§ 1º Compete ao Município o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de pequeno e médio impacto, conforme as atividades dispostas no Anexo Único desta Lei.

§ 2º Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa local ou regional.

Art. 20. O Município, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório, respeitadas as competências estadual e federal:

I. Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próxi-

mas fases de sua implementação; II. Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes; III. Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI); IV. Licença de Operação Provisória (LOP) -será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente; **V.** Licença Especial (LE) – Destina-se a permitir a ocorrência de Eventos Especiais assim considerados: o corte de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na extração de minerais, festejos populares, serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade, entre outros.

§ 1º Os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor, serão observados os limites máximos de até:

I. Licença Prévia: 2 (dois) anos; II. Licença de Instalação: 3 (três) anos; III. Licença de Operação: 2 (dois) anos; IV. Licença de Operação Provisória: 2 (dois) anos; V. Licença Especial: apenas pela data do evento.

§ 2º As atividades e empreendimentos considerados de pequeno e médio impacto, assim definidos no anexo Único da Resolução CONSEMA nº 04/2008 ou daquela que a suceder deste regulamento, e já em funcionamento na data de publicação desta Lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 3º Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º A renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

§ 5º O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença; III. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

§ 6º No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

§ 7º Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna serão concedidas pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§ 8º Os responsáveis pelas atividades previstas no caput do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§ 9º A expedição das licenças previstas nesta seção deverá atender a previsão constante no art. 19 da presente lei e do previsto no Decreto Estadual nº. 7007 de 09 de fevereiro de 2006.

§ 10 Nos processos de licenciamento ambiental estabelecidos no Anexo Único desta Lei, não sujeitos ao EIA/RIMA, nos termos da Resolução do CONSEMA n. 428 de 17 de Dezembro de 2010, o órgão licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação que existir, quando o empreendimento:

I. Puder causar impacto direto em Unidade de Conservação; II. Estiver localizado na sua Zona de Amortecimento; ou III. Estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir de 17 de Dezembro de 2010.

Art. 21. A Prefeitura de Conquista D'Oeste condicionará a expedição de licença, Autorização ou Alvará de funcionamento e sua renovação à apresentação de Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 22. Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de OPERAÇÃO emitida pelo órgão ambiental competente, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 23. O Município, através de seus agentes ambientais capacitados, terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

Art. 24. Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental competente municipal a suspensão ou o encerramento das suas atividades.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

§ 4º A Autorização Ambiental (AA), aplicar-se-á a empreendimentos ou atividades de caráter temporário (despesca em atividade de piscicultura, transporte de produtos perigosos, pesquisa científica, festival de pesca, desmatamento, exploração florestal, resgate de fauna, uso do fogo controlado, etc.). Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, exceda o prazo estabelecido de modo a configurar situação permanente, serão exigidas as licenças ambientais correspondentes, em substituição à Autorização Ambiental expedida.

§ 5º As Licenças/Autorizações Ambientais poderão ser transferidas para outro proprietário, desde que as mesmas estejam dentro do prazo de validade e não haja mudança na atividade inicial.

§ 6º As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante Parecer Técnico (PT) favorável elaborado e assinado por pelo menos 02 (Dois) técnicos de Meio Ambiente do quadro funcional da Prefeitura ou á disposição desta.

§ 7º A Licença Prévia somente poderá ser renovada uma única vez.

§ 8º As atividades de fiscalização ambiental somente poderá exercida por agentes de meio ambiente do quadro funcional da prefeitura concursados.

SEÇÃO X

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 25. Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Art. 26. A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 27. A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades.

Art. 28. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I. Campanhas de esclarecimento; II. Palestras; III. Debates; IV. Cursos de capacitação e/ou reciclagem; V. Desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias; VI. Comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo. VII. Qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 29. A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria de Educação;

Art. 30. A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 31. A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal Meio Ambiente.

Art. 32. A educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa sócio-ambiental em nível científico.

Art. 33. Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

SEÇÃO XI

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 34. O Município de Alto Araguaia, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo Único. Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 35. Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo Único - Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o caput deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

SEÇÃO XII

DA PROCURADORIA AMBIENTAL

Art. 36. O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Assessoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico à implementação dos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do caput do artigo 129 da Constituição Federal.

SEÇÃO XIII

DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO, INFRAÇÃO E PENALIDADES

SUBSEÇÃO I

Do controle, monitoramento e fiscalização das atividades

Art. 37. Para o controle, monitoramento e fiscalização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, através de convênios, bem como do Consórcio Nascentes do Araguaia.

Art. 38. Fica criado, o cargo de Agente Ambiental, com exigência de formação técnica e treinamento especial.

§ 1º Caberá ao órgão gestor de Meio Ambiente providenciar o treinamento do Agente Ambiental, que receberá Certificação de Aptidão para o exercício das funções de fiscalização nesta Lei descritas.

§ 2º A atividade de fiscalização e o treinamento do Agente Ambiental poderá ser objeto de convênios, acordos de cooperação com outros municípios, com o Consórcio Nascente do Araguaia, com a SEMA e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

§ 3º O Agente ambiental atuará na fiscalização de atividades industriais, serviços, comerciais, agrícolas e pastoris, passíveis de licenciamento ambiental municipal.

Art. 39. São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I. Realizar levantamentos, vistorias e avaliações; II. Efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle; III. Proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações; IV. Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes; V. Lavrar auto de notificação e auto de infração, interdição e embargo;

§ 1º O infrator receberá cópia do auto de infração, em caso de recusa de recebimento, ser-lhe-á enviado por via postal, com “Aviso de Recebimento”, que será anexado ao procedimento, ou por edital.

§ 2º No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§ 3º Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pelo Agente Ambiental.

Art. 40. Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

SUBSEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 41. Para efeitos desta Lei, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância dos preceitos desta Lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções, bem como, das leis estaduais e federais, resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais.

Art. 42. Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todos aqueles que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Parágrafo único. O infrator, seja pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa ou dolo, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

Art. 43. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os agentes ambientais do órgão municipal do meio ambiente e da polícia militar especializada.

Art. 44 . A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 1º Qualquer pessoa que tiver conhecimento ou notícia da ocorrência de infração ambiental deverá noticiar as autoridades relacionadas no artigo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 2º A autoridade ambiental notificará o Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como “gravíssima” e a seu critério, nos demais casos.

Art. 45. Os autos de infração ambientais serão processados junto ao órgão ambiental municipal competente, incluindo aqueles lavrados pelos agentes do Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental.

Art. 46. Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar ao conhecimento da autoridade policial.

SUBSEÇÃO III

DAS PENALIDADES

Art. 47. Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I. Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei; II. Multa simples no valor de 50 (cinqüenta) até 85.000 (oitenta e cinco mil) Unidades de Padrão Fiscal (UPF); III. Multa diária;

IV. Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V. Destruição ou inutilização do produto; VI. Suspensão de venda e fabricação do produto; VII. Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; VIII. Demolição de obra; IX. Suspensão parcial ou total das atividades; e X. Restritiva de direitos. XI. Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividade; XII. Cassação de alvará de licenciamento da atividade ou empreendimento;

§1º Os valores estabelecidos das multas nesta Lei, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções.

§2º A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3o do art. 72 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 48. A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I. Nas infrações leves, 50 até 500 UPF; II. Nas infrações graves, 500 até 10.000 UPF; III. Nas infrações muito graves, 10.000 até 20.000 UPF; IV. Nas infrações gravíssimas, 20.000 até 85.000 UPF.

Art. 49. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 50. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§1º Constatada a situação prevista no caput, o agente autuante lavrará auto de infração, indicando a conduta e o valor da multa-dia.

§ 2º O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, não podendo ser inferior ao mínimo aqui estabelecido , nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 3º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 4o Caso o agente autuante ou a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 5o Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 6o O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 7º A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Art. 51. Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I. A escala e a intensidade do dano; II. O dano à saúde e à segurança pública; III. Se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irrecuperável; IV. O local da infração. V. As circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Parágrafo único. As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 52. São circunstâncias atenuantes:

I. Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator; II. Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada; III. Comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental; IV. Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental; V. Ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida; VI. Comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 53. São circunstâncias agravantes:

I. Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada; II. Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária; III. O infrator coagir outrem para a execução material da infração; IV. Ter a infração conseqüências danosas à saúde pública; V. Se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo; VI. Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual; VII. Não ter o infrator comunicado a infração ambiental autoridade competente; VIII. A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia; IX. A infração atingir áreas sob proteção legal; X. O emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais; XI. XI- decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§ 1º A reincidência ocorrerá quando o mesmo agente cometer nova infração ambiental no período de 3 anos, classificada como:

a) Específica: cometimento de infração da mesma natureza; b) Genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

§ 2º No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou da flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 54. A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§2º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§3º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo administrativo.

§4º Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 55. A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 56. Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Art. 57.São infrações ambientais, não excluindo as indicadas nos artigos 73 a 93 do Decreto Federal n. 6514 de 2008 atualizado pelo Decreto Federal n. 6686 de 2008 e 48 desta Lei:

I. Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença exigida por Lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

II. Praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta Lei e na legislação estadual e federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

III. Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto nesta Lei Complementar, no seu regulamento e normas técnicas.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

IV. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

V. Opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

VI. Utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

VII. Descumprir, as empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes e responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais.

Pena: Incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

VIII. Entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei;

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

IX. Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

X. Contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XI. Emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XII. Exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XIII. Causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XIV. Causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XV. Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVI. Desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVII. Causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVIII. Causar poluição de qualquer natureza que possa trazer dano à saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei; XIX. Desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbia ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres. Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei; XX. Desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta Lei Complementar. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei; XXI. Obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei; XXII. Descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei; XXIII. Transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei; XXIV. Praticar maus tratos em animais. Pena: Incisos I, II, III e IX do art. 47 desta Lei; XXV. Destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei; XXVI. Emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta Lei e legislação estadual ou federal pertinente. Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

Art. 58. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I. Suspensão de registro, licença ou autorização; II. Cancelamento de registro, licença ou autorização; III. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; IV. Perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e V. Proibição de contratar com a administração pública;

§ 1o A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I. Até 3 (três) anos para a sanção prevista no inciso V; II. Até 1 (um) ano para as demais sanções.

§ 2º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Art. 59. Em caso de aplicação de penalidade concomitante pelo Estado e Município, prevalecerá a que primeiro tiver sido imposta.

SEÇÃO XIV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 60. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura de auto de infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

Art. 61. Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta Lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I. Auto de notificação; II. Auto de infração; III. Termo de embargo e/ou interdição; IV. Termo de apreensão e notificação.

Art. 62. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I. Apreensão; II. Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; III. Suspensão de venda ou fabricação de produto; IV. Suspensão parcial ou total de atividades; V. Destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e VI. Demolição.

§1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.

§ 3º A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2o.

§ 4o O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 63. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 64. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 65. O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I. O nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei; II. Local, data e hora da infração; III. Descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido; IV. Ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo; V. Assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante; VI. Nome do agente fiscal e assinatura; VII. VII- no caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 1º Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§ 2º A notificação/intimação dar-se-á sucessivamente, da seguinte forma:

I. Pessoalmente; II. Por seu representante legal; III. Por carta registrada com ávido de recebimento; IV. Por edital, se estiver o infrator em lugar incerto e não sabido ou não for encontrado no endereço indicado. V. Por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§ 3º Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser expressamente mencionada pela autoridade que efetuou a notificação na presença de 2 testemunhas que assinarão o Auto e o entregará ao autuado.

§ 4o Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante encaminhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 5º O edital referido no inciso III, do parágrafo 2º, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco 05 (cinco) dias após a publicação.

Art. 66. Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 67. O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§ 1º A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar-se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§ 2º O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§ 3º A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§ 4º O órgão ambiental municipal responsável aplicará o desconto de trinta por cento de que trata o art. 3º da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990, sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 5º O órgão ambiental municipal responsável concederá desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.005, de 1990, para os pagamentos realizados após o prazo do caput e no curso do processo pendente de julgamento.

Art. 68. Decorrido o prazo ora estabelecido sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, quando então será intimado dos atos verificados após essa habilitação.

Parágrafo único - Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 69. O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§ 1º Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§ 2º Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de três (03) dias, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§ 3º A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 70. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 71. Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º A autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 72. Terminada a produção das provas, o servidor competente do quadro da assessoria jurídica municipal proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos, devendo esta decisão ser homologada pelo Prefeito ou pelo Secretario da Secretaria que atenderá as demandas ambientais.

§ 1º O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§ 2º Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 73. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

Parágrafo único. O pagamento realizado no prazo disposto no caput contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4o da Lei no 8.005, de 1990.

Art. 74. Da decisão proferida e homologada pelo órgão Municipal competente, caberá recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA.

§ 1º O recurso administrativo previsto no caput deste artigo será encaminhado ao COMDEMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir de julgamento na câmara técnica pertinente.

§ 2º Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 75. Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa;

§ 1º O valor da multa poderá ser parcelado, na forma do regulamento.

§ 2º Os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo municipal de meio ambiente.

§ 3º Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

SEÇÃO XV

Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços dePreservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

Art. 76. A autoridade ambiental poderá, nos termos do que dispõe o § 4o do art. 72 da Lei no 9.605, de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 77. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I. Execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração; II. Implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente; III. Custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente; e IV. Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Art. 78. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do artigo anterior, quando:

I. Não se caracterizar dano direto ao meio ambiente; e II. A recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III e IV do art. XXX, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 79. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 80. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§1º Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 2º A autoridade ambiental aplicará o desconto de quarenta por cento sobre o valor da multa consolidada.

Art. 81. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação da áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§1º Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento.

§2º A autoridade ambiental poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental ou autorizar a substituição por projeto simplificado quando a recuperação ambiental for menor de idade complexidade.

§3º Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental poderá determinar ao autuado que proceda a emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§4º O não atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 82. Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§1º A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado.

§2º Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade julgadora notificar o autuado para que compareça à sede da respectiva unidade administrativa para a assinatura de termo de compromisso.

§3º O deferimento do pedido de conversão suspende o prazo para a interposição de recurso durante o prazo definido pelo órgão ou entidade ambiental para a celebração do termo de compromisso.

Art. 83. Havendo decisão favorável ao pedido de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, que deverá conter as seguintes cláusulas obrigatórias:

I. Nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais; II. Prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período; III. Descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas; IV. Multa a ser aplicada em decorrência do não-cumprimento das obrigações nele pactuadas, que não poderá ser inferior ao valor da multa convertida, nem superior ao dobro desse valor; e V. V- Foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§1º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§2º A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo, devendo a autoridade competente monitorar e avaliar, no máximo a cada dois anos, se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas.

§3o O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§ 4o O descumprimento do termo de compromisso implica:

I. Na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e II. Na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§5º O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§6º A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 84. Os termos de compromisso deverão ser publicados no diário oficial, mediante extrato.

Art. 85. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

SEÇÃO I

DO SOLO

Art. 86. Compete ao Poder Público Municipal:

I. Garantir a adequada utilização do solo, minimizando os processos físicos, químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologia apropriadas e manejo;

II. Promover, no que couber, ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

III. Garantir como prioridade o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solo e água;

IV. Adotar medidas mitigadoras que evitem desertificação e favoreçam a recuperação das áreas degradadas;

V. Regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo;

VI. Proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens municipais.

VII. Elaborar, nos termos da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

§ 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos poderá ser realizado pelo Município ou em Consórcio com outros Municípios, aplicando-se o disposto no inciso III, § 3º do artigo 19 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e em consonância às Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais números 13 e 14.

§ 2º Os planos ou projetos públicos ou privados de uso de recursos naturais no município de Conquista D'Oeste, bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo, devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

§ 3º Na análise dos projetos de uso e ocupação do solo ou loteamentos, o órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

I. Reserva de áreas verdes e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

II. Utilização de áreas com terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações;

III. Ocupação de áreas onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;

IV. Sistema de abastecimento de água;

V. Coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

VI. Ocupação de áreas aterradas com material nocivo à saúde;

VII. Ocupação de áreas de média a alta fragilidade sujeita a processos erosivos;

§ 4º Os loteamentos urbanos em áreas de solos arenosos com declividade acima de 10% deverão conter sistemas de drenagem de águas pluviais, de modo a minimizar os processos erosivos e assoreamento dos corpos de água.

SUBSEÇÃO I

DO ATERRO SANITÁRIO

Art. 87. A implantação do aterro sanitário municipal deverá seguir as regras específicas do Plano Diretor, do uso e ocupação do solo, bem como do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal ou mediante Plano consorcial.

Art. 88. Nos termos da Lei 12.305 de 20 de agosto de 2010, a implantação do aterro sanitário deverá ser regulamentada.

SUBSEÇÃO II

DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 89. Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, às seguintes normas:

I. É vedado a urbanização das áreas de contribuição imediata dos mananciais destinados ao abastecimento urbano;

II. É vedado o lançamento de esgotos domésticos “in natura” nos cursos d’água;

III. Será coibida a expansão urbana em áreas (de elevado índices de relevo) de relevo acima de 30% de declividade e de média a alta fragilidade, obedecida a legislação federal em vigor;

IV. Nas áreas de relevante interesse turístico e paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local;

V. Proibir os processos urbanísticos em áreas sujeitas a inundações, no intuito de proteger as populações de eventuais catástrofes;

VI. A expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes de cobertura vegetal primitiva;

VII. Zelar pela manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos, mediante medidas específicas.

VIII. Obedecer critérios técnicos de elegibilidade para as áreas destinadas aos assentamentos urbanos e facultar necessidade de licenciamento prévio.

SUBSEÇÃO III

DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Art. 90. Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I. Os projetos de assentamentos deverão ser desenvolvidas de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, traçados de maneira a minimizar a erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola;

II. Através de seus mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola, parte do antrópico-ambiental, deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar seu rendimento econômico e a proteção do meio ambiente, de conformidade com o zoneamento estadual e suas políticas;

III. Os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamentos deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades de produção e manutenção dos sistemas florísticos da região, bem como das áreas de preservação permanente de interesse local.

SUBSEÇÃO IV

DO USO DO SOLO

Art. 91. Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I. Exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das II. Condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis; III. Necessitem da construção ou manutenção de estradas e carreadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente; IV. Tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§1º Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§ 2º As propriedades adjacentes não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§ 3º Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura das estradas, em cada margem.

Art. 92. Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbana e rural, deverão ser compatibilizados às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 93. A conservação do solo e dos recursos naturais deverá fazer parte obrigatória do currículo básico de ensino das redes pública e privada, integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 94. Nas estradas rurais particulares e de acesso às propriedades, deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar arraste, carregamento e erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

SUBSEÇÃO V

DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 95. O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Art. 96. Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, o projeto de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I. Manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos; II. Atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente; III. Indústrias de qualquer natureza; IV. Espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 97. Os proprietários e/ou usuários de edificações, ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

Art. 98. Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e outras necessárias aprovadas pela SEMA-MT ou outra específica por lei no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

SEÇÃO II

DO AR

Art. 99. Compete ao Poder Público Municipal:

I. Garantir padrões de qualidade do ar, consentâneos com as necessidades de saúde pública, assim como controlar a poluição sonora em áreas urbanas em conformidade com a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e outra legislação pertinente á matéria;

II. Garantir o monitoramento da qualidade do ar com especial atenção para aglomerados urbanos, distritos e zonas industriais;

III. Fiscalizar os padrões de emissão de gases e ruídos dos veículos automotores de acordo com as normas estabelecidas a nível federal e estadual;

IV. Estimular o desenvolvimento e aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica.

Art. 100. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora.

§ 1º A constatação de percepção de que trata este artigo será efetuada por técnicos credenciados do órgão competente municipal.

§ 2º Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado após tratamento, conforme a legislação pertinente.

§ 3º O transporte coletivo da frota pública ou sob concessão, deverá implantar sistema de catalisadores para diminuir a poluição atmosférica nos termos da Lei 9.605 de 1998.

§ 4º O desprendimento de odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais a saúde e ao bem estar da comunidade não deverá ser percebido além dos limites da propriedade da fonte geradora.

§ 5º Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecida pelo órgão competente;

§ 6º Somente será permitida a execução de fogueira por ocasião de festas juninas em locais que não interfiram com o transito e nem apresentem perigo ao bem-estar da população;

§ 7º O lançamento de emissões provenientes de queima de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos deverá ser realizado através de chaminé

Art. 101. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outro sistema de controle da poluição do ar de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 102. As operações de cobertura de superfícies realizadas por aspersão, tais como pintura ou aplicação de verniz a revólver, deverão realizar-se em compartimento próprio provido de sistemas de ventilação local e de equipamentos eficientes para a retenção de material particulado e odor.

Art. 103. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, são obrigadas a auto-monitorar suas atividades quanto a emissão de gases, partículas e ruídos.

SEÇÃO III

DA ÁGUA

Art. 104. As ações do Município no sentido da gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos estão calcadas na legislação federal e estadual pertinente, colaborando na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997).

Art. 105 . Na gestão dos recursos hídricos, a Secretaria de Meio Ambiente deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

Art. 106. Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Art. 107. A Secretaria de Meio Ambiente deverá proceder ao cadastramento de todas as captações de água para irrigação ou abastecimento urbano e industrial, caracterizando as condições de uso.

Art. 108. A Secretaria de Meio Ambiente, considerando o que determina as Resoluções CEHIDRO nsº 18, 27 e 29 da SEMA – MT de atribuições da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso deve:

I. Exercer controle sobre as formas de captação e exploração, através do cadastramento, licenciamento e autorização dos poços situados no Município que atinjam, tanto o nível freático como o profundo, inclusive cisternas; II. **Realizar programas permanentes de detecção e controle quantitativo de perdas no sistema público de abastecimento de água;** III. **Estabelecer critérios e executar programas de controle das fontes poluidoras e controlar e recuperar as áreas degradadas; IV. Estabelecer critérios para a localização industrial, baseados nos princípios de que o seu abastecimento industrial deverá ser feito preferencialmente através de águas de superfície devidamente tratadas com esgotos lançados no mesmo corpo de abastecimento; V. Promover incentivos para reuso e recirculação de águas nas indústrias e outras atividades. VI. Licenciar a operação dos poços na forma de licença ambiental.**

Art. 109. Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços rasos ou profundos deverão cadastrá-los na Secretaria de Meio Ambiente dentro do prazo de 180 dias contados da data de publicação do presente código, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Art. 110. Para efeito do disposto deste artigo, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d'água.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com o Estado ou com a União para a outorga de concessão, permissão ou autorização para o uso e derivação das águas públicas, nos termos e condições da legislação pertinente.

§ 2º Nos convênios referidos no parágrafo anterior, serão definidas as formas e as condições da outorga de concessões, permissões ou autorizações para o uso e derivação de águas, bem como os limites, condições técnicas e poderes de controle atribuídos por delegação ao Município.

Art. 111. Ocorrendo à delegação referida no Art. 112, a Administração Pública deverá exigir que as obras necessárias à derivação sejam projetadas e executadas sob responsabilidade de profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, devendo qualquer alteração no projeto, ou modificação da vazão captada ou lançada ser previamente aprovada pelo órgão competente.

Art. 112. É proibido manter águas estagnadas em terrenos urbanos, ficando seus proprietários, ou possuidores a qualquer título, obrigados a drená-los.

Art. 113. Outras medidas de restrição de uso e ocupação do solo urbano e rural, que visem à proteção dos corpos d'água, ou seja, massa de água subterrânea ou de superfície cuja quantidade pode variar ao longo do tempo, compreendendo cursos d'água, aquíferos e reservatórios naturais ou artificiais, poderão ser tomadas por lei.

SUBSEÇÃO III

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 114. A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 115. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo Único. A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesianos, deverá ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal, especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico vigente.

Art. 116. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, de Meio Ambiente, de Turismo e pelo CONSEMA.

Art. 117. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 118. O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 119. É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

Art. 120. No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.

Art. 121. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora quando devidamente instalada no Município.

§ 1º Enquanto não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário ou outra forma, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 122. A coleta, o transporte, tratamento e disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao meio ambiente.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal fará o monitoramento dos líquidos percolados dos aterros de lixo urbano e industrial do município, fornecendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente as informações e os dados resultantes dessa atividade.

Art. 123. Fica expressamente proibido:

I. Deposição indiscriminada de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais; II. A incineração e a disposição final de lixo a céu aberto; III. O lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta e transporte e disposição final adequada, sempre obedecidas às normas técnicas pertinentes.

Art.124. Fica proibido o despejo de efluentes líquidos residenciais, comerciais e indústrias diretamente nos corpos d"água ou bueiros, sem o devido tratamento. Os estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais, que lançam efluentes sem prévio tratamento nos corpos de água. Terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sansão desta lei para regularização, com a implantação de pelo menos de sistema fossa séptica-sumidouro, nos locais onde não existe rede de coleta de esgoto. Neste caso, serão vetado a construção de sistema de tratamento de efluentes em locais onde o lençol freático encontra-se aflorante ou semi-aflorante, áreas úmidas, APP e veredas.

SEÇÃO IV

DA FLORA

Art. 125. As florestas e as demais formas de vegetação existente no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo Único. As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 126. Consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo de qualquer curso d'água, calculados do seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima será:

I- De 30 m (trinta metros) para os cursos d'água de menos de 10 m (dez metros) de largura;

II- De 50m (cinqüenta metros), para os cursos d'água que tenham de 10 m (dez metros) até 50m (cinqüenta metros) de largura;

III- De 100m (cem metros), para os cursos d'água que tenham de 50m (cinqüenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;

IV- De 200m (duzentos metros), para os cursos d'água que tenham de 200 m (duzentos metros) até 600 m (seiscentos metros) de largura;

V- De 500 m (quinhentos metros) para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m (seiscentos metros)

a) Ao redor das lagoas ou lagos e reservatórios d'água naturais ou artificiais, represas hidrelétricas ou de uso múltiplo, em faixa marginal, cuja largura mínima será de 100m (cem metros); b) Nas nascentes, ainda que intermitentes, nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja sua situação

topográfica, nas veredas, e nas cachoeiras ou quedas d'água, num raio mínimo de 100m (cem metros); c) No topo dos morros, montes e serras; d) Nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 (quarenta e cinco) graus, equivalente a 100% na linha de maior declive; e) Nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal. f) Em áreas alagáveis e encharcadas que margeiam os rios do município. g) Em formações vegetais e pedológicas associadas aos sítios arqueológicos, cujo manejo deve obedecer a critérios técnicos, visando à conservação de tal patrimônio.

§ 1º O acesso a corpos d'água protegidos por este artigo e seu uso eventual e específico deverá ser requerido a critério da SEMA-MT e em obediência a legislação Federal e Estadual pertinentes.

§ 2º Para a definição das demais áreas de preservação permanente, serão adotados os conceitos estabelecidos pela correspondente Resolução do CONAMA.

Art. 127. Fica proibido a confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas e áreas florestais.

Art. 128. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 129. É proibida a prática de queimadas nas florestas e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 130. Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Art. 131. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação da SEMA-MT, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forma.

Parágrafo Único - No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 132. Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no IBAMA ou na SEMA/MT, no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de moto serras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 133. O Município promoverá direta ou indiretamente o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 134. O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

SUBSEÇÃO I

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 135. Por arborização urbana, entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existentes em logradouros públicos ou em propriedades privadas.

Art. 136. A fiscalização da arborização urbana será exercida por agente ambiental do Município, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais, com os quais poderá firmar convênios para atendimento dessa finalidade.

Art. 137. A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado e credenciado para tal função.

§ 1º - Da credencial deverão constar os seguintes dados:

I. Nome do Funcionário; II. Número de sua matrícula; III. Número do Registro Geral – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF; IV. Prazo de validade da credencial; V. Título da função exercida; VI. Assinatura do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 2° - A credencial será valida, pelo período máximo de 2 (dois) anos, podendo ser cassada a qualquer momento pelo órgão municipal competente.

Art. 138. A autorização para corte de árvores, deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento, onde deverá conter no mínimo as seguintes informações:

I. Nome, endereço e número de documento de identidade do proprietário do imóvel; II. Nome, endereço e número do documento de identidade do solicitante; III. Endereço completo do imóvel; IV. "Croqui" de localização; V. Número de árvores ou área a serem derrubadas; VI. Motivo da derrubada; VII. Assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 139. A solicitação de corte de árvore, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, deverá ser acompanhada do respectivo título de domínio imobiliário do proprietário interessado na derrubada.

Art. 140. A autorização de corte expedida pelo órgão municipal competente, deverá conter os seguintes elementos:

I. Nome do proprietário; II. Endereço do imóvel; III. Número da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis; IV. Especificações das árvores cujo abate é autorizado; V. Número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 141. É expressamente proibido pintar, caiar, e pichar as árvores da arborização pública e as pertencentes à Zona de Áreas Verdes, com intuito de promoção, divulgação, e propaganda.

Art. 142. É expressamente proibido prender animais nos troncos da arborização urbana e jogar água servida ou água de lavagem de substâncias nocivas, em locais com árvores e plantas.

Art. 143. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura Municipal.

§ 1º A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos, ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorizações específicas da Prefeitura.

§ 2º Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta-sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

Art. 144. Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios, fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio para instalações de qualquer natureza ou finalidade.

§ 1º A proibição contida neste artigo não se aplica nos casos de instalação de iluminação decorativa, promovida pela Prefeitura Municipal ou por ela autorizada.

§ 2º A instalação prevista no parágrafo anterior poderá ser efetuada desde que não cause qualquer tipo de dano na arborização, tais como perfurações, cortes, estrangulamentos e outros.

§ 3º Após a retirada da iluminação decorativa deverão ser retirados todos os dispositivos de fixação estranhos às árvores, tais como arames e outros.

SEÇÃO V

DA FAUNA

Art. 145. Acham-se sob proteção do Poder Público os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela Lei.

Art. 146. É proibida a prática de maus tratos em animais, considerando-se como tal:

I. Praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal; II. Manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz; III. Adestrar animais com maus tratos físicos; IV. Transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres.

Art. 147. As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem com animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no IBAMA, nos moldes do Art.16, da Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, (Lei de Proteção à Fauna).

SUBSEÇÃO 1

DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 148. Para os efeitos desta Lei Complementar define-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida.

Art. 149. A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I. Com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor; II. Com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial; III. Com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizados por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo Único. Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 150. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 151. A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão Estadual e Federal.

Art. 152. É proibido pescar:

I. Nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente. II. Em locais onde o exercício da pesca cause embaraço a navegação; III. Com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva; IV. Com substâncias tóxicas; V. A menos de 500m (quinhentos metros) das saídas de esgotos; VI. Em águas poluídas; VII. **E**m cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 153. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 154. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL

SEÇÃO I

DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 155. O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos:

I. Impróprios nocivos ou ofensivos à saúde; II. Inconvenientes inoportunos ou incômodos ao bem-estar público; III. Danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 156. Caberá ao órgão municipal de meio ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades efetiva e potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Parágrafo Único. O estudo referido no caput deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 157. A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas de baixo e médio impactos, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 158. As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

SUBSEÇÃO I

DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 159. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 160. O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

Parágrafo Único. Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 161. Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dada à destinação final.

Art. 162. A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um (1) ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 163. O tratamento, quando for o caso, o transporte e à disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1º A execução, pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§ 3º - A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 164. Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tra-

tamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

§ 2º Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

Art. 165. É expressamente proibido as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I. O lançamento "in natura" a céu aberto; II. A queima a céu aberto; III. O lançamento em cursos d'água, áreas de várzea, poços e cacimbas em mananciais e sua áreas de drenagem; IV. A disposição em terrenos baldios, áreas erodidas e outros locais impróprios; V. O lançamento em sistemas de rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, bueiros e assemelhados; VI. O armazenamento em edificação inadequada; VII. A utilização para alimentação humana, e; VIII. A utilização para alimentação animal e adubação orgânica em desacordo com a regulamentação específica.

§ 1º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Art. 166. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conjunto com a Prefeitura, poderá estabelecer zonas urbanas, onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverá ser efetuada em nível residencial, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.

Art. 167. Os resíduos sólidos perigosos, a critério da Secretaria Municipal, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental.

Parágrafo único - O transporte de resíduos sólidos perigosos deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

SEÇÃO II

DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 168. A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 169. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 170. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual.

Art. 171. As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de 300 (trezentos) metros em zona rural, e devem ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 172. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 173. Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo CONAMA e pela legislação estadual.

Art. 174. Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 175. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinho ou das vias públicas, observados o que estabelece a resolução CONAMA 369/2006 de 28 de março de 2006, ou a que vier a sucedê-la.

Art. 176. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

SEÇÃO III

DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 177. Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exaustora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a resolução CONAMA 003/90 de 28 de junho de 1990, que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo Único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o "caput" do artigo.

Art. 178. Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09 de 16 de janeiro de 2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Parágrafo Único. Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde, que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 179. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 180. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 181. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo Único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental –EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 182. Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

SEÇÃO IV

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 183. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas municipais, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 184. A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho.

Art. 185. É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, a ser obedecido os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la.

Art. 186. Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§ 1º A desobediência do disposto no caput deste artigo implicará na cominação das penalidades previstas pela legislação.

§ 2º O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamentos sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até 22h00min, sendo obrigada à realização de consulta à população da área nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado e mediante obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 187. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I. Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados. II. Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 188. Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 189. A autorização especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 190. Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento ás normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo Único. Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 191. As medições deverão ser efetuadas pelo poder público municipal, com aparelho medidor de nível de som que atenda as recomendações da ABNT, com a finalidade de impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, adotando para tanto as seguintes medidas:

I. Disciplinar a instalação de estabelecimentos de industriais, comerciais e prestadores de serviço que produzam ruídos ou sons excessivos ou incômodos em bairros residenciais e comerciais, além dos limites permitidos fixados nesta Lei; II. Disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda falada por meio de alto-falantes, amplificadores de som e equipamentos eletro-acústicos em geral; III. Sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais, casas de saúde, maternidades e, sempre que possível, disciplinar o transito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego nestas áreas; IV. Impedir a instalação em bairros residenciais, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, possam produzir ruídos incômodos, tanto pela atividade como pela eventual aglomeração de pessoas e veículos por ela provocada.

SUBSEÇÃO V

DA POLUIÇÃO RURAL

Art. 192. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I. Contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes; II. Disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos; III. Lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação; IV. Disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas pertinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas;

Art. 193. É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 194. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 50,00 (cinqüenta) metros das habitações.

Art. 195. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I. A arborização junto às margens das estradas municipais; II. A limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas; III. As práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 196. O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

CAPÍTULO VI

DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

SEÇÃO I

Da criação e definição dos espaços especialmente protegidos

Art. 197. Compete ao Poder Público municipal instituir, implantar, promover a gestão, espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos dos ecossistemas que ocorrem no território municipal, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade de seus atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo único. A criação de espaços especialmente protegidos justifica-se em face de aspectos científicos, relevância do ecossistema,

manutenção do equilíbrio ecológico, beleza cênica, contemplativo, aspectos histórico, cultural, educacional e/ou turístico.

Art. 198. São espaços territoriais especialmente protegidos:

I. As áreas de preservação permanente (APP), conforme estabelece a legislação estadual; II. As áreas de reserva legal, instituídas pelo Código Florestal, lei federal 4.771/65; III. As unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, criadas na esfera estadual, federal e municipal que ocorrem no território do município; IV. As áreas de proteção especial estabelecidas pela lei de Parcelamento do Solo Urbano, lei federal 6.766/1979; V. As áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçados de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias devidamente identificadas e previamente declaradas por ato do Poder Público; VI. As reservas da flora apícola, compreendendo suas espécies vegetais e enxames silvestres, quando estabelecidas pelo Poder Público, nelas vedados o uso de agrotóxicos, a supressão da vegetação e a prática da queimada; VII. As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico; VIII. Outras áreas instituídas pelo Município.

SEÇÃO II

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 199. O Poder Público poderá instituir, implantar e administrar Unidades de Conservação.

§ 1º Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus componentes que contenham características naturais relevantes, com o objetivo de conservação ambiental, subordinada a um regime especial de administração e restrição de uso dentro de seu limite definido, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção dos seus recursos naturais e paisagísticos.

§ 2º As Unidades de Conservação serão criadas por decreto que deverão explicitar a delimitação, os critérios para a determinação da Unidade de Conservação, as características ambientais e de apropriação dos recursos naturais.

§ 3º As Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo onde se definirá o zoneamento de acordo com as características naturais e o objetivo do manejo da unidade que se cria, com revisão no prazo máximo de 5 anos.

Art. 200. São Unidades de Conservação Municipais:

I. Área de Relevante Interesse Ecológico, com características naturais extraordinárias ou por abrigarem exemplares raros da biota regional exigindo cuidados especiais de proteção; II. Área Especial de Interesse Turístico, com a finalidade de proteção dos recursos naturais renováveis e valorização e preservação das manifestações culturais destinadas ao desenvolvimento turístico local; III. Monumento Natural, destinado a proteger e preservar ambientes naturais em razão de seu interesse especial ou características ímpares, tais como, quedas de água, cavernas, formações rochosas e espécies únicas de flora e fauna, possibilitando atividades educacionais, de interpretação da natureza, pesquisa e turismo; IV. Parque Municipal, com a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com atividades culturais, recreativas, educacionais e de pesquisa científica; V. Reserva Particular de Patrimônio Natural, área de domínio particular, cujo manejo é disciplinado por práticas conservacionistas com o objetivo de assegurar o bem estar da população e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

§ 1º Categorias de Unidades de Conservação podem ser criadas de acordo com a necessidade de conservação de áreas no Município.

SEÇÃO III

DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA

Art. 201. A implantação, manutenção, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos será gerenciada e realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único - Sob autorização e acompanhamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a implantação, manutenção e reforma de canteiros poderão ser realizadas pela iniciativa privada ou pela sociedade civil organizada, em forma de parceria, com a possibilidade de exploração de mensagens comerciais cujo formato será regulamentado.

Art. 202. O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente.

§ 1º - A poda ou remoção da vegetação de porte arbóreo de que trata o "caput" deste Artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com orientação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente .

§ 2º - A remoção ou poda de árvores em áreas públicas será realizada pelo órgão competente, ou, sob sua orientação e acompanhamento técnico por:

I. Empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizados pelo órgão municipal; II. Corpo de bombeiros nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado; III. Particulares treinados e cadastrados junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º - A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser reposta em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido e respeitando as características da vegetação arbórea, no menor prazo possível.

SEÇÃO IV

DOS FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 203. São considerados de interesse ambiental os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal Federal, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de uso inadequado.

Art. 204. É competência da Secretaria de Meio Ambiente, em conjunto com a Prefeitura, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:

I. Examinar e propor o uso mais adequado para os fundos de vale, priorizando a recomposição das matas ciliares, a drenagem, a preservação de áreas críticas e a implantação de áreas de recreação; II. Normatizar o uso e a ocupação do solo dos Fundos de Vale de interesse ambiental, os quais serão aprovados por decreto; III. Garantir a proteção à faixa de preservação permanente; IV. Manifestar - se sobre a viabilidade técnica de obras viárias e implantação de demais infra-estruturas urbanas; V. Incentivar a recuperação dos fundos de vale e outras áreas de preservação permanente.

Art. 205. O Plano de Drenagem devera prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios e córregos e soluções alternativas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 206. O Município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuído nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 207. As atividades econômicas em funcionamento a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, independentemente de possuírem Licença

Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas a legislação ambiental.

Parágrafo Único. O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros, e mesmo barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do caput deste artigo.

Art. 208. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 209. O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção ao meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que comporão seu corpo organizacional e administrativo.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 210. As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos estaduais e federais.

Art. 211. O Município em parceria com a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo Único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas de pequeno e médio potencial poluidor, nos termos do Anexo Único do Decreto Estadual n. 7007/2006 e Resolução CONSEMA n. 04 de 2008.

Art. 212. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo Único. Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 213. O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta Lei e das demais normas pertinentes, num prazo de cento e vinte dias contados de sua publicação.

Art. 214. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 215. Revogam-se as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste, 4 de maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 496/2016

"Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Conquista D'Oeste e outras providências."

ü **WALMIR GUSE**, Prefeito de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art.1º - A Política Municipal de Saneamento Básico de Conquista D'Oeste, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da saúde pública e manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, estruturas e instalações operacionais dos seguintes sistemas:

I. Abastecimento de Água;

II. Esgotamento Sanitário;

III. Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais e

IV. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Art.3º - A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I. Universalização do acesso;

II. Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III. Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV. Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V. Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI. Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII. Eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII. Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX. Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X. Controle social;

XI. Segurança, qualidade e regularidade;

XII. Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Dos Objetivos

Art. 4º - São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I. Contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II. Priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas populações de baixa renda;

III. Proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV. Assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V. Incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI. Promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII. Promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII. Minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação o solo e à saúde.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS

Art. 5° - São instrumentos da Política Municipal de Saneamento:

I. Plano Municipal de Saneamento

II. Instrumentos legais e institucionais:

III. Normas constitucionais;

IV. Legislação que dispõe sobre concessão de serviços públicos e regulação dos serviços de saneamento;

V. Convênios de delegação para regulação dos serviços de saneamento;

VI. Contratos de outorga, concessão e permissão de prestação dos serviços de saneamento;

VII. Normas e regulamentos referentes às relações contratuais para a prestação dos serviços;

VIII. Audiências públicas;

IX. Consultas Públicas;

X. Leis relativas aos planos plurianuais e diretrizes orçamentárias anuais,

XI. Planos estadual, regional e municipal de saneamento;

XII. Sistemas de informações de saneamento.

XIII. Fundo Municipal do Saneamento

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 6º - A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Saúde, que compartilhará as ações com as Secretarias e órgão da Administração Municipal respeitada as suas competências.

Art. 7º - A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I. Valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II. Adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III. Coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV. Atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V. Consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI. Prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII. Ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII. A bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e com o Plano Diretor Municipal;

IX. Incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X. Adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI. Promoção de programas de educação sanitária;

XII. Estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII. Garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV. Adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO IV

Do Sistema Municipal de Saneamento Básico

Art.8º - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 9º - O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 10º - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I. Plano Municipal de Saneamento Básico;

II. Conselho Municipal de Saneamento Básico,

III. Conferência Municipal de Saneamento Básico.

IV. Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V. Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Seção I

Art. 11- O Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Do Conselho Municipal do Saneamento

Seção II

Art. 12- O Conselho Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei Municipal nº 472/2015e Decreto Municipal nº 054/2015, é um órgão de caráter consultivo, que tem por objetivos:

a. A Formular estratégias e plano e á execução da Política de saneamento Básico do Município.

b. Discutir e validar a proposta de Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento;

c. Discutir e validar as propostas de Projetos de Leis relacionadas ao Saneamento;

d. Propor e incentivar ações de caráter informativo e educativo para a formação da consciência pública, visando a salubridade ambiental;

e. Definir padrões e critérios relacionados à prestação dos serviços;

f. Acompanhar e apreciar e fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão dos serviços de saneamento;

g. Fomentar a articulação das políticas públicas relativas à Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Urbano, Uso do Solo, Recursos Hídricos com a de Saneamento;

h. Articular-se com outros conselhos existentes no município com vistas à implementação do Plano de Saneamento do Município;

i. Estimular a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços;

j. Estimular o desenvolvimento tecnológico dos serviços para melhorar a qualidade, aumentar a eficiência e reduzir os custos para os usuários.

k. Zelar também pela aplicação dos princípios de universalização com prioridade para a garantia do atendimento essencial à saúde pública da totalidade da população, sob padrões que assegurem a salubridade ambiental;

l. Promover a Conferência Municipal de Saneamento Básico, a cada dois anos;

m. Acompanhar, apoiar e Avaliar os Projetos de Desenvolvimento na área de saneamento básico;

n. Acompanhar, apoiar e avaliar a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

o. Elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno;

p. Outras competências que vierem a ser estabelecidas pelo seu regimento interno.

Da Conferência Municipal do Saneamento

Seção III

Art. 13 - A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder

Executivo.

§ 3º A Conferência Municipal de Saneamento Básico, será realizada anualmente.

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB

Seção IV

Art. 14 -Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em obras e serviços de saneamento Básico;

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 15 - Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I. Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II. Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III. Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV. Repasses e Convênios do Orçamento da União;

V. Doações e legados de qualquer ordem.

Art. 16 - O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 17 - O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 18 - A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

Seção V

Art. 19 - Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que tem as seguintes finalidades:

I. Coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II. Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III. Permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, deverá atender as informações e Banco de Dados do SNIS - Sistema Nacional do Saneamento Básico – SINIS

§ 3º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em 240 dias, contados da publicação desta lei.

CAPÍTULO V

Das disposições finais e transitórias

Art. 20 - Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento serão reorganizadas para atender o disposto nesta Lei.

Art. 21 - O Poder Executivo promoverá no que couber, através de Decreto, as adequações da presente Lei aos dispositivos legais e regulamentos para o setor, existentes ou que virão a ser adotados.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 4 de maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Plano Municipal de Saneamento Básico

Participação Social, o melhor caminho para um município viável e com qualidade de vida

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste

Avenida Oitis, 1200- Centro - 78.254-000

Telefones: (65) 3265. 1000 ou 3265.1225

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Ricardo Cuoghi dos Santos

Coordenador

Comitê Executivo de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico

Agosto, 2015

Comitê Executivo de Elaboração do Plano de Saneamento

Ângela dos Santos Adilson Evangelista da Silva Aloisio das Chagas Bezerra Clenismar Arcanjo Gonçalves Dorvalina Nunes Fabio de Lima Pinheiro Faustino de Oliveira Laquimê Nunes Pereira Guse Marlene Aparecida da Marcelo Maria Lúcia de Oliveira Porto Souza Marcelo Faustino de Oliveira Paulo Cesar Moura Reinaldo Fabiani Ricardo Cuoghi dos Santos

Os integrantes do Comitê Executivo, são técnicos e profissionais multidisciplinares, com experiências nas áreas de planejamento público e saneamento básico, nomeados Conforme Decreto Municipal nº 031/2014 de 15 de Abril de 2014.

Introdução

O descaso e a ausência de investimentos no setor de saneamento no nosso País, em especial nas áreas urbanas, compromete a qualidade de vida da população e do meio ambiente.

Os serviços de saneamento básico são serviços essenciais à vida. Sua prestação é uma obrigação do Município, que pode executá-la diretamente ou indiretamente, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços em quantidade e qualidade que garantam o suprimento da demanda essencial.

As pessoas estão vivendo em condições inadequadas ao pleno desenvolvimento humano, sendo inadmissível mantê-las assim. O desenvolvimento econômico e social, depende da efetivação de políticas adequadas em prol do saneamento básico. A sociedade necessita que seus agentes decisórios promovam ações desafiadoras e eficazes para reversão do melancólico quadro.

Apresentação

O **Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB**, é um instrumento de planejamento estratégico para um horizonte temporal de 20 anos, que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do setor de saneamento básico do município de Conquista D'Oeste, devendo ser revisado a cada quatro anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais. O PMSB, também visa promover o aperfeiçoamento institucional e tecnológico da prefeitura, a adoção de mecanismos adequados ao planejamento da implantação, monitoramento, operação, recuperação, manutenção preventiva, melhoria e atualização dos sistemas integrantes dos serviços de saneamento básico.

Nele, contém as diretrizes do município, objetivos, metas, programas, projetos e ações estruturantes necessárias para a universalização do acesso da população aos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, Manejo das Águas Pluviais e Manejo dos Resíduos Sólidos.

Sumário

1. Mobilização Social – Etapa : I, 13

1.1. Plano de Mobilização Social, 13

1.1.1- **Participação Social, 13**

1.1.2- **Metodologia Técnica para a Elaboração do Plano de Saneamento Básico, 13**

1.1.3- **Marco Legal, 13**

1.1.4- Termo de Referência da Fundação Nacional de Saúde, 13

2. Diagnóstico do Saneamento Básico – Etapa-II, 15

2.1. Síntese Histórica do Município, 16

2..2. Aspectos Geográficos, 17

2.2.1. Localização, 17

2.2.2. Território e Geologia, 17

2.2.3. Composição do Município, 18

2.2.4. Topografia, 18

2.2.5. Tipos de Solos Predominantes, 18

2.2.6. Hidrografia, 18

2.2.7. Condições Climáticas, 22

2.3. População, 22

2.3.1- População por Zona, 22

2.3.2 – População por Sexo, 23

2.3.3- População por Faixa Etária, 23

2.3.4. Estimativa da População 2010 a 2022,24

2.3.5. População Indígena, 25

2.3.6- Áreas indígenas legalmente protegidas pela união, 25

2.4. Economia e Potencialidades, 26

2.4.1. Agricultura, 26

2.4.2. Apicultura, 27

2.4.3. Pecuária, 28

2.4.4. Turismo, 29

2.4.5. Indústria, Comércio e Serviços, 29

2.4.6. PIB – Produto Interno Bruto, 30

2.5. Organização do Sistema Municipal de Educação, 30

2.5.1. Infra Estrutura Escolar, 30

2.5.2. Atendimento Educacional, 31

2.5.3- Educação Crianças e Jovens, 31

2.5.4- População Adulta, 32

2.5.5- Anos Esperados de Estudo, 32

2.6 - Organização do Sistema de Saúde, 33 ***2.6.1 - Infra Estrutura de Saúde, 33***

2.7. Segurança Pública, 35

2.8. Instituições Organizadas e Integradas ao Governo Municipal, 36

2.8.1. Associações, Sindicatos e Cooperativas, 36

2.8.2. Conselhos, 36

2.8.3. Consórcios Intermunicipais, 37

2.8.4. Órgãos Públicos da Esfera Federal, 37

2.8.5. Órgãos Públicos da Esfera Estadual, 37

2.9. Composição Urbanística, 37

2.10. Transporte e Mobilidade, 38

2.10.1.Sistema Rodoviário, 39

2.10.2. Problemas críticos na área de Transporte e Mobilidade, 40

2.10.3- Áreas de Risco, 40

2.11 – Habitação, 41

2.12- Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, 43

2.12.1. Assentamentos precários, 43

2.12.2- Conjunto Habitacional Jardim das Flores, 43

2.12.3- Conjunto Habitacional Sol Nascente, 44

2.12.4- Loteamento Flor do Ipê, 45

2.12.5- Bairro das Amoreiras, 45

2.12.6- Política Habitacional, 45

2.13- Regularização Urbanística e Fundiária, 46

2.14– Aspectos Sociais, 46

2.14.1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 46

2.14.2- Longevidade, mortalidade e fecundidade, 47

2.14.3- Renda, 48

2.14.4- **Renda, Pobreza e Desigualdade - Conquista D'Oeste – MT, 48**

2.14.5- **Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – Conquista, D'Oeste – MT, 48**

2.14.6- Trabalho, 49

2.14.7- Vulnerabilidade Social, 49

2.15. Estrutura Organizacional da Prefeitura, 50 2.16. **Legislação Municipal relacionadas a Gestão Urbana e Saneamento Básico,52**

2.17. Planejamento Público Municipal, 53

2.18. Sistema de Abastecimento de Água, 54

2.18.1. Captação de água, 55

2.18.2. Adução da água, 55

2.18.3. Tratamento de Água, 56

2.18.4. Reservatório de água, 57

2.18.5. Rede de distribuição, 58

2.18.6. Ligações, 58

2.18.7. Tarifação, 58

2.18.8. Recursos Humanos, 59

2.18.9. Demonstrativos Financeiros / Contábeis, 60

2.18.10. Paralisações no Sistema de Distribuição de Água, 61

2.18.11. Projeção da Demanda Futura Abastecimento de Água, 62

2.18.12. Demanda Futura Abastecimento de Água para os próximos 20 anos, 63

2.18.13, Produção Atual de Água da Zona Urbana, 64

2.18.14. Intervenções, no Sistema de Abastecimento de Água, 64 2.18.15. Cenário Atual do Sistema de Abastecimento de Água, 65 **2.19- Sistema de Esgotamento Sanitário, 65**

2.19.1 - Implantação do sistema público de esgotamento sanitário, 66

2.19.2 - Mapa de Situação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Implantação, 68

2.20- Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas, 68

2.20.1 – Mapa atual do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais, 69

2.20.2 - Serviços de Manutenção do Sistema de Drenagem, 70

2.20.3 **Intervenções no Sistema de Drenagens de Águas Pluviais, 70**

2.20.4. Gestão do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais e Urbanas, 71

2.20.5 - Pontos Críticos por Falta de Obras de Drenagens – Erosões Urbanas, 73

2.21- Plano Setorial de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, 74 2.21.1.Fundamentação legal, 74 2.21.2. Objetivo do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 74 2.21.3. Cenário Atual, 74

2.21.4. Classificação e Caracterização dos Resíduos Sólidos, 75

2.21.5. Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos Gerados no Município, 92

2.21.5.1. Aspectos Sócio Econômicos, 92

2.21.5.2. Soluções Consociadas com Municípios da Região, 92

2.21.5.3. Legislações, Resoluções e Normas Técnicas que versam sobre os Resíduo Sólidos, 93

2.21.5.4. Estrutura Administrativa, Operacional, Fiscal e Gerencial, 96

2.21.5.5. Programas e Ações de Educação Ambiental, 96

2.21.5.6. Manejo dos Resíduos Sólidos, 96

2.21.5.7. Dados gerais e caracterização dos resíduos sólidos do município, 97

2.21.5.8. Distribuição dos resíduos sólidos por classe geradora diária, 97

2.21.5.9. Coleta seletiva do lixo, 98

2.21.5.10. Estimativas da geração anual dos resíduos especiais, 99

2.21.5.11. Empresas Prestadoras de Serviços, Industrias, Comerciantes, e Distribuidoras, de Produtos da Cadeia Logística Reversa, existentes no município, 102

2.21.5.12. Coleta e transporte, 102

2.21.5.13. Destinação e disposição final, 102 2.21.5.14. Custos Realizados em 2014/2015, Coleta e Destinação dos Resíduos Sólidos, 103 2.21.5.15. Frota de veículos e máquinas disponíveis para os serviços de coleta e destinação dos resíduos sólidos, 103 2.21.5.16. Pessoal envolvida nos serviços de limpeza e coleta dos resíduos sólidos, 104

2.21.5.17. Tarifação dos serviços de coleta de lixo, 104

5.4.5.18. Competências e responsabilidades, 104

2.22. Doenças Relacionadas com a falta de saneamento, 104

2.23. Relatório Síntese de leitura Comunitária da Realidade Rural, 106

Quadro – I: Amostras das Unidades de Tratamento da Água na Zona Urbana, por ano, 56

Quadro- II: Quantitativo de equipamentos para tratamento de água, 58

Quadro – III- Economias e Ligações Ativas de Água, Últimos 3 Anos, 58

Quadro – IV: Pessoal do Departamento de Água, 59

Quadro –V: Faturamento com Serviços de Abastecimento de Água por ano, 60

Quadro VI: Despesas, últimos 3 Anos, 60

Quadro VII – Arrecadação Total e Créditos a Receber, últimos 3 anos Serviços de Abastecimento de Água, 60

Quadro VIII: Comparativo da Arrecadação x Despesa Realizada,61

Quadro-IX : Paralisações no Sistema de Distribuição de Água últimos 3 Anos, 61

Quadro- X: Interrupções no Sistema de Distribuição de Água últimos 3 Anos, 61

Quadro – XI: Reclamações ou Solicitações de Serviços Abastecimento de Água, 61

Quadro-XII: Consumo Médio de Água por Pessoa no Brasil, 62

Quadro -XIII: População por situação de Domicílio, 63

Quadro-XIV: Demanda Futura de Abastecimento de Água, 63

Quadro – XV: Responsabilidades do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos,78

Quadro-XVI: Geração dos Resíduos Sólidos, 97

Quadro-XVII: Resíduos Sólidos por classe, 97

Quadro-XVIII: Estimativas Resíduos da Cadeia da Logística Reversa, 99

Quadro-XIX: Frota para coleta e destinação dos resíduos sólidos,103 Quadro-XX: Quadro de Pessoal envolvido nos serviços de limpeza e coleta dos resíduos sólidos, 104

Quadro-XXI: Principais doenças caudadas por falta de Saneamento nos últimos 03 Anos, 105

3. Etapa – III do Plano Municipal de Saneamento Básico,111

3.1- Planejamento Estratégico do Setor de Saneamento Básico,111

3.2- Considerações Iniciais sobre o Saneamento Básico,112

3.3- Princípios Fundamentais da Política Nacional do Saneamento Básico,113

3.4- Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico,114

3.5- Objetivos da Política Nacional do Saneamento Básico,116

3.6- Sistema de Abastecimento de Água no Município de Conquista D'Oeste,117

3.6.1- Objetivos e Metas,117

3.6.2- Cenários, Objetivos e Metas do Abastecimento de Água - Zona Urbana,120

3.6.3- Cenários, Objetivos e Metas do Abastecimento de Água - Zona Rural,122

3.6.4. Plano de Execução,123

3.6.5- Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações,125

3.6.6- Síntese dos Investimentos do Plano de Execução,128

3.6.7- Mecanismos de Avaliação e Monitoramento,129

3.6.7.1- Avaliação da Qualidade do Serviço Prestado,129

3.6.7.2- Indicadores Matemáticos, 130

3.6.8- Ações para Emergências e Contingências, 132

3.7- Sistema de Esgotamento Sanitário, 134

3.7.1- Objetivo Geral,134

3.7.1- Objetivos Específicos e Metas,134

3.7.1- Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Esgotamento Sanitário, 134

3.7.1- Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações Sistema de Esgotamento Sanitário na Zona Urbana,136

3.7.1- Plano de Execução dos Programas,136 3.7.2- Projetos e Ações Sistema de Esgotamento Sanitário na Zona Rural,137

3.7.2- **Síntese dos Investimentos do Plano de Execução do Sistema de Esgotamento Sanitário,138**

3.7.2- Mecanismos de Avaliação e Monitoramento,139

3.7.2.1- Indicadores de Esgotamento Sanitário,140

3.7.2- Ações de Emergências e Contingências para Setor de Esgotamento Sanitário Extravasamento de esgoto de Estação de Tratamento de Esgotos ou elevatória,141

3.7.2- Ações de Emergências e Contingências para contaminação por fossas – Zona Urbana e Rural,142

3.8- Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais, 143

3.8.1- Objetivo Geral,143

3.8.2- Meta Geral,143

3.8.3- Metas Específicas,143

3.8.3.1- Qualidade: 2015 a 2035,143

3.8.3.2- Continuidade: Período de 2015 a 2035,143

3.8.3.3- Programas, Projetos e Ações,143

3.8.4- Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais - Zona Urbana,144

3.8.5- Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais,145

3.8.6- **Síntese dos Investimentos do Plano de Execução do Sistema de Drenagens de Águas Pluviais,146**

3.8.7- Indicadores de Desempenho Drenagens de Águas Pluviais,147

3.8.7.1- Indicadores de Resultados do Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais,146

3.8.8- Ações de Emergências e Contingências para o Sistema de Drenagens Urbana,148

3.9- Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, 149

3.9.1- Objetivos,149

3.9.2- Metas,149

3.9.3- Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos,150

3.9.4- Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos,153

3.9.5- Síntese dos Investimentos do Plano de Execução do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos,155

3.9.6- Mecanismos de Avaliação e Monitoramento,156

3.9.7- **Indicadores de Desempenho do** Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos,156

3.9.8- **Ações de Emergências e Contingências para o Setor de Resíduos Sólidos,157**

3.10- Síntese dos Investimentos por Eixo Programático,159

3.11- Fontes de Financiamento para Saneamento Básico,160

3.12- Viabilidade Econômica e Financeira,160

3.13- Sustentabilidade Econômica e Financeira do Setor do Saneamento Básico,161

3.14- Gestão municipal do saneamento básico , 161

3.15- Educação Socioambiental ,161

3.16- Inclusão Social162

3.17- Monitoramento, avaliação sistemática e revisão do Plano de Saneamento Básico,162

3.18- Fontes de Referência,163

1. Mobilização Social – Etapa : I

O primeiro procedimento do poder executivo local, para a Construção do Plano de Saneamento Básico, foi a formação do **Comitê Executivo**. Os integrantes do Comitê são multidisciplinares, constituídos por técnicos e profissionais com experiências nas áreas de planejamento público e saneamento básico.

1.1. Plano de Mobilização Social:

O Plano de Mobilização Social, é a etapa inicial de elaboração do plano de saneamento básico, nele, foram planejados os procedimentos, meios, estratégias e metodologias de elaboração do plano, visando garantir a participação social.

1.1.1. Participação Social:

O Plano de Mobilização Social, norteou o planejamento das ações de divulgação, motivação e envolvimento de toda sociedade local na elaboração do plano de Saneamento de Conquista D'Oeste, através de consultas e audiências públicas, que somaram-se às contribuições técnicas do Comitê de Gestor de Elaboração do Plano e de servidores públicos das unidades administrativas da Prefeitura Municipal.

Ao integrar a participação da sociedade no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, foi possível identificar suas necessidades e desejos; incorporar a opinião da população na escolha de diretrizes, cenários futuros e priorização de programas, projetos e ações, compatíveis do ponto de vista técnico e econômico; e aumentar a capacidade de consolidação e sustentabilidade dos investimentos feitos para adoção das políticas públicas locais para o saneamento básico.

A Sociedade de Conquista D'Oeste, participou de todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, através das Audiências Populares e Consultas Públicas no web site da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste. (www.conquistadoeste.mt.gov.br)

1.1.2. Metodologia Técnica para a Elaboração do Plano de Saneamento Básico

A metodologia técnica de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, seguiu - se o Plano de Mobilização Social, legislações pertinentes e manuais de orientações, como: Termo de Referência para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento, editado pela Fundação Nacional de Saúde, Manual de Orientação para elaboração de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, editado pelo Ministério do Meio Ambiente, Manual de orientações publicados pelo Ministério das Cidades.

1.1.3. Marco Legal:

Os mecanismos legais utilizados na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, fundamentou-se nos termos da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e na Lei Federal nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010, que versa sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

1.1.4. Termo de Referência da Fundação Nacional de Saúde

O **Termo de Referência da Fundação Nacional de Saúde**, é um instrumento balizador para a Elaboração do Plano de Saneamento Básico. O termo, é um documento organizado na forma de um manual de orientação que estabelece, procedimentos, recomendações, critérios e diretrizes de construção do plano.

2. Diagnóstico do Saneamento

O Diagnóstico do Saneamento tem por objetivo identificar a realidade atual do Saneamento Básico do **Município** em diversos aspectos, como os territoriais, ambientais, urbanísticos, socioculturais, econômicos, institucionais, marcos regulatórios para o setor de Saneamento Básico.

Sua elaboração, teve por base o levantamento de dados efetuado "*in loco*" junto às Secretarias Municipais, Departamentos e divisões de diversas áreas da prefeitura, com o propósito colher informações e dados do Município, em especial aos Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Manejo e Destinação dos Resíduos Sólidos e Drenagens de Águas Pluviais.

Com Base em dados estatísticos e informações levantadas no diagnóstico, foi possível construir o Planejamento das ações de Saneamento no âmbito territorial do município de Conquista D'Oeste e submetê-las à apreciação da sociedade civil.

1. Caracterização do Município

1.1. Síntese Histórica do Município

O núcleo que deu origem ao atual município desenvolveu-se numa região distante 100 km do município-mãe, Pontes e Lacerda. No ano de 1988 os moradores resolveram a criar a associação para reivindicar seus direitos em busca de apoio político e melhoria de vida. Neste mesmo os senhores Onório Braga e Odélio de Freitas, formaram uma vila, que se denominou o atual município Conquista D`Oeste, nome este, que segundo os depoimentos significam, Conquista devido ter sido uma ocupação sem conflitos e D`Oeste, devido está localizado na Região Centro Oeste.

A partir daí houve a necessidade de buscar apoio político para a realização da demarcação da área e abertura das ruas e avenidas. Quando conseguiram o apoio de Dauri Mariano, Prefeito de Pontes e Lacerda, na época, e do Governador do Estado Carlos Bezerra, que vieram cumprir com seus deveres, deixando a disposição do senhor Odélio no comando de maquinários e o engenheiro conhecido como Dr. Ricardo para fazer a planta da vila, e acompanhar a execução. Com o início das obras, casas começaram a ser construídas. Através da doação de alguns fundadores interessados no desenvolvimento e emancipação do local, como o Senhor Chico Sardinha, que doou a área para construção da igreja, ganhando como homenagem de seu nome Francisco, o padroeiro da cidade São Francisco de Assis.

Com novas construções e o aumento populacional, chegou até esta vila, em 1991 o Sr. Walmir Guse, que residia na cidade de Jauru - MT, e investiu em um novo empreendimento no Município.b A partir daí o empresário, candidatou-se pela primeira vez para pleitear uma cadeira na câmara de vereadores por Pontes e Lacerda, cidade a qual a comunidade pertencia, sendo eleito e assumindo a cadeira no de 1992 passando a defender os interesses de Conquista D`Oeste.

Anos após sua instalação o empresário doou terreno ao futuro município (para construção dos prédios da Câmara e da Prefeitura).

No período da emancipação política e administrativa a própria prefeitura de Pontes e Lacerda se empenhou no desmembramento do seu antigo distrito, já que em documento de 13 de outubro de 1999, o prefeito da cidade demonstrou seu apoio à importância da realização de uma consulta - plebiscitária. O mesmo procedimento veio do vereador e presidente da Câmara municipal de Pontes e Lacerda, Francisco Martins de Souza Filho.

O município de Conquista D'Oeste foi criado a partir da Lei Estadual nº 7.233, de 28 de dezembro de 1999, de autoria do deputado José Riva, com território desmembrado do município de Pontes e Lacerda.

1.2. Aspectos Geográficos

1.2.1. Localização

O município localiza – se na região sudoeste do Estado de Mato Grosso que integra o Alto do Vale do Guaporé e o Chapadão de Parecis, na linha de Faixa de Fronteira com a República da Bolívia, a 540 km da capital do Estado.

Ø Coordenadas Geográficas: Latitude: 15º 13' 52" - Longitude: 59º 20' 28"

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

1.2.2. Território e Geologia

- **Área Territorial:** 2.698,008 Km²,

- **Densidade demográfica**: 1,2 habitantes por Km².

1.2.3. Composição do Município

- **Zona Urbana:** Área onde se encontra a sede municipal.

- **Zona Rural:** Área formada por duas grandes regiões sendo elas, o Vale do Guaporé e o Cerrado. Estas regiões são formadas pelos Assentamentos Sararé e Conquista, além das demais propriedades rurais de potencial agropecuário.

- **Reservas Indígenas:** Essas áreas representam 51% do território do Município sendo ao norte formada pela Reserva Indígena Pareci e ao Sul pela Reserva Indígena Nambikwara do Sararé.

1.2.4. Topografia

- **Relevo Plano:** 35 %

- **Relevo Ondulado:** 35 %

- **Relevo Montanhoso:** 30 %

1.2.5. Tipos de Solos Predominantes

- Brunizem Avermelhado (Textura Argilosa)

- Latossolo Amarelo, Areia Quartzosa e Latossolo Vermelho

1.2.6. Hidrografia

A Lei N° 11.445 / 2007, que estrutura o Plano de Saneamento Básico, reforça o conceito da utilização de bacias hidrográficas na sua elaboração.

A legislação em questão, define as Bacias Hidrográficas como unidade de planejamento, e considerando que a água tem Usos múltiplos a todos os setores e sendo um bem finito e vulnerável. Neste contexto, efetuamos um levantamento da realidade Hidrográfica municipal.

O relatório a seguir, foi feito com base em informações disponibilizadas por Institutos de Pesquisas e Literaturas Técnicas, pois, não encontramos na prefeitura um banco de dados e informações sobre a bacia hidrográfica local.

A Bacia Hidrográfica como Unidade de Planejamento

A necessidade de promover a recuperação ambiental e a manutenção de recursos naturais escassos, como a água, mobilizou a sociedade, a partir da década de 70, num movimento que difundiu o conceito de bacia hidrográfica e o consolidou no mundo.

Reconheceu-se a bacia hidrográfica como um sistema ecológico, que abrange todos os organismos que funcionam em conjunto numa dada área e que os recursos naturais são interligados e dependentes entre si. Com isto, foi necessário compreender a dinâmica das águas e os limites geográficos para trabalhar o equilíbrio ecológico em termos das bacias hidrográficas.

Ao longo da história da civilização humana, o homem descobriu a importância de controlar a disponibilidade de água e a partir daí surgiram tentativas de modificar o ambiente natural. Da mesma forma, o desenvolvimento das atividades produtivas, como a agricultura, a industrialização, a urbanização,

sempre estiveram ligadas ao controle da água. Em nossa sociedade atual, o desenvolvimento de regiões urbanizadas e rurais depende diretamente da disponibilidade da água doce, em termos de quantidade e qualidade.

Com a instituição da Lei Federal N° 9.433/97 e estabeleceu-se a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Conceito de Bacia Hidrográfica

Entende-se por Bacias Hidrográficas, localidades da superfície terrestre separadas topograficamente entre si, cujas áreas funcionam como receptores naturais das águas da chuva. Devido a isso, todo volume de água captado e não infiltrado é automaticamente escoado por meio de uma rede de drenagem das áreas mais altas para as mais baixas, seguindo uma hierarquia fluvial até encontrarem - se em um único ponto, formando o rio principal.

A Bacia Amazônica

A Bacia Amazônica, é a maior bacia Hidrográfica do Planeta, constitui 1/5 da água doce da terra, A Bacia hidrográfica possui muitos afluentes importantes; tais como Rio Madeira, Rio Negro, Tapajós e seu principal rio o Amazonas.

Características Físicas das Bacias Hidrográficas do Estado de Mato Grosso

A Bacia Amazônica é a predominante no Estado, grande parte da região norte com vários rios a margem direita do **Rio Amazonas** entre os principais **rios são Rio Xingu, Rio Guaporé, Rio Juruena e Rio Teles Pires.**

http://4.bp.blogspot.com/-9iuCAZSqyy8/T3SP7-4Yk7I/AAAAAAAABjo/HmB6LZ0vJhQ/s1600/mapabrasil_hidrografia.gif

Entre outros rios que formam a Bacia Hidrográfica do Estado, localizam-se os Rios Araguaia, Arinos, Cuiabá, Jaurú, Paraguai, Piqueri, Roosevelt, Vermelho, São Lourenço, entre outros

Bacia Hidrográfica de Conquista D'Oeste

Características Físicas:

A área física que compõe o território de Conquista D'Oeste, abrange 2.698,008 Km² , altitude máxima 286 metros, é formada por topografias variáveis, sendo 30% relevo plano, 40% relevo ondulado e 30% relevo montanhoso, bioma cerrado e amazônico e solos

A **hidrografia de Conquista D'Oeste,** esta inserida na Grande Bacia Amazônica, formada por duas bacias com afluentes Rio Guaporé e afluentes do Rio Juruena. Como afluentes do Rio Guaporé, temos: Rio Galera, Córrego Banhado e Ribeirão Seixas. Os principais cursos de água da bacia do Rio Juruena são: o Rio Juína e Sucupiras. O Rio Guaporé, receptor das águas das bacias do município, drenam as águas para o Rio Madeira. A área de drenagem da bacia é de 1.079,20 Km², atinge 40% do território do município.

Uso do Solo da Bacia

Conforme informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, o uso do solo na bacia é diversificado, com áreas de agricultura e pecuária, pastagens, campos, áreas urbanizadas, vegetação nativa, solo exposto, entre outros. O uso do solo e cobertura predominante, são para pastagens de animais, (aproximadamente 40%) seguido de áreas destinadas a atividade agrícola (20 %). As áreas urbanas correspondem apenas a 2% da área total da bacia e 38% da área são florestas nativas.

A captação de água na bacia destina-se predominantemente para a irrigação de lavouras, exploração da piscicultura, agroindústria, consumo humano e de animais.

A cobertura vegetal da bacia é de aproximadamente 78% da área do Município, em razão da predominância de áreas de pastagens e de florestas nativas. A utilização de solos tem sido de forma planejada, em áreas planas são exploradas a agricultura e em terrenos ondulados são usados para pastagens/pecuária. Os terrenos montanhosos, em geral, são áreas de preservação e de exploração do ecoturismo.

A utilização racional dos solos e a cobertura vegetal têm contribuído para a retenção da água no solo, minimizando o escoamento superficial das águas para os rios e dificultando a formação de erosões.

Precipitações Intensas no Município de Conquista D'Oeste

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, realiza o monitoramento hidrológico, medição, processamento e previsão baseadas em séries históricas de dados hidrológicos, com o objetivo de permitir o conhecimento do ciclo hidrológico do município. Uma importante variável neste monitoramento é a precipitação, através da qual é possível estimar outras variáveis em um ciclo hidrológico, tais como o escoamento superficial e a infiltração. A disponibilidade de precipitação numa bacia durante o ano é fator determinante para a verificação, por exemplo, da necessidade de irrigação ou abastecimento de água em uma determinada região. A determinação de sua intensidade auxilia no controle de inundações e erosão do solo, devido sua capacidade de geração de escoamento. Para medição de precipitações utiliza-se pluviômetros como instrumento de medidas, onde são realizadas leituras diárias da quantidade de chuva que precipitou.

1.2.7. Condições Climáticas

Clima Tropical Quente e Sub-Úmido, Temperatura Média Anual de 24ºC, a maior foi 38º C e a menor 0º C. No período das chuvas a média anual é de 1.500 mm, com maior intensidade de chuvas nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

1.3. População

1.3.1- POPULAÇÃO POR ZONA

ANO	TOTAL	ZONA	
URBANA	RURAL		
2000	2.687	1.558	1.129
2007	3.106	1.796	1.310
2010	3.385	2.053	1.332

Fonte: CENSO Contagem da População – 2000, 2007 e 2010

GRÁFICO DA POPULAÇÃO POR ZONA

1.3.2 - POPULAÇÃO POR SEXO

ANO	SEXO	
MASCULINO	FEMININO	
2010	1.786	1.599

Fonte: CENSO Contagem da População – 2010 – IBGE

GRÁFICO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

1.3.4. Estimativa da População 2010 a 2022

A população do município em 2000 era de 2.687 habitantes. Em 2007 a população passou para 3.106 pessoas e no Censo 2010 a contagem da população chegou aos 3.388 habitantes. Com base nesses dados registrou – se uma taxa média de crescimento anual de 2,59%. Para o ano de 2022 a perspectiva de crescimento esta estimada em 4.600 habitantes.

ANO	POPULAÇÃO
2000	2687
2007	3106
2010	3385
2011	3472
2012	3562
2013	3654
2014	3748
2015	3846
2016	3945
2017	4.047
2018	4.152
2019	4.260
2020	4.370
2021	4.483
2022	4.600

Fonte: Planejamento Municipal, 2010.

GRÁFICO DA ESTIMATIVA POPULACIONAL

Aspectos Demográficos:
Densidade Demográfica – 1,21 Km² Taxa de crescimento Anual (2000 a 2010) – 2,59Taxa de Urbanização (2010) – 60,7%

1.3.5. População Indígena

Como citado no item 1.1.2.3 as reservas indígenas representam 51% do território do Município sendo ao norte formado pela Reserva Indígena Juininha dos Índios Pareci e ao Sul pela Reserva Indígena Sararé dos Índios Nambikwaras.

Nambikwara em tupi significa “gente da orelha furada”. Um apelido dado pelos Guarani aos povos que habitavam a região noroeste de Mato Grosso. Já o Pareci é uma denominação dada a este grupo pelo governo, e a sua própria denominação. O grupo divide-se em dois subgrupos, os Waimará e os Kazárini. A divisão é feita com base na disposição ecológica de cada subgrupo. Os Waimará, que significa “de baixo”, se localizam nas áreas da mata. Já os Kazárini, que significa “de cima”, se localizam nas áreas de campo.

Cada aldeia conserva uma autonomia política e econômica, e possui direitos exclusivos sobre os recursos de seu território, embora desenvolvam, entre si, uma vigorosa interação, expressa pela cooperação nos trabalhos, como os de derrubada para abertura de uma roça.

1.3.6 - ÁREAS INDÍGENAS LEGALMENTE PROTEGIDAS PELA UNIÃO SITUADAS NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D’OESTE – MT.

NOME	ÁREA - HA	ETNIA	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO JURÍDICA FUNDIÁRIA
Juininha	70.094,91	Pareci	74	Decreto s/nº de 04/10/93
Sararé	67.174,64	Nambikwara	107	Homologada/Regularizada Dec. 91209 de 29.04.85 CRI 4220 em 10.08.85 SPU em 11.03.90
TOTAL	137.269,55		181	

FONTE: Secretaria de Estado do Planejamento – 2009

Mapa de Localização dos Territórios Indígenas

FONTE: Secretaria de Estado do Planejamento – 2009

1.4. Economia e Potencialidades

1.4.1. Agricultura e Pecuária

A estrutura fundiária do município é caracterizada por pequenos produtores rurais, que exploram a agricultura familiar. Existem no município dois assentamentos rurais que abrangem uma área de **14.815 ha de terras distribuídos conforme a tabela abaixo:**

Assentamentos Rurais

Assentamentos	Nº Famílias	Área das Propriedades - Ha	Área Total Ha	
01 – 50	**51 – 100**			
PA Nova Conquista	247	247		7.880 Há
PA Sararé	125	80	45	6.935 Há
TOTAL	**372**	**327**	**45**	**14.815 ha**

Fonte: INCRA – Dezembro, 2005.

A Agricultura não chega a ser expressiva no contexto estadual, em área plantada e em valor da produção, entretanto, é uma atividade que vem crescendo em razão da implantação de novas áreas de plantio, segue abaixo a perspectiva para 2014/2015:

Demonstrativo das Explorações Agrícolas

Fazenda	Cultura Explorada	Área Cultivada – Ha	Produtividade Média Kg/Ha
Fazenda Coração do Brasil	Soja	330	50 sacas há 1º ano
Fazenda Coração do Brasil	Milho	330	100 sacas há 1º ano
Fazenda Sape	Soja	850	50 sacas há 1º ano
Fazenda Sape	Milho	850	100 sacas há 1º ano
Fazenda Conquista	Soja	1.700	50 sacas há

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Setembro - 2014

1.4.2. Apicultura

A Apicultura é uma das explorações que agrega valor na rentabilidade, todavia, precisa de fortalecimento em sua cadeia produtiva. Os produtores estão organizados em 2 entidades sendo ela a Associação de Apicultores de Conquista D'Oeste – APICON e a Cooperativa de Apicultores do Mato Grosso - COAPISMAT.

A COAPSMAT vêm implantando em parceria com a Prefeitura Municipal uma Unidade de Processamento de Mel dentro dos padrões do Serviço de Inspeção Federal – SIF, com capacidade operacional de 60 toneladas/mês.

Ø **Atual Produção**

Apicultores	Nº Colmeias	Quantidade kg 2014
12	**811**	**23.160**

1.4.3. Pecuária

A Bovinocultura de leite e corte é a atividade de maior representação social e econômica para o município, principalmente para o pequeno e médio criador.

REBANHO / TIPO DE PRODUÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
Rebanho Bovino de Corte e Leite	*63.180*	*Cabeças*
Produção anual de carne	*244.681*	*Toneladas*
Produção anual de leite	**5.625,064**	*Litros*

O leite produzido no município é comercializado com 04 agroindústrias:

Indústria	Nº Produtores	Média litros Mensal	Média anual
Laticínio Lacvit - Conquista D' Oeste	**40**	**146.542**	**1.758,504**
Coopnoroeste - Araputanga	**45**	**121.016**	**1.452,192**
Laticínio Três Marias - Pontes e Lacerda	**43**	**99.240**	**1.190,880**
Laticínio Vencedor - Quatro Marcos	**24**	**102.015**	**1.224,180**
Total	**152**	**468.811**	**5.625,064**

O setor de hortifrutigranjeiros, demonstra um significativo potencial, entretanto, necessita de investimentos em estruturas de plasticulturas e novas tecnologias.

1.4.4. Turismo

O turismo esta surgindo como um dos vetores da economia local com grandes atrativos como o turismo indígena, ecológico, de aventura, eventos de grande expressão ligados a esportes radicais como o Voo de Parapente, trilhas de motocross em meio à natureza, o motocross profissional, turismo rural e o de eventos tradicionais/culturais de abrangência regional. O município tem dois biomas, o Amazônico e o de Cerrado. A Biodiversidade predominante do Município é o Amazônico e suas formações rochosas de relevo proporcionam o desenvolvimento de esportes radicais e do ecoturismo. O bioma de cerrado possui um ecossistema perfeito com rios, lagos, nascentes e cachoeiras de águas cristalinas. O Cerrado também traz muitas histórias do local, é formado por florestas com uma fauna exuberante de animais exóticos. Outro atrativo, é o

Turismo Indígena, sendo que 51% da área do município são reservas indígenas. Os povos indígenas promovem anualmente a Festa da Colheita, Festa Menina Moça, Batizado dos Índios e Roça de toco.

A região de Conquista D'Oeste é privilegiada por sua posição geográfica e suas belezas naturais com destaque para a RAMPA PARAÍSO, localizada no Chapadão dos Pareci a treze quilômetros de centro de Conquista D'Oeste, que possui cerca de 630 metros de altura em relação ao nível do mar. Sua geografia proporciona belas vistas diurnas e noturnas dos mirantes naturais, além de possuir trilhas próprias para a prática de Rally de Aventura, entanto a principal modalidade praticada é o Vôo Livre de Parapente, um atrativo para os pilotos que buscam diversão e adrenalina, é uma opção de lazer para o visitante que se deslumbram com as belezas das paisagens da região misturadas com as apresentações aéreas dos pilotos profissionais

que consideram as rampas de Conquista D'Oeste uma das melhores do Brasil para modalidade. Todos os anos o Festival do Vôo Livre é realizado no município e cada edição tem atraído pilotos de todo o Brasil e de países da América do Sul.

Essa potencialidade natural tem contribuído na promoção do Município a nível de estado e Brasil, as atividades turísticas tem fortalecido economicamente o comércio e a prestação de serviços oferecidos por nossa cidade, portanto é um diferencial merecedor de investimentos.

1.4.5. Indústria, Comércio e Serviços

As Micro Unidades predominantes são de Metalurgias, Madeiras, Tecidos e Artefatos. Na agroindústria o município conta com um laticínio e a Casa do Mel.

O Setor Industrial necessita de implementação, principalmene para a implantação de Agroindústrias, temos infra-estrutura, disponibilidade de mão de obra, matéria prima e consumidores em potencial.

No comércio de produtos e serviços o município conta com 84 estabelecimentos comerciais e um agente financeiro.

Os estabelecimentos comerciais atendem a todas as necessidades de consumo da população como alimentação, vestuários, produtos farmacêuticos, eletro-domésticos, construção civil e fornecimento de insumos para o setor produtivo rural.

Os principais setores de serviços são as oficinas mecânicas e elétricas, borracharias, hotéis, restaurantes e transportes rodoviários.

1.4.6. PIB – Produto Interno Bruto

ANO	PIB – EM R$ 1000 A PREÇO DE MERCADO CORRENTE	PIB - R$ PER CAPITA
2003	13.555,56	4.874
2004	24.109,76	8.501
2005	19.271,18	6.663
2006	21.214,00	7.199
2007	24.183,96	7.786
2008	27.084,00	8.719

Fonte: SEPLAN-MT – SEI Superintendência e Informação

GRÁFICO REPRESENTATIVO DO PIB NO MUNICÍPIO

1.5. Organização do Sistema Municipal de Educação

A Prefeitura de Conquista D'Oeste tem em sua estrutura organizacional a Secretaria Municipal de Educação para promover a gestão pública de Educação.

1.5.1. Infra Estrutura Escolar:

A infra estrutura escolar do município é composta por três Escolas de Ensino Fundamental, uma de ensino médio e uma de educação infantil.

- Educação Infantil – Creche e Pré – Escola

- Creche Municipal " Pequenos Anjos "

- Escolas de Ensino Fundamental

- Escola Municipal " Linda Wagner Guse" (Urbana)

- Escola Municipal Indígena "Sararé"; (Indígena)

- Escola Municipal "Jijiholiwia" (Indígena)

Escola de Ensino Médio

- Escola Estadual de 1º e 2º Grau de Conquista D'Oeste

1.5.2. Atendimento Educacional

NÍVEL EDUCACIONAL	Nº DOCENTES	Nº ALUNOS MATRICULADOS
Educação Infantil	05	153
Ensino Fundamental	28	477
Ensino Médio	15	200
Educação Indígena	06	90
EJA - Fundamental	04	20
Educação Superior	---	06
TOTAL	58	946

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

1.5.3- Educação Crianças e Jovens

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. No período de 2000 a 2010, a proporção de **crianças de 5 a 6 anos na escola** cresceu 267,60% e no de período 1991 e 2000, 10,96%. A proporção de **crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental**

cresceu 53,87% entre 2000 e 2010 e 625,82% entre 1991 e 2000. A proporção de **jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo** cresceu 171,82% no período de 2000 a 2010 e 0,00% no período de 1991 a 2000. E a proporção de **jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo** cresceu 0,00% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 56,43% dos alunos entre 6 e 14 anos de Conquista D'Oeste estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 51,56% e, em 1991, 12,69%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 27,22% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 0,00% e, em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 10,18% estavam cursando o

ensino superior em 2010, 0,00% em 2000 e 0,00% em1.991. Nota-se que, em 2010 , 1,39% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 12,55%.

1.5.4- População Adulta

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 47,73% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 30,62% o ensino médio. Em Mato Grosso, 53,20% e 35,59% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 26,81% nas últimas duas décadas. (Pnud, Ipea e FJP)

1.5.5- Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Conquista D'Oeste tinha 8,81 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 9,36 anos e em 1991 4,62 anos. Enquanto que Mato Grosso, tinha 9,29 anos esperados de estudo em 2010, 9,02 anos em 2000 e 8,16 anos em 1991.

1.6 - Organização do Sistema de Saúde A Prefeitura de Conquista D'Oeste tem em sua estrutura organizacional a Secretaria Municipal de Saúde para fazer a gestão pública de Saúde. 1.6.1 - Infra Estrutura de Saúde

1.6.1.1 - Unidades ambulatoriais cadastradas no SIASUS 2010

ESTABELECIMENTOS	2014 Nº
CENTRO DE SAÚDE	01
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS	01
CLÍNICA – AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	00
FARMÁCIA PÚBLICA	01
HOSPITAIS	00
POSTO DE SAÚDE	01
SECRETARIA DE SAÚDE	01
UNIDADE DE SERVIÇO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	00
UNIDADE DE VIGILÂNCIA A SAÚDE	01
LABORATÓRIO PÚBLICO	01
TOTAL	08

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Setembro de 2014.

1.6.1.2 - Leitos por habitantes

Quadro: Leitos por habitantes.

LEITOS	2014 Nº
NUMERO DE LEITOS - HOSPITALARES	-
NUMERO DE LEITOS – AMBULATÓRIOS	02
NUMERO DE LEITOS – URGÊNCIA	-
HOSPITALAR	-
AMBULATÓRIO – CONSULTÓRIOS	03
PEDIATRIA CLINICA	-
TOTAL DE LEITOS	05

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Setembro de 2014.

1.6.1.3 - Laboratórios de análises clínicas

01 Laboratório

1.6.1.4 - Postos municipais de saúde (Rurais ou Indígenas)

01 Posto localizado na Reserva Indígena dos Parecis.

1.6.1.5 - Leitos do SUS, privados e totais da rede hospitalar

INFORMAÇÃO - DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
SUS	02
Privado	-
Total	**02**

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Setembro de 2014.

1.6.1.6 - Médicos credenciados pelo SUS, no município.

INFORMAÇÃO - DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Médicos	03

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Setembro de 2014.

1.6.1.7 - Equipes das Unidades de Saúde

P O S T O Unidade de saúde compreendendo as seguintes localidades	Médicos	Odontólogos	Agentes Comunitario de Saúde	Enfermeiros (as)	Técnico em Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem	Agente de Saúde
UBS da Família de Conquista D'Oeste	02	01	15	02	2	03	
Centro de Saúde de Conquista D'Oeste	01				1	06	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, Setembro de 2014.

1.6.1.8 - ***Programas especiais de saúde***

Ø PSF - Programa de Saúde da Família;

Ø VISA - Vigilância Sanitária;

Ø Saúde Bucal

Ø SISVAN – Vigilância Alimenta Nutricional;

Ø E.C.D - Endemias e Controle de Doenças;

Ø PASCAR;

Ø SISPRENATAL;

Ø HIPERDIA;

Ø CADSUS;

Ø SISFAD – Sistema de informação de Febre Amarela e Dengue;

Ø SIVEP_ Malaria;

Ø SIM – Sistema de Informação de mortalidade;

Ø SINASC;

Ø SINAN;

Ø PNI – Programa Nacional de imunização;

Ø SIAB – Sistema de Informação de atenção básica;

Ø SISAGUA;

Ø CNES – Cadastro Nacional.

Ø PAB

1.7. Segurança Pública

CORPORAÇÃO/INSTITUIÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	QUADRO OPERACIONAL Nº DE PESSOAS
1. Polícia Militar 1.1- Cia da Polícia Militar- MT	Sargento Soldados	1 4

Fonte: VI COMANDO PM-MT-2014

1.8. Instituições Organizadas e Integradas ao Governo Municipal

1.8.1. Associações, Sindicatos e Cooperativas

Ø Associação Comercial e Empresarial de Conquista D'Oeste;

Ø Associação dos Apicultores de Conquista do Oeste

Ø Associação de Produtores Rurais de São José;

Ø Associação de Produtores Rurais Flor da Serra;

Ø Associação de Produtores Rurais Santa Clara;

Ø Cooperativa de Apicultores do Mato Grosso – COAPISMAT

Ø Associação de Apicultores de Conquista D'Oeste - APICON

Ø Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

1.8.2. Conselhos:

Ø Conselho Municipal de Assistência Social

Ø Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ø Conselho Municipal de Educação

Ø Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Ø Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente e Turismo

Ø Conselho Municipal da Cidade

Ø Conselho Municipal de Cultura

Ø Conselho de Desenvolvimento Rural;

Ø Conselho Municipal do Trabalho;

Ø Conselho Municipal do Idoso;

Ø Conselho Municipal de Saúde;

Ø Conselho Municipal do FUNDEB;

Ø Conselho de Segurança Pública Comunitária – CONSEG

Ø Conselho Municipal de Saneamento

Ø Conselho de Desenvolvimento Sustentável

1.8.3. Consórcios Intermunicipais

O município é integrante de 2 consórcios intermunicipais:

Ø Consórcio Intermunicipal de Saúde;

Ø Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sócio – Econômico do Vale do Guaporé

1.8.4. Órgãos Públicos da Esfera Federal

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

1.8.5. Órgãos Públicos da Esfera Estadual

Ø INDEA – Instituto de Defesa Animal;

Ø POLÍCIA MILITAR:

Ø Exatoria – Secretaria de Estado da Fazenda;

Ø Cartório Eleitoral;

Ø Agência – DETRAN/MT

1.9. Composição Urbanística

De acordo com os levantamentos realizados no perímetro urbano municipal, Conquista D'Oeste possui 1020 lotes, dos quais 21,07% são lotes vazios pertencentes a terceiros, que não estão cumprindo a função social, comercial ou de outros investimentos.

Uma parcela desses imóveis se encontra abandonados, não recebem manutenção permanente e nem conservação pelos proprietários. De acordo com o a Art. 177 da Lei Orgânica Municipal, terrenos com tais características estão sujeitos ao parcelamento, edificação compulsória, aplicação de imposto progressivo e desapropriação com pagamento.

Os lotes que pertencem ao patrimônio público municipal vêm cumprindo a função social.

A tabela abaixo mostra a atual situação dos lotes urbanos no perímetro urbano.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Bairros	4
Quadras	70
Lotes	1020
Lotes Vazios	215
Prédios Residenciais	626
Prédios Comerciais	131
Lotes Públicos	27
Lotes Comunidades Religiosas	14
Prédios Públicos	25
Prédios Industriais	03
Áreas Verdes	01
Feira	01
Praça	01

Fonte: Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - 2014

1.10. Transporte e Mobilidade

O direito de todos de ir e vir, de ocupar os espaços públicos e de conviver socialmente nesse espaço são princípios fundamentais para compreender a dimensão do significado da palavra trânsito.

A segurança no trânsito é um problema atual, no entanto, os índices de fatalidade na circulação viária de Conquista D'Oeste são bem menores em relação aos grandes centros urbanos. As ocorrências trágicas no trânsito municipal são em grande parte previsíveis e portanto evitáveis.

O trânsito do município de Conquista D'Oeste foi municipalizado, todavia necessita de implementação em sua infraestrutura e funcionamento.

A frota geral do município de Conquista D'Oeste é de 1.266 veículos (Fonte: DETRAN-MT – Setembro 2014.

1.10.1. Sistema Rodoviário

Malha Rodoviária do Município

MALHA RODOVIÁRIA	KM
Rodovia Federal	**55,5**
Rodovia Estadual	**64,6**
Zona Urbana (Avenidas e Ruas com Pavimentação)	**11,5**
Zona Urbana (Avenidas e Ruas sem Pavimentação)	**6,1**
Estradas Vicinais Rurais	**234,15**

Fonte: Prefeitura Municipal (2014)

Mapeamento de Localização das Rodovias

Fonte: Prefeitura Municipal (2014)

1.10.2. Problemas críticos na área de Transporte e Mobilidade

- A BR-174, uma das principais rodovias federais do estado, corta o município ao meio passando pelo perímetro urbano. Devido ao grande fluxo de veículos, a falta de um trevo de acesso e a melhoria da sinalização, os riscos de acidentes são constantes no trecho.

- O sistema de sinalização de trânsito precisa de adequações e novas implantações. Em algumas vias do município é inexistente;

- A maioria das vias públicas do município não contam com passeios, o que aumenta significativamente o risco de acidentes de trânsito;

- O município não possui terminal rodoviário;

- A maioria das vias públicas não estão adequadas com os sistemas de acessibilidade para deficientes físicos.

- O sistema de drenagem pluvial é deficiente e necessita de novas implantações:

- Não existe um programa de melhoria das estradas rurais, com sinalização das mesmas, o que dificulta o acesso;

- As ondulações transversais (lombadas) deverão ser adequadas a resolução nº 039 do CONTRAN, que estabelece critérios para implantação das mesmas;

1.10.3- Áreas de Risco

BR-174

Como citado nos problemas de transporte e mobilidade, a área de risco distribui-se ao longo do trecho da BR 174 que corta a Cidade. Na rodovia ocorre eventualmente acidentes devido ao grande fluxo de veículos, principalmente pesados, e pela falta de sistemas rodoviários de controle e segurança de tráfego como trevo de acesso e sinalização.

Valas de Drenagem

Conforme mapa de riscos anexo, o perímetro urbano possuí um trecho com valas a céu aberto que têm servido para o escoamento de águas pluviais. Essa característica local tem potencializado a formação de erosão urbana assim como o assoreamento do Córrego da Saúde. Além disso essas valas favorecem a proliferação de insetos, consequentemente doenças, são profundas com variações de 1 até 2,5 metros o que também potencializa a ocorrência de acidentes.

1.11 - Habitação

Conforme dados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Conquista D'Oeste as necessidades habitacionais, resumem-se nos quadros a seguir:

1.11.1. Déficit Quantitativo

Tipo de Habitação	**Nº Domicílios**	**%**
Habitação Improvisada	**------**	**--------**
Habitação Rústica	**39**	**22,28**
***Coabitação**	**136**	**77,72**
TOTAL	**175**	**100,00**

1.11.2 - Déficit Qualitativo

Características da Habitação e Local	**Nº Domicílios**	**%**
Habitações que necessitam melhorias e estão situadas em loteamento precário que não tem infra estrutura urbanísticas, suficiente para atender as necessidades da população.	**176**	100%

1.11.3- Síntese dos Valores

Tipo de Déficit da Habitação e Local	**Nº Domicílios**	**%**
Déficit Quantitativo	**175**	**49,86**
Déficit Qualitativo	**176**	**50,14**
TOTAL	**351**	**100,00**

1.11.4- Levantamento Fotográfico das Áreas de Intervenção

Fonte: Fotos Arquivos da Secretaria Municipal de Ação Social, 2012

1.12- Zona Especial de Interesse Social – ZEIS

São porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e produção de Habitações de Interesse Social – HIS, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.

1.12.1. Assentamentos precários

Dentro do município de Conquista D'Oeste foram considerados assentamentos precários as ocupações espontâneas, os assentamentos ou loteamentos desprovidos de qualquer infra-estrutura, ou ainda os loteamentos irregulares implantados com algum nível de organização.

Para o Ministério das Cidades os assentamentos precários englobam diversas tipologias habitacionais como: cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público, além de assentamentos em área rural.

O Diagnóstico também considerou a tipologia habitacional do Ministério das Cidades em razão do município ter peculiaridades de assentamentos.

1.12.2- Conjunto Habitacional Jardim das Flores

O conjunto habitacional Jardim das Flores, surgiu através do programa habitacional "Meu Lar", executado entre os anos de 2003 a 2005. A parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado viabilizou a construção de 100 casas. Sua infra estrutura carece de equipamentos comunitários, passeios e manutenções no pavimento asfático

O loteamento encontra-se em fase de regularização fundiária através do Programa Tequenfim, uma parceria entre a Prefeitura, Governo do Estado por meio do INTERMAT e Governo Federal através do Ministério das Cidades.

Conjunto Habitacional Jardim das Flores (Vista Aérea)

1.12.3- Conjunto Habitacional Sol Nascente

O conjunto habitacional Sol Nascente, surgiu através do programa habitacional "Casa Fácil", executado no ano de 2004. A parceria entre a Prefeitura, Governo do Estado e Caixa Econômica Federal, viabilizou o financiamento da construção de casas a 30 famílias do município. A infra estrutura desse conjunto habitacional também é insuficiente para atender as necessidades dos moradores, dotado de pavimentação com drenagem superficial de águas pluviais, o bairro também necessita de equipamentos públicos e comunitários e passeios.

Conjunto Habitacional Sol Nascente (Vista Aérea)

1.12.4- Loteamento Flor do Ipê

O loteamento Flor do Ipê é de categoria privada, é formado por aproximadamente 100 lotes.

A área encontra-se em situação irregular e o loteamento vem sendo implantando com um determinado nível organização. Assim como nos demais bairros, este loteamento carece de infra estrutura para atender as necessidades nos novos habitantes que estão se instalando nos lotes adquiridos. Para esse local são necessários investimentos em pavimentação, drenagem, equipamentos públicos, passeio e rede de esgoto, além da sua regularização fundiária.

Loteamento Flor do Ipê (Imagem de Satélite)

Fonte: Google Earth (2014)

1.12.5- Bairro das Amoreiras

O loteamento Bairro das Amoreiras é de categoria privada, é formado por aproximadamente 50 lotes. Tem caracterização urbana porém, além da regularização fundiária, também demanda infra estrutura básica para as famílias residente no local, dentre elas: pavimentação e rede de esgoto.

1.12.6- Política Habitacional

Uma das metas do Plano de Governo de Conquista D'Oeste é o combate ao déficit habitacional, para tanto, foi estabelecido princípios e diretrizes para política habitacional, que resgatam a função social da propriedade, a gestão democrática, a moradia digna como vetor de inclusão social e a integração das ações de habitação à política urbana, ambiental e social.

Uma das principais metas é ampliar a oferta habitacional de interesse social incorporando a urbanização e a regularização de moradias em assentamentos precários, além da construção de novas habitações.

1.13- Regularização Urbanística e Fundiária

As políticas públicas do Município de regularização fundiária, tem por objetivo combater a exclusão e a desigualdade social e territorial, assegurar o uso e a ocupação do solo adequados às necessidades dos habitantes, melhorar as condições de vida da população dos assentamentos informais e precários, e conseqüentemente resgatar a cidadania das populações carentes.

A regularização fundiária em Conquista D'Oeste é lenta, em razão dos diversos agentes envolvidos no processo de regularização, como representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Cartório de Registro de Imóveis, dos Governos Federal e Estadual, bem como dos grupos sociais.

Um dos principais entraves da regularização urbanística e fundiária de Conquista D'Oeste é sua disposição territorial que além dos 51% de terras indígenas possui ainda 2 grandes assentamentos da reforma agrária sendo que o perímetro urbano municipal está localizado e delimitado entre os dois assentamentos.

O município deverá Criar um Programa de Regularização Fundiária, a fim de equacionar e agilizar os processos de regularização urbanística e fundiária.

1.14– Aspectos Sociais

A Secretaria Municipal de Ação Social, é a unidade de governo responsável pela gestão das políticas públicas da assistência social.

1.14.1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Conquista D'Oeste é 0,718, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,416), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,172), seguida por Longevidade e por Renda.

A Evolução do IDHM, entre 2000 e 2010, passou de 0,456 em 2000 para 0,718 em 2010 - uma taxa de crescimento de 57,46%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 48,16% entre 2000 e 2010.

Ranking

Conquista D'Oeste ocupa a 1.362ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 1361 (24,46%) municípios estão em situação melhor e 4.204 (75,54%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 141 outros municípios de Mato Grosso, Conquista D'Oeste ocupa a 22ª posição, sendo que 21 (14,89%) municípios estão em situação melhor e 120 (85,11%) municípios estão em situação pior ou igual.

1.14.2- Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Conquista D'Oeste reduziu 27%, passando de 24,8 por mil nascidos vivos em 2000 para 18,0 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 16,8 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Conquista D'Oeste – MT			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,5	70,2	73,4
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	28,8	24,8	18,0
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	31,9	27,6	22,0
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,4	2,7	2,4

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Conquista D'Oeste, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 65,5 anos em 1991 para 70,2 anos em 2000, e para 73,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,3 anos e, para o país, de 73,9 anos.

1.14.3- Renda

A renda per capita média de Conquista D'Oeste cresceu 262,16% nas últimas duas décadas, passando de R$179,56 em 1991 para R$228,57 em 2000 e R$650,30 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 27,29% no primeiro período e 184,51% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 11,37% em 1991 para 26,95% em 2000 e para 4,00% em 2010.

1.14.4- Renda, Pobreza e Desigualdade - Conquista D'Oeste – MT			
	1991	2000	2010
Renda per capita	179,56	228,57	650,30
% de extremamente pobres	11,37	26,95	4,00
% de pobres	42,43	44,33	10,77

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

1.14.5- Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Conquista D'Oeste – MT			
	1991	2000	2010
20% mais pobres	6,17	0,44	3,72
40% mais pobres	19,01	8,00	12,32
60% mais pobres	35,45	21,81	25,74
80% mais pobres	59,40	43,02	46,22
20% mais ricos	40,60	56,98	53,78

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

1.14.6- Trabalho

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Conquista D'Oeste – MT		
	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	48,34	70,65
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	12,18	5,22
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	38,61	60,12
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	31,26	54,16
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	6,58	36,23
Rendimento médio		
% ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	44,53	24,33
% ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	91,57	62,39

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 32,86% trabalhavam no setor agropecuário, 8,70% na indústria extrativa, 5,78% na indústria de transformação, 7,28% no setor de construção, 0,90% nos setores de utilidade pública, 11,73% no comércio e 26,95% no setor de serviços.

1.14.7- Vulnerabilidade Social

VULNERABILIDADE SOCIAL	1991	2000	2010
Crianças e Jovens	**28,76**	24,81	18,00
Mortalidade infantil	-	93,71	16,69
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	32,43	13,96	1,39
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	-	29,99	5,26
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,00	0,00	8,75
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	-	14,76	10,38
Taxa de atividade - 10 a 14 anos			
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	1,14	10,21	20,74
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	0,19	3,68	2,20
% de crianças extremamente pobres	11,96	31,08	6,49
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	78,21	70,75	28,35
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	76,81	35,52

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

2. Estrutura Organizacional da Prefeitura

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste encontra-se estabelecida através da Lei Municipal Complementar nº 002 de 05/11/2001, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo.

A estrutura administrativa de uma organização pressupõe um processo de divisão de trabalho e de poder, a partir da qual se poderá definir os órgãos e suas competências.

Em síntese apresentamos as unidades administrativas de governo Municipal que tem ações e programas relacionados ao Saneamento Básico:

Secretarias de Obras e Serviços Públicos

O Art. 44 da Lei Municipal Complementar nº 002/2001, Versa sobre a Competência da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**;

I- Planejar, organizar e controlar as atividades da Secretaria, fixando políticas de ação e acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados concomitantemente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

II- Assistir a Divisão de Água e Esgoto;

III- Assegurar, através de suas unidades orgânicas subordinadas, quais sejam: Coordenadoria de Obras e Serviços Públicos, Divisão de Água e Esgoto, Divisão de Serviços Públicos,tramitações rápidas de informações entre as diversas unidades componentes da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, utilizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processar as demais atividades dentro da respectiva política de ação;

IV- Fixar a política da Secretaria, expressando-a em planos de curto, médio ou longo prazo e por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos pelas unidades orgânicas subordinadas;

V- Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

VI- Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VII- Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade;

VIII- Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos em execução, perspectivas de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão; e

IX- Estabelecer em conjunto com os órgãos Estaduais e Federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários e/ou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

Artigo 45- A Secretaria de Obras e Serviços Públicos assiste a Divisão de Água e Esgoto.

Secretaria Municipal de Saúde;

De acordo com o Artigo 30 da Lei Municipal Complementar nº 002/2001, a Secretaria Municipal de Saúde, compete:

I- Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da Secretaria, fixando políticas de ação e acompanhando seu desenvolvimento,para assegurar o cumprimento das metas e objetivos traçados concomitantemente com os Planos de Ação do Governo Municipal;

II - Prover o Conselho de Saúde;

III- Assegurar, através de suas unidades orgânicas subordinadas, quais sejam: Coordenadoria de Programas de Saúde, Divisão de Programa de Saúde da Família, Divisão do Programa de Saúde Coletiva, Divisão do Programa de Saúde Individual, Divisão do Programa de Saúde da Família, tramitações rápidas de informações entre as diversas unidades componentes da Estrutura Organizacional da Prefeitura de Conquista D'Oeste, utilizar adequadamente os recursos humanos e materiais disponíveis e processar as demais atividades dentro da respectiva política de ação;

IV- Fixar a política da Secretaria, expressando-a em planos de curto, médio e longo prazo e por meio de programas e projetos específicos a serem cumpridos

pelas unidades orgânicas subordinadas;

V- Coordenar as diferentes atividades da Secretaria, tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis;

VI- Supervisionar o desenvolvimento dos programas e avaliar a execução dos mesmos;

VII- Decidir sobre os ajustes dos programas, visando a seu cumprimento oportuno e à sua máxima rentabilidade;

VIII- Informar ao Executivo Municipal acerca do andamento dos planos em execução, perspectivas de desenvolvimento e outros assuntos relacionados com os resultados de sua gestão; e

IX- Estabelecer em conjunto com os órgãos estaduais e federais e com os segmentos ativos do tecido social, ouvido o Executivo Municipal, programas, convênios, acordos e parcerias assemelhadas necessários e/ou oportunos para a execução de projetos inerentes à sua Secretaria.

De acordo com o Artigo 32 da lei a Secretaria Municipal de Saúde subordina a Divisão do Programa de Saúde Coletiva. (Equivalente à Vigilância Sanitária)

3. Legislação Municipal relacionadas a Gestão Urbana e Saneamento Básico

O levantamento de dados, identificou os marcos legais de competência municipal. Citamos as literaturas jurídicas, a fim de informar à população sobre seus direitos e deveres no que concerne ao desenvolvimento urbano e serviços de saneamento básico, além buscar a constante qualidade de vida e preservação ambiental.

Código Sanitário do Município Lei Complementar nº 013/2003

Esta Lei estabelece normas da proteção, promoção e preservação da saúde individual e coletiva regulamento as atividades relacionadas à saúde desenvolvidas no município, por entidades públicas ou privadas.

O direito à saúde é inerente ao indivíduo, e pressupõe o acesso de bens e serviços, essenciais , como alimentação, moradia , saúde, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, lazer, transporte, segurança e educação.

Código Tributário do Município Lei Complementar nº 014/2003 de 22/12/2003

A presente Lei Complementar institui o Código Tributário do Município, com fundamento na Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Código Tributário Nacional e legislação subseqüente e na Lei Orgânica do Município.

Este Código disciplina a atividade tributaria do Município e estabelece normas complementares de direito tributário relativo a ele.

Lei Municipal de Expansão do Perímetro Urbano

A intensificação do processo de regularização urbanística e fundiária no município é de fundamental importância, para a viabilização e legalização da área de expansão do perímetro urbano. O surgimento de loteamentos irregulares e pontos de ocupação espontânea surgem devido a falta de novas áreas para viabilização dos programas de habitação com infra estrutura

A Lei Municipal Nº 328/2010, delimita o perímetro urbano de Conquista D'Oeste em 66.3272 hectares e sua zona de expansão urbana em 627,81 hectares de acordo com os rumos e distâncias caracterizados na lei. A lei de 2010 passa por revisões quanto a sua extensão e é um dos primeiros passos para a regularização.

Inexistência de Leis Municipais

A realidade de Conquista D'Oeste, é diferente em relação a outros municípios e região, nos aspectos sociais, culturais, econômicos e geográficos, portanto, o município deve criar leis específicas que tratam das questões de desenvolvimento sustentável, nesse sentido, identificamos na prefeitura a inexistência:

Código de Obras;

Leis sobre as áreas de interesse social;

Lei da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos;

Código Ambiental;

4. Planejamento Público Municipal

Articulação entre os Planos Setoriais e Plano Diretor

A partir da promulgação da Constituição Federal, com a inclusão dos art. 182 e 183, e com a Lei Federal Nº 10.257/2001, o "Estatuto da Cidade", o Plano Diretor deixou de ser apenas um instrumento de regulação do uso e ocupação do solo para tornar-se um instrumento que busca o desenvolvimento sustentável e integrado da cidade. Além disso, pressupõe a participação permanente e descentralizada da comunidade no seu processo construtivo, significando que deve estar envolvida na definição dos objetivos adotados para o desenvolvimento urbano de sua cidade, por meio da participação social em debates, consultas e audiências públicas.

O município de Conquista D'Oeste, tem plano diretor Participativo e cumpre as diretrizes do**" Estatuto das Cidades**",

Em cumprimento a Lei Federal nº 11.124/ 2005 o município elaborou o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. O município também dispõe do Plano Setorial de Saúde e Educação, conforme determina a legislação nacional, visando a execução das políticas públicas.

Observamos no Plano Diretor Participativo do Município e demais Planos Setoriais que, existem ações, metas, objetivos e diretrizes de saneamento básico, que deverão ser integradas ao Plano Municipal de Saneamento básico, tendo em vista à universalização do acesso ao saneamento básico e a articulação com as políticas de desenvolvimento, visando o combate à pobreza, a exploração sustentável dos recursos hídricos, a proteção do meio ambiente, a promoção da saúde e o bem-estar da população.

O gestor municipal, também se respalda noutros instrumentos de planejamento e orçamento público, visando o alcance de metas, prioridades e objetivos de governo municipal, como: o PPA – Plano Plurianual - 2013 a 2016, LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

5. Diagnóstico do Saneamento Básico

5.1. Sistema de Abastecimento de Água

Um Sistema de Abastecimento de Água caracteriza-se pela retirada da água da natureza e transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população água de qualidade e em quantidade compatível com suas necessidades.

O Sistema de Abastecimento de Água de Conquista D'Oeste, é constituído por um conjunto de obras, equipamentos e serviços de Captação de água, adução, tratamento, reservação e distribuição.

A Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, através da Divisão de Água e Esgoto, administra a prestação do serviço público de abastecimento de água, de acordo com as disposições contidas na Constituição Federal.

5.1.1. Captação de água

A captação de água na cidade é realizada por intermédio de Captação Superficial de Nascentes, que apresentam capacidade conjunta total de 38,16 m3/hora.

É visto que a demanda pela utilização de água, é maior no período que compreende o mês de abril à novembro, período de estiagem de chuvas na região. O sistema trabalha continuamente 24 horas por dia independente do período de estiagem ou de chuvas.

5.1.2. Adução da água

A água é captada através de caixas de tomada e é transportada por uma adutora até o reservatório.

5.1.3. Tratamento de Água

O tratamento da água tem por objetivo condicionar as características da água bruta, isto é, da água como encontrada na natureza, a fim de atender a qualidade necessária a um determinado uso. A água a ser utilizada para o abastecimento público deve ter sua qualidade ajustada de forma a:

Atender aos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Saúde e aceitos internacionalmente; Controlar e prevenir doenças; Facilitar a limpeza pública; Propiciar conforto, bem estar e segurança, proporcionando aumento da expectativa de vida.

A água captada passa por análise prévia de suas características físicas, químicas e biológicas.

Quadro – I: Amostras das Unidades de Tratamento da Água na Zona Urbana, por ano

TIPO DE AMOSTRA	Nº DE AMOSTRAS POR ANO		
2012	**2013**	**2014**	
Cloro Residual 1.1. Amostras obrigatórias por ano	4.440	4.440	4.440
1.2. Cloro Residual Analisadas	2.630	2.832	2902
1.3. Cloro Residual com resultados fora do Padrão	0	0	0
Turbidez 2.1. Amostras obrigatórias por ano	4.440	4.440	4.440
2.2. Amostras de Turbidez analisadas	2.628	2.808	2.906
2.3. Amostras de Turbidez fora do Padrão	0	1	1
Coliformes 3.1. Amostras obrigatórias por ano	216	216	216
3.2. Amostras de Coliformes Analisadas	292	220	220
3.3. Amostras de Coliformes fora do padrão	0	1	1

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde / Divisão do Programa de Saúde Coletiva, 2014

A qualidade da água disponibilizada para o consumo humano de Conquista D'Oeste atende aos parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 518/2004 do Ministério da Saúde. A população urbana atendida é de 3.385 habitantes (CENSO/IBGE, 2010).

Os serviços de acompanhamento e monitoramento das análises das águas para o abastecimento, é realizado pela equipe de vigilância sanitária, neste contexto representada pela Divisão do Programa de Saúde Coletiva subordinada à Secretaria Municipal de Saúde.

5.1.4. Reservatório de água

Localizado no perímetro urbano o reservatório apresenta o sistema de armazenamento, um reservatório modelo cilíndrico em metal, com capacidade de armazenamento de 117 m3, conforme pode ser visualizado na foto a seguir.

A estação reservatória apresenta capacidade para correção da água, devido a origem natural da captação e as constantes ações de pré-análise da água a demanda pela correção têm se apresentado de maneira mínima, desta forma a estação de tratamento existente apresenta apenas o filtro de areia clássico e dosador integrado ao sistema para inserção e mistura do flúor, cloro e corretivos de PH.

O conjunto é composto conforme quadro a seguir:

Quadro- II: Quantitativo de equipamentos para tratamento de água.

Aplicação	Tipo	Capacidade	Quantidade
Flúor	Dosador	37.000 litros/hora	888.000
Cloro	Bomba	37.000 litros/hora	888.000

Para a medição da qualidade da água, o Setor de reservação, conta com equipamentos de medição da qualidade da água, como: Turbidímetro, Cloridímetro, Multiparâmetro HI 83099 e Peagâmetro.

Toda tubulação do sistema recebe verificação diária pelos operadores, que também fazem a ligação dos cavaletes e manutenção da rede.

5.1.5. Rede de distribuição

A extensão da rede de distribuição de água é de aproximadamente 26 km, que atendem as condições atuais de demanda.

Tipo de Tubulação e Diâmetros

A adutora é composta por tubulação mista de ferro e PVC, com diâmetro de 150mm.

Já a rede no perímetro urbano está detalhada no mapa do anexo I deste diagnóstico e sofre variações entre 60 e 100mm.

5.1.6. Ligações

O sistema de abastecimento de água tem 1.123 ligações, todas sem hidrômetros.

Quadro – III- Economias e Ligações Ativas de Água, Últimos 3 Anos

Ano	Categoria	Residencial	Comercial Industrial	Poder Público	Total
2012	Economias	789	92	52	933
Ligações	754	92	52	898	
2013	Economias	816	95	52	963
Ligações	781	95	52	928	
2014	Economias	975	95	53	1.123
Ligações	835	95	53	983	

Fonte: SINIS – Sistema Nacional de Informações do Saneamento,

Departamento de Tributação / Prefeitura, 2014

5.1.7. Tarifação:

A manutenção e expansão do sistema público de abastecimento de água no município é obtida por meio da cobrança de tarifas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do órgão prestador do serviço, e para que o fornecimento de água potável possa ocorrer no interesse da coletividade municipal.

O Decreto n° 059/2009 estabelece os atuais valores dos serviços públicos de abastecimento de água nas unidades residenciais e comerciais do município.

Para os consumidores da categoria residencial são cobrados as taxas unificadas ao valor de R$ 8,00 (Oito Reais), para comerciais R$ 15,00 (Quinze Reais) e para industriais R$ 30,00 (Trinta Reais), independente da metragem de consumo.

5.1.8. Recursos Humanos

O quadro de pessoal que atua nos serviços públicos de abastecimento de água é composto por dois profissionais, conforme detalhamento no quadro, a seguir:

Quadro – IV: Pessoal do Departamento de Água,

CARGO	QUANT.	ATRIBUIÇÃO
Operador	1	Execução de serviços de construção, reparos e manutenção da rede hidráulica do sistema de abastecimento de água.
Técnico	1	Serviços de Controle de Qualidade de Água
Considerações: A equipe necessita de Capacitação Profissional.		

5.1.9. Demonstrativos Financeiros / Contábeis

Sistema de Abastecimento de Água

Quadro –V: Faturamento com Serviços de Abastecimento de Água por ano

2012 R$	2013 R$	2014 R$
87.360,00	101.568,00	107.808,00

Fonte: Departamento de Tributação/Prefeitura Municipal, agosto de 2014

Quadro VI: Despesas, últimos 3 Anos

Despesa	2012	%	2013	%	2014	%
Folha de Pagamento	7.033,77	11,73	8.100,00	19,97	24.647,23	38,79
Tributos Fiscais - INSS	773,71	1,29	891,00	2,20	1.758,85	2,77
Passagens e Despesas de Locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,28
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	3.440,90	5,74	3.051,73	7,52	3.192,85	5,03
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	27.859,64	46,46	15.456,18	38,10	5.467,68	8,61
Serviços de Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo	20.862,68	34,79	13.068,41	32,21	28.288,43	44,52
Total R$	59.970,70	100	40.567,32	100	63.535,04	100,00

Fonte: Setor de Contabilidade/Prefeitura, 2014

Quadro VII – Arrecadação Total e Créditos a Receber, últimos 3 anos

Serviços de Abastecimento de Água

Receita – R$	2012	%	2013	%	2014	%
Arrecadação	13.189,56	15	36.479,34	36	37.452,48	34,90
Créditos de Contas a Receber	74.170,44	85	65.088,66	64	70.355,52	65,10
Receita Total	**87.360,00**	**100**	**101.568,00**	**100**	**107.808,00**	**100,00**

Fonte: Departamento de Contabilidade, 2014

Análise Econômica / Financeira do Sistema de Abastecimento de água;

1. Considerando os percentuais médios de Créditos de Contas a receber dos últimos 3 anos, especificadas no Quadro – VII, verifica-se que o Índice Médio de Inadimplência é de 71,36%

2. O quadro comparativo abaixo, mostra que o sistema de abastecimento, opera deficitário (no vermelho), em razão do elevado índice de inadimplência.

Quadro VIII: Comparativo da Arrecadação x Despesa Realizada

Receita – R$	2012	2013	2014
(+) Arrecadação	13.189,56	36.479,34	37.452,48
(-) Despesas	59.970,70	40.567,32	63.535,04
(-) Déficit do Ano	**- 46.781,14**	**- 4.087,98**	**- 26.082,56**

5.1.10. Paralisações no Sistema de Distribuição de Água

Quadro- IX : Paralisações no Sistema de Distribuição de Água

últimos 3 Anos

ANO	QUANTIDADE PARALIZAÇÕES	DURAÇÃO PARALIZAÇÕES HS.	ECONOMIAS ATIVAS ATINGIDAS
2012	2	13	933
2013	2	15	963
2014	3	18	975

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, 2014

Quadro- X: Interrupções no Sistema de Distribuição de Água

últimos 3 Anos

ANO	QUANTIDADE INTERRUPÇÕES	DURAÇÃO INTERRUPÇÕES HS	ECONOMIAS ATIVAS ATINGIDAS
2012	4	13	933
2013	3	12	963
2014	2	8	975

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, 2014

Quadro – XI: Reclamações ou Solicitações de Serviços Abastecimento de Água.

ESPECIFICAÇÕES	Nº DE RECLAMAÇÕES E SOLICITAÇÕES DE SERVIÇOS		
2012	2013	2014	
Reclamações e Solicitações de Serviços	5	4	3
Serviços Executados	5	4	3

Fonte: Sistema Nacional de Informações do Saneamento - SINIS, ano 2014

.**5.1.11. Projeção da Demanda Futura Abastecimento de Água**

Para a projeção da Demanda Futura de abastecimento de água utilizamos de dois indicadores fundamentais, sendo o consumo médio de água por habitante da zona urbana de Conquista D'Oeste e a evolução histórica do crescimento da população.

1. Para adotar o parâmetro de consumo de água por habitante, tomamos por base o consumo médio de água no Brasil e Estado de Mato Grosso;

Quadro-XII: Consumo Médio de Água por Pessoa no Brasil

Fonte	*Consumo Litros / Habitante / Dia*
Pesquisa Sistema Nacional do Saneamento – SINIS / Ministério das Cidades, **Ano 2.008**	148,5
Pesquisa SINIS – Sistema Nacional de Saneamento Básico, **Ano de 2009**, informa o Consumo médio de Água no Brasil envolvendo os setores residencial, comercial, público e industrial.	150
Pesquisa Sistema Nacional do Saneamento - SINIS/Ministério das Cidades, **Ano 2.010**	163
Consumo médio de água / dia / habitante, últimos 3 anos	**153,8**

Outros Indicadores de Consumo Médio de Água por habitante

1. A ONU – Organização das Nações Unidas, informa que cada pessoa necessita de 110 litros de Água por dia para o consumo e higiene em geral. Ou seja gastar mais que isso já e considerado desperdício;

2. No Brasil, costuma-se adotar quotas médias "per capta" diária de 120 a 200 litros por pessoa;

3. A Imprensa Agencia Brasil - ano de 2009, informa que o consumo médio de água por habitante do Estado de Mato Grosso, foi de 168,2 Litros/habitante/dia;

Para efeitos de ***Projeção da Demanda Futura de Consumo de Água para os próximos 20 anos***, optamos pela estimativa média de consumo de água na quantidade de 150 litros por habitante da Zona Urbana /dia, considerando os setores residencial, público, comercial e industrial.

5.1.12- Demanda Futura Abastecimento de Água, para os próximos 20 anos

Para a projeção do crescimento da população urbana de Conquista D'Oeste, considerou-se o crescimento da população no período de 2000 a 2010, que foi 20,62 % (Fonte: Censo – 2010 – IBGE), como demonstra no quadro, a seguir:

Quadro -XIII: População por situação de Domicílio		
População	2000	2010
Urbana	1.558	2.053
Rural	1.129	1.332
Total	2.687	3.385

Com base nas considerações anteriores, onde adotamos que o padrão de consumo médio de água por habitante da zona urbana de Conquista D'Oeste é de 150 litros e considerando ainda, que o crescimento médio da população nos últimos 10 anos foi de 1,8 % a.a, estimamos a demanda futura de abastecimento de água, conforme quadro a seguir:

Quadro-XIV: Demanda Futura de Abastecimento de Água

Ano	Estimativa População	Estimativa Consumo de Água Litros / Dia	Estimativa Consumo de Água Litros / Ano
2010	3.385	507.750	185.328.750
2011	3.508	526.200	192.063.000
2012	3.571	535.650	195.512.250
2013	3.635	545.250	199.016.250
2014	3.701	555.150	202.629.750
2015	3.767	565.050	206.243.250
2016	3.835	575.250	209.966.250
2017	3.904	585.600	213.744.000
2018	3.975	596.250	217.631.250
2019	4.046	606.900	221.518.500
2020	4.119	617.850	225.515.250
2021	4.193	628.950	229.566.750
2022	4.269	640.350	233.727.750
2023	4.345	651.750	237.888.750
2024	4.424	663.600	242.214.000
2025	4.503	675.450	246.539.250
2026	4.584	687.600	250.974.000
2027	4.667	700.050	255.518.250
2028	4.751	712.650	260.117.250
2029	4.836	725.400	264.771.000
2030	4.923	738.450	269.534.250
2031	4.012	601.800	219.657.000
2032	5.102	765.300	279.334.500
2033	5.194	779.100	284.371.500
2034	5.288	793.200	289.518.000
2035	5.383	807.450	294.719.250

5.1.12- Produção Atual de Água da Zona Urbana

Para o cálculo do consumo atual, tomamos como referência a produção diária de água captada do conjunto de nascentes, que são de aproximadamente 38,16 m³ por hora.

Considerando que o sistema funciona 24 horas e utilizando-se da fórmula: PDA – Produção Diária de Água = Captação m³ /hora x Tempo de Funcionamento

Portanto:

Produção Diária de Água = 38,16 m³/hora x 24 horas= 915,84 m³.

Produção Diária de água da Zona Urbana é de 915,84 m³, ou seja, 915.840 litros de água por dia.

Consultando, no Quadro de Demanda Futura de Abastecimento de Água, verifica-se que, para atender a Demanda Atual dos domicílios da Zona Urbana de Conquista D'Oeste, no ano 2015, são necessários 565,05 m³/dia, ou melhor, 565.050 litros diários de água.

Deduzindo as necessidades de Consumo domiciliar da população da Zona Urbana, que é de 915.840 litros por dia, menos o Consumo Diário de Água do Abastecimento Domiciliar, Comercial e Industrial, que é de aproximadamente 565.050 litros por dia, verifica-se uma diferença de 350.790 litros por dia cuja quantidade será considerada como **desperdício, isto é, 38,30% em relação a produção total de água.**

5.1.14. Intervenções no Sistema de Abastecimento de Água

Segundo informações obtidas junto a Prefeitura Municipal, são as seguintes intervenções realizadas no Sistema de Água do **Município**:

Em 2002, a Prefeitura de Conquista D'Oeste, viabilizou recursos junto ao Ministério da Saúde/FUNASA, na soma de R$ 2.515.690,85 (Dois milhões, quinhentos e quinze mil seiscentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos), para a Melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de Água da Zona Urbana.

5.1.13- Cenário Atual do Sistema de Abastecimento de Água

A estrutura operacional do sistema de abastecimento de água de Conquista D'Oeste é antiga e deficitária, necessita de investimentos em obras, equipamentos e melhorias do sistemas operados, como: adução, transporte da água, tratamento e distribuição, para atender integralmente a Portaria nº 518 do Ministério da Saúde.

A cidade de Conquista D'Oeste apresenta serviço de abastecimento de água que vem atendendo 100% da população urbana, embora necessite de reformas, ajustes e ampliações em sua estrutura para que possa cumprir integralmente com a sua função social e as políticas públicas de saneamento básico.

O gerenciamento do sistema tem apresentado dificuldades tanto operacionais como administrativas, o número de servidores responsáveis pela manutenção é insuficiente para atender os reparos e executar o tratamento de água. Financeiramente o sistema é deficiente, apresenta elevado índice de Inadimplência (71,36% são consumidores que não pagam as taxas de serviços de abastecimento de água), portanto, o sistema opera com déficit (no vermelho). O sistema tarifário precisa ser revisto.

O município precisa adotar medidas administrativas para conter o elevado índice de desperdício de água, que é de 38,3 % e instalar hidrômetros, visando o Controle e Uso Racional da Água para o Consumo Domiciliar, Comercial e Industrial.

5.2- Sistema de Esgotamento Sanitário

A existência de sistema de esgotamento sanitário eficiente tem grande reflexo na

melhoria das condições sanitárias, na conservação dos recursos naturais, na eliminação de focos de poluição e de contaminação, na redução das doenças de

veiculação hídrica e consequentemente na redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças, uma vez que grande parte delas está relacionada com a

falta de saneamento.

O Município de Conquista D'Oeste, não possui um sistema público de esgotamento sanitário, o sistema atual em uso na zona urbana e rural são do tipo

Fossas Sépticas com Filtro anaeróbio e Sumidouros, sendo soluções individuais construídas conforme as Normas Técnicas brasileiras.

A figura:1, Ilustra o modelo de um sistema individual de esgotamento sanitário, composto de fossa séptica seguido de filtro anaeróbio.

Com relação a este esquema individual de esgotamento sanitário, a Prefeitura tem recomendado este procedimento para minimizar a poluição dos recursos hídricos pela falta de um sistema público coletivo de coleta e tratamento de esgoto.

5.2.1 - Implantação do sistema público de esgotamento sanitário

O município esta implantando rede coletora e uma estação de tratamento de esgoto sanitário para atendimento à população, através de parceria com a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), por meio do Programa PAC 2, orçado em R$ 2.487.300,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e trezentos reais), o qual contemplará 60% da população urbana com o sistema de coleta. A capacidade da estação de tratamento é para 100% da população.

Os investimentos e Dimensionamentos do Sistema poderão ser verificados, no quadro abaixo:

PROJETO	ESPECIFICAÇÃO DA OBRA	INVESTIMENTOS R$	ANO CONVÊNIO	FONTES DE RECURSOS %
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Etapa - I	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário com rede coletora e Estação de Tratamento	2.487.300,00	2009	97 % Recursos da União 3 % Recursos do Município

Fonte: SISMOC, FUNASA (Consulta em 25/04/2015).

A execução do projeto vem ocorrendo desde o ano de 2013, a obra encontra-se em fase de conclusão. O executivo municipal vem realizando novas ações para viabilizar a segunda etapa de implantação do sistema, a fim de atender 100% da população com rede pública de coleta. As parcerias vêm sendo realizadas junto ao governo federal, através das novas fases do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e ações individualizadas.

Vistas Parciais de Lagoa de Tratamento de Esgoto

5.2.2 - Mapa de Situação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Implantação

Zona Urbana

Fonte: Assessoria de Planejamento, 2015.

5.3- Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, de acordo com a Lei nº 11.445/07, definido como "o conjunto de atividades, infra - estrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento de disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas".

De uma maneira geral, as águas decorrentes da chuva (coletadas nas vias públicas por meio de bocas de lobo e descarregadas em condutos subterrâneos) são lançadas em cursos d'agua naturais, em rios, lagos ou, no caso de solos bastante permeáveis, esparramadas sobre o terreno por onde

infiltram no subsolo. A escolha do destino da água pluvial deve ser feita segundo critérios éticos e econômicos, após análise cuidadosa e criteriosa das opções existentes.

O sistema de drenagem do município de Conquista D'Oeste foi implantado de modo a operar por gravidade. As águas pluviais coletadas pelo sistema de microdrenagem são conduzidas por uma rede de galerias subterrâneas até os canais mais próximos de macrodrenagem, estes sistemas são tradicionalmente empregados em muitos sistemas de drenagem urbana.

O município de Conquista D'Oeste, conta com 17.600 metros de Ruas e Avenidas, desse total, existem 2.323,73 metros de vias com galerias de águas pluviais profunda, o que corresponde a um percentual de 13,2%. Para atender as necessidades dessa infraestrutura urbana, o município precisa construir emergencialmente aproximadamente 1.500 metros de Galerias de Águas Pluviais.

5.3.1 – Mapa atual do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais – 2014

Conforme informações da Secretaria Municipal de Obras, a ampliação da infraestrutura de drenagem tem sido executada de acordo com o avanço da pavimentação e de forma isolada para atendimento de eventuais pontos de erosão, alagamentos ou outros fatores decorrentes da expansão urbana.

5.3.2- Serviços de Manutenção do Sistema de Drenagem

Os serviços de manutenção do sistema de drenagem urbana, tais como limpeza e/ou consertos de tubulações, construção e/ou manutenção de bocas –de - lobo, entre outros, são realizados pela Secretaria Municipal de Obras. Para tais atividades são alocados recursos humanos conforme a demanda destes serviços, contendo no mínimo: um encarregado, um motorista e um operário.

Em relação aos equipamentos utilizados nestes serviços, a Secretaria Municipal de obras possui: uma retro - escavadeira; um caminhão para materiais e pessoas; e uma unidade móvel pipa, utilizado na limpeza do sistema, além de outros equipamentos tais como pás e carrinhos de mão. Ressalta-se que estes recursos não são de uso exclusivo ao sistema de drenagem.

Estes serviços não possuem um caráter preventivo. São realizados conforme demandas e deficiências oriundas do sistema de drenagem, normalmente estas deficiências são descritas como galerias danificadas, assoreadas ou entupidas, bueiros assoreados e bocas de lobo entupidas, uma vez que captam a água e os resíduos carreados, sendo necessária uma limpeza constante.

Serviços de Limpeza das Guias de Sarjetas

Drenagem Superficial

5.3.3 Intervenções no Sistema de Drenagens de Águas Pluviais

Em 2014, a Prefeitura de Conquista D'Oeste, viabilizou recursos junto ao Ministério das Cidades para pavimentação urbana que atenderá um pequeno percentual de galerias devido a obrigatoriedade de implantação do sistema junto à pavimentação. Para o ano de 2015, esta previsto investimentos na ordem de R$ 562.000,00 (Quinhentos e Sessenta e Dois Mil Reais), para a Melhoria Sistema de Drenagens de Águas Pluviais em parceria com o Governo Federal através da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

5.3.4 - Gestão do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais e Urbanas.

Na Prefeitura não existe um Setor de Engenharia, onde são elaborados os projetos de drenagem, pavimentação e calçamento de vias e cadastramento das obras de drenagem. Os Projetos e Serviços de Engenharia são terceirizados e ou elaborados na Associação Matogrossense dos Municípios.

O sistema de gestão da drenagem urbana em Conquista D'Oeste não possui em vigência, a arrecadação através de taxas/impostos. O investimento e custeio de obras de drenagem estão diretamente vinculados aos investimentos destinados à pavimentação e calçamento de vias públicas.

Legislação Existente

Neste tópico serão destacados as legislações existentes na esfera municipal e nacional, pertinentes para a drenagem urbana e manejo das águas pluviais.

Esfera Municipal

Em âmbito municipal, a prefeitura não dispõe de leis específicas para drenagem urbana e manejo das águas pluviais, são listados os dispositivos legais, na Lei Orgânica Municipal e no Plano Diretor do Município.

Esfera Nacional

A Lei Federal Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 institui o Código Florestal Brasileiro. Em seu Art. 2º define como sendo Área de Preservação Permanente *"Florestas e vegetação natural, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'agua desde o seu nível mais alto em faixa marginal de no mínimo 30 metros (para os cursos d'agua de menos de 10 (dez) metros de largura)"; "Nascentes e olhos d'agua num raio de 50 metros"; "Encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive";*

No parágrafo Único deste artigo, temos que: "*no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido,observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo,respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo*".

A Lei Federal 9.433 de 8 de janeiro de 1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O capítulo I, Art. 1º, item IV fundamenta que "a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos". O art. 2º, item III,revela o objetivo de "prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais."

Como diretrizes gerais de ação, a lei tem a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; e a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo.

Para tal, um dos instrumentos da “Lei das Águas” são os Planos de Recursos Hídricos que são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos, sendo estes de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.

5.3.5- Pontos Críticos por Falta de Obras de Drenagens – Erosões Urbanas

Rua dos Pequizeiros

Rua dos Pequizeiros

5.4- Plano Setorial de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos:

5.4.1 - Fundamentação legal:

A elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos –PGIRS, é condição necessária para o município ter acesso aos recursos da União, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos (Artigo 18 da Lei nº 12.305/2010)

O município de Conquista D’Oeste, decidiu inserir no Plano Municipal de Saneamento Básico a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, amparado no parágrafo 1º, do Artigo 19 da Lei Federal nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010, no qual aduz que: “ o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no artigo 19 da lei nº 11.445 de 2007”.

5.4.2. Objetivo do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Conquista D’Oeste, tem por finalidade, a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, disposição final ambientalmente correta, visando a preservação da saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

5.4.3. Cenário Atual:

Os resíduos sólidos gerados no município, constituem hoje um dos mais sérios problemas da administração municipal, em função dos grandes volumes produzidos e dos altos custos envolvidos na coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada.

Com relação aos resíduos sólidos domiciliares, a quantidade gerada é cada vez maior, uma vez que vivemos em uma sociedade de consumo.

Uma das dificuldades existentes no trato do problema está no fato de que os resíduos sólidos apresentam um problema particular, pois percorrem um longo caminho consistindo de geração, descarte, coleta, tratamento e disposição final, e envolvem diversos segmentos da sociedade.

Outra dificuldade são os recursos envolvidos, pois devido ao aumento considerável na produção per capita de resíduos e aglomeração urbana acelerada que vem se verificando, são necessários investimentos vultosos para a aquisição de equipamentos, treinamento, capacitação, controle e custeio de todo o sistema de manejo de resíduos sólidos. De natureza complexa, o problema deixa de ser simplesmente uma questão de gerenciamento técnico para inserir-se em um processo de gestão participativa. A gestão que se propõe envolve a articulação com os diversos níveis de poder existentes e com os representantes da sociedade civil nas negociações para a formulação e implementação de políticas públicas, programas e projetos.

Neste sentido, define-se Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como um conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento, que uma administração municipal desenvolve, baseada em critérios sociais, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor o lixo urbano.

5.4.4. Classificação e Caracterização dos Resíduos Sólidos

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 1004/2004, os Resíduos Sólidos são definidos como sendo: “Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica.”.

Os resíduos sólidos podem ser classificados com base em diferentes critérios, segundo a norma NBR 10004 de 2004 a classificação de resíduos sólidos envolve a identificação do processo ou atividade que lhes deu origem, de seus constituintes e características, e a comparação destes constituintes com listagens de resíduos e substâncias cujo impacto à saúde e ao meio ambiente é conhecido.

A segregação dos resíduos na fonte geradora e a identificação da sua origem são partes integrantes dos laudos de classificação, sendo a identificação dos constituintes a serem avaliados na caracterização do resíduo estabelecida de acordo com as matérias-primas, os insumos e o processo que lhe deu origem.

Ainda segundo a mesma norma, os resíduos sólidos são classificados em:

a) resíduos classe I - Perigosos;

b) resíduos classe II – Não perigosos;

c) resíduos classe II A – Não inertes.

d) resíduos classe II B – Inertes.

Resíduos Classe I - Perigosos: Aqueles que apresentam periculosidade, ou seja, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infecto-contagiosas, podem apresentar:

a) risco à saúde pública, provocando mortalidade, incidência de doenças ou acentuando seus índices;

b) riscos ao meio ambiente, quando o resíduo for gerenciado de forma inadequada.

Os **Resíduos Classe I – Perigosos**, podem ainda apresentar as seguintes características: Inflamabilidade, Corrosividade, Reatividade, Toxicidade e/ou

Patogenicidade, ou ainda as que constam nos anexos A ou B da NBR 10004.

Classe II A – Não inertes: Aqueles que não se enquadram na classificação de

resíduos Classe I ou resíduos Classe II B.

Classe II B – Inertes: - Quando amostrados de forma representativa, conforme

NBR10.007, e submetidos aos procedimentos da NBR 10.006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água, excetuando-se aspecto, turbidez, dureza e sabor.

De acordo com as características quali-quantitativas, os resíduos sólidos se diferenciam entre diferentes comunidades, podendo variar em função de vários

aspectos, como os sociais, econômicos, culturais, geográficos e climáticos. Em

relação aos aspectos biológicos, os resíduos orgânicos podem ser metabolizados

por vários microrganismos decompositores, como fungos e bactérias, aeróbios e/ou anaeróbios, cujo desenvolvimento dependerá das condições ambientais existentes.

Além desses microrganismos, os resíduos sólidos podem apresentar microrganismos patogênicos, como os resíduos contaminados por dejetos humanos ou de animais domésticos, ou certos tipos de resíduos de serviços de saúde.

O conhecimento das características químicas dos resíduos possibilita a seleção de processos de tratamento e técnicas de disposição final adequadas. Algumas das características básicas de interesse são: poder calorífico, pH, composição química (nitrogênio, fósforo, potássio, enxofre e carbono) e relação teor de carbono/nitrogênio, sólidos totais fixos, sólidos voláteis e teor de umidade.

A determinação da composição gravimétrica, ou seja, o percentual de cada componente em relação ao peso total do lixo é outro dado essencial. No caso dos resíduos de origem domiciliar e comercial, normalmente dispostos em aterros, os componentes comumente discriminados na composição gravimétrica são: matéria orgânica putrescível, metais ferrosos, metais não ferrosos, papel, papelão, plásticos, trapos, vidro, borracha, couro, madeira, entre outros.

Outras formas possíveis de se classificar os resíduos são:

a) Por sua natureza física: seco e molhado;

b) Por sua composição química: matéria orgânica e matéria inorgânica;

c) Por sua origem: domiciliar, comercial, varrição e feiras livres, serviços de saúde e hospitalares, portos, aeroportos e terminais ferroviários e rodoviários, industriais, agrícolas e entulhos;

d) Pelos riscos potenciais ao meio ambiente: perigosos e não perigosos.

Resíduos Sólidos Urbanos

Denominam-se resíduos sólidos urbanos (RSU) aqueles produzidos em inúmeras atividades desenvolvidas em centros urbanos do município e eles compreendem resíduos de várias origens, tais como: residencial, comercial, de estabelecimentos de saúde, industriais, limpeza pública, construção civil e resíduos agrícolas. A composição dos RSU domésticos é bastante diversificada, compreendendo desde restos de alimentos, papéis, plásticos, metais e vidro até componentes considerados perigosos por serem prejudiciais ao meio ambiente e à saúde pública.

Os resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados nos municípios são normalmente encaminhados para a disposição em aterros sob responsabilidade do poder municipal. São eles os resíduos de origem domiciliar ou aqueles com características similares, como os comerciais, e os resíduos da limpeza pública. No caso dos resíduos comerciais, estes podem ser aceitos para coleta e disposição no aterro desde que autorizado pelas instituições responsáveis pelo Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU).

Destaca-se que o gerenciamento de resíduos de origem não domiciliar, como por exemplo, os resíduos de serviço de saúde ou da construção civil, são igualmente de responsabilidade do gerador, estando sujeitos a legislação específica vigente. A seguir, para melhor visualização, encontra-se o mostrando as responsabilidades do gerenciamento dos resíduos.

Quadro – XV: Responsabilidades do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos

Tipo de Resíduo Sólido	Responsabilidade
Doméstico	Prefeitura
Comercial	Prefeitura
Especiais	Prefeitura
Feiras, Varrição e Outros	Prefeitura
Serviços de Saúde	Gerador
Aeroportos, Portos e Terminais Ferro / Rodoviários	Gerador
Agrícolas e Pecuários	Gerador
Outros (Tóxicos e Perigosos	Gerador

Resíduos Sólidos Domiciliares

Os resíduos sólidos domésticos ou domiciliares são os resíduos gerados em atividades rotineiras em casas, apartamentos, condomínios e demais edificações familiares. Compreendem um dos maiores percentuais de resíduos gerados em um município. Os principais constituintes dos resíduos sólidos domiciliares encontram-se no Quadro abaixo:

Resíduos Sólidos Comerciais

Os resíduos sólidos comerciais são os resíduos gerados em estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviço, cujas características dependem da atividade desenvolvida no local.

As atividades comerciais podem ser divididas em dois subgrupos chamados de "pequenos geradores" e "grandes geradores". O regulamento de limpeza urbana do município poderá definir precisamente os subgrupos de pequenos e grandes geradores. Pode-se adotar como parâmetro:

a) Pequeno Gerador de Resíduos Comerciais é o estabelecimento que gera até 120 litros de lixo por dia.

b) Grande Gerador de Resíduos Comerciais é o estabelecimento que gera um volume de resíduos superior a esse limite.

Os materiais recicláveis são aqueles que após sofrerem uma transformação física ou química podem ser reutilizados no mercado, seja sob a forma original ou como matéria-prima de outros materiais para finalidades diversas.

De acordo com a Resolução CONAMA 275/2001, que estabelece código de corespara os diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva, os materiais recicláveis são divididos em 4 tipos, sendo eles: Papel, Plástico, Metal e Vidro

Papéis

(azul)

Resultado de imagem para tipos de resíduos coleta seletiva Recicláveis

Resíduos Sólidos Agrícolas

São os resíduos gerados nas atividades agrícolas e pecuárias. Como exemplo desses resíduos tem-se: embalagens de fertilizantes e defensivos agrícolas, rações, restos de colheita, etc.

Em várias regiões do mundo, estes resíduos já constituem uma preocupação crescente, destacando-se as enormes quantidades de esterco animal geradas nas fazendas de pecuária intensiva.

Também as embalagens de agroquímicos diversos, em geral altamente tóxicos, têm sido alvo de legislação específica, definindo os cuidados na sua destinação final e, por vezes, co-responsabilizando a própria indústria fabricante destes produtos.

Resíduos Sólidos Industriais

Os resíduos sólidos industriais são provenientes das mais diversas atividades, tais como indústria metalúrgica, indústria química, indústria alimentícia, entre outras.

O lixo industrial apresenta-se bastante variado, podendo conter cinzas, lodos, óleos, resíduos alcalinos ou ácidos, papeis, madeiras, escorias, vidros, etc. É nesta categoria que incluem-se grande parte dos resíduos considerados tóxicos (Classe I).

Resíduos da Construção Civil

De acordo com a Resolução CONAMA 307 de julho de 2002, pode-se definir os Resíduos da construção civil como sendo “os provenientes de constru es, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de

obras, ou metralha.” Ainda, segundo mesma Resolução, os resíduos da construção civil classificam-se em:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais

como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infra - estrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto

d) (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como:

plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de

demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e

outros. Vale ressaltar seu Artigo 4º “Os geradores deverão ter como objetivo priorit rio a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destina ão final.”

Outro fator importante de que trata a presente Resolução refere-se à disposição final dos resíduos da construção civil, vetando que os mesmos sejam depositados em aterros de resíduos sólidos domiciliares, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas por lei. Devendo para tanto que os resíduos sólidos da construção civil tenham sua destinação final de acordo com suas diferentes classes de resíduos. A seguir, encontram-se no Quadro as diferentes classes e seu destino final.

Diferentes classes dos Resíduos da Construção Civil com seu Respectivo Destino Final (Resolução CONAMA 307/ 2002).

CLASSE	DESTINO FINAL
A	Deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de

	aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
B	Deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
C	Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas especificas
D	Deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas especificas.

Resíduos dos Serviços de Saúde

Os resíduos dos serviços de saúde (RSS) compreendem os resíduos gerados em hospitais, farmácias e drogarias; laboratório de análises clínicas, consultórios médicos e odontológicos, clínicas e hospitais veterinários, bancos de sangue e outros estabelecimentos similares.

Os resíduos dos serviços de saúde, de acordo com as Resoluções RDC/ANVISA n° 306/2004 e CONAMA n° 358/ 2005, são classificados da seguinte maneira:

GRUPO A

Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção. Estando subdivididos em:

A1- Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os derivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

- Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;

- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

A2- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de micro organismos,bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo - patológico ou confirmação diagnóstica.

A3- Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares.

A4- Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;

- Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares;

- Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons;

- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo;

- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;

- Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica;

- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações;

- Bolsas transfusionais vazias, ou com volume residual pós-transfusão.

A5 - Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

GRUPO B

Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade;

- Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos Medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;

- Resíduos de saneantes, desinfetantes, resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes;

- Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores);

- Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas;

- Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

GRUPO C

Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados nas normas do CNEN e para os quais a reutilização é imprópria, ou não prevista;

- Enquadram-se neste grupo os rejeitos radioativos ou contaminados com radionuclídeos, proveniente de laboratórios de análises clinica, serviços de medicina nuclear e radioterapia, segundo a resolução CNEN-6.05.

GRUPO D

Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.

- papel de uso sanitário e fralda, absorventes higiênicos, peças descartáveis de vestuário, resto alimentar de paciente, material utilizado em anti-sepsia e hemostasia de venóclises, equipo de soro e outros similares não classificados como A1;

- sobras de alimentos e do preparo de alimentos;

- resto alimentar de refeitório;

- resíduos provenientes das áreas administrativas;

- resíduos de varrição, flores, podas e jardins;

- resíduos de gesso provenientes de assistência à saúde.

GRUPO E

Materiais perfuro cortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas

diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e laínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

Limpeza Pública

A limpeza pública pode ser definida como o conjunto de procedimentos destinados a manter a limpeza das vias e dos logradouros públicos e que abrangem necessariamente, os serviços de varrição, roçada e capina em vias e logradouros.

Ela deve permitir o adequado estado de limpeza de uma cidade sem prejudicar a qualidade do ambiente, inclusive na região que a circunda.

A limpeza pública de um município pode ser dividida da seguinte maneira:

Limpeza regular de vias públicas;

Serviços especiais:

Capinação;

Limpeza bocas de lobo;

Limpeza de praias;

Limpeza de áreas de feiras livres;

Remoção de animais mortos, etc.;

Vários aspectos estão relacionados com o intuito de manter uma cidade limpa, desde suas ruas, praças até suas praias. Podem-se destacar os seguintes:

Aspectos Sanitários

Prevenir doenças resultantes da proliferação de vetores em depósitos de lixo nas ruas ou em terrenos baldios;

Evitar danos à saúde resultantes de poeira em contato com os olhos, ouvidos, nariz e garganta.

Aspectos estéticos

Uma cidade limpa instila orgulho a seus habitantes, melhora a aparência da comunidade, ajuda a atrair novos residentes e turistas, valoriza os imóveis e movimenta os negócios.

Acondicionamento, Coleta, Transporte e Transbordo

O acondicionamento adequado dos resíduos sólidos, o sistema de coleta e transporte planejado e os diversos serviços complementares de limpeza urbana devem ser realizados com qualidade e produtividade, a mínimo custo.

Acondicionamento

Os resíduos sólidos devem ser acondicionados em embalagens que atendam aos requisitos de acondicionamento local e estático do lixo. O correto acondicionamento do lixo é de responsabilidade do gerador, porém a administração municipal deve exercer funções de regulamentação, educação e fiscalização.

O correto acondicionamento dos resíduos sólidos ajuda a evitar acidentes com materiais infectantes e cortantes, proliferação de insetos e animais indesejáveis e perigosos e ainda impacto visual e olfativo.

O lixo, para ser coletado, deve ser colocado em um recipiente que permita o manuseio de certa quantidade acumulada, sendo a forma de acondicionamento

determinada pela quantidade, composição, tipo de coleta e freqüência.

Coleta e Transporte

Segundo a norma NBR 12980 (ABNT, 1993) os diferentes tipos de coleta do lixo são definidos da seguinte maneira:

Coleta domiciliar (convencional) consiste na coleta dos resíduos gerados em residências, estabelecimentos comerciais, industriais, públicos e de prestação de serviço, cujos volumes e características sejam compatíveis com a legislação municipal vigente;

Coleta de resíduos provenientes de varrição de ruas, praças, calçadas e demais equipamentos públicos;

Coleta de feiras;

Coleta de resíduos dos serviços de saúde, compreendendo hospitais, ambulatórios, postos de saúde, laboratórios, clinica veterinária, etc.

A coleta especial consiste em recolher os resíduos que não são recolhidos regularmente, tais como, entulhos, animais mortos e podas de jardins. Ela deve ser programada para onde e quando houverem resíduos a serem removidos.

A coleta seletiva do lixo é um sistema de recolhimento de matérias recicláveis, tais como papel, vidro, metal e plástico e materiais “orgânicos”, previamente separados na fonte geradora. As quatro modalidades de coleta seletiva são: domiciliar (porta a porta), postos de entrega voluntária, postos de troca e catadores.

A coleta do lixo e seu transporte para as áreas de tratamento ou destinação final são ações do poder público municipal de grande visibilidade para a população, pois impedem o desenvolvimento de vetores transmissores de doenças. Para que o envolvimento ocorra de forma satisfatória o poder público deve garantir a regularidade da coleta, ou seja, os veículos coletores devem passar regularmente nos mesmos dias, locais e horários.

Estação de Transbordo

Muitas cidades buscam ações conjuntas para a destinação final dos resíduos sólidos, sendo que a maioria das vezes a solução adotada é o aterro sanitário. No entanto, considerando muitas vezes grande a distância percorrida pelos caminhões coletores até o aterro, torna-se necessário realizar o transbordo do lixo com o intuito de armazenar provisoriamente os resíduos em um local adequado, para posteriormente serem encaminhados ao aterro em caminhões com maior capacidade de armazenamento.

Em síntese, as estações de transbordo (transferência) são pontos intermediários, onde o lixo coletado é passado de caminhões de médio porte (coletores) para carretas de maior porte, com capacidade de transportar o equivalente a cerca de três caminhões coletores até o local de destinação final (aterro).

As estações de transbordo devem ser situadas em locais estratégicos da cidade, permitindo que os caminhões coletores descarreguem rapidamente e voltem para o roteiro de coleta, permitindo maior velocidade de retirada do lixo das ruas. Por outro lado, deve-se tomar cuidado com cuidado com os inconvenientes que um local de armazenagem de lixo, mesmo que temporário, pode causar na vizinhança.

Tratamento e Disposição Final

Reciclagem

Reciclagem é o resultado de uma série de atividades, pela qual materiais que se tornariam lixo, ou já estão no lixo, são desviados, coletados, separados e processados para serem usados novamente como matéria-prima na manufatura de novos produtos. Portanto, a segregação de materiais do lixo tem como objetivo principal a reciclagem de seus componentes.

Entre os benefícios da reciclagem destacam-se:

Diminuição da quantidade de lixo a ser aterrada;

Preservação dos recursos naturais;

Economia de energia;

Diminuição de impactos ambientais;

Novos negócios;

Geração de empregos diretos e indiretos.

Além da reciclagem convencional dos resíduos domiciliares, deve-se ressaltar a reciclagem de resíduos da construção civil. O processo de reciclagem de entulho, para a obtenção de agregados, basicamente envolve a seleção dos materiais recicláveis do entulho e a trituração em equipamentos apropriados.

Deve-se ressaltar que a reciclagem é uma atividade econômica que deve fazer parte de um conjunto de ações integradas que visam um melhor gerenciamento dos resíduos.

Compostagem

A compostagem é uma forma de processamento do lixo através da reciclagem de matéria orgânica por meio da decomposição dos restos de origem vegetal e animal presentes no lixo. Como resultado deste processo tem-se um composto orgânico rico em nutrientes que pode ser aplicado ao solo para melhorar suas características, sem ocasionar riscos ao meio ambiente.

No meio rural, há muito tempo a compostagem é praticada, utilizando-se de restos de vegetais e esterco animal. Também, pode-se utilizar a fração orgânica do lixo domiciliar, mas de forma controlada em usinas de triagem e compostagem. No contexto brasileiro, a compostagem tem grande importância, uma vez que é grande o percentual de matéria orgânica no lixo municipal.

Vantagens da compostagem:

Redução do lixo destinado ao aterro, ocasionando a economia do mesmo;

Aproveitamento agrícola de matéria orgânica;

Reciclagem de nutrientes para o solo;

Processo ambientalmente seguro, se for bem monitorado;

Eliminação de patógenos;

Economia em tratamento de efluentes no aterro.

O processo de compostagem é realizado através da decomposição aeróbia da matéria orgânica que ocorre por ação de agentes biológicos microbianos na presença de oxigênio, necessitando de condições físicas e químicas adequadas

para levar a obtenção de um produto de boa qualidade (composto). A usina de compostagem só deve processar o lixo domiciliar e comercial do município. Eventualmente pode processar poda de jardim, desde que devidamente trituradas. Jamais deve processar os resíduos de varrição, nem tampouco os resíduos dos serviços de saúde, devendo estes serem encaminhados para aterro e incineração, respectivamente.

Aterro Sanitário

O aterro sanitário é uma forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, mediante confinamento em camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos a saúde pública e a segurança, minimizando os impactos ambientais.

Esta técnica utiliza princípios de engenharia para confinar o lixo em uma área, a menor possível, por meio de compactação, cobrindo-a diariamente com camadas de terra, e ainda possibilitar a previsão e controle dos problemas que poderiam ser causados pelos líquidos e gases produzidos no aterro, pelo efeito da decomposição da matéria orgânica.

É um método completo e definitivo de disposição, podendo receber todo o tipo de lixo, usualmente gerado em ambientes urbanos exceto os de classe I; Essencialmente, emprega mão de obra de baixa qualificação; Recupera áreas consideradas improdutivas ou marginais, tornando-as úteis, em especial para recreação.

Incineração

A incineração é um processamento do lixo através de tratamento térmico dos resíduos sólidos municipais e dos resíduos dos serviços de saúde, sendo feita a temperaturas acima de 800°C. Os gases de combustão devem-se manter a 1200°C por cerca de 2 segundos, com excesso de ar e turbulência elevados a fim de garantir a conversão total dos compostos orgânicos presentes nos resíduos a gás carbônico e água. Os teores de oxigênio nos gases de combustão emitidos na chaminé devem ficar acima de 7% em volume.

As vantagens da incineração dos resíduos sólidos são:

1) Redução drástica do volume a ser descartado: a taxa de redução média em massa é de 70% e de volume 90%, diminuindo o volume destinado ao aterro;

2) Redução do impacto ambiental: com as novas tecnologias de limpeza de gases de combustão, os níveis de emissão de poluentes podem ficar abaixo do observado em processos de combustão convencionais, bem como contribuir para a minimização do efeito estufa, devido a combustão de materiais de fontes renováveis e a redução na emissão de gás metano e contaminação de lençóis freáticos observados em aterros;

3) Recuperação de energias: parte da energia contida nos resíduos pode ser recuperada para a gera ão de energia el trica e/ou vapor d' gua; Destoxicação: empregando boas técnicas de combustão, produtos orgânicos tóxicos podem ser destruídos.

As principais desvantagens da incineração de resíduos são:

1) Custo elevado: a incineração apresenta custos elevados de instalação e operação, no entanto, este custo nas grandes metrópoles com baixas disponibilidades de área adequada, está se aproximando do custo de disposição em aterros sanitários;

2) Exigência de mão de obra qualificada: os processos de incineração, independente do porte da unidade, exigem pessoal qualificado para garantir a qualidade da operação;

3) Presença de materiais nos resíduos que geram compostos tóxicos e corrosivos: alguns materiais como pilhas, plásticos e etc., liberam compostos tóxicos e ácidos que não podem ser eliminados por boas técnicas de combustão, exigindo a instalação de um sistema de limpeza de gases.

5.4.5. Diagnóstico da Situação dos Resíduos Sólidos Gerados no Município: (Inciso I do Parágrafo 1º do Artigo 51 do Decreto Federal nº 7.404 de 23/12/2010). 5.4.5.1. Aspectos Sócio Econômicos: I- Contextualização:

No contexto de resíduos sólidos observa-se os elevados custos na coleta e destinação dos resíduos sólidos da zona urbana, elevados custos em horas de máquinas "pesadas", pagas pela prefeitura municipal para limpeza pública, aumento do custeio na fiscalização pelo município e crescimento nos custos operacionais e de manutenção de um do aterro sanitário, bem como a diminuição da vida útil dos aterros. Somam-se ainda aos custos operacionais os gastos com equipamentos, veículos e máquinas da coleta de lixo.

II- Cooperativas e Associações de Catadores

(Inciso IX do Parágrafo 1º do Artigo 51 do Decreto Federal nº 7.404 de 23/12/2010).

No município não existe programas sociais e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

O que se verifica na zona urbana, são poucas pessoas que coletam resíduos recicláveis ou reutilizáveis. Segundo o Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura, o número de catadores autônomos, não viabiliza a implantação de uma Associação ou Cooperativa.

5.4.5.2. Soluções Consociadas com Municípios da Região: (Inciso III do Parágrafo 1º do Artigo 51 do Decreto Federal nº 7.404 de 23/12/2010).

Os problemas de manejo dos resíduos sólidos são comuns a todos os municípios da região, os quais são gerados pela falta de infra estrutura operacional para o manejo e destinação dos resíduos sólidos.

A prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, é integrante do Consórcio de Desenvolvimento Sócio, Econômico e Ambiental do Vale do Guaporé – CIVAG.

O Consórcio busca soluções consorciadas da cadeia dos resíduos sólidos, visando reduzir custos, gerenciar e destinar os resíduos ambientalmente de forma correta,organizada e eficiente.

Quanto a situação técnica, operacional e financeira no setor de resíduos sólidos dos municípios que fazem parte do Consórcio, em geral, são carentes e dispõem de poucos recursos para investimentos no setor, portanto, são dependentes de transferências de recursos do estado e da união.

5.4.5.3. Legislações, Resoluções e Normas Técnicas que versam sobre os Resíduos Sólidos.

O município, não tem leis específicas que trata do gerenciamento do resíduos sólidos, alguns mecanismos legais são estabelecidos no Código de Vigilância Sanitária e na Lei Ambiental. Havendo falta ou deficiência na legislação municipal, para determinadas situações, o município respalda-se nas Legislações superiores em vigor.

A gestão integrada do sistema de limpeza urbana no município pressupõe o envolvimento da população e o exercício político sistemático junto às instituições vinculadas a todas as esferas dos governos municipais, estaduais e federal que possam nele atuar.

Com relação aos resíduos sólidos, existe um grande arcabouço legislativo que trata deste tema. A seguir encontram-se algumas legislações e normas técnicas pertinentes ao assunto.

a) Lei nº 12.305, de 02/08/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

b) Decreto n º 7.404, de 23/12/2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providencias.

c) Lei n° 10.308, de 20/11/2001, dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.

d) Resolução CONAMA n° 303, de 29/10/2002, dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

e) Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

f) Resolução CONAMA n° 23, de 12/12/1996, regulamenta, no território brasileiro, a aplicação das disposições da Convenção da Basiléia, definindo os resíduos cuja importação e/ou exportação são permitidas ou proibidas, bem como as condições para que estas se realizem.

g) Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT-MT n° 420, de 12/02/2004, aprova as Instruções Complementares para Fiscalização de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional.

h) RDC ANVISA 306, de 25/11/2004, dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

i) Resolução CONAMA nº 275, de 25/04/2001, estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.

j) Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99, disciplina o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final.

k) Resolução CONAMA nº 258, de 26/08/99, determina que as empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional.

l) Resolução CONAMA nº 316, de 29/10/2002, dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.

m) Resolução CONAMA nº 308, de 21/03/2002, dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte.

n) Resolução CONAMA nº 283 de 12/07/2001 dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde

o) Resolução - RDC nº 33, de 25/02/2003, aprova o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de serviços de saúde

p) Resolução CONAMA nº 334 de 03/03/2003, dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

Normas Técnicas

a) ABNT/NBR 7500 - Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de material.

b) ABNT/NBR 9191 - Especificação. Sacos plásticos para acondicionamento.

c) ABNT/NBR 9195 - Métodos de ensaio. Sacos plásticos para acondicionamento.

d) ABNT/NBR 9196 - Determinação de resistência a pressão do ar.

e) ABNT/NBR 9197 - Determinação de resistência ao impacto de esfera. Saco plástico para acondicionamento de lixo - determinação de resistência ao impacto de esfera.

f) ABNT/NBR 13055 - Determinação da capacidade volumétrica. Saco plástico para acondicionamento - determinação da capacidade volumétrica.

g) ABNT/NBR 13056 - Verificação de transparência. Filmes plásticos para sacos para acondicionamento - verificação de transparência.

h) ABNT/NBR 13853 - Requisitos e métodos de ensaio para coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes.

i) ABNT/NBR 12980 - Define termos utilizados na coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.

j) ABNT/NBR 13221 - Especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública.

k) ABNT/NBR 13332 - Define os termos relativos ao coletor-compactador de resíduos sólidos, acoplado ao chassi de um veículo rodoviário, e seus principais componentes.

l) ABNT/NBR 13463 - Classifica a coleta de resíduos sólidos urbanos dos equipamentos destinados a esta coleta, dos tipos de sistema de trabalho, do acondicionamento destes resíduos e das estações de transbordo.

5.4.5.4. Estrutura Administrativa, Operacional, Fiscal e Gerencial:

O Município de Conquista D'Oeste, tem uma estrutura administrativa que cumpre com algumas questões básicas de uma Política Pública de Gestão dos Resíduos Sólidos, distribuídas por diversos órgãos municipais, porém, sem que haja a necessária interlocução entre eles no que se refere à consolidação de um banco de dados que os direcione com planos de metas para curto, médio e longo prazo.

A mais importante é a falta de um banco de dados consolidado e informações sistematizadas e atualizadas disponíveis para uso cotidiano dos gestores; a maioria das operações envolvendo resíduos sólidos, suas quantidades por atividade e tipo de resíduos. A falta de informações atualizadas impossibilitam alimentar o Banco de dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações do Saneamento/ Ministério das Cidades e SINIR, SINISA e SINIMA a ser gerenciado pela Sistema Nacional do Meio Ambiente;

A estrutura operacional dos resíduos sólidos do município é gerenciada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. O setor de Coleta, manejo e Destinação dos Resíduos Sólidos funciona de maneira precária e deficiente, devendo ser organizado e implementado. Quanto a fiscalização ambiental, o município não dispõe em seu quadro de pessoal, fiscais ambientais.

5.4.5.5. Programas e Ações de Educação Ambiental:

(Inciso VIII do Parágrafo 1º do Artigo 51 do Decreto Federal nº 7.404 de 23/12/2010).

O município, eventualmente realiza campanhas de Educação Ambiental, são iniciativas da Secretaria Municipal de Saúde, a qual centraliza suas ações na Prevenção e Controle do Mosquito da Dengue, limpeza de lotes urbanos, campanhas de Educação Sanitária no manejo de águas pluviais, abastecimento de água e esgotamento sanitário. A prefeitura tem capacidade de mobilização social e operacional para a execução dos Programas de Educação Ambiental, por intermédio das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação e Desenvolvimento Sustentável. No município também circula o Jornal "Folha Regional" que divulga as atividades da administração municipal, também conta com uma emissora local de rádio (Comunitária), que poderão contribuir na divulgação e informação dos Programas de Educação Ambiental quanto as campanhas educativas de não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, são realizadas nas escolas municipais, de forma aleatória.

5.4.5.6. Manejo dos Resíduos Sólidos

O município de Conquista D'Oeste administra os serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos, englobando varrição, coletas, tratamento e disposição de resíduos de diferentes origens, assim como: resíduos domiciliares orgânicos e recicláveis, da varrição, da capina e roçada, poda, corte de raízes e supressão de árvores, de animais mortos, resíduos da construção civil e volumosos.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos é responsável pela execução dos serviços de coleta e disposição final dos resíduos sólidos, disponibilizando pessoal, veículos, máquinas e equipamentos próprios.

5.4.5.7. Dados gerais e caracterização dos resíduos sólidos do município

Quadro-XVI: Geração dos Resíduos Sólidos.

GERAÇÃO	UNIDADES INDICADORES	TOTAL
Geração Per Capita	Gramas / hab / dia	*0,621
Produção Diária de Lixo	kg / dia	1.275
Volume de Lixo Produzido	M³ / dia	**5,79
Quantidade de Lixo Coletado	%	100

***** SNIS,2014 e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Maio de 2015.

***Considerando o valor padrão da FUNASA para cálculo de frotas que é de 220kg/m3.*

Historicamente o volume per capta de resíduos sólidos gerados pela população urbana não ultrapassou os parâmetros nacionais, os dados foram levantados mediante informações disponibilizadas pelo SNIS e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

5.4.5.8. Distribuição dos resíduos sólidos por classe geradora diária

Quadro-XVII: Resíduos Sólidos por classe.

TIPO DE GERADOR	QUANTIDADE KG	PERCENTUAL %
Domiciliares e Comerciais	459.000	60,32
Especiais	30.000	3,94
Entulhos da Construção Civil	140.000	18,40
Podas e Varrições	132.000	17,34
TOTAL	**761.000**	**100,00%**

Obs: Integram o grupo de Lixos Especiais: o Lixo Hospitalar, Farmácias, Pilhas, Baterias e outros correlatos.

5.4.5.9. Coleta seletiva do lixo

Desde o ano 2014 foi implantado no Município o processo de coleta seletiva que ocorre em duas etapas. A população faz a prévia seleção dos resíduos entre recicláveis e orgânicos, após a coleta os materiais são encaminhados para uma área de triagem e transbordo para separação dos recicláveis por categoria, essa tarefa é realizada hoje por apenas uma pequena equipe de catadores que são responsáveis também pela venda dos materiais, destinando-os de forma correta para empresas demandantes destes materiais. Já o lixo orgânico e não reciclável são alocados separadamente, o lixo orgânico está sendo utilizado no processo de compostagem e produção de adubo no Viveiro Municipal, já os materiais não recicláveis são destinados para o Município de Vilhena-RO, através da empresa terceirizada MFM Soluções Ambientais a qual possui transporte e aterro sanitário adequado. Os custos são fixos sobre a tonelada e o frete acordados em contrato. A solução para o lixo não reciclável surgiu de uma oferta viabilizada pelo Consórcio CIDESA - Vale do Guaporé e tornou-se a solução temporariamente mais vantajosa já que o custo para construção e manutenção de um aterro sanitário próprio é inviável para o Município, a solução seria a construção do aterro de forma consorciada.

Além do programa de coleta seletiva o Município conta ainda coleta diferenciada dos resíduos sólidos dos serviços de saúde e de alguns resíduos especiais como lâmpadas e pilhas. O serviço de coleta de resíduos da saúde é terceirizado através da empresa MOURA e PAZ LTDA também do município de Vilhena-RO, a mesma possui veículo e local para transporte e destinação de forma adequada. A Prefeitura acompanha e fiscaliza a coleta diferenciada, feita por executores externos. Quanto aos resíduos especiais a Prefeitura Municipal realizou de forma integrada com a campanha de coleta seletiva a conscientização da população e dos empresários responsáveis por estabelecimentos comerciais de produtos dependentes de logística reversa e intensificou a fiscalização desses materiais com base no Decreto nº 7.404/2010 mais especificamente em seu artigo 33 do Sistema de Logística Reversa, esse estabelece que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e produtos eletroeletrônicos e seus componentes, são obrigados a organizar e implementar o sistema de logística reversa, mediante o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

A prefeitura não dispõe de Banco de Dados e Informações sobre a geração dos resíduos sólidos especiais e passíveis de reversão. O quadro a seguir apresenta as estimativas da geração anual dos resíduos especiais em Conquista D'Oeste baseado em estimativas nacionais.

5.4.5.10. Estimativas da geração anual dos resíduos especiais em Conquista D'Oeste.

Quadro-XVIII: Estimativas de Resíduos da Cadeia da Logística Reversa

Tipo de Resíduo	Quantidade Gerada Ano	Embasamento Das Estimativas
Agrotóxico	2.600 Kg	----------
Eletrodomésticos	8.801 Kg	Conforme dados disponibilizados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM, 2009) a produção de lixo eletroeletrônico per capta no Brasil é de **2,6 kg.**
Lâmpadas Fluorescentes	5.078 Unidades/ano	Conforme dados da Associação Brasileira de Indústria da Iluminação (ABILUX), em 2011 e 2012 foram comercializados 600 milhões de lâmpadas, considerando fluorescentes, led, dentre outras. Ressaltando que os dados se referem para dois anos, temos uma estimativa anual de comercialização de 300 milhões de lâmpadas. A população brasileira em 2012 situou-se em torno de 200 milhões de habitantes, logo estimamos um consumo per capta de 1,5 lâmpadas.
Pneus	10.736 unidades/ ano	Segundo dados da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (2012), foram produzidos e importados, um total de 67,9 milhões de pneus no Brasil, que para uma população média de 200 milhões, representa consumo per capta de 0,34 pneus. Frota municipal é de 1.342 veículos.
Hospitalar	600 Kg/ Ano	Firmado em contrato com empresa terceirizada.
Óleos Lubrificantes	5.078 Unidades	Conforme dados do IPEA (2012), são comercializados anualmente, 305 milhões de embalagens de óleos de lubrificantes para distintas finalidades, sendo que sua composição é de PEAD (Polietileno de Alta Densidade). Nessas condições, o consumo per capta brasileiro/ano, situa-se em torno de ***1,5 embalagens.***

Agrotóxicos: Estes produtos são fiscalizados pelo Estado através do INDEA/SEMA. Sua destinação é o Posto de Recebimento da Associação das Revendas de Produtos Agropecuários de Pontes e Lacerda – ARPAL, que por sua vez está associada ao INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, instituto fiscalizador que trabalha atendendo a Resolução nº 334 do CONAMA que versa sobre a recepção, abrigo e destinação desses materiais. Cada produtor rural ao apresentar suas embalagens nessas unidades recebem um recibo de confirmação de entrega.

Pneus: O volume de pneus descartáveis dificilmente atinge quantidade suficiente para uma carga de logística reversa ou para um comprador potencial, isso ocorre porque hoje esses pneus muitas vezes são utilizados dentro do próprio município pelos produtores rurais ou pela Prefeitura Municipal em parceria com a Associação de Artesão em cursos e na confecção de cadeiras e mesas. O matéria recolhido tem sido armazenado e protegido pela Secretaria Municipal de Obras para destinação e correto armazenamento evitando proliferação de mosquitos pelo acúmulo de água nesses materiais.

Materiais Ferrosos: Não há dados seguros a serem informados, pois grande parte das oficinas, metalúrgicas e empresas afins não tem licenciamento ambiental e assim não tem contratada empresa para gerenciamento destes resíduos. O município possui conhecimento de apenas um catador desse tipo de material.

Pilhas: Com a campanha de coleta seletiva e educação para a logística reversa o município conseguiu instalar alguns pontos de coleta nos principais pontos comerciais desses produtos, ficando sob responsabilidade destes a devolução aos fornecedores. Ocasionalmente há indícios desses produtos nos processos de coleta seletiva sendo observado significativa redução da destinação incorreta pela população e comerciantes.

Baterias: As baterias automotivas são recolhidas pelos fornecedores que atendem uma única auto elétrica no município. Quando este tipo de material é substituído em outro município ele permanece no estabelecimento de origem. Quanto as baterias de equipamentos de informática e eletrônicos essas são destinadas aos pontos comerciais desses tipos de produtos. A prefeitura também promove o recolhimento destes produtos.

Luminárias Florescentes/Mercúrios: Este tipo de material é destinado às casas de materiais de construção e equipamentos elétricos existentes no município que por sua vez são responsáveis pela logística reversa aos fornecedores. Ocasionalmente há indícios desses produtos nos processos de coleta seletiva sendo observado significativa redução da destinação incorreta pela população e comerciantes.

Lixo Hospitalares/Farmácias: O serviço de coleta de resíduos da saúde é terceirizado através da empresa MOURA e PAZ LTDA também do município de Vilhena-RO, a mesma possui veículo e local para transporte e destinação de forma adequada. A Prefeitura acompanha e fiscaliza a coleta diferenciada, feita por executores externos.

Lixo da Construção Civil: A coleta é realizada pela Prefeitura Municipal que por sua vez não tem cobrado pelos serviços.

*** Nota:** A prefeitura tem a responsabilidade de fazer o monitoramento e fiscalização da gestão dos resíduos passíveis de logística reversa, através da Secretaria Municipal de Administração, Desenvolvimento Sustentado e Secretaria Municipal de Saúde. O município não tem lei específica que obriga os revendedores de produtos que dão origem aos resíduos especiais a disponibilizar aos consumidores o serviço de recebimento dos referidos resíduos no próprio estabelecimento, para posterior envio ao importador ou fabricante. A prefeitura deverá implantar programas específicos de gerenciamento dos resíduos especiais e criar a Lei municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos.

5.4.5.11. Empresas Prestadoras de Serviços, Industrias, Comerciantes, e Distribuidoras de Produtos da Cadeia Logística Reversa, existentes no município.

Ramo de Atividade	Quantidade Empresas
Comerciantes de Produtos Agrotóxicos	2
Hospitais	0
Farmácias	2
Postos de Saúde	2
Laboratório de Análises Clínicas	1
Comerciantes de Pneus	0
Comerciantes de Baterias Automotivas	2
Comerciantes de Pilhas	9
Comerciantes de Eletrodomésticos	2
Postos de Combustíveis	2
Comerciantes de Luminárias Florescentes/Mercúrios	2
Oficinas Mecânicas	3
Borracharias	2
Auto Elétrica	1
Construtoras	1

Fonte: Setor de Tributação/Prefeitura, Maio de 2015

5.4.5.12. Coleta e transporte

A coleta é realizada pelo poder público apenas no perímetro urbano, não havendo controle sobre o lixo rural.

Conforme já relatado percebe-se a necessidade de aumentar o alcance da coleta e transportes de Resíduos Sólidos Urbanos e Rural, principalmente nos núcleos rurais de Santa Clara, São José e São Sebastião uma vez que até mesmo o perímetro urbano é deficiente em quantidade de pessoas e caminhões bem como em suas qualificações.

5.4.5.13. Destinação e disposição final

O município não tem Aterro Sanitário, a destinação do resíduos sólidos urbanos vão para o Aterro de Vilhena, por conta de acordo de cooperação firmado entre a Prefeitura e a Empresa especializada MFM – Soluções Ambientais.

A prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, busca nova alternativa consorciada de destinação dos resíduos, por intemédio do Consórcio de Desenvolvimento Sócio, Econômico e Ambiental do Vale do Guaporé – CIVAG.

O Consórcio pretende implantar um Aterro Sanitário Regional pra atender a todos os municípios consorciados, visando reduzir custos, gerenciar e destinar os resíduos ambientalmente de forma correta,organizada e eficiente. Neste contexto o CIVAG, vem pleiteando recursos nas esferas de Governos, a fim de viabilizar o Projeto Regional "Aterro Sanitário".

5.4.5.14. Custos Realizados em 2014/2015, Coleta e Destinação dos Resíduos Sólidos.

Elemento de Despesa	**R$**
Serviços de Limpeza	67.908,00
Serviços de Coleta	103.312,94
Serviços de Coleta e Destinação de Lixo Hospitalar	6.960,00
Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos	66.672,00
Total	**244.852,94**

Fonte: Setor Contábil, Frotas, Recursos Humanos, Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 2015. **5.4.5.15. Frota de veículos e máquinas disponíveis para os serviços de coleta e destinação dos resíduos sólidos Quadro-XIX:** Frota para coleta e destinação dos resíduos sólidos.

Tipo de Veículo/ Máquina	**Ano Fabricação**	**Quantidade CAPACIDADE**
Caminhão Basculante	**2003**	**14 m3**
Retroescavadeira	**2007**	**Apoio**
Pá Carregadeira	**2004**	**Apoio**

Observações sobre a Frota:

A frota é insuficiente, inadequada e muito antiga. São veículos e máquinas improvisadas que não atendem normas de segurança tão pouco a salubridade de operadores e servidores responsáveis pela coleta.

5.4.5.16. Pessoal envolvido nos serviços de limpeza e coleta dos resíduos sólidos Quadro-XX: Quadro de Pessoal envolvida nos serviços de limpeza e coleta dos resíduos sólidos

Serviços de Limpesa	Quantidade de Trabalhadores Vínculo	
Empresas Contratadas	**Prefeitura**	
Coletor Braçal	----	3
Motorista	----	1
Varrição	__	2
Capina e Roçada	1	1
Administração (Planejamento e Fiscalização)	—	1

5.4.5.17. Tarifação dos serviços de coleta de lixo

O Código Tributário Municipal não prevê cobrança de serviços de Limpeza Urbana, tanto para a coleta de lixo, como para resíduos de podas,resíduos verdes ou da construção civil.

5.4.5.18. Competências e responsabilidades

Em se tratando de competências e Responsabilidades, ao município compete à fiscalização dos resíduos que devem fazer a logística reversa, a fiscalização e o controle sobre a correta separação do lixo pela população e pelo comércio obedecendo ao cronograma semanal de materiais recicláveis, orgânicos ou não recicláveis, é de responsabilidade do município coletar o lixo de forma a manter a seletividade dos materiais, dar destinação correta e apoiar aos catadores na destinação final desses materiais. Já o usuário dos serviços púbicos é responsável pela correta separação dos materiais, contribuir para a logística reversa, fiscalizar os demais usuários e o executivo municipal quanto a destinação final.

5.5. Doenças Relacionadas com a falta de saneamento

Em geral as doenças relacionadas com a falta de saneamento se proliferam em ambientes de água parada, em lixos depositados de forma inadequada, em locais sem drenagens de águas, em rios poluídos, em instalações sanitárias precárias, em locais sem rede pública de esgoto, contatos com solos contaminados e outros agravos. Dentre as doenças associadas à falta de saneamento, estão relacionadas no quadro seguinte:

Quadro- XXI: Principais doenças caudadas por falta de Saneamento nos últimos 03 Anos

TIPO DE DOENÇA	Nº DE CASOS / ANO	MORTALIDADE				
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Amebíase	--	--	--	--	--	--
Dengue	02	80	04	--	--	--
Febre tifoide	--	--	--	--	--	--
Malária	--	--	--	--	--	--
Febre Amarela	--	--	--	--	--	--
Hepatite	--	--	--	--	--	--
Esquistossomose	--	--	--	--	--	--
Leptospirose	--	--	--	--	--	--
Cólera	--	--	--	--	--	--
Diarreia	--	--	--	--	--	--
Giardíase	--	--	--	--	--	--
Cisticercose	--	--	--	--	--	--
Teníase	--	--	--	--	--	--
Poliomielite	--	--	--	--	--	--
ascaridíase	--	--	--	--	--	--
ancilostomíase	--	--	--	--	--	--

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde- Janeiro de 2014.

5.6. Relatório Síntese de leitura Comunitária da Realidade Rural:

Reunião Comunitária da Zona Rural

Data: 17/07/2014

5.6.1. Evento: Reunião de Leitura Comunitária da Zona Rural, visando identificar problemas e necessidades rurais para os setores de Saneamento Básico e Meio Ambiente.

5.6.2. Local: Câmara de Vereadores de Conquista D'Oeste,

5.6.3. Recursos Instrucionais utilizados no evento:

5.6.4. Audiovisuais – Datashow,

5.6.5. Cartelas divididas em temas (abordagens de Problemas e Soluções),

5.6.6. Sonorização,

5.6.7. Metodologia:

A metodologia aplicada foram:

4.1- Palestra de Informações e Esclarecimentos,

4.2- Preenchimento das Cartelas Temáticas pelos participantes,

4.3 – Discussões dos temas levantados pelos participantes da plenária,

4.3- Sistematização das Informações Coletadas

5.6.8. Conclusão:

Participaram do evento 26 pessoas, entre elas, lideranças de Assentamentos Rurais, Representantes de Comunidades Indígenas, produtores rurais e autoridades. A reunião foi produtiva, em razão da excelente participação dos presentes, sendo na maioria líderes rurais.

5.6.9- SISTEMATIZAÇÃO DOS TEMAS

LEITURA COMUNITÁRIA RURAL – 17/07/2014

PRIORIDADE	PROBLEMAS / DIFICULDADES NECESSIDADES	SOLUÇÕES PROPOSTAS
1	**Abastecimento de Água:** O sistema de abastecimento de água da Comunidade de Santa Clara, é ineficiente; Falta abastecimento de água na comunidade de Sararé - I	Substituição dos Canos de Distribuição Construir um Poço Artesiano
2	Pontes de Madeira em péssimas condições de uso, Em algumas glebas necessitam construir pontes e bueiros	Reformar as Pontes Existentes; Construir novas pontes de concreto;
3	Estrada Rural em péssimas condições de trafegabilidade	Recuperar e Manter de forma permanente as estradas rurais; Viabilizar projetos junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário
4	Coleta e Destinação do lixo	Buscar soluções associadas com outros municípios da região,. Implantar o Àterro sanitário ou contratar empresa especializada para coletar e destinar o lixo urbano Implantar a coleta seletiva do lixo Implantar Programas de Educação Ambiental
5	Falta de recuperação e urbanização do entorno do Córrego da Saúde	Regularização fundiária Viabilização de recursos para as ações.
6	Ocupação desordenada com degradação das áreas de preservação permanente	Projetos de recuperação ambiental Mapear as bacias hidrográficas.

5.6.10- Ações Públicas Necessárias para as Comunidades Indígenas

PRIORIDADE	PROBLEMAS / DIFICULDADES NECESSIDADES	SOLUÇÕES PROPOSTAS
1	Saneamento Básico	Levar água de qualidade às aldeias, executar e educar os povos indígenas para o escoamento sanitário de forma ambientalmente correta, bem como a Coleta e destinação do lixo domiciliar
2	Construir Unidades Habitacionais Indígenas	Viabilizar a Construção de Unidades Habitacionais nos moldes à sua origem e condições de habitat natural. Firmar parcerias com o Governo Federal / Programas Habitacionais – Fundo Nacional da Habitação
3	Construir, Recuperar e Manter as Estradas Rurais	Intensificar os trabalhos da Secretaria Municipal de Obras e firmar parcerias junto às Secretarias de Estado e Ministério do Desenvolvimento Agrário, a fim de melhorar a malha rodoviária rural
4	Implantar Rede de Energia – Aldeias Parecis e Serra da Borda	Fazer Gestão Pública junto ao Ministério de Minas e Energia, a fim de viabilizar o programa" luz para todos"

5.6.11. Vista Parcial da Reunião Comunitária da Zona Rural

5.6.12. Vista Parcial da Plenária

3. Etapa – III do Plano Municipal de Saneamento Básico

Planejamento Estratégico do Setor de Saneamento Básico

O planejamento estratégico do setor de saneamento básico, pressupõe uma visão prospectiva de forma coletiva sobre a solução de problemas, necessidades, riscos e conflitos. As metodologias de prospectivas procuram identificar cenários futuros possíveis e desejáveis, com o objetivo de nortear o plano de execução de programas, projetos e ações.

Considerações Iniciais sobre o Saneamento Básico

De acordo com o artigo 3º da Lei Federal 11.445/2007, considera-se: Saneamento Básico, um conjunto de serviços de infra–estruturas e instalações operacionais de:

a) **Abastecimento de água potável**: constituído pelas atividades, infra -estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) **Esgotamento sanitário**: constituído pelas atividades, infra - estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) **Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: conjunto de atividades, infra - estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) **Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas**: conjunto de atividades, infra - estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

Princípios Fundamentais da Política Nacional do Saneamento Básico

A Lei Federal 11.445 / 2007, que dispõe sobre a as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em seu artigo 2º estabelece que os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

XIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água

Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico

A política nacional de saneamento básico, conforme Lei Federal nº 11.445/2007, observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para as ações que promovam a eqüidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

II - aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV - utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;

VI - colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;

VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VIII - fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados;

IX - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

X - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

XI - estímulo à implementação de infra - estruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre entes federados.

XII - estímulo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água.

XIII - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, IV - fixar os direitos e os deveres dos usuários;

XIV- estabelecer mecanismos de controle social,

XV - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;

XVI- abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e outras ações de saneamento básico de interesse para a melhoria da salubridade ambiental,

Objetivos da Política Nacional do Saneamento Básico

A Política Federal de Saneamento Básico deverá ser promovida conforme os objetivos, a seguir:

I - contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto - sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

VII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

X - incentivar a adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água;

XI - promover educação ambiental voltada para a economia de água pelos usuários

Sistema de Abastecimento de Água no Município de Conquista D'Oeste

De acordo com o artigo 3º da Lei Federal 11.445/2007, considera - se Abastecimento de água potável, um conjunto **de serviços de infra–estruturas e instalações operacionais** necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

Objetivos e Metas

Os objetivos definem onde se pretende chegar e as metas que poderão ser a curto, médio e longo prazo, definem as etapas intermediárias, indicadores e os prazos para alcançar os objetivos.

Objetivos

Universalização dos serviços de água

Universalizar o acesso da população ao sistema de abastecimento de água potável.

Qualidade da água distribuída

Manter a qualidade da água, a qualquer tempo, dentro dos padrões de potabilidade, no atendimento à Portaria N° 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

Continuidade do abastecimento

Manter o fornecimento de água de maneira contínua e regular à população, restringindo os casos de intermitência no abastecimento apenas às situações de necessária manutenção corretiva ou preventiva do sistema.

Uso racional da água

Implantar em conjunto com a sociedade civil o Programa de Educação Socioambiental visando incentivar o uso racional da água.

Conservação dos Mananciais

Implantar e manter de forma permanente e integrada com os Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos governamentais municipais e estaduais e sociedade civil, Programa de Conservação dos Mananciais de Abastecimento atuais e futuros.

Metas

Apresentamos a seguir, as metas para o sistema de abastecimento de água potável a curto, médio e longo prazo.

I. Manter a qualidade da água a qualquer tempo, dentro dos padrões de potabilidade, no atendimento a Portaria n° 2.914/2011do Ministério da Saúde;

II. Manter o fornecimento de água de maneira contínua e regular a população, restringindo os casos de intermitência somente em situação necessária para a execução de concertos de manutenção corretiva e preventiva;

III. Fiscalizar a implantação de redes de abastecimento em novos loteamentos;

IV. Manter e desenvolver em conjunto com a sociedade civil, os programas sócios ambientais, visando incentivar o uso racional e consciente da água, visando a preservação para futuras gerações;

V. Reformar e Ampliar o Sistema de Abastecimento de Água;

VI. Execução de obras visando ampliação de redes de distribuição acompanhando a expansão urbana;

VII. Implantar o projeto desenvolvido para aumentar a capacidade do volume de tratamento da água;

VIII. Executar melhorias nas redes de distribuição de ruas e avenidas, de acordo com a expansão do perímetro urbano;

IX. Desenvolver projeto para a possível ampliação da reservação;

X. Manter proteção dos mananciais, tanto subterrâneo como superficiais, as nascentes e faixas marginais de proteção de água superficial.

Cenários, Objetivos e Metas do Abastecimento de Água - Zona Urbana

Cenário Atual Síntese do Diagnóstico	**Cenário Futuro**		
Gestão do Sistema de Abastecimento de Água Zona Urbana	**Objetivos**	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
A gestão do sistema de abastecimento de água é ineficiente, deficitário, necessitando de reforma administrativa, capacitação dos servidores responsáveis pelo setor, equipamentos para o setor administrativo, revisão e recadastramento de usuários. O Sistema atual em operação não tem sustentabilidade econômica, financeira e técnica. Dentro do sistema são necessários investimentos em obras, equipamentos e melhorias do sistemas captação de água, adução, transporte, tratamento e distribuição.	**Promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica, financeira e técnica dos serviços de abastecimento de água.**	**Curto Prazo**	**Alta**
Sugere-se, a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, a fim de optar por alternativas de gestão, a seguir:			

Alternativa – A **Manter a prestação dos serviços de abastecimento de água através da administração direta (Prefeitura) desde que promova uma reforma administrativa e tenha suporte técnico e financeiro próprio ou condição de obter financiamentos para investimentos no setor;** **Alternativa – B** **Criar uma Autarquia Municipal, com administração indireta.** **Alternativa – C** **Terceirizar os serviços através de concessão por licitação, à iniciativa privada, incluindo no edital os programas, projetos, ações e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico e outras diretrizes previstas nas legislações pertinentes.**

Cenários, Objetivos e Metas do Abastecimento de Água - Zona Urbana

Cenário Atual **Síntese do Diagnóstico**	**Cenário Futuro**		
Estrutura Operacional do Sistema de Abastecimento de Água Zona Urbana	**Objetivos**	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
Elevado índice de desperdício de água, 38,30%	Adotar medidas administrativas e educativas, a fim de Controlar o Uso Racional da Água para o Consumo Domiciliar, Comercial e Industrial, , inclusive com instalações de hidrômetros.	Curto Prazo	Alta
Produção de água no período da seca, não atende a demanda da população urbana	Ampliar a capacidade de produção de água das nascentes ou poços profundos e realizar melhorias no Sistema de Captação de Água, com a finalidade de manter a sustentabilidade da demanda d'agua;	Curto Prazo	Alta
As instalações e Equipamentos de adução precisam de reparos e ampliação;	Reparar, manter e ampliar os equipamentos de adução, a fim de atender a demanda futura de água em 100%	Curto Prazo	Alta
A ETA – Estação de Tratamento de Água é antiga, necessita de reforma e ampliação	Reformar e Ampliar a ETA - Estação de tratamento de Água e adquirir novos equipamentos, visando adequar aos padrões de qualidade do Ministério da Saúde.	Curto, Médio e Longo Prazo	Alta
As unidades de reservação da água são antigas, necessitam de reformas e ampliações,	Construir, reformar e fazer manutenção dos reservatórios, para atender a demanda futura de consumo da população e abastecimentos do comércio e indústria.	Curto, Médio e Longo Prazo	Média
O sistema de distribuição (tubulações) é antigo precisa de ser substituído com tubulações e acessórios modernos;	Ampliar o sistema de distribuição de água para atendimento da demanda futura em 100%	Curto, Médio e Longo Prazo	Média
O sistema operacional do abastecimento de água, não tem sustentabilidade, em razão do alto índice de inadimplência (71,36%) e valores baixos das taxas de serviços. (defasados em 5 anos, praticados desde 2009, conforme Decreto Municipal n° 059/2009 que estabelece os valores dos serviços públicos de abastecimento de água).	Executar medidas administrativas visando reduzir os índices de inadimplência e atualizar os valores das tarifas de água;	Curto Prazo	Alta

Cenários, Objetivos e Metas do Abastecimento de Água - Zona Rural

Cenário Atual **Síntese do Diagnóstico**	**Cenário Futuro**		
Estrutura Operacional do Sistema de Abastecimento de Água **Zona Rural**	**Objetivos**	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
Na zona rural, o sistema de abastecimento, são soluções individuais construídas nas propriedades rurais e o coletivo são implantados em escolas, igrejas, entre outros, cabendo à Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal, fazer o acompanhamento e monitoramento das análises exigidas de qualidade da água.	Implementar a assistência/orientação técnica para os moradores da zona rural, a fim de monitorar a qualidade da água de soluções individuais quanto a construção de poços, adotando medidas de proteção sanitária	Curto, Médio e Longo Prazo	Alta
A quantidade e qualidade das águas que abastecem às aldeias indígenas, necessitam de melhorias.	Levar água de qualidade e em quantidade suficientes para atender às comunidades indígenas;	Curto, Médio e Longo Prazo	Alta
O sistema de abastecimento de água da Comunidade de Santa Clara, é precário e ineficiente;	Reformar os equipamentos que abastece a comunidade rural Santa Clara.	Curto Prazo	Alta
Falta abastecimento de água na comunidade de Sararé – I	Perfurar um poço profundo para a Comunidade de Sararé – I	Curto, Prazo	Alta

Plano de Execução

O plano de execução é o instrumento que define caminhos a ser adotados para alcançar os resultados desejados, ele define prioridades, programas, projetos, estimativas de custos, fontes de recursos e ações que deverão ser desenvolvidas considerando metas em horizontes temporais distintos:

a. Imediatos ou emergenciais – até 3 anos; b. Curto prazo – entre 4 a 8 anos; c. Médio prazo – entre 9 a 12 anos; d. Longo Prazo- entre 13 a 20 anos; O Plano também deve indicar a forma de gestão apropriada para a prestação de serviços de qualidade e para a sustentabilidade das ações nos seus diversos aspectos, tanto gerenciais quanto os técnicos e operacionais, além da definição de tecnologias apropriadas, entre outros.

Nas tabelas, que sintetizam o Plano de Execução, registram-se objetivos, metas, fontes de financiamento/origem dos recursos. Algumas das metas e ações muitas vezes independem de recursos adicionais, sendo desenvolvidas com a estrutura física, humana e financeira do município ou seus órgãos.

Para fixação dos valores estimados para cada ação, programa ou projeto constantes da memória de cálculo, foram realizadas diversas consultas junto a fornecedores, prefeituras que estão implantando projetos e executando obras semelhantes, no próprio banco de projetos da Prefeitura Municipal, junto à Secretaria de Obras e, no caso dos produtos, máquinas, veículos, equipamentos, *softwares*, etc., em publicações especializadas, entretanto, estes valores são estimados levando-se em conta a realidade econômica e de mercado atual (Junho de 2015), o que exigirá da administração municipal atualização e adaptação dos custos conforme detalhamentos em projetos específicos elaborados e implantados no devido tempo.

A identificação de algumas das possíveis fontes de financiamento por si só não garantem a obtenção dos recursos, devendo vir acompanhada de projetos específicos, gestão administrativa e política para a concretização de financiamentos.

A execução dos projetos, programas e ações previstas no plano devem ocorrer de maneira gradativa em busca da melhor situação possível dentro da condição econômico financeira do Município.

As metodologias aplicadas no plano de execução são válidas para todos os setores que compõem o saneamento básico.

A seguir, apresentamos as Planilhas, que contemplam de forma resumido, os programas, projetos, ações, objetivos, metas física e financeira do Plano de Execução:

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações

Objetivo: Promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica, financeira e técnica dos serviços de abastecimento de água.

Meta: Melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água em 100%.

Programa/Projeto / Ações	Meta Física e Financeira	Execução – Horizontes Temporais	Fontes de Recursos % de Investimentos por Esfera de Governo							
Unidade	Quantidade	Custo Estimado- R$	Imediato Emergencial	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Governo Municipal	Governo Estadual	Governo Federal	Outros Agentes
Realizar estudos de viabilidade econômica, financeira e técnica, a fim de optar por alternativas de gestão do Sistema de Abastecimento de Água.	---	---	---	X	---	---	---	---	---	---
Adotar Medidas Administrativas e Educativas a fim de Controlar o Uso Racional da Água para o Consumo Domiciliar, Comercial e Industrial	Campanha Educativa	5	25.000,00	X	X	X	X	5	__	95

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações

Objetivo: Reestruturar o Sistema Operacional de Abastecimento de Água.

Meta: Melhorar a eficiência e eficácia dos serviços de abastecimento de água em 100%.

Programa/Projeto / Ações	Meta Física e Financeira	Execução – Horizontes Temporais	Fontes de Recursos % de Investimentos por Esfera de Governo								
Unidade	Quantidade	Custo Total Estimado- R$	Imediato Emergencial	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Governo Municipal	Governo Estadual	Governo Federal	Outros Agentes	
Instalar hidrômetros e Cavaletes	Kits	1020	*474.769,20	X	X	__	__	25	__	75	__
Atualizar os Valores das Tarifas de Água	___	___	___	X	X	X	X	X	__	__	__
Adquirir novos equipamentos de captação e adução, a fim de aumentar a capacidade de produção de água.	Sistema de Captação e Adutoras	1	*1.669.556,61	X	__	__	__	___	__	100	__
Construir, Ampliar e Reformar a ETA – Estação de Tratamento de Água	ETA	1	*329.751,48	X	__	__	__	__	___	100	___
Construir, reformar e fazer manutenção de reservatórios de água.	Reservatório	1	*238.129,35	X	__	__	__	___	__	100	__
Construir e Ampliar redes de distribuição de Água	metros	1.125	*27.766,68	X	__	__	__	__	__	100	__

** Estimado conforme projeto executivo apresentado a FUNASA através do programa PAC2.*

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações

Objetivo: Reestruturar o Sistema Operacional de Abastecimento de Água.

Meta: Melhorar a eficiência e eficácia dos serviços de abastecimento de água em 100%

Programa/Projeto / Ações	Meta Física e Financeira	Execução – Horizontes Temporais	Fontes de Recursos % de Investimentos por Esfera de Governo								
Unidade	Quantidade	Custo Estimado- R$	Imediato Emergencial	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Governo Municipal	Governo Estadual	Governo Federal	Outros Agentes	
Implantação de Poços Artesianos com Reservatórios para Atendimento ao PA SARARÉ.	poços	3	150.000,00	X	X	__	_	15	70	__	15
Adequação do Sistema de Abastecimento para atendimento à Comunidade Santa Clara e Região	Sistema	1	100.000,00	__	X	__	__	90	__	__	10
Implantação de Poços em Aldeias Indígenas	poços	3	150.000,00	__	__	__	X	10	__	90	__

Síntese dos Investimentos do Plano de Execução

Sistema de Abastecimento de Água

Sistema	Investimentos¹ total - R$	Prazo	Fontes de recursos
Abastecimento de Água	3.164.973,32	Curto, Médio e Longo Prazo	Município, Governos Estadual e Federal

Considerações: 1.Custos Estimados em , Junho de 2015

Mecanismos de Avaliação e Monitoramento

A Lei nº 11.445/2007, recomenda que os planos sejam avaliados anualmente, onde os gestores e técnicos decidirão quanto a revisão ou não dos mesmos. A mesma lei traz dispositivos obrigatórios de revisão dos planos no prazo máximo a cada 4 anos.

A avaliação sistemática e monitoramento, tem por objetivo medir a eficiência e eficácia das ações de Abastecimento de água, assim como a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Os indicadores deverão mensurar a eficácia, eficiência e efetividade da execução dos programas e ações e avaliar se as ações propostas estão atendendo às metas estabelecidas e como estão se configurando os cenários.

A **eficiência** tambémmede até que ponto os recursos disponíveis são utilizados de modo otimizado para a produção do serviço.

A **eficácia** mede até que ponto os objetivos de gestão definidos, específica e realisticamente, foram cumpridos.

Vale lembrar que os serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos já possuem um sistema de indicadores consolidado nacionalmente através do SNIS- Sistema Nacional de Informações do Saneamento, todavia, outros instrumentos deverão ser criados pelo gestor, conforme a realidade de cada situação.

Avaliação da Qualidade do Serviço Prestado

Nos termos da Lei nº 11.445/07, Art. 23, é atribuição da Agência Reguladora a edição de normas relativas aos padrões e indicadores de qualidade da prestação de serviços de saneamento, assim como das metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços com seus respectivos prazos.

Indicadores Matemáticos:

Os indicadores apresentados no quadro abaixo, são índices matemáticos que refletem a situação do desenvolvimento das ações em um determinado momento, mostrando a real situação, suas variações e diferenças comparativas ao longo do tempo no município. São em geral, adotados parâmetros comparativos em função dos processos que são monitorados, tendo como função básica a quantificação da situação de forma a comunicar os progressos alcançados e ou a evolução dos fatos analisados.

Indicadores de Abastecimento de Água

NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	FREQUËNCIA	UNIDADE	COMPOSIÇÃO	FINALIDADE
CSA - COBERTURA DE SERVIÇO DE ÁGUA	% DA POPULAÇÃO SERVIDA COM ÁGUA	SEMESTRAL	**%**	CSA = (QDADE IMÓVEIS LIGADOS / QDADE DE IMÓVEIS EDIFICADOS X 100	**AVALIAR O GRAU DE ATENDIMENTO**
VATR- VOLUME DE ÁGUA TRATADA / RAMAL	RELAÇÃO ENTRE O VOLUME DE ÁGUA TRATADA MENSALMENTE POR RAMAL TOTAL DE ÁGUA	MENSAL	M³/ RAMAL	VATR- = VOLUME DE ÁGUA TRATADA MENSAL / TOTAL DE RAMAL DE ÁGUA	ORIENTAR PROJETOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA
PA- PRODUÇÃO DE ÁGUA	% DO VOLUME DE ÁGUA TRATADA EM RELAÇÃO AO VOLUME DE ÁGUA CAPTADA	MENSAL	%	PA = (VOLUME DE ÁGUA TRATADA MENSAL / VOLUME DE ÁGUA CAPTADA) x100	SISTEMA AVALIAR AS PERDAS NO SISTEMA DE TRATAMENTO E ADUÇÃO
PDP. PRODUÇÃO POR DEMANDA PROJETADA	**VOLUME PRODUZIDO POR CONSIMO DE ÁGUA**	ANUAL	**%**	PDP = (VOLUME TOTAL PRODUZIDO ANO /VOLUME TOTAL PROJETADO ANO)x100	**AVALIAR A PRODUÇÃO DE ÁGUA EM FUNÇÃO DO CONSUMO**
RAP.REGULARIDADE DE ABASTECIMENTO NA PRODUÇÃO	REGULARIDADE DE ABASTECIMENTO	**MENSAL**	**%**	RAP = (TOTAL DE HORAS PARADAS POR PROBLEMAS PERACIONAIS NA PRODUÇÃO / TOTAL DE HORAS DO MÊS)x100	AVALIAR REGULARIDADE DE ABASTECIMENTO NA PRODUÇÃO
IPF. ÍNDICE DE PERDAS DE FATURAMENTO	% DE PERDAS POR FATURAMENTO	MENSAL	%	IPF = (VOLUME TOTAL DE ÁGUA PRODUZIDA / VOLUME TOTAL DE ÁGUA FATURADA) x100	AVALIAR PERDA DE FATURAMENTO
IPP. ÍNDICE DE PERDAS NA PRODUÇÃO DE ÁGUA	% DE PERDAS NA PRODUÇÃO	MENSAL	**%**	IPP = (VOLUME TOTAL FORNECIDO A PRODUÇÃO - VOLUME TOTAL TRATADO) / VOLUME TOTAL	AVALIAR PERDA NA PRODUÇÃO DE ÁGUA
IPA. ÍNDICE DE PERDAS NA ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA	% DE PERDAS NA ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA	MENSAL	**%**	IPA = (VOLUME TOTAL FORNECIDO PARA ADUÇÃO - VOLUME TOTAL DE ÁGUA DISTRIBUÍDA) / VOLUME TOTAL FORNECIDO PARA ADUÇÃO) x100	AVALIAR PERDA NA ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA
IPD. ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO	% DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO	MENSAL	**%**	IPD = ((VOLUME DE ÁGUA PRODUZIDO - VOLUME DE ÁGUA MICROMEDIDO) / TOTAL RAMAIS DE ÁGUA)	AVALIAR PERDA NA DISTRIBUIÇÃO
IVR. ÍNDICE DE VAZAMENTOS NA REDE	RELAÇÃO ENTRE VAZAMENTOS NA REDE POR EXTENSÃO DA REDE	MENSAL	**VAZAMENTO REDE POR KM²**	IVR = (TOTAL DE VAZAMENTOS NA REDE / TOTAL DA EXTENSÃO DA REDE	AVALIAR A EFICIÊNCIA DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS NA REDE

Ações para Emergências e Contingências

As ações para emergências e contingências, tem por finalidade estabelecer as formas de atuação dos órgãos operadores do sistema de Saneamento Básico, tanto de caráter preventivo como corretivo, procurando elevar o grau de segurança e a continuidade operacional das instalações afetadas com os serviços de saneamento.

Na operação e manutenção dos serviços de saneamento deverão ser utilizados mecanismos locais e corporativos de gestão, no sentido de prevenir ocorrências indesejadas através do controle e monitoramento das condições físicas das instalações e dos equipamentos visando minimizar ocorrência de sinistros e interrupções na prestação dos serviços.

No caso das ocorrências extrapolarem a capacidade de atendimento local, os responsáveis pelo serviço deverão dispor de todas as estruturas de apoio (mão de obra, materiais e equipamentos), de manutenção estratégica, das áreas de gestão operacional, de controle de qualidade, de suporte como comunicação, suprimentos e tecnologias de informação, dentre outras. Isso possibilita que os sistemas de saneamento básico tenham a segurança e a continuidade operacional garantidas.

Nos quadros a seguir, são apresentadas algumas ações de emergências e contingências a serem adotadas para os serviços de abastecimento de água, no âmbito do PMSB de Conquista D'Oeste.

Ações de Emergência e Contingência para Setor de Abastecimento de Água:

Paralisação no abastecimento

Ocorrência	**Causas**	**Ações a serem adotadas**
Falta de água generalizada	Problemas nas captações de água com danificação de equipamentos / estruturas	Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil
Danificação da adução de água Bruta (desastres ambientais)	Comunicação à Polícia	
Falta de energia elétrica nas instalações de produção de água (blackout)	Comunicação à Operadora em exercício de energia elétrica	
Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água	Deslocamento de frota grande de caminhões tanque	
Ocorrência de vandalismo	Reparo das instalações danificadas Implementação de rodízio de abastecimento Comunicação à Polícia	
Qualidade inadequada da água	Controle da água disponível em reservatórios	
Falta de água localizada	Pouca disponibilidade de água nos mananciais em períodos de estiagem	Comunicação à população / instituições / autoridades
Falta temporária de energia elétrica nas instalações de produção de água	Comunicação à Operadora em exercício de energia elétrica	
Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição	Comunicação à Operadora em exercício de energia elétrica	
Danificação de equipamentos do sistema de tratamento	Deslocamento de frota de caminhões tanque Reparo das instalações danificadas	
Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada	Transferência de água entre setores de abastecimento	
Ocorrência de vandalismo	Reparo das instalações danificadas Implementação de rodízio de abastecimento Comunicação à Polícia	

Sistema de Esgotamento Sanitário

O artigo 3º da Lei Federal 11.445/2007, considera-se: Esgotamento Sanitário, um conjunto de serviços de infra – estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

Objetivo Geral

Universalizar do acesso da população ao sistema de Esgotamento Sanitário, de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, mediante consulta prévia à população a ser beneficiada.

A consulta prévia à população somente será dispensada nas áreas localizadas nas bacias hidrográficas de manancial de abastecimento público, nas quais a implantação do sistema público de coleta e tratamento de esgoto destinar-se-á conservação ambiental do manancial.

Objetivos Específicos e Metas

Ampliar o sistema público de esgotamento sanitário na zona urbana, a fim de atender 100% da população residente da zona urbana.

Ampliar a rede pública de esgotamento sanitário em 40% dos domicílios residentes urbanos.

Buscar parcerias com a FUNASA / Fundação Nacional da Saúde, com a finalidade de viabilizar Projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares, para os Assentamentos Rurais e Comunidades Indígenas.

Manter a assistência técnica e educativa na zona rural sobre a operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário individual;

Buscar parcerias com o Ministério da Saúde / FUNASA, a fim de viabilizar projetos de Educação em Saúde Ambiental; A população receberá orientação técnica acerca dos métodos construtivos, dimensionamento, operação e manutenção do sistema de tratamento individual de esgotos sanitários, por meio de material informativo a ser distribuído pela prestadora de serviços de água e esgotos sanitários em conjunto com a Prefeitura Municipal e Sociedade Civil.

Manter programa permanente de orientação técnica acerca dos métodos construtivos, dimensionamento, operação e manutenção do sistema, em parceria com a Prefeitura Municipal e Sociedade Civil.

Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Esgotamento Sanitário

Cenário Atual **Síntese do Diagnóstico**	**Cenário Futuro**		
Sistema de Esgotamento Sanitário	**Objetivos**	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
1. ZONA URBANA O sistema de esgotamento de esgotamento sanitário em uso na zona urbana são do tipo Fossas Sépticas com filtro anaeróbio e Sumidouros, sendo soluções individuais construídas conforme as Normas Técnicas brasileiras. Na Zona Urbana esta implantando o Sistema Público de Esgotamento Sanitário, através do PAC – Programa de Aceleramento do Crescimento, parceria com o Governo Federal / Ministério da Saúde e FUNASA, que irá beneficiar em 60% dos domicílios residentes. 1. ZONA RURAL Na Zona Rural o sistema de esgotamento sanitário em uso, são Fossas Séptica / Sumidouro; A Secretaria municipal de Saúde/ Departamento de Vigilância Sanitária presta assistência técnica e educativa sobre a operação e manutenção do sistema de tratamento individual de esgotos sanitários	Ampliar o sistema público de esgotamento sanitário na zona urbana, a fim de atender 100% da população residente da zona urbana. Ampliar a rede pública de esgotamento sanitário em 40% dos domicílios residentes urbanos. Buscar parcerias com a FUNASA / Fundação Nacional da Saúde, com a finalidade de viabilizar Projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares, para os Assentamentos rurais e Comunidades Indígenas. Manter a assistência técnica e educativa na zona rural sobre a operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário individual; Buscar parcerias com o Ministério da Saúde / FUNASA, a fim de viabilizar projetos de Educação em Saúde Ambiental;	Curto, médio Prazo Curto e médio Prazo Curto Prazo Curto, Médio e Longo Prazo Curto, Médio e Longo Prazo	Alta Alta Alta Alta Alta

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações

Sistema de Esgotamento Sanitário Urbano

Objetivo: Ampliar o sistema público de esgotamento sanitário na zona urbana..

Meta: Atender 100% da população residente da zona urbana.

Programa/Projeto / Ações	**Meta Física e Financeira**	**Execução – Horizontes Temporais**	**Fontes de Recursos % de Investimentos por Esfera de Governo**							
Unid.	**Quant.**	**Custo Estimado- R$**	**Imediato Emergencial**	**Curto Prazo**	**Médio Prazo**	**Longo Prazo**	**Governo Municipal**	**Governo Estadual**	**Governo Federal**	**Outros Agentes**
Ampliar redes coletoras de esgotos e elevatórias na zona urbana.	Metros Lineares	6.000	*2.300.000,00	X	X	X	X	5%	----	95% PAC
Elaborar a Tabela de Tarifação dos Serviços de esgotos;	Lei Específica	1	X	X	X	_		X	X	X

** Estimado conforme projeto executivo apresentado a FUNASA através do programa PAC2.*

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações

Sistema de Esgotamento Sanitário Zona Rural

Objetivos:

1. Buscar parcerias com a FUNASA / Fundação Nacional da Saúde, com a finalidade de viabilizar Projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares, para os Assentamentos rurais e Comunidades Indígenas. **Meta - 1:** Atender 70% da população residente da zona urbana.

2. Manter a assistência técnica e educativa na zona rural sobre a operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário individual. **Meta – 2:** Atender 100% dos domicílios rurais.

Programa/Projeto / Ações **Zona Rural**	**Meta Física e Financeira**	**Execução – Horizontes Temporais**	**Fontes de Recursos** **% de Investimentos por Esfera de Governo**								
Unid.	**Quant.**	**Custo Estimado- R$**	**Imediato Emergencial**	**Curto Prazo**	**Médio Prazo**	**Longo Prazo**	**Governo Municipal**	**Governo Estadual**	**Governo Federal**	**Outros Agentes**	
Implantar Projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares, em parceria com a FUNASA, para os assentamentos rurais e comunidades indígenas.	Kts Domiciliar	350	1.820.000,00	----	X	X	X	5	__	90	5

Assistência Técnica de Engenharia na Construção de fossas Sépticas/Sumidouros	Assistência Domicílios	300	X	X	X	X		100	----	__	__
Educação Sanitária	Eventos	5	25.000,00	X	X	X		5	__	95	__

Síntese dos Investimentos do Plano de Execução do Sistema de Esgotamento Sanitário

Sistema	Investimentos[1] total - R$	Prazo	Fontes de recursos
Esgotamento Sanitário	**4.145.000,00**	Curto, Médio e Longo Prazo	**1. GOVERNO FEDERAL: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PAC- PROGRAMA DE ACELERAMENTO DO CRESCIMENTO/ MINISTÉRIO DAS CIDADES 2. DO MUNICÍPIO RECURSOS DE CONTRAPARTIDA PARA OS CONVÊNIOS E CONTRATOS;**

Considerações: 1.Custos Estimados em , Agosto de 2015

Mecanismos de Avaliação e Monitoramento

Os indicadores matemáticos apresentados no quadro seguinte, tem por objetivo servir de instrumento de avaliação sistemática do serviço de esgotamento sanitário prestado no município. Os indicadores demonstram seu desempenho com vistas à universalização na Cobertura do Serviço de Esgoto e Índice de Atendimento Urbano. Outros indicadores poderão ser adotados pelo gestor, a fim de verificar a eficiência e eficácia das ações e metas programadas no âmbito deste Plano.

Indicadores de Esgotamento Sanitário

NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	FREQUËNCIA	UNIDADE	COMPOSIÇÃO	FINALIDADE
CSE. COBERTURA DE SERVIÇO DE ESGOTO	% DA POPULAÇÃO SERVIDA	SEMESTRAL	**%**	CSE = (QDADE IMÓVEIS LIGADOS / QDADE DE IMÓVEIS EDIFICADOS) x100	AVALIAR O GRAU DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DO ESGOTO
IAE - ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO SANITÁRIO	% DE ATENDIMENTO URBANO	SEMESTRAL	**%**	**IAE=PS/PTX100 PT – POPULAÇÃO TOTAL PS-POPULAÇÃO SERVIDA**	AVALIAR O GRAU DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO URBANO

Ações de Emergências e Contingências para Setor de Esgotamento Sanitário - Extravasamento de esgoto de Estação de Tratamento de Esgotos ou Elevatória

Ocorrência	Causas	Ações a serem adotadas
Extravasamento de esgoto na Estação de Tratamento de Esgotos	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento	Comunicar a ocorrência à concessionária de energia elétrica Acionar gerador alternativo de energia Instalar tanque de acumulação do esgoto extravasado com o objetivo de evitar contaminação do solo e água
Danificação de equipamentos eletromecânicos ou estruturas	Instalar equipamento reserva Promover reparos rapidamente	
Ocorrência de vandalismo	Comunicar à Polícia local Executar reparo das instalações danificadas com urgência	
Extravasamento de esgoto nas Estações Elevatórias	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento	Comunicar a ocorrência à concessionária de energia elétrica Acionar gerador alternativo de energia Instalar tanque de acumulação do esgoto extravasado com o objetivo de evitar contaminação do solo e água
Danificação de equipamentos eletromecânicos ou estruturas	Instalar equipamento reserva Promover reparos rapidamente	
Ocorrência de vandalismo	Comunicar à Polícia local Executar reparo das instalações danificadas com urgência	

Ações de Emergências e Contingências para Contaminação por Fossas – Zona Urbana e Rural

Ocorrência	Causas	Ações a serem adotadas

Vazamentos e contaminação de solo, curso hídrico ou lençol freáticos por fossas	Rompimento, extravasamento, vazamento e/ou infiltração de esgoto por ineficiência de fossas	Comunicar a Vigilância Sanitária Promover o isolamento da área e contenção do resíduo com o objetivo de reduzir a contaminação Conter vazamento e promover a limpeza da área com caminhão limpa fossa, encaminhando o resíduo para a estação de tratamento de esgoto Exigir a substituição das fossas negras por fossas sépticas e sumidouros ou ligação do esgoto residencial à rede pública nas áreas onde existe esse sistema
Construção de fossas inadequadas e ineficientes	Comunicar a Vigilância Sanitária Implantar programa de orientação quanto a necessidade de adoção de fossas sépticas em substituição às fossas negras e fiscalizar se a substituição está acontecendo nos prazos exigidos	
Inexistência ou ineficiência do monitoramento	Comunicar a Vigilância Sanitária Ampliar o monitoramento e fiscalização destes equipamentos na área urbana e na zona rural, principalmente nas fossas localizadas próximas aos cursos hídricos e pontos de captação subterrânea de água para consumo humano	

Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais

A Lei Federal 11.445/2007, em seu artigo 3º,considera - se drenagem e manejo das águas pluviais urbanas um conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Objetivo Geral:

Ampliação da rede de galerias pluviais, em 100% do perímetro urbano;

Meta Geral

Construir 1.500 metros de galerias pluviais, até o ano de 2035, visando dotar a 100% do perímetro urbano do município com rede de galerias pluviais.

Metas Específicas:

Qualidade: 2015 a 2035

Contribuir com a qualidade de vida da população urbana e preservação ambiental, a curto, médio e longo prazo.

Continuidade: Período de 2015 a 2035

Ampliar o Sistema de Drenagens de Águas Pluviais, de acordo com o crescimento urbano e da população.

Programas, Projetos e Ações

Elaborar projetos de drenagem nas ruas onde não há galerias pluviais e continuar com a implantação de galerias nas ruas novas e/ou que forem realizadas pavimentação ou outras obras urbanísticas.

Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais - Zona Urbana

Cenário Atual Síntese do Diagnóstico	**Cenário Futuro**		
Estrutura Operacional do Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais - Zona Urbana	**Objetivos**	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
O município de Conquista D'Oeste, conta com 17.600 metros de Ruas e Avenidas, desse total, existem 2.323,73 metros de vias com galerias de águas pluviais profunda, o que corresponde a um percentual de 13,2%. Para atender as necessidades dessa infraestrutura urbana, o município precisa construir emergencialmente aproximadamente 1.500 metros de Galerias de Águas Pluviais em diversos pontos do perímetro urbano, isto representando um percentual de pelos menos 21,7% do total de vias públicas.	Construir 1.500 metros Lineares de Rede de Galerias Pluviais	Curto, Médio e Longo Prazo	Alta
Na Prefeitura não existe um Setor de Engenharia, onde são elaborados os projetos executivos de drenagem, pavimentação e calçamento de vias e cadastramento das obras. Os Projetos e Serviços de Engenharia são terceirizados e ou elaborados na Associação Matogrossense dos Municípios.	Implantar um Setor de Engenharia Elaborar Projetos de Drenagens, Pavimentação, Calçamentos, entre outros	Curto Prazo	Alta
O sistema de gestão da drenagem urbana em Conquista D'Oeste não possui em vigência, a arrecadação através de taxas/impostos.	Instituir a cobrança de Taxas para os Serviços de Drenagens de Águas Pluviais	Curto Prazo	Alta

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais

Programa/Projeto / Ações	**Meta Física e Financeira**	**Execução – Horizontes Temporais**	**Fontes de Recursos**

			% de Investimentos por Esfera de Governo								
Unid.	**Quant.**	**Custo Estimado- R$**	**Imediato Emergencial**	**Curto Prazo**	**Médio Prazo**	**Longo Prazo**	**Governo Municipal**	**Governo Estadual**	**Governo Federal**	**Outros Agentes**	
Construir Redes de Galerias Pluviais	metros lineares	1.500	1.045.000,00	----	X	X	X	5%	_	90%	5%
Implantar o Setor de Engenharia	Setor	1	__	X	-----	----	----	----	----	-----	
Instituir a Cobrança de Taxas de Drenagens Pluviais	Lei Específica	1	----	-----	X	----	----	----	----	-----	
Educação Sanitária	Eventos	5	25.000,00	X	X	X		5	__	95	__

Síntese dos Investimentos do Plano de Execução do Sistema de Drenagens de Águas Pluviais

Sistema	Investimentos Total - R$	Prazo	Fontes de recursos
Drenagens de Águas Pluviais	**1.070.000,00**	**Curto, Médio e Longo Prazo**	**GOVERNO FEDERAL: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PAC- PROGRAMA DE ACELERAMENTO DO CRESCIMENTO/ MINISTÉRIO DAS CIDADES DO MUNICÍPIO RECURSOS DE CONTRAPARTIDA PARA OS CONVÊNIOS E CONTRATOS;**

Considerações: 1.Custos Estimados em Junho de 2015

Indicadores de Desempenho Drenagens de Águas Pluviais

NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	FREQUËNCIA	UNIDADE	COMPOSIÇÃO	FINALIDADE
***ICMicro* -** Indice de cobertura da microdrenagem	**Cobertura dos Serviços de Microdrenagens**	**Anual**	**Km**	***ICMicro* = *LVE* / *LVTotal*** ***ICMicro***: Índice de Cobertura de Microdrenagem ***LVE***: Extensão das vias na área urbana com infraestrutura de microdrenagem, em km. ***LVTotal***: Extensão total de vias na área urbana, em km.	AVALIAR A COBERTURA DO SERVIÇO DO DRENAGENS DE ÁGUAS PLUVIAIS

Obs: Entende-se cobertura de microdrenagem como sendo a extensão das vias dentro o total da cidade.

INDICADORES DE RESULTADO DO SISTEMA DE DRENAGENS DE ÁGUAS PLUVIAIS				
OBJETIVOS **Geral:** Gerenciar os serviços operação, manutenção e conservação dos sistemas de Drenagens de Águas Pluviais, a fim de atender 100% dos domicílios ocupados, visando assegurar a qualidade de vida da população.	**INDICACORES DE DESEMPENHO**			
ÍNDICES				
UNIDADE DE MEDIDA	MAIS RECENTE-%	APURADO	RESULTADO DESEJADO - ANO	
Ampliar na Zona Urbana o Sistema de Manejo e Drenagens de Águas Pluviais.	Unidade	60 %	Julho de 2015	Ampliar até o ano de 2035, o sistema de Manejo e Drenagens de Águas a fim de atender 100% dos domicílios ocupados da zona urbana .

Ações de Emergências e Contingências para o Sistema de Drenagens Urbana

Ocorrências	Ações
Inexistência ou ineficiência da rede de drenagem urbana	- Verificar o uso do solo previsto para região. Comunicar a Secretaria de planejamento a necessidade de ampliação ou correção da rede de drenagem.
Presença de Esgoto ou Lixo nas galerias de águas pluviais	- Comunicar ao setor de fiscalização sobre a presença de mau cheiro ou lixo. Aumentar o trabalho de conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem
Presença de materiais de grande porte, como carcaças de eletrodomésticos, móveis ou pedras.	- Comunicar o setor de manutenção sobre a ocorrência. - Aumentar o trabalho de conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem.
Assoreamento do de bocas de lobo e bueiros	- Comunicar o setor de manutenção sobre a ocorrência. Verificar se os intervalos entre as manutenções periódicas se encontram satisfatórios.
Situações de Alagamento, problemas relacionados a micro drenagem.	- Deve-se mobilizar os órgãos competentes para realização da manutenção da micro drenagem. - Acionar a autoridade de trânsito para que sejam traçadas rotas alternativas a fim de evitar o agravamento do problema. - Acionar um técnico responsável designado para verificar a existência de risco a população (danos a edificações, vias, risco de propagação de doenças, etc.). - Propor soluções para resolução do problema, com a participação da população e informando a mesma sobre a importância de se preservar o sistema de drenagem.

Inundações, enchentes provocas pelo transbordamento de rios, córregos ou canais de drenagem.	- O sistema de monitoramento deve identificar a intensidade da enchente e acionar o sistema de alerta respectivo. - Comunicar ao setor responsável (prefeitura e/ou defesa civil) para verificação de danos e riscos à população. - Comunicar o setor de assistência social para que sejam mobilizadas as equipes necessárias e a formação dos abrigos

Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Objetivos

1. Melhorar a gestão e manejo dos resíduos sólidos de forma ambientalmente correta, visando a melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. 2. Implementar os serviços de Coleta Seletiva e destinar de forma adequada os resíduos sólidos de forma ambientalmente correta, visando a melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. 3. Organizar, Implementar e fiscalizar o Manejo dos Resíduos Sólidos passíveis de logística reversa de forma ambientalmente correta, visando a melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente 4. Acompanhar, Controlar e Fiscalizar os serviços de Coleta e Destinação dos Resíduos Sólidos Hospitalares e de Farmácias, de forma ambientalmente correta, visando a melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. 5. Coletar e destinar os resíduos sólidos domiciliares, de forma ambientalmente correta, visando a melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. 6. Reorganizar a estrutura operacional do setor de limpeza pública, visando a eficiência e eficácia na gestão dos serviços e destinação correta dos resíduos sólidos.

Metas:

1. Organizar de forma atinja em 80% de eficiência e eficácia na gestão dos serviços de limpeza e destinação correta dos resíduos sólidos. 2. Ampliar para 80% o atendimento aos serviços de limpeza e destinação correta dos resíduos sólidos. 3. Atender 100% dos agentes envolvidos na cadeia de logística reversa. 4. Acompanhar, Controlar e Fiscalizar 100% dos agentes envolvidos na no manejo e destinação final dos resíduos hospitalares e farmácias.

Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Cenário Atual Síntese do Diagnóstico	**Cenário Futuro**		
	Objetivos	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
A estrutura operacional dos resíduos sólidos do município é gerenciada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. O setor de Coleta, manejo e Destinação dos Resíduos Sólidos está sendo implementado lentamente devido à carência de recursos para investimento..	Viabilizar a implementação do Setor de Coleta e Manejo dos Resíduos Sólidos;	Curto Prazo	Alta
A prefeitura não dispõe de Banco de Dados e Informações sobre a geração dos resíduos sólidos.	Implantar o Banco de Dados e Informações sobre os Resíduos Sólidos	Curto Prazo	Alta
A frota de veículos para a Coleta dos resíduos sólidos é insuficiente, inadequada e muito antiga. São veículos e máquinas improvisadas que não atendem normas de segurança tão pouco a salubridade de operadores e servidores responsáveis pela coleta.	Adquirir nova frota de veículos e máquinas	Curto, Médio e a Longo Prazo	Alta
O Quadro de Pessoal envolvido nos serviços de limpeza e coleta dos resíduos sólidos necessita ser ampliado e qualificado	Capacitar a equipe de Limpeza e Manejo dos Resíduos Sólidos;	Curto, Médio e a Longo Prazo	Alta
A prefeitura instituiu o Programa de coleta seletiva, com abrangência em 100% dos domicílios urbanos, entretanto, necessita de promover campanhas educativas.	Atender em 100% o Programa de Coleta Seletiva e intensificar campanhas educativas	Curto, Médio e a Longo Prazo	Média
O serviço de coleta de resíduos da saúde é terceirizado através da empresa PAZ E MOURA LTDA do município de Vilhena-RO, a mesma possui veículo para transporte e local para destinação de forma adequada.	Acompanhar e fiscalizar a coleta dos resíduos de saúde; Cadastrar os geradores de resíduos hospitalares e de farmácias; Manter a fiscalização da geração, coleta e destinação final dos resíduos hospitalares e de farmácias;	Curto, Médio e a Longo Prazo	Média

Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Cenário Atual Síntese do Diagnóstico	**Cenário Futuro**		
	Objetivos	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
A Prefeitura Municipal não realiza acompanhamento e controle sobre a geração e destinação final dos resíduos sólidos especiais da Logística reversa.	Organizar a estrutura operacional dos resíduos sólidos da cadeia logística reversa, conforme prevê a legislação pertinente; Implementar a fiscalização dos resíduos sólidos da cadeia logística reversa; Cadastrar os fabricantes e comerciantes dos produtos da logística reversa; Firmar acordos setoriais, com fabricantes e comerciantes dos produtos da logística reversa; Orientar os fabricantes e comerciantes dos produtos da logística reversa, quanto a elaboração dos Planos de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos;	Curto, Médio e a Longo Prazo	Alta
O município não tem lei específica que obriga os revendedores de produtos que dão origem aos resíduos especiais a disponibilizar aos consumidores o	A prefeitura deverá implantar programas específicos de gerenciamento dos resíduos especiais e criar a Lei	Curto, Médio e a	Alta

serviço de recebimento dos referidos resíduos no próprio estabelecimento, para posterior envio ao importador ou fabricante.	municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos.	Longo Prazo	
A coleta dos resíduos sólidos é realizada pelo poder público apenas no perímetro urbano, não havendo controle sobre o lixo rural e nas comunidades indígenas.	Ampliar a coleta, transporte ou destinação de Resíduos Sólidos para a área rural, principalmente nos núcleos rurais de Santa Clara, São José e São Sebastião, além das comunidades indígenas.	Curto, Médio e a Longo Prazo	Média

Cenários, Objetivos e Metas do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Cenário Atual **Síntese do Diagnóstico**	**Cenário Futuro**		
	Objetivos	**Metas Curto, Médio e Longo Prazo**	**Prioridade**
Destinação e disposição final Os resíduos sólidos urbanos tem como destino final empresas especializadas na reciclagem, logística reversa, incineração (hospitalar) ou finalmente ao aterro controlado.	Firmar acordos de cooperação intermunicipal, estimulando a busca de soluções consorciadas e a solução conjunta dos problemas de destinação e disposição final dos resíduos sólidos.	Curto, Médio e Longo Prazo	Alta
Tarifação dos serviços de coleta de lixo O Código Tributário Municipal não prevê cobrança de serviços de Limpeza Urbana, tanto para a coleta de lixo, como para resíduos de podas, resíduos verdes ou da construção civil.	Implantar a cobrança de tarifas dos serviços de coleta e limpeza pública;	Curto, Médio e Longo Prazo	Alta
Educação Ambiental O município não tem um Programa de Educação em Saúde Ambiental. Eventualmente são realizadas palestras e campanhas educativas voltadas para temas específicos, como: Combate ao Mosquito da Dengue, Limpeza de Lotes Urbanos, Reciclagem, entre outros;	Criar um Programa de Educação em Saúde Ambiental	Curto, Médio e Longo Prazo	Média

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações

Eixo Programático: Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Programa/Projeto / Ações	**Meta Física e Financeira**	**Execução – Horizontes Temporais**	**Fontes de Recursos % de Investimentos por Esfera de Governo**							
Unid.	**Quant.**	**Custo Estimado- R$**	**Imediato Emergencial**	**Curto Prazo**	**Médio Prazo**	**Longo Prazo**	**Governo Municipal**	**Governo Estadual**	**Governo Federal**	**Outros Agentes**
Melhoria da estrutura física e administrativa dos setores responsáveis pela Gestão dos Resíduos Sólidos.	Conjunto de Adequações Administrativas	1	__	X	X	X	__	100	__	__	__
Implantação e desenvolvimento de banco de dados sobre os resíduos sólidos	Banco de Dados	1	__	X	X	X	X	100	__	__	__
Aquisição de Patrulha Mecanizada para Resíduos Sólidos.	Patrulha Mecanizada	1	500.000,00	X	_	_	_	5	40	50	__
Ampliação e Qualificação do Quadro de Servidores do Setor	Servidores	2/ano	10.000,00	X	X	X	X	100	__	__	__
Campanha de Educação Ambiental	Eventos	5	25.000,00	X	X	X	X	5	__	95	__
Ampliar a capacidade de coleta ou destinação dos resíduos sólidos da zona rural e comunidades indígenas.	Projeto	1	__	X	X	X	X	90	__	__	10
Ampliar a capacidade de fiscalização, gestão e controle de prestadores de serviço terceirizados assim como dos responsáveis pela logística reversa.	Conjunto de Adequações Administrativas	1	__	X	X	X	__	100	__	__	__

Plano de Execução dos Programas, Projetos e Ações

Eixo Programático: Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Programa/Projeto / Ações	**Meta Física e Financeira**	**Execução – Horizontes Temporais**	**Fontes de Recursos % de Investimentos por Esfera de Governo**							
Unid.	**Quant.**	**Custo Estimado- R$**	**Imediato Emergencial**	**Curto Prazo**	**Médio Prazo**	**Longo Prazo**	**Governo Municipal**	**Governo Estadual**	**Governo Federal**	**Outros Agentes**
Firmar parcerias intermunicipais para destinação dos resíduos sólidos objetivando a economicidades dos serviços.	Projeto	1	__	X	X	X	X	50	25	__	25
Revisão e adequação doCódigo Tributário Municipal prevendo cobrança pelos serviços de Limpeza Urbana, tanto para a coleta de lixo, como para resíduos de podas, resíduos verdes ou da construção civil.	Revisão	1	__	X	__	__	__	100	__	__	__
Organizar o Sistema de Gestão dos Resíduos Sólidos especiais da Cadeia Logística Reversa	Conjunto de Adequações Administrativas e Legais	1	__	X	__	__	__	100	__	__	__
Construir e Equipar Unidade de Triagem e Transbordo de Resíduos Sólidos.	Unidade de Triagem	1	700.000,00	X	X	X	__	5	__	95	__
Adquirir Caminhões Coletores / Compactadores	Caminhão	2	550.00,00	_	X	__	X	5	__	95	__

Aquisição de KTS - EPI	kts	20	120.000,00	X	__	__	__	100	__	__	__

Síntese dos Investimentos do Plano de Execução do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Sistema	Investimentos Total - R$	Prazo	Fontes de recursos
Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos	1.905.000,00	**Curto, Médio e Longo Prazo**	1. **GOVERNO FEDERAL:** - FUNASA 2. **DO MUNICÍPIO** RECURSOS DE CONTRAPARTIDA PARA OS CONVÊNIOS E CONTRATOS;

Considerações: 1.Custos Estimados em Agosto de 2015

Mecanismos de Avaliação e Monitoramento

Indicadores de Desempenho do Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	FREQUËNCIA	UNIDADE	COMPOSIÇÃO	FINALIDADE
IRC - Índice de Resíduos Coletados	**%** de cobertura de coleta	**Mensal**	**%**	**Equação para o Cálculo do Indicador** IRC = DBC / DT.100 Onde: IRC- Índice de Resíduos Coletados (%); DBC= número de domicílios beneficiados por coleta (unidade); DT= Número de Domicílios Totais	**Avaliar o Índice de Cobertura da Coleta**
IRVR - Índice de Reciclagem do Volume de Resíduos Sólidos Secos	% do Índice de reciclagem do volume de resíduos sólidos secos	Mensal	%	**Equação para o Cálculo do Indicador** IRVR = *QMRS / QTC . 100* Onde: IRVR: Índice de Recuperação de Resíduos Secos (%); QMRS:= Quantidade de Materiais Recuperados Secos (total/dia.); QTC = Quantidade Total Coletada (total/dia).	Avaliar o índice de reciclagem do volume de resíduos sólidos secos
IRRSO- Índice de Recuperação dos Resíduos Sólidos Orgânicos	% do Índice de Recuperação dos Resíduos Sólidos Orgânicos	Mensal	%	**Equação para o Calculo do Indicador** IRRO= QMRO / QTC.100 Onde: IRRO= Índice de Recuperação de Resíduos Orgânicos (%); QMRO= Quantidade de Materiais Recuperados Orgânicos (total/dia.); QTC= Quantidade Total Coletada (total/dia).	Avaliar or índice de recuperação do volume de resíduos sólidos orgânicos produzidos.

Ações de Emergências e Contingências para o Setor de Resíduos Sólidos.

Ocorrências	Ações
Paralisação do Sistema de Varrição	Acionar ou contratar funcionários para efetuarem a limpeza dos pontos mais críticos e centrais da cidade.
Paralisação do Serviço de Coleta Domiciliar	Empresas e veículos previamente cadastrados deverão ser acionados para assumirem emergencialmente a coleta nos roteiros programados, dando continuidade aos trabalhos. Contratação de empresa especializada em caráter de emergência
Paralisação das Coletas Seletiva e de Resíduos de Serviço de Saúde	Celebrar contrato emergencial com empresa especializada na coleta de resíduos.
Paralisação da Coleta de resíduo da varrição e animais mortos	Acionar a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento urbano. Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
Paralisação nos Centros de Triagem e Estação de Transbordo	Realizar venda dos resíduos recicláveis no sistema de venda de caminhão fechado.
Paralisação total do Aterro Sanitário	Os resíduos deverão ser transportados e dispostos em cidades vizinhas,
Paralisação parcial do Aterro, no caso de incêndio, explosão e/ou vazamento tóxico	Evacuação da área cumprindo os procedimentos internos de segurança. Acionamento do Corpo de Bombeiros

Podas, suspensões de vegetação de porte aéreo e Tombamento de árvores	Mobilização de equipe de plantão e equipamentos. Acionamento da Concessionária de Energia Elétrica Acionamento do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil
Paralisação do serviço de capina e roçada	Acionar equipe operacional da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano para cobertura e continuidade do serviço.

Síntese dos Investimentos por Eixo Programático

O quadro abaixo mostra de forma resumida, as necessidades de investimentos, para o alcance das metas, totalizando R$ 10.284.973,32 (Dez Milhões, Duzentos e Oitenta e Quatro Mil, Novecentos e Setenta e Três Reais e Trinta e Dois Centavos) em 20 anos. Os recursos, segundo previsão do Plano, devem ter como fontes: os Agentes Federais, Estaduais, Município e outros agentes.

Síntese dos Investimentos por Eixo Programático

Sistema	**Investimentos – R$**	**Prazo**	**Principais Fontes de Recursos**	**% Participação / Fonte**
Sistema de Abastecimento de Água	**3.164.973,32**	Curto, Médio e Longo Prazo	Município/Próprio	5%
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde – PAC – Programa de Aceleramento do Crescimento Emendas Parlamentares Orçamento Geral da União Propostas Voluntárias - SICONV	90%			
Outros Agentes	5%			
Sistema de Esgotamento Sanitário	**4.145.000,00**	Curto, Médio e Longo Prazo	Município/Próprio	5%
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde – PAC – Programa de Aceleramento do Crescimento Emendas Parlamentares Orçamento Geral da União Propostas Voluntárias - SICONV	90%			
Outros Agentes	5%			
Sistema de Drenagens e Manejo das Águas Pluviais	**1.070.000,00**	Curto, Médio e Longo Prazo	Município/Próprio	5%
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde – PAC – Programa de Aceleramento do Crescimento Emendas Parlamentares Orçamento Geral da União Propostas Voluntárias - SICONV	90%			
Outros Agentes	5%			
Limpeza e Manejo e Gestão dos Resíduos Sólidos	**1.905..000,00**	Curto, Médio e Longo Prazo	Município/Próprio	5%
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde – PAC – Programa de Aceleramento do Crescimento Emendas Parlamentares Orçamento Geral da União Propostas Voluntárias - SICONV	90%			
Outros Agentes	5%			
Total dos Investimentos – R$	**10.284.973,32**	Curto, Médio e Longo Prazo		

Considerações:

1. Custos Estimados[1], em Junho de 2015, 2. Execução dos Programas: a Curto Prazo- refere-se de 1 a 4 anos, a Médio Prazo de 5 a 12 anos, a longo prazo de 13 a 20 anos,

Fontes de Financiamento para Saneamento Básico

Com base no Plano Nacional de Saneamento - **PLANSAB**, as principais fontes de investimento disponíveis para o setor de saneamento básico são provenientes da FUNASA - Fundação Nacional da Saúde, PAC- Programa de Aceleramento do Crescimento, recursos dos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT), também denominados de recursos onerosos; os recursos não onerosos, derivados da Lei Orçamentária Anual (LOA), também conhecido como Orçamento Geral da União (OGU), e de orçamentos dos estados e municípios; de emendas parlamentares e PAC - Programa de Aceleramento do Crescimento.

No âmbito do mercado financeiro, os recursos financeiros destinados ao Saneamento Básico provem em sua maior parte, aportes do BNDES. Existem, também, fontes externas de recursos de terceiros, representadas pelas agências multilaterais de crédito, tais como: o BIRD (Banco Mundial), BID e JBIC (Banco Japonês), os mais importantes, de acesso mais restrito aos agentes prestadores dos serviços.

Propostas Voluntárias, poderão ser inseridas no SICONV – Sistema de Gerenciamento de Convênios / Governo Federal, investimentos para o setor de Saneamento Básico assim como no Sistema de Gerenciamento de Ações SIGA da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA o qual oferece periodicamente oferta de programas tanto para infraestrutura como financiamento de ações voltadas à Educação Ambiental em Saúde.

Viabilidade Econômica e Financeira

Nos termos da legislação vigente, os investimentos em saneamento básico devem observar a viabilidade econômico e financeira do sistema, visando assim sua sustentabilidade.

Este é um dos princípios fundamentais da Lei 11.445/2007, e como tal devem ser observados quando do planejamento das ações em saneamento básico.

Sustentabilidade Econômica e Financeira do Setor do Saneamento Básico

A Municipalidade deverá garantir a regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de Saneamento Básico, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445/2007.

A administração municipal deverá garantir a sustentabilidade dos serviços de Saneamento Básico por meio da implantação de Taxas provenientes da cobrança dos serviços de saneamento que deverá estar contida no Código Tributário Municipal.

Gestão municipal do saneamento básico

A administração pública municipal deverá ser reestruturada, visando a busca da eficiência e eficácia dos serviços de saneamento prestados. Esta linha de ação compreende a tomada de decisão do gestor publico em destinar a gestão do Plano Municipal de Saneamento à determinada estrutura administrativa da Prefeitura. O Conselho Municipal do Saneamento é o órgão responsável pela fiscalização, controle e avaliação das ações de execução do Plano, durante todo processo operacional.

Educação Socioambiental

Um ambiente não saneado implica na proliferação de vetores e doenças de veiculação hídrica, consumindo recursos públicos em ações curativas, assim, para a reversão desse quadro é preciso desenvolver na sociedade a preocupação com o equilíbrio ecológico e ambiental em função das atividades humanas, por meio de um programa de educação socioambiental a fim de minimizar os impactos ambientais. A sociedade deve ser orientada a garantir a sustentabilidade ambiental, econômica e social, primeiramente no meio ambiente no qual está inserida.

Inclusão Social

A atual dinâmica econômica e social das comunidades locais indica que a geração de renda e o emprego são estratégias determinantes de inclusão social dos menos favorecidos, assim, por exemplo, a coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos pode propiciar a geração de novos postos de trabalho e favorecer a criação de cooperativas de catadores, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida dessa população.

Monitoramento, avaliação sistemática e revisão do Plano de Saneamento Básico

Durante os 20 anos de vigência do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser monitorado, avaliado e revisado, considerando criteriosamente, seis dimensões: cenários, metas, indicadores de desempenho diretrizes, estratégias e programas.

O Plano será avaliado anualmente e revisado a cada quatro anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos Planos Plurianuais – PPA. O **Conselho Municipal do Saneamento é** o órgão responsável para Acompanhar, Monitorar, Avaliar e Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

3.18 - Fontes de Referência

Plano Plurianual – 2014 a 2017;

Plano Diretor Participativo de Conquista D'Oeste.

Mapas das unidades administrativas.

Documentos técnicos, gerenciais, administrativos, financeiros e de planejamento - Vigilância em Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

Documentos sobre a realidade municipal produzidos no âmbito das instituições de ensino, prefeitura e órgãos do estado.

BUARQUE, Sergio. C., **Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília/DF, Fevereiro 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

CNM- Confederação Nacional dos Municípios. **Saneamento Básico para Gestores Públicos.** Brasília – DF. CNM, 2009.

CNM- Confederação Nacional dos Municípios. Planos Municipais de **Saneamento Básico. Orientações para elaboração.** Brasília – DF. CNM, 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. **Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.** Brasília, DF, Fundação Nacional de Saúde, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana

LELIS, Paula Neves, **Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico**, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Rio de Janeiro - RJ Fundação Nacional de Saúde, Junho de 2011.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de procedimentos de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Guia para elaboração de planos municipais de saneamento**. Brasília, DF, Fundação Nacional de Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 380, de 31 de outubro de 2006. Retifica a Resolução CONAMA nº 375/06.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, Manual de Orientação, Brasília, 2012.

BRASIL. Portaria nº 518/GM, de 25 de março de 2004. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 032/2016

"Exonera servidor comissionado que menciona."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, do cargo de Diretor de Divisão de Desporto e Lazer, referencia CC-V, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, **DEIVYS NERI DE FREITAS**, portador do RG 1606199-3 expedida pela SESP/MT e do CPF 034.403.351-19, nomeado pelo Decreto Nº 120/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de Maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATO
CONTRATO 057/2016

CONTRATO 057/2016

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE, E a Empresa E C MAGISTRI & CIA LTDA - ME, tendo por objeto A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTIDOS NA TABELA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO) DE A á Z PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES QUE AS CLÁUSULAS ABAIXO ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representado neste ato representado por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e E C MAGISTRI & CIA LTDA - ME, empresa com sede na Av. dos Oitis nº 1550, Centro, na cidade de Conquista D'Oeste, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 15.369.557/0001-71, neste ato representada por **PAULA FREITAS LAMANES MAGISTRI**, RG: 2356583-7 SSP/MT e CPF: 048.645.106-28, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade expressas nas clausulas e condições a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8. 666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

1.1. O presente **CONTRATO** fundamenta-se no Processo ADMINISTRATIVO Nº 353/2016, conforme pedido nº848/2016, realizado na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016**, adjudicado em 19/04/2016 e homologado em 26/04/2016, que são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de **Medicamentos Contidos na Tabela ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico) de A Á Z Para Distribuição Gratuita aos Pacientes Usuários da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações e quantidades discriminadas no **Anexo I** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº **020/2016**, e proposta apresentada pela contratada.

2.1.2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

CÓD.	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
40606	1	UNID.	MEDICAMENTOS DE A a Z DA FARMACIA BASICA (DISTRIBUIÇÃO GRATUITA)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura, até **31/12/2016**, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos medicamentos adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

4.2 Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula Oitava deste CONTRATO.

4.3 Receber os medicamentos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos e proposta da Licitante vencedora;

4.4 Emitiras autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

4.5 Os medicamentos não serão aceitos e devolvidos se apresentarem vícios de qualidade ou impropriedades que inviabilizem seu consumo.

4.6 Os medicamentos deverão ter prazo de validade de, no mínimo, 06 (seis) meses, contados a partir da data de entrega.

4.7 Os produtos poderão ser requisitados parceladamente de acordo com a demanda do órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

5.2 Entregar os medicamentos definidos neste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 020/2016 da CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 02 (dois) dias a partir da solicitação;

5.3 Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

5.4 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

5.5 Responsabilizar-se pela entrega dos medicamentos inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

5.6 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

5.7 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos medicamentos objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos, materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

5.8 Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao município de Conquista D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

5.8.1 CONSTATANDO-SE PROBLEMAS NA QUALIDADE DOS OBJETOS LICITADOS, A CONTRATADA FICA OBRIGADA A SUBSTITUÍ-LOS E RESSARCIR EVENTUAIS PREJUÍZOS CAUSADOS;

5.9 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos medicamentos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

5.10 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

5.11 Efetuar a entrega dos objetos licitados de maneira fracionada, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE;

5.12 Os medicamentos deverão ser entregues no local a ser solicitado, de acordo com pedido da Secretaria Municipal de Saúde ou da Prefeitura, quando solicitado.

5.13 A CONTRATADA deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da entrega dos medicamentos solicitados, que deverá ser solucionado em igual período 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.

b) Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos medicamentos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

c) Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a CONTRATANTE, para o fluxo operacional da entrega dos produtos objeto deste CONTRATO;

d) A Contratada não efetuará a entrega dos produtos sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE.

e) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

5.14. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR CONTRATUAL

6.1. O valor global para a execução do contrato até 31 de dezembro de 2016, para aquisição dos produtos licitados é estimado em R$40. 000,00(quarenta mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido:

06.002.10.303.0028.2052.3390.32.00.00.00 - 314 – Material de Distribuição Gratuita

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DA RESPECTIVA NOTA FISCAL ATESTADA POR FUNCIONÁRIO DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

8.2.Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

8.3. O pagamento, pelos produtos **efetivamente entregues**, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da contratada em conta corrente de titularidade da mesma.

8.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito;

8.5. O não cumprimento do previsto no CONTRATO permitirá à Contratante a retenção do valor da fatura até que seja sanada a irregularidade.

8.6. A empresa contratada arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à entrega dos produtos objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO OBJETO

9.1. Os produtos com valor definido na proposta readequada da CONTRATADA poderão sofrer reajuste de preços do objeto, durante o período contratual, quantas vezes forem necessárias, **na mesma proporção decorrente de acréscimo ou decréscimo**, conforme autorização do Governo Federal, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto a **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da entrega dos produtos será exercida por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

12.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

12.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

12.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

12.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

12.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

12.7 A multa prevista no item 12.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

12.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

13.1 Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste – MT, 28 de abril de 2016.

Walmir Guze Prefeito Municipal Representante Legal CONTRATANTE	E C MAGISTRI & CIA LTDA - ME Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 033/2016

"Nomeia servidor para exercer cargo comissionado que especifica".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Cultura Desporto e Lazer, referencia CC-IV instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, **DEIVYS NERI DE FREITAS**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1606199 SESP/MT e do CPF nº 034.403.351-19, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Maio de 2016.

WALMIR GUSE

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 498/2016.

Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

WALMIR GUSE, Prefeito de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMA, nos termos da Lei Complementar 140/2011.

Art. 2º O Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMA tem como finalidade captar, gerenciar e aplicar recursos na proteção, conservação e promoção da qualidade ambiental, especialmente a execução de políticas públicas de Gestão Ambiental das atividades de impacto local.

Parágrafo único. Incluem nas finalidades do caput as metas da Agenda 21(Vinte e Um), bem como equipar o órgão municipal de meio Ambiente incumbido da vigilância e promoção da qualidade ambiental.

Art. 3º Constituem receitas do FMA os recursos provenientes da:

I. Dotação orçamentária do município, no mínimo 0,55% (meio por cento) da receita tributária;

II. Arrecadação de multas por danos ao meio ambiente;

III. Convênios, contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista e fundações para promoção da qualidade ambiental;

IV. Parcelas de compensação financeira estipulada no Artigo 20, parágrafo primeiro da Constituição Federal;

V. Rendimento de qualquer natureza proveniente da aplicação do seu patrimônio;

VI. Recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;

VII. Arrecadação de taxas de licenciamento ambiental;

VIII. Arrecadação de taxas de controle e fiscalização ambiental;

IX. Transferência do Fundo Estadual de Meio Ambiente;

X. Transferência do Fundo Nacional de Meio Ambiente;

XI. Doações de pessoas físicas ou jurídicas;

XII. Recursos oriundos de condenações judiciais de empreendimentos sediados no município e/ ou que afete o território municipal, decorrentes de danos ocasionados ao meio ambiente;

XIII. Outros recursos que por sua natureza possam ser destinados ao FMA.

Parágrafo único - Os recursos financeiros previstos neste artigo serão depositados em instituições financeiras oficiais em conta corrente denominada MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE - Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 4º Os recursos que compõe o Fundo poderão ser aplicados em:

I. Aquisição de equipamentos, material permanente, material de consumo e de outros instrumentos necessários a execução da política municipal de meio ambiente;

II. Contratação de serviços de terceiros para execução de planos, programas e projeto ambientais;

III. Projetos e programas de interesse ambiental para o município;

IV. Capacitação e treinamento de recursos humanos em questões ambientais;

V. Pagamento de despesas relativas a valores e contrapartidas estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos ou privados cujo objetivo seja de interesse ambiental;

VI. Outros de interesse e relevância ambiental.

Art. 5º O FMA será administrado pelo poder executivo municipal segundo diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 6º Fica criado Fundo Municipal de Meio Ambiente, vinculado órgão 08 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado na Unidade 003 - Divisão de Meio Ambiente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 4 de maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 500/2016.

"Cria o Conselho Municipal de Inspeção Sanitária, e dá outras providências".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, nos termos do Artigo 7º da Lei 456/2014, regulamentada pelo Decreto 019/2016, o Conselho Municipal de Inspeção Sanitária, órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento municipal, em questões ligadas a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária.

Art. 2º - O Conselho de Inspeção Sanitária tem por finalidade aconselhar, sugerir e debater assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros, que dependerão da aprovação final do Chefe do Poder Executivo após parecer jurídico.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Inspeção Sanitária terá a seguinte composição:

o Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado – Divisão de Agricultura;

o Um representante da Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária;

o Um representante dos agricultores e,

o Um representante dos consumidores.

§ 1º - A escolha dos membros oriundos do Município caberá ao Prefeito Municipal, os demais membros serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições com cadeira no Conselho de Inspeção Sanitária.

§ 2º - A Cada titular do conselho corresponderá um suplente.

§ 3º - Cada órgão ou entidade indicará os nomes dos titulares e seus respectivos suplentes.

§ 4º - A nomeação dos conselheiros e suplentes na forma desta lei será feita por ato do Prefeito Municipal.

§ 5º - A Presidência do conselho Municipal será exercida por qualquer dos representantes, eleito entre seus pares.

§ 6º - O mandato dos conselheiros será de dois anos, sendo considerada prestação de serviço público relevante, sem de qualquer remuneração ou benefício de natureza pecuniária.

§ - 7º - Serão excluídos do Conselho, e substituídos pelos respectivos suplentes, os conselheiros que tiverem três (03) faltas injustificadas consecutivas ou cinco (05) intercaladas.

Art. 8º - O Conselho terá seu funcionamento regido por Regimento Interno, que deverá ser elaborado e aprovado pelos conselheiros e homologado pelo Prefeito Municipal, obedecendo às seguintes normas:

I. Os conselheiros reunir-se-ão ordinariamente, uma vez por mês;

II. Plenário é o órgão de deliberação máxima.

III. Os Conselheiros poderão reunir-se extraordinariamente, sempre que necessário.

Art.9º – Os membros integrantes do Conselho de Inspeção Sanitária poderão convidar representantes de outras entidades afins para participar dos trabalhos e esclarecer eventuais questões técnicas.

Art. 10 - A Assessoria Jurídica do Município prestará apoio para o funcionamento do Conselho.

Art. **11** - As sessões Públicas do Conselho serão precedidas de ampla divulgação.

Art. **12** – As resoluções do conselho serão objetos de homologação do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – As resoluções, bem como os temas tratados em plenário serão objeto de ampla divulgação.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste, em 4 de maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 108/2016

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo comissionado que menciona."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera do cargo, em comissão, de Coordenador de Serviços Urbanos, símbolo CC-III, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, o servidor **SERGIANO AUGUSTO DA SILVA,** Portador da Cédula de Identidade nº 1533134-2 SSP/MT e CPF nº 003.656.831-75, nomeada pela portaria 088/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 499/2016

"Autoriza o Executivo a proceder a desmembramento de área que compõem o núcleo urbano da sede do Município e dá outras providências''.

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° – Fica o Chefe do Executivo Municipal Autorizado a proceder o desmembramento da área identificada com 06,4107 (seis hectares e quarenta um ares), confrontando com o núcleo Urbano Jardim do Vale, faixa de domínio da BR 174, e lotes 238, 239 e 231, objeto da matricula 21.161.

Art. 2° – O desmembramentode que trata a presente Lei será precedida de projeto de parcelamento do solo que permitirá o registro no Cartório Imobiliário da Comarca.

Art. 3º - O executivo poderá promover a alienação das áreas, a requerimento de seus ocupantes, com a finalidade exclusiva de regularização do núcleo urbano da sede do Município, mediante pagamento de preço fixado pela Lei 212/2005, vinculado ao Termo de Doação do INCRA.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 4 de maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATO
CONTRATO N.º 054/2016

CONTRATO N.º 054/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231/2016

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

O ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55doravante simplesmente denominado ***CONTRATANTE*** e por outro lado ***JOSE BERNARDO DA SILVA FILHO***, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município no Sítio Tarumã, portador da cédula de identidade nºRG – 1.454.869-0 – SSP MTe do CPF 127.496.722-87, inscrita no DAP sob numero SDW0127496722 870805151114, doravante denominada **CONTRATADO** fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o **CONTRATANTE,** gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	*UNIDADE*	*QUANTIDADE*	*PREÇO UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL*

MEL	*KG*	*1.290*	*15,50*	*19.995,00*

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2016, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ *19.995,00*(dezenove mil, novecentos e noventa e cinco reais) preço esse que será pago pelo ***CONTRATANTE*** ao ***CONTRATADO,*** mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O **CONTRATANTE**, após receber os documentos descritos no inciso “b” dacláusula sétima, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da **CONTRATADA** no Banco SICREDI - AGENCIA – 0805, CONTA: POUPANÇA 0100 10805216011. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado **CONTRATADO,** será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 23 (vinte e três) de Dezembro de 2016. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.003.12.306.0016.2021.33.90.30.00.00.00 – F.098 – Material de Consumo – R$ 8.525,00

04.003.12.306.0016.2022.33.90.30.00.00.00 – F.099 - Material de Consumo – R$ 7.750,00,00

04.005.12.306.0018.2027.33.90.30.00.00.00 – F.123 - Material de Consumo – R$ 3.720,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até **23 de dezembro de 2016**. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do **CONTRATADO;** c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução to-

tal ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a **CONTRATANTE** alterar ou rescindir o contrato sem culpa do **CONTRATADO**, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** o ressarcimento de danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 **São Obrigações doCONTRATANTE:**

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do ***CONTRATANTE***, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da ***CONTRATADA,*** inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O ***CONTRATADO*** fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 13 de abril de 2016.

Walmir Guze Prefeito Municipal Representante Legal CONTRATANTE	Jose Bernardo da Silva Filho Representante Legal CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Maria Conceição de Freitas RG: 1092791-3 SJ/MT	**Mayla Clicia da Silva Farias** RG: 2534352-1 SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 109/2016

"Nomeia servidor para o cargo comissionado que especifica".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Serviços Urbanos, referencia CC-IV, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805. 137-05.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Maio de 2016.

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura nos termos do art. 86 da Lei Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura nos termos do art. 86 da Lei Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

WALMIR GUSE

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 501/2016.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

WALMIR GUSE, Prefeito de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA.

Art. 2º O Conselho é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

Art. 3º Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente compete:

I. Definir as áreas em que a ação do governo relativa à qualidade ambiental deva ser prioritária;

II. Estabelecer diretrizes para a política municipal de meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção, conservação, preservação e melhoria do meio ambiente;

III. Estabelecer normas técnicas e padrões de proteção e conservação da qualidade ambiental do município, observadas as legislações federal, estadual e municipal pertinentes;

IV. Aprovar o seu regimento interno;

V. Atuar conscientizando a sociedade para o desenvolvimento sustentável, promovendo educação ambiental, com ênfase na realidade local;

VI. Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

VII. Compatibilizar planos, programas e projetos potencialmente modificadores do meio ambiente com as normas e padrões estabelecidos pela legislação ambiental vigente;

VIII. Exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de inobservância de norma e padrão estabelecido;

IX. Acionar os órgãos competentes para localizar, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no município, visando ao controle das ações que interferem no meio ambiente;

X. Opinar nos estudos sobre uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando o desenvolvimento sustentável do município;

XI. Opinar sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal, para as atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XII. Decidir sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência, respeitadas as legislações federal e estadual;

XIII. Aplicar penalidades, no âmbito de sua competência, observada a legislação vigente;

XIV. Deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando á efetiva participação da comunidade nos processos de licenciamento para instalação de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XV. Propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de beleza cênica excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados á realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XVI. Responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XVII. Decidir, juntamente com o órgão técnico-administrativo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XVIII. Acompanhar as reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA em assuntos de interesse do município.

Art. 4º O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável a instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 5º O Conselho será composto, observada a representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada, pelos seguintes membros:

I. Representantes do Poder Público:

a) Um presidente, que é o titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado/Divisão de Meio Ambiente;

b) Um representante da câmara de vereadores;

c) Dois representantes dos órgãos do Executivo Municipal, sendo um da Secretaria Municipal de Administração e outro da Secretaria Municipal de Fazenda;

d) Um representante de órgão da administração pública estadual ou federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município:

II. Representantes da Sociedade Civil:

a) Dois representantes dos setores organizados da sociedade;

b) Dois representantes de entidade civil criada para defesa dos interesses dos moradores, com atuação no município;

c) Um cientista ou pessoa de notório saber, indicado pela Escola Estadual Conquista D'Oeste.

Art. 6º Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou qualquer ausência.

Art. 7º A função dos membros do Conselho é considerada serviço de relevante valor social.

Art. 8º Os membros do Conselho tomarão posse em reunião convocada e presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 9º As sessões do Conselho serão públicas e os atos deverão ser divulgados por meio da imprensa local ou através de fixação de ata em mural público.

Art. 10. O mandato dos membros do Conselho a que se refere o inciso II, alíneas "a", "b", "c" e "d" será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por mais um mandato.

Art. 11. Os órgãos ou entidades mencionados no art. 5º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente do Conselho.

Art. 12. O Conselho reunir-se-á com a presença da maioria dos membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos presentes, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Art. 13. O não comparecimento de conselheiro a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante doze meses, implica na exclusão do membro do conselho.

Art. 14. O conselho poderá instituir, se necessário, seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 15. No prazo de 60 (sessenta) dias após a sua instalação, o Conselho elaborará o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por decreto municipal também no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 16. A instalação do Conselho e a composição dos seus membros deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 4 de maio de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 110/2016

"Nomeia servidor para o cargo comissionado que especifica".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de Secretario de Obras e Serviços Públicos, referencia CC-IV, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, o servidor **SERGIANO AUGUSTO DA SILVA**, portador da cédula de identidade sob o nº 1533134-2, expedida pela SSP/MT e do CPF 003.656.831-75, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 085/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Maio de 2016.

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura nos termos do art. 86 da Lei Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura nos termos do art. 86 da Lei Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

WALMIR GUSE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICONº. 037/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.900/2016)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Aquisição de Material Permanente – Equipamento Hospitalar, para atender o Hospital São Benedito de Cuiabá-MT.

Data/Horário: 18/05/2016 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2016

Magda Rossi

Pregoeira Oficial

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 04 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2016

O Senhor **Jhonatan Pinheiro Salles,** Secretário Municipal de Saúde de Curvelândia – MT no uso de suas atribuições e em atendimento ao § 5º do artigo 36 da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, convida todos os vereadores municipais bem como toda população geral do município para participar da **AUDIÊNCIA PUBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** do Fundo Municipal de Saúde relativo ao 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2015 a ser realizado na Camara Municipal de Curvelândia no dia 17 de maio de 2016 (terça-feira) a partir das 08:00 horas.

Curvelândia – MT, 02 de maio de 2016

Jhonatan Pinheiro Salles

Secretário Municipal de Saúde

Portaria 092/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

CONTABILIDADE
LRF 2016 - 1º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	17.347.375,00	21.667.116,69	5.942.876,80	5.942.876,80	15.724.239,89	2.342.834,63	2.342.834,63	19.324.282,06	1.644.805,91	
DESPESAS CORRENTES	16.712.411,00	16.724.911,00	3.659.825,61	3.659.825,61	13.065.085,39	2.332.069,63	2.332.069,63	14.392.841,37	1.634.040,91	
Pessoal e Encargos Sociais	7.851.919,00	7.846.350,00	1.283.153,90	1.283.153,90	6.563.196,10	1.283.153,90	1.283.153,90	6.563.196,10	661.360,68	
Juros e Encargos da Dívida	6.000,00	6.000,00			6.000,00			6.000,00		
Outras Despesas Correntes	8.854.492,00	8.872.561,00	2.376.671,71	2.376.671,71	6.495.889,29	1.048.915,73	1.048.915,73	7.823.645,27	972.680,23	
DESPESAS DE CAPITAL	469.589,00	4.776.830,69	2.283.051,19	2.283.051,19	2.493.779,50	10.765,00	10.765,00	4.766.065,69	10.765,00	
Investimentos	435.999,00	4.743.240,69	2.283.051,19	2.283.051,19	2.460.189,50	10.765,00	10.765,00	4.732.475,69	10.765,00	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	33.590,00	33.590,00			33.590,00			33.590,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	165.375,00	165.375,00			165.375,00			165.375,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	17.347.375,00	21.667.116,69	5.942.876,80	5.942.876,80	15.724.239,89	2.342.834,63	2.342.834,63	19.324.282,06	1.644.805,91	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.347.375,00	21.667.116,69	5.942.876,80	5.942.876,80	15.724.239,89	2.342.834,63	2.342.834,63	19.324.282,06	1.644.805,91	
SUPERÁVIT (XIII)							518.026,82		1.216.055,54	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.347.375,00	21.667.116,69	5.942.876,80	5.942.876,80	15.724.239,89	2.342.834,63	2.860.861,45	18.806.255,24	2.860.861,45	

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 30/03/2016 12:59:52

Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	17.347.375,00	17.347.375,00	2.860.861,45	16,49	2.860.861,45	16,49	14.486.513,55
RECEITAS CORRENTES	17.347.375,00	17.347.375,00	2.860.861,45	16,49	2.860.861,45	16,49	14.486.513,55
RECEITA TRIBUTARIA	881.971,00	881.971,00	116.435,69	13,20	116.435,69	13,20	765.535,31
Impostos	732.115,00	732.115,00	87.487,09	11,94	87.487,09	11,94	644.627,91
Taxas	149.856,00	149.856,00	28.948,60	19,31	28.948,60	19,31	120.907,40
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	115.000,00	115.000,00					115.000,00
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	115.000,00	115.000,00					115.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	132.450,00	132.450,00	47.056,60	35,52	47.056,60	35,52	85.393,40
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	6.280,00	6.280,00	2.031,27	32,34	2.031,27	32,34	4.248,73
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	126.170,00	126.170,00	45.025,33	35,68	45.025,33	35,68	81.144,67
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	313.580,00	313.580,00	35.804,60	11,41	35.804,60	11,41	277.775,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.691.734,00	15.691.734,00	2.646.233,65	16,86	2.646.233,65	16,86	13.045.500,35
Transferências Intergovernamentais	15.492.258,55	15.492.258,55	2.646.233,65	17,08	2.646.233,65	17,08	12.846.024,90
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	199.475,45	199.475,45					199.475,45
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	212.640,00	212.640,00	15.330,91	7,20	15.330,91	7,20	197.309,09
Multa de Juros de Mora	78.980,00	78.980,00	5.004,88	6,33	5.004,88	6,33	73.975,12
Indenizações e Restituições	12.500,00	12.500,00					12.500,00
Receita da Dívida Ativa	111.160,00	111.160,00	9.408,95	8,46	9.408,95	8,46	101.751,05
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	917,08	9,17	917,08	9,17	9.082,92
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	17.347.375,00	17.347.375,00	2.860.861,45	16,49	2.860.861,45	16,49	14.486.513,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.347.375,00	17.347.375,00	2.860.861,45	16,49	2.860.861,45	16,49	14.486.513,55
DÉFICIT (VI)					518.026,82		
TOTAL(VII) = (V + VI)	17.347.375,00	17.347.375,00	2.860.861,45	16,49	3.378.888,27	19,47	13.968.486,73

Emissão: 30/03/2016 12:59:52

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2016

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.548.216,00	20.867.957,69	5.942.876,80	5.942.876,80	100,00	14.925.080,89	2.342.834,63	2.342.834,63	100,00	18.525.123,06	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.006.645,00	1.006.645,00	429.992,10	429.992,10	7,23	576.652,90	138.607,29	138.607,29	5,91	868.037,71	
ADMINISTRACAO GERAL	4.953.417,00	4.938.245,00	1.004.826,82	1.004.826,82	16,90	3.933.418,18	732.912,46	732.912,46	31,28	4.205.332,54	
CONTROLE INTERNO	108.040,00	108.040,00	19.821,82	19.821,82	0,33	88.218,18	19.821,82	19.821,82	0,84	88.218,18	
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	22.050,00	22.050,00				22.050,00				22.050,00	
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
ADMINISTRACAO GERAL	654.415,00	654.415,00	127.860,90	127.860,90	2,15	526.554,10	108.437,90	108.437,90	4,62	545.977,10	
ASSISTENCIA AO IDOSO	22.050,00	22.050,00				22.050,00				22.050,00	
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	22.050,00	22.050,00				22.050,00				22.050,00	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	41.485,00	546.496,55	504.695,76	504.695,76	8,49	41.800,79				546.496,55	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE											
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	784.535,00	766.535,00	145.874,07	145.874,07	2,45	620.660,93	145.874,07	145.874,07	6,22	620.660,93	
ATENCAO BASICA	2.891.962,00	2.955.962,00	1.055.401,17	1.055.401,17	17,75	1.900.560,83	379.608,36	379.608,36	16,20	2.576.353,64	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	121.275,00	121.275,00	18.518,58	18.518,58	0,31	102.756,42	4.868,88	4.868,88	0,20	116.406,12	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	11.025,00	11.025,00				11.025,00				11.025,00	
VIGILANCIA SANITARIA	445.178,00	445.178,00	84.973,72	84.973,72	1,42	360.204,28	84.973,72	84.973,72	3,62	360.204,28	
TRABALHO											
EDUCAÇÃO											
ADMINISTRACAO GERAL	164.045,00	164.045,00	22.063,76	22.063,76	0,37	141.981,24	22.063,76	22.063,76	0,94	141.981,24	
ALIMENTACAO E NUTRICAO	176.400,00	176.400,00	3.548,85	3.548,85	0,05	172.851,15	3.210,95	3.210,95	0,13	173.189,05	
EDUCACAO INFANTIL	46.305,00	46.305,00	3.072,62	3.072,62	0,05	43.232,38	3.072,62	3.072,62	0,13	43.232,38	
ENSINO FUNDAMENTAL	4.280.505,00	7.294.213,86	1.713.382,29	1.713.382,29	28,83	5.580.831,57	658.683,12	658.683,12	28,11	6.635.530,74	
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	16.537,00	16.537,00				16.537,00				16.537,00	
CULTURA											
DIFUSAO CULTURAL	219.805,00	219.805,00	500,00	500,00		219.305,00	500,00	500,00	0,02	219.305,00	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
INFRA-ESTRUTURA URBANA		758.771,28	758.771,28	758.771,28	12,76					758.771,28	
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO											
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											

Emissão: 30/03/2016 13:01:18 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2016

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ADMINISTRACAO GERAL	276.015,00	276.015,00	49.573,06	49.573,06	0,83	226.441,94	40.199,68	40.199,68	1,71	235.815,32	
EXTENSAO RURAL		42.250,00				42.250,00				42.250,00	
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	30.320,00	30.320,00				30.320,00				30.320,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
ENERGIA ELETRICA	55.125,00	24.297,00				24.297,00				24.297,00	
TRANSPORTE											
TRANSPORTE RODOVIARIO	17.117,00	17.117,00				17.117,00				17.117,00	
DESPORTO E LAZER											
DESPORTO COMUNITARIO	16.540,00	16.540,00				16.540,00				16.540,00	
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	165.375,00	165.375,00				165.375,00				165.375,00	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 16.548.216,00	R$ 20.867.957,69	R$ 5.942.876,80	R$ 5.942.876,80	R$ 100,00	R$ 14.925.080,89	R$ 2.342.834,63	R$ 2.342.834,63	100,00	18.525.123,06	

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 30/03/2016 13:01:18 Page 2 de 2

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15	JAN/16	FEV/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.268.462,18	1.453.959,45	1.877.545,21	1.566.956,87	1.469.581,62	1.354.502,17	1.315.021,22	1.646.304,95	1.754.355,08	2.130.660,53	1.723.376,94	1.502.254,21	19.062.980,43	19.516.961,20
Receita Tributária	55.531,98	106.568,81	285.662,72	143.194,47	58.819,83	56.426,59	45.861,11	59.481,76	55.628,54	150.800,57	66.683,46	48.387,76	1.133.047,60	896.561,00
IPTU	35,00	1.766,39	24.463,98	85.994,11	7.817,66	1.734,05	2.515,48	2.106,07	1.617,41	1.297,50	881,04	27,04	130.255,73	153.200,00
ISS	15.667,73	18.131,85	18.485,08	25.397,60	16.903,52	15.808,08	16.452,69	29.200,73	26.950,74	18.213,62	17.256,89	16.574,42	235.042,95	231.242,00
ITBI	10.387,85	23.025,39	206.732,58	2.434,00	6.010,00	13.800,00		3.844,00	2.183,99	115.354,57	13.700,00	4.000,00	401.472,38	82.750,00
IRRF	19.511,57	57.104,12	25.553,82	1.850,31	23.414,90	23.209,12	22.808,14	23.382,89	23.227,33	15.325,75	27.211,19	7.836,51	270.435,65	270.623,00
Outras Rec. Tributarias	9.929,83	6.541,06	10.427,26	27.518,45	4.673,75	1.875,34	4.084,80	948,07	1.649,07	609,13	7.634,34	19.949,79	95.840,89	158.746,00
Receita Contribuições	5.096,18			324,11									5.420,29	115.000,00
Receita Patrimonial	18.701,70	16.365,17	15.740,26	17.185,58	20.276,21	18.797,56	19.420,90	24.373,27	21.515,93	25.071,29	23.596,98	23.459,62	244.504,47	132.450,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	29.455,64	28.843,22	62.362,72	23.809,12	28.312,11	28.964,05	26.879,90	27.340,83	23.590,24	23.927,68	17.091,11	18.713,49	339.290,11	313.580,00
Transferências Correntes	1.153.776,37	1.296.811,96	1.503.634,46	1.365.130,71	1.351.849,96	1.237.229,44	1.208.396,84	1.529.144,58	1.459.559,64	1.733.462,53	1.611.993,04	1.403.438,95	16.854.428,48	17.812.580,00
Cota Parte do FPM	424.841,34	458.516,39	563.847,26	490.604,28	429.753,13	424.877,96	354.223,40	403.164,93	455.204,85	769.721,39	495.913,76	620.547,89	5.891.216,58	6.423.624,00
Cota Parte do ICMS	306.232,01	267.678,16	280.147,00	289.332,17	290.038,16	275.230,35	334.073,62	302.726,03	272.294,89	379.243,44	455.613,21	197.590,70	3.650.199,74	3.649.839,42
Cota Parte do IPVA	28.168,45	38.206,69	41.504,43	29.675,87	47.534,75	24.286,02	19.571,76	8.277,74	9.084,98	12.427,86	21.025,03	34.310,27	314.073,85	445.700,00
Cota Parte do ITR	41,19	510,18	1.478,38	1.955,89	209,85	44,91	704,93	131.677,90	7.716,85	4.418,27	2.049,13		150.807,48	26.272,00
Transf. LC 87/1966		5.850,51	1.462,63	1.462,63	1.462,63	1.462,63	1.462,63	1.462,63	1.462,63	1.462,63		1.157,43	18.708,98	18.500,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	221.770,76	207.815,82	250.875,35	226.296,73	205.438,20	211.991,62	213.186,19	242.094,14	205.887,73	267.021,20	321.920,06	213.685,23	2.787.983,03	2.784.800,00
Outras Transf. Correntes	172.722,62	318.234,21	364.319,41	325.803,14	377.413,24	299.335,95	285.174,31	439.741,21	507.907,71	299.167,74	315.471,85	336.147,43	4.041.438,82	4.463.844,58
Outras Receitas Correntes	5.900,31	5.370,29	10.145,05	17.312,88	10.323,51	13.084,53	14.462,47	5.964,51	194.060,73	197.398,46	4.012,35	8.254,39	486.289,48	246.790,20
DEDUÇÕES (I)	151.387,02	153.571,55	177.252,31	162.065,28	140.043,28	144.700,74	141.497,00	169.366,67	148.291,98	183.701,61	194.374,07	170.395,63	-1.936.647,14	2.072.105,80
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	151.387,02	153.571,55	177.252,31	162.065,28	140.043,28	144.700,74	141.497,00	169.366,67	148.291,98	183.701,61	194.374,07	170.395,63	-1.936.647,14	2.072.105,80
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.117.075,16	1.300.387,90	1.700.292,90	1.404.891,59	1.329.538,34	1.209.801,43	1.173.524,22	1.476.938,28	1.606.063,10	1.946.958,92	1.529.002,87	1.331.858,58	17.126.333,29	17.444.855,40

SEBASTIAO JOSE ROBERTO
Vice Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 30/03/2016 13:02:14

Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro á FEVEREIRO 2016 / Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/DEZ/2015 (b)	em 29/FEV/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	2.980.969,83	2.980.969,83	3.764.977,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.683.537,16	3.683.537,16	3.844.972,34
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	702.567,33	702.567,33	79.994,95
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.980.969,83	-2.980.969,83	-3.764.977,39
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-2.980.969,83	-2.980.969,83	-3.764.977,39

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-784.007,56	-784.007,56

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/DEZ/2015 (b)	em 29/FEV/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 30/03/2016 às 13:03

Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	17.341.095,00	2.858.830,18	2.450.390,09
Receitas Tributárias	881.971,00	116.435,69	74.332,86
IPTU	148.200,00	908,08	1.744,85
ISS	231.042,00	33.831,31	33.763,32
ITBI	82.250,00	17.700,00	1.823,29
IRRF	270.623,00	35.047,70	22.911,79
Outras Receitas Tributárias	149.856,00	28.948,60	14.089,61
Receitas de Contribuições	115.000,00		14.355,18
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	115.000,00		14.355,18
Receita Patrimonial Líquida	126.170,00	45.025,33	27.952,21
Receita Patrimonial	132.450,00	47.056,60	28.754,39
(-) Aplicações Financeiras	6.280,00	2.031,27	802,18
Transferências Correntes	15.691.734,00	2.646.233,65	2.284.012,42
FPM	6.423.624,00	1.116.461,65	1.154.691,95
ICMS	3.649.839,42	653.203,91	527.505,87
Convênios	199.475,45		24.627,40
Outras Transferências Correntes	5.418.795,13	876.568,09	577.187,20
Demais Receitas Correntes	526.220,00	51.135,51	49.737,42
Dívida Ativa	111.160,00	9.408,95	2.371,34
Diversas Receitas Correntes	415.060,00	41.726,56	47.366,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)			462.023,34
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			30.000,00
Transferências de Capital			432.023,34
Convênios			432.023,34
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)			432.023,34
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**17.341.095,00**	**2.858.830,18**	**2.882.413,43**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.724.911,00	3.659.825,61	2.946.012,48	2.332.069,63	1.861.654,61		
Pessoal e Encargos Sociais	7.846.350,00	1.283.153,90	1.151.656,68	1.283.153,90	1.151.656,68		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	6.000,00						
Outras Despesas Correntes	8.872.561,00	2.376.671,71	1.794.355,80	1.048.915,73	709.997,93		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.718.911,00	3.659.825,61	2.946.012,48	2.332.069,63	1.861.654,61		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.776.830,69	2.283.051,19	2.455.801,84	10.765,00	8.449,00		
Investimentos	4.743.240,69	2.283.051,19	2.455.801,84	10.765,00	8.449,00		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	33.590,00						
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.743.240,69	2.283.051,19	2.455.801,84	10.765,00	8.449,00		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	165.375,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**21.627.526,69**	**5.942.876,80**	**5.401.814,32**	**2.342.834,63**	**1.870.103,61**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-4.286.431,69**	**-3.084.046,62**	**-2.519.400,89**	**515.995,55**	**1.012.309,82**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 30/03/2016 às 13:04 Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	19.266,41	683.300,92	671.252,92		31.314,41	221.777,50	519.240,67	156.529,82	107.849,28		633.168,89	664.483,30
Executivo	19.266,41	683.300,92	671.252,92		31.314,41	221.777,50	519.240,67	156.529,82	107.849,28		633.168,89	664.483,30
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	19.266,41	683.300,92	671.252,92		31.314,41	221.777,50	519.240,67	156.529,82	107.849,28		633.168,89	664.483,30

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE Emissão: 30/03/2016 às 13:04 Page 1 de 1

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	628.052,00	628.052,00	65.622,63	10,45%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	310.050,00	310.050,00	14.010,95	4,52%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	148.200,00	148.200,00	908,08	0,61%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.850,00	4.850,00	236,80	4,88%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	102.000,00	102.000,00	8.665,16	8,50%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	4.200,91	7,00%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(5.000,00)	(5.000,00)	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	81.750,00	81.750,00	17.700,00	21,65%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	82.250,00	82.250,00	17.700,00	21,52%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	(500,00)	(500,00)	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	236.252,00	236.252,00	33.911,68	14,35%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	231.042,00	231.042,00	33.831,31	14,64%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.250,00	1.250,00	55,49	4,44%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	2.580,00	2.580,00	24,88	0,96%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.580,00	1.580,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	(200,00)	(200,00)	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.563.935,42	10.563.935,42	1.828.207,42	17,31%
2.1- Cota-Parte FPM	6.423.624,00	6.423.624,00	1.116.461,65	17,38%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.423.624,00	6.423.624,00	1.116.461,65	17,38%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.649.839,42	3.649.839,42	653.203,91	17,90%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	18.500,00	18.500,00	1.157,43	6,26%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	26.272,00	26.272,00	2.049,13	7,80%
2.6- Cota-Parte IPVA	445.700,00	445.700,00	55.335,30	12,42%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.191.987,42	11.191.987,42	1.893.830,05	16,92%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	357.420,00	357.420,00	52.064,79	14,57%
5.1- Transferências do Salário-Educação	231.300,00	231.300,00	40.903,48	17,68%
5.2- Transferências Diretas - PDDE				

Emissão: 30/03/2016 13:06:02 Page 1 de 5

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)				R$1,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	96.120,00	96.120,00	9.056,00	9,42%
5.4- Transferências Diretas - PNATE	30.000,00	30.000,00	2.105,31	7,02%
5.5- Outras Transferências do FNDE				
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	153.380,00	153.380,00		
6.1- Transferência de Convênios	153.380,00	153.380,00		
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	343.206,20	343.206,20	60.448,11	17,61%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	854.006,20	854.006,20	112.512,90	13,17%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.072.105,80	2.072.105,80	364.769,70	17,60%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.268.011,40	1.268.011,40	223.292,27	17,61%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	706.000,00	706.000,00	129.769,16	18,38%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.700,00	3.700,00	231,48	6,26%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.254,40	5.254,40	409,82	7,80%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	89.140,00	89.140,00	11.066,97	12,42%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.791.080,00	2.791.080,00	537.636,56	19,26%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.784.800,00	2.784.800,00	535.605,29	19,23%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.280,00	6.280,00	2.031,27	32,35%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	712.694,20	712.694,20	170.835,59	23,97%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1- Com Educação Infantil							
13.2- Com Ensino Fundamental							
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2016[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.797.996,86	2.797.996,86	473.457,51	16,92%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	46.305,00	46.305,00	3.072,62	6,64%	3.072,62	6,64%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	46.305,00	46.305,00	3.072,62	6,64%	3.072,62	6,64%	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.280.505,00	7.294.213,86	1.713.382,29	23,49%	658.683,12	9,03%	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.280.505,00	7.294.213,86	1.713.382,29	23,49%	658.683,12	9,03%	
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR				0,00%			

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS	356.982,00	356.982,00	25.612,61	7,17%	25.274,71	7,08%	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	4.683.792,00	7.697.500,86	1.742.067,52	22,63%	687.030,45	8,93%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	170.835,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	2.031,27
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	66.561,17
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) [5]	239.428,03
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37)) [6]	422.327,71
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	22,30

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00%		0,00%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)				0,00%		0,00%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.683.792,00	7.697.500,86	1.742.067,52	22,63%	687.030,45	8,93%	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	535.605,29
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
49.1- Orçamento do Exercício	0,00
49.2- Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.031,27
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	537.636,56

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 30/03/2016 13:06:02 Page 5 de 5
Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	922.255,00	922.255,00	101.900,92	11,05%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	148.200,00	148.200,00	908,08	0,61%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	82.250,00	82.250,00	17.700,00	21,52%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	231.042,00	231.042,00	33.831,31	14,64%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.623,00	270.623,00	35.047,70	12,95%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.630,00	11.630,00	483,28	4,16%
Dívida Ativa dos Impostos	111.160,00	111.160,00	9.408,95	8,46%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	67.350,00	67.350,00	4.521,60	6,71%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.563.935,42	10.563.935,42	1.828.207,42	17,31%
Cota-Parte FPM	6.423.624,00	6.423.624,00	1.116.461,65	17,38%
Cota-Parte ITR	26.272,00	26.272,00	2.049,13	7,80%
Cota-Parte IPVA	445.700,00	445.700,00	55.335,30	12,42%
Cota-Parte ICMS	3.649.839,42	3.649.839,42	653.203,91	17,90%
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	18.500,00	18.500,00	1.157,43	6,26%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	18.500,00	18.500,00	1.157,43	6,26%
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**11.486.190,42**	**11.486.190,42**	**1.930.108,34**	**16,80%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.915.980,00	1.915.980,00	439.442,37	22,94%
Provenientes da União	1.695.269,00	1.695.269,00	305.662,96	18,03%
Provenientes dos Estados	220.711,00	220.711,00	133.779,41	60,61%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	264.276,00	264.276,00	46.502,22	17,60%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**2.180.256,00**	**2.180.256,00**	**485.944,59**	**22,29%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.520.114,00	2.602.114,00	946.576,22	36,38%	275.378,33	10,58%	
Pessoal e Encargos Sociais	586.956,20	586.956,20	66.817,05	11,38%	66.817,05	11,38%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	1.933.157,80	2.015.157,80	879.759,17	43,66%	208.561,28	10,35%	
DESPESAS DE CAPITAL	9.702,00	9.702,00					
Investimentos	9.702,00	9.702,00					
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**2.529.816,00**	**2.611.816,00**	**946.576,22**	**36,24%**	**275.378,33**	**10,54%**	

Emissão: 30/03/2016 13:08:27

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	220.711,00	220.711,00	3.754,85	0,40%	3.754,85	1,36%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	220.711,00	220.711,00	3.754,85	0,40%	3.754,85	1,36%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**220.711,00**	**220.711,00**	**3.754,85**	**0,40%**	**3.754,85**	**1,36%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**2.309.105,00**	**2.391.105,00**	**942.821,37**		**271.623,48**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]	**14,07%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100][6]	**-17.892,77**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	1.026,36		300,00	726,36	
Total	**1.026,36**		**300,00**	**726,36**	

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	5.226,89		5.226,89
Total(VIII)	**5.226,89**		**5.226,89**

Emissão: 30/03/2016 13:08:27

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.013.683,30	2.077.683,30	868.847,04	91,79%	208.338,23	75,66%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	428.229,70	446.229,70	67.040,10	7,08%	67.040,10	24,34%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	27.525,50	27.525,50					
Vigilância Epidemiológica							
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	60.377,50	60.377,50	10.689,08	1,13%			
TOTAL	**2.529.816,00**	**2.611.816,00**	**946.576,22**	**100,00%**	**275.378,33**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 30/03/2016 13:08:27 Page 3 de 3
Homologado

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE** vem tornar público que estará realizando processo licitatório na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016**, objetivando o **Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios, Legumes / Verduras / Frutas E Raízes, Pães, Materiais Para Limpeza, Materiais de Consumo e Utensílios Domésticos**; regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto n.º 7.892/2013, Decreto Municipal nº 008/2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993. **Sessão**:Dia: **19/05/2016**. **Horário**: **08:00 horas**. **Local**: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Denise-MT – Situada à Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT. CEP: 78.380-000. Informações pelo telefone (65) 3342-1615 ou (65) 3342-1397.

Denise/MT, 05 de Maio de 2016.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro Oficial do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 040/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **JONAS BOTAN** como Fiscal do **Contrato Nº 113/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra para construção de banheiros na Feira Municipal, atendendo a Secretaria de Agricultura do Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 01 de Abril de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.108/2016

Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências

O Senhor JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica incluso no Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei Municipal 944/2013 de 09/12/2013, e na Lei Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei Municipal 1.054/2015 de 30/06/2015, no programa 0073 – REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MAJOR CAETANO DIAS:

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MAJOR CAETANO DIAS

Função: 15 Urbanismo

Sub - Função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0070: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MAJOR CAETANO DIAS

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta reais), por conta da inserção do seguinte elemento de despesa na dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

04.01 – GABINETE DO SECRETARIO

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MAJOR CAETANO DIAS

Função: 15 Urbanismo

Sub - Função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0073: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MAJOR CAETANO DIAS

PROJETO/ATIVIDADE 1.262 – REFORMA DA PRACA MAJOR CAETANO DIAS

4.4.90.51.0024 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 350.000,00

Artigo 3º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos do CONVÊNIO nº 183/2013/SECID e o município de Diamantino/MT, objetivando a execução revitalização da Praça Major Caetano Dias no município de Diamantino/MT, face o que determina o artigo 43, §1º, e incisos, da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 04 de maio de 2016.

Juviano Lincoln

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 041/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **MARCELA REINERS BATISTA** como Fiscal do **Contrato Nº 117/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa especializada para realizar curso de capacitação em urgência e emergência com carga horária de 210 horas aos servidores públicos municipais de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 04 de Abril de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 014/2016**, cujo objeto é**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA E LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO.** Onde se sagrou vencedor a empresa: **STAF SISTEMAS LTDA EPP,** CNPJ: 07.941.056/0001-90, no lote único, totalizando **R$ 278.000,00** (Duzentos e setenta e oito mil Reais).

Diamantino - MT, 04 de Maio de 2016.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 063/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **NILTON CEZAR DOS SANTOS** como Fiscal do **Contrato Nº 156/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e serviços de caminhão, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 061/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Art. 2º da Portaria nº 225/2013, **onde se lê** "**Art. 2º** - A remuneração será a de DAS 3 conforme o anexo V da Lei 881/2013. **Leia-se** Art. 2º - A Remuneração será a de DAS 8, conforme anexo V da Lei 1. 042/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 060/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **KELLY CRISTINA JOSÉ DE ASSIS** como Fiscal do **Contrato Nº 147/2016**, cujo objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.105/2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber escritura pública de dação em pagamento de imóveis urbanos.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, **JUVIANO LINCOLN**, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber de CÉLIA REGINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.713.496/0001-08, e, assim, incorporar ao patrimônio do Município através de Escritura Pública de Dação em Pagamento, os terrenos urbanos, integrantes da matrícula "mãe" nº 25.635 do RGI de Diamantino, pertencentes ao loteamento "Residencial Célia Regina", com área de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados) cada um, a saber:

- lotes 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da quadra 22;

- lotes 04, 05, 06, 29 e 30, da quadra 19.

Artigo 2º - Dá-se por líquido, certo e exigível o montante de R$ 88.840,88 (oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais, e oitenta e oito centavos), a título de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), relativo aos exercícios fiscais de 2014 e 2015, devido, vencido e não pago pela contribuinte CÉLIA REGINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – EPP e, por isso, lançado na Dívida Fiscal.

Artigo 3º - Os bens oferecidos à dação, descriminados no art. 1º, foram avaliados pela Fazenda Pública Municipal pelo valor de R$ 8.076,44 (oito mil, e setenta e seis reais, e quarenta e quatro centavos) cada um, perfazendo o total de R$ 88.840,84 (oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais, e oitenta e quatro centavos).

Artigo 4º - Com o recebimento dos bens pelo Município, o débito tributário descrito no art. 2º, fica integralmente extinto, devendo o Setor de Tributos realizar as baixas necessárias.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 05 de maio de 2016.

Juviano Lincoln

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 059/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **KELLY CRISTINA JOSÉ DE ASSIS** como Fiscal do **Contrato Nº 146/2016**, cujo objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 058/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **NILTON CEZAR DOS SANTOS** como Fiscal do **Contrato Nº 149/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e serviços de caminhão, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Maio de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 140/2016 - CONTRATADO

MARIA GLÓRIA DA SILVA O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de Técnico de Radiologia , lotada no Pronto Atendimento , aprovado no Processo Seletivo Edital Nº 001/2015.

.A vigência deste contrato tem início em 02/04/2016 e término em 31/12/2016. Durante o prazo constante da cláusula terceira, O **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1363,29 (hum mil trezentos e sessenta reais e vinte e nove Centavos)mais 30%de insalubridade ,equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.

II – Programa de Trabalho: Manutenção do Pronto Atendimento – 2024

III – Natureza da Despesa: Vencimentos do pessoal - 3.1.90.11.01.00.00. 00.00.01.0002.000000.02.01.00. IV – Fonte do Recurso: Próprio.

Diamantino, 02 de Maio de 2016

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.107/2016

Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências

O Senhor JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica incluso no Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei Municipal 944/2013 de 09/12/2013, e na Lei Diretrizes Orçamentárias - LDO, aprovada pela Lei Municipal 1.054/2015 de 30/06/2015, no programa 0074 – AQUISIÇAO DE LAMA ASFALTICA PARA REVITALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO:

META: AQUISIÇAO DE LAMA ASFALTICA PARA REVITALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO

Função: 15 URBANISMO

Sub - Função: 541 – INFRA ESTRUTURA URBANA

Programa: 0074- AQUISIÇAO DE LAMA ASFALTICA PARA REVITALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por conta da inserção do seguinte elemento de despesa na dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS

04.01 – GABINETE DO SECRETARIO

Função: 15 URBANISMO

Sub - Função: 541 – INFRA ESTRUTURA URBANA

Programa: 0074- AQUISIÇAO DE LAMA ASFALTICA PARA REVITALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO

PROJETO/ATIVIDADE 1.263 – AQUISIÇAO DE LAMA ASFALTICA PARA REVITALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO

4.4.90.51.0024–OBRAS E INSTALAÇÕES.....R$ 500.000,00

Artigo 3º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos do CONVÊNIO SECID nº 060/2015/SECID e o município de Diamantino/MT, objetivando a aquisição de lama asfáltica para revitalização em diversas ruas do município de Diamantino/MT, face o que determina o artigo 43, §1º, e incisos, da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 04 de maio de 2016.

Juviano Lincoln

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 057/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **CARLOS CEZAR ALBERTIN CALVO** como Fiscal do **Contrato Nº 130/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar na zona rural deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 29 de Abril de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 054/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **JONAS BOTAN** como Fiscal do **Contrato Nº 126/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de meio-fio de concreto pré-moldado e sarjeta em concreto, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 27 de Abril de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.106/2016

Revoga as Leis Municipais nº 166/1994 e 329/1999.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, **JUVIANO LINCOLN**, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam revogadas as Leis Municipais nº 166/1994 e 329/1999.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 04 de maio de 2016.

Juviano Lincoln

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 056/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **CARLOS CEZAR ALBERTIN CALVO** como Fiscal do **Contrato Nº 129/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar na zona rural deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 29 de Abril de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 055/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **CARLOS CEZAR ALBERTIN CALVO** como Fiscal do **Contrato Nº 128/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar na zona rural deste Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 29 de Abril de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 135/2016 -

CONTRATADO: WILSON LEONARDO DA SILVAO presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de Enfermeiro lotado no Pronto Atendimento Diamantino,aprovado no Processo Seletivo Edital Nº 004/2016.

.A vigência deste contrato tem início em 02/05/2016 e término em 31/12/2016. O **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 3.584,84 (Três Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro reais Oitenta e Quatro Centavos) mais 20% de insalubridade,equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde. II – Programa de Trabalho: Manutenção do Pronto Atendimento – 2024 . III – Natureza da Despesa: Vencimentos do pessoal - 3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00. IV – Fonte do Recurso: Próprio.

Diamantino, 02 de Maio de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
PORTARIA Nº096/2016

PORTARIA Nº096/2016

DATA: 29 DE ABRIL DE 2016.

SÚMULA: DESIGNA A COMISSÃO DE LEVANTAMENTO, REGISTRO, CONTROLE, REAVALIAÇÃO E BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, Prefeito Municipal de Feliz Natal - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Levantamento, Registro, Controle, Reavaliação e Baixa do Patrimônio Público da Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT para o exercício de 2016, composta pelos seguintes servidores:

Presidente - Rogério Jose Mendicino

Secretário – Juliele Moura Rodrigues

Membros – Vanderleia Mendes da Silva Pescinelli

Dercilio Gomes de Oliveira

Regiane Soares Costa

Márcia Alves Teixeira

David Furlan Canelo

Eliane Sales de Oliveira

André Araújo Mascardo

Jeandra Rosa da Silva

Jorge Martinez Boas

Antônio Nunes Gonçalves

Art. 2º - Compete a esta Comissão proceder o levantamento, registro, controle e a avaliação dos bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT, bem como, proceder as devidas depreciações e baixas necessárias, em conformidade com o Decreto nº 110/2013 de 05 Dezembro de 2013.

Art. 3º - O prazo para a conclusão dos trabalhos e entrega dos relatórios e atas ao Departamento de Contabilidade será a data de 29 de Julho de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 29 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA JURIDICO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 073/2016.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 073/2016.

DATA: 08 DE aBRIL DE 2016.

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS para composição do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, e dá outras providências.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e considerando o disposto no art. 8º da Lei Municipal nº 394/2012, de 13 de Novembro de 2012.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Feliz Natal, para o Biênio 2016-2018, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

TITULAR: Alexsandra Cristina Vicente

SUPLENTE: Jacqueline Pinheiro da Silva Almeida

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esporte:

TITULAR: Juliana Mazei Silva

SUPLENTE: Marcia Adriane Weiss

Representantes do Gabinete do Prefeito:

TITULAR: Franze Willian Braz

SUPLENTE: Livanete Francisca Vieira de Souza

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

TITULAR: Wilza Carla Sartori

SUPLENTE: Bruna de Souza Ferler

Representantes das Igrejas Sediadas no Municipio:

TITULAR: Gladis Weimer

SUPLENTE: Maria do Carmo Pontte Fiorese

Representante do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Feliz Natal:

TITULAR: Regiane Costa Soares

SUPLENTE: Eder Sandro Santo Caioni

Representantes da Pastoral da Criança:

TITULAR: Alessandra Block Seibet

SUPLENTE: Vanderleia Aparecida Menon de Oliveira

Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Feliz Natal - APAE

TITULAR: Flavia Castro Fonseca

SUPLENTE: Enisandra Aparecida Garcia de Oliveira

Secretária Executiva:

Anette Ingrit Bencke Schneider

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 08 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2016.

josé antonio dubiella

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 101/2016

PORTARIA 101/2016 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

SÚMULA: "DESIGNA CONSELHEIROS TUTELARES ELEITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Excelentíssimo Senhor, **LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, Prefeito Municipal De Figueirópolis D'oeste, MT, no uso de suas atribuições, buscando

ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente; Resolve

Art. 1° - DESIGNAR a Sr.ª **VANUZA PEREIRA DOS SANTOS,** para exercer a função de Conselheira Tutelar, a partir de 04 de Maio 2016, conforme a lei federal 8.069/90 e lei municipal 655/2015 considerando o resultado das eleições para conselheiro tutelar do município, realizada dia 04/10/2015.

.

Art. 2° - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 04 de Maio 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 004/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Cemi Rodrigues Dias Filho

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 1.966,21 (um mil novecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 012/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Nilvane Aléssio Decker

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 1.769,58 (um mil setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 017/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Giesela Kurtz

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 3.007,14 (três mil, sete reais e quatorze centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 018/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Marcelo Correa da Costa

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 2.573,42 (dois mil quinhentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 019/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Jair Soave

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 4.930,57 (quatro mil novecentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 023/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Vitório Spézia

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 693,95 (seiscentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 025/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Tiago Bissoni

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 3.349,47 (três mil trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 026/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Edemar Wusp

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 5.274,11 (cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e onze centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

Termo Aditivo: 002/2016 ao Contrato nº 082/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Giovana Fátima Pivetta

Objeto do Aditivo: Reajuste do aluguel mensal, segundo o índice do IGP-M- Índice Geral de Preços do Mercado/FGV, num percentual de 11/56% correspondente ao acumulado no período de 12 (doze) meses.

Valor: R$ 2.208,88 (dois mil duzentos e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 05/04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 032/2016 DE 03/05/2016.

PORTARIA NC Nº 032/2016 DE 03/05/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 o candidato **EDUARDO RODRIGO FRITSCH,** brasileiro, maior, portador do RG Nº 1930253-3 SSP/MT e do CPF Nº 040.006.731-57, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **MOTORISTA CATEGORIA D,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/05/2016.

NP 474/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

LICITAÇAO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 053/2016

PARTES: **MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE** E A EMPRESA **ROSILENE ADRIANA BORTOLETI DA SILVA 03059148120** TENDO COMO **OBJETO** O **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços, voltados à atender as necessidades da Administração Municipal. **FUNDAMENTO LEGAL: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0434/2016**. A EMPRESA **ROSILENE ADRIANA BORTOLETI DA SILVA 03059148120** SAGROU-SE VENCEDORA PARA O **ITEM** 01. **DATA DE ASSINATURA**: 03/05/2016. **VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NA PREFEITURA MUNICIPAL. **ASSINA PELO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE**: SANDRA MARTINS – PREFEITA MUNICIPAL; CONTRATADA: **ROSILENE ADRIANA BORTOLETI DA SILVA 03059148120 REPRESENTADO** PELA SENHORA ROSILENE ADRIANA BORTOLETI DA SILVA - GUARANTÃ DO NORTE, 03 DE MAIO DE 2016.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331/2016 DE 03/05/2016

PORTARIANº 331/2016 DE 03/05/2016

"CREDENCIA O SERVIDOR QUE MENCIONA PARA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

R E S O LV E:

Artigo 1º - Credenciar o servidor abaixo relacionado para a condução de veículos oficiais leves, nos termos do **Decreto Municipal Nº 010/2013 de 28/01/2013**, e suas alterações, sendo:

Servidor	Matr.	Cargo	Habilitação	Categoria	Validade CNH
CELSO HILLESHEIN	2834	VIVEIRISTA	03288231791	AB	12/01/2019

Parágrafo Único - O servidor ora credenciado estará autorizado a utilizar os veículos oficiais para protocolar documento e atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e Turismo, atividades que exigem o máximo de aproveitamento do tempo.

Artigo 2º - O servidor de que trata esta Portaria estará apenas autorizado a conduzir os veículos que sejam compatíveis com sua Categoria de Habilitação.

Artigo 3º- O credenciamento de que trata esta Portaria poderá ser revogado a pedido do Secretário Municipal ou do Dirigente máximo do Órgão solicitante à Prefeita Municipal, por conveniência e oportunidade e ainda, nos casos em que houver cometimento de infrações de trânsito e incidentes na condução do veículo, que desabonem a conduta do credenciado.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 27 de abril de 2016**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/05/2016.

NP 473/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 321/2016 DE 02/05/2016.

PORTARIA Nº 321/2016 DE 02/05/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDORA:	**JULIANA DE SOUZA ANTUNES DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
Período de:	**09/05/2016 A 28/05/2016 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**10/01/2012 A 10/01/2013**

SERVIDORA:	**MARGARIDA BORGET**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
Período de:	**09/05/2016 A 23/05/2016 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**27/03/2014 A 27/03/2015**

SERVIDORA:	**TATIANE MARQUES DA COSTA**
CARGO:	**AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**
Período de:	**09/05/2016 A 07/06/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**09/01/2015 A 09/03/2016**

SERVIDOR:	**AUGUSTO MARCIANO DE OLIVEIRA**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**
Período de:	**09/05/2016 A 07/06/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/01/2014 A 02/01/2015**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 09 de maio de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/05/2016.

NP 462/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2016

O Prefeito Municipal, Sr. Valteir Quirino dos Santos, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, Resolve contratar a empresa A3 PRODUÇÕES ARTISITICAS - ME para atender as Festividades da Feira Cultural – Gastronomia, Musicas e Artes, onde trata-se da contratação de *show* artístico musical sertanejo nacional de Adair Cardoso, no dia 14 de maio, por ocasião do **30º aniversario de Indiavaí**, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 03 de Maio de 2016.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2016

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, Sr. Valteir Quirino dos Santos, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, Resolve contratar a empresa ISMAEL GONÇALVES PROMOÇÕES - ME para atender as Festividades da Feira Cultural – Gastronomia, Musicas e Artes, onde trata-se da contratação de *show* artístico musical sertanejo nacional de **Ataíde & Alexandre**, no dia 13 de maio, por ocasião do 30º **aniversario de Indiavaí**, resolvo, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Indiavaí - MT, 03 de maio de 2016.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS ABRIL/2016

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO**, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Abril de 2016:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 018/2016. CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORRISO – COOPSERV'S. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de cooperativa para Efetuar serviços gerais conforme descrito nos Termos de Referência – ANEXO I do edital, nas Unidades da Prefeitura Municipal. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 25/04/2016 à 25/04/2017. **VALOR TOTAL:** R$ 1.204.310,80 (Um Milhão, Duzentos e Quatro Mil, Trezentos e Dez Reais e Oitenta Centavos).

CONTRATO N.º 024/2016. CONTRATADO: EMPRESA J. ROBERTO DA SILVA – TORNEARIA – ME. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresas Especializadas na prestação de serviços de Auto Elétrica, Tornearia e Soldagem, e Retifica de Motores e Bombas Injetoras, destinados a manutenção preventiva e corretiva de *caminhões, máquinas, veículos e motocicletas* da frota municipal de Ipiranga do Norte. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 01/04/2016 à 31/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 16.154,00 (Dezesseis Mil, Cento e Cinquenta e Quatro Reais);

CONTRATO N.º 025/2016. CONTRATADO: CLUBE DE MÃES AMOR E VIDA. OBJETO: Locação de imóvel urbano destinado o desenvolvimento

dos projetos e programas oferecidos pelo CRAS de Ipiranga do Norte. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 01/04/2016 à 31/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 1. 350,00 (Um Mil, Trezentos e Cinquenta Reais).

***PRIMEIRO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2016. CONTRATADO: AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA*. OBJETO:** Rever, a partir da presente data, o preço registrado ao Item n.° 002 do lote n.° 002 - Álcool etílico hidratado (etanol), comum, automotiva, máximo de 8% potencial hidrogeniônico, de acordo com a legislação vigente da ANP em vigor, cujo valor unitário passa de R$ 3,14 (Três Reais e Quatorze Centavos), para R$ 3,00 (Três Reais). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 28/04/2016.

***PRIMEIRO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º079/2015. CONTRATADO:* MUZA INFORMATICA LTDA – ME. OBJETO:** Rever, a partir da presente data, os preços registrados nos Itens n.°01, 02, 03, 04, 05, 08 e 09 do lote n.° 001 e os itens n.° 03, 04, 05 e 06 do lote n.° 002 da referida ata de registro de preços. O valor total, a ser aditivado à ata de Registro de Preços n.° 079/2015, com relação ao quantitativo remanescente dos Itens n.° 03, 04, 05 e 06 do lote n.° 002 é de R$ 14.783,02 (Quatorze Mil, Setecentos e Oitenta e Três Reais, e Dois Centavos). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 12/04/2016.

RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO N° 029/2015. CONTRATADO: CLUBE DO IDOSO ALEGRIA DE VIVER. OBJETO: Rescisão do contrato administrativo originário, tendo em vista que a inexecução parcial do mesmo, e ainda obras de melhoria na infraestrutura do prédio, não sendo possível a utilização do mesmo por certo período, e ainda a locação de um outro imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, conforme necessidades da administração pública). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 01/04/2016.

SEGUNDO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º017/2015. CONTRATADO: MUZA INFORMATICA LTDA – ME. OBJETO: Rever, a partir da presente data, o preço registrado no Item n.°002 da referida ata de registro de preços. O valor total, a ser aditivado à ata de Registro de Preços n.°017/2015, com relação ao quantitativo remanescente do Item n.°002 é de R$ 7.123,90 (Sete Mil, Cento e Vinte e Três Reais, e Noventa Centavos). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 12/04/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 027/2015. CONTRATADO: SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objetivo a alteração do valor inicialmente pactuado constante na "Clausula Terceira" do Contrato Administrativo nº 027/2015. Adita-se o valor do Contrato nº 027/2015na importância de R$ 15.339,42 (Quinze Mil, Trezentos e Trinta e Nove Reais, e Quarenta e Dois Centavos), em função do reajuste ora celebrado, sendo que o mesmo será pago em 06 (Seis) parcelas de R$ 2.556,57 (Dois Mil, Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais, e Cinquenta e Sete Centavos), e que o presente valor será acrescido nos pagamentos mensais devidos à empresa. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 01/04/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 062/2015. CONTRATADO: MARIO DE JESUS SIQUEIRA 644404435904. OBJETO: Alterar a cláusula Quarta do contrato nº 062/2015, ampliando o prazo de vigência. Adita-se o prazo de 04 (Quatro) Meses contados a partir de 30 de Abril de 2016 até o dia 31 de Agosto de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 062/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 30/04/2016 a 31/08/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 067/2015. CONTRATADO: COTERPA – CONSTRUCAO TERRAPLANAGENS E PAVIMENTACAO LTDA – EPP. OBJETO: Alterar a "cláusula quarta" do contrato nº 067/2015 alterando o valor contratual. O valor do presente aditivo corresponde a R$ 6.034,45 (Seis Mil, Trinta e Quatro Reais, e Quarenta e Cinco Centavos), relativo ao acréscimo de serviços ao preço inicialmente contratado incidentes sobre os mesmos, conforme planilha anexa ao presente termo aditivo. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 14/04/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 072/2015. CONTRATADO: JOSÉ MARGREITER ME. OBJETO: Alterar a cláusula Quarta do contrato nº 072/2015, ampliando o prazo de vigência. Adita-se o prazo de 04 (Quatro) Meses contados a partir de 30 de Abril de 2016 até o dia 31 de Agosto de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 072/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 30/04/2016 a 31/08/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 073/2015. CONTRATADO: UGOLINI PNEUMÁTICOS LTDA – EPP. OBJETO: Alterar a cláusula Quarta do contrato nº 073/2015, ampliando o prazo de vigência. Adita-se o prazo de 04 (Quatro) Meses contados a partir de 30 de Abril de 2016 até o dia 31 de Agosto de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 073/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 30/04/2016 a 31/08/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 074/2015. CONTRATADO: CATARINA CHARLICO DOS SANTOS 02665308185. OBJETO: Alterar a cláusula Quarta do contrato nº 074/2015, ampliando o prazo de vigência. Adita-se o prazo de 15 (Quinze) Dias contados a partir de 30 de Abril de 2016 até o dia 16 de Maio de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 074/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 30/04/2016 a 16/05/2016.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 058/2015. CONTRATADO: VALDELICIO MOREIRA TOBIAS – ME. OBJETO: Alterar a cláusula Quarta do contrato nº 058/2015, ampliando o prazo de vigência. Adita-se o prazo de 05 (Cinco) Dias contados a partir de 02 de Maio de 2016 até o dia 09 de Maio de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 058/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 02/05/2016 a 09/05/2016.

Ipiranga do Norte – MT, 05 de Maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 196, DE 04 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA APARECIDA TEIXEIRA PEREIRA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO REFERENTE A REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASPERSÃO DE ÁGUA JUNTO AS RUAS E AVENIDAS NÃO PAVIMENTADAS DA CIDADE DE IPIRANGA DO NORTE, POR MEIO DE VEÍCULOS COM CARROCERIA TANQUE (TIPO PIPA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Designo a servidora Aparecida Teixeira Pereira para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da licitação na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é **"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Aspersão de Água junto as Ruas e Avenidas não pavimentadas da Cidade de Ipiranga do Norte, por meio de Veículos com Carroceria Tanque (Tipo Pipa)"**.

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento da servidora acima designada, fica designado como suplente o servidor Bruno da Conceição.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 04 de Maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO | **Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL PSS Nº 004, DE 04 DE MAIO DE 2016.

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado, para contratação por tempo determinado conforme tabela do item 2, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, de acordo com a legislação pertinente e o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá ao Departamento de Recursos Humanos, através da Comissão Especial de Organização e Avaliação, nomeada através da Portaria nº 195/2016.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para a vaga constante na tabela do item 2.

1.3. O candidato aprovado e classificado poderá ser convocado apenas para ocupar cargo no órgão de sua lotação, obedecendo ao critério de necessidades específicas da municipalidade e o relevante interesse público.

1.4. A carga horária, escolaridade, salário e demais especificações são as estabelecidas na legislação municipal, em especial na Lei nº 054, de 01 de novembro de 2005.

2. DAS VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS

Vagas	Total de Vagas	Denominação do Cargo	Requisitos Mínimos	Lotação	Carga Horária	Vencimento (R$)		
Ampla Concorrência	PNE*	Cadastro de reserva						
01			01	Motorista de Ambulância	Ensino Fundamental Incompleto	Secretaria Municipal de Saúde	40hs e sobreaviso	1.638,74

* PNE = Portador de Necessidades Especiais

2.1. O contrato decorrente do presente processo seletivo terá prazo de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei Municipal nº 234/2009, e ocorrerá no Regime Jurídico Especial mencionado pelo art. 8° da citada Lei, sendo garantidos aos contratados os direitos sociais previstos na Constituição Federal, excetuados os direitos exclusivos dos servidores estatutários.

3. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

3.1.1. ter sido aprovado e classificado no presente processo seletivo, na forma estabelecida neste edital e suas retificações;

3.1.2. ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto n° 70.436, de 18 de abril de 1972;

3.1.3. gozar dos direitos políticos;

3.1.4. haver cumprido as obrigações eleitorais;

3.1.5. haver cumprido as obrigações para com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.6. ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da inscrição do Processo Seletivo;

3.1.7. não registrar antecedentes criminais ou no caso destes ter cumprido integralmente a pena cominada, desde que o crime ao qual foi condenado não seja incompatível com o exercício da atividade pública;

3.1.8. atender à escolaridade e aos pré-requisitos associados ao cargo conforme tabela acima do item 2 entre outras constantes no edital;

3.1.9. não ter sido demitido ou exonerado de qualquer órgão publico por justa causa, ou em decorrência de inquérito administrativo;

3.1.10. apresentar outros documentos que forem exigidos pela Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, à época da posse.

3.2. No ato da contratação, todos os requisitos especificados no subitem 3.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função do subitem 3.1.10, deverão ser comprovados através da apresentação de fotocópia autenticada em cartório, sendo excluído do processo seletivo aquele que não os apresentar.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão efetuadas entre os dias 05 de maio a 13 de maio de 2016, no horário das 07h00min às 13h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, MT.

4.2. Não haverá nenhuma forma de recolhimento de taxa de inscrição e o candidato, antes da inscrição, deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital.

4.3. Ao preencher o Requerimento de Inscrição o candidato deverá colocar os dados com atenção, vedada qualquer alteração posterior.

4.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

4.5. A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a aceitação formal das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.6. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Município de Ipiranga do Norte do direito de excluí-lo do Processo seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, emendados ou rasurados, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

4.7. Em hipótese alguma serão recebidos documentos fora do dia e local estipulado;

4.8. Serão aceitas inscrições apenas no local indicado no item 4.1 e o candidato deverá proceder da seguinte forma:

4.8.1. Dirigir-se ao local de inscrição (item 4.1), no horário indicado na cláusula 4.1.

4.8.2. Preencher o Requerimento de Inscrição e entregá-lo ao servidor credenciado, que entregará ao candidato o comprovante de inscrição.

4.8.3. Só serão aceitos Requerimentos de Inscrição completamente preenchidos, nos campos obrigatórios, com clareza, a tinta e sem rasuras.

4.9. O candidato poderá inscrever-se através de terceiros, mediante procuração específica para esse fim, com a firma do candidato reconhecida em Cartório.

4.9.1. No ato da inscrição, deverá ser anexada ao Requerimento de Inscrição a procuração e uma cópia do documento de identidade e CPF do candidato e do procurador e, nesta hipótese, o candidato assumirá as conseqüências de eventuais erros de seu procurador, o qual deverá datar e assinar o requerimento de Inscrição.

4.10. O candidato somente será considerado inscrito neste processo seletivo, após ter cumprido todas as instruções descritas no item 4 deste Edital.

4.11. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital;

4.12. O candidato cujas informações prestadas não forem verdadeiras, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei;

4.13. Da regularidade e aceitação das inscrições

4.13.1. Não serão admitidas, em hipótese alguma, inscrições condicionais em desacordo com as normas constantes deste Edital do Processo Seletivo Simplificado.

4.13.2. Efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos, quando ofertado mais de um.

4.14. Encerradas as inscrições, será publicado no dia 16 de maio de 2016 a partir das 08 horas Edital Complementar no mural e no site da Prefeitura (www.ipirangadonorte.mt.gov.br) e na imprensa oficial (Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – www.amm.org.br), com a relação das inscrições deferidas e homologadas.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservados um mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste Edital, de acordo com a Lei Federal nº. 7.853/89 e Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.1. Nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99, considera-se pessoa portadora de necessidade especial todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

5.1.2. Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado para ingresso temporário de excepcional interesse público nos cargos da Prefeitura Municipal, desde que atenda às suas exigências.

5.1.3. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e apresentará o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

5.1.4. O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

5.1.5. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

5.1.6. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a Prefeitura dispuser, na oportunidade.

5.1.7. Para que sejam considerados aprovados os candidatos portadores de necessidades especiais deverão obter, durante todo o Processo Seletivo Simplificado, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

5.2. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.3. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para o portador de necessidade especial que não a comunicar no ato da inscrição.

5.4. Por ocasião da posse dos candidatos classificados a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido.

5.5. Os candidatos PNE gozarão dos benefícios da Lei Federal nº. 7.853/89 e do Decreto Federal nº 3.298/99, somente em relação ao cargo mencionado no item 2 deste edital, no qual foi efetuada reserva de vaga para tal finalidade.

5.5. Se não houverem candidatos aprovados e/ou classificados que sejam PNE, a(s) vaga(s) a eles destinada(s) será(ão) revertida(s) em favor dos candidatos em situação normal.

6. DAS PROVAS

6.1. Data e local das provas objetivas:

6.1.1. As provas objetivas serão realizadas no dia 19 de maio de 2016 das 19h00min às 22h00min, na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, localizada na Rua Solimões, s/n, Bairro dos Rios, Ipiranga do Norte, MT.

6.2. Das características das provas:

6.2.1. As provas terão duração máxima de 03 (três) horas, contadas à partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

6.2.2. 6.2.2. As provas objetivas serão compostas de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com alternativas de 'a' a 'e', as quais serão divididas da seguinte maneira:

a) 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa;

b) 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais;

c) 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos.

6.2.3. O Conteúdo Programático das provas objetivas será o constante do ANEXO I.

6.3. Da realização das provas:

6.3.1. O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, Comprovante de Inscrição e documento de identidade original;

6.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

6.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

6.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

6.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato.

6.3.4. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 6.3.3.

6.3.5. Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores.

6.3.5.1. Não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato.

6.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

6.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

6.3.8. Nas provas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa.

6.3.9. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

6.3.10. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material, quando da sua elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova naquele cargo.

6.3.11. Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

6.3.12. O candidato, ao terminar as provas deverá entregar ao fiscal o seu Cartão de Resposta e após 01h30min do início da aplicação das provas o candidato, poderá levar para casa seu caderno de provas; os candidatos que saírem antes do prazo de 01h30min, poderá retirar seus cadernos de prova no primeiro dia útil após aplicação da prova na Prefeitura Municipal.

6.3.13. Não será permitida a permanência de candidatos no âmbito do local de provas, caso o candidato depois de solicitado se recusar a sair, resultará na sua sumária reprovação, e todo procedimento registrado no relatório de sala.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Dos critérios de classificação:

7.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela soma da pontuação atribuída a cada questão, divulgando-se o seu resultado final em ordem decrescente.

7.1.2. Cada questão terá peso 0,5 (cinco décimos), podendo o candidato atingir a nota máxima de 10,0 (dez).

7.2. Da desclassificação:

7.2.1. Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

7.1.1.1. Obtiver um percentual menor que 50% (cinquenta por cento) na Prova Objetiva.

7.1.1.2. Ausentar-se do local de aplicação da Prova Objetiva.

7.1.1.3. Descumprir as normas constantes deste Edital ou as impostas pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016.

7.1.1.4. Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos, ou ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato.

7.1.1.5. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

7.1.1.6. Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei.

7.1.1.7. Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição.

7.1.1.8. Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

7.3 – Dos critérios de desempate na classificação:

7.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos - Questões de 11 a 20.

b) Maior nota - Prova Objetiva de Língua Portuguesa - Questões de 01 a 05.

c) Maior nota - Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais – Questões de 06 a 10.

d) Candidato mais idoso.

8 – DO RESULTADO FINAL

8.1 – O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado na Imprensa Oficial e no site do Município referido neste edital.

9 – DA CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO:

9.1 - Os candidatos classificados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo.

9.2 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, ou mesmo por oficio dirigido ao candidato que deverão comparecer em data, horário e locais preestabelecidos para contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

9.3 – As convocações deverão ocorrer de forma intercalada entre os candidatos em situação normal e os candidatos portadores de necessidades especiais, sendo que o primeiro candidato a ser convocado, será o em situação normal, seguido por um candidato portador de necessidade especial;

9.4 – Para contratação o candidato deverá apresentar fotocópia autenticada em cartório da documentação, que comprove o que segue abaixo:

9.4.1 – Cédula de Identidade;

9.4.2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

9.4.3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

9.4.4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

9.4.6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

9.4.7 – Certidão de quitação eleitoral;

9.4.8 – Título de Eleitor;

9.4.9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

9.4.10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

9.4.11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

9.4.12 – Comprovante de Escolaridade;

9.4.13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público, reconhecida em cartório;

9.4.14 –Declaração de Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital, reconhecida em cartório;;

9.4.15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

9.4.16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

9.4.17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

9.4.18 – Declaração de bens, reconhecida em cartório;

9.4.19 - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado;

9.4.20 - Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço publico, reconhecida em cartório;

9.4.21 - Certidão negativa de débitos com o município.

10 – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

10.1 – A nomeação dos candidatos aprovados será feita no Regime Especial, conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

10.2 – As contribuições previdenciárias serão feitas para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – O presente Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de 09 (nove) meses, à partir da sua homologação.

11.2 – A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato, de todas as normas constantes deste Edital.

11.3 – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Especial de Coordenação Geral promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venha ser criadas por lei especifica.

11.4 – Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

11.5 – O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal.

11.6 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral de Ipiranga do Norte, Mato Grosso, poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Teste Seletivo, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação.

11.7 – A Secretaria Especial de Coordenação Geral fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais.

11.8 – A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública.

11.9 – Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

11.10 – Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Simplificado, enquanto em andamento, serão feitas pelo site www.ipirangadonorte.mt.gov.br.

11.10.1 – As publicações relativas à Relação de Inscrições Deferidas, Resultado de Recursos, Relação de Aprovados e Convocação destes serão feitas através da Imprensa Oficial do Município, no site www.ipirangadonorte.mt.gov.br e no mural da sede da Prefeitura.

11.11 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Especial de Coordenação Geral, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Dos Recursos:

12.2.1. Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:

a) Indeferimento de inscrição: 01 (um) dia útil;

b) Divulgação do gabarito das questões objetivas: 02 (dois) dias úteis;

c) Divulgação do resultado do PSS: 02 (dois) dias úteis.

12.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível.

12.2.3. Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso.

12.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

12.2.5. O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da prefeitura municipal no protocolo central.

12.2.6. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será publicado na Imprensa Oficial do Município (www.amm.org.br), no site da Prefeitura e no átrio da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 04 de maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

As Provas Objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital e consistirão em:

I - Língua Portuguesa;

II - Conhecimentos Gerais;

III - Conhecimentos Específicos

I - LINGUA PORTUGUESA

Fonologia e Fonética. Classificação de Fonemas; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Dígrafos; Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; Emprego do hífen. Morfologia Estrutura das palavras; Formação das palavras; Classificação e flexão dos

substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; Conjugação verbal; Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe Sujeito e predicado; Objeto direto e objeto indireto; Orações coordenadas; Orações subordinadas; Sinais de pontuação; Concordância nominal; Concordância verbal. Semântica Sinônimos e antônimos; Homônimos e parônimos; Denotação e conotação. Estilística Figuras de linguagem; Vícios de linguagem. Interpretação textual Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.)

II - CONHECIMENTOS GERAIS

1. Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos do Estado de Mato Grosso e do Município de Ipiranga do Norte. 2. Símbolos do Estado. 3. Atualidades.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Nomenclatura	Lotação	Atribuições
Motorista de Ambulância	Secretaria de Saúde	- Dirigir veículos automotores utilizados no transporte de pacientes, - Executar pequenos reparos de emergência - Executar primeiros socorros em caso de emergência - Preencher boletins de ocorrência - Cumprir as ordens de serviço, comunicando o defeito observado, zelar pela conservação e limpeza do veiculo sob sua guarda, troca de óleo, verificar na chegada e saída os níveis de óleo, água, etc. - Executar outros serviços afins.

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 195 /2016, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Nomeia os Membros para a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 004/2016 e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2016:

1º. JULIANA DE SOUZA ADARI, ocupante do cargo de Enfermeira, mat. n° 900, CPF nº 018.943.471-61, Presidente.

2°. ADRIANA CAVÉQUIA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, mat. n° 753, CPF nº 650.232.851-20, Secretária.

3º. LUIS CARLOS MUNSI, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica II, mat. n° 239, CPF nº 800.605.361-87, Membro.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 03 de maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 023/2016

PROFESSORA DE PEDAGOGIA DE 1° AO 5° ANO – 30 HORAS

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. FRANCISCA BERNARDINO DA SILVA ROLÃO, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr.PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO, e, de outro lado,** a Sra **FRANCISCA BERNARDINO DA SILVA ROLÃO, brasileira, casada, maior, Professora de Pedagogia de 1° ao 5° ano, Carteira de Identidade Civil RG.** 000281530 SSP/MS, e CPF Nº 156024351-15, residente e domiciliado na Rua dos Lírios, nº 184, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Professora de Pedagogia – 1° ao 5° ano, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a **CONTRATADA** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de Professora de Pedagogia – 1° ao 5° ano, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 007/2015 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Complementar n° 026 de 25 de novembro de 2014, correspondente ao Cargo de Profes-

sora de Pedagogia – 1° ao 5° ano, ficando subordinado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA

A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 30 (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Complementar nº. 026 de 25 de novembro de 2014 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 007/2015 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$ 19.225,26 (Dezenove mil duzentos e vinte cinco reais e vinte seis centavos), sendo o valor mensal de R$ 3.204,21 (Três mil duzentos e quatro reais e vinte e um centavos, bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que o **CONTRATADO** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei Complementar n° 032/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado o **CONTRATADO** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2016. 05.005.12.361.0012. 2035-319004000000**- contratação por Tempo Determinado.**

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 04 de maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

FRANCISCA BERNARDINO DA SILVA ROLÃO

Contratado

TESTEMUNHAS

1ª_____

2ª_____

C.P.F C.P.F

R.G R.G

PREFEITURA / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 197, DE 05 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA CARINE LAGEMANN PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO REFERENTE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. Designa a servidora Carine Lagemann para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Dispensa de Licitação, cujo objeto é "Locação de imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento da Biblioteca Pública Municipal".

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento da servidora acima designada, fica designado como suplente a servidora Lediane Tenedin de Castilhos.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 05 de Maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 195 /2016, DE 03 DE MAIO DE 2016.

Nomeia os Membros para a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 004/2016 e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2016:

1º. JULIANA DE SOUZA ADARI, ocupante do cargo de Enfermeira, mat. n° 900, CPF nº 018.943.471-61, Presidente.

2°. ADRIANA CAVÉQUIA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, mat. n° 753, CPF nº 650.232.851-20, Secretária.

3º. LUIS CARLOS MUNSI, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica II, mat. n° 239, CPF nº 800.605.361-87, Membro.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 03 de maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA / LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2016

Processo nº: 031/2016

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é "Locação de imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento da Biblioteca Pública Municipal", imóvel este localizado na Rua dos Ipês, S/N, lote n.° 01-A05, quadra n.° 66, Centro, Ipiranga do Norte – MT, CEP: 78578-000, com área total de aproximadamente 50,00 (Cinquenta Metros Quadrados), com fundamento no inciso X, do artigo 24, da Lei Federal no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

Valor global: R$ 5.506,67 (Cinco Mil, Quinhentos e Seis Reais, e Sessenta e Sete Centavos)

Dotação Orçamentária: 05.003.13.392.0013.2046.3.3.90.36.00.00.00.0.1.00.000000

Prazo: 26 (Vinte e Seis Dias) e 07 (Sete) meses.

Locador: OLI DE FATIMA MOREIRA / CPF: 630.287.001-15

Fundamento: Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações posteriores.

Ipiranga do Norte-MT, 05 de Maio de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE IPIRANGA DO NORTE
EXTRATO DO TERMO DE RATEIO Nº 002/2016

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO**, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou o seguinte Termo de Rateio, no mês de Janeiro de 2016:

CONVENENTE – MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE-MT

CONVENIADO – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL, AMBIENTAL, TURISTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES.

OBJETO – consecução das ações previstas na Lei Municipal nº. 191 de 06 de maio de 2008, que autorizou o ingresso ao Consórcio e em consonância com o Titulo I, Art. 3º do Protocolo de Intenções que Criou o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E AMBIENTAL TURÍSTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES, mediante repasses de recursos financeiros, para descentralização das licenças ambientais, conforme consignado no art. 36 do protocolo de intenções.

VIGÊNCIA – 04/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R$ 45.600,00 (Quarenta e Cinco mil e Seiscentos Reais),

ASSINAM: Os Senhores Pedro Ferronatto e Dilceu Rossato.

Pedro Ferronatto

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

AVISO DE ADESÃO 003/2016

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº009/2015 E AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 – do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA, MATO GROSSO, torna público para conhecimento dos interessados que fará Adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2015 referente ao Pregão Presencial nº 002/2015, nos termos da Lei. 8.666 de 21 de Junho de 1993, Lei Federal 10.520/02 e alterações posteriores, destinado a **Contratação de empresa para Prestação de Serviços para Realização de Consultas Médicas Especializadas, Exames Clínicos e Procedimentos Especializados para Atender as Necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itaúba – MT**, oriundos da Ata de Registro de Preço nº 009/2015 do Pregão Presencial nº 002/2015 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós, localizado no Município de Alta Flores-MT, referente à Solicitação ofício nº0159/2016/GP. Os recursos para referida contratação é oriundo de Recursos próprios do Município de Itaúba-MT.

Melhores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitações em horário normal de expediente das 07:30 às 11:00 horas, ou pelo fone (66) 3561-2800.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, em 04 de maio de 2016.

Aparecido Koiti Kimura

Presidente da C.P.L

DECRETO 019/2016

SÚMULA: NOMEIA A COMISSÃO DE REVISÃO DO PCCS- PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA/MT.

O Excelentíssimo Senhor RAIMUNDO ZANON, Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento a legislação vigente.

DECRETA:

Artigo 1º- Ficam nomeados por um período de dois anos os seguintes membros para a composição da COMISSÃO DE REVISÃO DO PCCS-PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIOS do município de Itaúba/MT com representatividade nas entidades e órgãos conforme a seguir:

I- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: **ODAIR DUARTE DOS SANTOS**

CPF: 799.779.791-20

RG: 1218480-2 SSP/MT

End. Rua Madre Bárbara Maix, s/nº

Telefone:(66) 9604- 7668

E-mail-: Odair_filosofia@hotmail.com

Suplente: MARILZA PEREIRA DA CUNHA SILVA

CPF: 411.735.111-72

RG. 867984 SSP/MT

Endereço: Rua Vereador João Farina, 663, Centro, Itaúba/MT

e-mail: marilzaitauba@hotmail.com

Telefone: 66 9999 3140

II- Representantes dos Professores:

Titular: CREUSA REGINA RIBEIRO

CPF: 337.747.731-49

RG. 233.450- SSP/ MS

Endereço: Rua Boa Esperança, 1525/Bairro Sol Nascente.

Telefone: (66) 9961-1680

E-mail: creusasantos97@hotmail.com

Suplente: **EDINEIA SOUZA FAGUNDES**

CPF: 011.896.121-78

RG: 1702717-9 SSP/MT

Telefone: (66)9997-4195

End.: Rua Benedita Ferreira da Silva, 1871 – Bairro Cidade Alta

E-mail: edineia_sabrina@hotmail.com

III- Representantes do SINTEP:

Titular: **FABIO DA SILVA VIANA**

CPF: 003.524.451.81

Telefone: (66) 9966- 9637

End. Avenida Industrial, 42, Centro-Itaúba/MT

E-mail: fabao765@hotmail.com

Suplente: **MARIA CECÍLIA ANACLETO**

CPF: 735.502.139-72

RG: 2588106-0 SSP/MT

Telefone: (66) 9959- 5579

Endereço: Rua Armando Strapazzon, 257, Recanto dos Pássaros-Itaúba/MT

E-mail: mariacecília.anacleto@hotmail.com

Artigo 2º - Os membros do Conselho a que se refere o artigo anterior não serão remunerados, devendo os membros participar como representantes das entidades e órgão que os indicaram.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, 03 de Maio de 2016.

RAIMUNDO ZANON -Prefeito Municipal- REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 44/2016

DISPOE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições Legais que lhe confere as Leis municipais n.º 898/2015 cominada com a 379/99,

Considerando requerimento da servidora:

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** Férias regulamentares á servidora **MARCELA ARIANA SILVA**, ocupante do cargo de Assessora Parlamentar e Legislativo (gabinete do vereador Cido do Roberto), matrícula funcional 124, relativo ao período aquisitivo: 15/02/2015 á 14/02/2016, período de gozo: **de 10/05 a 09/06/2016.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itiquira – MT., 04 de maio de 2016.

LICURGUIO LINS DE SOUZA

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 043, DE 04 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe Sobre Convocação de Candidato Aprovado no EDITAL DE SELEÇÃO DE BOLSA DE ESTAGIÁRIO Nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 847 de 18 de setembro de 2014, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com Instituições de Ensino, para contratação de estagiários;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final da Seleção de Bolsa de Estagiário Nº 001/2016, pelo Decreto N° 028, de 15 de abril de 2016;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do EDITAL DE SELEÇÃO DE BOLSA DE ESTAGIÁRIO Nº 001/2016;

CONSIDERANDO o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Itiquira – MT;

CONVOCA:

Art. 1° - Fica convocado os candidatos aprovados na Seleção de Bolsa de Estagiário Nº 001/2016, para as Vagas abaixo relacionadas, para se apresentar pessoalmente na Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração no prazo máximo de até 15 (quinze) dias para assumir a vaga a contar da publicação deste Edital, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são:

ORDEM	CANDIDATO	VAGA	CLASSIFICAÇÃO
1	Daiane Teodora Campos	Educação Física - Itiquira-MT	1º Colocado – Aprovado
2	Felipe Souza Soares	Ciências da Computação - Itiquira-MT	1º Colocado – Aprovado
3	Neumar Ribeiro da Silva	Ciências Contábeis - Itiquira-MT	1º Colocado – Aprovado
4	Bruna Souza de Brito	Educação Física Ouro Branco do Sul-MT	1º Colocado – Aprovado
5	Gustavo Fialho Rodrigues	Engenharia Civil Ouro Branco do Sul-MT	1º Colocado – Aprovado
6	Michele da Silva Ribeiro	Psicologia - Ouro Branco do Sul-MT	1º Colocado – Aprovado

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria:

1. Cópia da Identidade;

2. Cópia do CPF;

3. Cópia título de eleitor com comprovante da última votação;

4. Certidão de casamento ou certidão de nascimento;

5. Atestado de frequência da faculdade;

6. Carteira de trabalho (página da foto e verso da página da foto)

7. Comprovante de Endereço;

8. Comprovante de abertura de conta.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Parágrafo Único: Antes ou após a convocação, o candidato poderá desistir espontaneamente do direito à vaga, através de requerimento encaminhado à Coordenadoria de Recursos Humanos.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 04 de maio de 2016.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 017/2016

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 017/2016 foi vencedora a empresa, **PRISMA ENGENHARIA ARQUITETURA E SANEAMENTO LTDA - ME** ao valor global de R$ 127.754,00 (cento e vinte e sete mil e setecentos e cinqüenta e quatro reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 04 de maio de 2016.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO EXTRATO CONTRATO Nº. 025/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA – ME;** OBJETO; "Contratação de empresa para execução de obras relativas à construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta e com Vestiário, na Escola Municipal Magda Ivana, localizada na Avenida Zé de Bia - Jardim Aeroporto, no Município de Jaciara/MT"; **ONDE SE - LE; PRAZO: 9 (nove) meses; LEIA - SE; PRAZO 4 (QUATRO) MESES VALOR GLOBAL R$** 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais);**ASSINATURA: 02/05/2016.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 005/2016 AO CONTRATO N.º 031/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – EPP;** OBJETO:READEQUAÇÃO DE PROJETO**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato nº. 031/2014; **ASSINATURA**: 04/05/2016.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 005/2016

"Dispõe sobre nomeação de servidor para compor o quadro do Legislativo Municipal de Jangada e da outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Vereador FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a partir da presente data, a Srª **FERNANDA CAROLINA DO NORTE,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº. 2.090.096-1 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF sob Nº. 010.287.021-75, ao cargo de **DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)** desta Casa de Leis.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Câmara Municipal de Jangada, em 02 de Maio de 2016.

Ver. FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON

Presidente 2013/2014

EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 004/2016

"Dispõe sobre exoneração da servidora **LURIAN DE SOUZA BARBOSA** do cargo em comissão e da outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Vereador FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar a partir da presente data, a Srª **LURIAN DE SOUZA BARBOSA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº. 2.444.545-2 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF sob Nº. 039.955.871-35, do cargo de **DIRETOR(A) EXECUTIVO(A)** desta Casa de Leis.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Câmara Municipal de Jangada, em 29 de Abril de 2016.

Ver. FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON

Presidente 2013/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 012/2016

PORTARIA Nº 012/2016 de 04 de Maio de 2016.

"NOMEIA Dra. CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA, PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT".

MAURO ANTÔNIO DE LIMA, Presidente do Legislativo Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc. etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, **Dra. CLEIDE MARLENA DE ÁVILA ESPINDOLA, advogada, inscrita na OAB/MT nº 13.836-B**, para exercer o cargo de **ASSESSOR JURÍDICO,** da Câmara Municipal de Jauru-MT.

Parágrafo Único – A nomeação da servidora se dará com base no art. 12 da Lei Complementar 102/2014, com redação modificada pela Lei Complementar nº 113/2015, cujos vencimentos correspondem ao respectivo Cargo em Comissão.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

Gabinete da Presidência, Jauru-MT, 04 de Maio de 2016.

Ver. Mauro Antônio de Lima

Presidente do Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo excelentíssimo senhor Prefeito **Edson Miguel Piovesan**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Orgânica;

Considerando que a Licença para Trato de Interesse Particular, expirou em 08 de abril de 2016, e até o momento a mesma não retornou a suas funções;

Considerando a necessidade do exercício das atividades da profissional Técnica em Desenvolvimento Infantil junto a Secretaria de Educação;

Resolve:

Art. 1º - Convocar a servidora Srª. **DENISE WURZLER,** brasileira maior, portadora da Cédula de Identidade CI RG nº 1511215-2 SJSP/MT e CPF nº. 008.107.071-36, concursada no cargo de **Técnica em Desenvolvimento Infantil**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 72 (Setenta e duas) horas, a fim de reassumir suas funções.

Art. 2º - O não comparecimento acarretará medidas e sanções administrativa prevista na Lei Municipal Complementar n° 028/2007.

Juara-MT, Gabinete do Prefeito, em 04 de Maio de 2016.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2016

O Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo senhor **Edson Miguel Piovesan**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Orgânica;

Considerando a existência de denúncias com relação a ausências da referida Conselheira junto ao Órgão Conselheiro Tutelar, sem justificativa expressa;

Art. 1º - Convoca a Conselheira Tutelar Srª. **MARIA IRISMAR DE OLIVEIRA,** brasileira maior, portadora da Cédula de Identidade CI RG nº 3. 695.346-2 SSP/PR e CPF nº. 918.950.901-30, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotada junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 2º - O não comparecimento acarretará, medidas e sanções administrativa prevista em Lei especifica.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Maio de 2016.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2016

O Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo senhor **Edson Miguel Piovesan**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei Orgânica;

Considerando a existência de denúncias com relação a ausências da referida Conselheira junto ao Órgão Conselheiro Tutelar, sem justificativa expressa;

Art. 1º - Convoca a Conselheira Tutelar Srª. **ELIANA REGINA DE MORAES FRANCO,** brasileira maior, portadora da Cédula de Identidade CI RG nº 17.671.582 SSP/SP e CPF nº. 078.842.868-31, no cargo de **Conselheira Tutelar**, lotada junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 2º - O não comparecimento acarretará, medidas e sanções administrativa prevista em Lei especifica.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Maio de 2016.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.062/2016

Decreto nº 1.062, de 04 de maio de 2016.

Altera o Decreto nº 1.049, de 31 de março de 2016 que regulamenta a nomenclatura dos órgãos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 1.049, de 31 de março de 2016 passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º .....

B - ÓRGÃOS AUXILIARES

(...)

07.	Secretaria Municipal de Administração
07.01	Coordenação de Recursos Humanos
07.02	Divisão de Identificação
07.03	Divisão de Licitação
07.05	Divisão de Compras
07.05.01	Setor de Compras
07.05.02	Setor de Patrimônio
07.05.03	Setor de Almoxarifado
07.06	Divisão de Apoio Administrativo
07.07	Divisão de Serviços Gerais
07.07.01	Setor de Protocolo e Arquivo
07.07.02	Setor de CTCP
07.08	Administração do Fundo Municipal
07.09	Encarregado do APLIC

C - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA

(...)

10.	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho
10.01	Divisão de Desenvolvimento Social
10.02	Divisão de Programas e Projetos Sociais
10.02.01	Setor de Apoio Comunitário
10.02.02	Setor de Atendimento Social
10.02.03	Setor de Atenção a Criança e ao Adolescente
10.02.04	Encarregado de Marcenaria
10.02.05	Fundo Municipal de Assistência Social
10.03	Divisão de Desenvolvimento do Trabalho, Habitação e Social
10.03.01	Setor de Desenvolvimento Habitacional
10.03.02	Setor de Emissão de CTPS
10.03.03	Setor de Apoio aos Conselheiros Sociais
10.04	Coordenador de Desenvolvimento Social e Trabalho

Art. 2º O Anexo Único do Decreto n.º 1.049 de 31 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.060/2016.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 04 de maio de 2016.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito do Município

ANEXO ÚNICO

Estrutura Organizacional do Executivo Municipal

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
02	**Gabinete do Prefeito**		
02.01	Prefeito	Prefeito Municipal	1
02.02	Vice-Prefeito	Vice-Prefeito	1
02.03	Assessoria do Município na Capital do Estado	Assessor do Município na Capital do Estado	1
02.04	Chefia Gabinete	Chefe de Gabinete	1
02.04.01	Assessoria de Imprensa	Assessor (a) Imprensa	2
02.04.02	Assessoria Técnica de Gabinete	Assessor Técnico de Gabinete	1
02.04.03	Divisão de Comunicação	Chefe da Divisão de Comunicação	1
02.04.04	Setor de Expediente e Cerimonial	Chefe do Setor de Expediente e Cerimonial	1
02.04.05	Coordenação do PROCON	Coordenador do PROCON	1
02.04.06	Chefia da Junta de Serviço Militar	Chefe da Junta de Serviço Militar	1
02.04.07	Chefia da Unidade Municipal de Cadastro	Chefe da Unidade Municipal de Cadastro	1
02.04.08	Coordenação Distrital	Coordenador Distrital	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
03	**Controladoria Interna do Município**		
03	Controladoria Interna do Município	Controlador Interno Municipal	-
03.01	Auditoria Interna	Auditor Interno	-

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
04	**Procuradoria-Geral do Município**		
04	Procuradoria-Geral do Município	Procurador-Geral do Município	1
04.01	Assessoria Jurídica	Assessor (a) Jurídico	2

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
05.	**Secretaria Municipal de Finanças**	**Secretário Municipal de Finanças**	**1**
05.01	Assistência Financeira	Assistente Financeiro	1
05.01.01	Assessoria Técnica Tributária	Assessor Técnico Tributário	1
05.02	Departamento de Tesouraria	Chefe do Departamento de Tesouraria	1
05.02.01	Divisão de Tesouraria	Chefe da Divisão de Tesouraria	1
05.02.02	Setor de Tesouraria	Chefe Setor de Tesouraria	1
05.03	Divisão de Convênios	Chefe da Divisão de Convênios	1
05.04	Divisão de Cadastro e Tributação	Chefe da Divisão de Cadastro e Tributação	1
05.04.01	Setor de Cadastro e Tributação	Chefe do Setor de Cadastro e Tributação	1
05.05	Departamento de Contabilidade	Chefe do Departamento de Contabilidade	1
05.05.01	Divisão de Contabilidade	Chefe da Divisão de Contabilidade	1
05.05.02	Setor de Contabilidade	Chefe do Setor de Contabilidade	1
05.06	Supervisão de Fiscalização de Contratos	Supervisor de Fiscalização de Contratos	1
05.07	Coordenação de Fiscalização	Coordenador	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
06.	**Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão**	**Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão**	**1**
06.01	--	--	--
06.01.01	Divisão de Planejamento	Chefe da Divisão de Planejamento	1
06.01.02	Divisão de Orçamento e Controle	Chefe da Divisão de Orçamento e Controle	1
06.01.03	Divisão de Informática	Chefe da Divisão de Informática	1
06.01.04	Divisão de Plano Diretor	Chefe da Divisão de Plano Diretor	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
07.	**Secretaria Municipal de Administração**	**Secretário Municipal de Administração**	**1**
07.01	Coordenação de Recursos Humanos	Coordenador de Recursos Humanos	1
07.02	Divisão de Identificação	Chefe da Divisão de Identificação	1
07.03	Divisão de Licitação	Chefe da Divisão de Licitação	1
07.05	Divisão de Compras	Chefe da Divisão de Compras	1
07.05.01	Setor de Compras	Chefe do Setor de Compras	1
07.05.02	Setor de Patrimônio	Chefe do Setor de Patrimônio	1
07.05.03	Setor de Almoxarifado	Chefe do Setor de Almoxarifado	1
07.06	Divisão de Apoio Administrativo	Chefe da Divisão de Apoio Administrativo	1
07.07	Divisão de Serviços Gerais	Chefe da Divisão de Serviços Gerais	1
07.07.01	Setor de Protocolo e Arquivo	Chefe do Setor de Protocolo e Arquivo	1
07.07.02	Setor de CTCP	Chefe do Setor de CTCP	1
07.08	Administração do Fundo Municipal	Administrador do Fundo Municipal	1
07.09	APLIC	Encarregado do APLIC	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
08.	**Secretaria Municipal de Educação e Cultura**	**Secretário Municipal de Educação e Cultura**	**1**
08.01.	Divisão Educacional	Chefe da Divisão Educacional	1
08.01.01	Setor de Educação Infantil/Pré-escola	Chefe do Setor de Educação Infantil	1
08.01.02	Setor de Educação Especial	Chefe do Setor de Educação Especial	1
08.01.03	Setor de Ensino Fundamental/FUNDEB	Chefe do Setor de Ensino Fundamental/FUNDEB	1
08.01.04	Setor de Educação de Jovens e Adultos	Chefe do Setor de Educação de Jovens e Adultos	1
08.01.05	Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche	Chefe do Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche	--
08.01.06	Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Pré-escola	Chefe do Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Pré-escola	--
08.01.07	Setor de Educação Infantil/ Creche	Chefe do Setor de Educação Infantil/ Creche	--
08.01.08	Setor de Ensino Fundamental	Chefe do Setor de Ensino Fundamental	--
08.02	Divisão de Administração	Chefe da Divisão de Administração	1

08.02.01	Setor de Transporte Escolar	Chefe do Setor de Transporte Escolar	1
08.02.02	Setor de Merenda Escolar	Chefe do Setor de Merenda Escolar	1
08.02.03	Setor de Recursos Humanos	Chefe do Setor de Recursos Humanos	1
08.02.04	Setor de Documentação e Estatística Escolar	Chefe do Setor de Documentação e Estatística Escolar	1
08.03	Divisão de Cultura	Chefe da Divisão de Cultura	1
08.03.01	--	--	--
08.03.02	Coordenação de Bandas	Coordenador de Bandas	1
08.03.04	Supervisão de Artes Plásticas	Supervisor de Artes Plásticas	1
08.03.05	Setor de Artes	Chefe do Setor de Artes	1
08.03.06	Setor de Coral e Música	Chefe do Setor de Coral e Música	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
09	**Secretaria Municipal de Saúde**	**Secretário Municipal de Saúde**	**1**
09.01	Coordenação Hospitalar	Coordenador Hospitalar	1
09.02	Unidade Administrativa Ambulatorial	Chefe de Unidade Administrativa Ambulatorial	1
09.03	Coordenação Administrativa	Coordenador Administrativo	1
09.03.01	Setor de Programas Especiais	Chefe do Setor de Programas Especiais	1
09.03.02	Distribuição de Medicamentos	Encarregado da Distribuição de Medicamentos	1
09.04	Coordenação de Saúde Coletiva	Coordenador de Saúde Coletiva	1
09.04.01	Divisão de Vigilância Sanitária	Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária	1
09.04.02	Divisão de Vigilância Epidemiológica	Chefe da Divisão de Vigilância Epidemiológica	1
09.04.03	Divisão de Vigilância Ambiental	Chefe da Divisão de Vigilância Ambiental	1
09.04.04	Setor de Vigilância Ambiental	Chefe do Setor de Vigilância Ambiental	1
09.05	Coordenação de Atenção Integral a Saúde	Coordenador de Atenção Integral a Saúde	1
09.05.01	Divisão de Assistência a Saúde	Chefe da Divisão de Assistência a Saúde	1
09.05.02	Setor de Assistência a Saúde da Mulher e da Criança	Chefe do Setor de Assistência a Saúde da Mulher e da Criança	1
09.05.03	Setor de Assistência a Saúde do Idoso	Chefe do Setor de Assistência a Saúde do Idoso	1
09.05.04	Setor de Assistência a Saúde do Adolescente	Chefe do Setor de Assistência a Saúde do Adolescente	1
09.05.05	Setor de Assistência aos Portadores de DST/AIDS	Chefe do Setor de Assistência aos Portadores de DST/AIDS	1
09.05.06	Divisão de PACS	Chefe da Divisão de PACS	1
09.05.07	Divisão de Saúde Mental e Dependência Química	Chefe da Divisão de Saúde Mental e Dependência Química	1
09.05.08	Divisão de PSF	Chefe da Divisão de PSF	1
09.06	Direção Clínica	Diretor Clínico	1
09.07	Direção Hospitalar	Diretor Hospitalar	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
10	**Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho**	**Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho**	**1**
10.01	Divisão de Desenvolvimento Social	Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social	**1**
10.02	Divisão de Programas e Projetos Sociais	Chefe da Divisão de Programas e Projetos Sociais	1
10.02.01	Setor de Apoio Comunitário	Chefe do Setor de Apoio Comunitário	1
10.02.02	Setor de Atendimento Social	Chefe do Setor de Atendimento Social	1
10.02.03	Setor de Atenção a Criança e ao Adolescente	Chefe do Setor de Atenção a Criança e ao Adolescente	1
10.02.04	Marcenaria	Encarregado de Marcenaria	1
10.02.05	Fundo Municipal de Assistência Social	Fundo Municipal de Assistência Social	--
10.03	Divisão de Desenvolvimento do Trabalho, Habitação e Social	Chefe da Divisão de Desenvolvimento do trabalho, Habitação e Social	1
10.03.01	Setor de Desenvolvimento Habitacional	Chefe do Setor de Desenvolvimento Habitacional	1
10.03.02	Setor de Emissão de CTPS	Chefe do Setor de Emissão de CTPS	1
10.03.03	Setor de Apoio aos Conselheiros Sociais	Chefe do Setor de Apoio aos Conselheiros Sociais	1
10.04	Coordenador	Coordenação de Desenvolvimento Social e Trabalho	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
11	**Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico**	**Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico**	**1**
11.01	Divisão de Desenvolvimento Econômico	Chefe da Divisão de Desenvolvimento Econômico	1
11.02	Divisão de Desenvolvimento Agrícola	Chefe da Divisão de Desenvolvimento Agrícola	1
11.02.01	Setor de Desenvolvimento a Produção Animal	Chefe do Setor de Desenvolvimento a Produção Animal	1
11.02.02	Setor de Desenvolvimento a Produção Vegetal	Chefe do Setor de Desenvolvimento a Produção Vegetal	1
11.03	Divisão de Desenvolvimento Pecuário	Chefe da Divisão de Desenvolvimento Pecuário	1
11.03.01	Setor de Desenvolvimento Rural	Chefe do Setor de Desenvolvimento Rural	1
11.03.02	Setor de Desenvolvimento a Produção Leiteira e Melhoramento Genético	Chefe do Setor de Desenvolvimento a Produção Leiteira e Melhoramento Genético	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
12	**Secretaria Municipal de Desporto**	**Secretário Municipal de Desporto**	**1**
12.01	Divisão de Iniciação Esportiva	Chefe da Divisão de Iniciação Esportiva	1
12.01.01	Setor de Iniciação Esportiva	Chefe do Setor de Iniciação Esportiva	1
12.02	Setor de Praticas Esportivas para Adultos	Chefe do Setor de Práticas Esportivas para Adultos	1
12.03	Divisão Administrativa Esportiva	Chefe da Divisão Administrativa Esportiva	1
12.04	Coordenação de Atividades Desportivas	Coordenador de Atividades Desportivas	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
13.	**Secretaria Municipal de Serviços Urbanos**	**Secretário Municipal de Serviços Urbanos**	**1**
13.01	Departamento de Serviços Urbanos	Chefe do Departamento de Serviços Urbanos	1
13.02	Coordenação de Obras Urbanas	Coordenador de Obras Urbanas	1
13.02.01	Divisão de Trabalhos Urbanos	Chefe da Divisão de Trabalhos Urbanos	1
13.02.02	Divisão de Obras Urbanas	Chefe da Divisão de Obras Urbanas	1
13.02.03	Setor de Fiscalização de Obras e Posturas	Chefe do Setor de Fiscalização de Obras e Posturas	1

13.03	Divisão de Oficinas e Manutenção	Chefe da Divisão de Oficinas e Manutenção	1
13.04	Divisão de Serviços Administrativos	Chefe da Divisão de Serviços Administrativos	1
13.04.01	Setor de Equipamentos e Materiais	Chefe do Setor de Equipamentos e Materiais	1
13.04.02	Setor de Serviços Gerais	Chefe do Setor de Serviços Gerais	1
13.05	Coordenação de Engenharia, Projetos e Urbanização	Coordenador de Engenharia, Projetos e Urbanização	1
13.05.01	Setor de Projetos	Chefe do Setor de Projetos	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
14.	**Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Lazer**	**Secretário Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Lazer**	**1**
14.1.01.	Divisão de Preservação do Meio Ambiente	Chefe da Divisão de Preservação do Meio Ambiente	1
14.1.02.	Divisão de Desenvolvimento do Turismo	Chefe da Divisão de Desenvolvimento do Turismo	1
14.1.03.	Divisão de Promoção ao Lazer	Chefe da Divisão de Promoção ao Lazer	1

	Unidade Orgânica	Titular do Cargo	Quantidade
15	**Secretaria Municipal de Transportes**	**Secretário Municipal de Transportes**	**1**
15.01	Departamento de Transportes Rurais	Chefe do Departamento de Transportes Rurais	1
15.02.	Coordenação do Departamento de Transito	Coordenador do Departamento de Transito	1
15.02.01	Setor de Planejamento de Transito	Chefe do Setor de Planejamento de Transito	1
15.02.02	Setor de Transportes Rurais	Chefe do Setor de Transportes Rurais	1
15.03	Coordenação do Aeródromo Municipal	Coordenador do Aeródromo Municipal	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Pregão Presencial SRP n.º 049/2016

Processo Administrativo n.º 056/2016

O Município de Juruena, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente:

TERMO DE RETIFICAÇÃO

conforme segue:

1 – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a retificação assim a ratificação do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 049/2016, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 056/2016.

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Fica pelo presente retificados os itens abaixo descritos:

1.2- O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA – SALA DE LICITAÇÃO - END: AV 04 E JULHO N° 360 – CENTRO - JURUENA/MT.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

Data: 14 de Maio de 2016 – Horário: 08h00min (oito horas) – Fuso Horário da Capital (MT).

que passa a vigorar com a seguinte redação:

1.2- O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA – SALA DE LICITAÇÃO - END: AV 04 E JULHO N° 360 – CENTRO - JURUENA/MT.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

Data: 16 de Maio de 2016 – Horário: 08h00min (oito horas) – Fuso Horário da Capital (MT).

3 – DAS RATIFICAÇÕES

A partir da presente data, ficam **RATIFICADOS** todos os itens e anexos constante do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 049/2016, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 056/2016, que não foram alterados pelo presente Termo, surgindo todos os efeitos administrativos e jurídicos legais.

Juruena-MT, 04 de Maio de 2016.

Nelson Coutinho de Menezes **Pregoeiro**	**Luciane Rubinho dos Santos** **Membro**
Andressa Silveira **Membro**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVISO PREGÃO 005/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 013/2016, TORNA PÚBLICO que realizará às **14:30 HORAS DO DIA 18 DE MAIO 2016** no Gabinete do Prefeito Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER SECRETARIAS DESTA PREFEITURA"** conforme Itens constantes no Termo de Referência anexo do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **14:30 HORAS DO DIA 18 DE MAIO 2016.** O credenciamento será feito no inicio da sessão. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1062.

Juscimeira/MT., 05 De Maio 2016.

Diva Maria Santos Gardin

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 006/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 005/2016

PESSOAS JURÍDICAS CONTRATADAS:

Vencedora dos itens 1, 2, 3, 9, 10, 11, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52 e 54: R$116.001,30 (cento e dezesseis mil, um real e trinta centavos)

GLEICE M.B. TAVARES - ME

CNPJ 05.164.291/0002-58

Vencedora dos itens 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 17, 27, 29, 30, 31, 34, 40, 41, 43, 47, 49, 55, 56 e 57: R$309.414,70 (trezentos e nove mil, quatrocentos e quatorze reais e setenta centavos)

MEDEIRO DA SILVA & SILVA LTDA - EPP

CNPJ 23.552.091/0001-73

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

VIGÊNCIA: De 01/04/2016 até 01/04/2017.

VALOR GLOBAL: R$425.416,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e dezesseis reais).

VALOR MENSAL: 30 (trinta) dias úteis após recebimento e atestação das notas fiscais.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 01 de Abril de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 007/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 006/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: GLEICE M.B. TAVARES - ME

CNPJ: 05.164.291/0002-58

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE CONSUMO E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA SEREM UTILIZADOS NAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: De 14/04/2016 até 14/04/2017.

VALOR GLOBAL: R$249.922,24 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos).

VALOR MENSAL: 30 (trinta) dias úteis após recebimento e atestação das notas fiscais.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 14 de Abril de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO AO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 026/2013

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 003/2013

PESSOA FÍSICA CONTRATADA: RENATO FERNANDES DA SILVA

CPF: 729.984.741-87

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGO PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAMBARI D'OESTE - MT.

OBJETO DA RESCISÃO: Rescisão Amigável, não cabendo às partes qualquer indenização em razão do que se pactua.

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula Sétima, do referido Contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 29 de Abril de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 005/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 007/2016

PESSOAS JURÍDICAS CONTRATADAS:

Vencedora dos itens 01, 11, 13, 14, 16, 17 e 18: R$23.232,00 (vinte e três mil e duzentos e trinta e dois reais)

ALIANCA IMPORTACAO E COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP – EPP

CNPJ 17.036.928/0001-29

Vencedora dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 15: R$126.474,00 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos e setenta e quatro reais)

PNEUS BARBOSA LTDA – ME

CNPJ 14.481.695/0001-85

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA SEREM UTILIZADOS NAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: De 01/04/2016 até 01/04/2017.

VALOR GLOBAL: R$149.706,00 (cento e quarenta e nove mil e setecentos e seis reais).

VALOR MENSAL: Até 10 dias úteis, após recebimento dos materiais, e apresentação da Nota Fiscal.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 01 de Abril de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 004/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 008/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: DOMANI DITRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

CNPJ: 01.016.616/0001-13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VIGÊNCIA: De 01/04/2016 até 01/04/2017.

VALOR GLOBAL: R$61.900,00 (sessenta e um mil e novecentos reais), a ser pagoapós entrega e apresentação de nota fiscal.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 01 de Abril de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS 008/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 009/2016

PESSOAS JURÍDICAS CONTRATADAS:

Vencedora dos itens 1, 3, 5, 7, 8, 9, 13 e 14: R$1.013.835,25 (um milhão, treze mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

LEANDRO B. SILVEIRA EIRELI - EPP

CNPJ 06.041.950/0001-40

Vencedora dos itens 6, 10, 11, 12 e 15: R$21.720,00 (vinte e um mil e setecentos e vinte reais)

SOARES BONFIM & CIA LTDA - ME

CNPJ 12.025.386/0001-75

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE LAMBARI D'OESTE - MT.

VIGÊNCIA: De 26/04/2016 até 26/04/2017.

VALOR GLOBAL: R$1.035.555,25 (um milhão, trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

VALOR MENSAL: 30 (trinta) dias úteis após recebimento e atestação das notas fiscais.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 26 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS 001/2016

Aviso de Resultado de Licitação Tomada de Preços n° 001/2016

MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT.

Aviso de Resultado de Licitação

Processo Licitatório 009/2016

Tomada de Preços n° 001/2016

A Prefeitura Municipal de Luciara--MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem a público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Execução de Obras de Construção de 10 (dez) Casas Populares na Cidade de Luciara-MT, cuja abertura deu-se às 09:00h do dia 03/05/2016. VENCEDOR: ARILDO LUZ GOMES & CIA LTDA – CNPJ 10. 553.959/0001-08. Valor Global de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Comissão Permanente de Licitação, 03 de maio de 2016.

Agêo Fonseca Brito –Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ERRATA

ERRATA

No Artigo 1.° da PORTARIA 031/2016, de 01/04/2016, publicada no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XI n.° 2.450 – página 235 de 06/04/2016, que exonera o senhor ALÔNCIO BEZERRA ARRUDA do cargo comissionado de Secretário Municipal Esportes de Luciara, onde lê-se: RG n.° 1040983 – SSP/GO e CPF n.° 232.910.011-68, leia-se: RG n.° 0834285-9 SSP/MT e CPF n.° 429.861.411-53.

No Artigo 1.° da PORTARIA 034/2016, de 26/04/2016, publicada no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XI n.° 2.464 – página 139, de 27/04/2016, que nomeia o senhor ALÔNCIO BEZERRA ARRUDA para o cargo comissionado de Chefe da Divisão Municipal de Esportes da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Luciara, onde lê-se: RG n.° 1040983 – SSP/GO e CPF n.° 232.910.011-68, leia-se: RG n.° 0834285-9 SSP/MT e CPF n.° 429.861.411-53.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 04 de maio de 2016.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA COMPOR A EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA ACESSUAS/TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2016 - CANCELAMENTO

O MUNICÍPIO DE LUCIARA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.503.620/0001-31, com sede à Avenida Araguaia, 07 – Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando a necessidade de compor a equipe técnica para atuar no Programa ACESSUAS/TRABALHO, baseado nas regências da legislação vigente, torna público que o CANCELAMENTO DO EDITAL 001/2016 que dispõe sobre PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA COMPOR A EQUIPE TÉCNICA DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA ACESSUAS/TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Luciara em 02/05/2016 e no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, edição do dia 02/05/2016.

Luciara, 03 de maio de 2016.

JOSÉLIA SILVA DE OLIVEIRA

Presidente Comissão Processo Seletivo Simplificado 001/2016 Acessuas/ Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2236 DE 02 DE MAIO DE 2016

"Dispõe sobre o Cancelamento de despesas inscritas em Restos a Pagar não processados, empenhados no exercício de 2015, porém, não consumado na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização na forma específica e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica, por força deste decreto, cancelado o crédito empenhado no exercício de 2015, inscrito em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE MATUPÁ, a saber:

Data	Empenho	Valor	Credor
10/11/2014	08168	R$ 37.950,00	Cutaneous Dermatologia Ltda - Epp

Parágrafo Único – O crédito cancelado citado neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, é anulado devido ao não fornecimento do serviço/produto por impossibilidade de sua realização, não podendo ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, ser formalizada a sua baixa legal no passivo do balanço do exercício de 2015, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte do credor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE OBRAS Nº. 060/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **VEIGA & SANTOS LTDA-ME**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL TIA CELCITA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. Contidas nos anexos do Edital 0102/2015, TOMADA DE PREÇO 022/2015, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

OBJETIVO: O presente Termo Aditivo tem a finalidade de alterar as **Cláusulas:**

QUARTA - Do Valor, Critérios e Condições de Pagamento

O valor para a obra, objeto deste contrato é de **R$ 325.564,44 (Trezentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos),** ficando **ADITIVADO o valor de R$ 34.664,92 (Trinta e quatro mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos).**

Quinta - Vigência do Contrato e Cláusula Sexta - Prazo, Andamento, Sub – Contratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra.

O novo prazo de **vigência e execução** do contrato é aditado em 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **04 DE JULHO DE 2016,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 04/05/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL 002/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

Edital 002/2016

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado para Seleção de Estagiários, representada neste ato por seu presidente, torna público que NÃO HOUVE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR. Portanto, torna-o oficial.

GESTÃO DE PESSOAS
TERMO ADITIVO 063/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 063/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ALTAMIRO JOSÉ BORGES*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 008/1998, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1266 de 11 de novembro de 2014. Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ELIAS LEAL MENDES FILHO**, portador do RG 04979486 SEJSP/MT e CPF 354.096.061.91, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**. *ALTAMIRO JOSE BORGES*****,** brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 229.057 SSP/MT e CPF 208.018.311-72, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 063/2016, contratada para o cargo de **MOTORISTA,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços em substituição ao servidor LUIZ MENDES DE SOUZA, afastado para tratamento de saúde, conforme atestado médico e conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 01 de abril de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***25/10/2016*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 063/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 03 de maio de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO SANDRA DENIZ HORN CRUZ

Prefeito Municipal Sec. de Saúde

ALTAMIRO JOSÉ BORGES

Contratado

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL 024/2016

EDITAL Nº 024/2016

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2015 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2798/2015 DE 23/02/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 01/2015. Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Antônio Tavares 3310, o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho. Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação. O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação. Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 26 de abril de 2016

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MONITORA DE CRECHE	
ROSINÉIA ROSA DA SILVA	20º LUGAR
MILENE APARECIDA DE MORAIS	21º LUGAR
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
RAFAELA DA MATA BEZERRA	18º LUGAR
DANIELA DE OLIVEIRA PEREIRA	19º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 26 de abril de 2016

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 063/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***ALTAMIRO JOSE BORGES.*** **Objeto:** os serviços inerentes às funções do cargo ***MOTORISTA***, junto a Secretaria de Educação e Cultura, em substituição ao servidor Luiz Mendes de Souza, afastado para tratamento de saúde, conforme atestado médico. Período de: 11/04/2016 a 03/05/2016. Valor Global R$ 1.370,68. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

CONTRATO Nº 064/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***SIDNEI CANDIDO TELES.*** **Objeto:** os serviços inerentes às funções do cargo de ***MOTORISTA***, junto a Secretaria de Saúde, em substituição ao servidor Nercirio Feltrin, aposentado por idade conforme beneficio concedido pelo INSS, considerando que o servidor Alex Junior dos Santos Nogueira, solicitou rescisão de contrato conforme protocolo nº 2464/2016. Período de: 11/04/2016 a 31/12/2016. Valor Global R$ 11.880,02. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

CONTRATO Nº 065/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **CLEONICE DA SILVA SABINO. Objeto: CONTRATANTE** os serviços inerentes às funções do cargo de **MERENDEIRA**, na Escola Zumbi dos Palmares, com lotação na Secretaria de Educação Cultura, em substituição a servidora efetiva Silvia Sandra dos Reis que encontra-se Licença Prêmio, conforme requerimento protocolo 1561/2016. Período de: 06/04/2016 a 27/05/2016. Valor Global R$ 1.525,33. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 06/04/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 061/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***BENEDITO FRANCISCO.*** Objeto**:** os serviços inerentes às funções do cargo de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS*** com lotação na Secretaria de Obras e Infraestrutura, em substituição ao período de férias do servidor Valdinei Marques Pimentel, conforme requerimentos. Período de: 01/04/2016 a 31/07/2016. Valor Global R$ 3.520,00. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

CONTRATO Nº 062/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***SERGIO REIS DE ALMEIDA.*** Objeto**:** os serviços inerentes às funções do cargo de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS*** com lotação na Secretaria de Obras e Infraestrutura, em substituição as férias do servidor Eliel Ferreira da Silva Conforme requerimentos, protocolos nº 2586, 2587, 2588 e 2589/2016. Período de: 01/04/2016 a 31/07/2016. Valor Global R$ 3.520,00. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 061/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***BENEDITO FRANCISCO.*** Objeto**:** os serviços inerentes às funções do cargo de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS*** com lotação na Secretaria de Obras e Infraestrutura, em substituição ao período de férias do servidor Valdinei Marques Pimentel, conforme requerimentos. Período de: 01/04/2016 a 31/07/2016. Valor Global R$ 3.520,00. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

CONTRATO Nº 062/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***SERGIO REIS DE ALMEIDA.*** Objeto**:** os serviços inerentes às funções do cargo de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS*** com lotação na Secretaria de Obras e Infraestrutura, em substituição as férias do servidor Eliel Ferreira da Silva Conforme requerimentos, protocolos nº 2586, 2587, 2588 e 2589/2016. Período de: 01/04/2016 a 31/07/2016. Valor Global R$ 3.520,00. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 059/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***JÉSSICA FABRÍCIA DA SILVA GALHARDO.*** **Objeto:** os serviços inerentes às funções do cargo de **MONITORA DE CRECHE**, com lotação na Secretaria de Educação Cultura, no Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho", em substituição a servidora Cristiana Antunes de Barros que se encontra de Licença Maternidade conforme Pta nº 060/2016. Período de: 01/04/2016 a 01/08/2016. Valor Global R$ 3.549,33. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

CONTRATO Nº 060/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E ***ILSINEI DA SILVA CUSTÓDIO.*** **Objeto:** os serviços inerentes às funções do cargo de ***AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS*** com lotação na Secretaria de Obras e Infraestrutura, em substituição a férias e licença prêmio do servidor Manoel José Custódio, conforme requerimentos. Período de: 01/04/2016 a 31/07/2016. Valor Global R$ 3.520,00. Carga horária: 40 horas semanal. Data de assinatura: 01/04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 17/2016

A Pregoeira Oficial do Município torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 17/2016, cujo Objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA*PARA prestação de serviços de SONORIZAÇAO DE EVENTOS PARA ATENDER a secretaria municipal de assistencia social da prefeirura municipal DE NOBRES - MT.*** Cuja abertura ocorreu no dia 29/04/2016 as 08:00h, sagrou-se VENCEDORA a empresa **CANDIDO FILHO 32044143100,** CNPJ n° 15.368.180/0001-36, totalizando o valor de **R$ 75.570,00** (setenta e cinco mil, quinhentos e setenta reais).

Nobres, 04 de Maio de 2016.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
PORTARIA N°. 020/2016

O Vereador, ***Odison Araújo de Souza***, Presidente da Câmara Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - **Nomear** a Senhora **LIGIA LANE LOPES MONTE**, RG. nº. 616.076 SSP/RO, inscrita no Ministério da Fazenda CPF nº. 867.776.701-06, residente e domiciliada nesta cidade de Nobres - MT, servidora efetiva

desta Câmara Municipal, do Cargo de **Tesoureira** deste Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - Compete ao Presidente, na qualidade de Gestor e Ordenador de Despesas e a quem este indicar como Tesoureiro, nesse caso a **Sr. Ligia Lane Lopes Monte**, para juntos movimentarem as contas Bancárias desta Casa de Leis, os seguintes poderes:

EMITIR CHEQUES;

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;

AUTORIZAR COBRANCA;

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES;

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;

AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;

EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS;

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;

CANCELAR CHEQUES;

BAIXAR CHEQUES;

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO;

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO;

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS E REPASSES;

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, INVESTIMENTO;

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREDITO;

EMITIR COMPROVANTES;

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando todas as portarias em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 03 de Maio de 2016.

ODISON ARAÚJO DE SOUZA

Presidente da Mesa Diretora Biênio 2015/2016

ADMINISTRAÇÃO
CORREÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2016

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES – ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2016.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Público será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da comissão especialmente designada pelo decreto Nº 023/2016.

1.2 O Processo Seletivo Público destina-se ao provimento de vagas na função de Agente Comunitário de Saúde para atuação na zona urbana e zona rural, abrangidas pela competência da Secretaria Municipal de Saúde através da comissão especialmente designada pelo decreto Nº 023/2016.

1.2.1 Em relação as vagas em aberto para fins de Inscrição e contratação no Presente Processo Seletivo fica assim definido:

Unidade de saúde	Área de abrangência	Numero de vagas
Centro Preventivo de saúde	Bairros: Centro, Ponte de Ferro, jardim Paraná, Jardim Carolina, Bairro Cocalzinho. Jardim das Palmeiras e Jardim Santa Clara	01
UBS do Distrito da Coqueiral.	Toda região compreendida como Distrito da Coqueiral.	02
UBS do Distrito da Bom Jardim.	Toda região compreendida como Distrito da Bom Jardim	01

O agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da Comunidade em qual efetuou sua inscrição, que deverá ser comprovada quando da convocação, considerando suas áreas de abrangência, zona rural e zona urbana, assim definida de acordo com o quadro acima, em consonância com o Art. 6º, inciso I e § 2º da Lei 11.350/2006;

1.3 O Processo Seletivo Público é regulamentado pela Lei Municipal n°. 1148 de 29/12/2009 e pelo decreto Nº 023/2016.

1.4 O Edital n.º 001/2016, encontra-se afixado na integra, nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal de Vereadores no site www.nobres.mt.gov.br, e também o Extrato do Edital encontra-se publicado no Diário do Tribunal de Contas e AMM.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

2.1 As principais características do cargo público a que se refere este Edital são:

a) Denominação: Agente Comunitário de Saúde – ACS

b) Jornada de Trabalho: 40 horas semanais

c) Remuneração: R$ 1.349,48.

d) Número de vagas: 04 vagas distribuídas nas Unidades Básicas de Saúde, conforme tabela constante no Anexo I deste Edital;

2.2 As atribuições do Agente Comunitário de Saúde englobam:

2.2.1 Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;

2.2.2 Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados no sistema de informação indicado pelo gestor municipal.

2.2.3 Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

2.2.4 Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

2.2.5 Participação na realização do diagnóstico demográfico e na definição do perfil socioeconômico da comunidade, na descrição do perfil do meio ambiente da área de abrangência, na realização do levantamento das condições de saneamento básico e realização do mapeamento da sua área de abrangência;

2.2.6 A promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva na comunidade;

2.2.7 O registro em ficha própria, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

2.2.8 O estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

2.2.9 A realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco;

2.2.10 Executar a vigilância de crianças consideradas em situações de risco;

2.2.11 Monitorar as famílias com crianças menores de 02 (dois) anos, que estejam em situação de risco;

2.2.12 Acompanhar, por intermédio da carteirinha de vacina o crescimento e desenvolvimento das crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, orientando à procura pela Unidade de Saúde, se necessário;

2.2.13 Controle (ficha própria) da imunização de rotina das crianças e gestantes na comunidade, orientando à procura pela Unidade de Saúde, se necessário;

2.2.14 Promover o aleitamento materno exclusivo por intermédio de orientações educativas na comunidade;

2.2.15 Informar a Unidade de Saúde os casos de doença na comunidade;

2.2.16 Identificar as gestantes na comunidade e orientar o acompanhamento do pré natal na Unidade de Saúde de referência;

2.2.17 Apoiar a realização de inquéritos epidemiológicos, investigação de surtos ou ocorrência de doenças de notificação compulsória conforme solicitação da coordenação;

2.2.18 Orientar a população sobre o agente transmissor, as doenças transmitidas e as formas de evitar e eliminar locais que possam oferecer risco para a formação de criadouros do Aedes aegypti;

2.2.19 Mobilizar a comunidade para desenvolver ações de prevenção e controle no combate Aedes aegypti;

2.2.20 Visitar os domicílios para informar a seus moradores sobre o agente transmissor e as doenças transmitidas, vistoriar os cômodos da casa, acompanhado pelo morador, para identificar locais de existência de larvas ou mosquitos, orientar e acompanhar o morador na remoção, destruição ou vedação de objetos que possam se transformar em criadouros de mosquito, realizar a remoção mecânica dos ovos e larvas do mosquito, ou outras ações de manejo integrado de vetores definidas pelo gestor municipal;

2.2.21 Articular com a equipe de Atenção Básica e acionar o Agente de Combate de Endemias (ACE) e/ou equipe de vigilância quando houver a necessidade de outras ações no controle vetorial;

2.2.22 Notificar os casos suspeitos de dengue, chikungunya e zika vírus, em ficha específica do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e/ou outros sistemas similares, e informar a equipe de Atenção Básica;

2.2.23 Planejar as ações de controle vetorial em conjunto com a equipe de vigilância, em espaços que favoreçam a integração entre ACS e ACE;

2.2.24 Incentivar as atividades de educação em saúde bucal na família, com ênfase no grupo infantil e de gestantes;

2.2.25 Incentivar as atividades de prevenção e promoção de saúde do idoso;

2.2.26 Informar a Unidade de Saúde os portadores de deficiência psicofísica para apoio necessário no próprio domicílio;

2.2.27 Incentivar a comunidade para aceitação e inserção social dos portadores de deficiência psicofísica;

2.2.28 Orientar verbal e visualmente as famílias e a comunidade para a prevenção e o controle de doenças endêmicas;

2.2.29 Informar a equipe da Unidade de Saúde sobre a dinâmica social da comunidade, dentro da micro área na qual está inserida, suas necessidades, potencialidades e limites, através dos relatórios de atividades;

2.2.30 Ser cordial no trato com a comunidade, de modo a não gerar conflitos ou rejeição junto à mesma;

2.2.31 Realizar outras ações e atividades na comunidade dentro de sua área de abrangência, que sejam definidas no planejamento local e/ou das equipes;

2.2.32 Participar de reuniões e cursos de educação continuada, relacionada às atividades dos Agentes Comunitários de Saúde;

2.2.33 Ter disponibilidade para trabalho eventual no período noturno e final de semana, havendo compensação de horas;

2.2.34 Entregar no prazo solicitado todas as fichas de acompanhamento para a chefia imediata, realizar o fechamento do relatório;

2.2.35 Realizar todas as atividades solicitadas pela coordenação e supervisão desde que não fira os princípios éticos inerentes a sua função;

2.2.36 O horário de entrada e saída na Unidade de Saúde e a sua permanência dentro da mesma, deverão ser acordados previamente com o coordenador;

2.2.37 Realizar todas as demais atividades inerentes a sua função.

2.3 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender os requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

2.3.1 Deverá residir na área da Comunidade em qual efetuou sua inscrição, que deverá ser comprovada quando da convocação, considerando suas áreas de abrangência assim descrita no item 1.2.1.

2.3.2 Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.3 Estar em dia com as obrigações resultantes da Justiça Eleitoral;

2.3.4 Quando do sexo masculino, estar em dia com as obrigações resultantes do Serviço Militar;

2.3.5 Ter idade igual ou superior a de 18 (dezoito) anos de idade, até a data da posse, se aprovado;

2.3.6 Não ter sofrido, na função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;

2.3.7 Apresentar no ato da posse as certidões negativas de antecedentes criminais**;**

2.3.8 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo (Ensino Fundamental completo) no ato da posse;

2.3.9 Possuir noções básicas de informática;

2.3.10 Gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante exame médico admissional;

2.3.11 Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, no decorrer do certame ou quando da posse e tiver atendido outras condições prescritas em lei;

2.3.12 Ter disponibilidade de tempo integral para exercer suas atividades;

2.3.13 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2.4 Para fins de comprovação do pré-requisito, residir na área de abrangência, citado no item 2.3.1 deste capítulo será exigido do candidato, no momento da admissão, os seguintes documentos:

a) 02 (dois) comprovantes de residência, sendo:

- um com data referente ao mês da inscrição, atestando que continua residindo na mesma área de abrangência da Unidade de Saúde no qual foi habilitado.

- o outro com data do mês da convocação, atestando sua residência na área de abrangência da Unidade de Saúde no qual foi habilitado;

2.5 O candidato que não apresentar os comprovantes citados na alínea “a” do item 2.4 deste edital, não será admitido e estará excluído do certame.

3. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

3.1 Inscrições: De 09 de Maio de 2016 a 13 de Maio de 2016, no horário das 07:00hrs às 11:00 hrs e das 13:00 Hrs às 17:00 Hrs na Secretaria Municipal de Saúde, na Praça Josino Serra, S/N, Bairro: Centro – Nobres – MT.

3.2 Publicação das Inscrições deferidas, nulas ou indeferidas: 16 de Maio de 2016.

3.3 Prazo final para recursos das Inscrições Indeferidas: 17 de Maio de 2016.

3.4 Publicação das Inscrições deferidas: 18 de Maio de 2016.

3.5 Realização das Provas Teóricas: 29 de Maio de 2016.

3.6 Publicação do Gabarito da Prova Teórica: 30 de Maio de 2016, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e no site da Prefeitura Municipal de Nobres: www.nobres.mt.gov.br.

3.7 Prazo final para recursos sobre o gabarito da prova teórica (objetiva): 02 de Junho de 2016.

3.8 Divulgação do julgamento de recursos referentes a gabaritos e retificação pós-recurso, se houver alteração: 06 de Junho de 2016.

3.9 Publicação do Resultado Classificatório da Prova Objetiva, dia 07de Junho de 2016.

3.10 Análise de Currículo: 08 de Junho 2016.

3.11 Divulgação da lista com a pontuação da análise curricular: 10 de Junho 2016

3.12 Publicação da Classificação e Resultado Final: 13 de Junho de 2016.

3.13 Homologação do Resultado Final: 14 de junho 2016.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição implica em conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

4.2 Para as inscrições, os candidatos deverão:

4.2.1 Comparecer no local determinado, nos dias e horas marcados, munidos de:

- cópia de documento de identificação que contenha foto;

- cópia do CPF;

- cópia do comprovante de endereço atual;

- ficha de inscrição preenchida conforme Anexo V;

- comprovante de Escolaridade;

- currículo.

4.3 Da Taxa de Inscrição

4.3.1 Para inscrição no Processo Seletivo Público nº 001/2016 não será cobrada taxa de inscrição.

5. DO CARGO:

5.1 O cargo oferecido está especificado de forme detalhada no Anexo I deste Edital;

5.2 O Processo Seletivo Público consistirá das seguintes etapas:

5.2.1 A primeira etapa é composta por entrega dos documentos conforme item 4.2.1;

5.2.2 A segunda etapa é composta por prova escrita- objetiva;

5.2.3 A terceira etapa é composta por análise curricular;

5.3 Serão considerados classificados os candidatos que atingirem 40% da prova escrita, desde que não tenham zerado em nenhum tipo de disciplina;

5.3.1 A classificação será realizada em ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos, e o critério de desempate será a maior nota, sucessivamente, nas seguintes provas:

a) Específicas;

b) Língua Portuguesa;

c) Matemática;

d) Conhecimentos Gerais;

Persistindo o empate, o desempenho beneficiará o candidato com maior idade.

5.4 Da Realização das Provas:

5.4.1 O local de realização das provas escritas será divulgado, posteriormente, conforme número de inscritos.

6. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

6.1 Documentos Originais:

01 foto 3x4;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (domicílio nos últimos5 anos);

Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura;

Exames Admissionais atestando não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções que o candidato está em perfeita condição de saúde, física e mental, e apto a assumir a função pública. (agendado pelo RH);

Comprovante de endereço atual;

6.2 Fotocópias Legíveis:

Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Cédula de Identidade – RG;

Cadastro de Pessoa Física – CPF e Cônjuge;

Certidão de casamento ou nascimento;

Certidão de nascimento dos filhos dependentes;

Carteira de Vacina dos Filhos menores de 06 (seis) anos;

Comprovante de matriculas de filhos em idade escolar;

Carteira de PIS/PASEP;

Título de eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;

Comprovante de regularidade com o serviço Militar (sexo masculino);

Comprovante de escolaridade exigida para a função pública;

Não ter sido demitido “a bem do serviço público” nas esferas: federal, estadual ou municipal da Administração direta ou indireta;

Não possuir vínculo laboral na esfera municipal, estadual ou federal, salvo as hipóteses de acumulações lícitas constitucionalmente;

6.3 A comprovação da documentação hábil de que os candidatos possuem os requisitos exigidos no item 6 deste Edital será solicitada por ocasião da contratação temporária, e a não apresentação de qualquer documento implicará a impossibilidade de contratação do candidato

7. DA ENTIDADE EXECUTORA:

A Coordenação, organização e execução do Processo Seletivo Público n° 001/2016, para contratação de servidores, será realizada pela Comissão instituída pelo decreto Nº 023/2016 do Poder Executivo Municipal, conforme critérios definidos neste Edital.

8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 A candidata que tiver que amamentar no dia de aplicação das provas objetivas deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizer necessário não sendo dado nenhum tipo de compensação em relação ao tempo da prova despendido com a amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

8.2 O acompanhante de que trata o item anterior deverá também observar o que determina neste Edital.

8.3 O candidato que por motivo de saúde, necessitar de condições especiais para realização da prova devera elencar a necessidade no momento da inscrição, através de requerimento

8.4 O documento referido no subitem anterior, além de ser assinado pelo candidato terá de conter: nome do candidato, para correspondência e tipo de atendimento especial necessário.

8.5 A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e razoabilidade. Tais condições não incluem atendimento domiciliar.

9. DAS MODALIDADES DE PROVAS

O Processo Seletivo Público, objeto deste edital será constituído de:

- PROVA OBJETIVA;

- ANÁLISE CURRICULAR;

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

10.1 Competem ao candidato:

10.1.1 Acompanhar todas as publicações feitas no Mural da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores de Nobres – MT e no site: www.nobres.mt.gov.br

10.2 O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo.

10.3 O candidato deverá comparecer com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência nos locais das provas, com um documento que contenha foto, munido de caneta azul ou preta.

11. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

11.1 DA PROVA TEÓRICA: dia 29 de Maio de 2016, ás 8h00 horas

11.2.1 Do tempo de duração:

11.2.2 Prova teórica: 03 (três) horas ininterruptas.

11.2.3 Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

11.2.4 Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

11.2.5 Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

11.2.6 A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

11.2.7 Será sumariamente eliminado do Processo Seletivo, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas, e/ou permanecer durante a prova com bolsas, sacolas, celular, calculadoras e qualquer outro meio eletrônico;

11.2.8 A Prova Objetiva será composta de 40 (QUARENTA) questões do tipo escolha, distribuídas por tipo de conhecimento e com base no conteúdo programático constante no Anexo II deste Edital, sendo:

11.2.9 10 (dez) questões de Conhecimento Específicos;

11.2.10 10 (dez) questões de Conhecimento Gerais;

11.2.11 10 (dez) questões de Língua Portuguesa;

11.2.12 10 (dez) questões de Matemática;

11.3 A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 80 (OITENTA) pontos;

11.3.1 Cada questão valerá 02(dois) pontos;

11.3.2 Cada questão conterá 05 (cinco) alternativas, sendo somente 01 (uma) correta;

11.3.3 A Prova Objetiva está prevista para o dia 29 de Maio de 2016;

11.3.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica transparente (acrílica) preta ou azul, de documento oficial e original de identidade, contendo fotografia e assinatura. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas;

11.3.5 Serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e Corpos de Bombeiros Militares, carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc..) passaporte, Certificado de Reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade, Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação;

11.3.6 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, protocolos, Certidão de Nascimento, Título de Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei 9.503/97, carteira de estudante, crachás, identidade funcional de natureza privada;

11.3.7 Não serão aceitos protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital;

11.3.8 Os documentos não poderão ter rasuras e deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura;

12 ANÁLISE CURRICULAR

12.1 A análise curricular tem caráter classificatório e somatório com valor de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos;

12.2 Os candidatos deverão entregar os títulos no momento da inscrição em um envelope lacrado e escrito no envelope os seguintes dados:

12.2.1 Nome completo, endereço, PSF ao qual deseja a vaga;

12.3 Serão considerados e pontuados os seguintes documentos para a análise curricular:

12.3.1 Possuir experiência de no mínimo 3 (três) meses de trabalho na função de Agente Comunitário de Saúde – 8 (oito) pontos;

12.3.2 Possuir experiência de no mínimo 3 (três) meses trabalho na área de saúde – 6 (seis) pontos;

12.3.3 Possuir comprovante de participação assídua de no mínimo 3 (três) meses em grupos comunitários (pastorais, grupos de auto-ajuda, trabalhos comunitários) – 3 (três) pontos;

12.3.4 Possuir certificados de participação em eventos/ e ou cursos relacionados a área da saúde –3 (três) pontos;

13. DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

13.1 Os candidatos aprovado no Processo Seletivo Público, objeto deste edital serão contratados sob o Regime de Contrato Temporário, sob titulo, Contrato Administrativo para a função pública, não criando vínculo empregatício permanente com o Município, e o contratado não será considerado servidor público efetivo, não gerando direito à estabilidade de Trabalho, tendo o referido Contrato a duração de 02 (dois) anos e terão os recolhimentos previdenciários efetuados junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

14. CONTRATAÇÃO

14.1 Conforme Edital de Convocação os candidatos aprovados deverão apresentar-se em tempo hábil ao órgão responsável pela contratação.

14.2 É imprescindível, no ato da contratação, a apresentação de todos os documentos exigidos no edital de convocação.

14.3 A contratação será feita conforme as necessidades da Secretaria de Saúde, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

15. VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

15.1 Não serão contratados os candidatos que:

15.1.1 Acumular cargos, emprego ou função pública, não prevista em Lei;

15.1.2 Omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas;

16. RECURSOS

16.1 Serão assegurados aos candidatos o direito a recurso quanto à classificação do Processo Seletivo Público.

16.2 O recurso devera ser interposto no prazo máximo de dois dias úteis, contado a partir da data de publicação dos Editais de divulgação dos resultados.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O período de validade do Processo Seletivo Público, objeto deste edital, é de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do seu resultado final.

17.1.1 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora nomeada através de portaria, baseados na Lei Municipal nº 1148 de 29/12/2009, no que tange a realização deste Processo Seletivo Público.

17.1.2 Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

ANEXO IV

ANEXO V

17.1.3 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nobres - MT, 03 de Maio de 2016.

REGISTRE, PUBLIQUE-SE E AFIXE.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DAS VAGAS

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE ATUAÇÃO
Agente Comunitário de Saúde	02	40 horas	UBS Roda D' Água
Agente Comunitário de Saúde	01	40 horas	UBS Bom Jardim
Agente Comunitário de Saúde	01	40 horas	Centro Preventivo de Saúde

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica.

MATEMÁTICA: Operações aritméticas e problemas envolvendo: adição, subtração, multiplicação e divisão; Conjuntos; Unidade, dezena, centena, dobro, triplo; medida de tempo e comprimento; medida de quantidade; litro. Conjunto dos Números Naturais (N); Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão e Potenciação com n.º Naturais; Expressões Numéricas nos Conjuntos Naturais, Inteiros e Racionais; Sistema de Numeração Decimal; Medidas de Comprimento, Volume, Superfície e Massa; Regra de Três; Porcentagem e juros simples; Equações do 1o grau; Funções do 1º grau;

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado de Mato Grosso e do Município; As regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos; História do Brasil; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CARGOS: Competências do ACS; Compreensão em ações comunitárias, cidadania, política e ética; PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde; ESF – Estratégia de Saúde da Família. Saúde e doença: história natural e prevenção; Reforma sanitária e modelos assistenciais; Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e regulamentação; Gerenciamento e planejamento local de saúde; Sistemas de informação em saúde;

ANEXO III

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO COM NECESSIDADE ESPECIAL – 001/2016

Nome do Candidato: _____

Cargo: _____

O Candidato supracitado, vem por através deste **REQUERER ATENDIMENTO ESPECIAL QUANDO DA REALIZAÇÃO DA PROVA,** em razão da necessidade elencada abaixo:

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL(discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário)

_____

_____

_____

Declaro, para os devidos fins, que necessito de atendimento especial, e concordo em me submeter, quando convocado, a pericia medica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha necessidade, para o exercício do cargo.

_____, ___ de _____ de_____

_____

Assinatura Candidato

ANEXO IV

MODELO DE REQUERIMENTO PARA RECURSO

CARGO:_____

NOME COMPLETO:_____

REQUERIMENTO À Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Nº 001/2016

Como candidato (a) do Processo Seletivo Público do município de Nobres – MT, solicito a revisão do (a)

_____

_____

_____

_____

Nobres, _____/_____/_____

_____

Assinatura do Candidato

Atenção:

1 – Indicar o componente da prova, o número da questão, a alternativa, objeto do recurso, o gabarito preliminar divulgado e a resposta do candidato e a argumentação.

Componente da Prova:_____

Número da questão:_____

Gabarito divulgado:_____

Resposta do Candidato:_____

Argumentação do candidato:_____

_____

_____

NEXO V

FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nome:_____

Data Nascimento:_____/_____/_____

Endereço:_____

Cidade:_____Email:_____

Telefone celular: ( )_____ Telefone Residencial: ( )_____

RG:_____Org. Emissor:_____CPF:_____

( ) UBS CENTRO PREVENTIVO

( ) UBS RODA D'AGUA

( ) UBS BOM JARDIM

Fotocópia dos documentos entregues no ato da inscrição
( ) Cópia de documento de identificação que contenha foto
( ) CPF
( ) Comprovante de Residência (atual)
( ) Comprovante de Escolaridade
( ) Envelope para Análise Curricular
( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL

Nobres, _____/_____/_____

_____

Assinatura do Candidato

Protocolo de Inscrição:

Nome:_____

RG:_____ CPF:_____

Data Nascimento:_____/_____/_____

UBS:_____

_____

Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
REGIMENTO INTERNO CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES MT

Sumário

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. 6
DA COMPOSIÇÃO E DA SEDE.. 6
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS. 6
DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS. 6
Da Posse dos vereadores. 6
Da Eleição da Mesa. 7
Da Declaração de Instalação da Legislatura. 8
DAS LIDERANÇAS. 8
Das Bancadas. 8
Dos Blocos Parlamentares. 9
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA.. 9
DA ORGANIZAÇÃO.. 9
DO PLENÁRIO.. 10
DA MESA.. 10
Da Presidência. 12
Da Secretaria. 14
DO COLÉGIO DE LÍDERES. 15
DA PROCURADORIA PARLAMENTAR.. 15
DAS COMISSÕES. 16
Disposições Gerais. 16
Das Comissões Permanentes. 17
Da Composição e da Instalação. 17
Das Comissões Permanentes e de suas Competências. 17
Das Comissões Temporárias. 20
Das Comissões Especiais. 20
Das Comissões Parlamentares de Inquérito. 21
Das Comissões de Representação. 21
Da Presidência das Comissões. 22
Das Vagas. 22
Das Reuniões. 23
Da Ordem dos Trabalhos. 23
Dos Prazos. 24
Dos Pareceres. 24
Da Organização das Comissões. 26
DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA CÂMARA.. 26

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA.. 26
DAS SESSÕES DA CÂMARA.. 30
DISPOSIÇÕES GERAIS. 30
DAS SESSÕES PÚBLICAS. 31
Das Sessões Ordinárias. 31
Das Sessões Itinerantes..... 30
Do Expediente. 32
Da Ordem do Dia. 33
Das Comunicações Parlamentares. 34
Das Sessões Extraordinárias. 34
Das Sessões Solenes. 35
Das Sessões Especiais. 35
DAS SESSÕES SECRETAS. 35
DA ATA.. 36
DO PROCESSO LEGISLATIVO.. 37
DAS PROPOSIÇÕES. 37
Disposições Preliminares. 37
Dos Projetos. 39
Dos Projetos de Lei 40
Dos Projetos de Resolução. 40
Das Emendas e do Substitutivo. 41
Das Indicações. 42
Dos Requerimentos. 42
Disposições Preliminares. 42
Dos Requerimentos Submetidos a Despacho do Presidente. 43
Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário. 43
Disposições Gerais. 44
Das Moções. 44
Do Veto. 45
DA APRECIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES. 45
Da Tramitação. 45
Do Recebimento e da Distribuição das Proposições. 46
Dos Turnos a que Estão Sujeitas as Proposições. 47
Do Interstício. 47
Do Regime de Tramitação. 47
Das Proposições em Tramitação Especial 48
Da Urgência. 48
Da Preferência. 49
Do Destaque. 49
Da Prejudicialidade. 49
Da Discussão. 50
Disposições Gerais. 50
Da Inscrição e do Uso da Palavra. 50
Do Aparte. 51
Dos Prazos para o Uso da Palavra. 51
Da Questão de Ordem.. 52
Do Adiamento da Discussão. 52
Do Encerramento da Discussão. 52
Da Votação pelo Plenário. 53
Disposições Gerais. 53
Das Modalidades e dos Processos de Votação. 53
Do Encaminhamento da Votação. 54
Do Adiamento da Votação. 54
Do Pedido de Vistas. 54
Da Declaração de Voto. 54
Da Redação do Vencido e da Redação Final 55
Da Redação do Vencido. 55
Da Redação Final 55
Do Encaminhamento da Proposição Aprovada. 56
Da Apreciação Conclusiva. 56
DAS MATÉRIAS E DOS PROCEDIMENTOS SUJEITOS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS. 56
Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica. 56
Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçam. e do Orçamento Anual 57
Dos Projetos de Código e de Estatutos. 58
Do Plano Diretor 59
Dos Projetos de Iniciativa do Prefeito com Solicitação de Urgência. 59
Dos Projetos de Fixação da Remuneração dos Agentes Políticos. 59
Do Projeto de Fixação do Número de Vereadores. 59
Do Regimento Interno. 60
Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. 60
Da Tomada de Contas do prefeito e da Mesa. 61
Da Destituição da Mesa. 62
DOS VEREADORES. 62
DO EXERCÍCIO DO MANDATO.. 62
DAS INCOMPATIBILIDADES. 63
DA PERDA E DA EXTINÇÃO DO MANDATO.. 63
DA VACÂNCIA.. 64
DA LICENÇA.. 64
DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE.. 65
DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO.. 65
DO DECORO PARLAMENTAR.. 66
DA ADMINISTRAÇÃO E DA ECONOMIA INTERNA.. 66
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS. 66
DO CONTROLE INTERNO.. 67
DA POLÍCIA DA CÂMARA.. 67
DO USO DAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA PELA COMUNIDADE.. 67
DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.. 67
DA SOBERANIA POPULAR.. 67
Do Plebiscito e do Referendo. 68
Da Iniciativa Popular de Projeto de Lei 68
Da Proposta Popular de Emenda à Lei Orgânica. 69
DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.. 69
DA COMISSÃO GERAL.. 70
DO CONTROLE POPULAR.. 70

DAS PETIÇÕES E REPRESENT. E DE OUTRAS FORMAS DE PARTICIP. POPULAR.. 70

DAS DISPOSIÇÕES REGIMENTAIS GERAIS. 71

DA POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO.. 71

DA CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS. 71

DO COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES. 72

DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE DOCUMENTOS. 72

DOS RECURSOS CONTRA AS DECISÕES DO PRESIDENTE.. 72

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. 73

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 29 DE DEZEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES, ESTADO DO MATO GROSSO.

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara Municipal de Nobres passa a vigorar na conformidade com o texto que integra esta Resolução.

Art. 2º A Mesa elaborará e submeterá à aprovação do Plenário projeto de Regulamento das Comissões.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução 003, de 28 de Julho de 1983 e as demais que a modificam.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nobres, em 15 de dezembro de 2004.

Gláudio Humberto Colognese Valandro

PRESIDENTE

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E DA SEDE

Art. 1º A Câmara Municipal de Nobres é composta de vereadores, representantes do povo nobrense, eleitos, na forma da Constituição Federal e da legislação específica, para um período de quatro anos.

Art. 2º A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Nobres e funciona à Rua Tomé de Campos, 373 – Centro.

Art. 2º. A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Nobres e funciona à Avenida Marechal Deodoro, nº. 373 – Centro. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Parágrafo único - Pode a Câmara Municipal, por motivo de conveniência pública e por deliberação da maioria de seus membros, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso no território do Município de Nobres.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 3º A Câmara Municipal reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro,

I – ordinárias, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

II - extraordinárias, quando, com este caráter, for convocada na forma da Lei Orgânica e deste Regimento.

§ 1º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 15 de dezembro enquanto a Câmara não deliberar sobre a lei orçamentária do ano subseqüente.

§ 3º - A Câmara deliberará, quando convocada extraordinariamente, somente sobre a matéria objeto da convocação.

Art. 4º A Câmara reunir-se-á, além de outros casos previstos neste Regimento, para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - dar posse ao prefeito e ao vice-prefeito, em 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição, e ouvir-lhes individualmente o compromisso estabelecido no caput do artigo 51 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS

Seção I

Da Posse dos vereadores

Art. 5º O candidato diplomado Vereador deverá apresentar à Mesa, até 31 de dezembro do ano de sua eleição, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar, legenda partidária e declaração de bens.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria da Câmara organizar a relação dos Vereadores diplomados que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

Art. 6º Os candidatos diplomados vereador, no dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, reunir-se-ão em sessão preparatória, na sede da Câmara Municipal, para:

I - posse dos vereadores;

II - eleição da Mesa.

§ 1º - Assumirá a direção dos trabalhos o último presidente, se reeleito vereador, e, na sua falta, o vereador mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º - Aberta a sessão, o presidente convidará um Vereador, de preferência da maior bancada, para secretariar os trabalhos.

§ 3º - O presidente proclamará os nomes dos diplomados, constantes da relação a que se refere o parágrafo único do artigo anterior.

§ 4º - O presidente prestará o seguinte compromisso: "PROMETO EXERCER, NA PLENITUDE, O MANDATO OUTORGADO PELO POVO NOBRENSE PARA ELABORAR LEIS, EXPRESSÕES DA VONTADE POPULAR, E PARA FISCALIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CUMPRINDO OS PRINCÍPIOS E PRECEITOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOBRES".

§ 5º - O secretário designado fará a chamada de cada Vereador que declarará: Assim o Prometo".

§ 6º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no caput deste artigo, deverá fazê-lo até dez dias da data de sua realização, sob pena de perda de mandato.

§ 7º - Não haverá posse por procuração.

§ 8º - O Vereador empossado posteriormente prestará compromisso na primeira sessão da Câmara realizada após sua posse.

§ 9º - O suplente de Vereador, tendo prestado o compromisso uma vez, será dispensado de fazê-lo em convocações posteriores.

§ 10º - Imediatamente após a posse os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do vereador conforme ordem do Art.6º, § 1º, para fim especial de eleger os membros da mesa diretora.

§ 11º - A posse do Prefeito Municipal realizar-se-a, conforme o Art. 26, § 2º, inciso II da Lei Orgânica municipal.

Seção II

Da Eleição da Mesa

Art. 7º Realizar-se-á, na sessão preparatória de que trata o caput do artigo anterior e em atendimento ao disposto em seu inciso II, a eleição do presidente e dos demais membros da Mesa da Câmara Municipal.

Art. 8º A eleição da Mesa para o segundo biênio de cada legislatura dar-se-á em sessão preparatória, realizada em 15 de dezembro da segunda sessão legislativa.

Art. 8º A eleição da Mesa para a composição de seus membros para cada ano subseqüente da legislatura dar-se-á em sessão preparatória, realizada em 15 de dezembro a partir da segunda sessão legislativa. **(alterado pela Resolução nº. 03/06 de 16/11/06)**

§ 1º - Ocorrendo sábado, domingo ou feriado na data de que trata o caput deste artigo, a eleição dar-se-á no dia útil imediatamente subseqüente.

§ 2º - A posse da Mesa, eleita em conformidade com o disposto no caput deste artigo, efetivar-se-á em 2 de janeiro da sessão legislativa subseqüente.

§ 2º - A posse da Mesa, a partir do segundo ano de mandato, eleita em conformidade com o disposto no caput deste artigo, efetivar-se-á na próxima sessão legislativa subseqüente. **(alterado pela Resolução nº. 03/06 de 16/11/06)**

Art. 9º A eleição da Mesa, bem como para o preenchimento de qualquer vaga nela ocorrida, será feita por maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, e maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Vereadores, observadas as seguintes exigências:

Art. 9º A eleição da Mesa, bem como para o preenchimento de qualquer vaga nela ocorrida, será feita por maioria simples, em escrutínio único, presente a maioria absoluta dos Vereadores, observadas as seguintes exigências: **(alterado pela Resolução nº. 03/06 de 16/11/06)**

I - chamada dos Vereadores que receberão sobrecartas autenticadas pelo presidente;

II - cédula única, impressa ou datilografada, com indicação dos nomes e respectivos cargos;

III - votação em cabine indevassável;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário.

§ 1º - O escrutínio para eleição da Mesa será secreto.

§ 2º - Não havendo quórum para eleição, o Vereador que estiver exercendo a direção dos trabalhos convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

§ 3º - No segundo escrutínio, havendo empate na votação, será considerado eleito o mais idoso.

§ 3º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o mais idoso. **(alterado pela Resolução nº. 03/06 de 16/11/06)**

Art. 10 Encerrada a votação, far-se-á a apuração e os eleitos serão proclamados pelo presidente, sendo empossados nas sessões de que tratam o caput do artigo 6º deste Regimento e o § 2º de seu artigo 8º, com assinatura do respectivo termo.

Art. 11 Na hipótese de ocorrer vaga na Mesa será ela preenchida, para completar o ano, mediante eleição realizada nos termos do artigo 9º deste Regimento, com posse automática.

Parágrafo único - Em caso de renúncia total dos integrantes da Mesa, proceder-se-á à eleição para sua nova composição, observado o disposto no caput deste artigo.

Seção III

Da Declaração de Instalação da Legislatura

Art. 12 O presidente, em seguida à posse dos membros da Mesa, declarará solenemente instalada a legislatura.

CAPÍTULO IV

DAS LIDERANÇAS

Seção I

Das Bancadas

Art. 13 Bancada é a organização de um ou mais Vereadores pertencentes a determinada representação partidária.

Art. 14 Líder é o porta-voz da respectiva bancada e o intermediário entre esta e os órgãos da Câmara.

§ 1º - A escolha do líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura.

§ 2º - A comunicação de que trata o parágrafo anterior, será formalizada mediante ofício encaminhado à Mesa.

§ 3º - Enquanto não for indicado, considerar-se-á líder o Vereador mais idoso na respectiva bancada.

§ 4º - Cada líder de bancada com mais de um Vereador poderá indicar oficialmente à Mesa um vice-líder.

Art. 15 Cabe ao líder de bancada:

I - integrar a comissão representativa;

II - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de seu vice-líder, em defesa da respectiva linha política, no período das Comunicações das Lideranças;

III - participar dos trabalhos de qualquer comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo participar dos debates;

IV - encaminhar votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dois minutos;

V - indicar candidatos da bancada para concorrerem nos cargos da Mesa da Câmara e para a comissão representativa;

VI - comunicar à Mesa os membros da bancada para comporem as comissões ou propor sua substituição nos termos regimentais.

Art. 16 Haverá líder do governo se o prefeito municipal o indicar oficialmente à Mesa da Câmara.

Parágrafo único - O líder do governo poderá indicar um vice-líder.

Art. 17 A Mesa da Câmara será cientificada de qualquer alteração nas lideranças.

Seção II

Dos Blocos Parlamentares

Art. 18 É facultado às bancadas, por decisão da maioria de seus membros, constituírem bloco parlamentar, sob liderança comum, vedada a participação de qualquer uma delas em mais de um bloco.

§ 1º - A constituição de bloco parlamentar e as alterações serão comunicadas à Mesa, para o devido registro.

§ 2º - O bloco parlamentar terá o tratamento dispensado às bancadas.

§ 3º - A escolha do líder será comunicada à Mesa logo após a constituição do bloco parlamentar, em documento subscrito pelos líderes das bancadas que o integram.

§ 4º - As lideranças das bancadas coligadas em bloco parlamentar têm suspensas suas atribuições e prerrogativas regimentais, ressalvado o disposto no inciso I do artigo 15 deste Regimento.

§ 5º - Dissolvido o bloco parlamentar ou modificada sua composição numérica, será revista a representação das bancadas ou dos blocos nas comissões, para o fim de redistribuição de lugares, consoante o princípio da proporcionalidade, observado o disposto no § 2º do artigo 37 deste Regimento.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 19 São órgãos da Câmara:

I - o Plenário;

II - a Mesa, integrada de:

a) presidência;

b) secretaria.

III - o colégio de líderes;

IV - a procuradoria parlamentar;

IV – a Assessoria Jurídica; **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

V - as comissões;

VI - a comissão representativa da Câmara.

CAPÍTULO II

DO PLENÁRIO

Art. 20 O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião dos Vereadores em exercício do mandato, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º - O local é o recinto específico de sua sede.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão, nos termos deste Regimento.

§ 3º - O número é o quórum determinado pela Constituição Federal, pela lei ou por este Regimento, para a realização das sessões e para as deliberações.

Art. 21 As deliberações do Plenário, conforme determinações constitucionais, legais ou regimentais, serão tomadas por:

I - maioria simples;

II - maioria absoluta;

III - maioria de dois terços.

§ 1º - Dependem da maioria de dois terços dos votos dos Vereadores:

I - a aprovação de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - a rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Município deve anualmente prestar;

III - a aprovação de proposição que concede anistia, remissão ou isenção, envolvendo matéria tributária.

§ 2º - Dependem da maioria absoluta dos votos dos Vereadores:

I - deliberação sobre perda do mandato de Vereador:

a) que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 22 da Lei Orgânica do Município;

b) cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar;

c) que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

II - rejeição de veto;

III - aprovação de:

a) lei complementar;

b) créditos suplementares ou especiais para a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, em projetos de lei de iniciativa privativa do prefeito.

IV - eleição da Mesa, bem como para o preenchimento de qualquer vaga nela ocorrida em primeiro escrutínio.

§ 3º - As deliberações da Câmara e de suas comissões, ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 4º - Exigem votação por escrutínio secreto:

I - apreciação de veto;

II - decisão sobre perda do mandato de Vereador, nos casos previstos nas alíneas do inciso I do § 2º deste artigo;

III - eleição dos cargos da Mesa;

IV - aplicação de penalidade prevista no § 1º do artigo 269 deste Regimento.

CAPÍTULO III

DA MESA

Art. 22 Incumbe à Mesa a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 23 A Mesa compõe-se de:

I - presidência:

a) presidente;

b) vice-presidente;

II - secretaria:

a) primeiro secretário;

b) segundo secretário.

§ 1º - O mandato da Mesa é de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente, conforme Art. 26, § 3º, II da Lei Orgânica do Município.

§ 2º - Observar-se-á o princípio da proporcionalidade partidária, na composição da Mesa.

§ 3º - A Mesa reunir-se-á sempre que convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 24 Compete à Mesa, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por resolução da Câmara:

I - dirigir os serviços da Casa;

II - tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos, ressalvada a competência da comissão representativa da Câmara;

III - promulgar emendas à Lei Orgânica;

IV - propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato municipal frente à Constituição do Estado de Mato Grosso, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou comissão;

V - dar parecer sobre elaboração do Regimento Interno da Câmara e sobre suas modificações;

VI - conferir a seus membros atribuições ou encargos referentes aos trabalhos legislativos e aos serviços administrativos da Câmara;

VII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

VIII - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar seu conceito perante a comunidade;

IX - promover providências, por solicitação de interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador, contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais e legais do mandato parlamentar;

X - fixar, no início da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura, ouvido o colégio de líderes, a composição das comissões;

XI - elaborar, ouvido o colégio de líderes e os presidentes das comissões permanentes, projeto de regulamento das comissões que, aprovado pelo Plenário, será parte integrante deste Regimento;

XII - promover ou adotar, em virtude de decisão judicial, as providências necessárias de sua alçada ou que se insiram na competência legislativa da Câmara;

XIII - encaminhar, a requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, solicitação de informações e requisição de documentos ao Executivo, sobre quaisquer assuntos referentes à administração municipal;

XIV - declarar, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa, a perda do mandato de Vereador:

a) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

b) que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

c) quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

d) que não residir no Município;

e) que deixar de tomar posse, no prazo de dez dias após o dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura.

XV - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou de impedimento temporário do exercício do mandato de Vereador, nos termos dos artigos 270 e 271 deste Regimento;

XVI - decidir conclusivamente, em grau de recurso, sobre as matérias referentes ao ordenamento jurídico de pessoal e aos serviços administrativos;

XVII - propor à Câmara projetos de resolução dispondo:

a) privativamente, sobre:

1. sua organização, funcionamento e polícia;

2. regime jurídico de seu pessoal;

3. criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus serviços;

4. fixação da remuneração de seus servidores.

b) sobre modificação ou reformulação do Regimento Interno.

XVIII - prover os cargos e funções dos serviços administrativos da Câmara, bem como conceder licença, aposentadoria e vantagens devidas aos servidores ou colocá-los em disponibilidade;

XIX - requisitar servidores da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional para quaisquer de seus serviços;

XX - aprovar proposta orçamentária da Câmara, observados os limites incluídos na lei de diretrizes orçamentárias, ouvida a comissão da administração tributária, financeira e orçamentária;

XXI - encaminhar a proposta orçamentária da Câmara ao Poder Executivo, até 31 de julho de cada exercício;

XXII - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários ao funcionamento da Câmara e de seus serviços;

XXIII - estabelecer os limites de competência para as autorizações de despesas;

XXIV - autorizar a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços;

XXV - aprovar o orçamento analítico da Câmara;

XXVI - autorizar licitações, homologar seus resultados e aprovar o calendário de compras;

XXVII - encaminhar ao prefeito, até 1º de março, a prestação de contas da Câmara do exercício financeiro anterior;

XXVIII - devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo existente na Câmara no final de cada exercício financeiro;

XXIX - apresentar à Câmara, na sessão de encerramento do ano legislativo, relatório dos trabalhos realizados.

Parágrafo único - Poderá o presidente, em caso de matéria inadiável, decidir, ad referendum da Mesa, sobre assunto de competência desta.

Seção II

Da Presidência

Art. 25 O presidente é, nos termos regimentais:

I - o representante da Câmara, quando se pronuncia ela coletivamente;

II - o supervisor dos trabalhos legislativos da Câmara, de seus serviços administrativos e de sua ordem.

Art. 26 São atribuições do presidente, além das que estão estabelecidas neste Regimento, ou decorram da natureza de suas funções e prerrogativas:

I - quanto às sessões da Câmara:

a) presidi-las;

b) manter a ordem;

c) conceder a palavra aos Vereadores;

d) advertir o orador ou o aparteante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que ultrapasse o tempo regimental;

e) convidar o orador a declarar, quando for o caso, se irá falar a favor ou contra a proposição;

f) interromper o orador que:

1. se desviar da questão em debate;

2. falar sobre o vencido; ou

3. se utilizar de expressões que configurem crime contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

g) advertir o orador cujo pronunciamento se enquadre num dos itens da alínea anterior e, em caso de insistência, retirar-lhe a palavra;

h) suspender a sessão quando necessário;

i) autorizar a publicação de informações ou documentos em inteiro teor, em resumo ou apenas mediante referência na ata;

j) nomear comissão especial, ouvido o colégio de líderes;

l) decidir questões de ordem e as reclamações;

m) anunciar a Ordem do dia e o número de Vereadores presentes em Plenário;

n) anunciar a fluência de prazo para interposição de recurso a projeto de resolução apreciado conclusivamente por comissão competente regimentalmente para aprová-lo;

o) submeter à discussão e votação matéria a isso destinada;

p) anunciar o resultado da votação e declarar a prejudicialidade;

q) designar a Ordem do Dia;

r) convocar as sessões da Câmara;

s) desempatar as votações;

t) votar em matérias que exijam maioria qualificada.

II - quanto às proposições:

a) proceder à distribuição de matéria às comissões permanentes ou especiais;

b) deferir a retirada de proposição da Ordem do dia, nos termos regimentais;

c) despachar requerimentos;

d) determinar o seu arquivamento ou desarquivamento, nos termos regimentais;

e) devolver ao autor a proposição que incorrer no disposto no § 2º do artigo 155 deste Regimento.

III - quanto às comissões:

a) designar seus membros mediante comunicação dos líderes;

b) assegurar os meios e condições necessários ao seu pleno funcionamento;

c) convidar o relator ou outro membro da comissão, para esclarecimento de parecer;

d) convocar as comissões permanentes para eleição dos respectivos presidentes;

e) designar os membros das comissões de representação.

IV - quanto à Mesa:

a) presidir suas reuniões;

b) tomar parte nas discussões e deliberações, com direito a voto;

c) distribuir a matéria que dependa de parecer;

d) executar suas decisões, quando tal incumbência não seja atribuída a outro membro.

V - quanto às publicações e à divulgação:

a) determinar a publicação de matéria referente à Câmara;

b) não permitir publicação de pronunciamento ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

c) divulgar as decisões do Plenário, das reuniões da Mesa, do colégio de líderes e das comissões.

VI - quanto à sua competência geral, entre outras:

a) substituir, nos termos da Lei Orgânica do Município, o prefeito municipal;

c) zelar pelo prestígio e decoro da Câmara, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais e legais de seus membros;

d) convocar e reunir, periodicamente, os líderes e presidentes de comissões permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame das matérias em trâmite e adoção das providências necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

e) encaminhar aos órgãos ou entidades competentes as conclusões de comissão parlamentar de Inquérito;

f) autorizar a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários no edifício da Câmara;

g) promulgar resoluções e assinar os atos da Mesa;

h) promulgar lei, nos termos do § 5º do artigo 146 e do artigo 147 deste Regimento;

i) assinar a correspondência oficial da Câmara;

j) decidir, ad referendum da Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 24 deste Regimento;

l) cumprir e fazer cumprir o Regimento.

§ 1º - Para usar a palavra ou tomar parte em qualquer discussão, o presidente transmitirá a presidência ao seu substituto.

§ 2º - O presidente poderá, em qualquer momento, fazer ao Plenário comunicação de interesse da Câmara.

§ 3º - O presidente poderá delegar oficialmente ao vice-presidente competência que lhe seja própria.

Art. 27 - Incumbe ao vice-presidente, substituir o presidente em suas ausências ou impedimentos.

§ 1º - Sempre que se ausentar do Município, por mais de quinze dias, o presidente passará o exercício da presidência ao vice-presidente.

§ 2º - Não se achando presente o presidente à hora do início dos trabalhos da sessão, será ele substituído sucessivamente e na série:

I - pelo vice-presidente;

II - pelos secretários;

III - pelo vereador mais idoso.

§ 3º - Procede-se da mesma forma estabelecida no parágrafo anterior, quando o presidente tiver que deixar a presidência dos trabalhos.

Seção III

Da Secretaria

Art. 28 Cabe essencialmente ao primeiro secretário:

I - quanto à Câmara:

a) superintender os serviços administrativos da Câmara;

b) receber e fazer a correspondência oficial da Casa;

c) interpretar e fazer observar o ordenamento jurídico do pessoal e dos serviços administrativos da Câmara;

d) decidir, em primeira instância, recursos contra atos da diretoria geral da Câmara.

II - quanto às sessões da Câmara:

a) constatar a presença dos vereadores ao abrir-se a sessão, confrontando-a com o livro de presenças;

b) anotar as faltas de Vereadores, com as causas justificadas ou não, encerrando o livro de que trata a alínea anterior no final da sessão;

c) fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo presidente;

d) ler a ata, as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da Casa; **(revogado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

e) fazer inscrição dos oradores;

f) superintender a redação da ata, relatando os trabalhos da sessão, e assiná-la juntamente com o presidente;

g) redigir e transcrever a ata das sessões secretas.

III - assinar com o presidente os atos da Mesa.

Art. 29 Compete ao segundo secretário, além de outras atribuições regimentais:

I - substituir o primeiro secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências;

II - assinar, juntamente com o presidente e o primeiro secretário, os atos da Mesa.

CAPÍTULO IV

DO COLÉGIO DE LÍDERES

Art. 30 Os líderes das bancadas, dos blocos parlamentares e do governo constituem o colégio de líderes.

§ 1º - Os líderes de bancada que participam de bloco parlamentar e o líder do governo têm direito a voz no colégio de líderes, sem direito a voto.

§ 2º - As deliberações do colégio de líderes deverão ser tomadas mediante:

I - consenso entre seus integrantes; ou

II - manifestação favorável ou contrária, conforme o caso, da maioria absoluta de seus membros, quando não for atingido o disposto no inciso anterior.

Art. 31 Compete ao colégio de líderes, além das atividades políticas inerentes à prática parlamentar:

I - proceder, juntamente com a Mesa, à composição das comissões;

II - participar da elaboração do regulamento das comissões, juntamente com seus presidentes e a Mesa;

III - opinar sobre a nomeação dos integrantes das comissões especiais;

IV - proceder à indicação de nomes para comissões, observado o disposto no § 1º do artigo 37 deste Regimento.

CAPÍTULO V

DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 32 A assessoria jurídica tem por finalidade:

I - promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e de seus membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das funções institucionais;

II - defender a inviolabilidade do mandato dos Vereadores, por suas opiniões, palavras e votos;

III - promover, por intermédio do Ministério Público, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação, inclusive aquela a que se refere o inciso X do caput do artigo 5º da Constituição Federal;

IV - exercer a consultoria jurídica da Câmara e de seus órgãos.

Parágrafo único - A procuradoria parlamentar será exercida por um Advogado, preferencialmente ocupante de cargo de carreira da Câmara.

I - Representar a Câmara Municipal nas causas e recursos processados em qualquer instância, bem como prestar Assessoria Jurídica aos diversos setores do Legislativo.

II - Responsável por todas as atividades jurídicas da Câmara Municipal.

III - Compete auxiliar o Presidente e demais Vereadores nos assuntos de natureza jurídica, submetidos a sua apreciação.

IV - Opinar sobre projetos de lei e demais proposições a serem apreciadas pelo Legislativo Municipal.

V - Elaborar minutas de contratos, atender consultas de ordem jurídica relativas ao Poder Legislativo encaminhadas pelo Presidente ou demais Vereadores, emitindo parecer a respeito.

VI - Representar o Legislativo em Juízo, quando este for autor, réu ou parte interessada.

VII Desempenhar outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Legislativo. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

CAPÍTULO VI

DAS COMISSÕES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 33 As comissões da Câmara são:

I - permanentes, as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Câmara e co-partícipes e agentes do processo legiferante, subsistindo através das legislaturas;

II - temporárias, as instituídas para apreciar determinado assunto, as quais se extinguem:

a) ao término da legislatura; ou

b) quando, antes do término da legislatura, tiverem alcançado o fim a que se destinem ou expirado seu prazo de duração.

Art. 34 Na constituição de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

Art. 35 Cabe às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais comissões, no que lhes for aplicável:

I - discutir e votar as proposições que lhes forem distribuídas sujeitas à deliberação do Plenário;

II - discutir e votar proposições, dispensada a competência do Plenário, na forma do artigo 211 deste Regimento;

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, nos termos dos artigos 288 e 290 deste Regimento;

IV - convocar secretários e assessores municipais e diretores de órgãos da administração indireta e fundacional, para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

V - receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais, na forma do artigo 293 deste Regimento;

VI - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII - encaminhar, através da Mesa, pedidos escritos de informações ao Poder Executivo;

VIII - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

IX - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, em articulação com a comissão da administração tributária, financeira e orçamentária da Câmara;

X - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo;

XI - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XII - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de resolução;

XIII - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;

XIV - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, bem como da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento.

§ 1º - Aplicam-se à tramitação de projetos de resolução sujeitos à deliberação conclusiva de comissão, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades exigidas para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara.

§ 2º - As atribuições contidas nos incisos VII e XII do caput deste artigo não excluem a iniciativa concorrente de Vereador.

Seção II

Das Comissões Permanentes

Subseção I

Da Composição e da Instalação

Art. 36 O número de membros das comissões permanentes será estabelecido por ato da Mesa, ouvido o colégio de líderes, no início dos trabalhos da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.

Parágrafo único - A fixação do número de membros efetivos levará em conta a composição da Casa em face do número de comissões, de modo a permitir a observância do princípio da proporcionalidade partidária e demais critérios para a representação das bancadas.

Art. 37 A distribuição das vagas nas comissões permanentes, por bancadas ou blocos parlamentares, será organizada pela Mesa, ouvido o colégio

de líderes, logo após a fixação da respectiva composição numérica e mantida durante a sessão legislativa.

§ 1º - Ao Vereador, salvo se presidente da Câmara, será assegurado o direito de integrar pelo menos uma comissão, ainda que sem legenda partidária.

§ 2º - As modificações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas ou blocos parlamentares, que importem em modificações da proporcionalidade partidária na composição das comissões, só prevalecerão a partir da sessão legislativa seguinte.

Art. 38 Os líderes, estabelecida a representação numérica das bancadas ou dos blocos parlamentares nas comissões, comunicarão ao presidente da Câmara, até o oitavo dia a contar da instalação da primeira e da terceira sessões legislativas, os nomes dos membros da respectiva representação que irão integrar cada comissão.

§ 1º - O presidente fará de ofício, quando não cumprido o disposto no caput deste artigo, a designação dos nomes indicados pelo colégio de líderes, nos termos do inciso II do § 2º do artigo 30 deste Regimento.

§ 2º - O presidente mandará publicar a composição nominal das comissões, convocando-as para eleição dos respectivos presidentes, na forma do artigo 52 deste Regimento.

Subseção II

Das Comissões Permanentes e de suas Competências

Art. 39 A Câmara Municipal compõe-se das seguintes Comissões Permanentes:

I - Comissão de Legislação e Redação;

II - Comissão da Organização do Município;

III - Comissão da Organização dos Poderes;

IV - Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária;

V - Comissão da Ordem Econômica e Social;

VI - Comissão da Administração Pública.

Art. 40 Compete à Comissão de Legislação e Redação:

I - manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

II - pronunciar-se sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

III - manifestar-se sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

IV - pronunciar-se sobre o mérito das seguintes proposições:

a) organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;

b) contratos, ajustes, convênios e consórcios;

c) concessão de licença ao Prefeito e aos Vereadores.

V - proceder à elaboração de projeto de lei ou de resolução, nos termos deste Regimento;

VI - proceder à redação do vencido e à redação final das proposições em geral, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 206 deste Regimento.

§ 1º - É obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Redação sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento.

§ 2º - Concluindo a Comissão de Legislação e Redação pela inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade de uma proposição, deve o parecer ser submetido à deliberação do Plenário e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá a tramitação.

§ 3º - Tratando-se de inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade parcial ou ainda erro gramatical e de técnica legislativa, a comissão corrigirá o vício através de emenda, quando cabível.

Art. 41 Cabe à Comissão da Organização do Município:

I - emitir parecer sobre os seguintes temas:

a) símbolos do Município;

b) criação, organização e supressão de distritos;

c) política de desenvolvimento municipal, respeitados os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que tem o Município como um de seus entes;

d) descentralização administrativa da cidade;

e) competências do Município.

II - atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Art. 42 Compete à Comissão da Organização dos Poderes:

I - emitir parecer sobre os seguintes assuntos:

a) fixação e alteração do número de Vereadores;

b) atribuições da Câmara;

c) inviolabilidade dos Vereadores;

d) impedimentos para o exercício do mandato de Vereador;

e) perda do mandato de Vereador;

f) convocação de suplentes;

g) organização e competência das comissões da Câmara;

h) processo legislativo;

i) soberania popular;

j) eleição do Prefeito e do Vice-prefeito pela Câmara;

l) julgamento do Prefeito.

II - elaborar normas sobre a eleição do Prefeito e do Vice-prefeito pela Câmara e sobre o julgamento do prefeito, em forma de projetos de resolução específicos;

III - elaborar projeto de resolução a que se refere o § 2º do artigo 232 deste Regimento;

IV - atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Art. 43 Constituem competências da Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária:

I - opinar sobre matérias em tramitação na Câmara, referentes a:

a) instituição e arrecadação de tributos de competência do Município e aplicação de suas rendas;

b) planejamento municipal, compreendendo:

1. plano plurianual;

2. lei de diretrizes orçamentárias;

3. orçamento anual.

c) questão financeira;

d) fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta e fundacional.

II - coordenar o sistema de controle interno da Câmara;

III - elaborar projeto de resolução a que se refere o § 1º do artigo 231 deste Regimento;

IV - atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Parágrafo único - Caberá à Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária examinar e emitir parecer, especialmente sobre:

I - os projetos referidos nos itens da alínea "b" do inciso I do caput deste artigo;

II - as emendas aos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e aos projetos que os modifiquem;

III - planos e programas municipais.

Art. 44 Compete à Comissão da Ordem Econômica e Social:

I - examinar e emitir parecer sobre proposições que tratem de:

a) política de desenvolvimento econômico do Município;

b) tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte;

c) turismo;

d) planejamento governamental;

e) política urbana;

f) plano diretor e legislação correlata;

g) política agrícola e fundiária;

h) cooperativismo;

i) política de desenvolvimento social do Município;

j) seguridade social:

1. saúde;

2. assistência social.

l) educação;

m) cultura;

n) desporto e lazer;

o) ciência e tecnologia;

p) habitação e saneamento;

q) meio ambiente;

r) questões sobre família, criança, adolescente e idoso;

s) defesa do cidadão;

t) defesa do consumidor.

II - atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Art. 45 Cabe à Comissão da Administração Pública:

I - opinar sobre as seguintes matérias:

a) questões referentes à administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Município;

b) criação, expansão e extinção de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação mantida pelo Poder Público municipal;

c) licitação e contratos;

d) servidores públicos:

1. regime jurídico e planos de carreira;

2. direitos, vantagens e deveres;

3. previdência e assistência social;

4. cessão a empresas ou entidades públicas ou privadas;

5. concurso público.

e) bens municipais:

1. aquisição;

2. utilização;

3. alienação.

f) obras públicas;

g) serviços públicos:

1. serviços prestados diretamente pelo Município;

2. concessão ou permissão de serviços públicos;

3. política tarifária.

h) planejamento municipal;

i) direito administrativo em geral.

II - atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Art. 46 As comissões temporárias são:

I - especiais;

II - de inquérito;

III - de representação.

§ 1º - As comissões temporárias compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados pelo presidente da Câmara por indicação dos líderes.

§ 2º - Na constituição das comissões temporárias, deve-se cumprir o princípio da proporcionalidade partidária, tanto quanto possível.

§ 3º - A participação de vereador em comissão temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em comissão permanente.

Subseção I

Das Comissões Especiais

Art. 47 As comissões especiais serão constituídas para:

I - dar parecer, quanto ao mérito, sobre:

a) proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

b) projetos de códigos e de leis complementares;

c) proposições que versem sobre matéria de competência de mais de duas comissões;

d) proposições que não tenham sido apreciadas pela comissão competente, no prazo regimental.

II - tratar de assunto específico de interesse da Câmara e da comunidade.

§ 1º - A constituição de comissão especial processar-se-á, mediante deliberação do Plenário:

I - por iniciativa do presidente da Câmara ou a requerimento de líder ou de presidente de comissão permanente interessada, nos casos previstos nas alíneas do inciso I do caput deste artigo;

II - a requerimento de qualquer vereador, na hipótese prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 2º - Pelo menos metade dos membros de comissão especial, no caso estabelecido nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, será constituída por membros das comissões permanentes que deveriam ser chamadas a opinar sobre a proposição em causa.

§ 3º - Não se aplicam as exigências formuladas nos parágrafos anteriores na hipótese prevista na alínea "d" do inciso I do caput deste artigo.

Subseção II

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 48 A Câmara Municipal, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá, por decisão do Plenário, comissão parlamentar de inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, observado em sua composição o disposto nos parágrafos do artigo 46 deste Regimento.

Art. 48 – A Câmara Municipal, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá, por decisão do plenário, comissão parlamentar de inquérito para apuração de fato determinado, observado em sua composição o dis-

posto nos parágrafos do artigo 46 deste Regimento. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

§ 1º - Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e o ordenamento jurídico e econômico-social do Município, que:

I - demande investigação, elucidação e fiscalização;

II - estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da comissão.

§ 2º - A denúncia sobre irregularidades e a indicação das provas respectivas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da comissão parlamentar de inquérito.

§ 3º - A comissão, opinando pela procedência das denúncias, elaborará projeto de resolução apontando as medidas cabíveis, submetendo-o à deliberação do Plenário.

§ 4º - Opinando a comissão pela improcedência da acusação, o processo será arquivado.

Art. 48-A O prazo de funcionamento da Comissão, será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período. **(Acrescentado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Art. 49 A comissão parlamentar de inquérito poderá, no exercício de suas atribuições:

I - determinar diligências;

II - convocar secretários-municipais;

III - tomar depoimento de autoridades;

IV - ouvir denunciados;

V - inquirir testemunhas;

VI - requisitar informações, documentos e serviços necessários.

Subseção III

Das Comissões de Representação

Art. 50 A comissão de representação será constituída, a requerimento de Vereador e mediante aprovação do Plenário, para, em nome da Câmara, se fazer presente a acontecimentos e solenidades especiais.

Art. 51 O presidente designará comissão de vereadores para receber e introduzir no Plenário, durante sessão da Câmara, os visitantes oficiais.

Parágrafo único - Um Vereador especialmente designado, ou cada líder, se assim entender o Plenário, fará a saudação ao visitante, que poderá usar a palavra para a resposta.

Seção IV

Da Presidência das Comissões

Art. 52 As comissões permanentes e especiais, dentro de três dias de sua constituição, reunir-se-ão para eleger seu presidente, por convocação do presidente da Câmara.

Parágrafo único - A eleição de que trata o caput deste artigo será feita por maioria simples, considerando-se eleito, em caso de empate, o mais idoso dos votados.

Art. 53 Ao presidente da comissão compete:

I - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela comissão;

II - convocar e presidir as reuniões da comissão;

III - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e votação;

IV - dar à comissão conhecimento da matéria recebida e despachá-la;

V - dar conhecimento prévio da pauta das reuniões previstas à comissão e às lideranças;

VI - designar relator e distribuir-lhe a matéria sujeita a parecer;

VII - conceder, pela ordem, a palavra aos membros da comissão ou aos líderes presentes que a solicitarem;

VIII - submeter a votos as questões sujeitas à deliberação da comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições aos membros da comissão;

X - assinar pareceres e convidar os demais membros a fazê-lo;

XI - representar a comissão em suas relações com a Mesa, com outras comissões e com os líderes;

XII - solicitar ao presidente da Câmara substituto para membros da comissão em caso de vaga;

XIII - resolver, de acordo com o regimento e o regulamento, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na comissão;

XIII – solicitar a Assessoria Jurídica, de sua iniciativa ou a pedido do relator, a prestação de assessoria ou consultoria jurídica e técnico legislativa, durante reuniões da comissão ou para instruir matérias sujeitas à apreciação desta;

(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)

XIV - solicitar à procuradoria parlamentar, de sua iniciativa ou a pedido do relator, a prestação de assessoria ou consultoria jurídica e técnico-legislativa, durante reuniões da comissão ou para instruir matérias sujeitas à apreciação desta;

XV - exercer a competência de que trata o inciso XI do caput do artigo 24 deste Regimento.

Parágrafo único - O presidente poderá funcionar como relator e terá direito a voto nas deliberações da comissão.

Art. 54 Os presidentes das comissões reunir-se-ão com o colégio de líderes sempre que lhes pareça conveniente ou por convocação do presidente da Câmara, sob a presidência deste, para exame e assentamento de providências relativas à eficiência do trabalho legislativo.

Seção V

Das Vagas

Art. 55 A vaga em comissão verificar-se-á em virtude de término de mandato, renúncia, falecimento ou perda do lugar.

§ 1º - Perderá automaticamente o lugar na comissão, além de outros casos previstos neste Regimento, o Vereador que não comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, durante a sessão legislativa, salvo motivo de força maior, justificado por escrito.

§ 2º - A perda do lugar será declarada pelo presidente da Câmara, em virtude de comunicação do presidente da comissão.

§ 3º - O Vereador que perder o lugar numa comissão a ele não poderá retornar na mesma sessão legislativa.

§ 4º - A vaga em comissão será preenchida por designação do presidente da Câmara, no interregno de oito dias de sua declaração, de acordo com a indicação feita pelo líder de sua bancada ou do bloco parlamentar a que pertencer o lugar, independentemente dessa comunicação, se não for feita naquele prazo.

Seção VI

Das Reuniões

Art. 56 As comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ressalvadas as audiências públicas.

Parágrafo único - As reuniões durarão o tempo necessário para o exame da pauta respectiva.

Art. 57 O presidente da comissão permanente organizará a pauta de suas reuniões, obedecida a preferência regimental.

Art. 58 As reuniões das comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário.

§ 1º - Os Vereadores poderão assistir às reuniões secretas das comissões.

§ 2º - A ata da reunião secreta, acompanhada dos pareceres e outros documentos, depois de fechados em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado pelo presidente e demais membros presentes, será arquivado na Câmara, com a indicação do prazo pelo qual ficará indisponível para consulta.

Seção VII

Da Ordem dos Trabalhos

Art. 59 Os trabalhos das comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros ou com qualquer número se não houver matéria para deliberar.

§ 1º - Os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

I - discussão e votação da ata da reunião anterior;

II - expediente:

a) resumo da correspondência e de outros documentos recebidos;

b) comunicação da matéria distribuída ao relator.

III - leitura de parecer cujas conclusões, votadas pela comissão em reunião anterior, não tenham ficado redigidas;

IV - discussão e votação de proposições e respectivos pareceres sujeitos à aprovação do Plenário da Câmara;

V - discussão e votação de projeto de resolução que dispensar a aprovação do Plenário da Câmara.

§ 2º - As proposições constantes dos incisos IV e V constituirão a Ordem do dia da reunião da comissão.

§ 3º - O líder poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer comissão de que não seja membro.

§ 4º - As comissões permanentes poderão estabelecer normas e condições específicas para a organização de seus trabalhos, integrando o regulamento de que trata o inciso XI do caput do artigo 24 deste Regimento.

Art. 60 As comissões deliberarão por maioria de votos.

Parágrafo único - Em caso de empate na votação, o presidente poderá:

I - votar pela segunda vez; ou

II - adiar a votação da matéria até a próxima reunião da comissão.

Seção VIII

Dos Prazos

Art. 61 As comissões, isoladamente, terão os seguintes prazos para emissão de parecer sobre proposições e sobre as emendas oferecidas, salvo as exceções previstas neste Regimento:

I - de quatro dias, nas matérias em regime de urgência e de preferência;

II - de trinta dias, nos projetos de lei complementar, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual, do plano diretor e de codificação;

III - de dez dias, nos demais casos.

§ 1º - Os prazos são contados a partir do recebimento da proposição pela comissão.

§ 2º - O presidente da Câmara poderá, a requerimento fundamentado do presidente ou do relator da comissão, nos próprios autos do processo, conceder-lhe prorrogação de até metade dos prazos previstos nos incisos do caput deste artigo.

§ 3º - O presidente, recebido o processo, designará o relator na mesma data, podendo reservá-lo à própria consideração.

§ 4º - O relator designado disporá da metade dos prazos de que tratam os incisos do caput deste artigo, para apresentar seu parecer.

§ 5º - Esgotados os prazos previstos nos incisos do caput deste artigo, sem a manifestação da comissão, cabe ao presidente da Câmara tomar uma das seguintes providências:

I - prorrogar o prazo, nos termos do § 2º deste artigo;

II - encaminhar o processo a outra comissão permanente;

III - determinar à comissão faltosa que se manifeste em Plenário;

IV - designar comissão especial para emitir, em quarenta e oito horas, o respectivo parecer, observado o disposto no § 3º do artigo 47 deste Regimento.

§ 6º - A prorrogação do prazo de que trata o § 2º deste artigo, poderá ser submetida ao Plenário, a requerimento escrito de qualquer Vereador.

Art. 62 Incumbe ao presidente da Câmara, tratando-se de matéria de iniciativa do Prefeito, para cuja deliberação houverem sido convocadas sessões extraordinárias, despachá-la para as comissões competentes, conjuntamente, na data de seu recebimento pela diretoria geral da Câmara.

Parágrafo único - O prazo de que trata o inciso I do caput do artigo anterior, no caso de convocação de sessões extraordinárias, será reduzido pela metade.

Art. 62 Incumbe ao presidente da Câmara, tratando-se de matéria de iniciativa do Prefeito, para cuja deliberação houverem sido convocadas sessões extraordinárias, despachá-la para as comissões competentes, conjuntamente, na data de seu recebimento pela Secretaria da Câmara.

Parágrafo Único – O prazo de que trata o Inciso I do caput do artigo anterior, no caso de convocação de sessões extraordinárias, será reduzido pela metade. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Seção IX

Dos Pareceres

Art. 63 Parecer é o pronunciamento da comissão sobre matéria sujeita a seu exame.

Parágrafo único - Cada proposição terá parecer independente.

Art. 64 Nenhuma proposição será submetida à discussão e votação sem parecer escrito da comissão competente, exceto nos casos previstos neste Regimento.

Art. 65 O parecer por escrito constará de três partes:

I - relatório, em que se fará exposição circunstanciada da matéria em exame;

II - voto do relator, em termos objetivos, com a sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria, ou a necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda;

III - parecer da comissão, com as conclusões desta e a indicação dos vereadores votantes e dos respectivos votos.

§ 1º - Podem constar, no parecer a emenda, as partes indicadas nos incisos II e III do caput deste artigo, dispensado o relatório.

§ 2º - Se a comissão concluir pela conveniência de determinada matéria ser formalizada em proposição, o parecer contê-la-á, para que seja submetida aos trâmites regimentais.

§ 3º - Não poderá haver parecer oral, no caso previsto no inciso III do § 5º do artigo 61 deste Regimento, em:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - projeto de lei complementar;

III - projeto de lei de iniciativa privativa do prefeito;

IV - projetos de codificação.

Art. 66 Relatada a matéria, o parecer será imediatamente submetido à discussão e à votação pela comissão.

§ 1º - Qualquer membro da comissão, durante a discussão, poderá usar da palavra, bem como os líderes presentes, nos termos do inciso III do artigo 15 deste Regimento.

§ 2º - Seguir-se-á, encerrada a discussão, imediatamente a votação do parecer que, aprovado pela maioria de seus integrantes, será tido como sendo da comissão, assinando-o os membros presentes.

§ 3º - Poderá o membro da comissão exarar voto em separado, devidamente fundamentado:

I - pelas conclusões, quando favorável às conclusões do relator, discordando de sua fundamentação;

II - aditivo, quando, favorável às conclusões do relator, acrescente novos argumentos à sua fundamentação;

III - contrário, quando se oponha frontalmente às conclusões do relator.

§ 4º - O parecer não acolhido pela comissão constituirá voto em separado.

§ 5º - O voto em separado, desde que aprovado pela comissão, constituirá o seu parecer.

Art. 67 Para efeito de contagem, os votos serão considerados:

I - favoráveis, os que tragam ao lado da assinatura do votante, a indicação pelas conclusões ou com restrições;

II - contrários, os que tragam ao lado da assinatura do votante, a indicação contrário.

Parágrafo único - A simples aposição da assinatura, sem qualquer indicação, implicará na concordância do signatário com a manifestação do relator.

Art. 68 O parecer da comissão a que for submetido o projeto concluirá por sua adoção ou por sua rejeição, propondo as emendas ou substitutivo que julgar necessários.

§ 1º - O parecer da comissão só será votado pelo Plenário, quando:

I - for pela rejeição, retirada, suspensão da tramitação ou arquivamento da matéria sob sua análise;

II - contiver emenda ou substitutivo;

III - contiver sugestões para decisão da Câmara;

IV - concluir pela tramitação urgente do processo.

§ 2º - Aprovado o parecer pelo Plenário, o presidente da Mesa dará ao processo a destinação que for cabível.

Art. 69 O presidente da Câmara devolverá à comissão o parecer emitido em desacordo com as disposições desta Seção.

Seção X

Da Organização das Comissões

Art. 70 As comissões contarão com os serviços de apoio administrativo para:

I - acompanhamento dos trabalhos e redação da ata das reuniões;

II - organização da rotina de entrada e saída de matéria;

III - sinopse dos trabalhos;

IV - entrega do processo referente a cada proposição ao relator respectivo;

V - acompanhamento sistemático da distribuição de proposições aos relatores e dos prazos regimentais, mantendo os presidentes constantemente informados a respeito;

VI - organização da doutrina e jurisprudência dominante na apreciação dos trabalhos de cada comissão;

VII - desempenho de outros encargos determinados pelos presidentes.

Art. 71 As comissões contarão, para o desempenho de suas atribuições, com assessoramento e consultoria técnico-legislativa e especializada em suas áreas de competência, a cargo de:

I - Procuradoria Parlamentar;

II - órgão de assessoramento institucional da Câmara, nos termos de resolução específica.

CAPÍTULO VII

DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA CÂMARA

Art. 72 Constituir-se-á Comissão Representativa da Câmara Municipal, para, durante o recesso:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

II - convocar extraordinariamente a Câmara;

III - autorizar o prefeito a ausentar-se do Município e conceder-lhe licença;

IV - exercer:

a) as competências do disposto no caput do artigo 35 deste Regimento, no que couber, quando do recesso;

b) as atribuições constantes do caput do artigo 24 deste Regimento que lhe forem delegadas pela Mesa.

§ 1º - Compõem a Comissão Representativa da Câmara:

I - os líderes de bancadas;

II - o número de vereadores tal que garanta, em sua composição, o princípio da representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara;

III - o presidente da Câmara, que a presidirá.

§ 2º - Os integrantes da comissão de que trata o inciso II do parágrafo anterior, serão eleitos pelo Plenário na última sessão ordinária do período legislativo.

§ 3º - A posse da Comissão Representativa da Câmara se dará na sessão a que se refere o parágrafo anterior.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 73 Cabe à Câmara, com a sanção do prefeito, dispor sobre as matérias de interesse local, especialmente:

I - planejamento municipal, compreendendo:

a) plano diretor e legislação correlata;

b) plano plurianual;

c) lei de diretrizes orçamentárias;

d) orçamento anual.

II - instituição e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas;

III - criação, organização e supressão de distritos;

IV - organização e prestação, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, estabelecendo:

a) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

b) os direitos dos usuários;

c) as obrigações das concessionárias e das permissionárias;

d) política tarifária justa;

e) obrigação de manter serviço adequado.

V - poder de polícia administrativa, notadamente em matéria de saúde e higiene públicas, construção, trânsito, tráfego, logradouros públicos e horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços;

VI - regime jurídico único de seus servidores;

VII - organização de seu governo e administração;

VIII - administração, utilização e alienação de seus bens;

IX - fiscalização da administração pública, mediante controle externo, controle interno e controle popular;

X - proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

XI - locais abertos ao público para reuniões;

XII - instituição da guarda municipal destinada exclusivamente à proteção dos bens, serviços e instalações do Município;

XIII - prestação pelos órgãos públicos municipais de informações de interesse coletivo ou particular solicitadas por qualquer cidadão;

XIV - direito de petição aos Poderes Públicos municipais e obtenção de certidões em repartições públicas municipais;

XV - participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos municipais em que seus interesses profissionais sejam objeto de discussão e deliberação;

XVI - manifestação da soberania popular, através de plebiscito, referendo e iniciativa popular;

XVII - remuneração dos servidores públicos municipais;

XVIII - administração pública municipal, notadamente sobre:

a) cargos, empregos e funções públicas na administração pública direta, indireta ou fundacional;

b) criação de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação;

c) publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, com caráter educativo, informativo ou de orientação social;

d) reclamações relativas aos serviços públicos;

e) prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário;

f) servidores públicos municipais.

XIX - processo legislativo municipal;

XX - estímulo ao cooperativismo e a outras formas de associativismo;

XXI - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte, localizadas na área territorial do Município;

XXII - questão da família, especialmente sobre:

a) livre exercício do planejamento familiar;

b) orientação psicossocial às famílias de baixa renda;

c) garantia dos direitos fundamentais à criança, ao adolescente e ao idoso;

d) normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de adaptação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

XXIII - política de desenvolvimento municipal, visando garantir a seus habitantes existência digna, bem-estar e justiça sociais;

XXIV - as seguintes matérias, suplementarmente à legislação federal e estadual:

a) promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais;

b) sistema municipal de educação;

c) licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração direta, indireta, autárquica e fundacional;

d) defesa e preservação do meio ambiente e conservação do solo;

e) combate a todas as formas de poluição ambiental;

f) uso e armazenamento de agrotóxicos;

g) defesa do consumidor;

h) proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

i) seguridade social.

XXV - as metas constantes do artigo 23 da Constituição Federal, no que compete ao Município que, para executá-las, tem de fundamentar-se no princípio da legalidade.

Art. 74 É da competência privativa da Câmara:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma deste Regimento;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - dispor sobre:

a) sua organização, funcionamento e polícia;

b) criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

IV - mudar temporariamente sua sede;

V - criar comissões parlamentares de inquérito sobre fato específico, na forma deste Regimento Interno;

VI - aprovar crédito suplementar ao seu orçamento, utilizando suas próprias dotações;

VII - convocar, diretamente ou por suas comissões, secretários e assessores municipais e diretores de órgãos da administração indireta, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

VIII - suspender lei ou ato municipais declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça;

IX - conceder licença ao prefeito e aos vereadores para afastarem-se do cargo, nos termos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento;

X - autorizar o prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

XI - sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XII - sustar contratos impugnados pelo Tribunal de Contas do Estado, nos termos do § 1º do artigo 71 da Constituição Federal combinado com o caput de seu artigo 75;

XIII - resolver definitivamente sobre acordos, convênios, consórcios e contratos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

XIV - fixar a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores e sua forma de reajuste, em cada legislatura para a subseqüente, até três meses antes da realização do pleito municipal;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - julgar anualmente as contas do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XVII - processar e julgar os vereadores, observado o disposto nos §§ 1º e 3º do artigo 260 deste Regimento e no § 1º de seu artigo 271;

XVIII - deliberar sobre a perda de mandato de vereador, nos termos do inciso anterior;

XIX - processar e julgar o prefeito, observado o disposto no inciso II do artigo 42, in fine, deste Regimento;

XX - decidir sobre a perda do mandato do prefeito, na forma da lei;

XXI - elaborar a proposta orçamentária do Poder Legislativo, observados os limites incluídos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXII - fixar e alterar o número de vereadores, nos termos dos artigos 232 e 233 deste Regimento;

XXIII - propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato municipal frente à Constituição do Estado de Mato Grosso, através de sua Mesa;

XXIV - propor, juntamente com outras Câmaras, emendas à Constituição do Estado de Mato Grosso;

XXV - fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas comissões, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXVI - solicitar informações e requisitar documentos ao Executivo sobre quaisquer assuntos referentes à administração municipal;

XXVII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XXVIII - deliberar sobre outras matérias de caráter político ou administrativo e de sua competência exclusiva.

Art. 75 - A Câmara Municipal desempenha suas atribuições, através do exercício das seguintes funções essenciais que lhe são inerentes:

I - função organizante, compreendendo a elaboração, aprovação e promulgação da Lei Orgânica do Município e de suas emendas;

II - função institucional, segundo a qual a Câmara:

a) elege sua Mesa;

b) procede à posse dos vereadores, do prefeito municipal e de seu vice-prefeito, tomando-lhes compromisso e recebendo, publicamente, suas declarações de bens.

III - função legislativa, exercendo o que dispõem os artigos 73 e 74 deste Regimento;

IV - função fiscalizadora, mediante controle externo, nos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, exercitado com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

V - função julgadora, ocorrendo nas hipóteses em que julga as contas do Município, aprovando ou rejeitando o parecer prévio do Tribunal de Contas, e nos termos dos incisos XVII e XIX do artigo 74 deste Regimento;

VI - função administrativa, exercitada através da competência de proceder à sua estruturação organizacional, à organização de seu quadro de pessoal e de seus serviços.

TÍTULO IV

DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76 As sessões da Câmara serão:

I – preparatórias, as que precedem à inauguração dos trabalhos da Câmara na primeira e na terceira sessões legislativas de cada legislatura, conforme dispõem os artigos 6º, 7º e 8º deste Regimento;

II – ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, realizadas independentemente de convocação, nos períodos de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, realizadas independentemente de convocação, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)

III - extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as ordinárias;

IV - especiais, as declaradas expressamente neste Regimento;

V - solenes, as realizadas para marcar comemorações ou prestar homenagens.

VI - itinerantes, as realizadas em local diverso de sua sede, no máximo duas vez por mês, em dias e horários prefixados, podendo ter caráter deliberativo cuja Ordem do Dia deve ser previamente estabelecida,assegurado o acesso às mesmas do público em geral **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

Parágrafo Único - Será considerado RECESSO PARLAMENTAR o período que compreende 01 primeiro de Julho a 31 de Julho e 15 de Dezembro a 15 de Fevereiro.

Parágrafo Único – Será considerado RECESSO PARLAMENTAR o período que compreende 18 de julho a 31 de julho e 23 de dezembro a 1º de fevereiro. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Art. 76A. A Câmara Municipal além da sessão ordinária, realizará sessões itinerantes nos distritos da Coqueiral, Bom Jardim, Bonanza e Aldeia Bakairi. **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13)**.

§ 1º. As sessões itinerantes serão realizadas a critério da Mesa Diretora ou por requerimento de 1/3 dos Vereadores e, aprovado por maioria dos seus membros, contendo data, horário e local para a realização da sessão e, divulgado no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13)**.

§ 2º. O Presidente baixará Ato de convocação da sessão itinerante indicando data, horário, local e objeto que constituirá a pauta da reunião **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 3º. Para as sessões itinerantes aplicar-se-á, no que couber, o disposto no Regimento Interno para as sessões ordinárias **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 4º. Nas sessões itinerantes, a critério da Mesa, poderão usar da palavra além dos Vereadores, os líderes comunitários, representantes de entidades populares e pessoas das comunidades que tenham comunicados importantes para conhecimento da Câmara Municipal **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13)**.

§ 5º. As providências administrativas para realização das sessões itinerantes são de responsabilidade da Presidência da Mesa Diretora **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 6º. Para o pleno funcionamento e execução dos trabalhos, serão convocados servidores da Câmara Municipal para prestarem serviços durante sua realização, além da disponibilização de material e equipamentos necessários para tal fim **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 7º. Poderão ser distribuídos informativos impressos sobre o funcionamento da Câmara Municipal e da função dos vereadores para a população presente a sessão **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13)**.

Art. 77 À hora do início dos trabalhos das sessões a que se referem os incisos I e IV do artigo anterior, feita a chamada dos Vereadores, havendo número legal, nos termos do § 1º deste artigo, o presidente declarará aberta a sessão.

§ 1º - As sessões de que trata o caput deste artigo, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 98 deste Regimento.

§ 2º - Considerar-se-á presente à sessão, o Vereador que assinar o Livro de Presença, até o início da Ordem do Dia, e participar das votações.

§ 3º - Quando o número de vereadores não permitir o início da sessão, o presidente aguardará o prazo de tolerância de até vinte minutos.

§ 4º - Decorrido o prazo de tolerância, ou antes, se houver número, proceder-se-á à nova verificação de presença.

§ 5º - Não atingido o mínimo legal de presenças, o presidente declarará encerrados os trabalhos, determinando a lavratura de ata que não dependerá de aprovação.

§ 6º - A chamada dos vereadores far-se-á pela ordem alfabética dos nomes parlamentares, indicados nos termos do artigo 5º, in fine, deste Regimento.

Art. 78 A sessão da Câmara somente poderá ser suspensa, antes do término de seus trabalhos, por conveniência de:

I - manutenção da ordem;

II - práticas parlamentares visando ao melhor andamento das funções legislativas da Câmara.

§ 1º - A suspensão dos trabalhos poderá ocorrer por iniciativa do presidente ou a requerimento de vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - Não se computa o tempo de suspensão para efeito do cumprimento do prazo regimental.

Art. 79 No recinto do Plenário, durante as sessões a que se referem os inciso I e IV do artigo 76 deste Regimento, somente serão admitidos:

I - os Vereadores;

II - os servidores da Câmara em serviço no local;

III - os jornalistas credenciados;

IV - cidadãos especificamente convidados pela Mesa.

Parágrafo único - Os cidadãos recebidos em Plenário, nas sessões, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes for feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES PÚBLICAS

Seção I

Das Sessões Ordinárias

Art. 80 As sessões ordinárias serão quinzenais e realizar-se-ão em dias e horas determinados em ato da Mesa, ouvido o Plenário.

§ 1º - Serão realizadas, no mínimo, dezenove sessões ordinárias anuais**.**

§ 2º - Ocorrendo feriado no dia de sua realização, as sessões ordinárias efetivar-se-ão no primeiro dia útil imediato.

Art. 81 As sessões ordinárias compor-se-ão das seguintes partes:

I - Expediente, constituído de:

a) Pequeno Expediente;

b) Grande Expediente.

II - Ordem do Dia;

III - Comunicações Parlamentares.

§ 1º - As sessões ordinárias terão duração de quatro horas e meia.

§ 2º - As sessões poderão ser prorrogadas por tempo que permita o cumprimento da Ordem do Dia, por iniciativa do presidente ou a requerimento verbal de vereador, aprovado pelo Plenário.

Subseção I

Do Expediente

Art. 82 O Expediente terá duração de duas horas e meia e dividir-se-á em Pequeno e Grande Expediente.

Art. 83 O Pequeno Expediente terá duração de trinta minutos, contados do início da sessão, e destinar-se-á à:

I - leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

II - leitura do expediente recebido do prefeito municipal;

III - relação sumária do expediente recebido de diversos;

IV - leitura do sumário das proposições apresentadas, na seguinte ordem:

a) projetos de lei;

b) projetos de resolução;

c) indicações;

d) requerimentos.

§ 1º - As proposições de iniciativa dos vereadores deverão ser entregues até o início da sessão, observadas as normas regimentais e administrativas aplicáveis.

§ 2º - Por solicitação dos interessados, serão dadas cópias dos documentos apresentados no Pequeno Expediente.

§ 3º - Durante o Pequeno Expediente, havendo tempo, qualquer Vereador poderá solicitar a palavra uma única vez, por cinco minutos.

§ 4º - Se não forem utilizados os trinta minutos do Pequeno Expediente, o restante do tempo será incorporado ao Grande Expediente.

Art. 83 O pequeno expediente será dividido em duas etapas, sendo que na primeira com duração de 15 minutos, contados do inicio da sessão será destinado a:

I – Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

II – Leitura do expediente recebido do prefeito municipal;

III – Relação sumária do expediente recebido de diversos;

IV – Indicações;

V – Requerimentos

§ 1º. Após a leitura da primeira etapa do pequeno expediente, qualquer vereador poderá solicitar a palavra uma única vez, por cinco minutos, não sendo permitido apartes, salvo ofensa a integridade dos vereadores presentes mediante autorização do presidente da mesa.

§ 2º As indicações e os requerimentos deverão ser entregues até o inicio da sessão, observadas as normas regimentais e administrativas aplicadas. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

§ 3º Após a abertura da sessão, o Presidente determinará a leitura de um texto bíblico de livre escolha de Ministro do Evangelho local, que ministrará a palavra por 10 (dez) minutos, abençoando a sessão plenária **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

Art. 83-A - Encerrada a primeira etapa, iniciar-se-á a segunda etapa do pequeno expediente com duração de 15 minutos onde serão lidas as seguintes proposições:

I – projetos de resolução;

II – projetos de lei. **(Acrescentado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Art. 84 O Grande Expediente destina-se aos pronunciamentos dos Vereadores inscritos para falar, em livro próprio, e será assim dividido:

I - dez minutos para cada líder de bancada ou de bloco parlamentar falar ao final dos pronunciamentos dos demais Vereadores;

II - o restante do tempo, respeitado o disposto no inciso anterior, será dividido entre os Vereadores inscritos em livro especial.

§ 1º - Perderá a vez de pronunciar-se o vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra.

§ 2º - O espaço destinado a cada líder poderá ser cedido a outro vereador da mesma bancada partidária ou do mesmo bloco parlamentar.

§ 3º - A ordem para uso da palavra será alternada de uma sessão para outra.

Art. 84 O grande expediente destina-se aos pronunciamentos dos vereadores inscritos para falar, em livro próprio, e será concedido a cada vereador 10 (dez) minutos para fazer o uso da palavra para tratar de assuntos de sua livre escolha;

Art. 84 – O grande expediente destina-se aos pronunciamentos dos vereadores inscritos para falar, em livro próprio, versando sobre tema livre, e será concedido a cada vereador 15 (quinze minutos) para fazer o uso da palavra, obedecendo a ordem numérica de inscrição (alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13 **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13)**.

§ 1º Poderá ser concedido, mediante requerimento ao presidente, cinco minutos de prorrogação para as considerações finais;

§ 2º Perderá a vez de pronunciar-se o vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Subseção II

Da Ordem do Dia

Art. 85 A Ordem do Dia destina-se à discussão e votação das proposições em pauta.

§ 1º - A Ordem do Dia será iniciada com verificação de presença e só terá prosseguimento se houver a presença da maioria absoluta dos vereadores.

§ 2º - Não havendo quorum regimental, o presidente aguardará cinco minutos, antes de declarar encerrada a Ordem do Dia.

Art. 86 As matérias, a juízo do presidente, serão incluídas na Ordem do Dia segundo sua antigüidade e importância, observada a seguinte ordem:

I - matérias em regime especial;

II - vetos e matérias em regime de urgência;

III - matérias em regime de preferência;

IV - matérias em redação final;

V - matérias em turno único;

VI - matérias em segundo turno;

VII - matérias em primeiro turno;

VIII - recursos.

§ 1º - A diretoria geral fornecerá cópias das proposições recebidas e dos pareceres aos Vereadores, até vinte e quatro horas antes da realização da sessão.

§ 2º - O primeiro secretário procederá à leitura da matéria que será discutida e votada, podendo ser dispensada a leitura a requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º - Ao ser designada a Ordem do Dia, qualquer Vereador poderá sugerir ao presidente a inclusão de matéria em condições de nela figurar.

§ 4º - A disposição da matéria na Ordem do Dia, ressalvado o disposto no artigo 88 deste Regimento, somente poderá ser interrompida ou alterada, por motivo de urgência, preferência, adiamento ou vistas, mediante requerimento apresentado durante a Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário.

Art. 87 A matéria dependente de exame das comissões só será incluída na Ordem do Dia, depois de emitidos todos os pareceres, lidos no Expediente e distribuídos em avulso aos Vereadores.

Parágrafo único - As proposições que preencham os requisitos estabelecidos no caput deste artigo, serão dadas à Ordem do Dia da sessão subseqüente, salvo requerimento de dispensa de interstício, aprovado pelo Plenário.

Art. 88 Incluem-se na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação:

I - o veto, quando não deliberado no prazo de trinta dias a contar de seu recebimento pela Câmara;

II - a proposição de iniciativa do prefeito, em que se solicitou urgência para sua apreciação, não havendo sido deliberado pela Câmara no prazo de trinta dias de seu recebimento.

Art. 89 Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do Plenário, na Ordem do Dia, o presidente anunciará resumidamente a pauta dos trabalhos da sessão seguinte.

Subseção III

Das Comunicações Parlamentares

Art. 90 Esgotada a Ordem do Dia, o tempo que resta para o término da sessão será franqueado aos oradores inscritos para falar nas Comunicações Parlamentares, por cinco minutos para cada Vereador.

Art. 90 Esgotada a Ordem do Dia, o presidente concederá a cada vereador cinco minutos para falar nas comunicações parlamentares. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Art. 91 As Comunicações Parlamentares são destinadas à manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas du rante a sessão ou no exercício do mandato.

Parágrafo único - A inscrição para falar nas Comunicações Parlamentares será feita em livro próprio.

Art. 91 As Comunicações Parlamentares são destinadas à manifestação dos vereadores sobre eventos e ações que serão realizadas durante a sessão ou no exercício do mandato.

Parágrafo Único: A inscrição para falar nas Comunicações Parlamentares será feita em livro próprio. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Art. 92 Encerrados os pronunciamentos ou não havendo oradores inscritos, o presidente declarará encerrada a sessão.

Seção II

Das Sessões Extraordinárias

Art. 93 As sessões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, de ofício, na forma estabelecida no artigo 95 deste Regimento.

§ 1º - As sessões serão convocadas, em qualquer caso, com antecedência mínima de dois dias de sua realização e, no ato convocatório, encaminhar-se-ão cópias das matérias objeto da convocação.

§ 2º - Nas sessões extraordinárias, não haverá Expediente nem Comunicações Parlamentares, sendo exclusivas para a discussão e deliberação das matérias objeto da convocação.

§ 3º - As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas em qualquer dia da semana, inclusive nos sábados, domingos e feriados.

§ 4º - Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições relativas às sessões ordinárias.

Art. 94 A convocação de sessão extraordinária no período ordinário far-se-á por simples comunicação do presidente inserida na ata, ficando automaticamente cientificados os vereadores presentes à sessão.

Parágrafo único - Os vereadores ausentes serão cientificados mediante citação pessoal.

Art. 95 A convocação extraordinária da Câmara far-se-á, em caso de urgência ou de interesse público relevante:

I - pelo presidente da Câmara;

II - pela Comissão Representativa da Câmara;

III - pela maioria dos Vereadores;

IV - pelo prefeito Municipal.

Parágrafo único - Não sendo feita em sessão, a comunicação da convocação será feita pessoalmente ao vereador, mediante recibo.

Seção III

Das Sessões Solenes

Art. 96 As sessões solenes, para o registro de comemorações ou tributo de homenagens, serão convocadas pelo presidente ou por deliberação da Câmara.

§ 1º - Nas sessões solenes, serão dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença e não haverá tempo determinado para o encerramento, não se aplicando o disposto no artigo 81 deste Regimento.

§ 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas em local diverso do da sede da Câmara.

Seção IV

Das Sessões Especiais

Art. 97 As sessões especiais serão realizadas para os fins estabelecidos nos artigos 301 e 303 deste Regimento.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 98 A Câmara realizará sessões secretas por deliberação do Plenário, quando ocorrer motivo relevante.

Parágrafo único - As sessões secretas somente serão iniciadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 99 O presidente, para iniciar-se a sessão secreta, fará sair do recinto do Plenário e demais dependências anexas as pessoas estranhas aos trabalhos, inclusive os servidores da Casa, permanecendo apenas os vereadores, sem prejuízo de outras cautelas que a Mesa adotar no sentido de resguardar o sigilo.

§ 1º - Reunida a Câmara em sessão secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto que motivou a convocação deve ser tratado sigilosa ou publicamente.

§ 2º - Antes de encerrar-se a sessão secreta, a Câmara resolverá se o requerimento de convocação, os debates e deliberações, no todo ou em parte, deverão constar da ata pública ou fixará prazo em que devam ser mantidos sob sigilo.

§ 3º - Antes de levantada a sessão secreta, a ata respectiva será aprovada e, juntamente com os documentos que a ela se refiram, encerrada em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado pelos membros da Mesa e recolhido ao arquivo.

§ 4º - Se a realização de sessão secreta interromper sessão pública, será esta suspensa para se tomarem as providências regimentalmente previstas.

Art. 100 Somente os vereadores deverão assistir às sessões secretas do Plenário.

Parágrafo único - As autoridades, quando convocadas, ou as testemunhas chamadas a depor participarão das sessões secretas apenas durante o tempo necessário.

CAPÍTULO IV

DA ATA

Art. 101 Lavrar-se-á ata com a sinopse dos trabalhos de cada sessão, cuja redação obedecerá a padrão uniforme adotado pela Mesa.

Art. 101 De cada Sessão da Câmara, lavrar-se-á Ata dos trabalhos, contendo, resumidamente, os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 1º - As atas serão organizadas em Anais, por ordem cronológica, encadernadas por sessão legislativa e recolhidas ao arquivo da Câmara.

§ 2º - Da ata constará a lista nominal de presença e de ausência às sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara.

§ 3º - A ata da última sessão, ao encerrar-se a sessão legislativa, será redigida e submetida à discussão e aprovação, presente qualquer número de vereadores, antes de se levantar a sessão.

§ 4º - As proposições e documentos apresentados às sessões serão somente indicados com a declaração do objeto a que se refiram, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 4º - As proposições e documentos apresentados em Sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem números e autores, respectivos, salvo requerimento de qualquer Vereador, verbal, de transcrição integral da matéria em Ata, aprovado pela Câmara**(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 5º - A transcrição de declaração de voto, feita por escrito, e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao presidente.

§ 5º A transição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida verbalmente ao Presidente **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 6º - Não constará da ata resumo de pronunciamentos ou citação de expressões atentatórias ao decoro parlamentar, nos termos deste Regimento, cabendo recurso do orador ao Plenário.

Art. 102 A ata da sessão anterior ficará à disposição dos vereadores, para verificação, no período de quarenta e oito horas antes da sessão.

Art. 102, - A Ata da Sessão anterior será submetida ao Plenário, para apreciação, na Sessão Ordinária subsequente **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 1º - Ao iniciar-se a sessão, o presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 1º A Ata será submetida à apreciação do Plenário no início da Sessão, antes da Ordem do Dia ou da Tribuna Livre, se for o caso **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 2º - Cada vereador poderá falar uma vez sobre a ata, para pedir sua retificação ou impugná-la.

§ 2º - Cada Vereador poderá falar uma só vez sobre a Ata para pedir sua retificação ou impugná-la, durante 05 (cinco) minutos, sem aparte **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

.

§ 3º - O pedido de retificação ou a impugnação serão resolvidos pelo presidente, cabendo recurso ao Plenário.

§ 3º - Feita a impugnação ou solicitada à retificação da Ata, o Plenário deliberará a respeito **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 4º - No caso de aceitação de uma das hipóteses previstas no parágrafo anterior, adotar-se-ão as seguintes providências:

§ 4º - aceita a impugnação, será lavrada nova Ata; aprovada a retificação, a mesma será incluída na Ata da Sessão em que ocorrer a sua votação **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

I - na impugnação, lavrar-se-á nova ata;

II - na retificação, a mesma será incluída na ata da sessão em que ocorrer sua votação.

§ 5º - A ata aprovada será assinada pelo presidente e pelo primeiro secretário.

§ 5º - aprovada a Ata, esta será assinada pelo Presidente e pelo Secretário **(alterado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 6 - A Ata será redigida pela Secretaria Administrativa, na forma estabelecida neste artigo, e será colocada à disposição dos Vereadores du-

rante os períodos de expediente da Secretaria Administrativa, nas sextas e segundas-feiras, e até 3 (três) dias antes da sessão subseqüente, dispensando-se, assim, sua leitura na Sessão em que a mesma deva ser apreciada **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 7º - As Atas das Sessões Extraordinárias e Solenes serão, segundo determinação do Presidente, colocadas à disposição dos Vereadores na Secretaria Administrativa e submetidas ao Plenário **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

§ 8º - A Ata da última Sessão de cada legislatura será redigida, lida e submetida à aprovação, com qualquer número, antes de encerrar-se a Sessão **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

.

TÍTULO V

DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 103 Proposição é a matéria sujeita à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, conforme o caso.

Art. 104 São proposições do processo legislativo:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, conforme dispõem os artigos 212 usque 216 deste Regimento;

II - projetos de:

a) lei complementar;

b) lei ordinária;

c) resolução.

III - veto.

§ 1º - Incluem-se no processo legislativo, por extensão do conceito de proposição:

I - a emenda;

II - o substitutivo;

III - a indicação;

IV - o requerimento;

V - o recurso;

VI - o parecer das comissões, tratado nos artigos 63 usque 69 deste Regimento;

VII - a proposta de fiscalização e controle;

VIII - a representação popular contra ato ou omissão de autoridade ou entidade públicas, nos termos do inciso V do artigo 35 deste Regimento;

IX - a mensagem e matéria assemelhada;

X - a moção.

§ 2º - Consideram-se dispositivo, para efeito deste Regimento, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea e o item.

Art. 105 O presidente da Câmara somente receberá proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa, em conformidade com a Constituição, com a Lei Orgânica do Município e com este Regimento.

§ 1º - Pode o autor de proposição não aceita pelo presidente recorrer ao Plenário da decisão.

§ 2º - A proposição que fizer referência a norma legislativa ou que tiver sido precedida de estudos, pareceres, decisões ou despachos, será acompanhada do respectivo texto.

§ 3º - A proposição de iniciativa popular será encaminhada à Comissão de Legislação e Redação, quando necessário, para adequá-la às exigências do caput deste artigo.

§ 4º - Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado, objetivamente declarado em sua ementa, ou dele decorrente.

Art. 106 A apresentação de proposição será feita:

I - à Mesa, para as proposições em geral;

II - ao Plenário, para os requerimentos a que se referem os incisos II, V, VI, VII e VIII do caput do artigo 140 e XII e XIII do caput do artigo 141 deste Regimento.

Art. 107 A proposição de iniciativa de vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§ 1º - Consideram-se autores de proposição, para efeitos regimentais, os seus signatários.

§ 2º - O quorum para iniciativa coletiva das proposições, exigido pelo Regimento ou pela Lei Orgânica do Município, pode ser obtido através das assinaturas:

I - de cada Vereador; ou

II - quando expressamente permitido, de líder ou líderes, representando exclusivamente o número de vereadores de sua bancada ou bloco parlamentar.

Art. 108 A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo autor ao presidente da Câmara que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso ao Plenário.

§ 1º - Se a proposição já tiver pareceres favoráveis de todas as Comissões competentes para opinar sobre seu mérito, somente ao Plenário cumpre deliberar, observado o disposto no inciso XII do caput do artigo 141 deste Regimento.

§ 2º - No caso de iniciativa coletiva, a retirada será feita a requerimento da maioria dos subscritores da proposição.

§ 3º - A proposição de comissão ou da Mesa só poderá ser retirada a requerimento de seu presidente, com prévia autorização do colegiado.

§ 4º - A proposição retirada na forma deste artigo não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

§ 5º - Para as proposições de iniciativa do Executivo ou de cidadãos, aplicar-se-ão as regras deste artigo.

Art. 109 Finda a legislatura, arquivar-se-ão as proposições que, no seu decurso, tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I - com pareceres favoráveis de todas as comissões;

II - já aprovadas em primeiro turno;

III - de iniciativa popular;

IV - de iniciativa do Executivo.

Seção II

Dos Projetos

Art. 110 A Câmara exerce sua função legislativa, além da proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, mediante:

I - projetos de:

a) lei complementar;

b) lei ordinária.

II - projetos de resolução.

Art. 111 A apresentação de projeto, ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica do Município, cabe:

I - a Vereadores, individual ou coletivamente;

II - à Mesa da Câmara;

III - às comissões da Câmara;

IV - ao Prefeito municipal;

V - aos cidadãos.

Art. 112 Os projetos deverão ser redigidos de forma concisa e clara, precedidos da respectiva ementa, observado o disposto no caput do artigo 105 deste Regimento.

§ 1º - Cada projeto deverá conter, simplesmente, a enunciação da vontade legislativa, observado o disposto no § 4º do artigo 105 deste Regimento.

§ 2º - A elaboração técnica de cada projeto deverá atender os seguintes preceitos:

I - redação com clareza, precisão e ordem lógica;

II - divisão em artigos, cuja numeração será ordinal até o 9º e, a seguir, cardinal;

III - desdobram-se:

a) os artigos em parágrafos ou incisos;

b) os parágrafos em incisos;

c) os incisos em alíneas;

d) as alíneas em itens.

IV - os parágrafos serão apresentados pelo sinal §, seguido pela numeração com os mesmos critérios estabelecidos no inciso II deste parágrafo;

V - a expressão Parágrafo único será sempre escrita por extenso;

VI - os incisos serão indicados por algarismos romanos;

VII - as alíneas apresentar-se-ão por letras minúsculas;

VIII - os itens serão indicados por algarismos arábicos;

IX - o agrupamento de:

a) artigos constitui a Seção;

b) Seções, o Capítulo;

c) Capítulos, o Título;

d) Títulos, o Livro;

e) Livros, a Parte Geral e a Parte Especial.

§ 3º - Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais matérias diversas.

§ 4º - O artigo que estabelecer a vigência da lei ou da resolução, indicará, também, expressamente a legislação ou dispositivo que estão sendo revogados.

§ 5º - Todos os projetos descritos no artigo 110 deverão obrigatoriamente ser protocolizados com antecedência de 48 horas anterior à sessão para inclusão na pauta de tramitação **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

Art. 113 Os projetos que forem apresentados sem a observância dos preceitos regimentais, só tramitarão depois de completada sua instrução.

Art. 114 Os projetos tramitam em dois turnos, com interstício mínimo de vinte e quatro horas, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, o quorum exigido.

Parágrafo único - Cada turno é constituído de discussão e de votação.

Art. 114-A – Poderá mediante autorização do plenário e a requerimento do presidente ser votado os projetos de lei em um único turno. **(Acrescentado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Art. 115 Considerar-se-á rejeitado o projeto que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões a que tiver sido submetido, observado o disposto no artigo 151 deste Regimento.

Subseção I

Dos Projetos de Lei

Art. 116 Destinam-se os projetos de lei a regular matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do prefeito Municipal, nos termos do artigo 73 deste Regimento Interno.

Art. 117 São de iniciativa privativa do Prefeito municipal os projetos de lei que disponham sobre:

I - criação, organização e alteração da guarda municipal;

II - criação de cargos, funções ou empregos públicos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração;

III - servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos;

IV - criação, estruturação e atribuições das secretarias e demais órgãos da administração pública;

V - plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

Art. 118 Constituem matérias de lei complementar:

I - o processo de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis;

II - as formas de manifestação da soberania popular: plebiscito, referendo e iniciativa popular;

III - as atribuições do vice-prefeito, além das constantes da Lei Orgânica do Município;

IV - a fixação dos prazos e os critérios de elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

V - o plano diretor;

VI - os critérios sobre:

a) a defesa do patrimônio municipal;

b) a aquisição de bem imóvel;

c) a alienação de bens municipais;

d) o uso especial de bem patrimonial do Município por terceiros.

Art. 119 A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa:

I - mediante proposta de dois terços dos Vereadores;

II - por iniciativa do autor, nos casos previstos nos incisos IV e V do artigo 111 deste Regimento, aprovada por dois terços dos Vereadores.

Subseção II

Dos Projetos de Resolução

Art. 120 Os projetos de resolução destinam-se a regular matérias da competência privativa da Câmara e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, nos termos do artigo 74 deste Regimento.

Art. 121 Aplicam-se, no que couber, aos projetos de resolução as disposições relativas aos projetos de lei.

Art. 122 As resoluções são promulgadas pelo presidente da Câmara e assinadas, também, pelo primeiro secretário.

Art. 123 A resolução aprovada e promulgada, nos termos deste Regimento, tem eficácia de lei ordinária.

Seção III

Das Emendas e do Substitutivo

Art. 124 Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir, aglutinar ou suprimir dispositivo.

§ 1º - Emenda aditiva é a que se acrescenta a outra proposição.

§ 2º - Emenda modificativa é a que altera a proposição sem modificá-la substancialmente.

§ 3º - Emenda substitutiva é a apresentada como sucedânea de dispositivo.

§ 4º - Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas ou destas como texto.

§ 5º - Emenda supressiva é a destinada a excluir dispositivo.

§ 6º - Denomina-se subemenda a emenda apresentada a outra.

§ 7º - Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

Art. 125 As emendas, ressalvadas as de Plenário, serão apresentadas diretamente à comissão, a partir do recebimento da proposição principal até o término da sua discussão pelo órgão técnico:

I - por Vereador;

II - por Comissão, quando incorporada a parecer.

Parágrafo único - O Prefeito poderá formular modificações em proposições de sua autoria, em tramitação no Legislativo, através de mensagem aditiva.

Art. 126 As emendas de Plenário serão apresentadas:

I - por qualquer Vereador, durante a discussão em primeiro turno;

II - durante a discussão em segundo turno:

a) por comissão;

b) por um terço dos Vereadores ou por líder que represente este número.

Parágrafo único - À redação final só serão permitidas emendas nos termos do § 7º do artigo 124 deste Regimento.

Art. 127 Não serão admitidas emendas que impliquem aumento de despesas:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito municipal, nos termos dos incisos do artigo 117 deste Regimento, ressalvado o disposto em seu inciso V;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 128 O presidente da Câmara ou de comissão tem a faculdade de recusar emenda:

I - formulada de modo incorreto;

II - que verse sobre assunto estranho ao projeto em discussão; ou

III - que contrarie prescrição regimental.

Parágrafo único - Em caso de reclamação ou recurso sobre a recusa de que trata o caput deste artigo, será consultado o respectivo Plenário, que deliberará sobre a questão.

Art. 129 Substitutivo é a proposição apresentada como sucedânea integral de outra.

Parágrafo único - Ao substitutivo aplicam-se as normas regimentais atinentes à emenda.

Art. 130 Qualquer Vereador, toda vez que a proposição receber emendas ou substitutivo, poderá, antes de iniciada a votação da matéria, requerer reexame de admissibilidade pelas comissões competentes, apenas quanto à matéria nova que altere o projeto em seu aspecto constitucional, legal, jurídico ou no relativo à sua adequação financeira ou orçamentária.

Art. 131 A apresentação de substitutivo por comissão constitui atribuição da que for competente para opinar sobre o mérito da proposição, exceto quando se destinar a aperfeiçoar a técnica legislativa, caso em que a iniciativa será da Comissão de Legislação e Redação.

Seção IV

Das Indicações

Art. 132 Indicação é a proposição em que são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja competência do Poder Executivo.

§ 1º - As indicações dividem-se em duas categorias:

I - simples, quando se destinam a obter do Poder Executivo medidas de interesse público que não constituem matéria de projeto de lei;

II - legislativas, quando se destinam a obter do Poder Executivo o envio de mensagem à Câmara por força de competência atribuída pela Lei Orgânica do Município.

§ 2º - As indicações relativas à realização de obras e à execução de serviços públicos somente poderão ser apresentadas quando tratarem de metas incluídas no plano plurianual ou na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - Não é permitido dar a forma de indicação a assuntos regimentalmente reservados para constituir objeto de requerimento.

Art. 133 As indicações serão lidas na hora do Expediente e despachadas pelo presidente para encaminhamento, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º - A indicação poderá ser discutida a pedido ao autor ou de qualquer Vereador, caso em que será encaminhada à Ordem do Dia para ser discutida e votada.

§ 2º - O presidente da Câmara, com fundamento no disposto no § 2º do artigo 155 deste Regimento, pode decidir pelo não encaminhamento da indicação, comunicando a decisão ao autor da proposição.

§ 3º - O autor pode recorrer da decisão de que trata o parágrafo anterior, caso em que a matéria será encaminhada à comissão competente, cujo parecer será deliberado pelo Plenário.

§ 4º - Para emitir parecer, no caso previsto no parágrafo anterior, a comissão terá o prazo de dez dias.

Art. 134 As indicações legislativas aprovadas serão encaminhadas à Comissão de Legislação e Redação para elaboração do respectivo projeto, observado o prazo estabelecido no § 4º do artigo anterior.

Seção V

Dos Requerimentos

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 135 Requerimento é todo pedido verbal ou escrito formulado ao presidente da Câmara ou ao Plenário sobre assuntos definidos nesta seção, por vereador, comissão, bancada partidária ou bloco parlamentar.

Parágrafo único - Considera-se, ainda, como requerimento o pedido de vereador para que a Câmara se manifeste, através de ofício, telegrama ou outra forma escrita, sobre determinado assunto.

Art. 136 Os requerimentos independem de parecer das comissões e classificam-se em:

I - quanto à competência para decidi-los:

a) sujeitos apenas a despacho do presidente da Câmara;

b) sujeitos à deliberação do Plenário.

II - quanto à maneira de formulá-los:

a) verbais;

b) escritos.

Subseção II

Dos Requerimentos Submetidos a Despacho do Presidente

Art. 137 Serão verbais e despachados pelo Presidente, independentemente de discussão e votação, os requerimentos que solicitem:

I - a palavra, quando o permita o Regimento;

II - permissão para falar sentado;

III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - observância de disposição regimental;

V - retirada pelo autor de requerimento verbal ou escrito, ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI - retirada pelo autor de proposição com parecer contrário ou sem parecer, ainda não submetida à deliberação do Plenário;

VII - verificação de votação ou de presença;

VIII - informação sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

IX - declaração e encaminhamento de voto.

Art. 138 Serão escritos e despachados pelo presidente os requerimentos que solicitem:

I - voto de pesar por falecimento;

II - retirada ou reformulação de parecer por parte da comissão que o exarou;

III - juntada, retirada ou arquivamento de documentos;

IV - renúncia de membro da Mesa;

V - designação de comissão especial, nos termos do disposto no inciso IV do § 5º do artigo 61 deste Regimento;

VI - informações de caráter oficial sobre atos da Mesa ou da Câmara.

VII - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposições em discussão;

Parágrafo Único – Os requerimentos relativo aos incisos VI, VII serão deferidos ou indeferidos pelo Presidente num prazo de 10 (Dez) dias úteis, a partir da data protocolada.

Art. 139 O presidente é soberano na decisão sobre os requerimentos de que trata esta subseção, salvo os que regimentalmente devam receber sua simples anuência.

Subseção III

Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 140 Serão verbais e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I - prorrogação da sessão de acordo com o § 2º do artigo 81 deste Regimento;

II - encerramento e dispensa de discussão;

III - pedido de vistas em processo em pauta;

IV - inserção de documento em ata;

V - discussão de uma proposição por partes;

VI - votação por determinado processo;

VII - votação global ou parcelada;

VIII - destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado ou constituição de proposição autônoma.

Art. 141 Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I - votos de louvor, congratulações, aplausos, solidariedade ou apoio, protesto ou repúdio;

II - audiência de comissão sobre assunto em pauta;

III - preferência para discussão de matéria e dispensa de exigências regimentais não previstas nos incisos do § 1º do artigo 166 deste Regimento;

IV - informações ao Poder Executivo municipal sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação ou sujeita à fiscalização da Câmara;

V - providências a entidades públicas, não compreendidas no âmbito da administração municipal, ou a entidades privadas;

VI - constituição de Comissões Especiais, de Inquérito ou de Representação, nos termos, respectivamente, dos artigos 47, 48 e 50 deste Regimento;

VII - destituição de membro de órgãos de representação da Câmara;

VIII - remessa a determinada comissão de processo despachado a outra;

IX - convocação de sessões extraordinárias, solenes e especiais;

X - realização de sessões secretas da Câmara, observado o disposto no caput do artigo 98 deste Regimento;

XI - recursos contra atos do presidente da Câmara;

XII - retirada de proposição constante da Ordem do Dia, com pareceres favoráveis;

XIII - adiamento de discussão ou votação;

XIV - prorrogação de prazo para emissão de parecer sobre proposições, nos termos do § 6º do artigo 61 deste Regimento;

XV - encaminhamento de moção, nos termos do parágrafo único do artigo 145.

§ 1º - Os requerimentos a que se referem os incisos do caput deste artigo, serão lidos no Expediente e, se nenhum vereador, inclusive o autor, manifestar intenção de discuti-los, o silêncio importará em aprovação tácita.

§ 2º - Os requerimentos para os quais for solicitada discussão, serão encaminhados à Ordem do Dia da mesma sessão e submetidos à deliberação do Plenário.

Subseção IV

Disposições Gerais

Art. 142 Durante a Ordem do Dia somente poderão ser apresentados requerimentos que se refiram à matéria em pauta.

Parágrafo único – Os requerimentos, indicações, ofícios e outros documentos a serem discutidos e incluídos na pauta ordem do dia, somente serão objeto de análise se devidamente protocolizados com antecedência de 24 horas **(acrescentado pela Resolução nº 004/2013 de 15/02/13).**

Art. 143 Os requerimentos ou outras petições de interessados que não sejam Vereadores, serão lidos no Expediente e encaminhados pelo presidente a quem de direito.

Parágrafo único - Cabe ao Presidente indeferir e mandar arquivar os requerimentos ou outras petições que se refiram a assuntos estranhos às atribuições da Câmara ou não estejam propostos em termos adequados.

Art. 144 As representações de outras Câmaras, solicitando a manifestação da Casa sobre qualquer assunto, serão lidas no Expediente e encaminhadas à comissão competente para exarar parecer.

Parágrafo único - O parecer da comissão será votado na Ordem do Dia da sessão em cuja pauta for incluído o processo.

Seção V

Das Moções

Art. 145 Moção é a manifestação política da Câmara sobre determinado assunto, aplaudindo, hipotecando solidariedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando.

Parágrafo único - A moção será apresentada por requerimento escrito, acompanhado do respectivo texto, que será submetido à deliberação do Plenário.

§ 1º. A moção será apresentada por requerimento escrito, acompanhado do respectivo texto, que será submetido à deliberação do plenário.

§ 2º. Considerar-se-á aprovado a moção que obtiver o voto de 2/3 dos vereadores.

(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)

Seção VI

Do Veto

Art. 146 O veto total ou parcial, depois de lido no Pequeno Expediente e publicado em avulso, será distribuído à Comissão de Legislação e Redação.

§ 1º - O veto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º - Dentro de trinta dias, contados do recebimento da comunicação do veto pela Câmara, o Plenário sobre ele decidirá em escrutínio secreto e sua rejeição somente ocorrerá pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 3º - Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem deliberação, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será a projeto enviado para promulgação ao Prefeito municipal.

§ 5º - Se, dentro de quarenta e oito horas, a lei não for promulgada pelo Prefeito, o presidente da Câmara promulgá-la-á e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao primeiro vice-presidente fazê-lo.

§ 6º - Mantido o veto, dar-se-á ciência do fato ao Prefeito Municipal.

Art. 147 Se o Prefeito não se manifestar sobre projeto de lei aprovado pela Câmara, no prazo de quinze dias úteis, contados de seu recebimento pelo Executivo, seu silêncio importará em sanção, aplicando-se, neste caso, o disposto no § 5º do artigo anterior.

Art. 148 Aplicam-se à apreciação do veto, no que couber, as disposições relativas à tramitação do projeto de lei ordinária.

CAPÍTULO II

DA APRECIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Da Tramitação

Art. 149 Cada proposição terá curso próprio.

Art. 150 A proposição, apresentada e lida perante o Plenário, será objeto de decisão:

I - do presidente, nos termos dos artigos 137 e 138 deste Regimento;

II - da Comissão de Legislação e Redação, quando a decisão for conclusiva;

III - do Plenário, nos demais casos.

Parágrafo único - Antes da deliberação do Plenário, haverá manifestação das comissões competentes para estudo da matéria, exceto quando se tratar de indicações simples e de requerimentos.

Art. 151 O presidente da Câmara dará conhecimento ao Plenário de projeto rejeitado nos termos do artigo 115 deste Regimento, cabendo recurso de no mínimo um terço dos Vereadores contra a decisão das comissões.

§ 1º - Não apresentado recurso ou improvido este, a proposição será arquivada definitivamente por despacho do presidente da Câmara.

§ 2º - Provido o recurso, a proposição será incluída na Ordem do Dia para deliberação do Plenário.

Art. 152 A proposição será anunciada no Expediente, logo que voltar das comissões a que tenha sido submetida, publicada com os respectivos pareceres em avulsos e distribuídos aos vereadores.

Art. 153 Decorridos os prazos previstos neste Regimento para tramitação nas comissões ou no Plenário, o autor de proposição que já tenha recebido pareceres dos órgãos técnicos poderá requerer ao presidente a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Art. 154 As deliberações do Plenário ocorrerão na mesma sessão, no caso de proposições que devam ser imediatamente apreciadas, ou mediante inclusão na Ordem do Dia, nos demais casos.

Parágrafo único - O processo referente a proposição ficará sobre a Mesa durante sua tramitação no Plenário.

Seção II

Do Recebimento e da Distribuição das Proposições

Art. 155 As proposições recebidas pela Mesa, numeradas e publicadas em avulsos, serão distribuídas pela Presidência às Comissões competentes, para estudo da matéria e oferecimento de parecer.

§ 1º - Os avulsos de que trata o caput deste artigo serão distribuídos aos vereadores.

§ 2º - O presidente da Câmara, além do que estabelecem o artigo 105 e os incisos do caput do artigo 128 deste Regimento, devolverá ao autor qualquer proposição que:

I - não estiver devidamente formalizada e em termos;

II - versar sobre matéria:

a) alheia à competência da Câmara;

b) evidentemente inconstitucional;

c) anti-regimental;

d) cujo conteúdo guarde identidade ou semelhança com outra em tramitação;

e) cujo conteúdo tenha sido objeto de requerimento ou de indicação já aprovados nos últimos seis meses, salvo se no início de nova legislatura.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior e cumprido o disposto no § 1º do artigo 105 deste Regimento, a proposição voltará ao presidente da Câmara para o devido trâmite, caso o recurso tenha sido provido pelo Plenário.

§ 4º - Ocorrendo descumprimento do previsto na alínea "d" do inciso II do § 2º deste artigo, à primeira proposição apresentada, que prevalecerá, serão anexadas as posteriores, por determinação do presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento.

Art. 156 As proposições serão numeradas de acordo com as seguintes normas:

I - terão numeração por legislatura, em séries específicas:

a) as propostas de emenda à Lei Orgânica do Município;

b) os projetos de lei complementar.

II - terão numeração por sessão legislativa, em séries específicas, as demais proposições.

§ 1º - O projeto de lei ordinária tramitará com a simples denominação de Projeto de Lei.

§ 2º - Ao número correspondente a cada emenda de comissão acrescentar-se-á a sigla desta.

§ 3º - A emenda que substituir integralmente o projeto terá a denominação de Substitutivo, nos termos do caput do artigo 129 deste Regimento.

Art. 157 A distribuição das matérias, nos termos do caput do artigo 155 deste Regimento, dar-se-á observados os seguintes critérios:

I - o presidente, antes da distribuição, mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa;

II - na hipótese prevista no inciso anterior, o presidente determinará, de ofício ou a requerimento, a anexação da proposição à primeira apresentada;

III - a proposição será distribuída:

a) obrigatoriamente à Comissão de Legislação e Redação para o exame de admissibilidade jurídica e legislativa;

b) às comissões de mérito, conforme o caso;

c) diretamente à comissão que concluir pela necessidade de formalizar proposição, nos termos do § 2º do artigo 65 deste Regimento, sem prejuízo do que prescreve a alínea anterior.

§ 1º - A remessa de proposição às comissões será feita por intermédio do presidente da Câmara, iniciando-se sempre pela Comissão de Legislação e Redação.

§ 2º - A remessa de processo distribuído a mais de uma comissão será feita de uma a outra, na ordem em que tiverem de manifestar-se, salvo matéria em regime de urgência, que poderá ser apreciada conjuntamente pelas comissões e encaminhada à Mesa.

§ 3º - Nenhuma proposição será distribuída a mais de duas comissões de mérito, aplicando-se, quando for o caso, o disposto na alínea "c" do inciso I do caput do artigo 47 deste Regimento.

Art. 158 Quando qualquer comissão pretender que outra se manifeste sobre determinada matéria, apresentará requerimento escrito nesse sentido ao presidente da Câmara, com a indicação precisa da questão sobre a qual deseja o pronunciamento, observando-se que:

I - do despacho do presidente caberá recurso ao Plenário;

II - o pronunciamento da comissão versará exclusivamente sobre a questão formulada;

III - o exercício da faculdade prevista neste artigo não implica dilação dos prazos previstos no caput do artigo 61 deste Regimento.

Art. 159 Se a Comissão a que for distribuída uma proposição se julgar incompetente para apreciar a matéria, ou se qualquer vereador suscitar conflito de competência em relação a ela, será este dirimido pelo presidente da Câmara, cabendo recurso para o Plenário.

Art. 160 Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, a Comissão de Legislação e Redação poderá apresentar substitutivo incorporando-as numa única.

Parágrafo único - A Comissão de Legislação e Redação comunicará aos autores das proposições de que trata o caput deste artigo, em caso da adoção de substitutivo, sua decisão, cabendo recurso ao Plenário da Câmara.

Seção III

Dos Turnos a que Estão Sujeitas as Proposições

Art. 161 As proposições em tramitação na Câmara são subordinadas, na sua apreciação, a:

I - dois turnos, para as proposições de que tratam os incisos I e II do caput do artigo 104 deste Regimento;

II - turno único, para as demais proposições.

Art. 162 Cada turno é constituído de discussão e votação.

Seção IV

Do Interstício

Art. 163 O interstício mínimo entre os turnos, ressalvada a hipótese de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, é de vinte e quatro horas.

Seção V

Do Regime de Tramitação

Art. 164 Quanto à natureza de sua tramitação, as proposições podem ser:

I - de tramitação especial, as proposições de que tratam os incisos do artigo 165 deste Regimento;

II - urgentes:

a) as de iniciativa do prefeito Municipal com solicitação de urgência;

b) as que solicitam autorização para o Prefeito ausentar-se do Município por período superior a quinze dias;

c) as assim reconhecidas, por deliberação do Plenário, a requerimento escrito;

d) as que ficarem inteiramente prejudicadas se não forem decididas imediatamente, a juízo do Plenário.

III - de tramitação com preferência:

a) as proposições de iniciativa da Mesa, das comissões, do Poder Executivo ou dos cidadãos;

b) os projetos de leis complementares;

c) os projetos de leis ordinárias que se destinem a regulamentar dispositivo da Lei Orgânica.

IV - de tramitação ordinária, as proposições não compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção I

Das Proposições em Tramitação Especial

Art. 165 Serão submetidas à tramitação em regime especial, nos termos do Capítulo III deste Título, as seguintes proposições:

I - propostas de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - projetos de código e de estatuto;

III - projetos de lei do plano diretor, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

IV - projetos de iniciativa do prefeito Municipal, com solicitação de urgência, sem a manifestação da Câmara até trinta dias de seu recebimento;

V - projetos de resolução dispondo sobre:

a) remuneração dos agentes políticos;

b) fixação do número de vereadores;

c) modificação ou reformulação do Regimento Interno.

Parágrafo único - Na hipótese do previsto no inciso IV do caput deste artigo, a urgência sobresta todas as demais matérias até ultimar-se a votação, consoante dispõe o inciso II do artigo 88 deste Regimento.

Subseção II

Da Urgência

Art. 166 Adotar-se-á o regime de urgência para que determinada proposição tenha sua tramitação abreviada, em atendimento a interesse público relevante:

I - por solicitação do prefeito Municipal, para projeto de sua autoria, para ser apreciado pela Câmara no prazo máximo de trinta dias de seu recebimento;

II - a requerimento escrito de vereador, nos casos previstos nas alíneas "b" usque "d" do inciso II do artigo 164 deste Regimento.

§ 1º - O regime de urgência não dispensa:

I - distribuição da matéria, em avulsos, aos vereadores;

II - parecer escrito das comissões, nos casos previstos no § 3º do artigo 65 deste Regimento;

III - quorum para deliberação;

IV - os preceitos estabelecidos nos artigos 161 usque 163 deste Regimento.

§ 2º - A urgência prevalecerá até a decisão final da proposição.

§ 3º - A retirada do requerimento de urgência, bem como a extinção da urgência, atenderá os preceitos contidos no artigo 108 deste Regimento.

Art. 167 Aprovado o requerimento de urgência, a matéria será incluída na Ordem do Dia.

Subseção III

Da Preferência

Art. 168 Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

§ 1º - Os projetos em regime de tramitação especial gozam de preferência sobre aqueles em regime de urgência que, por sua vez, têm preferência sobre os de tramitação ordinária e, entre estes, aplicam-se as regras estabelecidas pelos incisos IV usque VIII do caput do artigo 86 deste Regimento.

§ 2º - Têm preferência absoluta os casos previstos no parágrafo único do artigo 165 deste Regimento e no § 3º de seu artigo 146.

§ 3º - Entre os projetos em tramitação ordinária, terão preferência sobre as demais as proposições de iniciativa da Mesa ou de comissões permanentes.

Seção VI

Do Destaque

Art. 169 Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§ 1º - Os requerimentos solicitando destaque serão verbais e dependerão de deliberação do Plenário, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - Será automaticamente deferido pelo presidente da Câmara o pedido de destaque solicitado, em requerimento escrito, por mais da metade dos vereadores.

Art. 170 São estabelecidas, em relação aos destaques, as seguintes regras:

I - o requerimento deve ser formulado até ser anunciada a votação da proposição, se o destaque atingir alguma de suas partes ou emendas;

II - concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria destacada, que passará a integrar o texto se for aprovada.

Parágrafo único - Não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente.

Seção VII

Da Prejudicialidade

Art. 171 Consideram-se prejudicadas:

I - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que:

a) já tenha sido aprovado;

b) já tenha sido rejeitado na mesma sessão legislativa, ressalvado o disposto no artigo 119 deste Regimento;

c) tenha sido transformado em diploma legal.

II - a discussão ou a votação de qualquer projeto semelhante a outro considerado inconstitucional de acordo com o parecer da Comissão de Legislação e Redação;

III - a proposição, com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado, ressalvados os destaques;

IV - a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;

V - a emenda em sentido absolutamente contrário ao de outra ou de outro dispositivo já aprovados;

VI - o requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado.

Art. 172 O presidente da Câmara ou de comissão, conforme o caso, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação por haver perdido a oportunidade.

Art. 173 A declaração de prejudicialidade será feita perante a Câmara ou comissão, conforme o caso, cabendo recurso do autor da matéria tida como prejudicada aos respectivos Plenários.

Parágrafo único - A proposição dada como prejudicada será definitivamente arquivada por determinação do presidente da Câmara.

Seção VIII

Da Discussão

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 174 Discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário.

Art. 175 Os debates serão realizados com dignidade e ordem.

§ 1º - A nenhum Vereador é permitido falar sem pedir a palavra e sem que o presidente a conceda.

§ 2º - Devem os Vereadores:

I - falar em pé e, quando impossibilitados de fazê-lo, requerer verbalmente autorização para falar sentado;

II - dirigir-se sempre ao presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - referir-se ou dirigir-se a outro vereador pelo tratamento, respectivamente, de Sua ou Vossa Excelência ou Senhoria.

§ 3º - O presidente, na direção dos trabalhos, falará sentado de seu lugar na Mesa.

Art. 176 A discussão de cada proposição será correspondente ao número de votações a que for submetida.

§ 1º - A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 2º - O presidente, aquiescendo o Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 177 A proposição com a discussão encerrada na legislatura anterior, enquadrada nas hipóteses previstas nos incisos do artigo 109 deste Regimento, terá sempre a discussão reaberta para a tramitação regimental.

Art. 178 A proposição com todos os pareceres favoráveis poderá ter a discussão dispensada por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de vereador.

Parágrafo único - A dispensa da discussão deverá ser requerida nos termos do inciso II do caput do artigo 140 deste Regimento, ao ser anunciada a matéria e não prejudica a apresentação de emendas.

Art. 179 O presidente solicitará ao orador que estiver debatendo matéria em discussão que interrompa seu discurso, nos seguintes casos:

I - para comunicação importante à Câmara;

II - para recepção de visitantes;

III - para votação do requerimento de prorrogação da sessão;

IV - para atender pedido de palavra pela ordem, feito para propor questão de ordem.

Subseção II

Da Inscrição e do Uso da Palavra

Art. 180 O Vereador poderá usar a palavra em Plenário:

I - para apresentar retificação ou impugnação da ata;

II - no Expediente, quando inscrito na forma do artigo 84 deste Regimento;

III - para discutir matéria em debate;

IV - para apartear, na forma regimental;

V - para encaminhar a votação, nos termos do artigo 201 deste Regimento;

VI - para levantar questão de ordem, nos termos do artigo 187 deste Regimento;

VII - para justificar a urgência de proposição, nos termos do artigo 166 deste Regimento;

VIII - para declarar seu voto, nos termos do artigo 204 deste Regimento;

IX - para Comunicação Parlamentar, na forma dos artigos 90 e 91 deste Regimento;

X - para apresentar requerimento, na forma dos artigos 137 e 140 deste Regimento.

Art. 181 O Vereador que solicitar a palavra poderá inicialmente declarar a que título se pronunciará, não podendo:

I - usar a palavra com finalidade diversa da alegada para a solicitar;

II - desviar-se da questão em debate;

III - falar sobre o vencido;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o tempo que lhe cabe;

VI - deixar de atender as advertências do presidente.

Art. 182 Quando mais de um vereador pedir a palavra, simultaneamente, sobre o mesmo assunto, o presidente deverá concedê-la na seguinte ordem:

I - ao autor da proposição;

II - ao relator;

III - aos demais Vereadores, preferencialmente àqueles que tiverem maior relação com a matéria em debate.

Art. 183 O primeiro signatário de projeto de iniciativa popular, ou quem for por ele indicado, falará defendendo a proposição, anteriormente aos oradores inscritos para seu debate.

Parágrafo único - A sessão interrompe-se, no caso do caput deste artigo, transformando-se o Plenário, nesse momento, em comissão geral, sob a direção do presidente da Câmara, para a realização de audiência pública.

Subseção III

Do Aparte

Art. 184 Aparte é a interrupção, breve e oportuna, do orador para indagação ou esclarecimento relativo:

I - ao pronunciamento do orador; ou

II - à matéria em debate.

§ 1º - O aparte deve ser expresso em termos elevados e não pode exceder a um minuto.

§ 2º - O Vereador só poderá apartear o orador se, ao solicitar-lhe, obtiver sua permissão, permanecendo sentado.

§ 3º - Não será admitido aparte:

I - à palavra do presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - paralelo;

III - a parecer oral;

IV - por ocasião de encaminhamento de votação;

V - quando o orador estiver suscitando questões de ordem;

VI - quando o orador declarar, de modo geral ou especial, que não admite aparte.

§ 4º - Quando o orador nega o direito de apartear, não é permitido ao aparteante dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

Subseção IV

Dos Prazos para o Uso da Palavra

Art. 185 Aos oradores são concedidos os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - um minuto para apartear;

II - dois minutos para falar em questão de ordem;

III - dois minutos para encaminhamento de votação ou declaração de voto;

IV - cinco minutos para apresentar retificação ou impugnação da ata;

V - cinco minutos para exposição de urgência de proposição;

VI - cinco minutos para falar em Comunicação Parlamentar;

VII - dez minutos para discussão de requerimento ou indicação, quando submetidos a debate;

VIII - trinta minutos para discussão de projeto.

§ 1º - Os prazos para falar no Expediente são os estabelecidos no § 3º do artigo 83 deste Regimento e em seu artigo 84.

§ 2º - Não prevalecem os prazos estabelecidos nos incisos do caput deste artigo, quando o Regimento expressamente determinar outros.

VII – dez minutos para discussão de projeto e outros assuntos de sua livre escolha;

Parágrafo Único: Não prevalecem os prazos estabelecidos nos incisos do caput deste artigo, quando o Regimento expressamente determinar outros. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Subseção V

Da Questão de Ordem

Art. 186 A dúvida sobre interpretação deste Regimento, na sua prática, ou relacionada com a Constituição ou a Lei Orgânica do Município, constitui questão de ordem.

Art. 187 A questão de ordem será formulada, no prazo de dois minutos, com clareza e com a indicação do preceito que se pretenda elucidar.

§ 1º - Se o vereador não indicar inicialmente o preceito, na questão de ordem, o presidente da Câmara retirar-lhe-á a palavra.

§ 2º - Durante a Ordem do Dia, somente poderá ser argüida questão de ordem atinente à matéria que nela figurar.

§ 3º - O Vereador falará uma vez sobre a mesma questão de ordem.

Art. 188 A questão de ordem formulada no Plenário será resolvida em definitivo pelo presidente.

§ 1º - O presidente não poderá negar a palavra ao vereador que levantar questão de ordem, ressalvado o disposto no § 1º do artigo anterior.

§ 2º - Para resolver questão de ordem sobre matéria constitucional ou relativa à Lei Orgânica, o presidente da Câmara poderá ouvir a Comissão de Legislação e Redação.

Art. 189 Poderá o vereador, em qualquer fase dos trabalhos da sessão, falar pela ordem, para reclamar observância de disposição regimental.

Art. 190 As decisões de caráter normativo sobre questões de ordem serão, juntamente com estas, registradas em livro próprio e publicadas anualmente no final de cada sessão legislativa.

Subseção VI

Do Adiamento da Discussão

Art. 191 A discussão poderá ser adiada uma vez, a requerimento escrito de qualquer Vereador.

Parágrafo único - A aceitação do requerimento está subordinada às seguintes condições:

I - ser apresentado antes de iniciada a discussão, cujo adiamento se requer;

II - prefixar o prazo de adiamento;

III - não estar a proposição em regime de urgência.

Subseção VII

Do Encerramento da Discussão

Art. 192 O encerramento da discussão dar-se-á:

I - pela ausência de oradores;

II - pelo decurso dos prazos regimentais;

III - a requerimento verbal de qualquer vereador, aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único - Somente será permitido requerer-se, nos termos do inciso III do caput deste artigo, o encerramento da discussão após terem falado, no mínimo, dois Vereadores favoráveis e dois contrários à matéria, entre os quais o autor, salvo desistência expressa.

Seção IX

Da Votação pelo Plenário

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 193 A votação completa o turno regimental da discussão e, também, da tramitação.

§ 1º - As votações devem processar-se logo após o encerramento da discussão, se houver quorum.

§ 2º - As votações somente se interrompem por falta de número.

§ 3º - Quando se esgotar o tempo regimental da sessão e a discussão de uma proposição já tenha sido encerrada, considerar-se-á a sessão prorrogada até ser concluída a votação da matéria.

Art. 194 O Vereador presente no Plenário não poderá escusar-se de votar, salvo:

I - na votação em processo nominal, quando poderá abster-se formalmente;

II - na votação de proposições que envolvam interesse individual ou familiar do vereador.

§ 1º - O presidente da Câmara votará em casos de empate e em matéria que exija maioria qualificada.

§ 2º - Em caso de empate em escrutínio secreto, proceder-se-á à nova votação, e, permanecendo o empate, a matéria fica prejudicada.

§ 3º - Os votos em branco, que ocorram nas votações secretas e as abstenções pelo processo de votação nominal, somente serão computados para efeito de quorum.

Art. 195 Nas deliberações em primeiro turno:

I - a discussão far-se-á englobadamente;

II - a votação, artigo por artigo.

§ 1º - A discussão e a votação, em primeiro turno, poderão ser feitas por títulos, capítulos ou seções, a requerimento verbal de vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - As deliberações, nas demais fases, processar-se-ão englobadamente.

§ 3º - A votação de emendas e substitutivos antecederá à votação dos respectivos projetos.

Subseção II

Das Modalidades e dos Processos de Votação

Art. 196 A votação poderá ser:

I - ostensiva, adotando-se um dos seguintes processos:

a) simbólico; ou

b) nominal.

II - secreta, por meio de cédulas.

Parágrafo único - Decidido, previamente, pela Câmara determinado processo de votação para uma proposição, não será permitido para ela outro processo de votação.

Art. 197 Pelo processo simbólico, que se utilizará na votação das proposições em geral, o presidente da Câmara, ao anunciar a votação de qualquer matéria, convidará os Vereadores a favor a permanecerem sentados e os contrários a se levantarem.

§ 1º - Ao proclamar o resultado manifesto dos votos, o presidente declarará quantos Vereadores votaram favorável ou contrariamente à proposição.

§ 2º - Havendo dúvida sobre o resultado, o presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação, mediante votação nominal.

Art. 198 O processo nominal será utilizado:

I - nos casos em que seja exigido quorum de maioria absoluta ou de dois terços para aprovação da matéria;

II - por deliberação do Plenário, a requerimento verbal de qualquer Vereador;

III - quando houver pedido de verificação, nos termos do § 3º do artigo anterior.

§ 1º - O requerimento verbal não admitirá votação nominal.

§ 2º - Quando o Plenário não acatar requerimento de votação nominal, será vedado reapresentá-lo para a mesma proposição ou as que lhe forem acessórias.

Art. 199 A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, procedida pelo Primeiro Secretário, devendo os Vereadores responder:

I - SIM, favoravelmente à proposição;

II - NÃO, contrariamente à proposição; ou

III - ABSTENHO-ME.

Parágrafo único - O presidente proclamará o resultado determinando contar o número de Vereadores que tenham votado SIM, dos que tenham votado NÃO e dos que ABSTIVERAM.

Art. 200 A votação por escrutínio secreto far-se-á mediante cédula, recolhida em urna à vista do Plenário, nos casos previstos no § 4º do artigo 21 deste Regimento.

Subseção III

Do Encaminhamento da Votação

Art. 201 Anunciada uma votação, o vereador pode pedir a palavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, nos termos do inciso X do artigo 137 deste Regimento.

Parágrafo único - A palavra para encaminhamento de votação será cedida preferencialmente ao autor da proposição, ao relator e aos líderes de bancada ou de bloco parlamentar.

Subseção IV

Do Adiamento da Votação

Art. 202 O adiamento da votação de qualquer proposição somente pode ser solicitado antes de seu início, mediante requerimento escrito de qualquer vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 1º - O adiamento da votação pode ser solicitado para os seguintes fins:

I - audiência de Comissão que sobre a proposição não se tenha manifestado;

II - reexame da matéria por uma ou mais comissões;

III - preenchimento de formalidade essencial;

IV - diligência considerada imprescindível ao esclarecimento da matéria.

§ 2º - O adiamento deverá ser proposto por tempo determinado, não podendo ser superior a três sessões.

§ 3º - Não será permitido adiamento de votação nos seguintes casos:

I - matéria em regime de urgência;

II - veto.

Subseção V

Do Pedido de Vistas

Art. 203 Qualquer vereador poderá pedir vistas sobre matéria em tramitação na Câmara, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo anterior.

Parágrafo único - O pedido de vistas processar-se-á por requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.

Subseção VI

Da Declaração de Voto

Art. 204 Declaração de voto é o pronunciamento de Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrária ou favoravelmente à matéria votada.

§ 1º - Após a votação da proposição no seu todo, o vereador poderá fazer declaração de voto, no prazo improrrogável de dois minutos, mediante requerimento verbal nos termos do inciso X do artigo 137 deste Regimento.

§ 2º - Não será permitida a declaração de voto, quando o Vereador tenha, na mesma votação, usado da prerrogativa que lhe confere o artigo 201 deste Regimento.

Seção X

Da Redação do Vencido e da Redação Final

Subseção I

Da Redação do Vencido

Art. 205 Terminada a votação em primeiro turno, se alterados, os projetos irão à Comissão de Legislação e Redação para redigir o vencido, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo seguinte.

Parágrafo único - A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados, em primeiro turno, sem emendas.

Subseção II

Da Redação Final

Art. 206 Ultimada a fase de votação, o projeto, com as respectivas emendas aprovadas, será encaminhado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, para a Comissão de Legislação e Redação para a elaboração de redação final, na conformidade com a deliberação pelo Plenário.

§ 1º - A Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária fará a redação final dos seguintes projetos de lei:

I - do plano plurianual;

II - das diretrizes orçamentárias;

III - do orçamento anual.

§ 2º - Compete à Mesa elaborar a redação final dos projetos de resolução de sua iniciativa privativa, nos termos do inciso XVII do caput do artigo 24 deste Regimento, e dos que estabeleçam alterações regimentais.

§ 3º - As comissões, nos casos previstos no caput deste artigo e em seu § 1º, e a Mesa, nas hipóteses estabelecidas no parágrafo anterior:

I - terão o prazo de três dias para elaboração da redação final;

II - poderão apresentar, se necessário, emendas de redação.

§ 4º - Qualquer vereador poderá requerer, por escrito, nos termos do inciso III do caput do artigo 141 deste Regimento, dispensa de interstício para que a redação final seja procedida pela comissão competente ou pela Mesa, conforme o caso, na mesma sessão.

§ 5º - Aceita a dispensa de interstício, o presidente determinará à comissão competente ou à Mesa que proceda, de imediato, à redação final e submetê-la-á à deliberação do Plenário na mesma sessão.

§ 6º - A redação final é parte integrante do turno em que se concluir a apreciação da matéria.

Art. 207 O projeto, com redação final elaborada por comissão ou pela Mesa, ficará, pelo prazo de três dias, disponível para o exame dos vereadores, ressalvado o disposto no § 5º do artigo anterior.

Parágrafo único - A redação final será discutida e votada na sessão imediata ao vencimento do prazo estabelecido no caput deste artigo, observada sua ressalva.

Art. 208 Quando, após a aprovação da redação final, se verificar inexatidão do texto, a Mesa procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário.

§ 1º - Não havendo impugnação pelo Plenário, considerar-se-á aceita a correção.

§ 2º - Havendo recurso, caberá a decisão ao Plenário.

Seção XI

Do Encaminhamento da Proposição Aprovada

Art. 209 A proposição aprovada em definitivo pela Câmara será encaminhada à sanção ou à promulgação, conforme o caso.

§ 1º - Tratando-se de projeto de lei, a proposição será encaminhada em autógrafo à sanção, no prazo máximo de cinco dias úteis de sua aprovação.

§ 2º - Os autógrafos reproduzirão a redação final aprovada pelo Plenário.

§ 3º - As resoluções serão promulgadas pelo presidente.

Art. 210 O veto não mantido pela Câmara cumpre o processo estabelecido pelos §§ 4º e 5º do artigo 146 deste Regimento.

Seção XII

Da Apreciação Conclusiva

Art. 211 Poderão ser apreciados conclusivamente pela Comissão de Legislação e Redação, nos termos do inciso II do caput do artigo 35 deste Regimento e de seu § 1º, os projetos de resolução destinados a:

I - conceder autorização ao prefeito para ausentar-se do Município e conceder-lhe licença;

II - resolver definitivamente sobre acordos, convênios, consórcios e contratos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal.

§ 1º - Encerrada a apreciação conclusiva pela comissão, a proposição e respectivo parecer serão publicados em avulsos e remetidos à Mesa para serem comunicados ao Plenário na sessão imediatamente posterior ao seu encaminhamento.

§ 2º - Se, na sessão indicada no parágrafo anterior, um terço dos vereadores interpuser recurso ao Plenário para a matéria a ser por ele apreciada, o presidente submetê-lo-á à deliberação.

§ 3º - Não apresentado recurso ou improvido este, a matéria será promulgada ou arquivada, conforme o caso.

§ 4º - Provido o recurso, a proposição cumprirá a tramitação regimental.

CAPÍTULO III

DAS MATÉRIAS E DOS PROCEDIMENTOS SUJEITOS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Seção I

Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica

Art. 212 A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos Vereadores;

II - do Prefeito Municipal;

III - de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado do Município.

Parágrafo único - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual no Município, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Art. 213 A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, recebida pela Mesa, será numerada e publicada em avulsos para serem distribuídos aos Vereadores.

§ 1º - Distribuídos os avulsos, a proposta de emenda será encaminhada à Comissão de Legislação e Redação para cumprimento do que dispõe o inciso II do caput do artigo 40 deste Regimento.

§ 2º - Concluindo a comissão pela inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade da proposta de emenda, deve o parecer ser submetido à deliberação do Plenário e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá a tramitação da matéria.

Art. 214 Admitida a proposta, o presidente designará, nos termos da alínea "a" do inciso I do caput do artigo 47 deste Regimento, comissão especial para o exame do mérito da proposição, a qual terá o prazo de trinta dias úteis, a partir de sua constituição, para proferir parecer.

§ 1º - Somente perante a comissão especial poderão ser apresentadas emendas, com o mesmo quorum mínimo de assinaturas de vereadores exigido para apresentação da proposta, nos primeiros dez dias úteis do prazo que lhe está destinado para emitir parecer.

§ 2º - Após a publicação do parecer e num interstício de duas sessões, a proposta será incluída na Ordem do Dia.

§ 3º - A proposta será discutida e votada pela Câmara em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias entre eles, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos vereadores, em votação nominal.

Art. 215 A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 216 Aplicam-se à proposta de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuído nesta Seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Seção II

Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçam. e do Orçamento Anual

Art. 217 Qualquer um dos projetos de que trata esta Seção, quando enviado à Câmara pelo prefeito municipal, será distribuído em avulsos aos vereadores e encaminhado à Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária para, no prazo de trinta dias, receber parecer.

§ 1º - Da discussão e da votação do projeto na Comissão poderão participar, com direito a voz, os líderes de bancada partidária ou de bloco parlamentar.

§ 2º - Nos primeiros quinze dias do prazo previsto no caput deste artigo, poderão ser apresentadas emendas ao projeto.

§ 3º - Vencido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o presidente da comissão proferirá despacho de recebimento das emendas, que serão numeradas e distribuídas em avulsos, dando publicidade às que, por inconstitucionais, ilegais ou anti-regimentais, deixar de receber.

§ 4º - Do despacho de não-recebimento de emendas caberá recurso, no prazo de vinte e quatro horas, ao presidente da Câmara, que terá quarenta e oito horas para decidir.

§ 5º - Esgotados os prazos dos parágrafos anteriores, o projeto será encaminhado ao relator, para seu parecer.

Art. 218 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferência para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal.

III - sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões;

b) os dispositivos do projeto de lei.

Art. 219 As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

Art. 220 O prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere esta seção, enquanto não for iniciada, na Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária, a votação do parecer relativamente à parte cuja alteração é proposta.

Parágrafo único - A mensagem será encaminhada à comissão, para parecer, e distribuída em avulsos aos vereadores.

Art. 221 Enviado à Mesa, o parecer aprovado pela comissão será publicado em avulsos, incluindo-se o respectivo projeto na Ordem do Dia da sessão seguinte, para ser apreciado em primeiro turno pelo Plenário.

Parágrafo único - Voltará o processo à Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária, aprovado em primeiro turno, para a redação do vencido.

Art. 222 As sessões em que estiver em pauta o projeto terão uma parte específica da Ordem do Dia reservada à apreciação desta matéria, sendo seu Expediente reduzido a trinta minutos.

Parágrafo único - As sessões de que trata o caput deste artigo, serão prorrogadas, se necessário, pelo presidente até que se conclua a votação da matéria.

Art. 223 Aplicam-se aos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo, em especial as estabelecidas nos §§ 1º e 2º do artigo 3º e no § 1º do artigo 206 deste Regimento.

Art. 224 A Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária, em atendimento à norma constitucional de assegurar a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, promoverá audiências públicas para discutir com a comunidade os projetos de lei mencionados no artigo anterior, na forma estabelecida neste Regimento.

Seção III

Dos Projetos de Código e de Estatutos

Art. 225 Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover completamente a questão tratada.

Art. 226 Estatuto é o conjunto de normas e critérios disciplinadores que regem fundamentalmente uma sociedade ou categoria.

Art. 227 Os projetos de Códigos e de Estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão publicados em avulsos e distribuídos aos vereadores e encaminhados à Comissão Especial constituída nos termos da alínea "b" do inciso I do caput do artigo 47 deste Regimento.

§ 1º - Durante o prazo de vinte dias, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A critério da comissão, poderá ser solicitada assessoria de órgãos de assistência técnica ou parecer de especialista sobre a matéria, inclusive de comissão permanente.

§ 3º - Vencido o prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a comissão terá o prazo de vinte dias para exarar parecer, incorporando as emendas e sugestões que julgar convenientes.

§ 4º - Decorrido o prazo, ou antes, se a comissão antecipar o seu parecer, o processo entrará para a pauta da Ordem do Dia.

Art. 228 O processo, no primeiro turno, será discutido e votado por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Aprovado em primeiro turno, voltará o processo à comissão especial para incorporação de emendas aprovadas.

§ 2º - Cumprido o que preceitua o parágrafo anterior, o processo segue a tramitação regimental das demais proposições.

§ 3º - Não cabe ao prefeito pedido de urgência para apreciação de projetos de códigos.

Seção IV

Do Plano Diretor

Art. 229 A tramitação do Plano Diretor obedecerá ao disposto na seção anterior.

Parágrafo único - A comissão especial promoverá audiências públicas para a discussão do plano diretor, integrante do planejamento municipal, com as entidades representativas da comunidade.

Seção V

Dos Projetos de Iniciativa do Prefeito com Solicitação de Urgência

Art. 230 A apreciação de projeto de lei de iniciativa do Prefeito municipal, para o qual tenha solicitado urgência, findo o prazo de trinta dias de seu recebimento pela Câmara, sem a manifestação definitiva do Plenário, submeter-se-á ao disposto no parágrafo único do artigo 165 deste Regimento.

§ 1º - A solicitação de regime de urgência poderá ser feita pelo Prefeito depois da remessa do projeto em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir do pedido o disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Câmara Municipal nem se aplicam aos projetos de lei complementar.

Seção VI

Dos Projetos de Fixação da Remuneração dos Agentes Políticos

Art. 231 A Câmara fixará a remuneração do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores e sua forma de reajuste, em cada legislatura para a subseqüente, até três meses antes da realização do pleito municipal.

§ 1º - À Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária incumbe elaborar o projeto de resolução sobre a matéria a que se refere o caput deste artigo, até cento e oitenta dias anteriores à realização das eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores.

§ 2º - O projeto de que trata o parágrafo anterior, será publicado em avulsos para serem distribuídos aos vereadores que terão o prazo de até trinta dias, após sua distribuição, para apresentação de emendas junto à comissão.

§ 3º - Segue a matéria, cumpridas as normas deste artigo, a tramitação dos demais projetos de resolução.

Seção VII

Do Projeto de Fixação do Número de Vereadores

Art. 232 O número de Vereadores será fixado proporcionalmente à população do Município, ou seja, pelo sistema proporcional, mediante pleito direto realizado simultaneamente em todo pais.

§ 1º – O número de Vereadores somente poderá ser alterado de uma legislatura para a subseqüente.

§ 2º - A alteração do número de Vereadores, atendido o disposto neste artigo e a legislação eleitoral pertinente, far-se-á mediante resolução, editada até seis meses antes da realização do pleito municipal, com base em dados fornecidos pelo órgão competente.

Art. 233 A Comissão da Organização dos Poderes, verificada a alteração do número de habitantes do Município, nos termos do caput deste artigo, elaborará projeto de resolução alterando o número de Vereadores da Câmara.

§ 1º - A comissão deverá apresentar à Mesa o projeto de resolução até o dia três de março do ano em que se realizam as eleições municipais.

§ 2º - O projeto, observado o disposto nesta seção, deverá cumprir a tramitação regimental das demais proposições.

Seção VIII

Do Regimento Interno

Art. 234 O Regimento Interno da Câmara poderá ser modificado ou reformulado mediante projeto de resolução de iniciativa de vereador, de comissão permanente ou de comissão especial, para esta finalidade criada, ou da Mesa.

§ 1º - Lido em Plenário, o projeto será encaminhado à Mesa, que deverá opinar sobre o mesmo no prazo de cinco dias.

§ 2º - Acatado pela Mesa, o projeto será publicado e distribuído em avulsos aos vereadores, para apresentação de emendas, no prazo máximo de dez dias de sua distribuição.

§ 3º - A redação do vencido e a redação final do projeto cabe à Mesa.

§ 4º - Não se aplica ao projeto de iniciativa da Mesa o disposto no § 1º deste artigo.

§ 5º - A apresentação do projeto de modificação ou reformulação do Regimento Interno obedecerá às normas regimentais para os demais projetos de resolução, ressalvado o disposto neste artigo.

Art. 235 A Mesa fará a consolidação e a publicação das alterações introduzidas no Regimento Interno, juntamente com as decisões de caráter normativo sobre questões de ordem, nos termos do artigo 190 deste Regimento.

Seção IX

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 236 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara, mediante controle externo e pelo controle interno de cada Poder, observadas as normas legais.

§ 1º - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos municipais ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Município deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores.

Art. 237 Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Compete à Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária a coordenação do sistema de controle interno da Câmara.

§ 2º - A comissão, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dará ciência à Mesa, ao Plenário e ao Tribunal de Contas.

Art. 238 Compete às comissões permanentes da Câmara, em articulação com a Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária, sob a coordenação desta, exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta, incluídas as autarquias, as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal.

Seção X

Da Tomada de Contas do prefeito e da Mesa

Art. 239 O Prefeito prestará à Câmara contas anuais da administração municipal, em seus aspectos contábeis, financeiros e orçamentários, devidamente instruídas com parecer prévio do Tribunal de Contas.

Parágrafo único - A Câmara não poderá receber as contas encaminhadas pelo Prefeito sem o parecer prévio do Tribunal de Contas.

Art. 240 As contas do prefeito e as da Câmara Municipal, juntamente com o balanço, serão enviadas ao Tribunal de Contas, até 31 de março do exercício seguinte.

§ 1º - O julgamento das contas far-se-á no prazo máximo de noventa dias do recebimento do parecer pela Câmara, observado o disposto no § 3º do artigo 236 deste Regimento.

§ 2º - O prazo de que trata o parágrafo anterior, não corre no recesso.

§ 3º - É nulo o julgamento das contas do prefeito e da Câmara pelo Legislativo, quando o Tribunal de Contas não tenha exarado parecer prévio.

Art. 241 A Mesa da Câmara deverá enviar suas contas ao Executivo até 1º de março do exercício seguinte para encaminhamento, juntamente com as contas do prefeito, ao Tribunal de Contas.

Art. 242 O presidente, recebido o parecer do Tribunal de Contas, independentemente da leitura em Plenário, fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, aos vereadores, enviando o processo à Comissão da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária, que terá o prazo de vinte dias para opinar sobre as contas do Município.

§ 1º - Findo o prazo a que se refere o caput deste artigo, a comissão apresentará ao Plenário projeto de resolução sobre a prestação de contas.

§ 2º - Até quinze dias após o recebimento do processo, a comissão receberá dos Vereadores pedidos, por escrito, de informações sobre determinados itens da prestação de contas.

§ 3º - Pode a comissão, para responder aos pedidos de informações previstos no parágrafo anterior ou para aclarar pontos constantes da prestação de contas:

I - vistoriar documentos nas repartições da Prefeitura;

II - solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito.

§ 4º - Cabe ao vereador o direito de acompanhar os trabalhos da comissão, durante a tramitação do processo neste órgão da Câmara.

Art. 243 As sessões em que estiver em pauta o projeto de resolução a que se refere o § 1º do artigo anterior, terão uma parte específica da Ordem do Dia reservada à apreciação desta matéria, sendo o Expediente reduzido a trinta minutos.

§ 1º - As sessões serão prorrogadas, se necessário, pelo presidente até que se conclua a votação da matéria.

§ 2º - Vencido o prazo estabelecido no § 1º do artigo 240 deste Regimento, sem a deliberação do Plenário sobre as contas, a Câmara funcionará em reuniões extraordinárias até que se ultime a votação do respectivo projeto de resolução.

Art. 244 O projeto de resolução, contrário ao parecer do Tribunal de Contas, deverá expressar os motivos da discordância.

Art. 245 Rejeitadas as contas, serão elas remetidas imediatamente ao Ministério Público para os devidos fins.

Art. 246 As decisões da Câmara sobre as contas da Mesa deverão ser publicadas na forma da lei.

Seção XI

Da Destituição da Mesa

Art. 247 Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou se omitam no seu exercício, mediante resolução, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 248 O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos vereadores, com circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades cometidas, necessariamente lidas em Plenário por qualquer de seus signatários.

Art. 249 Oferecida a representação, constituir-se-á comissão especial, nos termos regimentais.

§ 1º - Concluindo a comissão especial pela procedência das acusações, apresentará projeto de resolução tratando da destituição de membros da Mesa.

§ 2º - Se o parecer da comissão especial concluir pela improcedência das acusações, será ele apreciado pelo Plenário, procedendo-se:

I - ao arquivamento do processo, se aprovado o parecer;

II - à remessa do processo à Comissão de Legislação e Redação, se rejeitado o parecer.

§ 3º - Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II do parágrafo anterior, a Comissão de Legislação e Redação elaborará, dentro de quarenta e oito horas da deliberação pelo Plenário, projeto de resolução dispondo sobre a destituição do acusado ou acusados.

Art. 250 Cada Vereador disporá de quinze minutos para discutir a matéria de que trata esta seção, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º - O relator e o acusado ou acusados poderão usar da palavra por sessenta minutos, sendo-lhes vedada a cessão do tempo.

§ 2º - A preferência na discussão será dada, respectivamente, ao relator e ao acusado ou acusados.

Art. 251 O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá participar dos trabalhos deste órgão da Câmara, enquanto estiver sendo apreciado o parecer da comissão especial ou projeto de resolução respectivo, estando igualmente impedido de votar no processo.

Parágrafo único - Havendo o envolvimento de todos os componentes da Mesa, presidirá os trabalhos o Vereador mais idoso entre os demais membros da Câmara.

Art. 252 Aprovado o projeto, a resolução será promulgada e mandada à publicação pelo presidente em exercício na sessão em que for definitivamente aprovada a proposição.

TÍTULO VI

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 253 O Vereador deve apresentar-se à Câmara durante a sessão legislativa ordinária ou extraordinária, para participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro, sendo-lhe assegurado o direito, nos termos deste Regimento, de:

I - apresentar proposições em geral;

II - discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Casa, salvo impedimentos regimentais;

III - integrar o Plenário e demais colegiados e neles votar e ser votado;

IV - encaminhar, através da Mesa, pedidos escritos de informações ao Poder Executivo municipal;

V - fazer uso da palavra;

VI - integrar as comissões e representações externas e desempenhar missão oficialmente autorizada;

VII - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração pública, os interesses públicos ou reivindicações coletivas;

VIII - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício do mandato ou atender obrigações político-partidárias decorrentes da representação.

Art. 254 Os Vereadores gozam de inviolabilidade, por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 255 O Vereador apresentará à Mesa, para efeito de posse e antes do término do mandato, declaração de bens e de suas fontes de renda.

Art. 256 O Vereador que se afastar do exercício do mandato, para ser investido nos cargos de Secretário ou Assessor municip*al, deverá fazer comunicação escrita à Casa, bem como ao reassumir o lugar.

Art. 257 Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre:

I - informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato;

II - pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações.

CAPÍTULO II

DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 258 Os Vereadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior, ressalvada a posse em virtude de aprovação em concurso público.

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o Município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas na alínea "a" do inciso anterior, salvo os cargos de secretário ou assessor municipal;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso anterior;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 259 O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, exceto em relação aos cargos da Mesa, observado o disposto no § 2º do artigo 37 deste Regimento.

CAPÍTULO III

DA PERDA E DA EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 260 Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 258 deste Regimento;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que não residir no Município;

VIII - que deixar de tomar posse, no prazo de dez dias da data fixada, nos termos do § 6º do artigo 6º deste Regimento.

§ 1º - Nos casos dos incisos I, II e VI do caput deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VII e VIII do caput deste artigo, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - A representação, nos casos dos incisos I, II e VI do caput deste artigo, será encaminhada à Comissão da Organização dos Poderes, observadas as seguintes normas:

I - recebida e processada na comissão, será fornecida cópia da representação ao Vereador, que terá o prazo de vinte dias para apresentar defesa e indicar provas;

II - se a defesa não for apresentada, o presidente da comissão indicará defensor dativo para oferecê-la em igual prazo;

III - apresentada a defesa, a comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de vinte dias úteis, concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento;

IV - procedente a representação, a comissão elaborará projeto de resolução no sentido da perda do mandato, submetendo-o à deliberação do Plenário, nos termos do processo legislativo definido neste Regimento.

Art. 261 Não perderá o mandato o Vereador:

I - investido em cargo de secretário ou assessor municipal;

II - licenciado pela Câmara, nos termos dos incisos I usque III do caput do artigo 264 deste Regimento.

Art. 262 Extingue-se o mandato:

I - por falecimento;

II - por renúncia formalizada.

§ 1º - A renúncia ao mandato deve ser manifestada por escrito e dirigida ao presidente da Câmara, tornando-se efetiva e irretratável depois de lida no Pequeno Expediente da sessão imediatamente subseqüente ao pedido.

§ 2º - O presidente da Câmara, nos casos definidos no caput deste artigo, declarará a extinção do mandato.

CAPÍTULO IV

DA VACÂNCIA

Art. 263 As vagas, na Câmara, verificar-se-ão em virtude de:

I - extinção de mandato, nos termos do artigo anterior;

II - perda de mandato, conforme dispõe o artigo 260 deste Regimento.

CAPÍTULO V

DA LICENÇA

Art. 264 O Vereador poderá obter licença:

I - para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

II - por motivo de doença comprovada;

III - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;

IV - para investidura em cargo de Secretário ou Assessor municipal.

§ 1º - Licenciado pelos motivos de que tratam os inciso I e II do caput deste artigo, o vereador fará jus à sua remuneração como se em exercício do mandato estivesse.

§ 2º - Na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato ou do cargo em que for investido e será considerado automaticamente licenciado, observado o disposto no artigo 256 deste Regimento.

§ 3º - A licença não poderá ser inferior a trinta dias.

§ 4º - O Vereador licenciado não poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo concedido para a licença.

Art. 265 As licenças serão concedidas, mediante requerimento fundamentado do interessado, por:

I - ato da Mesa, no caso de licença por motivo de doença comprovada;

II - resolução, nas hipóteses previstas nos incisos I e III do caput do artigo anterior.

Parágrafo único - No caso de investidura, cumpre-se o que dispõe o § 2º do artigo anterior.

CAPÍTULO VI

DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 266 A Mesa convocará o suplente de Vereador, nos casos de:

I - ocorrência de vaga;

II - investidura do titular nos cargos definidos no inciso I do artigo 261 deste Regimento;

III - licenças previstas nos incisos II usque IV do caput do artigo 264 deste Regimento.

§ 1º - Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa, que convocará o suplente imediato.

§ 2º - O suplente convocado, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo anterior, deverá tomar posse no prazo máximo de dez dias da convocação, prestando compromisso na primeira sessão da Câmara, após a posse.

§ 3º - Será considerado renunciante o suplente convocado que não cumprir, salvo motivo justificado aceito pelo Plenário, o que preceitua o parágrafo anterior, devendo a Câmara convocar o suplente imediato.

§ 4º - O suplente de Vereador, quando convocado para substituição temporária, não poderá ser escolhido para cargos da Mesa.

Art. 267 Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição, convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral por solicitação do presidente da Câmara, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

CAPÍTULO VII

DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO

Art. 268 O exercício da vereança por servidor público obedecerá ao disposto nos incisos III, IV e V do artigo 38 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

DO DECORO PARLAMENTAR

Art. 269 O Vereador que descumprir os deveres decorrentes do mandato ou praticar ato que afete a dignidade da investidura, estará sujeito ao processo e às penalidades previstas neste Regimento.

§ 1º - Constituem penalidades:

I - censura;

II - impedimento temporário do exercício do mandato, não excedente a trinta dias;

III - perda do mandato.

§ 2º - Considera-se atentatório ao decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 3º - É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 270 A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada em sessão pelo presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, ao vereador que:

I - inobservar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos deste Regimento;

II - perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões de comissão.

§ 2º - A censura escrita será imposta pela Mesa ao vereador que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão.

Art. 271 Considera-se incurso na sanção de impedimento temporário do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o vereador que:

I - reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates, deliberações ou documentos que a Câmara ou Comissão haja resolvido devam ficar secretos.

§ 1º - Nos casos previstos nos incisos do caput deste artigo, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

§ 2º - A penalidade prevista no parágrafo anterior será formalizada por ato da Mesa.

Art. 272 A perda do mandato de vereador, por procedimento incompatível com o decoro parlamentar, dar-se-á na forma do § 3º do artigo 260 deste Regimento.

TÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO E DA ECONOMIA INTERNA

CAPÍTULO I

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 273 Os serviços administrativos da Câmara organizar-se-ão por regulamento específico, baixado mediante resolução, nos termos das alíneas do inciso III do artigo 74 deste Regimento.

§ 1º - Os serviços administrativos ficarão sob a coordenação da diretoria geral da Câmara, subordinada diretamente à Mesa.

§ 1º. Os serviços administrativos ficarão sob a coordenação do presidente da Câmara. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

CAPÍTULO II

DO CONTROLE INTERNO

Art. 274 O controle interno da Câmara será exercido nos termos do artigo 237 e parágrafos deste Regimento.

CAPÍTULO III

DA POLÍCIA DA CÂMARA

Art. 275 A Mesa fará manter a ordem e a disciplina nas instalações da Câmara e nas adjacências sob sua administração.

Art. 276 Compete privativamente à Mesa dispor sobre o policiamento do recinto da Câmara.

Parágrafo único - Pode a Mesa, através do presidente, solicitar força necessária à manutenção da ordem.

Art. 277 Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

I - se apresente decentemente trajado;

II - se mantenha em silêncio, durante os trabalhos;

III - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário;

IV - atenda as determinações da Mesa;

V - não interpele os vereadores, em sessão;

VI - cumpra o que preceitua o artigo 279 deste Regimento.

Parágrafo único - Pela inobservância das exigências formuladas nos incisos do caput deste artigo, poderão os assistentes ser obrigados, pela Mesa, a se retirarem imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.

Art. 278 Se, no recinto do Plenário, for cometida qualquer infração penal, o presidente fará prisão em flagrante, encaminhando o infrator à autoridade competente para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente.

Parágrafo único - Se não houver flagrante, no caso previsto no caput deste artigo, o presidente deverá comunicar o fato à autoridade competente para a instauração do inquérito respectivo.

Art. 279 É proibido o porte de arma, excetuados os membros da segurança, no recinto da Câmara.

CAPÍTULO IV

DO USO DAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA PELA COMUNIDADE

Art. 280 Pode o presidente da Câmara autorizar, resguardados prioritariamente os trabalhos legislativos, o uso das dependências internas e externas da Casa por segmentos organizados da comunidade, para a realização de manifestações públicas, conferências, debates, palestras, seminários ou exposições.

TÍTULO VIII

DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO I

DA SOBERANIA POPULAR

Art. 281 A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos, e, nos termos da lei complementar, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular, nos termos dos artigos 285 usque 287 deste Regimento.

Seção I

Do Plebiscito e do Referendo

Art. 282 O plebiscito é a manifestação do eleitorado municipal sobre fato específico, decisão política, programa ou obra.

§ 1º - O plebiscito será convocado pela Câmara Municipal, através de resolução, deliberando sobre requerimento apresentado:

I - por um mínimo de cinco por cento do eleitorado do Município;

II - pelo Prefeito Municipal;

III - pela terça parte, no mínimo, dos Vereadores.

§ 2º - Independe de requerimento a convocação de plebiscito para decidir sobre criação e supressão de distritos.

§ 3º - É permitido circunscrever o plebiscito à área ou população diretamente interessada na decisão a ser tomada, o que deve constar do ato de sua convocação.

Art. 283 O referendo é a manifestação do eleitorado sobre lei municipal ou parte dela.

Parágrafo único - A realização de referendo será autorizada pela Câmara, por resolução, atendendo requerimento encaminhado nos termos do inciso I do § 1º do artigo anterior.

Art. 284 Aplicam-se à realização de plebiscito ou de referendo as normas constantes nesta seção e em lei complementar.

§ 1º - Considera-se definitiva a decisão que obtenha a maioria dos votos, tendo comparecido, pelo menos, a metade mais um dos eleitores do Município, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 282 deste Regimento.

§ 2º - A realização de plebiscito ou referendo, tanto quanto possível, coincidirá com eleições no Município.

§ 3º - O Município deverá alocar recursos financeiros necessários à realização de plebiscito ou referendo.

§ 4º - A Câmara organizará, solicitando a cooperação da Justiça Eleitoral, a votação para efetivação de um dos instrumentos de manifestação da soberania popular, indicados neste artigo.

Seção II

Da Iniciativa Popular de Projeto de Lei

Art. 285 A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei de interesse do Município, da cidade, de bairro ou de distritos, através da manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado municipal.

§ 1º - A apresentação de projeto de lei de iniciativa popular será formulada em listas de assinatura de cada eleitor, acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e número do título de eleitor.

§ 2º - Será lícito a entidades da sociedade civil, em número nunca inferior a dez, patrocinar a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

§ 3º - O projeto deverá ser encaminhado à Mesa da Câmara, cumpridas as exigências estabelecidas num dos parágrafos anteriores.

Art. 286 O projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral.

§ 1º - Cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Legislação e Redação, em proposições autônomas, para tramitação em separado.

§ 2º - Não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, observado, neste caso, o disposto no § 3º do artigo 105 deste Regimento.

§ 3º - A Mesa designará Vereador para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo a escolha recair sobre quem tenha sido, com sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

§ 4º - A comissão competente ouvirá em audiência pública os interessados, nos termos do disposto no capítulo seguinte.

§ 5º - A Câmara deverá manifestar-se conclusivamente pela aprovação, com ou sem emendas ou substitutivo, ou pela rejeição do projeto de lei de iniciativa popular.

Seção III

Da Proposta Popular de Emenda à Lei Orgânica

Art. 287 A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta encaminhada por, pelo menos, cinco por cento do eleitorado do Município, nos termos do inciso III do caput do artigo 212 deste Regimento.

Parágrafo único - Aplicam-se ao encaminhamento e à tramitação de proposta popular de emenda à Lei Orgânica, no que couber, as normas estabelecidas na Seção anterior e nos artigos 212 usque 216 deste Regimento.

CAPÍTULO II

DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 288 Cada Comissão poderá realizar audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou por solicitação de entidade interessada.

Parágrafo único - É obrigatória a realização de audiência pública, na Comissão competente, para discussão de:

I - proposição de iniciativa popular;

II - projetos de lei referentes ao planejamento municipal, principalmente, os:

a) do plano diretor;

b) do plano plurianual;

c) das diretrizes orçamentárias;

d) do orçamento anual.

Art. 289 A Comissão, aprovada a realização de audiência pública ou no caso previsto no parágrafo único do artigo anterior, selecionará para serem ouvidos as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao seu presidente expedir os convites.

§ 1º - Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que se possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º - O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º - Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou pedir-lhe que se retire do recinto.

§ 4º - A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do presidente da Comissão.

§ 5º - Os vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder.

Art. 290 Da audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO GERAL

Art. 291 O Plenário transformar-se-á em Comissão Geral, sob a presidência do presidente da Câmara, para audiência pública com a comunidade:

I - no caso previsto no parágrafo único do artigo 183 deste Regimento, na discussão das seguintes proposições de iniciativa popular:

a) proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

b) projeto de lei.

II - a fim de discutir com segmentos organizados assuntos de interesse público relevante, independente da realização de sessão da Câmara.

§ 1º - A transformação prevista no inciso I do caput deste artigo é automática e independe de solicitação.

§ 2º - A solicitação para transformação do Plenário em comissão geral, nos termos do inciso II do caput deste artigo, submetida à deliberação do colegiado soberano, será apresentada à Mesa por, pelo menos:

I - cinco entidades representativas da comunidade, encabeçando lista com, no mínimo, cem assinaturas de eleitores do Município;

II - um terço dos Vereadores;

III - uma comissão permanente.

§ 3º - Aplica-se, no que couber, à realização de audiência pública pela comissão geral o disposto no capítulo anterior.

CAPÍTULO IV

DO CONTROLE POPULAR

Art. 292 As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Parágrafo único - As contas estarão à disposição dos contribuintes, na Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

CAPÍTULO V

DAS PETIÇÕES E REPRESENT. E DE OUTRAS FORMAS DE PARTICIP. POPULAR

Art. 293 As petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputadas a membro da Casa, serão recebidas e examinadas pelas comissões ou pela Mesa, desde que:

I - encaminhadas por escrito, vedado o anonimato;

II - o assunto envolva matéria de competência do colegiado.

§ 1º - O membro da comissão ou da Mesa a que for distribuído o processo, apresentará relatório do qual dará ciência aos interessados.

§ 2º - A representação de partido político, nos termos do § 2º do artigo 260 deste Regimento, cumpre tramitação própria, regimentalmente definida.

Art. 294 Todos têm direito de receber da Câmara, através da Mesa, informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas, no prazo máximo de quinze dias, sob pena de responsabilidade.

Art. 294 – Todos têm direito de receber da Câmara, através do Presidente, informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo geral, que serão prestadas, no prazo máximo de quinze dias, sob pena de responsabilidade. **(alterado pela Resolução nº. 02/07 de 16/07/07)**

Art. 295 Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, através da Câmara, denunciar formalmente irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 296 A participação da sociedade civil poderá ser exercida, também, através do fornecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades técnico-científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas.

Parágrafo único - Os subsídios apresentados pela sociedade civil serão examinados por comissão cuja área de atuação tenha pertinência com a matéria contida em documento encaminhado.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES REGIMENTAIS GERAIS

CAPÍTULO I

DA POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 297 A posse do Prefeito e do Vice-prefeito dar-se-á na data e com o objetivo estabelecido no inciso II do artigo 4º deste Regimento.

§ 1º - O presidente da Câmara, aberta a sessão solene para a posse do Prefeito e do Vice-prefeito, designará comissão de Vereadores para recebê-los e introduzi-los no Plenário.

§ 2º - O Prefeito e o Vice-prefeito tomarão assento ao lado do presidente da Câmara.

§ 3º - A posse ao Prefeito e ao Vice-prefeito eleitos será procedida pela Câmara empossada em 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição.

Art. 298 No ato da posse, o Prefeito e o Vice-prefeito prestarão individualmente o seguinte compromisso: "PROMETO, NO EXERCÍCIO DO MANDATO, LUTAR PARA ASSEGURAR A TODOS OS NOBRENSES OS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS, O DESENVOLVIMENTO, O BEM-ESTAR E A JUSTIÇA SOCIAL COMO VALORES SUPREMOS DE UMA SOCIEDADE FRATERNA, PLURALISTA E SEM PRECONCEITOS, CUMPRINDO E FAZENDO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, NA OBSERVÂNCIA PERMANENTE DA PRÁTICA DA DEMOCRACIA".

Parágrafo único - Prestado o compromisso, o presidente da Câmara declarará empossados o Prefeito e o Vice-prefeito, lavrando-se termo em livro próprio.

Art. 299 Vagando o cargo de Prefeito e de Vice-prefeito, ou ocorrendo impedimento destes, à posse de seu substituto aplica-se o disposto nos artigos anteriores deste capítulo, no que couber.

CAPÍTULO II

DA CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 300 Os titulares dos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município poderão ser convocados pela Câmara para prestarem informações sobre assuntos de sua competência administrativa.

§ 1º - A convocação dependerá de requerimento escrito, aprovado pelo Plenário, devendo indicar os assuntos que serão formulados ao servidor convocado.

§ 2º - Aprovado o requerimento, o presidente expedirá ofício ao prefeito dando ciência da convocação e estabelecendo dia e horário para o comparecimento do servidor convocado.

Art. 301 A Câmara Municipal, no dia e hora de que trata o § 2º do artigo anterior, reunir-se-á em sessão especial com o fim único de ouvir o titular convocado.

§ 1º - Aberta a sessão, o presidente concederá a palavra ao vereador autor do requerimento, o qual fará breve explanação sobre os motivos da convocação.

§ 2º - Com a palavra, o servidor convocado poderá dispor do prazo de quinze minutos para abordar o assunto da convocação, seguindo-se os debates referentes ao tema específico.

§ 3º - Os vereadores poderão formular perguntas ao servidor convocado, devendo restringir-se à matéria em debate.

CAPÍTULO III

DO COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

Art. 302 A requerimento subscrito por, pelo menos, um terço dos Vereadores, a Câmara Municipal poderá convidar autoridades ligadas à administração pública para falarem sobre matéria de interesse do Município.

Art. 303 Aceito o convite pela autoridade, a presidência convocará sessão especial para ouvi-la.

Parágrafo único - Aplicar-se-ão a esta sessão, no que couber, as normas estabelecidas nos §§ 1º usque 3º do artigo 301 deste Regimento.

CAPÍTULO IV

DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE DOCUMENTOS

Art. 304 Compete à Câmara solicitar ao prefeito informações e documentos que as esclareçam, sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeita à fiscalização da Câmara.

§ 1º - As informações serão solicitadas por qualquer Vereador, em requerimento escrito nos termos do inciso IV do artigo 141 deste Regimento.

§ 2º - O Prefeito terá o prazo máximo de trinta dias para prestar as informações requeridas pela Câmara e enviar-lhe os documentos solicitados.

§ 3º - As providências a que se refere o caput deste artigo, poderão ser formuladas por comissão da Câmara, nos termos do inciso VII do caput do artigo 35 deste Regimento.

§ 4º - Poderá o Prefeito solicitar à Câmara prorrogação do prazo de que trata o § 2º deste artigo, sendo o pedido submetido à deliberação do Plenário.

Art. 305 Os pedidos de informações e de envio de documentos poderão ser reiterados, pelo mesmo processo regimental, desde que o teor da resposta não satisfaça ao autor da proposição.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS CONTRA AS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 306 Ao Plenário cabe recurso à decisão ou omissão do presidente sobre:

I - questão de ordem; ou

II - recebimento de proposição de qualquer Vereador.

§ 1º - A decisão do presidente prevalecerá até a deliberação em contrário do Plenário.

§ 2º - O recurso deverá ser proposto, obrigatoriamente, dentro do prazo improrrogável de dois dias úteis da decisão, através de requerimento escrito.

§ 3º - O presidente deverá, dentro do prazo improrrogável de dois dias úteis, dar provimento ao recurso ou, em caso contrário, informá-lo à Comissão de Legislação e Redação.

§ 4º - Dentro do prazo improrrogável de dois dias, a Comissão de Legislação e Redação deverá emitir parecer sobre o assunto.

§ 5º - O recurso, juntamente com o parecer emitido, será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão seguinte àquela em que o presidente tiver recebido concluso o processo.

§ 6º - O presidente, aprovado o recurso, deverá fazer observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição do cargo.

§ 7º - Rejeitado o recurso, a decisão do presidente será integralmente mantida.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 307 Nos dias de sessão, deverão ser hasteadas, no edifício da Câmara e na Sala das Sessões, as bandeiras do Brasil, do Estado do Mato Grosso e do Município.

Art. 308 Os prazos previstos neste Regimento, salvo disposição em contrário, serão contados em dias corridos.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso.

Art. 309 É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Câmara.

Art. 310 A Câmara Municipal fixará, por resolução específica, tornando-se parte deste Regimento, os critérios para concessão de honrarias e conferir homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município, à Democracia ou ao povo brasileiro.

Art. 311 A Mesa providenciará a publicação, respeitados os preceitos legais, de:

I - emenda à Lei Orgânica do Município;

II - resolução;

III - lei promulgada nos termos do § 5º do artigo 146 deste Regimento e de seu artigo 147;

IV - atos referentes a:

a) criação ou extinção de função gratificada, quando autorizada em lei;

b) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores públicos da Câmara;

c) aprovação de regulamentos;

d) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores da Câmara;

e) edital de licitação.

§ 1º - Os atos não normativos, de publicação obrigatória, poderão ser divulgados resumidamente, em especial os contratos resultantes de licitação.

§ 2º - Publicar-se-á, por qualquer meio de divulgação, diariamente, o movimento do caixa do dia anterior.

§ 3º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

Art. 312 A Câmara comemorará, anualmente, em 15 (Quinze) de Dezembro, o aniversário da promulgação da Lei Orgânica, o Dia da Autonomia do Município.

Parágrafo único - Para registrar o evento, a Câmara Municipal poderá promover conferências e debates sobre questões de interesse do Município e de sua população.

Regimento Interno alterado e atualizado conforme Projeto de Resolução nº 004/2013, de Autoria Mesa Diretora, aprovado por Maioria Absoluta, na Sessão Ordinária do dia 15 de Fevereiro de 2013, entrando em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Nobres, 15 de Fevereiro de 2013.

Rallide Cristiano de Andrade Odison Araújo de Souza

Presidente 1º Secretário

Manoel Firmino de Pinho Joel Júnior da Silva

Vice-Presidente 2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 623/2016, DATADA DE 04 DE MAIO DE 2016.

Concede progressão por tempo de serviço e escolaridade (classe e nível) da servidora municipal Natalina Rodrigues Pedroso da Prefeitura de Nortelândia, e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (classe e nível) e por escolaridade da servidora abaixo relacionada.

Nº	SERVIDOR	CARGOS	DE	PARA		
	CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL		
01	Natalina Rodrigues Pedroso	Téc. em Enfermagem	C	04	D	04

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 17 a 20 da Lei Complementar nº 024/2005, (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 09.11.2005 (nove de novembro de dois mil e cinco).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 04º dia do mês de maio de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 04.05.2016.

NEURILAN FRAGA

Prefeito

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Municipal Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº044/2016

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº044/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2016

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: GRAMARCA VEICULOS LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº 20379987/0001-04

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de um veiculo 0 km, ano 2016, com as especificações do projeto básico da dispensa 002/2016

Dotações orçamentárias: 0451-06.001.08.244.0021.1044-4490.52.00. 00.00

Vigência: 04/05/2016 até 31/12/2016

R$ 89.490,00 (oitenta e nove mil quatrocentos e noventa mil)

data da assinatura: 04/05/2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 622/2016, DATADA DE 04 DE MAIO DE 2016.

Concede progressão por tempo de serviço aos servidores municipal: Natalina Rodrigues Pedroso e Nivaldo Batista de Oliveira, e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (nível) aos servidores abaixo relacionados.

Nº	SERVIDOR	CARGOS	DE	PARA		
	CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL		
01	Natalina Rodrigues Pedroso	Téc. em Enfermagem	C	03	C	04
02	Nivaldo Batista de Oliveira	Téc. em Enfermagem	D	6	D	7

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 17 a 20 da Lei Complementar nº 024/2005, (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 09.11.2005 (nove de novembro de dois mil e cinco).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 04º dia do mês de maio de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 04.05.2016.

NEURILAN FRAGA

Prefeito

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Municipal Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 621/2016, DE 02 DE MAIO DE 2016.

Nomeia responsável pela fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo;

Considerando as adequações administrativas que estão sendo promovidas nesta Prefeitura Municipal de Nortelândia;

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que exige a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor elencado no anexo único desta portaria, para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução dos contratos abaixo discriminados, a partir desta data.

Art. 2º O Fiscal de Contratos deverá, durante toda a vigência do contrato:

I - elaborar relatórios conclusivos quadrimestrais para envio no Aplic dos meses de Abril, Agosto e Dezembro, acerca das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas;

II - reservar tempo necessário para cumprir o encargo de fiscalizar a execução dos contratos designados, em complemento à atividade principal, já apreciada pela autoridade competente e dentro do interesse público e dos princípios da eficiência, eficácia e efetividade;

III - assumir o encargo, dever e responsabilidade de fiscalizar a execução dos contratos designados, dentro do espírito público exigido pela ética, transparência e moralidade administrativa, implícitos nos compromissos e deveres funcionais dos agentes públicos, exceto nas hipóteses em que, sob declaração:

a) For impedido (parente, cônjuge, companheiro) ou suspeito (amigo íntimo, inimigo declarado, recebeu presentes ou vantagens como consumidor da empresa contratada; tem relação de débito com a empresa ou qualquer tipo de interesse direto ou indireto junto ao contratado);

b) Não deter conhecimento específico. (Mas este caso pode ser resolvido com a contratação de terceiros que possam subsidiá-lo com informações específicas);

IV - conhecer detalhadamente a Lei Federal n° 8.666/93, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas;

V - examinar a descrição dos serviços, obras ou produtos a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado, características técnicas);

VI - avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

VII - anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;

VIII - notificar por escrito a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - manter um arquivo próprio para sua segurança e controle, onde serão mantidas as cópias e comprovantes das suas providências, com no mínimo as seguintes pastas:

a) cópia do contrato, da proposta da empresa e do edital para meticulosa análise (e verificação da eventual necessidade de requisitar o apoio de conhecimento especializado);

b) comunicações com o ordenador de despesa;

c) comunicações com o preposto;

d) comunicações com os setores da administração;

e) comunicações com terceiros;

f) diligências;

g) registro de ocorrências;

X - manter um livro de fiscalização para fazer as anotações de cada etapa do seu trabalho, consignando visitas, vistorias, entrevistas, encaminhamento de providências, resultados das diligências, incidentes, etc;

XI - manter-se informado sobre o assunto, lendo, pesquisando, recolhendo informações que possam subsidiar um conhecimento maior acerca daquilo que lhe cabe conferir;

XII - formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais e garantir o cumprimento integral do contrato;

XIII – buscar, em caso de dúvida, os devidos esclarecimentos com as áreas afins (assessoria técnica, consultoria jurídica, gestor, engenharia, setores de finanças e contabilidade);

XIV - exercer suas atribuições anteriormente ao recebimento do objeto pela Comissão de Recebimento, se reportando a esta;

XV - receber representações de qualquer cidadão sobre irregularidades que tenham conhecimento dentro da jurisdição de fiscalização da execução do contrato à que foi designado;

XVI - promover a apuração de irregularidades que tenha conhecimento dentro da jurisdição de fiscalização da execução do contrato à que foi designado através de averiguação (informal), anotando em expediente próprio, inclusive recomendando a instauração de sindicância de natureza investigatória;

XVII - sinalizar para pagamento e/ou liberar a fatura, conferindo os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais devidamente atestadas ao departamento financeiro do órgão, acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL) e relatório do fiscal, arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

XVIII - não aceitar nota fiscal rasurada, com valores incorretos, razão social, CNPJ e endereço da Prefeitura e/ou Fundo sem que estejam devidamente preenchidos e corretos, assim como produtos e/ou serviços que estejam em desacordo com o processo de licitação/ contrato/ autorização ao fornecedor/ ordem de serviço, devendo registrar em relatório próprio as divergências encontradas;

XIX - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

Art. 3º O Fiscal de Contratos poderá, durante o período de fiscalização do contrato:

I - solicitar assessoramento técnico necessário, inclusive contratação de terceiros, mas prioritariamente do quadro próprio da Administração;

II - solicitar orientação, estabelecer diretrizes para dar e receber informações sobre a execução do contrato. Essas informações podem ser solicitadas pelo gestor, pelo contratado, pelo serviço jurídico ou pela área de controle;

III - Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

IV - interditar e/ou determinar a paralização da execução do contrato quando, objetivamente, constatar uma irregularidade que precisa ser sanada. Se perceber que, sem o saneamento do problema, haverá comprometimento da qualidade futura, deve agir com firmeza e prontamente;

V - certificar e/ou emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado. Isso pode ser solicitado tanto para medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas pela Administração, ou pelo contratado, na postulação dos seus direitos ou na defesa dos seus interesses;

VI - representar e/ou levar a conhecimento das autoridades crimes de que tenham conhecimento em razão do ofício. Por exemplo, uso de documento falso, crime contra as relações de trabalho, crime contra o meio ambiente, crime contra a Administração Pública. Da mesma forma, comunicar, via superior hierárquico, as situações irregulares que devam ser objeto de atenção de órgãos fiscalizadores, como inspeção sanitária, corpo de bombeiros, defesa civil, etc;

VII - buscar, no caso de dúvidas quanto ao ATESTO, obrigatoriamente auxílio junto às áreas competentes para que se efetue corretamente a atestação;

VIII - glosar e/ou indicar ao gestão que efetue glosas de medições por serviços, obras ou produtos mal executados ou não executados; e sugerir a aplicação de penalidades ao contrato em face do inadimplemento das obrigações;

IX - aprovar e/ou confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de obras, dos fornecimentos atendidos e da linha de produção;

X - Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

XI - atestar e/ou emitir atestado de execução parcial ou total.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 2º dia do mês de Maio de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 02/05/2016

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – FISCAL DOS CONTRATOS ASSINADOS DE ABRIL /2016

Data	Número	Nome do Contratado	Objeto	Valor	Vigência	Processo Licitatório	Secretaria de Origem	Fiscal
06/04/2016	037/2016	GUILHERME LUIZ EWALD, engenheiro CREA – MT 32729, inscrito no CPF 026.377.781-21,	O objeto do presente contrato compreende a Contratação de Serviços profissionais para fiscalização de obras, aprovação de projetos, realização de projetos e serviços de engenharia civil contratados e realizados pelo Município de Nortelândia-MT	R$ 47.300,00 (quarenta e sete mil e trezentos reais), sendo 10 (dez) parcelas mensais de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).	06/04/2016 à 08/01/2017	Carta Convite n° 001/2016	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	Thiago José dos Santos CPF: 730.773.721-34
11/04/2016	038/2016	VALDEMI LOPES DA SILVA – SERVICOS ME, CNPJ 10923359/0001-94	Execução dos serviços de recuperação das Pontes localizadas nas estradas vicinais do município de Nortelândia, conforme especificações técnicas constantes das planilhas orçamentárias e projeto da obra objetos da licitação Carta Convite 003/2016, que integram este instrumento independente de transcrição	R$ 95.224,38 (noventa e cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), sendo o preço global.	11/04/2016 à 31/12/2016	Carta Convite n° 003/2016	Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão	Augusto Costa Lima CPF: **172.738.461-04**
18/04/2016	039/2016	Elka Beatriz Monteiro e Mayer	Prestação de serviços profissionais na função de Professora, na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo Simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária.	R$ 2.402,58 (Dois mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos) mensais.	18/04/2016 a 31/12/2016	Processo Seletivo Simplificado	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.	Arleti Del Castanhel dos Santos. CPF: 631.247.851-34
18/04/2016	040/2016	CARLOS FERNANDO PEREIRA, CPF 304.145.479-34, professor (a), portador do CPF nº. 304.145.479-34	O objeto do presente contrato compreende a Contratação de Prestação de Serviços Profissionais na função de Professor de Judô dos Alunos do Ensino Fundamental do Município.	R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), sendo 10 (dez) parcelas mensais de R$ 1.760,00 (mil, setecentos e sessenta reais).	18/04/2016 à 31/12/2016	Carta Convite n° 002/2016	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.	Florindo Oliveira Almeida CPF: 033.100.978-11
26/04/2016	041/2016	Eliton Luiz Lopes Barros, portador do RG nº. 804.092 SSP/MT e CPF nº. 52243800144	O objeto do presente contrato compreende a Contratação de profissional para prestar Serviços de Assessoria e Consultoria no levantamento e conferencia das Informações utilizadas pela SEFAZ/MT, para o cálculo do IPM/ICMS – Índice de Participação do Município de Nortelândia na Distribuição do ICMS e Assessoria nos trabalhos de Tributos, conforme especificados no termo de referência do processo licitatório Carta Convite 004/2016.	R$ 68.750,00 (sessenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), sendo 11 (onze) parcelas de R$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais)	26/04/2016 à 26/04/2017	Carta Convite n° 004/2016	Secretaria de Finanças, Fiscalização e Contabilidade	Emanuele Cardoso da Silva CPF: 006.013.591-35
29/04/2016	042/2016	Eliton Luiz Lopes Barros – ME Mundial Consultoria e Assessoria, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. ° 18.627.821/0001-18	O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de cadastramento e recadastramento predial e territorial urbano, em todo o perímetro urbano do município de Nortelândia-MT, conforme termo de referência e proposta comercial da contratada, objeto do Pregão Presencial 012/2016.	R$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), sendo 06 (seis) parcelas de R$ 11.333,00 (onze mil, trezentos e trinta e três reais).	02/05/2016 à 31/12/2016	Pregão Presencial n° 012/2016	Secretaria de Finanças, Fiscalização e Contabilidade	Emanuele Cardoso da Silva CPF: 006.013.591-35

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO 015/2016

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO 015/2016 – CARONA – ADESÃO Nº 001/2016 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 da Prefeitura Municipal de Cuiabá- MT.

A Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que ratificou processo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 037/2016, realizada por meio do Pregão Presencial nº 032/2016/Prefeitura de Cuiabá-MT, para aquisição de Combustíveis na capital do estado. Fornecedor: Marmeleiro Auto Posto LTDA - MT, inscrita no CNPJ sob o nº 05.082.661/0001-27. Valor: 5.013,00 (cinco mil e treze reais) mensal.

Dotação orçamentária:

0088-03.001.04.122.0004.2009-3390.30.00.00.00

0294-04.002.10.301.0023.2032-3390.30.00.00.00

0375-05.001.12.361.0014.2042-3390.30.00.00.00

0467-06.001.08.244.0021.2039-3390.30.00.00.00

0563-08.003.20.122.0029.2077-3390.30.00.00.00

Data do registro de preços: 18/09/2016.

Nortelândia-MT, 02 de maio de 2016.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2016.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2016.

Processo: 689/2016.

Assunto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica dos veículos leves, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura municipal, compreendendo todo sistema elétrico e outros serviços especializados, com fornecimento de peças genuínas ou originais, com base na Lei Municipal 782/2015.

Item	Qtdade	Und	Especificações	Preço Unitário	Preço Total
01	14	Hora/homem	Serviço especializados – Linha Leve	R$ 130,00	R$ 1.820,00
02	90	Hora/homem	Serviço especializados – Linha média	R$ 170,00	R$ 15.300,00
03	64	Hora/homem	Serviço especializados – Linha pesada	R$ 183,00	R$ 11.712,00

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a - "**Contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica dos veículos leves, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da prefeitura municipal, compreendendo todo sistema elétrico e outros serviços especializados, com fornecimento de peças genuínas ou originais**, conforme descrição e quantidades em anexo – Termo de Referencia nº.48/2016,**"**. No valor de **R$ 28.832,00 (vinte e oito mil oitocentos e trinta e dois reais)**, a Empresa **JOILTON PEREIRA LEITE 01107678102 – CNPJ nº. 19.915.551/0001-03.**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.					
DOTAÇÃO	**PROGRAMA**	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**FONTE**	**Valor (R$)**
050018	**GESTÃO ESDUCAÇÃO**	**2045- Manutenção e Encargos da Educação**	**33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica**	**100**	**R$ 1. 820,00**
050030	**GESTÃO TRANSPORTE ESCOLAR**	**2216 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar**	**33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica**	**100**	**R$ 15. 300,00**
080018	**Sec. Obras**	**2276 – Manutenção, frota de maquinas e veículos**	**33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica**	**100**	**R$ 11. 712,00**
					R$ 28. 832,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **R$ 28.832,00 (vinte e oito mil oitocentos e trinta e dois reais)**, em favor da Empresa**JOILTON PEREIRA LEITE 01107678102 – CNPJ nº. 19.915.551/0001-03,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº.48/2016.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 04 de maio de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 115/2016

PORTARIA N° 115/2016

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, torna sem efeito a portaria nº 273/2015**,** a partir de 03/05/2016.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 03 de Maio de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 043/2016

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 043/2016

CONTRATO EMERGENCIAL DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 691/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2016.

DO OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato a aquisição de bens de consumo **de Generos Alimentícios(Merenda Escolar)**, para atendimento emergencial as escolas municipais baseada na Lei Municipal Nº 782/2015.

1.2. A presente aquisição foi realizada por meio do **Processo Administrativo Nº 691/2016 Dispensa de Licitação Nº 042/2016**, respectivo Termo de Referência e seus anexos.

VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O presente contrato terá validade de 01 (um) mês, contados a partir de sua assinatura.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados no orçamento geral do Município na seguinte dotação orçamentária de 2016:

Dotação	Projeto Atividade	Natureza/Despesa	Fonte	Valor Valor (R$)
050036	2017 – Manutenção Programa Merenda Escolar	33.90.30 – Material de consumo	100	18.791,75
Valor Total: 18.791,75				

Nossa Senhora do Livramento – MT 03 de Maio de 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP

CNPJ/MF: 03.401.442/0001-38

Representado pelo Srº. Clair Ugolini

RG: 10492364 SSPMT

CPF: 352.645.941-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 039/2016

CONTRATADO: M ROBERTO PIT - ME

CNPJ: 10.654.235/0001-50

OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 01 CAMINHÃO CAÇAMBA PELO PERIODO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA EFETUAR A LIMPEZA E COLETA DE TODO LIXO, RESÍDUOS E/OU RECIPIENTES DESCARTAVEIS EM AREAS PUBLICAS IMPRÓPRIAS EM TODO PERÍMETRO URBANO PARA FINS AO COMBATE DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, (EM CUMPRIMENTO A NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº. 001/2016 QUE SE TRATA DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NECESSÁRIAS PARA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DE POSSÍVEIS FOCOS DO MOSQUITO DA DENGUE E SUAS CONSEQÜÊNCIAS E OFICIO Nº. 017/2016DF EXPEDIDO PELO JUIZ SUBSTITUTO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE NOVA MONTE VERDE/MT..

VALOR GLOBAL: R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

DO PRAZO - de 04/04/2016 até 30/04/2016

VINCULO: *****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 040/2016

CONTRATADO: ANTONIO SALES RIBEIRO

CPF n°. 654.866.091-91

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PARTE ELÉTRICA nos seguintes veículos Ambulância placa – NTX 3297, Fiat Uno placa – JZU 3486, Ambulância placa – NPC 8385, Fiat Uno placa – OBM 6452 e Ambulância S10 placa – FME 4420, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, e em conformidade com as cláusulas aqui estabelecidas.

VALOR GLOBAL R$ 2.741,00 (dois mil setecentos e quarenta e um reais)

DO PRAZO - de 04/04/2016 até 30/04/2016

VINCULO: *****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 695/2013

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 695/2013

SETIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO,**brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME**, com sede na Rua Rio Grande do Sul nº 1020, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.065.707/0001-00, representada por **Antonio Luiz de Oliveira,** brasileiro, portador do RG nº 1.589.490 SSP/PR e titular do CPF Nº 209. 698.899-04, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de vigência e prazo de execução do Contrato original por mais 180 (cento e oitenta) dias, passando a vigorar do dia 16/05/2016 até a data de 02/11/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 5ª do contrato 695/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº

8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 04 de Maio de 2016.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

CPF: 041.729.241-40 CPF: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 045/2016

CONTRATADO: NILSON DE OLIVEIRA-ME

CNPJ Nº. 09.632.960/0001-49

OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 01 (UM) TRATOR COM GUINCHO (SKIDER), PARA AUXILIAR NA RECUPERAÇÃO DE 07 (SETE) PONTES LOCALIZADAS NAS ESTRADAS TAPEJARA, AÇAÍ, JUÇARA E PIRAJUÍ.

VALOR GLOBAL R$ R$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: INICIO EM 20/04/2016 E TERMINO EM 29/04/2016

VINCULO:******

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 043/2016

CONTRATADO: JOÃO DA CRUZ

CPF n°. 328.129.901-63

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO CAÇAMBA (TRUCADO), PARA ACOMPANHAR A RETRO ESCAVADEIRA, PARA RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS NA COMUNIDADE PARAÍSO DO NORTE, TRÊS CINCO, SALTO DA BOTINA, E SOL NASCENTE, MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, e em conformidade com as cláusulas aqui estabelecidas.

VALOR GLOBAL R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: inicio em **18/04/2016** e seu término em **18/05/2016**

VINCULO:******

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 042/2016

CONTRATADO: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

CNPJ nº 03.512.021/0001-84

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 KM - TIPO UTILITÁRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

VALOR GLOBAL R$ 86.800,00 (OITENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS)

DO PRAZO VIGÊNCIA DO CONTRATO É DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ORDEM DE ENTREGA DO VEICULO.

VINCULO:PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2016

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 041/2016

CONTRATADO: NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74

OBJETO execução de obras de Saneamento Básico para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE PROINFÂNCIA TIPO I NA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, ANEXO AO EDITAL.

VALOR GLOBAL R$2.013.173,69 (dois milhões treze mil cento e setenta e três reais e sessenta e nove centavos).

DO PRAZO vigência do Contrato será de 540 dias, a partir da data da emissão da ordem de serviço

VINCULO: Concorrência n.º 001/2016

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2015

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra, por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar do dia 30/04/2016 até a data de 29/06/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 038/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 03 de Maio de 2016.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 2502057094, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obra, por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar do dia 30/04/2016 até a data de 29/06/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 037/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 03 de Maio de 2016.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2012

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2012

SETIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico CLEUSA MARIA REFATTI DA SILVA, portadora da carteira profissional N° 220550694-3/RS, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 210 (duzentos e dez) dias, passando a vigorar 26/05/2016 até a data de 22/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 248/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 03 DE MAIO DE 2016.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da Silva

CPF: 041.729.241-40 CPF: 005.712.2016

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RECISÃO DO CONTRATO N. 101/2014

RECISÃO DO CONTRATO N. 101/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, Centro, na Cidade de Nova Bandeirantes-MT, devidamente inscrito no CGC/MF Nº. 33.638.822/0001-73, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Srª **SOLANGE DE SOUZA KREIDLORO**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 332762490 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 270.723.668.30 na qualidade de **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME,** pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado pelo senhor **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta/MT, que antes firmaram Contrato para estabelecer os direitos e obrigações das partes na contratação da empresa para execução global de uma Unidade Básica de Saúde na Sede do Município de Nova Bandeirantes/MT, com área de 296,68 M², agora, por meio deste instrumento, **EM COMUM ACORDO**, resolvem o seguinte.

CLÁUSULA ÚNICA – DO OBJETO DA RECISÃO - Tem por objeto o presente instrumento, em comum acordo rescindir os acordos firmados no contrato nº. 101/2014, assinado em 27 de Junho de 2014, Resultado do Processo Licitatório nº. 058/2014, Tomada de Preços n°. 007/2014.

I – A partir do dia 29 de Abril de 2016, em **COMUM ACORDO**, considera-se rescindo o Contrato na contratação da empresa para execução global de uma Unidade Básica de Saúde na Sede do Município de Nova Bandeirantes/MT, com área de 296,68 M², não resultando a partir da presente data nenhum compromisso entre as partes, ficando o ex-contratado desobrigado de continuar a prestar os serviços.

II – Em **COMUM ACORDO**, resolvem dispensar quaisquer penalidades constantes na Clausula Nona do presente Contrato, bem como renunciam a quaisquer reivindicação a cerca do objeto distratado seja na esfera Administrativa e ou Judicial.

E assim, Por estarem livres de quaisquer compromissos contratuais em conformidade com a Clausula única deste instrumento, assinam em 03 (três) vias de igual teor a presente rescisão, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e capazes

Nova Bandeirantes-MT, 29 de Abril de 2016.

_____

SOLANGE DE SOUSA KREIDLORO

Prefeita Municipal

Ex- contratante

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

Ex-contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RECISÃO DO CONTRATO N. 077/2014

RECISÃO DO CONTRATO N. 077/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, Centro, na Cidade de Nova Bandeirantes-MT, devidamente inscrito no CGC/MF Nº. 33.638.822/0001-73, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Srª **SOLANGE DE SOUZA KREIDLORO**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 332762490 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 270.723.668.30 na qualidade de **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME,** pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado pelo senhor **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta/MT, que antes firmaram Contrato para estabelecer os direitos e obrigações das partes na contratação da empresa para execução global para construção de 294 M² de muro, e, 112,86 M² de edificação em imóvel publico urbano, agora, por meio deste instrumento, **EM COMUM ACORDO**, resolvem o seguinte.

CLÁUSULA ÚNICA – DO OBJETO DA RECISÃO - Tem por objeto o presente instrumento, em comum acordo rescindir os acordos firmados no contrato nº. 077/2014, assinado em 23 de Maio de 2014, Resultado do Processo Licitatório nº. 050/2014, Dispensa de Licitação n°. 015/2014.

I – A partir do dia 29 de Abril de 2016, em **COMUM ACORDO**, considera-se rescindo o Contrato na contratação da empresa para execução global para construção de 294 M² de muro, e, 112,86 M² de edificação em imóvel publico urbano, não resultando a partir da presente data nenhum compromisso entre as partes, ficando o ex-contratado desobrigado de continuar a prestar os serviços.

II – Em **COMUM ACORDO**, resolvem dispensar quaisquer penalidades constantes na Clausula Nona do presente Contrato, bem como renunciam a quaisquer reivindicação a cerca do objeto distratado seja na esfera Administrativa e ou Judicial.

E assim, Por estarem livres de quaisquer compromissos contratuais em conformidade com a Clausula única deste instrumento, assinam em 03 (três) vias de igual teor a presente rescisão, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e capazes

Nova Bandeirantes-MT, 29 de Abril de 2016.

_____

SOLANGE DE SOUSA KREIDLORO

Prefeita Municipal

Ex- contratante

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

Ex-contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RECISÃO DO CONTRATO N. 124/2014

RECISÃO DO CONTRATO N. 124/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, Centro, na Cidade de Nova Bandeirantes-MT, devidamente inscrito no CGC/MF Nº. 33.638.822/0001-73, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Srª **SOLANGE DE SOUZA KREIDLORO**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 332762490 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 270.723.668.30 na qualidade de **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME,** pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado pelo senhor **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta/MT, que antes firmaram Contrato para estabelecer os direitos e obrigações das partes na contratação da empresa para execução global de uma Unidade Básica de Saúde na comunidade Paraíso do Norte, com área de 296,68 M², agora, por meio deste instrumento, **EM COMUM ACORDO**, resolvem o seguinte.

CLÁUSULA ÚNICA – DO OBJETO DA RECISÃO - Tem por objeto o presente instrumento, em comum acordo rescindir os acordos firmados no contrato nº. 124/2014, assinado em 26 de Setembro de 2014, Resultado do Processo Licitatório nº. 096/2014, Dispensa de Licitação n°. 024/2014.

I – A partir do dia 29 de Abril de 2016, em **COMUM ACORDO**, considera-se rescindo o Contrato na contratação da empresa para execução global de uma Unidade Básica de Saúde na comunidade Paraíso do Norte, com área de 296,68 M², não resultando a partir da presente data nenhum compromisso entre as partes, ficando o ex-contratado desobrigado de continuar a prestar os serviços.

II – Em **COMUM ACORDO**, resolvem dispensar quaisquer penalidades constantes na Clausula Nona do presente Contrato, bem como renunciam a quaisquer reivindicação a cerca do objeto distratado seja na esfera Administrativa e ou Judicial.

E assim, Por estarem livres de quaisquer compromissos contratuais em conformidade com a Clausula única deste instrumento, assinam em 03 (três) vias de igual teor a presente rescisão, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e capazes

Nova Bandeirantes-MT, 29 de Abril de 2016.

_____

SOLANGE DE SOUSA KREIDLORO

Prefeita Municipal

Ex- contratante

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

Ex-contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Municipio de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico **RAFAEL ALBERTON MENON**, portador da carteira profissional N.º. 103.107/VD, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original e execução da obras por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar 09/04/2016até a data de 08/07/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 04 de Maio de 2016.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO N 047/2016

ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO N 047/2016

A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.683.822/0001-73 autoriza como de fato autorizado a empresa **IMOBILIARIA ALTA FLORESTA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.821.879/0001-59, a dar início ao **SERVIÇO** objeto do Pregão Presencial n.º **016/2016**, Contrato nº. 47/2016, tudo nos termos da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes, MT 04 de Maio de 2016.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

IMOBILIARIA ALTA FLORESTA LTDA – ME

CNPJ: 11.821.879/0001-59

CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2016

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2016

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **015/2016, cujo OBJETO é o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E DE JANELA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**".

SAGROU – SE vencedoraa empresa **WELLINGHTON TEODORO CANDIDO 021046261-29**CNPJ Nº 15.325.337/0001-46, com o valor total de R$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Prefeita Municipal **Srª SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º **015/2016, cujo abjeto é o"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E DE JANELA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**".

SAGROU – SE vencedoraa empresa **WELLINGHTON TEODORO CANDIDO 021046261-29**CNPJ Nº 15.325.337/0001-46, com o valor total de R$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais).

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
WELLINGHTON TEODORO CANDIDO 021046261-29	15.325.337/0001-46	R$: 241.000,00

Nova Bandeirantes/MT 05 de Maio de 2016.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
LEI ORGÂNICA DE NOVA BRASILÂNDIA

1990

CONSTITUIÇÃO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA - MT

SUMÁRIO

PREÂMBULO

TÍTULO I

Das disposições Permanentes

CAPÍTULO I

Da Organização do Município

SEÇÃO I

Dos Princípios Fundamentais

(arts. 1 à 5) p. 01/02

SEÇÃO II

Da Organização Política-administrativa

(arts. 6 e 7) p.02/04

SEÇÃO II

Dos Bens e da Competência

(arts. 8 à 17) p. 04/10

CAPÍTULO II

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara municipal

(arts. 18 e 19) p.10

SEÇÃO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

(arts. 20 à 23) p. 10/15

SEÇÃO III

Dos Vereadores

(arts. 24 à 33) p.15 à 18

SEÇÃO IV

Das Reuniões

(arts.34) p. 18

SEÇÃO V

Da Mesa e das Comissões

(arts. 35 à 38) p. 18/20

SEÇÃO VI

Do Processo Legislativo

SUB-SEÇÃO I

Disposição Geral
(art. 39) p.20/21
SUB-SEÇÃO
Da emenda à Lei Orgânica do Município
(art.40) p. 21
SUB-SEÇÃO III
Das Leis
(arts. 41 à 48) p. 21/25
SEÇÃO I
Das fiscalização contábil, Financeira e Orçamentária
(arts.49 à 60) p.25/29
SEÇÃO II
Das Atribuições do Prefeito
(art 61) p. 29/31
SEÇÃO III
Da Responsabilidade do Prefeito
(art. 62) p.31/32
CAPÍTULO III
SEÇÃO IV
Da Comissão de Mandato do Prefeito
(art. 63) p.32/33
SEÇÃO V
Dos Secretários Municipais
(art. 64 e 65) p. 33/34
SEÇÃO VI
Da procuradoria Geral do Município
(arts. 66 e 67) p. 34 e 35
SEÇÃO VII
Da Guarda Municipal
(art.68) p.35
CAPÍTULO IV
SEÇÃO I
Dos Sistemas Tributário Municipal
SUB-SEÇÃOI
Dos Princípios Gerais
(art. 69) p. 35/36
SUB-SEÇÃO II
Das Limitações do Poder de Tributar
(art.70) p.36/38
SUB-SEÇÃO III
Dos Tributos Municipais
(art. 71) p. 38/39
SUB-SEÇÃO IV
Das Receitas Tributárias Repartidas
(arts. 72 à 78) p. 39/41
SEÇÃO II
Das Fianças Públicas
SUB-SEÇÃO I
Das Normas Gerais
(arts. 79 à 830 P. 41/47
CAPÍTULO V
Da Ordem Econômica e Social
SEÇÃO I
Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica e Social
(arts. 84 à 87) p. 47/49
SEÇÃO II
Da Política Urbana
(arts. 88 à 94) p. 49/51
SEÇÃO III
Da Política do Desenvolvimento Rural
(art.95) p.51/54
SEÇÃO IV
Das Rodovias Municipais
(art.109) p.54
SEÇÃO V
Processo Administrativo
(art. 110 e 111) p. 54/55
SEÇÃO VI
Da Ordem Social
SUB-SEÇÃO I
Disposições Gerais
(arts. 112 à 114) p. 55/56
SUB-SEÇÃO II
Da saúde
(arts. 115 à 125) p.56/60
SUB-SEÇÃO VIII
Da Assitênica Social
Arts. 126 à 127) p.61
SEÇÃO IV
Da Educação, da Cultura e do Desporto
SUB-SEÇÃO I
Da Educação
(arts. 128 à 13l) p.61/63
SUB-SEÇÃO II
Da Cultura
(arts. 132 á 134) p. 63/64
SUB-SEÇÃO III
Do Desport e do Lazer
9arts. 135 à 137) p. 64
SUB-SEÇÃO IV
Do Meio Ambiente
9arts. 138 á 140) p.64/67
SUB-SEÇÃO V
Da Reserva indígena
9arts. 141) p. 67/68
SUB-SEÇÃO VI

Do deficiente, da Criança e do Idoso

(arts. 142 à 147) p. 68/69

CAPITULO VI

Da Adminsitração Pública

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

(arts. 148 à 151) p. 69/74

SEÇÃO II

Dos Servidores Públicos Municipais

(arts. 152 à 158)p. 74/79

SEÇÃO III

Dos Servidores Essenciais

(art. 159) p. 79

SEÇÃO IV

Das informações, do Direito de Petição e das Certidões

(art. 160) p.

PREÂMBULO

Nós representantes do povo de NOVA BRASILÃNDIA verdadeiro sujeito da vida política e da história de nosso Município, investidos com os poderes constituintes atribuídos pelas Constituições Federal e Estadual, no firme propósito de afirmar no território do Município os valores que fundamentam a existência e a organização da República Federal do Brasil e da Unidade Federal do Estado de mato Grosso, objetivando assegurar o pleno exercício dos direitos sociais, individuais e os valores do ser humano, na busca da concretização de uma sociedade fraterna, solidária, justa e digna, invocando a proteção de Deus e o aval de nossas consciências, promulgamos a seguinte Lei Orgânica do Município de NOVA BRASILÂNDIA.

PRESIDENTE: João Tavares Fernandes

RELATOR: Amilton Florentino de Oliveira

SECRETÁRIO: Ismael Alves dos Santos

VEREADORES: Francisco Alves Pereira

Waldir Pereira Pinto

Selvo Gomes Ferreira

Durval Tomaz de Souza

Lourival Ferreira da Silva

Gilberto Messias da Silva

IN MEMORIAN: Antonio Domingos Cardoso

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PERMANTES

CAPÍTULO I

Da Organização do Município

SEÇÃO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º - o Município de Nova Brasilândia integrante do Estado de Mato Grosso e da República Federativa do Brasil, com base nesta Lei Orgânica, na Constituição Estadual e na Constituição Federal, reconhecendo o valor do trabalho, da liberdade de expressão, da livre iniciativa, do pluralismo político e do estado de direito visa construir uma comunidade solidária, livre e mais justa, através do poder exercido diretamente pelo povo ou pelos seus representantes eleitos.

Art. 2º - A Ação dos poderes do Município buscará reduzir as desigualdades sociais, se admitir privilégios ou discriminações e preconceitos.

Art. 3 º - São poderes do Município de Nova Brasilândia, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 4º - O Município de Nova Brasilândia pode associar-se as ações da união do Estado e de outros Municípios para criação de organismos ou realização de programas que visem o desenvolvimento regional, a preservação de suas riquezas naturais, a proteção da comunidade indígena de BAKAYRI e o bem estar do povo que vive no território do Município.

Art. 5 º - São Símbolos do Município de Nova Brasilândia a Bandeira, o Hino e o Brasão Municipal.

SEÇÃO II

Da organização Política-Administrativa

Art. 6º - O Município de Nova Brasilândia, unidade territorial do Estado de mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1º - O Município tem sua sede na cidade de Nova Brasilândia.

§ 2º - O Município de Nova Brasilândia é composto de três Distritos: o da sede, de Peresópolis e Planalto da Serra.

§ 3º - A criação, a organização e a supressão de distritos depende da Lei Municipal, observada a Legislação estadual.

§ 4º - Qualquer alteração territorial do Município de Nova Brasilândia somente poderá ser feita,

Observada a Legislação Estadual, desde que seja reservada a continuidade do território e a unidade histórica-cultural do ambiente plebiscito.

§ 5º - O território do município poderá ser dividido para fins administrativos e administrado por sub-prefeitos e regiões administrativa.

§ 6º - Em cada distrito inclusive o da sede será instituído em Conselho Distrital de Representantes da população eleitos pelos moradores da localidade, o qual participará do planejamento, execução, fiscalização e controle dos servidores e atividades do poder Executivo no âmbito do distrito, assegurando-lhe pleno acesso a todas as informações que necessitar.

§ 7º - Os limites do Município de Nova Brasilândia são: Partindo da Barra do Jenipapo no rio Teles Pires ou São Manoel e por este acima até a Barra do rio Pacu, por este acima a cabeceira mais alta; deste ponto por uma reta até a cabeceira mais próxima de um dos braços do Culuene, limite com Alto Paranatinga; por este citado abraço abaixo até sua Barra no Culuene; pelo Culuene acima até sua mais alta cabeceira; deste ponto seguindo pelo espigão divisor, limite com o Município de Cuiabá, até o Córrego Caiana por este e pelo rio manso abaixo até a travessia da estrada Chapadapraia Rica; seguindo por esta estrada até alcançar o Ribeirão Palmeira; pelo Palmeira até a sua mais alta cabeceira no limite com o Município de Rosário Oeste; por este limite, em linha seca até a cabeceira do Ribeirão Jenipapo; descendo por este Ribeirão até Rio São Manoel ou Teles Pires, ponto de partida.

Art. § 7º - É vedado ao município:

I- Promover ou subvencionar, manter alianças ou relação de dependência, impedir ou dificultar o funcionamento de cultos religiosos ou Igrejas, ressalvando o interesse Público.

II- Recusar fé aos documentos públicos.

III- Gerar privilégios, distinções e preconceitos ilegítimos em relação aos munícipes.

IV- O início de obras, Projetos ou Programas públicos Municipais, sem prévia previsão orçamentária e inclusão no plano plurianual aprovado pela Câmara Municipal com a análise de sua prioridade pelo Poder Legislativo.

SEÇÃO III

Dos Bens e da Competência

Art. 8º - São os bens do Município de Nova Brasilândia:

I – os que lhe pertencem ou os que lhe vierem ser distribuídos;

II - as terras sob seu domínio.

Parágrafo Único – Cabe ao Município de Nova Brasilândia a participação no resultado da exploração e geração de energia elétrica e demais recursos minerais encontrados em seu território.

Art. 9º - Os bens imóveis do Município de Nova Brasilândia não poderá ser objeto de doação, nem de utilização gratuita de terceiros, mediante ato do Prefeito Municipal autorizado pela Câmara Municipal, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito Público Interno, Entidade Competente de sua administração pública indireta ou sociedade Civil sem fins lucrativos.

Art. 10 º - Compete ao Município de Nova Brasilândia:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber;

III – instituir a arrecadar os tributos de sua competência;

IV – aplicar suas vendas, prestando contas e publicando balanços e balancetes nos prazos fixados em Lei;

V – criar organizar e suprimir distritos, observando a Legislação Estadual;

VI – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VII – manter, com cooperação técnica e financeira do Estado e da União, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, cursos de alfabetização de adultos, e de profissionalização em todos os níveis;

VIII – prestar, com a cooperação técnica e financeira do Estado e da União, serviços de atendimento à saúde da população;

IX – promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;

X – promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observando a Legislação Estadual e Federal;

XI – elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de preservar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem estar de seus habitantes.

XII – elaborar e executar o plano diretor com instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

XIII – exigir do proprietário do solo urbano não edificado, sub utilizado ou não utilizado, que o utilize adequadamente, na forma estabelecida pelo plano diretor, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsória, imposto progressivo sobre a propriedade urbana e desapropriação com o pagamento mediante título da dívida pública municipal, com prazo de resgate até cinco anos, em parcelas anuais e sucessivas assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

XIV – constituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

XV –planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XVI – legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades, para a administração pública municipal, direta ou indiretamente, inclusive nas fundações públicas municipais e empresas sob seu controle, respeitadas as normas gerais da Legislação Federal;

XVII – recolher animais domésticos que apresentem sintomas de doenças, para evitar que contagie as pessoas;

XVIII – colocar a disposição, as máquinas pesadas durante 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de cada ano, para atender a população.

Art. 11 – È da competência do Município em comum com o Estado e a União;

I – zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição do Estado e de suas Leis, das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas de deficiência;

II – proteger documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agro-pecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradia e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisas e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território, dando direito da livre participação dos proprietários das áreas nos contratos;

XII – estabelecer e implantar a política de educação para a segurança do trânsito, promovendo meios para coibir os abusos e as transgressões à Lei;

XIII – pagar a remuneração e proventos dos servidores Municipais ativos e inativos, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao vencido, sob pena da obrigação de pagamento de correção e juros, em obediência à Legislação Federal;

XIV – o não pagamento da remuneração até a data referida no inciso anterior, importará correção de seu valor aplicando-se os índices Federais de correção diária, a partir do dia seguinte ao vencimento até a data do efetivo pagamento;

XV – o montante da correção será pago juntamente com o vencimento do mês subseqüente, corrigido o seu total até o último dia do mês, pelos mesmos índices do inciso anterior;

XVI – promover ampla e permanente colaboração com as associações representativas da comunidade, podendo efetuar convênios de caráter lavoral, cultural, recreativo, educacional ou de saúde.

Parágrafo Único – A cooperação do Município com a união e o Estado, tendo em vista o equilíbrio de desenvolvimento e do bem estar da população em sua área territorial, tudo de conformidade com as leis complementares que fixarão as normas que regerão a matéria.

Art. 12 – A Prefeitura Municipal estimulará entre outros a formação de;

I – sociedade de moradores de bairro;

II – sociedade de dona de casa;

III – sociedade de proteção à ordem pública;

IV – sociedade de auxílio à educação e a saúde;

V – sociedade de associação dos presidiários e sua recuperação;

VI – sociedade de assistência aos desempregados, aos pobres e paraplégicos;

VII – sociedade de proteção ao esporte, lazer, arte e a cultura;

Art. 13 – A Prefeitura Municipal entre cidadãos domiciliados a exclusivamente no Município, criará a instituição de:

I – cooperativa de agricultores e criadores;

II – cooperativa de construção de moradia e obras públicas;

III - cooperativa de crédito e assistência ao consumidor;

IV – cooperativa de abastecimento rural e urbano;

V – cooperativa de assistência jurídica;

Art. 14 – As sociedades de que trata este capítulo rege-se por estatutos elaborados pelos próprios membros e nos quais estarão proibidas atividades política partidárias ou discriminação ideológicas ou religiosas, bem como participação de pessoa residente fora do município ou ocupante de cargos de confiança dos administradores eleitos pelo voto popular.

Art. 15 – as sociedades podem assumir a forma de organização sindical fixar, contribuição mensal pelos associados decidida por assembléia geral, estabelecer funções remuneradas e participar de colegiados dos Órgãos Públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciário, sejam de discussão ou deliberação.

Art. 16 – Mediante Lei Municipal que autorize, e nos limites da permissão, a Prefeitura poderá formar convênios com as sociedades mencionadas nos dois artigos desta Seção artigos 12 e 13, delegando prestação de serviços públicos de ,manutenção, da ordem, transporte coletivo, assistência escolar, hospitalar e análogos, desde que essas sociedades sejam integradas por pelo menos 2/3 (dois terços) dos cidadãos interessados, usuários ou beneficiários desses serviços elejam os diretores em mandato anual e bienal.

Art. 17 – A Prefeitura, em cada bairro, distrito, local ou indústria, de grande porte, promoverá a instalação de delegacia ou posto de polícia, de atendimento aos cidadãos.

CAPÍTULO II

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 18 – O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, que se compõe de Vereadores representantes da Comunidade, eleito pelo sistema proporcional em todo o território do Município de Nova Brasilândia.

§ 1º - O mandato dos Vereadores é de quatro anos e sua eleição será sempre simultânea aos demais Municípios.

§ 2 º - a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Brasilândia é composta pelo número de Vereadores estabelecido através do critério do artigo 182 da Constituição Estadual.

Art. 19 – Salvo disposição em contrário, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria dos votos presentes a maioria absoluta de seus membros, que se constitui da metade mais um dos Vereadores com exercício pleno mandato.

SEÇÃO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 20 – Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, exceto nos casos do art. 28 e, dispor sobre todas as matérias de competência do município especialmente;

I – sistema tributário Municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;

III – fixação e modificação do efeito da guarda municipal;

IV – planos e programas municipais de desenvolvimentos;

V – bens de domínio do Município;

VI – transferência temporária da sede do Governo Municipal;

VII – criação, transferência e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais;

VIII - organização das funções fiscalizadoras da Câmara municipal;

IX – normatização da participação das associações representativas das comunidades no planejamento Municipal;

X – normatização da participação popular na elaboração de projetos de lei de interesse específicos do município, do núcleo urbano da sede, das vilas, dos bairros ou distritos, através de manifestação expressa de, no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal;

XI – criação, organização e supressão de distrito;

XII – criação, estruturação e atribuições de Secretarias Municipais e órgãos da administração pública;

XIII – criação, estruturação, transformação e extinção de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquia e funções públicas municipais;

Art. 21 – é da competência exclusiva da Câmara Municipal;

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções de seus serviços e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

III – resolver definitivamente sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

IV – autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar os limites da delegação legislatura;

VI – mudar temporariamente, sua sede;

VII – fixar remuneração dos Agentes políticos do Município, seguindo os seguintes critérios;

a) – a remuneração do prefeito será composta de subsídio e verba de representação;

b) a verba de representação do Prefeito Municipal não poderá exceder a 2/3 dois terços) de seus subsídios;

c) – a verba de representação do Vice-Prefeito não poderá exceder a metade do que for fixado para o Prefeito;

d) – a remuneração dos Vereadores será dividida em partes fixa, e parte variável, vedados acréscimos a qualquer título;

e) – a verba de representação do presidente da Câmara que integra a remuneração, não poderá se exceder a 2/3 (dois terços) da que for fixada para o Prefeito Municipal;

f) – lei fixará os critérios para indenização das despesas de viagem do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

g) – a remuneração do Prefeito, do Vice-prefeito e dos vereadores será sempre atualizada através dos índices de correção adotados pelo Governo Federal;

VIII – julgar, anualmente, as contas prestadas pelo prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;

IX – proceder a tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de Março de cada ano;

X – fiscalizar e controlar, diretamente os atos do poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – zelar pela preservação da competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XII – apreciar os atos de concessão e permissão e os atos de renovação de concessão ou permissão de serviços de transportes coletivos;

XIII – representar ao Ministério Público por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, e instaurar processo contra o Prefeito e os Secretários Municipais pela prática de crime contra a administração pública que tomas conhecimento;

XIV - aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de imóveis de propriedade do poder público municipal;

XV - aprovar, previamente e através de voto secreto após arguição pública, a escolha de titulares para cargos para cujo preenchimento a lei exija este procedimento;

XVI – promover a preservação e proteção á comunidade indígena do BAKAYRI, as suas terras,e o respeito as suas tradições e cultura;

XVII – alterar projetos sobre salários dos servidores Públicos Municipal, desde que não provoque novas despesas.

Art. 22 – A Câmara Municipal, através de seu presidente ou Comissão, pode convocar secretários municipais para no prazo de oito dias, fornecerem pessoalmente informações sobre o assunto previamente determinado importando crime contra a administração pública a ausência sem justificação adequada ou a prestação de informação falsa;

§ 1º - Os Secretários Muncipais podem comparecer a Câmara municipal ou a qualquer de suas comissões por sua iniciativa e mediante entendimento com o Presidente respectivo, para expor assuntos de relevância de sua Secretaria;

§ 2º - A Mesa da Câmara Municipal pode encaminhar pedidos de informações por escrito aos /secretários municipais, importando crime contra a administração pública a recusa ou não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informações falsa.

Art. 23 – Os vereadores tomarão posse no dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene presidida pelo Vereador mais votado,entre os presentes, qualquer, que seja o número desses, e prestarão o compromisso de “cumprir fielmente o mandato, guardando a Constituição e as leis”.

§ 1º - Os Vereadores desincompatibilizar-se-ão para a posse;

§ 2º - O Vereador deverá faze-lo no prazo de (quinze) dias, salvo comprovado o motivo de força maior.

SEÇÃO III

Dos vereadores

Art. 24 – Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 25 – Considerar-se-a presente a Sessão o Vereador que assinar o livro de presença até finalizar a ordem do dia e participar dos trabalhos Parlamentares.

Art. 26 – O Vereador não pode:

I – desde a expedição do diploma:

a) – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito-público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam admissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) – ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exerça função remunerada;

b) – ocupar cargo ou exercer função que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades mencionadas no inciso I, alínea “a”;

c) – patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”.

d) – ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 27 – Perde o mandato o vereador:

I – que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada uma das sessões legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara salvo licença ou missão por ela autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos constitucionalmente previsto;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada e julgada.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos previstos e definido no Regimento interno, abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens indevidas;

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI a perda do mandato é decidida pela Câmara municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante a provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos, III à V, a perda é declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante aprovação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, é assegurada ampla defesa.

Art. 28 – Não perde o mandato o Vereador:

I – investido no cargo de Secretário Municipal, Secretário ou Ministro do Estado;

II – licenciado pela Câmara por motivo doença ou para tratar, sem remuneração, de assunto de seu interesse particular desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente deve ser convocado em todos os casos de vaga ou licença.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato, a Câmara representará a Justiça Eleitoral para a realização das eleições para preenche-la.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 29 – Em caso de morte do cidadão investido no mandato, seus dependentes receberão uma pensão nunca inferior a representação do Vice-prefeito, e no caso de invalidez o titular perceberá igual ao cargo que ocupa no ato do incidente.

Art. 30 – Os Vereadores farão jus ao ressarcimento das despesas de transporte, hospedagem e alimentação que fizerem para participar de encontros, simpósios e congressos, na qualidade de representantes do Município, aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 31 – Qualquer Vereador da Câmara Municipal de Nova Brasilândia tem direito de verificar in loco todos os processos empenhados e tributados no Município de Nova Brasilândia.

Art. 32 – Qualquer Vereador tem direito de fiscalizar todas as contas e cheques pagos pela Prefeitura.

Art. 33 – É direito do Vereador, solicitar, mesmo que seja verbalmente, todas as informações que achar necessárias para melhor desempenho de suas funções.

SEÇÃO IV

Das Reuniões

Art. 34 – A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 15 de Fevereiro à 30 de Junho e de 1º de Agosto á 15 de dezembro

§ 1º - as reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o 1º dia útil subseqüente quando recaírem em sábado, domingos ou feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão de instalação legislativa a 1º de Janeiro do ano subseqüente as eleições às 10:00 horas, para a posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição da Mesa e das Comissões.

§ 4º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pelo Presidente, pelo Prefeito ou a requerimento da maioria dos Vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§ 5º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada.

SEÇÃO V

Da Mesa e das Comissões

Art. 35 – A Mesa da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um primeiro e um segundo Secretários eleitos para o mandato de dois anos, vedada e recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente.

§ 1º - As competências e as atribuições dos membros da Mesa e a forma de substituição, as eleições para a sua composição e os caso de destituição são definidos no Regimento Interno.

§ 2º - O Presidente representa o Poder Legislativo municipal.

§ 3º - Para substituir o Presidente nas suas faltas, impedimentos e licenças atuará o Vice-Presidente.

Art. 36 – A Câmara Municipal terá Comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato que resultar sua criação.

§ 1º - As Comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar de conformidade com que determinar o regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um nono dos membros da Câmara;

II – realizar audiências públicas com entidades da comunidade;

III – convocar Secretários Municipais com a finalidade de prestar informações sobre assuntos inerentes ás suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programa de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 1º - As Comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação própria das autoridades Judiciais além de outros previsto no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos Vereadores que compõem a Câmara Municipal para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério público para que promova a responsabilidade civil criminal dos infratores.

Art. 37 – Na Constituição da Mesa e da cada Comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da casa.

Art. 38 – Na última sessão ordinária de cada período legislativo, o presidente da Câmara Municipal publicará a escala dos membros da Mesa e seus substitutos que responderão pelo expediente do Poder Legislativo durante o recesso seguinte.

SEÇÃO VI

Do Processo Legislativo

SUB-SEÇÃO I

Disposição Geral

Art. 39 – O processo Legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas a Lei Orgânica do Município:

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções;

Parágrafo Único – A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis dar-se-á na conformidade de lei complementar Federal, desta Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

SUB-SEÇÃO II

Da Emenda à Lei Orgânica do Município

Art. 40 – Esta Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de 1/3 (um terço) no mínimo, dos membros da Câmara ou do Prefeito.

§ 1º - a proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal;

§ 2º - A Emenda a Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem;

§ 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 4º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada por ocasião de: greve, calamidade, revolução, eleições e posse, intervenção e estado de sítio, no Pais, no Estado e no Município.

SUB-SEÇÃO III

Das Leis

Art. 41 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - São de iniciativa privada do Prefeito as leis que:

I – fixem ou modifiquem o efeito da guarda Municipal;

II – disponham sobre:

a) – criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, assim como estabelecer a sua remuneração;

b) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

c) – criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública municipal.

§ 2º - a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do município distribuído, pelo menos, por dois Distritos, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 42 - Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias com a força de lei, devendo submete-las, de imediato, á Câmara Municipal que, estando de recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo Único – As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

Art. 43 – Não será permitido o aumento de despesa prevista;

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvada o dispositivo no art. 77;

II – nos projetos sobre a organização da secretaria Municipal, de iniciativa privativa da Mesa.

Art. 44 – O Prefeito poderá solicitar urgência e votação em um só turno para apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Se a Câmara não se manifestar, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação de outros assuntos, para que se ultime a votação, excetuados os casos do art. 41, do art. 43, parágrafo 4º do art. 79, que são preferenciais na ordem enumerada.

§ 2º - O prazo previsto no parágrafo anterior não ocorre nos períodos de recesso nem se aplica aos projetos de código.

Art. 45 – O projeto de lei aprovado será enviado como autógrafo, ao prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis contados na data de recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto;

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito implicará sanção.

§ 4º - O veto será apreciado pela Câmara Municipal dentro do prazo de trinta dias a contar do seu recebimento ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, sem escrutínio secreto.

§ 5º - Se o veto não for mantido, o texto será enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 6º - esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da Sessão imediata sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvada as matérias referidas no art. 43 § 1º.

§ 7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º , o Presidente da Câmara a promulgará e se este não o fizer, em

igual prazo caberá ao Vice-Presidente faze-lo obrigatoriamente.

Art. 46 – A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 47 – As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Não será objeto de delegação ato de competência exclusiva da Câmara Municipal, matéria a ser tratada em lei complementar, nem a legislação que trate de planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - A delegação ao Prefeito terá a forma de resolução da Câmara Municipal que especificará o seu conteúdo e os termos de seus exercícios.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 48 – As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

SEÇÃO I

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 49 – A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município ou das entidades da administração direta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo Único – Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda ou que em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 50 – O Controle externo da Câmara Municipal com auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através do parecer prévio, dará a devida apreciação às contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara descerão prestar anualmente.

§ 1º - As contas deverão ser apresentadas até sessenta dias do encerramento do exercício financeiro.

§ 2º - Se até esse prazo não tiverem sido apresentadas as contas, a Comissão permanente de Fiscalização fará em trinta dias.

§ 3º - apresentadas as contas o Presidente da Câmara as porá. Pelo prazo de sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei publicando edital e o fixando, na ausência de órgão de divulgação no Município na Câmara e na Prefeitura Municipal , além de outros recintos onde passa facilmente ser lido pela comunidade.

§ 4º - Vencido o prazo do parágrafo anterior, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

§ 5º - Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de fiscalização sobre ele sobre as contas dará seu em quinze dias.

§ 6º - Somente pela decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas.

Art. 51 – A Comissão Permanente de fiscalização, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou nem de subsídios não aprovados, poderá solicitar da autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestando os esclarecimentos, estes sendo insuficientes, a Comissão Permanente de Fiscalização solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria em caráter de urgência.

§ 2º - Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a Comissão Permanente de Fiscalização, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública proporá à Câmara Municipal a sua sustação.

Art. 52 – Os Poderes Legislativo e Executivo manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do município;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária financeira e patrimonial nos órgãos e en-

tidades da administração municipal bem como da aplicação dos recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de créditos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência a Comissão permanente de fiscalização da Câmara Municipal.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei denunciar irregularidade ou ilegalidade perante a Comissão Permanente de Fiscalização da Câmara Municipal.

§ 3º - A Comissão Permanente de Fiscalização da Câmara municipal, tomando conhecimento de irregularidades ou ilegalidades, poderá solicitar á autoridade responsável que no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários, agindo na forma prevista no § 1º do artigo anterior.

§ 4 º - entendendo o Tribunal de Contas pela irregularidade ou ilegalidade, a Comissão Permanente de fiscalização proporá à Câmara Municipal as medidas que julgar conveniente a situação.

Art. 53 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

Art. 54 – A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para o mandato de quatro anos, dar-se-á mediante pleito e simultâneo realizado em todo País, até noventa dias antes do término do mandato dos que deverão ser sucedidos.

§ 1º - A eleição do prefeito implica automaticamente na do Vice-prefeito com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maior votação dentre os concorrentes, desde que os votos nulos e brancos, não alcancem 50¨% (cinqüenta por cento) do total de votos apurados.

§ 3º - São inelegíveis, na comarca, o conjugue e os parentes consangüíneos os afins, até segundo grau, do Prefeito ou de quem o tenha substituído nos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato e candidato à reeleição.

Art. 55 – O prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão da Câmara Municipal, no dia 1º de Janeiro do ano subseqüente ao da eleição, as dez horas, prestando compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica, observar as leis e promover o bem geral do Município.

Parágrafo Único – Decorridos dez dias da data fixada para a posse sem que o Prefeito ou Vice-Prefeito não hajam assumido o cargo, este será declarado vago ressalvado motivo de força maior aceito pela Câmara Municipal.

Art. 56 – O Vice-Prefeito substituirá o prefeito Municipal no caso de impedimento e o sucederá em caso de vaga.

§ 1º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas através de lei complementar, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado.

§ 2º - A investidura do Vice-Prefeito em Secretaria Municipal não impedirá o exercício das funções do seu cargo, inclusive as missões especiais consignadas no parágrafo anterior.

Art. 57 – Em caso de impedimento do prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício de Prefeito Municipal o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 58 – Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias após a abertura da última vaga:

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será realizada trinta dias após abertura da última vaga declarada pela Câmara Municipal, na forma da Lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos antecessores.

Art. 59 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão ausentar-se do Município por prazo superior a quinze dias, sem prévia autorização da Câmara Municipal sob pena de perda de cargo.

Art. 60 – O Prefeito gozará de férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do subsídio e da representação, ficando a seu critério a época para o período de descanso.

SEÇÃ II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 61 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

I – nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II – exercer, com o auxílio dos Secretários municipais, a direção superior da administração Municipal;

II – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previsto nesta Lei Orgânica;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projeto de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração;

VII – comparecer à Câmara Municipal ou remeter mensagem, por ocasião da abertura solene da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

VIII – nomear, após a aprovação pela Câmara Municipal os servidores que a lei assim determinar;

IX – enviar a Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas do orçamento previsto nesta Lei Orgânica;

X – prestar, anualmente, à Câmara Municipal dentro de quarenta e cinco dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XI – prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei;

XII – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do artigo 40;

XIII – exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica;

XIV – prestar a Câmara municipal, dentro de 15 (quinze) dias as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade do obtenção nas respectivas fontes dos dados pleiteados;

XV – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas.

XVI – efetuar repasse, sob pena de responsabilidade no prazo máximo de cinco dias úteis, dos descontos em folha de pagamento do servidor para instituição de previdência ou associações;

XVII – fica o Poder Executivo obrigado a prestar mensalmente contas detalhadas das origens e das aplicações dos recursos. O detalhamento deve explicitar o destino dos pagamentos com pessoal, conforme o setor, inclusive a instituições sociais.

§ 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a prestar contas mensalmente, nos termos “caput” deste artigo.

§ 2º - O prefeito Municipal poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI e IX.

SEÇÃO III

Da Responsabilidade do Prefeito

Art. 62 – Os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, infrações comuns ou crimes de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º - A Câmara Municipal tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar uma infração comum ou crime de responsabilidade nomeará comissão especial para apurar os fatos que, no prazo de trinta dias, deverão ser apreciados pelo plenário.

§ 2º - Se o plenário entender procedentes as acusações determinará o envio do apurado à Procuradoria Geral da Justiça para as providências; se não determinará o arquivamento, publicando as conclusões de ambas as decisões.

§ 3º - Recebida a denúncia contra o prefeito pelo Tribunal de Justiça a Câmara decidirá sobre a designação de procurador para assistente da acusação;

§ 4º - O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça, suspensão que cessará caso o julgamento não tiver sido concluído no prazo de 180 (cento e oitenta).

CAPÍTULO III

SEÇÃO IV

Da Cassação de Mandato do Prefeito

Art. 63 – São crimes de responsabilidade, definidos em lei especial, e apenados com perda de mandato, os atos do Prefeito que atentarem contra:

I – probidade na administração;

II – o cumprimento das normas constitucionais leis e decisões predicionais;

III – a lei orçamentária;

IV – o livre exercício dos direitos d o Poder Legislativo

V – o exercício dos direitos políticos individuais e sociais.

§ 1º - A perda do mandato será decidida por maioria de dois terços da Câmara Municipal, após processo instaurado com base em representação as constaneidades de vereador ou eleitos devidamente acompanhado de provas, assegurando-se ampla defesa do Prefeito.

§ 2º - O Prefeito poderá ser afastado liminarmente de suas funções em qualquer fase do processo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos integrantes da Câmara Municipal,quando o executivo impedir a plena apuração dos fatos ou quando se tratar ilícito continuado.

§ 3º - Se decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a decisão da Câmara Municipal não tiver sido proferida, cassará o afastamento liminar do Prefeito sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

SEÇÃO V

Dos Secretários Municipais

Art. 64 – Os Secretários municipais como agentes políticos, serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos e no pleno exercício dos direitos políticos.

Parágrafo Único – Compete aos Secretários Municipais, além de outras atribuições estabelecidas na Lei Orgânica e em leis complementares.

I – exercer a orientação e supervisão dos órgãos e entidades da administração na área de sua competência e referendar os atos de decretos assinados pelo Prefeito;

II – expedir instruções para a execução das leis decretos e regulamentos;

III – apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão na Secretaria;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que forem outorgados ou delegadas pelo Prefeito.

Art. 65 – Lei complementar disporá sobre a criação, estruturação das Secretaria e órgãos da administração Municipal.

§ 1º - Nenhum órgão da administração pública Municipal direta ou indireta, deixará de ser estruturado e vinculado a uma Secretaria Municipal.

§ 2º - A chefia do Gabinete do Prefeito e a procuradoria Geral do Município terão estrutura de Secretaria municipal.

SEÇÃO VI

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 66 – A procuradoria geral do Município é a instituição que representa, como advocacia geral o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe de acordo com a lei complementar que dispuser sobre a organização e funcionamento, as atividades de consultoria, assessoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A procuradoria geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município nomeado pelo Prefeito Municipal dentre os integrantes da carreira de Procurador Municipal, maiores de trinta anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, para mandato de dois anos, permitido a recondução.

§ 2º - A destituição do Procurador Geral do Município, pelo Prefeito, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara Municipal.

§ 3º - O Procurador Geral do Município, poderá ser destituído pela maioria absoluta da Câmara Municipal, na forma da lei complementar respectiva.

Art. 67 - O ingresso na carreira de Procurador Municipal., far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Seção de Mato Grosso Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, inclusive n eleição do programa e quesitos das matérias constantes das provas, observada nos nomeações, a ordem de classificação.

SEÇÃO VII

Da Guarda Municipal

Art. 68 – A Guarda Municipal, se destina à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e comando estabelecidos em Lei Complementar.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

Dos Sistemas Tributário Municipal

SUB-SEÇÃO I

Dos Princípios Gerais

Art. 69 – O Município de Nova Brasilândia poderá instituir os seguintes tributos;

I – impostos;

II – taxas, em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva do potencial, de serviços públicos e divisíveis prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição;

III – contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão guardados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado á administração de tributos, especialmente para conferir efetividade aos objetivos, identificar respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculos próprio de impostos.

§ 3º - A Legislação Municipal, sobre matéria tributária respeitará as disposições da Lei Complementar Federal.

a) – sobre conflito de competência;

b) – regulamentação as limitações constitucionais do poder de tributar;

c) – definição de tributos e suas espécies bem como fatos geradores, bases de cálculos e contribuintes de impostos;

d) – obrigação, lançamento de crédito, prescrição e decadência tributária:

e) – adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

§ 4º- O Município poderá instituir contribuições cobradas de seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência r assistência social.

SUB-SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 70 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrarem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou dinheiro;

III – cobrar tributos;

a) – em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) – no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao trafego de pessoas ou bens por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

VI – instituir imposto sobre:

a) – patrimônio, renda ou serviço da união ou do Estado;

b) – templos de qualquer culto;

c) – patrimônio, renda ou serviço de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades judiciais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) – livros, jornais e periódicos;

VII – estabelecer diferença tributária a bens e serviços de qualquer natureza, em razão de suas procedência ou destino.

§ 1º - A vedação do inciso VI “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados à sua finalidade essencial ou às finalidades dela decorrentes.

§ 2º - A vedação do inciso VI, “a”, e a do parágrafo anterior, não se aplicam ao patrimônio, a renda e aos servidores relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos provados ou onde haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso VI, alínea “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadoria e serviços.

§ 5º - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através de Lei Municipal especial.

SUB-SEÇÃO III

Dos Tributos Municipais

Art. 71 – Compete ao Município constituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão intervivos, a qualquer titulo por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acesso físico e de direito reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição;

III – vendas a varejo de combustíveis liquido e gasoso exceto óleo diesel;

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado definida em lei Complementar Federal.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos do Código Tributário municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II;

a) – não incide sobre a transmissão de bens ou direito incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante do adquirinte for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual sobre a mesma operação.

§ 4º - As alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV não poderão ultrapassar o limite fixado em lei complementar Federal.

SUB-SEÇÃO IV

Das Receitas Tributárias Repartidas

Art. 72 – pertence ao Município:

I – o produto de arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir ou mantiver;

II – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis nele situados;

III – cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre as propriedades de veículos automotores licenciados em seu território;

IV – a sua parcela dos vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de transporte interestadual e intermunicipal, ICM, na forma do parágrafo seguinte.

Parágrafo Único – A lei estadual que se dispuser sobre a repartição tributaria do ICMS, assegurará, no mínimo, que três quartas partes serão na proporção do valor adicionado nas operações relativa à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizados em seu território.

Art. 73 – A União entregará ao Município, através de Fundo de Participação dos Municípios, FPM, em transferências mensais na proporção do índice apurado pelo Tribunal de Contas da União, a sua parcela dos vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, deduzido o montante arrecadado na fonte pertencente a Estados e Municípios.

Art. 74 – O Estado repassará ao Município sua parcela dos vinte e cinco por cento relativo aos dez por cento que a União lhe entrega do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, na forma do parágrafo único do artigo 72.

Art. 75 – É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego de recursos atribuídos ao Município nesta sub-seção, neles compreendidos os adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo Único – A União e o Estado podem condicionar a entrega dos recursos ap pagamento de créditos e não pagos.

Art. 76 – O Município acompanhará o calculo das quotas e a liberação de sua participação nas receitas tributárias a serem repartidas pela União e pelo Estado, na forma da lei Complementar Federal.

Art. 77 – O Município divulgará, até o último dia do mês subseqüente ao da arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadado e os recursos recebidos, discriminados por distritos.

Art. 78 – O exercício financeiro abrange as operações relativas as despesas e receitas autorizadas por lei, dentro do respectivo ano financeiro, bem como todas as variações verificadas no patrimônio municipal, decorrentes da execução do orçamento.

SEÇÃO II

Das Finanças Públicas

SUB-SEÇÃO I

Das Normas Gerais

Art. 79 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano Plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que estabelecer o plano plurianual, estabelecerá, por distrito, bairros e regiões, as diretrizes objetivos e meta da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, assim como para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, que orientará a elaboração e aprovação da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo, publicará, até trinta dias após encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais, de bairros, regionais e setoriais previsto na Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciado pela Câmara Municipal.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá;

I – orçamento fiscal referente aos poderes legislativo e executivo, seus fundos, ó órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive funções instituídas e mantidas pelo poder público municipal.

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito de voto.

III – a proposta da lei orçamentária será acompanhada de demonstrativos regionalizados de efeito sobre despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e benefícios de natureza financeira e tributária.

§ 6º - os orçamentos previstos no § 5º, inciso I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções, a de reduzir desigualdades entre distritos, bairros e regiões segundo critério populacional.

§ 7º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei.

§ 8º - Obedecerão às disposições da lei complementar Federal especifica as leis municipais referente a:

I – exercício financeiro;

II – vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

III – normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como instituição de fundos.

Art. 80 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e as diretrizes orçamentárias e a proposta de orçamentos anual serão apreciados pela Câmara municipal, na forma do Regimento Interno, respeitados os dispositivos deste artigo.

§ 1º - Caberá a Comissão Permanente de Finanças:

I – examinar e emitir parecer sobre projetos as propostas referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – examinar, e emitir parecer sobre planos programas municipais, de bairros, regionais e setoriais nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária,sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal criadas de acordo com o art. 36 + 2º.

§ 2º - As emendas só serão apresentadas perante a Comissão, que sobre elas emitirá parecer escrito.

§ 3º - As emendas à proposta do orçamento anual aos projetos que modifiquem somente podem se aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) - dotação para pessoal e seus encargos:

b) – serviço de divida Municipal.

III – Sejam relacionados:

a) – com a correção de erros ou comissões;

b) – com dispositivos do texto da proposta ou do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com plano plurianual.

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação no projeto e proposta a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - não enviados no prazo previsto na lei complementar referida n o§ 9º, do artigo 79, a Comissão elaborará, nos trinta dias seguintes, os projetos e propostas de trata este artigo.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos e propostas mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta sub-seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição da proposta do orçamento anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e especifica autorização legislativa.

Art. 81 – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedem os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operação de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares e especiais com a finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesas, a destinação de recursos para a manutenção de créditos por antecipação de receita;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa, por maioria absoluta, ou sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, por maioria absoluta;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, por maioria absoluta, de recursos do orçamento anual para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas fundações ou fundos do município;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza sem a prévia autorização legislativa, por maioria absoluta.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou em lei que autorize a inclusão, sob pena de crime contra a administração.

§ 2º -Os créditos especiais extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício caso em que, reabertos os limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário sempre será permitido para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidades públicas, pelo Prefeito como medida provisória, na forma do art. 42.

§ 4º - Despesas com festas ou comemorações sem prévia autorização da Câmara municipal.

§ 5º - Realizar, despesas com aluguéis de âmbito Estadual, para qualquer finalidade, ressalvado caso de caráter especial, com prévia autorização da Câmara Municipal.

§ 6º - Qualquer tipo de convênio com a Prefeitura e outra entidade sem autorização da Câmara Municipal.

Art. 82 – Os recursos correspondentes ás dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados á Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregue até o dia vinte e cinco de cada mês.

Art. 83 – As despesas com pessoal, ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar Federal, que é de sessenta e cinco por cento do valor das despesas correntes.

Parágrafo Único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, só poderão ser feitas:

I- se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender ás projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II- se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

CAPITULO V

SEÇÃO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica e Social

Art. 84 – O Município de Nova Brasilândia, na sua circunscrição territorial de dentro sua competência constitucional, assegura a todos, dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna, observados os seguintes princípios;

I – autonomia Municipal;

II – propriedade privada;

III – fundação social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente;

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca de pleno emprego;

IX – tratamento diferenciado e de favorecimento para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno e médio porte micro-empresas.

§ 1º - É assegurado a todos, o livre exercício de qualquer atividade econômica legalmente constituída, independentemente de autorização dos órgãos públicos municipais. Salvos nos casos previstos em lei.

§ 2º - Na aquisição de bens e serviços, o poder público Municipal dará tratamento preferencial, na forma da lei, às empresas brasileiras de capital.

§ 3º - A exploração direta da atividade econômica pelo Município só será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar que, dentre outras coisas especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedades de economia mista ou entidades que criar ou mantiver.

I – regime jurídico das empresas privadas inclusíveis quanto as obrigações trabalhistas e tributarias;

II – proibição de privilégios fiscais não extensivos ap setor privado;

III – subordinação a uma secretaria municipal;

IV – adequação da atividade ao Plano Diretor, ao plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

V – ter o orçamento anual aprovado pelo Prefeito Municipal;

Art. 85 – A prestação de serviços públicos pelo Município, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em lei complementar que assegurará:

I – exigência de licitação, em todos os cargos;

II – definição de caráter especial dos diversos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade forma de fiscalização e rescisão;

III – os direitos dos usuários;

IV – a política tarifária;

V – a obrigação de manter o serviço adequado.

Art. 86 – O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 87 – São gratuitas para os reconhecidamente pobres as expedições de Certidões e Documentos pelo Poder Público Municipal.

SEÇÃO II

Da Política Urbana

Art. 88 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público Municipal, conforme diretrizes fixadas em leis tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade cumpre a sua função quando atende as exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no Plano Diretor.

§ 3º - Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo nos casos do inciso III, do parágrafo seguinte.

§ 4º - Com a colaboração da Sociedade:

I – regularização fundiária;

II – dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;

III – solução do “déficit” habitacional e dos problemas de Sub-Habitação.

§ 5º -O proprietário do solo urbano incluído, no plano diretor, com área não edificada ou não utilizada, nos termos da Lei Federal, deverá promover o seu adequado aproveitamento sob pena de sucessivamente :

I- parcelamento ou edificação compulsórios;

II- imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano progressivo no tempo;

III- desapropriação com pagamento mediante título da dívida pública municipal de emissão de até dez anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 6º - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, no prazo de três meses, a contar da data da promulgação da Lei Orgânica, Projeto de Lei definindo o Plano Diretor, do Município de Nova Brasilândia.

§ 7º - O Poder Público Municipal promoverá os aterros para a construção das calçadas no perímetro urbano.

Art. 89 – O Plano Diretor do Município contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrente da expansão urbana

Art. 90 – Aquele que possuir como sua, independentemente do seu estado civil, uma área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptos, e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja propriedade de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 91 – São isentos de tributos os veículos de tração e os demais instrumentos de trabalho dos pequenos agricultores, empregados no serviço da própria lavoura o uno transporte de seus produtos, inclusive maquinários e implementos de pequeno porte.

Art. 92 – O Poder Executivo do Município de nova Brasilândia criará e implantará em áreas de terras cultiváveis do Município hortas profissionalizantes.

§ 1º - Entende-se por horta profissionalizante um programa de profissionalização pelo trabalho agrícola, através de qualquer cidadão desempregado, residente e domiciliado no Município, reúnem-se uma atividade de mútua cooperação, visando a produção de hortifrutigranjeiros organizando-se dividindo o trabalho e razeando entre si o resultado da produção.

§ 2º - Todos os proprietários de datas ou lotes deverão mantê-los limpos.

§ 3º - fica proibida a instalação de circos, clubes, salão de baile, parques de diversões ou qualquer tipo de poluição sonora, nas proximidades de templos, escolas, bibliotecas, hospitais e outros, respeitando o limite de 200 (duzentos) metros.

Art. 93 – O Munícipe reconhecidamente pobre, com renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, será excluídos dos encargos oriundos das construções residenciais que atinjam o limite máximo de 48 (quarenta e oito) metros.

Art. 94 – Os prédios e logradouros públicos somente poderá receber nomes de pessoas falecidas há pelo menos um ano e sua alteração somente será admitida pelo voto de 2/3 (dois terços) dos vereadores.

SEÇÃO III

Da Política do desenvolvimento Rural

Art. 95 – A política do desenvolvimento tem como objetivo, o desenvolvimento sócio-econômico de meio rural fixando o homem a terra dando-lhe um padrão de vida digna do ser humano.

Art. 96 – As terras públicas ocupadas por terceiros sem os respectivos títulos jurídicos, tendo os possuidores outras áreas, será a mesma retomada pelo Município através de medidas jurídicas.

Parágrafo Único – Uma vez devolvida ao patrimônio do Município a terra será destinada ao assentamento de trabalhadores rurais.

Art. 97 – Qualquer propriedade que adjudicar água pública tem o direito de uso para fins agrícolas por intermédio dos servidores das passagens dos respectivos canais

Art. 98 – Ao Município compete, intervir, nos limites de sua competência no regime de utilização das terras e suas limitações podendo estabelecer redistribuição econômica e fundiária, prevenir e corrigir o uso antisocial da propriedade e promover a justiça social.

Art. 99 – O Município elaborará no que não conflitar com o plano Nacional de reforma agrária, medidas de execução meio, instrumento e recursos ao seu alcance.

Art. 100 – As normas políticas fundiárias e de assentamento, serão definidas e executadas de maneira democrática envolvendo todos os seguimentos da atividade rural por conselho Deliberativo.

Parágrafo Único – Será criado na lei especifica o Conselho de Política Fundiária, como órgão normativo das atividades descritas no “caput” do artigo.

Art. 101 – O Conselho Deliberativo será composto por representante do poder público, dos produtores rurais, das entidades afins.

Art. 102 – O título definitivo das terras públicas só será concedidos após 10 (dez) anos de permanência e uso da terra, e, não cumprindo sua função, retomará ao poder público em qualquer momento caso o ocupante não esteja cumprindo as normas pré-estabelecidas.

I – os assentamentos serão realizados de preferência em regiões e microregiões agricultáveis do Município;

II – serão compatibilizadas as ações de política fundiária, agrícola e de meio ambiente.

Art. 103 – Os proprietários rurais que tiverem suas terras beneficiadas por projeto do poder público pagarão a contribuição de melhoria definida em lei e será aplicado em assistência técnica aos projetos.

Art. 104 – As estradas vicinais do Município deverão ter margem de no mínimo 10 (dez) metros de ambos os lados, devendo os proprietários cumprir estes limites ao construir cercas.

Art 105 – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem estar social.

Art. 106 – O Município combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.

Art. 107 – O Município com o apoio do estado e colaboração das associações promoverão programa de interesses sociais que visem priorizar:

I – regularização fundiária;

II – doação de infra-estrutura básica de equipamentos sociais;

III – solução do déficit habitacional e dos problemas da sub-habitação;

Art. 108 – Os agricultores que tiverem terras atingidas pela execução de projetos público Estadual ou Municipal, como parques ecológicos, vias de transportes ou barragens, serão indenizados mediante a outorga definitiva do imóvel de característica e valor equivalente ou em dinheiro, se o preferem no valor do mercado imobiliário regional, com o pagamento no ato da escrituração de transferência, ou até dois anos após o início das obras, conforme art. 331 da Constituição Estadual.

Parágrafo Único – São assegurados os valores real da indenização e os juros legais, na forma da lei.

SEÇÃO IV

Das Rodovias Municipais

Art. 109 – As estradas municipais e as áreas contíguas aos seus leitos carroçáveis sofrerão tratamento especial da legislação em vista a necessidade de sua preservação, além da defesa efetiva do meio ambiente, da seguranção dos cidadãos e arquitetônico da cidade e das vilas.

SEÇÃO V

Processo Administrativo

Art. 110 – Os atos administrativos constitutivos e disciplinares serão expedidos e os contratos públicos serão autorizados ou resolvidos por decisão proferida pela autoridade competente ao término do processo administrativo.

Art. 111 – O processo administrativo, autuado, protocolado e numerado, terá inicio mediante provocação do órgão, da entidade ou da pessoa interessada, devendo conter, outras peças:

I – a descrição dos fatos e a indicação do direito em que se fundamenta o pedido ou providencia administrativa;

II – a prova do preenchimento de condições ou requisitos legais ou regulamentares;

III – os relatórios e pareceres técnicos ou jurídicos necessários ao esclarecimento das questões sujeitas à decisão;

IV – os atos designativos de comissões ou técnicos ou atuarão em funções de apuração postagem;

V – notificação e editais, quando exigidos por lei ou regulamento;

VI – termos de contratos ou instrumentos equivalentes;

VII – certidão ou comprovante de publicação dos despachos que formulem exigências ou determinem diligencia;

VIII – documentos oferecidos pelos interessados, pertinentes ao objeto do processo;

IX – recursos eventualmente interpostos.

SEÇÃO VI

Da Ordem Social

SUB-SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 112 – A ordem social tem por base, o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça social, com a garantia dos direitos sociais à segurança, à previdência social, á proteção, á maternidade, a infância e a assistência aos desamparados.

Art. 113 – O Município assegurará, em seus orçamentos anuais a sua parcela de contribuição a fim de financiar a seguridade social.

Art. 114 – é inviolável à liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e ás suas liturgias.

SUB-SEÇÃO II

Da Saúde

Art. 115 – Saúde é resultado das condições de alimentação, renda meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso aos serviços da saúde, constituindo-se direito de todos e dever do Município, solidariamente com os poderes públicos estadual e Federal.

Art. 116 – O nível municipal do Sistema Único de Saúde é integrado por:

I – todas as instituições públicas Federais, Estaduais e Municipais de prestação de serviços e ações aos indivíduos e às coletividades, de promoção, proteção, recuperação da saúde;

II – todas as instituições públicas Federais, Estaduais e Municipais de controle de qualidade na área de saúde, pesquisa, produção de insumos e equipamento para a saúde, desenvolvimento de recursos humanos em saúde e os hemocentros;

III – todos os serviços privados de saúde, exercidos por pessoa física ou jurídica;

IV – pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º - Os servidores referidos nos incisos I e II deste artigo constituem em rede integrada.

§ 2º - A decisão sobre a contratação ou convênio de serviços privados cabe ao Conselho Municipal de Saúde, quando os serviços forem de abrangência municipal.

Art. 117 – O Sistema Único de Saúde terá Conselho de Saúde Municipal com instancia deliberativa.

Parágrafo Único – Os Conselhos de Saúde compostos paritariamente por 1/3 (um terço) de entidades representativas, dos usuários, 1/3 (um terço) de representantes de trabalhadores de setor de saúde e 1/3 (um terço) representantes de prestadores de serviços de saúde, serão regulamentados pelo código de saúde.

Art. 118 – compete aos Conselhos de Saúde:

I – propor a política de saúde elaborada por uma conferência de saúde, convocada pelo respectivo conselho;

II – deliberar sobre questões de coordenação, gestão, normatização e acompanhamento das ações e serviços de Saúde.

Art. 119- As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde segundo diretrizes desta, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as lucrativas.

Parágrafo Único – São vedados quaisquer incentivos fiscais e a destinação às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 120 - Compete ao Sistema Único de Saúde:

I – organizar e manter, com base no perfil epidemiológico do Município, uma rede de serviços de saúde com capacidade de atuação em promoção de saúde, prevenção da doença, diagnostico, tratamento e reabilitação dos doentes;

II – garantir total cobertura assistencial à saúde mediante a expansão da rede pública com serviços próprios dos órgãos do setor público, preservadas as condições de qualidade e acessibilidade nos vários níveis;

III – organizar e manter registro sistemático de informação de saúde e vigilância, ambiental, da saúde do trabalhador, epidemiológica, visando ao conhecimento dos fatores de saúde da coletividade;

IV – abastecer a rede pública da saúde, fornecendo, repondo e mantendo os insumos e equipamentos necessários ao seu funcionamento;

V – desenvolvendo a produção de medicamentos vacinais, soros e equipamentos, estratégicos para a autonomia tecnológica e produtiva;

VI – organizar a atenção odontológica, prioritariamente, para crianças de seis a quatorze anos de idade, visando a preservação de cárie dentária;

VII – estabelecer normas mínimas de engenharia sanitária, para edificação de estabelecimentos de saúde de qualquer natureza;

VIII – estabelecer normas de vigilância e fiscalização de estabelecimentos de saúde de qualquer natureza em todo Estado.

Art. 121 – A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Art. 122 – É dever do serviço de saúde fornecer ao cidadão e a coletividade:

I – as informações concernentes a horário de funcionamento dos serviços e jornadas de trabalho de servidores devendo afixa-las em cada unidade em quadro próprio e em local visível aos usuários.

II – quando, ao se sentir prejudicado, qualquer cidadão pela falta de informações, podendo o mesmo acompanhar a tramitação do processo.

Art. 123 – o Município, independentemente dos recursos Estaduais, Federais e transferências, destinará recurso mínimo da ordem de 13% (treze

por cento) do orçamento municipal para a promoção e manutenção da saúde comunitária, através de programação de medicina preventiva e curativa na área urbana e rural.

§ 1º - Este valor, devido ao seu caráter social e devido a sua abrangência só poderá ser modificado através de plebiscito popular, prevalecendo a decisão que obtiver maioria absoluta.

§ 2º - Prestar assistência médico-odontológica preventiva e curativa ambulatorial a todos os estudantes de 1º grau, matriculados na rede estadual, municipal e federal, que estiverem sob sua jurisdição.

a) esta assistência poderá ser prestada inicialmente, em regime de "Mutirão";

b) – todos os alunos deverão ter esta assistência médico-odontológica, no mínimo, duas vezes ao ano;

c) – os medicamentos e materiais necessários deverão ser fornecidos pelo Sistema Único de saúde (SUS).

Art. 124 – O Município integra, com a União e o Estado, através dos recursos para a seguridade social e de saúde o Sistema Único de Saúde – SUS, cujas ações e serviços públicos na sua circunscrição territorial, são por ele dirigidos, com as seguintes diretrizes.

I – atendimento integral, com prioridade para atividades previstas, sem prejuízo dos servidores dos serviços assistenciais;

II – participação da comunidade,

§ 1º - assistência a saúde é livre para iniciativa privada;

§ 2º - as instituições privadas poderão participar de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato público ou convenio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 3 º - É vedada ao Município a destinação de recursos públicos para auxilio e subvenção as instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 125 – Ao Sistema Único de Saúde – SUS, compete além de outras atribuições, nos termos da Lei:

I – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesses para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos imunológicos, hemoderivados e outros insumos;

II – executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III – ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV – participar da formação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento cientifico e tecnológico;

VI – fiscalizar e inspecionar alimentos, assim compreendidos o controle do seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radicativos;

VIII – colaborar na proteção do meio ambiente nele compreendido o do trabalho.

SUB-SEÇÃO III

Da Assistência Social

Art. 126 – O Município executará, na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, consoante normas gerais emanadas da legislação Federal, os programas de ação governamental na área de assistência social, com recursos do orçamento da seguridade social do município, do Estado e outras fontes.

§ 1º - As entidades beneficientes e de assistência sociais do Município poderão integrar os programas referido no "caput" deste artigo.

§ 2º - A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participará na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Art. 127 – Os programas de assistências social beneficiará quem dela necessitar, independente de sua contribuição à seguridade social e terá como objetivo:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice.

II – o amparo as crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e promoção de sua integração a vida comunitária.

SEÇÃO IV

Da Educação, da Cultura e do Desporto

SUB-SEÇÃO I

Da Educação

Art. 128 – O Município manterá o seu sistema de ensino em colaboração com a União e o Estado, atuado prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Parágrafo Único – Nos dez primeiros anos de promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinqüenta por cento (50%) do recurso a que se refere o artigo 212 da Constituição Federal, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Art. 129 – O ensino ministrado nas escolas municipais será gratuito.

§ 1º - Os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

I – 35% (trinta e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de imposto, compreendida também a proveniente de transferência;

II – as transferências especificas da União e do Estado;

§ 2º – Os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos também as escolas comunitárias, confessionais filantrópicas, inclusive as que mantenham cursos profissionalizante, na forma da lei e desde que atendidas as prioridades da rede de ensino do município.

§ 3º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou a sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Art. 130 – integram o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte alimentação e assistência à saúde, conforme art. 212 § 4º da Constituição Federal.

Art. 131 – O Município promoverá ainda:

I – o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física e mental;

II – atendimento em creche às crianças de zero a seis anos de idade;

III – ensino noturno regular;

IV – igualdade de condição para acesso, garantido na forma da lei, plano de carreira para o Magistério público, com piso salarial profissional e ingresso por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo município;

V – valorização dos profissionais do ensino, garantindo na forma da lei, plano de carreira para o Magistério púbico, com piso salarial profissional e ingresso por concurso público único para todas as instituições mantidas pelo município;

VI – gestão democrático do ensino público;

VII – garantia do padrão de qualidade;

VIII – cursos permanentes de atualização e aprimoramento de professores leigos.

SUB-SEÇÃO II

Da Cultura

Art. 132 – O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais,prioritariamente as diretamente ligadas à história de Nova Brasilândia, à sua comunidade e aos seus bens.

Parágrafo Único – Compete à Prefeitura Municipal a obrigatoriedade de celebrar convênio com a União, o Estado, o Município e organismos públicos ou privados, com a finalidade de promover o bem estar da comunidade e a melhoria das condições culturais do povo, especialmente da juventude e da infância.

Art. 133 – Ficam sobre a proteção do município os conjuntos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, ecológico e cientifico tombados ou não poder público municipal.

Art. 134 – O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais e da memória da cidade e realizará concursos, exposições e publicações para a sua divulgação.

Parágrafo Único – O acesso à consulta aos arquivos da documentação oficial do Município é livre para qualquer cidadão, devendo o poder público instalar e administrar uma biblioteca para a comunidade.

SUB-SEÇÃO III

Do Desporto e do Lazer

Art. 135 – O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e a promoção desportiva das agremiações locais.

Parágrafo Único – O poder público municipal estabelecerá programas e projetos de construção e manutenção de equipamentos esportivos comunitários, com a possibilidade de utilização por pessoas deficientes.

Art. 136 – O Município incentivará o lazer com forma de promoção social.

Art. 137 – O Município fará instalar e administrará biblioteca pública no Distrito da sede, para atendimento à comunidade.

SUB-SEÇÃO IV

Do Meio Ambiente

Art. 138 – Todos tem direito ao meio ambiente ecológico equilibrado, bem de uso comum do povo e essencialmente à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a comunidade o dever de defende-lo para as presentes e as futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Município:

I – preserva e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e sistemas;

II – definir, em lei complementar, os espaços territoriais do município e seus componentes a serem especialmente protegidos e a forma da permissão para a alteração, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção;

III – exigir, na forma da lei, para a instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, estudos práticos de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IV – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substancias que se constituem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente;

V – promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para preservação do meio ambiente;

VI – proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da lei, as praticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoque extinção de espécies ou submetam animais a crueldades;

VII – exigir distanciamento das indústrias e outras atividades potencialmente poluidoras de no mínimo seiscentos metros em relação às zonas residenciais ou zona de uso múltipla;

VIII – exigir distanciamento dos depósitos finais ou temporários de resíduos, industriais e hospitalares de no mínimo quinhentos metros com relação a outras zonas previstas na legislação municipal, sendo vedada a instalação desses depósitos, quando houver perigo de contaminação dos mananciais de águas ou dos aqüíferos.

IX – através da Secretaria Municipal de Agricultura, fiscalizar, orientar e fornecer máquinas aos proprietários de terras rurais ou lotes urbanos, que não tiverem adequados para as construções das curvas de nível.

§ 2º - As praias, as encostas e as mantas ribeirinhas compreendidas dentro do território do município ficam sob sua guarda e proteção e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades avaliadas e consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas física ou jurídica, as sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 139 – O Poder Público adotará programa específico relativo ao uso, à conservação à proteção e ao controle dos recursos hídricos superficiais, adotando os seguintes critérios:

a) - obrigatoriedade da conservação e proteção das águas e a inclusão, no Plano Diretor municipal, de áreas de preservação para abastecimento da população, inclusive, através da implantação de matas ciliares nos cursos d'água;

b) – zoneamento de áreas inundáveis freqüentes e adoção de praticas que evitem a maior velocidade de escoamento a montante por retenção superficial para impedir inundações;

c) – implantação de sistema de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde pública, por ocasião de eventos hidrológicos indesejáveis;

d) – condicionar toda autorização de funcionamento edificação ou exploração, á aprovação prévia, por organismos estaduais de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos;

e) – implantação de programas permanentes buscando a racionalização do uso das águas para abastecimento público e industrial e para irrigação.

Art. 140 – Ficam vedados na forma da lei, nos limites do Município, a pescaria no período da piracema, bem como a caça amadora ou profissional em qualquer época, assim como a apreensão de animais silvestres, exceto com autorização dos órgãos competentes, inclusive de criatório autorizados pelo governo.

SUB-SEÇÃO V

Da Reserva indígena

Art. 141 – Os poderes públicos do Município de Nova Brasilândia, em conjunta com a administração estadual, federal e dos municípios de Vera e Paranatinga, promoverão a proteção e assistência da comunidade indígena da tribo Bakayri e as terras de sua reserva.

§ 1º - A política de proteção e assistência à comunidade indígena compreende, além das ações previstas nas Constituição Estadual e Federal, os programas de conscientização dos povos dos municípios onde se situa a

reserva quanto aos seus deveres em relação ao respeito, as tradições e a medicina, assim como a escolarização dos indígenas.

§ 2º - O município de Nova Brasilândia, no desenvolvimento da política de proteção e assistência à comunidade de Bakayri, promoverá à implantação de serviços permanentes de saúde e educação.

SUB-SEÇÃO VI

Do deficiente, da Criança e do Idoso.

Art. 142 – A lei disporá sobre a exigência e adaptação, de logradouros, dos edifícios públicos e dos veículos de transporte coletivo a fim de garantir acesso adequado as pessoas portadoras de deficiência física ou sensorial.

Art. 143 - O Município promoverá os programas de assistência á criança, aos idosos e aos deficientes.

Parágrafo Único – Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida gratuidade do transporte coletivo urbano, assim como às pessoas de qualquer idade portadora de deficiência física ou sensorial com reconhecida dificuldade de locomoção, bem como seus acompanhantes.

I – as pessoas idosas, deficientes e gestantes terão prioridades nos atendimentos dos Posto de Saúde, Hospitais, no setor público municipal;

II – a mãe presidiária terá direito de amamentar o seu filho.

III – fica isento de pagar, qualquer taxa de imposto municipal as pessoas acima de 60 (sessenta) anos de idade, que ganhe até 02 (dois) salários mínimos.

Art. 144 – Em colaboração com a União, o Estado e outros municípios, promoverá o município de Nova Brasilândia a solução para os problemas dos menores abandonados e desajustados através de processos adequados de permanente recuperação.

Art. 145 – É dever dos poderes públicos de Nova Brasilândia, assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade do direito à vida á saúde, à alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à convivência familiar e comunitária, bem como coloca-lo a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência e maltratos.

Art. 146 – Todas as crianças, os adolescentes e os deficientes terão direito ao atendimento imediato e gratuito tanto medico quanto psicológico, nos casos de exploração sexual, pressão psicológica e intoxicação por drogas.

Art. 147 – Fica a cargo da Prefeitura Municipal a obrigatoriedade de zelar pela saúde e assistência pública, proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência física.

CAPITULO VI

Da Administração Pública

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 148 – A administração pública municipal indireta ou fundacional de ambos os poderes, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – as investiduras em cargos ou empregos públicos dependem de aprovação prévia em concurso público de provas ou de título para os casos de exigência de nível superior, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade de concurso público será de dois anos prorrogável por uma vez ou por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargos ou empregos na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI – a lei reservará percentual dos cargos em empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

VII – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

VIII – nenhum servidor municipal perceberá remuneração inferior ao salário mínimo municipal;

IX – a lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos municipais, observando como limite máximo, o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal;

X – revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem distinção de índice, far-se-á sempre na mesma data;

XI – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo poder Executivo;

XII – É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração do pessoal de serviço municipal, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 150, § 1º;

XIII – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público municipal não serão computados e nem acumulados para fins de concessão de acréscimo sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIV – os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração observará o disposto neste artigo, inciso XI e XII, o período da isonomia, a obrigação do pagamento do imposto de renda retido na fonte, excetos os aposentados com mais de sessenta e cinco anos;

XV – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, da seguinte forma:

a) – a de dois cargos de professor;

b) – a de um cargo de professor com outro de técnico ou cientifico.

c) – a de dois cargos privativos de médico;

XVI – a proibição de acumular se estende a empregos funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público municipal;

XVII – nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuições do cargo que ocupa, a não ser em substituição se acumulada, com gratificação de lei;

XVIII – a administração fazendária seus servidores terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, procedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente através de lei especifica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquia ou fundações públicas;

XX – depende da autorização legislativa em cada caso, a criação, de subsidiarias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação dessas empresas privadas;

XXI – ressalvados os casos determinados na legislação Federal especifica, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com clausulas que estabeleçam obrigações de pagamentos, antes das condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável á garantia do documento das obrigações;

XXII – o poder publico municipal deverá através de concurso, constituir quadro de agente de fiscalização, com escolaridade mínima de 2º grau.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos municipais serão disciplinadas em lei;

§ 4º - Os atos de improbidade administrativas importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação prevista na Legislação Federal, sem prejuízo da ação penal cabível;

§ 5º - O Município e os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos terceiros, assegurados o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 149 – Ao servidor público Municipal de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função;

a) – investido no mandato de Prefeito Municipal lhe é facultado optar pela sua remuneração;

b) – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários poderá acumular a remuneração com as vantagens de seu cargo eletivo, caso contrario se aplica a norma da alínea “a”;

II – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

III – para efeito de beneficio previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 150 – O Município buscará por todos os meios ao seu alcance a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

Parágrafo Único – Para fins deste artigo, entende-se como associação representativa, qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus filiados, independentemente de seus objetivos e natureza jurídica.

Art. 151 – O Município, reconhecendo que a comunicação é um bem cultural e um direito inalienável de todo o cidadão, incentivará:

I – o pluralismo e a multiplicidade das fontes de informações;

II – o acesso dos profissionais de comunicação às fontes de informações;

III – o acesso de todo cidadão ou grupo social às técnicas de produção e de transmissão de mensagens;

IV – o acesso de todo cidadão ou grupo social às mensagens que circulam no meio social;

V – a participação da sociedade, através de suas entidades representativas, na definição das políticas de comunicação;

VI – o surgimento de emissoras de radiodifusão de baixa potencia, geradas por entidades educacionais, culturais e que representam a sociedade civil.

SEÇÃO II

Dos Servidores Municipais

Art. 152 – O regime jurídico único dos servidores, administração publica direta, das autarquias e das fundações públicas é o estatutário, vedada qualquer outra vinculação de trabalho.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes de mesmo poder ou entre servidores do poder executivo e legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local do trabalho;

§ 2º - aplica-se aos servidores municipais os seguintes direitos:

I – salário mínimo fixado em lei Federal com reajuste periódico;

II – irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IV – remuneração do trabalho noturno superior a do trabalho diurno;

V – salário familiar para os seus dependentes;

VI – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e três semanais para os servidores burocráticos e quarenta horas semanais para os demais;

VII – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos;

VIII – remuneração dos servidores extraordinários superior, no mínimo, em cinqüenta por cento do normal;

IX – gozo de férias anuais com remuneração superior em pelo menos cinqüenta por cento à normal;

X – licença gestante, remunerada, de cento e vinte dias;

XI – licença paternidade, nos termos da lei;

XII – proteção do mercado de trabalho da mulher, nos termos da lei;

XIII – redução dos riscos inerentes ao trabalho;

XIV – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XV – proibição de diferença de salário, de exercício de função e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor, religião ou estado civil;

XVI – acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o salário se o funcionário tiver o terceiro grau completo;

XVII – licença-prêmio de três meses a cada qüinqüênio, metade em pecúnia e metade em férias ou critério do funcionário;

XVIII – auxilio funeral para funcionário, conjugue e parente de primeiro grau;

XIX – funcionários estudantes do terceiro grau terão direito de três faltas mensais com comprovantes de faculdade onde estuda;

XX – todos os funcionários que completarem cinco anos de serviço, após a promulgação da Constituição Federal, terão direito e vantagens dos funcionários efetivos do executivo e legislativo de Nova Brasilândia, sendo garantida a sua estabilidade funcional;

Art. 153 – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviços, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei e proporcionais nos demais casos;

II – voluntariamente;

a) – aos trinta e cinco anos de serviços se homem e aos trinta anos se mulher, com proventos integrais;

b) – aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério se professor e vinte e cinco anos se professora, com proventos integrais;

c) – aos trinta anos, se homem e vinte e cinco se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

d) – aos sessenta e cinco anos, se homem e aos sessenta anos se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – compulsoriamente;

a) – aos setenta anos de idade para homem;

b) – aos sessenta e cinco anos de idade para mulher.

§ 1º - O servidor no exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, terá reduzido tempo de serviço e a idade para efeito de aposentadoria, na forma da alei complementar Federal.

§ 2º - O tempo de serviço público Federal, Estadual ou de outros Municípios será computado integralmente para efeitos de aposentadoria.

§ 3º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei;

§ 4º - O beneficio da pensão por morte será sempre correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 154 – São estáveis, após cinco anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público municipal, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização a proveito em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 155 – É livre a associação profissional ou sindical do servidor público na forma da lei Federal, observando o seguinte:

§ 1º - Haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações, todas de regime estatutário.

§ 2º - É assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais liberais, professores e da área de saúde, à associação sindical de sua categoria;

§ 3º - Os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio.

§ 4 º - A formação e filiação a sindicato de servidores públicos municipais obedecerá à legislação Federal que trata da matéria.

Art. 156 – O direito de greve assegurado aos servidores públicos municipais, não se aplica aos que exercem funções em serviços ou atividades essenciais, assim definidas em lei.

Art. 157 – A lei disporá em casos de greve, sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Art. 158 – É assegurado à participação dos servidores públicos municipais, por eleição, nos colegiados da administração pública em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam de discussão e deliberação.

SEÇÃO III

Dos Servidores Essenciais

Art. 159 – A municipalidade promoverá:

a) – a delimitação e fixação dos locais para estacionamentos de táxis e demais veículos, dentro dos limites do perímetro urbano;

b) – a fixação e sinalização, de acordo com a legislação Federal, das faixas de rolamento no município, os limites das zonas de silêncio e de transito em condições especiais, providenciando medidas de contenção para os abusos dos condutores de veículos e pedestres;

c) – a limpeza dos logradouros públicos, bem como a remoção e destino do lixo domiciliar e de detritos de qualquer natureza;

d) – a manutenção dos serviços e equipamentos de captação e televisão.

SEÇÃO IV

Das Informações, do Direito de Petição e das Certidões.

Art. 160 – Todos tem direito a receber dos órgãos públicos municipais, informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo geral, que serão prestadas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e das instituições publicas.

Esta Lei Orgânica do Município de Nova Brasilândia entrará em vigor na data da sua promulgação.

Nova Brasilandia, sala das Sessões, 05 de Abril de 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 014/2016, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos químicos, reagentes e equipamentos a serem utilizados na manutenção da água dos Distritos Colorado do Norte, Ouro Branco e Santana localizados no município de Nova Canaã do Norte – MT. Sagraram-se vencedoras as empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL
CLORO MATO GROSSO LTDA EPP	01	515,00
EDSON FURQUIM – ME	02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13	32. 140,00

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens das empresas acima citadas, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – sito na Av. Brasil, 27 – Bairro Centro – CEP 78.515-000 e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 04 de Maio de 2016

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 – SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 013/2016, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de fornecimento de refeições e marmitex em restaurantes do município de Nova Canaã do Norte – MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL
RUBENS COLOMBELLI – ME	01 e 02	43.690,80

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do

Norte – sito na Av. Brasil, 27 – Bairro Centro – CEP 78.515-000 e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 04 de Maio de 2016

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-seA Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 013/2016, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de fornecimento de refeições e marmitex em restaurantes do município de Nova Canaã do Norte – MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL
RUBENS COLOMBELLI – ME	01 e 02	43.690,80

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – sito na Av. Brasil, 27 – Bairro Centro – CEP 78.515-000 e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 04 de Maio de 2016

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO: 005/16/SMA/PMNG

RECURSO: FEDERAL

PRAZO: 04/05/2016 À 22/12/2016

CONTRATADA: **LUCILA APARECIDA DA CRUZ ANDRADE**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 880,00 (MENSAL)

DATAÇÃO: ELEMENTO: 3190.04.00.00.00: FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0006.1030

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO: 003/16/SMA/PMNG

RECURSO: PRÓPRIO

PRAZO: 15/04/2016 À 30/12/2016

CONTRATADA: **OSIANE DE BORBA SANTOS**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 880,00 (MENSAL)

DATAÇÃO: ELEMENTO: 3190.04.00.00.00: FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0013.1034

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2016-
ASSESSORIA JURÍDICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através dasua Pregoeira Oficial,torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º **13/2016**, cujo objeto é a **Seleção de melhor proposta objetivando o MENOR PREÇO/ GLOBAL na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria Jurídica em caráter suplementar e complementar ao Município de Nova Guarita- MT,** tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativas descritas em Edital.

Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **17/05/21016, às 08:30** horas. Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br. Recibos de retirada do edital devem ser enviados para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 04 de Maio de 2016.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO: 006/16/SMA/PMNG

RECURSO: FEDERAL

PRAZO: 04/05/2016 À 22/12/2016

CONTRATADA: **NEIDE NEUBURG**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 880,00 (MENSAL)

DATAÇÃO: ELEMENTO: 3190.04.00.00.00: FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0006.1030

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 095/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 009/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LUIZ MORETTO, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **ADIMILSON BRANDÃO MOURA,** brasileiro,casado, servidor Diretor do Departamento de Engenharia, inscrito no CPF/MF sob o nº 614.604.001-00, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 009/ 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 15 de abril de 2016.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 010/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: M. H. TOSTI;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017, ATENDENDO ÀS DETERMINAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI 101/00, CONFORME NORMAS DO PCASP E AS FONTES DE RECURSOS ESTABELECIDAS PELO TCE/MT, constantes no procedimento de Dispensa de Licitação 06/2016;

VALOR:R$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais);

VIGÊNCIA: 31/12/2016;

Nova Lacerda - MT, 12 de abril de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: SERGIO GALDINO DA SILVA - EPP;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E MÃO DE OBRA), DESTINADA A PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO EM COMUNIDADES RURAIS DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA, ATENDENDO A SECRETARIA DE AGRICULTURA, de acordo com as normas voltadas ao setor público, conforme Termo de Referência constante do Anexo I Edital do Pregão Presencial 046/2015;

VALOR:de R$ 35.705,66,00 (trinta e cinco mil setecentos e cinco reais e sessenta e seis centavos);

PRAZO: 11/04/2016 à 30/11/2016;

Nova Lacerda - MT, 11 de abril de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 011/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: TAIAMA RENT A CAR LTDA-ME;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO, PARA REMOÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, EQUIPADA COM ITENS EXIGIDOS PARA TAL SERVIÇOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA, POR UM PERÍODO DE 2 (DOIS) MESES, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSTANTES NO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016;

VALOR:R$ 11.199,84 (onze mil cento e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos);

VIGÊNCIA: 20/07/2016;

Nova Lacerda - MT, 20 de abril de 2016

–

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 098/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 011/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LUIZ MORETTO, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **IVAIR JOSÉ SALOMÃO COMAR,** brasileiro, Agente Administrativo, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.071.411-57, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 011/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 25 de abril de 2016.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 19/2016

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 19/2016

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 18/2016.

ABERTURA: 17 de maio de 2016 ás 08:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:30 ás 08:00 horas;

OBJETO: Contratação de empresa para Locação de estruturas físicas, equipamentos e prestação de serviços locução de rodeio, comercial, salva vidas, show humorístico (palhaço), juiz de rodeio, segurança e filmagem, para realização 14ª Exponova**.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 04 de maio de 2016.

JOSÉ CARLOS MONTEIRO JÚNIOR

Pregoeiro

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 096/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 010/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LUIZ MORETTO, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

de

1 – Designar o servidor **ROSICLEIA DOS SANTOS MARQUES,** brasileira, casada, Servidora Diretora do Departamento de Tesouraria e Contabilidade, inscrita no CPF/MF sob o nº 035.609.911-37, para acompanhar e

fiscalizar a execução do Contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 010/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 15 de abril de 2016.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 133/2016

EMENTA:NOMEIA FISCAL DA OBRA REFERENTE ao **CONTRATO Nº 012/2016** REFERENTE A **TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016**, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA MUNICIPAL NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT ATRAVÉS DO **CONVENIO 109/2015** DA SECID – MINISTÉRIO DAS CIDADES.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **JULIANO JARDIM CAMPOS**, Engenheiro Civil, **CREA - RN N.º 1200049071**, para fiscalizar a Obra referente ao **CONTRATO Nº 012/2016** REFERENTE A **TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016**, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA MUNICIPAL NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT ATRAVÉS DO **CONVENIO 109/2015** DA SECID – MINISTÉRIO DAS CIDADES, tendo como credor a Empresa **TOTTAL CONSTRUTORA LTDA –** CNPJ Nº 02. 669.5850001-62.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 04 dias do mês de Maio do ano de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 011/2016

SÚMULA: INSTITUI A SALA DE SITUAÇÃO MUNICIPAL DA DENGUE CONFORME DIRETRIZ GERAL SNCC/2015, NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista a diretriz geral SNCC/2015 do Ministério da Saúde,

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN) declarada pelo Ministério da Saúde em 12 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais para a prevenção e controle de epidemias de dengue do Ministério da Saúde em 2009;

CONSIDERANDO a intensificação das ações de mobilização e combate ao vetor (Aedes aegypti) transmissor das doenças Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, em cumprimento ao Plano Nacional de Enfrentamento a Microcefalia;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a **SALA DE SITUAÇÃO MUNICIPAL** do município de Nova Marilândia – MT, com o objetivo de colocar em prática o sistema de coordenação e controle da dengue, para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito Aedes aegypti, que será composta pelos seguintes membros:

NOME	CARGO
RENATO CEZAR DALFIOR	Secretário Municipal de Gabinete do Prefeito
DECIO SOARES MARTINS	Secretário Municipal de Administração
GISELE JUNQUEIRA SCHOROEDER	Secretária Municipal de Fazenda
FABIANY ROBERTA GOMES MERLIN GALLO	Secretária Municipal de Planejamento e Saneamento
APARECIDA CLESTIANE DA COSTA SOUZA	Secretária Municipal de Saúde
LINDOMAR COSTA NOGUEIRA	Chefe de Setor de Saúde Pública e Controle de Endemias
RENATA FERNANDA SANTOS SOUZA DE MOURA	Agente de Controle de Endemias
OSMARINA FERREIRA DALFIOR	Secretária Municipal de Assistência Social
MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO	Coordenadora do CRAS
GEOVANIO FRASNCISCO DA SILVA REIS	Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
MARIA DE LOURDE DALFIOR DE OLIVEIRA	Secretária Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo
JACKSON DOUGLAS ANDRADE RIBEIRO	Chefe de Departamento de Cultura
AGUINALDO MANHEZZO JUNIOR	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
PAULO WAGNER NOGUEIRA DIAS	Secretário Municipal de Infra Estrutura

Art. 2º - Os membros integrantes da Sala de Situação Municipal de que trata este Decreto, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 04 DIAS DE MAIO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ADESÃO 002/2016

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA ATRAVÉS DESTE RETIFICA PUBLICAÇÃO REALIZADO NO DIA 03 DE MAIO DE 2016, COM O TÍTULO EXTRATO DA ADESÃO 002/2016. ONDE SE LÊ R$ 4.393.932,00 DEVE LER-SE R$ 4.382.032,80.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PRESIDENTE DA CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 132/2016

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 012/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA MUNICIPAL NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA –

MT ATRAVÉS DO **CONVENIO 109/2015** DA SECID – MINISTÉRIO DAS CIDADES.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **GEOVANIO FRANCISCO DA SILVA REIS**, portador (a) do CPF de Nº 694.136.061-53, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo comissionado na função de Chefe de Departamento de Coleta de Entulhos, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 012/2016** REFERENTE A **TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016**, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA MUNICIPAL NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT ATRAVÉS DO **CONVENIO 109/2015** DA SECID – MINISTÉRIO DAS CIDADES, tendo como credor a Empresa **TOTTAL CONSTRUTORA LTDA –** CNPJ Nº 02.669.5850001-62.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 04 dias do mês de Maio do ano de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 028/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADO: VANDERLÉIA PASTOR DOS SANTOS

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público, é a prestação de serviços para exercer a função de **"Professora Pedagogia - CLT**", a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo de Nova Marilândia-MT, com uma jornada de 30 (trinta) horas semanais, reservado descanso semanal, em virtude de aumento dos alunos da rede pública municipal.

VALOR: R$ 2.402,58 (Dois mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos) mensais

DATA DE VIGÊNCIA: 02/05/2016 a 23/12/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 125/2016

EMENTA: EXONERA A SRª. **GERLAYNE SILVA OLIVEIRA** O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO "**MONITOR DE PROGRAMA"** DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

RESOLVENDO

Art. 1º - Exonera a partir do dia 30 de Abril de 2016 a Srª **GERLAYNE SILVA OLIVEIRA** do cargo em comissão de **MONITOR DE PROGRAMA,** lotada no Gabinete do Prefeitodo Município de Nova Marilândia - MT.

Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - A exonerada deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS. 26/04/2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 126/2016

EMENTA: NOMEIA A Srª. **GERLAYNE SILVA OLIVEIRA** PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO "**CHEFE DE SEÇÃO DE TELEFONIA E REPROGRAFIA"** DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear e empossar a partir do dia **01/05/2016** a Srª. **GERLAYNE SILVA OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 1438806-5 - SSP/MT e CPF nº 010.572.741-51, residente na Rua Marechal Rondon, S/Nº - neste município de Nova Marilândia - MT, para ocupar o cargo de provimento em comissão como "**CHEFE DE SEÇÃO DE TELEFONIA E REPROGRAFIA***"* lotadana Secretaria Municipal de Administração do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - A nomeada de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e a servidora nomeada por esta Portaria será remunerada na forma determinada pelas Lei Complementar Municipal Nº **725/2016** do dia 14 de Março de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS – 02/05/2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Nova Marilândia - MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

A **Prefeitura Municipal de NOVA MARINGÁ/MT**, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, nomeada pela Portaria nº 76/2016, **RESOLVE:**

I. Divulgar que NÃO HOUVE, recursos sobre a divulgação do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016;

II. Divulgar que NÃO HOUVE, candidatos inscritos na condição de Isentos no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016;

III. Divulgar que NÃO HOUVE, candidatos inscritos na condição de PD (Pessoas Deficientes) no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016;

IV. Divulgar a relação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 (anexo);

V. Divulgar que as **PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA**, serão realizadas às **14H00MIN**, do dia **08/05/2015** (DOMINGO), na **ESCOLA MUNICIPAL WILSON RIBEIRO – UNIDADE II**, localizada na **RUA LUCAS ABRÃO, 306W – BAIRRO JARDIM AMAZÔNIA – NOVA MARINGÁ – MATO GROSSO**. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de comprovante de inscrição e de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição. O candidato que chegar após o horário especificado, não poderá realizar a prova.

VI. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital nº 001/2015, contado da data da publicação deste Edital através do no endereço eletrônico: exata@w2consultores.com.br.

VII. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Maringá/ MT, 02 de Maio de 2016.

JOÃO BRAGA NETO - Prefeito Municipal

Edi Carlos Rodrigues Júlio - Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento

LUCIANA GARCIA HARALA - Secretária

Pedro Genior Gonçalves Farias - Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT

PROCESSO SELETIVO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RELATÓRIO DE INSCRITOS

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA
0000220	ADIMILSON APARECIDO RODRIGUES	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000970	ADIVANE ELIZA ZOTTIS	FISIOTERAPEUTA - SEDE
0000320	ADRIANA APARECIDA FERREIRA	APOIO ADM. EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENCAO) - SEDE
0000640	ADRIANA DA ROCHA	ZELADOR - BRIANORTE
0000740	AECIO DE LIMA	MOTORISTA DE AMBULANCIA - SEDE
0000950	AGENOR GOMES DOS SANTOS	COVEIRO - SEDE
0000700	ALESSANDRA PESTANA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0001050	APARECIDO JOSÉ DA SILA	APOIO ADM. EDUCACIONAL (MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR) - SEDE
0000670	BRUNA RIBEIRO DE BRITTO	NUTRICIONISTA - SEDE
0000180	CARLOS ALEXANDRE DOMINGOS	COLETOR DE LIXO - SEDE
0000840	CHARLES ALVES DA SILVA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000190	CICERO APARECIDO RODRIGUES	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000680	CLAUDIMARA DA SILVA ASSIS	ZELADOR - SEDE
0001070	CLAUDIO MATEUS TOMAZ	APOIO ADM. EDUCACIONAL (MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR) - SEDE
0000490	CLEDILENE SILVA BAROS	ZELADOR - BRIANORTE
0000530	CRISTIANA JOAO DE MACEDO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000110	DANIEL ALCANTARA FRANÇA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0001130	DANIEL PINHEIRO	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000410	DOUGLAS VIDAL DEMETRIO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE
0000730	EDEMAR OLIVEIRA PINHEIRO	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000750	EDIVALDO DE SOUZA BARBOSA	VIGIA - BRIANORTE
0000390	ELIZETE RIBEIRO DA SILVA	ZELADOR - SEDE
0000720	ELLANRED NEVES MARTINS	MOTORISTA DE AMBULANCIA - SEDE
0000380	ERICA SILVA NUNES DE ANDRADE	APOIO ADM. EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENCAO) - SEDE
0000910	FABIANE BEATRIZ DIAS POQUIVIQUI	ZELADOR - SEDE
0000600	FABIANE GOMES DE OLIVEIRA CHINOTTI	ZELADOR - BRIANORTE
0000230	FABIANO FELICIANO DE JESUS	VIGIA - BRIANORTE
0000550	FELIPE KAUE GONÇALVES DA SILVA PAULA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE
0000030	FRANCISCO SENO NETO	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0001100	GILMAR CARDOSO DE JESUS	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000470	GILMAR CORREIA	APOIO ADM. EDUCACIONAL (MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR) - SEDE
0000420	GRACIELI MAIER	APOIO ADM. EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENCAO) - SEDE
0000330	IZEQUIEL DA SILVA SOUZA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0001140	JADER DE SOUZA PAIM	MOTORISTA DE AMBULANCIA - SEDE
0000260	JAQUELINE FERREIRA LIMA	ZELADOR - SEDE
0000980	JOCEANE LOPES DOS SANTO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000400	JOSE CARLOS DE LIMA	VIGIA - BRIANORTE
0000580	JOSE FABIO OLIVEIRA DA SILVA	MOTORISTA DE AMBULANCIA - SEDE
0000540	JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS	COLETOR DE LIXO - SEDE
0000310	KATHIANNE GOMES TEIXEIRA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000510	KATIENE BELARMINA LOPES	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0001110	KEZIA FREZ DE SOUZA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000610	LEONARDO MULLER SCHEFFER	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000200	LUCAS SILVA JACINTO DOS SANTOS	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000880	LUCIMAR DA SILVA	ZELADOR - SEDE
0000300	MARA APARECIDA POBRAN WALKER	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000560	MARCIELA PEREIRA DA SILVA	ZELADOR - SEDE
0000450	MARCOS PADILHA	COVEIRO - SEDE
0000630	MARIA APARECIDA DE SOUZA	ZELADOR - BRIANORTE
0001000	MARINALVA ALVES DA SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA/MT
PROCESSO SELETIVO - 001/2016
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RELATÓRIO DE INSCRITOS

0000650	MARIO DE PAULA	VIGIA - BRIANORTE
0000130	NAYARA ANTONIO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000690	NELSON JOSE FERNANDES	VIGIA - BRIANORTE
0000020	OLAIR DE SOUZA COSTA	APOIO ADM. EDUCACIONAL (MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR) - SEDE
0000240	OSMAR MARIANO DE LIMA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000370	OTACILIO CARDOSO GUEDES	COLETOR DE LIXO - SEDE
0000590	PAMELA ITAMARA DE CAMPOS	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000350	PASCHOAL LUIZ NETO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - SEDE
0000460	PATRICIA MERENCIO DA SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0001010	RONES MENDES DA SILVA	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE
0000620	ROSEMARY DE LIMA	ZELADOR - BRIANORTE
0000150	ROSIANA MACEDO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000770	ROSIMARA DE LIMA	APOIO ADM. EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENCAO) - SEDE
0001040	ROZYLENE MENDES DA SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000100	SAMUEL MARCELO VIANA	MOTORISTA DE AMBULANCIA - SEDE
0000830	SINVAL RODRIGUES DA SILVA	VIGIA - BRIANORTE
0001150	SUELI MARIA DA SILVA	APOIO ADM. EDUCACIONAL (MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR) - SEDE
0000360	SUELI RODRIGUES DA SILVA	ZELADOR - SEDE
0000890	SUELY ALENCAR DE OLIVEIRA NUNES	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000440	TÂNIA CAMILA WALKER	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000520	TATIANE VIDAL	APOIO ADM. EDUCACIONAL (LIMPEZA E MANUTENCAO) - SEDE
0000070	TEREZINHA MOREIRA LEITE	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR) - SEDE
0000280	THIAGO ALEXANDRE DA SILVA	ZELADOR - SEDE
0000340	VALDINEY JOSE MATEUS	APOIO ADM. EDUCACIONAL (MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR) - SEDE
0000290	WAGNER PEREIRA BALIEIRO	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - SEDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 128/2016

"Nomeia Comissão Especial Processante Permanente de Sindicância, de Processo Administrativo Disciplinar, de Tomada de Contas Especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta do município."

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO*os termos do Decreto n°. 10/2016, que* **"estabelece diretrizes para comissão especial processante permanente de sindicância, de processo administrativo disciplinar, de tomada de constas especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta do município".**

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomear membros da Comissão Especial Processante Permanente:

I - LUCIANA GARCIA HARALA (PRESIDENTE);

II - VANDA DA SILVA (SECRETÁRIO(A))

III – RICARDO AFONSO GRINGS (MEMBRO)

Art. 2º. Os membros que irão compor a Comissão Especial Processante Permanente nomeados pelo presente ato deverão analisar no prazo legal os processos administrativos disciplinares, de sindicâncias, de tomada de contas especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta a partir da edição da Portaria pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Os membros que irão compor a Comissão Especial Processante Permanente nomeados pelo presente ato deverão assumir responsabilidade por todos os processos administrativos disciplinares, de sindicâncias, de tomada de contas especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta que estiverem em tramitação, independentemente do estágio em que se encontrarem.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Maringá/MT, 04 de maio de 2016.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO DE NOVA MARINGÁ/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 009/2016 / GAB/PMNM

"Estabelece o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT e da outras providências."

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 47, da Lei Orgânica Municipal, com suas posteriores alterações e;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar o atendimento ao público no município de Nova Maringá/MT e otimizar os serviços internos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o turno único nas repartições municipais da Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT, a partir do dia 09 de Maio de 2016, com expediente das 07:00 horas até às 13:00 horas de segunda à sexta-feira.

Parágrafo Único. Excetuam-se do turno e horários definidos no art. 1º deste Decreto, os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, na Secretaria Municipal de Saúde. Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos; na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os quais continuação a exercer suas atividades normalmente e de acordo com o planejamento dos serviços anteriormente adotados.

Art. 2º - O horário estabelecido no caput do art. 1º deste Decreto, não trará prejuízos da remuneração integral dos servidores.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de maio de 2016.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 010/2016 / GAB/PMNM

"Estabelece diretrizes para Comissão Especial Processante Permanente de Sindicância, de Processo Administrativo Disciplinar, de Tomada de Contas Especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta do município."

O Prefeito do Município de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO *a necessidade de disciplinar as atuações das Comissões de Sindicância e de Processo Disciplinar Administrativo estabelecidas nos artigos 141 e ss. da Lei Municipal n° 293/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá/MT;*

CONSIDERANDO a disposições da Resolução Normativa n°. 24/2014 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO*o disposto no inciso LXXVIII do art. 5° da Constituição Federal que assegura no âmbito administrativo a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;*

CONSIDERANDO*a necessidade de contar com pessoas devidamente preparadas e gabaritadas para atuar em processos que exigem apurações de delitos administrativos, civis, penais e de qualquer outra natureza;*

D E C R E T A :

Art. 1°. Os processos administrativos disciplinares, de sindicâncias, de tomada de contas especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta serão conduzidos por uma Comissão Especial Processante Permanente composta de, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis, nomeados através de Portaria designados pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Nova Maringá/MT.

Art. 2º Os membros que irão compor a Comissão Especial Processante Permanente serão designados pelo Chefe do Poder Executivo pelo prazo de 01 (um) ano, facultada a sua recondução por mais uma vez.

§ 1° Estes membros serão designados por meio de portaria pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2° Poderá ocorrer o afastamento e/ou a substituição dos membros escolhidos para compor a Comissão Especial Processante, durante o período descrito no caput deste artigo, nos seguintes casos:

I –licença para tratamento de saúde;

II –licença à gestante;

III –licença por acidente de serviço ou doença profissional;

IV – afastamento para o exercício de mandato eletivo;

V – afastamento para o desempenho de mandato classista;

VI – afastamento para servir a outro órgão ou entidade dos poderes da União e do Estado;

VII – responder à sindicância ou processo disciplinar;

Art. 3º. Não poderá atuar nos processos administrativos disciplinares, de sindicâncias, de tomada de contas especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta, cônjuge, companheiro ou parente do sindicado ou indiciado, consanguíneo ou afim, em linha ou colateral, até terceiro grau.

Art. 4º.A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato exigido pelo interesse da Administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, reduzidas a termo, com detalhamento das deliberações adotadas.

Art. 5º. O prazo para a conclusão dos processos administrativos disciplinares, de sindicâncias, de tomada de contas especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta serão aqueles estabelecidos na Lei Municipal n° 293/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá/MT e na Resolução Normativa n°. 24/2014 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§1º - *Os prazos de conclusão descritos no caput do art. 5º deste Decreto corresponde:*

a) De 30 (trinta) para Processo Administrativo de Sindicância;

b) De 60 (sessenta) dias para o Processo Administrativo Disciplinar, e;

c) De 120 (cento e vinte) dias para a Tomada de Contas Especial.

§2º -Os prazos para a conclusão serão contados da data da publicação da Portaria de sua constituição, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem.

Art. 6º. Os membros da Comissão Permanente, enquanto estiverem no desempenho de atividades pertinentes ao processo administrativo ou de sindicância, poderão, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, e, ainda, autorização do chefe imediato, ficarem desobrigados das tarefas em suas respectivas Unidades ou Órgãos.

Art. 7º. Os processos administrativos disciplinares, de sindicâncias, de tomada de contas **especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta** serão instaurados mediante Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, após requerimento de autoridade que teve ciência de irregularidade no serviço público, assegurada ao (a) acusado (a) ampla defesa.

§ 1º A comissão poderá solicitar à Secretaria ou órgão que requereu a instauração do processo administrativo, a indicação de servidor para colaborar nos serviços técnicos ou na análise do mérito da questão em julgamento, bem como, pareceres ou opiniões especializados a setores da Administração pública.

Art. 8º. Em se tratando de Comissão de Sindicância, após a sua instalação, o seu presidente e demais membros deverão efetuar os seguintes procedimentos:

I - a notificação do denunciante, da vítima, se for o caso, e do indiciado;

II - intimação de testemunhas;

III - oitiva do denunciante e/ou vítima;

IV - oitiva do indiciado;

V - oitiva de testemunhas do denunciante e/ou vítima;

VI -oitiva das testemunhas do indiciado;

VII – prazo para o indiciado, querendo, apresentar defesa;

VIII -elaboração do relatório, com parecer conclusivo;

IX - encerramento da sindicação;

X - encaminhamento dos autos à autoridade superior.

Art. 9º.O Processo Disciplinar compõe-se de 4 (quatro) fases: instrução, defesa, relatório e julgamento, que se desenvolve de acordo com os seguintes procedimentos:

I - citação do indiciado;

II - intimação do denunciante, vítima e testemunhas;

III - oitiva do denunciante e/ou vítima;

IV - oitiva do indiciado;

V -oitiva de testemunhas do denunciante e/ou vítima;

VI -oitiva das testemunhas do indiciado;

VII – intimação do indiciado para interrogatório;

VIII – oitiva do indiciado;

IX – citação para apresentação de defesa;

X –apresentação de defesa;

XI - elaboração do relatório, com parecer conclusivo;

XII –encerramento e remessa dos autos à autoridade superior.

Art. 10. Os processos de Tomada de Contas Especial seguirão o rito da **Resolução Normativa n°. 24/2014 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.**

Art. 11. Os servidores designados pelo Prefeito(a) Municipal, como membros da Comissão Permanente continuarão recebendo no período em que estiverem desempenhando estas funções, a remuneração do cargo que ocupa no Quadro Geral da Administração Municipal Direta e Indireta.

Art. 12. A partir da publicação do presente decreto, todos os processos administrativos disciplinares, de sindicâncias, de tomada de contas especial e para demais apurações no âmbito da administração direta e indireta passarão a ser conduzidos pela Comissão Especial Processante Permanente criada por meio de Portaria, independentemente do estágio em que se encontrarem.

Art. 13. Aplica-se ao presente decreto, no que couber, o Anexo I, que dele é parte integrante.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 04 de maio de 2016.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

ANEXO I

FUNÇÕES DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PROCESSANTE PERMANENTE

Ao Presidente da Comissão caberá:

a)instalar a comissão;

b) presidir e dirigir os trabalhos;

c)designar servidores para funções auxiliares;

d)determinar e distribuir serviços em geral;

e)providenciar a notificação ou intimação do denunciante, da vítima, do indiciado e das testemunhas;

f)fixar prazos e horários, obedecida a tempestividade legal;

g)oficializar os atos praticados pela comissão;

h)numerar e rubricar as folhas dos autos;

i)assinar documentos;

j)instruir os trabalhos de sindicação;

l)assegurar ao indiciado todos os direitos previstos em Lei;

m)qualificar e inquirir denunciante vítima, indiciado e testemunhas, reduzindo a termo suas declarações;

n)determinar ou autorizar diligências, vistorias, juntada de documentos e demais atos no interesse da sindicação;

o)trazer a autoridade superior informada do curso das averiguações;

p) representar a comissão sindicante;

q)tomar decisões de emergência, justificando-os por escrito;

r) encerrar o trabalho de sindicação;

s)encaminhar os autos, com o relatório final.

Ao Secretário incumbirá:

a)atender às determinações do presidente no interesse do trabalho sindicante;

b)organizar o material necessário;

c)lavrar termos e compor os autos;

d)ter sob sua guarda os documentos e papéis próprios à sindicação;

e)subscrever, juntamente com o presidente, os documentos necessários;

f) expedir e encaminhar expedientes;

g)participar de diligências e vistorias;

h)organizar autos sindicante suplementares;

i)substituir o presidente, quando designado.

Ao Membro Auxiliar compete:

a)preparar o local dos trabalhos;

b)assessorar os trabalhos gerais da comissão sindicante;

c)sugerir medidas no interesse da sindicação;

d)receber e conduzir ao local próprio todas as pessoas participantes da sindicação;

e)velar pela incomunicabilidade das testemunhas;

f)velar no sentido do sigilo das declarações;

g)substituir o presidente ou secretário quando designado;

h)assinar, com os demais membros, os documentos necessários.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitações, instituída pela Portaria nº 21/2016/GAPRE de 28 de fevereiro de 2016, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar em sua sede, no dia 23/05/2016, às 08:00h00min, situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1100, CEP 78.445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO ENTORNO DO MINI ESTADIO, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ/MT, cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação com entrega dos envelopes de documentação e propostas e subsequente abertura dos envelopes, a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal 22/2013.

O TOMADA DE PREÇOS, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação, no endereço supra citado e site www.novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá-MT, 04 de Maio 2016.

MAYRA CORADI BRAGA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 018/2016.

FERNANDA LEHMANN NAGEL, Vereadora Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT., no uso de suas atribuições legais:

COMUNICA:

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA.

FERNANDA LEHMANN NAGEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Nova Monte Verde – MT, Lei nº: 289/2005, art. 160-A, § Único, Artigo 160-C, § Único, Inciso I, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em15 de Abril de 2016,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a Servidora Pública Efetiva, **MARIA ESTELA NOETZOLD**, cargo de Assistente Administrativo, lotado na Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT., por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 01 de Maio de 2016, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente do Legislativo de Nova Monte Verde/MT, em 02 de Maio de 2016.

FERNANDA LEHMANN NAGEL

Vereadora Presidente

LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05-2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 5/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2016– REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 931/2016

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARION SILVEIRA**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 4.131.758-2 SSP/PR e CPF/MF n.º 515.018.729-15, residente e domiciliado á Rodovia MT 208 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **ZANELLA COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 00.656.619/0001-59 e G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP**, **CNPJ 09.176.226/0003-84 no valor de R$ 29.610,00**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2016** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de combustíveis com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Nova Monte Verde**, conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: ZANELLA COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 00.656.619/0001-59

ENDEREÇO: MT 208, KM 160, Setor Industrial, Nova Monte Verde MT CEP: 78.593-000

Seq	*Código*	*Descrição*	*Unid.*	*Qtde*	*P. Unit*	*P. Total*
2	14983	Gasolina comum tipo c incolor e amarelada s/ impurezas	LT	122.000	R$4,55	**R$555.100,00**
3	18203	Óleo diesel comum	LT	467.000	R$3,87	**R$1.807.290,00**
4	35724	Óleo diesel S10	LT	178.000	R$3,95	**R$703.100,00**
						R$3.095.100,00

FORNECEDOR: G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP CNPJ: 09.176.226/0003-84

ENDEREÇO: MT 208, KM 01, Centro, Nova Monte Verde MT CEP: 78.593-000

Seq	*Código*	*Descrição*	*Unid.*	*Qtde*	*P. Unit*	*P. Total*
1	14984	Álcool combustível comum	LT	9.000	R$3,29	**R$29.610,00**
						R$ 29.610,00

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Monte Verde-MT da forma como forem solicitados pelo setor competente no **prazo máximo de 03 (três) dias contados da Ordem de Entrega.**

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto, data de validade vigente e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

02- Gabinete do Prefeito

001- Gabinete do Prefeito

04- Administração

122- Administração Geral

0010- Administração Superior

2003- Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito

29 - 3390.30.00.00.00 **- Material de Consumo**

05-Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001- Gabinete do Secretario de Educação, Cultura e Esporte

12- Educação

361- Ensino Fundamental

0024-Educação de Qualidade

2 012-Manutenção da Secretaria de Educação

94 - 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

07- Secretaria Municipal de Saúde

002- Fundo Municipal de Saúde

10- Saúde

301- Atenção Básica

0032- Bloco I - Atenção Básica - Saúde com Qualidade

2029- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

354 - 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

07- Secretaria Municipal de Saúde

002- Fundo Municipal de Saúde

10- Saúde

301- Atenção Básica

0032- Bloco I - Atenção Básica - Saúde com Qualidade

2029- Manutenção do Bloco de Atenção Básica

367 - 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

07- Secretaria Municipal de Saúde

002- Fundo Municipal de Saúde

10- Saúde

302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033- Bloco II - Atenção Mac - Saúde com Qualidade

2030- Manutenção do Bloco Mac

412 - 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

07- Secretaria Municipal de Saúde

002- Fundo Municipal de Saúde

10- Saúde

305- Vigilância Epidemiológica

0036- Bloco III – Vigilância em Saúde - Saúde com Qualidade

2031- Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

425 - 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

06- Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

001- Gabinete Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

20- Agricultura

606- Extensão Rural

0040- Atenção a Produção Rural

2036- Manutenção do Gab. do Sec. Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

273 - 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

09- Secretaria Mun. Assistência Social, Trabalho e Cidadania

001- Gabinete do Sec. Munic. de Assistência Social

08- Assistência Social

122- Administração Geral

0049-Proteção Social Básica

2071- Manutenção Gab. Sec. Assist. Social Trab. e Cidadania

482- 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

08 - Secretaria Mun. de Obras Transp. Serv. Urbanos
002-Gabinete do Sec. de Obras Transp Serv. Urbanos
26 – Transporte
782-Transporte Rodoviário
0012- Melhorias e Investimentos nas Estruturas
2 040-Manutenção Departamento de Obras E Transportes
442– 33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
006 – Departamento de Esporte e Lazer
27 – Desporto E Lazer
813 - Lazer
0038 – Atividades de Lazer e Recreação Desportivas
2044 – Manutencao de Esportes Lazer e Juventude
252 –33.90.30.00.00.00 - Material de Consumo

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 05/2015,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 29 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

ARION SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ZANELLA COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 00.656.619/0001-59

CONTRATADA

G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP

CNPJ 09.176.226/0003-84

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº. 002/2016/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 030/2016PMNO

AVISO DE LICITAÇÃO

A prefeitura municipal de Nova Olímpia **- Mato Grosso,** através da CPL devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº. 002/2016/PMNO,** tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA ,** tendo como objeto a **ALIENAÇAO DE IMOVEIS (LOTES) NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 06 de junho de 2016**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame serão dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 04 de maio de 2016.

Josenil Marques

Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE À CONCORRENCIA PUBLICA N.º001/2016

O Município de Nova Olímpia – MT torna público, que tendo em vista o equivoco ocorrido na publicação que circulou no dia 3/03/2016, faz retificar-se da seguinte Forma:

ONDE SE LÊ:

Nova Olímpia, 23 de outubro de dois mil e dezesseis. Anselmo Cristiano Manica

PRESIDENTE DA CPL

LEIA – SE:

Nova Olímpia, 03 de março de dois mil e dezesseis. Josenil Marques

PRESIDENTE DA CPL

Nova Olímpia -MT, 03 de março de 2016.

JOSENIL MARQUES

PRESIDENTE DA CPL

DECRETO MUNICIPAL Nº 024 DE 29 DE ABRIL DE 2016.

Normatiza a concessão de ajuda de custo em pecúnia aos profissionais vinculados ao Município de Nova Olímpia através do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", do Ministério da Saúde, e dá outras providências.

CRISTÓVÃO MASSON, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

Considerando a Lei nº. 12.871, de 22 de outubro de 2013, que Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.

Considerando o teor da Portaria Interministerial n° 1.369, de 08 de julho de 2.013, que dispõe sobre a implementação do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", em especial o seu artigo 4°, IX;

Considerando o Termo de Adesão e Compromisso celebrado pelo Município de Nova Olímpia e o Ministério da Saúde, para adesão ao "Projeto Mais Médicos Para o Brasil";

Considerando o teor da Portaria nº. 30, de 12 de fevereiro de 2014, Dispõe sobre o cumprimento das obrigações de oferta de moradia, deslocamento, alimentação e água potável pelo Distrito Federal e Municípios aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Portaria Interministerial no 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013.

Considerando o que dispõe o Manual Orientador ao Distrito Federal e aos Municípios, expedido pela Coordenação do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil";

DECRETA:

Artigo 1°. Normatizar a concessão de ajuda de custo para moradia e alimentação aos profissionais médicos a serem recepcionados pelo Município de Nova Olímpia, por força do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil".

Artigo 2°. A concessão da ajuda de custo de que trata esse decreto será em pecúnia, respeitando-se o valor estabelecido pelo Ministério da Saúde, constante do Anexo I do Manual Orientador ao Distrito Federal e aos Municípios, expedido pela Coordenação do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", bem como do Sistema de Gerenciamento de Projetos – SGP da Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde – SGTES.

§ 1°. O valor global mensal de ajuda de custo para cada médico integrante do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", vinculado à rede pública de saúde do Município de Nova Olímpia, será de R$ 2.500,00 sendo:

R$ 1.625,00 mensais para o custeio de moradia;

R$ 875,00 mensais para o custeio de alimentação.

§ 2°. Os valores mensais tratados no parágrafo anterior serão depositados pela Secretaria Municipal de Saúde de Nova Olímpia na conta individual de cada profissional médico, a qual deverá ser obrigatoriamente vinculada ao Banco do Brasil.

§ 3°. Não serão efetuados depósitos em contas bancárias distintas daquelas vinculadas ao Banco do Brasil.

Artigo 3°. A ajuda de custo tratada no presente decreto será paga, mensalmente, aos profissionais médicos vinculados ao "Programa Mais Médicos Para o Brasil", em efetivo exercício de suas atribuições na rede pública de saúde do Município de Nova Olímpia, pelo período máximo de 36 (trinta e seis meses), a contar da data do início de suas funções, conforme disposto no Termo de Adesão e Compromisso celebrado entre o Município de Nova Olímpia e o Ministério da Saúde.

Artigo 4°. O profissional médico que sujeitar-se à penalidade prevista no artigo 26, inciso III, da Portaria Interministerial n° 1.369, de 08 de julho de 2.013, deverá promover a restituição total dos valores recebidos a título de auxílio-moradia, acrescidos de atualização monetária, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

§ Único. O direito à ampla defesa e ao contraditório é assegurado ao médico, nos termos do *caput* do artigo 28 da Portaria Interministerial n° 1.369, de 08 de julho de 2.013, o qual também disciplina a forma em que se deve aplicar a penalidade trazida no caput do artigo 4° do presente decreto.

Artigo 5°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **revogando em especial o Decreto Municipal nº 040 de 30 de junho de 2014,** e suas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia - MT, aos 29 dias do mês de abril de 2016.

CRISTÓVÃO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

ARI FELLIPI

Séc. Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº. 014/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº. 014/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua pregoeira, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO - POR ITEM", onde a data prevista para o Credenciamento dos participantes será realizado das 08h00min às 08h30min do dia 17 de maio de 2016, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues a pregoeira no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital completo poderá ser obtido gratuitamente pelos interessados no horário comercial ou através de e-mail: frann_paulatti@hotmail.com ou pelo site municipal: www.novasantahelana.mt.gov.br no link http://www.novasantahelena.mt.gov.br/Transparencia/, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, CONFORME EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL. Nova Santa Helena,**04**de maio de 2016. FRANCIANE PAULATTI – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2016

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA-EPP*, inscrita no* CNPJ nº 11.379.894/0001-99

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESCADARIA DE ACESSO AO PAÇO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT, CONFORME PROJETO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ANEXOS AO EDITAL *da Tomada de Preços nº 001/2016.*

DA VIGÊNCIA: 04 de maio de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DO VALOR: R$ 45.783,96 (Quarenta e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos)

CÓDIGO REDUZIDO (044)

Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito – GAPRE.

Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra Estrutura Urbana.

Programa: 0011 – Construção e Reforma de Próprios Públicos

Projeto/Atividade: 1.002 – Construção, Reforma e Readequação Paço Municipal

Elemento de Despesa: 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: ROQUE CARRARA- Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2016

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço GLOBAL

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

AUTORA: Comissão Permanente de Licitação - CPL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESCADARIA DE ACESSO AO PAÇO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT, CONFORME PROJETO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ANEXOS AO EDITAL da Tomada de Preços nº 001/2016. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados a Tomada de Preço nº. 001/2016, cujo objeto acima identificado, foi HOMOLOGADA em favor da empresa: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 11.379.894/0001-99 no valor de R$ 45.783,96 (Quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos). Nova Santa Helena - MT, 04 de maio de 2016, FRANCIANE PAULATTI– Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 757/2016.

SUMULA: "ALTERA A LEI N° 639 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, **Sr. DORIVAL LORCA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1° - A Lei n° 639 de 18 de setembro de 2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 108 – O valor da multa referida no artigo anterior referente às infrações descritas em suas alíneas, exceto as do parágrafo primeiro deste artigo, será correspondente ao valor da tarifa mínima de acordo com a categoria do usuário."

Parágrafo Primeiro - Nos casos previstos nas alíneas "d", "m", "o", "r" e "s" o seu valor corresponderá ao dobro do valor da tarifa mínima de acordo com a categoria do usuário.

Parágrafo Segundo - O pagamento da multa não elimina a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estiverem em desacordo com as disposições contidas neste regulamento, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

ART. 2° - Revoga-se a alínea "a" do Art. 107 da Lei n° 639/14.

ART. 3° - Ficam alteradas as tabelas de Estrutura Tarifária do Departamento de Água e Esgoto – DAE e os valores da tabela de Serviços Efetuados pelo DAE constantes na Lei n° 639/2014, que passam a vigerem conforme as Tabelas I e II do Anexo I da presente Lei.

ART. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena - MT, em 03 de maio de 2016.

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/05/2016 à 03/06/2016.

ANEXO I

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE

NOVA SANTA HELENA – MT

TABELA I

ESTRUTURA TARIFÁRIA

TABELA DE TARIFA DE ÁGUA PARA O PERÍMETRO URBANO

CATEGORIA 1- (RESIDENCIAL)

Consumo para taxa mínima, até 15 M³- R$ 25,00

Consumo entre 16 e 20 M³- R$ 1,79/M³

Consumo entre 21 e 26 M³ - R$ 2,05/M³

Consumo entre 27 e 36 M³ - R$ 2,35/M³

Consumo acima de 36 M³ - R$ 2,70/M³

CATEGORIA 2 E 3 – (COMERCIAL E INDUSTRIAL)

Consumo para taxa mínima, até 15 M³- R$ 30,00

Consumo entre 16 e 20 M³- R$ 2,05/M³

Consumo entre 21 e 26 M³ - R$ 2,35/M³

Consumo entre 27 e 36 M³ - R$ 2,70/M³

Consumo acima de 36 M³ - R$ 3,10/M³

CATEGORIA 4- (PODER PÚBLICO)

Consumo para taxa mínima, até 15 M³- R$ 30,00

Consumo entre 16 e 20 M³- R$ 2,05/M³

Consumo entre 21 e 26 M³ - R$ 2,35/M³

Consumo entre 27 e 36 M³ - R$ 2,70/M³

Consumo acima de 36 M³ - R$ 3,10/M³

TABELA II

TABELA DE SERVIÇOS EFETUADOS PELO DAE

SERVIÇO	VALOR
LIGAÇÃO	R$ 20,00
RELIGAÇÃO - A PEDIDO DO USUÁRIO	R$ 13,00
RELIGAÇÃO - APÓS CORTE POR NÃO PAGAMENTO	R$ 15,00
RELIGAÇÃO – NA REDE	R$ 100,00
EXPEDIENTE – EMISSÃO DE 2ª VIA/ AVISO PAGÁVEL, TRANSFERÊNCIA DE NOME OU PARCELAMENTO.	R$ 2,88
DESLOCAMENTO DE CAVALETE – A PEDIDO DO USUÁRIO	R$ 20,00
VIOLAÇÃO DE LACRE	R$ 100,00
VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO - RECUPERÁVEL	R$ 100,00
VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO-IRRECUPERÁVEL	R$ 120,00
VIOLAÇÃO DE REDE	R$ 120,00
MULTA POR USO DE FORMA INDEVIDA	R$ 70,00
MULTA POR RETENÇÃO DE MEDIDOR	R$ 100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

7º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ***CONVOCA*** os (as) candidatos(as) classificadas no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015,** para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal na **Divisão de Gestão de Pessoas**, apresentando os documentos de habilitação conforme determina o Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2015.

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

MARIA AUXILIADORA FRANCISCA DA SILVA

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO

DHAYANE DUARTE DANTAS

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina, 05 de maio de 2016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA – CEBOLA

Prefeito Municipal

6º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ***CONVOCA*** os (as) candidatos(as) classificadas no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015,** para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal na **Divisão de Gestão de Pessoas**, apresentando os documentos de habilitação conforme determina o Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2015.

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

GRASIELE CASTRO DA SILVA
DANIELA MARIA BARICHELLO

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina, 03 de maio de 2016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA – CEBOLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

RESOLUÇAO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO - MT

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais do exercício de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais referente ao exercício de 2015, proveniente do FEAS, no valor de R$ 20.022,65 (vinte mil, vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos), sendo R$ 20.000,00 (vinte mil reais) oriundos do repasse do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e R4 22.65 (vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos) oriundos do rendimento da aplicação financeira.

Parágrafo Único. Os recursos foram aplicados em serviços da proteção social básica.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Santo Antônio – MT, 28 de Abril de 2016

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, quefará realizar licitação **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 17 de Maio de 2016**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, conforme descrito no edital, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta e definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 17 de Maio de 2016**. **OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E BORRACHARIA: TAIS COMO RECAUCHUTAGEM, REMENDO E VULCANIZAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00.**INFORMAÇÕES:** Junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.**TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.**Novo São Joaquim - MT, 04 de Maio de 2016.**

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público quefará realizar licitação **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 18 de Maio de 2016**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, conforme descrito no edital de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta e Documentos definidos no objeto deste Edital deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 (Brasília) do dia 18 de Maio de 2016. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL E UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** Junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158. **Novo São Joaquim - MT, 05 de Maio de 2016.**

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 52/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, no exercício de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº. 1/2015, de 02/01/2015, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo de Licitação nº. 29/2015, o cumprimento de determinação judicial para retomada do Edital de Licitação Processo nº 52/2015 – Tomada de Preços nº. 4/2015 para Obras e Serviços de Engenharia, tendo como objeto de licitação, o seguinte:

SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CÍVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA EM ESTRADAS ESTADUAIS E VICINAIS NO MUNICÍPIO NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.

As firmas que apresentaram melhor preço entre as concorrentes e foram vencedoras, foram as Empresa/Pessoa**:**

G. D. BARBOSA & CIA LTDA - ME

R$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais);

Novo São Joaquim-MT, 04 de Maio de 2.016.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 39/2016

Contrato nº. 39/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **HOSPITAL E MATERNIDADE SAO BENEDITO**, Objeto: Locação de um Hospital Equipado para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante a Internações, Cirurgias e outros Procedimentos Hospitalares, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Valor: **R$ 264.000,00**.Período: **04/05/2016 A 31/12/2016**. Departamento de Licitações e Contratos, em 04 de Maio de 2016.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2016

PREGÃO PRESENCIAL 28/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **28/2016**, na modalidade **PRESENCIAL** tendo por objeto**:** Registro de Preço para futura e eventual contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços Gráficos de Materiais Impressos**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranatinga - MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.972/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão PRESENCIAL Nº 28/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA – LTDA.

CNPJ: 13.278.238/0001-25.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	348513	ADESIVO A4 POLICROMIA	UNIDADE	R$ 2,50	400	R$ 1.000,00
2	348484	ADESIVO EM PAPEL POLICROMIA, COR PREDOMINANTE VERMELHO 21 X 14,5 CM	UNIDADES	R$ 2,50	500	R$ 1.250,00
3	348486	ADESIVO EM VINIL POLICROMIA, COR PREDOMINANTE VERMELHO 21 X 14,5 CM	UNIDADES	R$ 2,50	681	R$ 1.702,50
4	335459	CARTAZ F.2 POLI	UNIDADES	R$ 5,60	80	R$ 448,00
5	348521	CARTILHA DO BENEFICIARIO CAPA 230 GR POLI. COLCHE, MIOLO FOLHA SIMPLES 90 GR	UNIDADES	R$ 44,50	100	R$ 4.450,00
6	335462	CRACHAS 250G	UNIDADES	R$ 8,00	200	R$ 1.600,00
7	348510	LIVRETOS A4 POLICROMIA 60 PG COLCHE 230GR	UNIDADE	R$ 45,00	400	R$ 18.000,00
8	348515	PANFLETOS A4 POLICROMIA	UNIDADE	R$ 0,55	400	R$ 220,00
9	348491	PANFLETOS TIPO JORNAL 20 X 30 CM	UNIDADE	R$ 0,55	2.500,00	R$ 1.375,00

VALOR GLOBAL R$ R$ 30.045,50. Em 04 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 39/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Dispensa de Licitação nº 09/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 24, inciso X da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: Locação de um Hospital Equipado para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante a Internações, Cirurgias e outros Procedimentos Hospitalares, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.	
Vigência: 04/05/2016 A 31/12/2016.	
Contratado: HOSPITAL E MATERNIDADE SAO BENEDITO.	
Valor do Contrato: R$ 264.000,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Benvinda Rodrigues Galdino**, Matrícula nº 3929, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº **39/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Azélide Aparecida Borille Garcia,** Matrícula nº 4831, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 04 de Maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 04 DE MAIO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Benvinda Rodrigues Galdino e Azélide Aparecida Borille Garcia declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Benvinda Rodrigues Galdino

Fiscal de Contrato

Azélide Aparecida Borille Garcia

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016

PREGÃO PRESENCIAL 28/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **28/2016**, na modalidade **PRESENCIAL** tendo por objeto**:** Registro de Preço para futura e eventual contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços Gráficos de Materiais Impressos**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranatinga - MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.972/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão PRESENCIAL Nº 28/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

APP IMPRESSAO DIGITAL LTDA – ME.

CNPJ: 11.049.370/0001-30.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	348489	BANNER 90 X 1,20 M	UNIDADE	R$ 113,00	24	R$ 2.712,00
2	335466	LONA	MT	R$ 61,16	80	R$ 4.892,80

VALOR GLOBAL R$ R$ 7.604,80. Em 04 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 154/2016

PORTARIA Nº 154 DE 04 DE MAIO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei 024/97, e Plano de Cargos Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei 035/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR** o resultado da Avaliação Especial de Desempenho da servidora em estágio probatório:

Matricula:	Nome:	Secretaria Municipal de Saúde Cargo:
4667	TEREZINHA DE JESUS SIQUEIRA MARTINS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Art. 2º - Conceder **ESTABILIDADE** a servidora abaixo relacionada, por ter completado 03(três) anos de efetivo exercício na Administração Pública Municipal, a partir da data especificada:

Mat.	Nome	Secretaria Municipal de Saúde Cargo:	Estabilidade a partir de:
4667	TEREZINHA DE JESUS SIQUEIRA MARTINS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	21/04/2016

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 04 de Maio de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 27/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 27/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preço para **Aquisição de 01(um) Veículo e Equipamentos/ Materiais Permanentes destinados ao combate e controle do Mosquito Aedes Aegypti,** conforme Termo de Compromisso da Secretaria de Estado de Saúde e Diretriz SNCC n° 01**,** atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga - MT. Empresas vencedoras **BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA – R$ 86.000,00 – OLMIR IORIS & CIA LTDA – EPP – R$ 6.295,00.** Em 04 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **23/2016**, na modalidade **PRESENCIAL** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Consumo** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga-MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.972/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão PRESENCIAL Nº 23/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

APARECIDA MARCIA TOMAZINI – ME.

CNPJ: 00.145.325/0001-6.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	346252	ABACAXI - De qualidade apresentando grau de maturação que lhe permite suportar a manipulacao, o transporte e a conservacao em condicoes adequadas, e em bom estado de conservacao.	UNIDADE	500	6,88	3.440,00
2	346138	ABOBORA CABOTIA - Com ausencia de rachaduras ou corte na casca. Sem ressecamento ou queimaduras. Livres de umidades extrema, terra, parasitas e residuos de fertilizantes.	KILO	1.850,00	3,3	6.105,00
3	346253	ABOBRINHA VERDE - Com ausencia de rachadura ou cortes na casca. Sem ressecamento ou queimaduras. LIvres de umidades externa, terra parasitas e residuos, e em bom estado de conservacao.	KILO	715	4,13	2.952,95
4	346958	ABSORVENTE - Feminino, embalados individualmente, pacotes com 08 unidades.	UNIDADE	100	1,4	140
5	346315	ACAFRAO - Pacote de 100 gr. O produto em po devera apresentar-se com coloracao amarelo intenso, com odor caracteristico, isento de contaminacao parasitas. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	UNIDADE	335	4,96	1.661,60

6	346309	ACHOCOLATADO EM PO - Pote de 400gr , a base de acucar, cacau,maltodextrina, complexo vitaminico, sal leite em po integral. Identificacao do produto , rotulo com ingredientes, valor nutricional peso e data de fabricacao validade minima 6 meses.	UNIDADE	960	2,7	2.592,00
7	346300	ACIDO MURIATICO - Ácido Muriático em líquido, acondicionado em frasco contendo 1 litro, composto de HCL + H2O, incolor para limpeza em geral.	LITRO	760	3,7	2.812,00
8	346783	ACUCAR - Cristal branco, puro, natural, embalado em sacos de polietilleno transparente de 2 kg, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	PACOTE	878	4,9	4.302,20
9	325291	ACUCAR - Cristal branco, puro, natural, embalado em sacos de polietilleno transparente de 2 kg, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: (15 X 2).	FARDO	583	73,5	42.850,50
10	333075	AGUA MINERAL - Sem gaz fardo 12 x 1 frasco de 497 ml	FARDO	215	17,8	3.827,00
11	341454	AGUA MINERAL - Sem gaz copo de 300ml caixa de 48 x1	CAIXA	150	46,82	7.023,00
12	346301	AGUA SANITARIA - Solução aquosa, princípio ativo: hipoclorito de sódio, embalagem plástica, contendo 2 litros. Produto com registro no Ministério da Saúde. Composto por: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e água, teor ativo entre 2% e 2,5% P/P.	UNIDADE	7.617,00	4,21	32.067,57
13	346881	ALCOOL - Álcool Etílico Hidratado 96°, embalagem plástica, contendo 1 litro.	FRASCO	65	6,55	425,75
14	346302	ALCOOL - Álcool Etílico Hidratado 96°, embalagem plástica, contendo 1 litro. Embalagem: Caixa 12 X 1	CAIXA	246	78,55	19.323,30
15	346954	ALCOOL EM GEL - (caixa 12x1) Álcool etílico 70° INPM em gel. Indicado para limpeza geral de superfícies fixas e onde houver a necessidade de utilizar um produto eficiente e volátil.	CAIXA	350	42,75	14.962,50
16	346140	ALFACE - Folhas verdes, frescas, sem tracos de descoloracao, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas de sujas de terra, ausencia de insetos e residuo, e em bom estado de conservacao.	UNIDADE	500	3,9	1.950,00
17	346255	ALHO FRESCO - Alho integro de qualidade, compacto e firme, sem lesoes de origem fisica ou mecanica, perfuracoes e corte, tamanho e coloracao uniformes, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em embalagem proprias.	KILO	1.199,00	26,9	32.253,10
18	346376	AMACIANTE DE ROUPAS - Composto a base de cloro de alquil dimetil amônia, teor de ativo mínimo de 3%, perfumado, contendo branqueamento ótico solúvel a frio, com Ph do produto não diluído entre 4 e 6. Embalagem plástica de 2 litros.	UNIDADE	1.870,00	3,8	7.106,00
19	346976	AMEIXA - De qualidade apresentando grau de maturação que lhe permite suportar a manipulacao, o transporte e a conservacao em condicoes adequadas, e em bom estado de conservacao.	KILO	20	11,86	237,2
20	2083	AMENDOIM CRU- Graos inteiriços, com casa, com cor e odor caracteristico, embalagem de 500 g com identificação do produto, rotulo com ingredientes,valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade minima de 6 meses a contar	PACOTE	670	8,49	5.688,30
21	346336	AMIDO DE MILHO - Embalagem de 1KG com identificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricacao e validade. Prazo de validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	KILO	280	3,9	1.092,00
22	346859	ARROZ POLIDO BENEFICIADO - 5KG - Longo fino tipo 1, sem glúten, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade, com rendimento após o cocção de no mínimo 2,5 vezes a mais; devendo também apresentar coloração branca.	PACOTE	12	13,29	159,48
23	346349	ARROZ POLIDO BENEFICIADO - Longo fino tipo 1, sem glúten, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade, com rendimento após o cocção de no mínimo 2,5 vezes a mais; devendo também apresentar coloração branca.	FARDO	971	79,8	77.485,80
24	346469	ASSADEIRA - Em Aluminio (Grosso), medidas aproximadas: 6,8cm x 32,3x45,2cm (Profundidadexalturaxlargura)	UNIDADE	10	42,9	429
25	346353	AVEIA EM FLOCOS - Isenta de mofo, livre de parasitas e substancias, acondicionada em embalagens de 200 GR. prazo de validade 10 meses a contar com a data da entrega	UNIDADE	20	5,38	107,6
26	346462	AVENTAL DE ALGODAO - Cor branca, em tecido de algodão.	UNIDADE	350	6,58	2.303,00
27	346929	BACIA BRANCA DE PLASTICO RETANGULAR - Capacidade 40 litros	UNIDADE	10	39,9	399
28	346905	BACIA PLASTICA 12 LT - Em plástico resistente, atóxico, capacidade 18 litros.	UNIDADE	19	6,3	119,7
29	346463	BACIA PLASTICA 18 LT - Em plástico resistente, atóxico, capacidade 18 litros.	UNIDADE	161	7,66	1.233,26
30	346464	BACIA PLASTICA 25 LT - Em plástico resistente, atóxico, capacidade 25 litros.	UNIDADE	115	12,9	1.483,50
31	325301	BALA MASTIGAVEL (Mole) - Em embalagens plastica de 1 kg, com identificação do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e Registro no Ministerio da Agricultura. Validade minima de 1 ano a cont	PACOTE	502	8,9	4.467,80
32	346465	BALAO 7" - Balão colorido 7 " composição: Látex natural, corante atóxicos, agentes vulcanizantes e antioxidantes. Pacote com 50 unidaes.	PACOTE	345	5	1.725,00
33	346882	BALDE DE PLASTICO 10LT- Com alca de metal cores diversas	UNIDADE	33	3,94	130,02
34	16975	BALDE DE PLASTICO 20LT- Com alca de metal cores diversas	UNIDADE	60	6,61	396,6
35	324865	BALDE PLASTICO 18 LT - Balde, plástico atóxico, com alça de metal, capacidade de 18 litros.	UNIDADE	262	6,6	1.729,20
36	346877	BANANA FRITAR - De qualidade, grau medio de amadurecimento, com cascas , sem rupturas, com tamanho e coloracao uniforme, com polpa firme e intacta, devendo estar bem desenvolvida, sem danos fisico e mecanicos, isenta de partes putridas.	KILO	190	4,06	771,4
37	346142	BANANA MACA - De qualidade, grau medio de amadurecimento, com cascas , sem rupturas, com tamanho e coloracao uniforme, com polpa firme e intacta, devendo estar bem desenvolvida, sem danos fisico e mecanicos, isenta de partes putridas.	KILO	900	5	4.500,00
38	346143	BANANA NANICA - De qualidade, grau medio de amadurecimento, com cascas sas, sem rupturas, com tamanho e coloracao uniforme, com polpa firme e intacta, devendo estar bem desenvolvida, sem danos fisico e mecanicos, isenta de partes putridas.	KILO	120	3,05	366
39	346930	BANDEJA DE PAPEL LAMINADO 40 X 30 CM	UNIDADE	50	2,9	145
40	332922	BANDEJA PLASTICA - Em plástico resistente, atóxico, cor branca, funda, formato retangular, medidas: 40 x 30 x 8 cm (comp x larg x alt).	UNIDADE	191	15,9	3.036,90
41	346144	BATATA DOCE- Branca ou roxa, de qualidade tamanho grande ou medio, inteira, sem ferimentos ou desfeitos casca lisa e com brilho, sem terra isenta de partes putridas embalagem em caixas plasticas resistentes	KILO	100	2,99	299
42	346145	BATATA INGLESA: Devera ser da variedade Monalisa Escovada; Porte médio/grande,apresentando tamanho uniforme e suficientemente desenvolvido, sem danos de origem física/mecânica (rachaduras, perfuraçõese cortes).	KILO	2.455,00	4,99	12.250,45
43	346968	BATATA PALHA, contendo 500 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	PACOTE	200	11,33	2.266,00
44	346146	BETERRABA - De qualidade e coloração vermelha intensa, sem rachaduras e lesões de insetos. Porte médio/grande, fresca, compacta e firme, sem defeitos sérios rachaduras e cortes, apresentando tamanho e cor.	KILO	1.050,00	5,9	6.195,00

45	340924	BICO PARA MAMADEIRA - Bico de silicone atóxico e antialérgico. Compatível com mamadeira comprada de 200 a 300 ml	UNIDADE	700	4,5	3.150,00
46	346365	BISCOITO - De sal, textura crocante, sabor e cor característico, embalagem dupla face de polietileno atóxico de 400g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.Validade 6 meses. Caixa com 20 uni x 400 g.	CAIXA	560	72,01	40.325,60
47	346972	BISCOITO - Doce Maisena Chocolate, de sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes.	UNIDADE	20	3,6	72
48	346262	BISCOITO - Doce Maisena Chocolate, de sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes.(Caixa: 20 un de 400 g)	CAIXA	10	72	720
49	16749	BISCOITO - Doce tipo leite, sem recheio e cor caracteristico, textura crocante, embalagem de 400 g, dupla face de polietileno atoxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes. Cx 20 un de 400 g) -	CAIXA	405	72,01	29.164,05
50	346261	BISCOITO - Doce tipo maisena, de sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.(Caixa: 20 un de 400 g).	CAIXA	40	72,01	2.880,40
51	346259	BISCOITO - Doce tipo rosquinha de coco, de sabor e cor caracteristico, textura crocante, embalagem de 400 g, dupla face de polietileno atoxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes.(20 un de 400 g) plástica atóxica com dupla proteção. Validade minima 6 meses a contar da	CAIXA	10	80,51	805,1
52	346367	BISCOITO DE SAL INTEGRAL - Biscoito de 400gr, consistencia crocante deve conter no minimo 4 gr de fibra em 100gr de biscoito, em embalagem data da entrega.	PACOTE	3	6,9	20,7
53	346265	BOMBOM - Bombom 20g, em embalagens plásticas de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 1 ano, a conta	PACOTE	535	27	14.445,00
54	17178	BORRACHA PARA PANELA DE PRESSAO - Anel de vedação (Borracha para Panela de Pressão 10 litros)	UNIDADE	22	20	440
55	324871	BORRACHA PARA PANELA DE PRESSAO - Anel de vedação (Borracha para Panela de Pressão 13 litros)	UNIDADE	26	20	520
56	341305	BORRACHA PARA PANELA DE PRESSAO - Anel de vedação (Borracha para Panela de Pressão 7 litros)	UNIDADE	29	1,5	43,5
57	346377	BOTA DE BORRACHA PVC - Tipo impermeável de uso profissional, interior forrado, cano longo aproximadamente 240 mm, confeccionada de vinila (PVC) injetado em uma só peça, solado antiderrapante de facil limpeza, cor branca.	PAR	182	43,12	7.847,84
58	333107	BULE DE ALUMINIO - Capacidade de 2 litros, em alumínio com acabamento interno satinado e externo polido, equipadas com alças e tampas de baquelite antitérmico. 2 LITROS	UNIDADE	2	53,24	106,48
59	324872	BULE DE ALUMINIO - Capacidade de 7 litros, em alumínio com acabamento interno satinado e externo polido, equipadas com alças e tampas de baquelite antitérmico. 7 LITROS.	UNIDADE	42	59,9	2.515,80
60	3809	CADEADO 25 MM - Corpo em latão maciço e chave em latão, materiais empregados: Aço inox e materiais nao ferrosos. Acompanha 2 chaves	UNIDADE	60	8,4	504
61	8881	CADEADO 35MM - Corpo em latão maciço e chave em latão, materiais empregados: Aço inox e materiais não ferrosos. Acompanha 2 chaves	UNIDADE	60	15,9	954
62	338236	CADEADO 45 MM - Corpo em latão maciço e chave em latão, materiais empregados: Aço inox e materiais não ferroso. Acompanha 2 chaves	UNIDADE	60	23,9	1.434,00
63	346785	CAFE - Em Pó, devidamente selecionado, beneficiado, torrado e moído. Embalagem de 1KG peso líquido, conforme determina legislação e com selo da ABIC. Prazo mínimo de validade de 4 meses.	KILO	2.860,00	14,4	41.184,00
64	346267	CAFE - Em Pó, devidamente selecionado, beneficiado, torrado e moído. Embalagem de 500g peso líquido, conforme determina legislação e com selo da ABIC. Prazo mínimo de validade de 4 meses.	PACOTE	5.195,00	7,2	37.404,00
65	17094	CAIXA - Tipo ORGANIZADORA, Pratic BOX, Plástico atóxico, resistente, com tampa e travas coloridas, medindo 41 x 29 x 14.	UNIDADE	108	59,9	6.469,20
66	346851	CAIXA DE ISOPOR CAPACIDADE 12 LT	UNIDADE	20	19,9	398
67	26298	CAIXA TERMICA 100 LTS MAT. EXTERNO POLIETILENO E INTERNO POLIURETANO	CAIXA	8	394	3.152,00
68	346849	CAIXA TERMICA 12 LTS MAT. EXTERNO POLIETILENO E INTERNO POLIURETANO	CAIXA	4	66	264
69	30722	CAIXA TERMICA 60LTS MAT. EXTERNO POLIETILENO E INTERNO POLIURETANO	CAIXA	14	239	3.346,00
70	1887	CALDO DE CARNE/GALINHA (1 X 6 TABLETES)	UNIDADE	295	2,6	767
71	341414	CANECA DE PLASTICO- Com cabo, plásticas em polipropileno, lisas, próprias para merenda escolar, coloridas, em plástico atóxico, capacidade média de 200 a 300 ml.	UNIDADE	3.004,00	4,38	13.157,52
72	346884	CANECA PLASTICA - Com alca inteira resistente 180ml	UNIDADE	260	4,38	1.138,80
73	346372	CANELA EM CASCA - Canela em casca, pacote 10 g	PACOTE	550	1,18	649
74	1813	CANJICA DE MILHO AMARELA- Tipo 1, contendo 80% de grãos inteiros, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritosanimais ou vegetais com no máximo de 15% de unidade - emb. 500g	PACOTE	50	2,73	136,5
75	346863	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA - Aspecto nao amolecida, nen pegajosa sem manchas esverdeada ou pardacentas. Constando o numero de inscricao do SIF ou SIE	KILO	4.815,00	22,82	109.878,30
76	346286	CARNE BOVINA EM PEDACOS - Carne de segunda sem osso. Aspecto nao amolecida, nen pegajosa sem manchas esverdeada ou pardacentas. Constando o numero de inscricao no SIF ou SIE	KILO	2.850,00	19,98	56.943,00
77	346285	CARNE BOVINA MOIDA - Carne moida de primeira magra com 3 a 4 por cento de gordura. Aspecto nao amolecida, nen pegajosa sem manchas esverdeada ou pardacentas. Constando o numero de inscricao do SIF ou SIE	KILO	2.850,00	20	57.000,00
78	346787	CARNE BOVINA SALGADA (CHARQUE) - curada e seca, de 1 a qualidade, com baixo teor de gordura,	KILO	60	21,15	1.269,00
79	29123	CARNE SUINA - Proveniente de animais abatidos sob inspeção veterinaria. Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substancia contaminante que possa alterar os aspectos normais do produto.	KILO	110	8,27	909,7
80	346147	CEBOLA - Branca, compcta e firme, sem lesoes de origem fisica, perfuracoes e cortes, tamanha e coloracao uniformes, devendo ser bem desenvolvidas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KILO	1.520,00	5,9	8.968,00
81	346148	CENOURA - Sem folhas, fresca, com ausencia de rachaduras ou cortes na casca. Livres de umidade extrena, terra parasitas e residuos de fertilizandes.O transporte deve ocorrer em caixa de platico limpa.	KILO	1.680,00	5,9	9.912,00
82	346378	CERA LIQUIDA - Princípio Ativo: solvente de petróleo.Composição básica: silicone, parafina, formol, conservante, perfume e outras substâncias químicas permitidas.Teor de não voláteis: mínimo 3,5% na categoria. Caixa:12 X 1, Frascos de 750 ml	CAIXA	458	34,68	15.883,44
83	346380	CERA LIQUIDA VERMELHA - Princípio Ativo: solvente de petróleo.Composição básica: silicone, parafina, formol, conservante, perfume e outras substâncias químicas permitidas. Teor de não voláteis: mínimo 3,5% na categoria. Caixa12 X 1,Frascos de 750 ml	CAIXA	222	34,68	7.698,96
84	346428	CEREAL INFANTIL - Cereal Infantil de Arroz e Aveias, tipo mucilon lácteo de preparo instantaneo, preparado a partir de materias primas sas, limpas, enriquecidos com vitaminas. 400GR	UNIDADE	120	10	1.200,00

85	346425	CEREAL INFANTIL - Cereal Infantil de Multicereais, tipo mucilon lácteo de preparo instantaneo, preparado a partir de materias primas sas, limpas, enriquecidos com vitaminas. 400GR	UNIDADE	120	10	1.200,00
86	20065	CESTO PARA LIXO 10 LT - Em plástico resistente, cor escura, capacidade 10 litros (Telado).	UNIDADE	314	2,9	910,6
87	21125	CESTO PARA LIXO 100 LT - Em plástico resistente, cor escura, capacidade 100 litros com tampa, alças laterais e pedal.	UNIDADE	129	200	25.800,00
88	17066	CESTO PARA LIXO 20 LT- Em plástico resistente, cor escura, capacidade 20 litros, com tampa, alças laterais e pedal.	UNIDADE	215	31,5	6.772,50
89	346966	CHA DE ANIZ ESTRELADO - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plasticas de 10g.	PACOTE	10	1,47	14,7
90	346397	CHA DE CAMOMILA - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plasticas de 10g.	PACOTE	10	1,96	19,6
91	16686	CHA DE ERVA DOCE - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plásticas de 10g.	UNIDADE	1.600,00	1,58	2.528,00
92	346964	CHA DE FUNCHO - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plasticas de 10g.	PACOTE	10	1,97	19,7
93	346965	CHA DE HORTELA - Sementes, natural, sabor e cor característicos, em embalagens plasticas de 10g.	PACOTE	10	1,83	18,3
94	346268	CHA MATE - Composição: Folhas e Talos Tostados de Erva-Mate, sabor e cor característico, dupla embalagem (plástica e caixa de papelão), com identificação do produto, rótulo com ingredientes. Embalagem de 250g.	UNIDADE	2.012,00	5	10.060,00
95	346871	CHA MATE Caixa (30 X 200 gr) - Composição: Folhas e Talos Tostados de Erva-Mate, sabor e cor característico, dupla embalagem (plástica e caixa de papelão), com identificação do produto, rótulo com ingredientes.	CAIXA	150	149	22.350,00
96	346969	CHOCOLATE GRANULADO - à base de açúcar, amido de milho, gordura vegetal, glucose em pó, cacau em pó, maltodextrina, sal. Pacote com 250 g, inviolado, livre de insetos, microorganismos ou outras impurezas que venham a comprometer.	PACOTE	150	4,48	672
97	346150	CHUCHU - verde claro. Deverá ser de porte médio/grande de boa qualidade, fresco, compacto e firme, sem defeitos sérios (rachaduras e cortes),	KILO	1.330,00	3,2	4.256,00
98	1928	COADOR DE CAFE (G) - Coador de Pano, tecido 100% algodão, com arame galvanizado (não enferruja), com cabo de madeira trabalhado. Produto 100% nacional e artesanal.Tamanho G	UNIDADE	479	7	3.353,00
99	346793	COADOR DE CAFE (P) - Coador de Pano, tecido 100% algodão, com arame galvanizado (não enferruja), com cabo de madeira trabalhado. Produto 100% nacional e artesanal.Tamanho P	UNIDADE	22	3	66
100	346948	COCO RALADO SECO SEM ACUCAR. 250 gr. Deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos sãos e maduros não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, com aspectos de fragmentos soltos e de cor branca.	PACOTE	300	7,9	2.370,00
101	346478	COLHER - De Sobremesa em inox, com espessura mínima de 1,0 mm comprimento mínimo 16 cm, cabo em inox, primeira linha.	UNIDADE	300	3,9	1.170,00
102	346841	COLHER - De Sopa em inox, com espessura mínima de 1,0 mm comprimento mínimo 16 cm, cabo em plastico, primeira linha.	UNIDADE	222	3,5	777
103	346919	COLHER DE ALUMINIO - Tamanho GRANDE, aluminio batido com cabo de polietileno ou com cabo de alumínio.	UNIDADE	36	7,6	273,6
104	340927	COLHER DE ALUMINIO - Tamanho MEDIO, aluminio batido com cabo de polietileno ou com cabo de alumínio.	UNIDADE	105	4,75	498,75
105	346931	COLHER DE PLASTICO (DESCARTAVEL 100 X 1)	PACOTE	100	3,45	345
106	346906	COLHER DE SOPA - Cabo de plastico , com espessura mínima de 1,0 mm comprimento mínimo 19 cm, primeira linha.	UNIDADE	5	2,5	12,5
107	9563	COLHER DE SOPA em inox, com espessura mínima de 1,0 mm comprimento mínimo 19 cm, cabo em inox, primeira linha.	UNIDADE	1.362,00	2,5	3.405,00
108	1820	COLORAU - produto obtido a partir do urucum, sem adição de sal, embalado em pacotes de 500g. Constar data de fabricação e prazo de validade de 6 meses	PACOTE	80	5,3	424
109	10812	COLORAU EM PO (PCT C/ 1 KG)	KILO	15	10,59	158,85
110	332929	CONCHA ALUMINIO- Tamanho n. 10, aluminio batido com cabo de polietileno ou com cabo de alumínio tamanho aproximado de 35,5 CM.	UNIDADE	282	13	3.666,00
111	346479	CONJUNTO PLASTICO - Contendo 6 potes plasticos com tampa(1 pote de 6,5 litros, 1 pote de 3,5 litros, 1 pote de 2 litros,1 pote de 1,2 litros, 1 pote de 800 ml).	UNIDADE	71	32,5	2.307,50
112	346901	COPO DE VIDRO 180 ML - Resistente, transparente, totalmente liso, sem pé, com capacidade para mínima de 180ml.	UNIDADE	24	1,5	36
113	17102	COPO DE VIDRO 240 ML - Resistente, transparente, totalmente liso, sem pé, com capacidade para mínima de 240ml.	DUZIA	127	38,4	4.876,80
114	346900	COPO DE VIDRO 250 ML - Resistente, transparente, totalmente liso, sem pé, com capacidade para mínima de 250ml.	UNIDADE	24	2,9	69,6
115	324964	COPO DESCARTAVEL 180 ML - Em plástico atóxico, branco, pacote com 100 unidades, peso mínimo por copo: 2,2 gramas. Produzido conforme NBR nº 14865/2002. Embalagem (Caixa 25 x 1).	CAIXA	515	77,5	39.912,50
116	346927	COPO DESCARTAVEL P / CAFE - Em plástico atóxico, branco, pacote com 100 unidades, peso mínimo por copo: 2,2 gramas. Produzido conforme NBR nº 14865/2002. Embalagem (Caixa 25 x 1).	CAIXA	25	45	1.125,00
117	325284	CORDA PARA VARAL - Funciona tanto para áreas internas quanto externas, cabo de aço revestido em pvc é feito para resistir por muito tempo. Acompanha kit para fixação na parede.. Comprimento médio de 10 a 20 metros.	UNIDADE	20	0,9	18
118	346967	COXINHA DA ASA - Congelada in natura. A ave deve ter contornos definidos firmes e sem manchas, pele aderente, com aspecto, cor e cheiro caracteristicos. Nao deve apresentar sujidades, penas e carcacas. Inspencao estadual e federal e prazo de val	KILO	750	11,96	8.970,00
119	346382	CREME CONDICIONADOR - Em embalagens plásticas tipo galões contendo 4,6 litros do produto. Composição básica: Álcool ceto estearílico, Amônio quaternário, Ácido cítrico, Essência, Água Aditivos e Conservantes.	UNIDADE	180	22,31	4.015,80
120	346269	CREME DE LEITE(Caixa com 200 g) - Creme de Leite embalagem tipo "tetra rex"(caixinha) 200g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 meses	UNIDADE	850	2,2	1.870,00
121	346959	CREME DENTAL - concentraçao maxima de 500 ppm de fluor, a concentraçao de ppm de composto de fluor devera estar estampada no rotulo, aceitos pelo Ministerio da Saude, com 90gr	UNIDADE	380	2	760
122	346381	CREME DENTAL INFANTIL - Composição básica de 1.100 ppm de flúor, sorbitol, sílica, lauril sulfato de sódio, polietilenoglicol, carboximetilcelulose, sacarina sódica, composição aromática, corante e água. Contendo fluoreto de sódio. Unidades de 50g	UNIDADE	1.210,00	3,7	4.477,00
123	324881	CUMBUCA PLASTICA 350 ML - Lisas, em polipropileno, plástico atóxico, cores diversas, formato arredondado, próprias para merenda escolar. Capacidade média de: 350 ml.	UNIDADE	5.500,00	4,4	24.200,00
124	346461	DESCANSO - Para Panelas, de Aço INOXIDAVEL ou ferro (não pode ser de madeira).	UNIDADE	115	50	5.750,00
125	324882	DESCASCADOR DE LEGUMES - Em aço inoxidável, manual, comprimento de aproximadamente 16 cm.	UNIDADE	105	19,9	2.089,50
126	346903	DESENGORDURANTE LIQUIDO 500 ML - Para limpeza pesada como pisos, fogões, graxas, geladeiras, microondas, azulejos, pias, plásticos em geral e em locais com alto nível de gordura.	UNIDADE	30	3,95	118,5

127	346303	DESINFETANTE - Com ação bactericida, em embalagens plásticas de 2 litros. Composição básica: Ativo, copolímero, acrílico, tensoativo não iônico, conservante, fragrância e água. Princípio ativo: Cloreto de dialquil dimetil benzil amônio.	UNIDADE	7.730,00	4,07	31.461,10
128	346840	DESODORIZADOR AMBIENTAL AEROSOL - Na frangrancia de varios aronas, ingrediente ativo solubilizantes coadjuvantes e butano/propano em frasco de aluminio contendo 400ML.	FRASCO	262	6,6	1.729,20
129	346304	DETERGENTE LIQUIDO - Princípio ativo linear: alquilbenzeno, sulfonato de sódio. Composição: tensoativos, aniônicos, não iônicos, coadjuvantes, preservantes, sequestrante, espessante, fragancias e outras substâncias químicas permitidas. Frascos 500 ML	UNIDADE	6.210,00	1,66	10.308,60
130	346272	DOCE EM PASTA - Doce de frutas, potes de 400g. Deve constar na embalagem: registro, data de fabricação, prazo de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega, composição nutricional e peso líquido.	UNIDADE	610	4,9	2.989,00
131	346274	DOCE EM PASTA - Doce de leite, potes de 400g. Deve constar na embalagem: registro, data de fabricação, prazo de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega, composição nutricional e peso líquido.	UNIDADE	250	4,9	1.225,00
132	25765	DOCE MARROM GLACE - pacote 350gr	UNIDADE	15	3,91	58,65
133	25421	EMBALAGEM CACHORRO QUENTE - Pacote com 100 unidades	PACOTE	50	3,9	195
134	17075	EMBALAGEM DE PAPEL PARA PIPOCA - Pacote com 100 unidades	PACOTE	20	3,23	64,6
135	11057	EMULSIFICANTE- Emulsificante (tipo Emustab), potes plásticos de 200g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de	UNIDADE	60	5	300
136	324884	ESCORREDOR DE MACARRAO- Em alumínio, reforçado, tipo tacho, furado, com pés. 60cm de diâmetro, capacidade mínima de 35 LITROS.	UNIDADE	46	81,3	3.739,80
137	346466	ESCOVA DENTAL - Cerdas Macias, de Nylon, com 04 fileiras de tufos, com 34 tufos de cerdas, aparadas e aredondadas uniformemente na mesma altura, com feixes de cerdas homogenias, escova compacta.	UNIDADE	1.520,00	1,56	2.371,20
138	346385	ESCOVA DENTAL INFANTIL - Cerdas macias, de nylon, com 03 fileiras de tufos, com 28 tufos de cerdas aparadas e arredondadas uniformemente na mesma altura, com feixes de cerdas homogêneas, escova compacta, cabeça arredondada, medindo cerca 15 cm.	UNIDADE	2.300,00	1,56	3.588,00
139	346387	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRA - Cabo rígido (inquebrável) e anatômico que não enferruja e não solta as cerdas. Medidas aproximadas: 14,9 x 8,9 x 3,99 cm(alt. x larg. x prof.)	UNIDADE	80	5,98	478,4
140	346386	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA - Escova com base anatômica em plástico resistente e cerdas em nylon ou similar.	UNIDADE	130	3,99	518,7
141	346389	ESCOVA PARA LAVAR VASO SANITARIO - Escova com cerdas sintéticas resistentes, cabo de plástico rígido.	UNIDADE	123	3,7	455,1
142	332938	ESCUMADEIRA - Nº 10 em alumínio batido, com cabo de polietileno ou de alumínio batido, com 10 cm de circunferência.	UNIDADE	111	5,9	654,9
143	346391	ESPONJA DE ACO - Abrasividade média, aplicação em utensílios domésticos. Fardos com 14 pacotes de 8 unidades cada.	FARDO	513	21	10.773,00
144	346306	ESPONJA DUPLA FACE - Tipo dupla face, composta por poliuretano e fibra sintética, com material abrasivo, com função bactericida, medindo 110 X 75 X 9 mm,com formato retangular, nas cores amarela com verde.	UNIDADE	4.091,00	0,54	2.209,14
145	346393	ESPONJA PARA BANHO - Esponja macia para banho, em poliuretano, formato retangular, tamanho 155 x 77 x 23 mm.	UNIDADE	1.300,00	1,42	1.846,00
146	346276	ESSENCIA DE BAUNILHA - Essência de baunilha composto por: água destilada, álcool etílico, corante caramelo e aromatizante. Em embalagem de vidro, com 30 ml. Rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação	FRASCO	100	2,96	296
147	332941	EXTENSAO - Extensão com adaptador e fio duplo, cabo chato, tamanho de 5 a 10 metros de comprimento - entrada padrão.	UNIDADE	70	29,6	2.072,00
148	346904	EXTRATO DE TOMATE Caixa 24 X 1- Concentrado embalagem tipo “tetra rex” (caixinha), 140g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses.	CAIXA	10	27,6	276
149	346405	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - Embalagem tipo tetra pack, 1080g com identificacao do produto, rotulo com ingrediente valor nutricional do produto. Data de fabricacao e validade minima de 6 meses a contar da data de entrega	UNIDADE	900	5,59	5.031,00
150	346860	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO 340GR - Embalagem tipo tetra pack, com identificacao do produto, rotulo com ingrediente valor nutricional do produto. Data de fabricacao e validade minima de 6 meses a contar da data de entrega	UNIDADE	50	6,6	330
151	332942	FACA DE PAO - Serrilhada, em aço inoxidável, com cabo de plástico, comprimento de aproximadamente 32 cm.	UNIDADE	38	8,9	338,2
152	2107	FACA DE CORTE LISO 21 CM INOX CABO BRANCO	UNIDADE	6	29,9	179,4
153	346842	FACA DE MESA - Em inox, com espessura mínima de 1,0 mm comprimento mínimo 16 cm, cabo em plastico, primeira linha.	UNIDADE	150	2,5	375
154	30700	FACA DE PLASTICO (DESCARTAVEL 100 X 1)	PACOTE	30	3,5	105
155	346154	FARINHA DE MANDIOCA - Aspecto de po fino ou granulado Sem presenca de terra, insetos fungos, parasitas e objetos estranhos. Nao teve ser rancosas ou fermentadas. Embalagem de polietileno contendo 1kg com dados identificacao prazo de validade.	KILO	1.450,00	4,5	6.525,00
156	346819	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1KG - Produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca, cheiro e sabor próprios; sem fermento.	PACOTE	210	3,59	753,9
157	1939	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL- 10 X 1- Produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca, cheiro e sabor próprios; sem fermento.	FARDO	240	35,9	8.616,00
158	332867	FEIJAO CARIOCA novo, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isenta de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade; em pacotes de 1Kg, acondicionados em fardos de 30kg; validade no minimo 12 meses.	FARDO	224	185,99	41.661,76
159	346861	FEIJAO CARIOCA - Pacote 1KG, novo, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isenta de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade; validade no minimo 12 meses.	PACOTE	693	6,17	4.275,81
160	8442	FEIJAO PRETO - Tipo 1, embalagem de 1kg com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses. fardo de 30kg	FARDO	10	162,14	1.621,40
161	10235	FERMENTO BIOLOGICO - Para pão, embalagem de 125g com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UNIDADE	125	5,4	675
162	346433	FERMENTO BIOLOGICO - Fermento biologico (para pao), embalagem de 100g, com identificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricacao e validade.	UNIDADE	140	5,4	756
163	29213	FERMENTO QUIMICO - Instantâneo para bolos, embalagem de 100g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UNIDADE	250	2,2	550

164	346307	FIBRA ABRASIVA - Tipo: Fibraço, para limpeza ultra-pesada, MATERIAL: Manta de não-tecido de fibras sintéticas, unidas com resinas impregnadas com mineral abrasivo. FORMATO: Retangular, DIMENSÃO: Mínimo 87x125mm, USO: Remoção de sujidades.	UNIDADE	345	3	1.035,00
165	333011	FILME PVC - Filme PVC esticável, transparente, atóxico, inodoro e resistente a baixas temperaturas (até -35ºC), Rolo: de 40 cm x 1000 m.	UNIDADE	350	3,3	1.155,00
166	324919	FILTRO PURIFICADOR DE AGUA - Para bebedouro, filtro em polipropileno/sangel e carvão ativado, para água potável, conforme a portaria 518 MS e NBR 14908. Com(filtro + elemento filtrante)	UNIDADE	10	80	800
167	335531	FIO DENTAL EMBALAGEM 500 METROS	UNIDADE	20	10	200
168	16547	FITA VEDA ROSCA - Politetrafluoretileno não siterizado, utilizado em instalações prediais, e industriais de água fria e quente. Comprimento: 18mm largura x 50m	UNIDADE	20	2,35	47
169	346308	FLANELA - Flanela 100% algodão, medindo 38 x 58 cm, na cor laranja ou branca.	UNIDADE	995	2,5	2.487,50
170	24894	FLOCOS DE CEREAIS 500GR	UNIDADE	130	10,9	1.417,00
171	1703	FOSFORO (MACO) 10 X 1 X 40 PALITOS	UNIDADE	250	1,9	475
172	346404	FRALDA - Descartaveis Tam. EXTRA G - Para criança com peso de 10kg a 15 kg, descartáveis, higiênicas, atóxicas, flocgel, formato anatômico, barreiras antivazamento, sistema de absorção concentrada. Embalagem: Fardo com 60 unidade	FARDO	600	44	26.400,00
173	346400	FRALDA - Descartaveis Tam. G - Para criança com peso de 9kg a 13 kg, descartáveis, higiênicas, atóxicas, flocgel, formato anatômico, barreiras antivazamento, sistema de absorção concentrada. Embalagem: Fardo com 60 unidades	FARDO	650	44	28.600,00
174	346399	FRALDA - Descartaveis Tam. M - Para crianças com peso de 4 a 10 kg, higienicas, atoxicas, flocgel, formato anatomico, barreiras antivazamento, sistema de absorção concentrada. Embalagem: Fardo com 72 unidade	FARDO	300	44	13.200,00
175	344750	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO 10 X 8 (FARDO)	FARDO	200	147,5	29.500,00
176	1669	FRANGO CONGELADO COMUM - Congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas	KILO	6.130,00	8,27	50.695,10
177	30688	FRIGIDEIRA - Antiaderente de inox tamanho 30 cm	UNIDADE	5	74,5	372,5
178	1679	FUBA DE MILHO - Sabor e cor característicos, embalagem plástica de 1kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses	KILO	10.600,00	2,42	25.652,00
179	346880	GARFO DE METAL - Em inox, com espessura mínima de 1,0 mm comprimento mínimo 16 cm, cabo em plastico, primeira linha.	UNIDADE	173	2,5	432,5
180	21094	GARFO DE METAL CABO DE PLASTICO	UNIDADE	36	2,5	90
181	10273	GARRAFA TERMICA 1 LT - Em plástico atóxico, com bico de tampa rosqueável , de fácil limpeza, corpo inquebrável, com ampola de vidro de acordo com NBR 13282. Capacidade 1litro,	UNIDADE	120	28,9	3.468,00
182	2508	GARRAFA TERMICA 1,8 LITROS - Em plástico atóxico, com tampa rosqueável , de fácil limpeza, corpo inquebrável, com ampola de vidro de acordo com NBR 13282.	UNIDADE	4	85	340
183	341408	GARRAFA TERMICA 20 LT	UNIDADE	2	125	250
184	21137	GARRAFA TERMICA 5 LITROS COM TORNEIRA	UNIDADE	26	96	2.496,00
185	16069	GELATINA 85G (SABORES VARIADOS)	UNIDADE	350	0,99	346,5
186	1862	GELATINA EM PÓ - embalagem de 1Kg, sabor, morango, uva, limão e abacaxi, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 meses.	UNIDADE	300	9,9	2.970,00
187	346279	GELEIA DE FRUTAS - Potes de 400g .Geléia de frutas (diversos sabores), de acordo com a RDC nº. 272 de 22/09/05 - ANVISA, embalado em material plástico (polietileno) e rotulagem específica.	UNIDADE	1.110,00	4,9	5.439,00
188	346280	GELEIA DE FRUTAS DIET - Potes de 400g .Geléia de frutas (diversos sabores), de acordo com a RDC nº. 272 de 22/09/05 - ANVISA, embalado em material plástico (polietileno) e rotulagem específica. Potes de 400g	UNIDADE	100	5	500
189	346975	GRANOLA - Isenta de mofo, livre de parasitas e substancias, acondicionada em embalagens de 200 GR. prazo de validade 10 meses a contar com a data da entrega	UNIDADE	5	5,9	29,5
190	346511	GUARDANAPO - De Papel, tipo liso, folha dupla, maxima absorção e extrema maciez cor branca, alvura superior a 70% conforme Norma ISO. Embalagem: Pacote com 50 unidades.	PACOTE	510	1,45	739,5
191	346798	HASTE FLEXIVEL DE ALGODÃO COM 75 UNIDADES	UNIDADE	70	1,3	91
192	346371	INSETICIDA - Veneno para insetos (inseticida) em Spray aerossol.Frasco de 300ml	UNIDADE	177	12,56	2.223,12
193	346971	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA - cartela 6x1 Sabores variados, com consistencia cremosa ou liquida, acondicionada em pote.	UNIDADE	300	3,9	1.170,00
194	346973	IOGURTE NATURAL - Desnatado com polpa de fruta, sem adicao de acucar. Embalagem tipo copo com 140 grs.	UNIDADE	50	3,83	191,5
195	1938	ISQUEIRO - Isqueiro a gás - corpo revestido em plástico, dimensões 7,5 cm, peso aproximadamente de 10 gramas, com acendedor, gás embutido, descartável, aprovado pelo INMETRO.	UNIDADE	721	3,9	2.811,90
196	346953	JARRA - 2 ltros. Em plástico atóxico, com tampa, resistente, transparente, com capacidade de	UNIDADE	7	9,9	69,3
197	332945	JARRA - 4 ltros. Em plástico atóxico, com tampa, resistente, transparente, com capacidade de	UNIDADE	105	10	1.050,00
197	332945	JARRA - 4 ltros. Em plástico atóxico, com tampa, resistente, transparente, com capacidade de	UNIDADE	105	10	1.050,00
198	21076	JARRA DE VIDRO 2 LITROS	UNIDADE	10	7,57	75,7
199	346947	JILO - Com folhas oblongas, agudas e cobertas por pêlos finos, principalmente na parte inferior do limbo foliar. Flores brancas e agrupadas em inflorescências do tipo racemo, de pedúnculo curto e com estames porosos.	KILO	300	6,99	2.097,00
200	13154	LAMPADA - 40 Wats, 127 Volts, compactas, econômicas , brancas, Aprovadas pelo INMETRO.	UNIDADE	750	24,96	18.720,00
201	324922	LAMPADA - 25 Wats, 127 Volts, compactas, econômicas , brancas, Aprovadas pelo INMETRO.	UNIDADE	270	23,9	6.453,00
202	346270	LARANJA PERA - Deverá ser fresca, com grau de maturação que permita a manipulação no transporte, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura. As e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura. As frutas não poderão apresentar mancha.	KILO	3.345,00	1,8	6.021,00
203	346281	LEITE CONDENSADO - Leite condensado, embalagem tipo Tetra Rex (caixinha) de 395g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data	UNIDADE	850	2,9	2.465,00
204	346867	LEITE EM PO Pacote 400 gr. - Integral instantaneo embalagem aluminizada, enriquecido com vitaminas e minerais e deverá ser de boa solubilidade, sem gluten. O produto devera estar de acordo com a com a Portaria MA-369.	PACOTE	50	9,05	452,5

205	21025	LEITE INTEGRAL UHT- Longa Vida, embalagem tetra Pack de 1 litro com selo SIF, SIM ou SIE e validade de no mínimo 04 meses; acondicionados em caixa de 12 litros.	CAIXA	1.250,00	44	55.000,00
206	333106	LEITEIRA - Tipo de Aluminio, capacidade 2 LITROS, com cabo em material sintético resistente ao aquecimento.	UNIDADE	2	24,84	49,68
207	17090	LEITEIRA - Tipo de Aluminio, capacidade 3 LITROS, com cabo em material sintético resistente ao aquecimento.	UNIDADE	38	24,5	931
208	11032	LEITEIRA - Tipo de Aluminio, capacidade 5 LITROS, com cabo em material sintético resistente ao aquecimento.	UNIDADE	72	52,6	3.787,20
209	346311	LIMPA ALUMINIO - Composto por tensoativo aniônico, biodegradável, coadjuvante, corante e água. Princípio ativo: tensoativos. Em embalagem plástica (frasco) contendo 500ml do produto.	FRASCO	1.735,00	2,15	3.730,25
210	346314	LIMPA MOVEIS - Emulsão cremosa (Tipo lustra-móveis), perfumada, para superfície em geral (exceto piso), composta de cera, silicone, solvente, emulsificante, conservante, sequestrante, perfume e água. Embalado em frasco plástico 500 ml.	FRASCO	635	7,22	4.584,70
211	346907	LIMPA PEDRA 2 LITROS - Para a limpeza de pedras e pisos rústicos que possuam sujeiras dos mais diversos tipos, tais como: crostas de lama, encardido, respingos de concreto e ferrugem.	UNIDADE	20	7,62	152,4
212	346316	LIMPA VIDROS - Em líquido com tensoativo não iônico, na embalagem deverá constar a data de fabricação e validade do produto e número do lote. Em embalagem plástica contendo 500 ml do produto.	FRASCO	480	3,5	1.680,00
213	346313	LIMPADOR MULTIUSO - Limpa pisos, azulejos e calçadas, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saude.Embalagem plástica de 2 litros.	LITRO	750	3,27	2.452,50
214	346974	LINGUICA CALABRESA - linguica tipo calabresa de carne suina pura e limpa, de 1º qualidade, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporçoes adequadas ao tipo calabres submetida ao precesso de cura, embalada a vacuo	KILO	120	15,5	1.860,00
215	346291	LINGUICA DE FRANGO - Linguica de carne de frango tipo pura, embalagem propria.Contendo certificado sanitaria, selo da industria, identificacao do produto peso marca do fabricante, prazo de validade carimbos com ministerio da agrlcultura e ANVISA	KILO	200	14	2.800,00
216	346872	LINGUICA MISTA - Com carne bovina e porco, acondicionada em embalagem adequada de acordo com as normas da ANVISA, Com cor, odor e sabor caracteristicos	KILO	1.250,00	15,66	19.575,00
217	17183	LUSTRA MOVEIS 500ML	UNIDADE	80	6,27	501,6
218	346318	LUVA DE BORRACHA (TAM.G) - Resistente a agentes abrasivos classe A (agressivos básicos), classe B (detergentes, sabões, amoníaco e similares) , classe C (tipo 3 alcoóis , tipo 4 éteres, tipo 5 cetonas e tipo 6 ácidos orgânicos).	PAR	1.215,00	3,9	4.738,50
219	346319	LUVA DE BORRACHA (TAM.M) - Resistente a agentes abrasivos classe A (agressivos básicos), classe B (detergentes, sabões, amoníaco e similares) , classe C (tipo 3 alcoóis , tipo 4 éteres, tipo 5 cetonas e tipo 6 ácidos orgânicos).	PAR	1.405,00	3,9	5.479,50
220	346799	LUVA DE BORRACHA (TAM.P) - Resistente a agentes abrasivos classe A (agressivos básicos), classe B (detergentes, sabões, amoníaco e similares) , classe C (tipo 3 alcoóis , tipo 4 éteres, tipo 5 cetonas e tipo 6 ácidos orgânicos).	PAR	150	3,9	585
221	346430	LUVA DE VINIL - Descartável, confeccionada àbase de resina sintética vinil (policloreto de vinila), com textura uniforme e lisa, sem falhas, isenta de solda, punho com gravação e bainha, ambidestra, sensibilidade tátil, Embalada em caixa com 100 UN	CAIXA	110	22	2.420,00
222	346412	LUVA PLASTICA DESCARTAVEL - Em polietileno atóxico, ambidestra e descartável, transparente, Embalagem: Pacote com 100 unidades.	PACOTE	925	22	20.350,00
223	346271	MACA VERMELHA NACIONAL - As macas devem se apresentar: inteiras; sãs; limpas, praticamente isentas de matérias estranhas e impurezas visíveis; isentas de parasitas, de umidade e de odores estranhos; tamanho medio meses. Fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas.	KILO	1.152,00	6,88	7.925,76
224	346800	MACARRAO - Pacote de 1KG. Tipo Espaguete, fino de semolina ou sêmola, com ovos, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06	PACOTE	2.180,00	4,38	9.548,40
225	346447	MACARRAO - Tipo Integral espaquete, farinha de trigo enriquecida com ferro, acido folico, corante natural de urucum e curcumã. Embalagem plastica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g.	PACOTE	3	2,3	6,9
226	324951	MACARRAO - Tipo Parafuso, com ovos, farinha de trigo enriquecida com ácido fólico. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isenta de qualquer substância estranha ou nociva. Com identificação do produto no rotulo.	PACOTE	400	2,35	940
227	332963	MAMADEIRA - Gargalo Ultra-Higienico sem bordas ou rebarbas cortantes, não retém residuos alimentares. Bico universal de silicone Atóxico, antialérgico, inodoro, insipido, transparente e facil de limpar. Capacidade de 200 a 300 ml.	UNIDADE	1.800,00	10	18.000,00
228	346220	MAMAO FORMOSA - De qualidade apresentado grau de maturacao que lhe permita suportar a manipulacao, nao estar amassado, ferida, manchas na casca ou qualquer outra alteracao. Tamanho medio	KILO	70	4,99	349,3
229	340935	MANGUEIRA - Para jardim, trançada garden flex, 1/2 polegadas, por 2 mm.	METRO	370	1,75	647,5
230	346283	MARGARINA - 1KG - Creme vegetal cremoso,com no mínimo 60% de lipídios, embalagem plástica atóxica, lacrada, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante. Validade minima 6 meses.	KILO	1.040,00	8,6	8.944,00
231	346899	MARGARINA - 500 GR - Creme vegetal cremoso,com no mínimo 60% de lipídios, embalagem plástica atóxica, lacrada, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante.Validade minima 6 meses.	UNIDADE	642	4,91	3.152,22
232	346467	MASCARA DESCARTAVEL - Confeccionada em TNT (100 Polipropileno atoxico) cor branca - Tamanho Unico - Pacote com 100 unidades.	UNIDADE	50	27	1.350,00
233	346950	MAXIXE - apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos	KILO	300	6,9	2.070,00
234	346273	MELANCIA - De qualidade tamanho medio, frutas firmes limpas e maduras, sem machucados.	KILO	1.650,00	2,98	4.917,00
235	346355	MELAO - De primeira qualidade, amarelo, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados.	KILO	300	5,9	1.770,00
236	20153	MILHO VERDE - Em conserva, em latas de 200 a 300g, acondicionadas em caixas; com data de fabricação, validade,valor nutricional, peso, fabricante. Validade mínima de 6 meses	UNIDADE	260	1,8	468
237	346949	MILHO VERDE - LATA 2 kg , Em conserva, com data de fabricação, validade,valor nutricional, peso, fabricante. Validade mínima de 6 meses	UNIDADE	360	13,9	5.004,00
238	1831	MORTADELA COMUM 1º Qualidade resfriada, acondicionado em embalagem adequada, de acordo com as normas da ANVISA. Com cor,odor, sabor e textura caracteristicos.	KILO	690	6,99	4.823,10
239	346284	MUSSARELA - Queijo tipo mussarelacom registro no SIF,SISE/MT ou SIM, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea,cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado e resfriado.	KILO	730	23,6	17.228,00
240	2088	NOZ MOSCADA - Em po 10 gr	PACOTE	80	3,5	280
241	346801	OLEO DE SOJA VEGETAL - Refinado, obtido de matéria prima vegetal, isento de substâncias transgênicas à sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas, garrafas plásticas transparente de 900 mlL.	UNIDADE	473	3,95	1.868,35
242	341546	OLEO DE SOJA VEGETAL - Refinado, obtido de matéria prima vegetal, isento de substâncias transgênicas à sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas, garrafas plásticas transparente de 900 mlL.acondicionado em caixas 20 x 1	CAIXA	601	79	47.479,00

243	346451	OREGANO - Produtos naturais construidos de folhas genuinas da especie, sas, limpas, desidratado e especifico para culinaria. Caracteristicas organolépticas - Aspecto: po, cor amarela ou amarelo - esverdeada. 10gr	PACOTE	300	3,79	1.137,00
244	346293	OVOS - Ovos de galinha tipo 2 grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Validade e aviario de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA	DUZIA	2.038,00	5,21	10.617,98
245	346320	PA DE LIXO - Medindo 300 mm x 280 mm x 125 mm, cabo de madeira revestido com plástico com 150 cm.	UNIDADE	85	2,9	246,5
246	7243	PALITO - Tipo Picole, produzido com madeira 100% reflorestada, tamanho: 11,1 x 1 cm, acondicionado em embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	76	1,5	114
247	1856	PALITO DENTAL (C/ 100)	UNIDADE	110	0,5	55
248	21257	PALITO ESPETINHO - Produzido em BAMBU tratado, tamanho aproximado 30 cm de comprimento, roliços, resistente. Para uso diversos. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	1.076,00	2,9	3.120,40
249	26288	PANELA DE ALUMINIO BATIDO 10 LITROS	UNIDADE	5	118	590
250	21079	PANELA DE ALUMINIO BATIDO N. 24	UNIDADE	22	53,96	1.187,12
251	9195	PANELA DE PRESSAO - 10 litros, em alumínio, alças e tampas de baquelite, com válvula de segurança, cabos anatômicos e antitérmicos.	UNIDADE	21	139,9	2.937,90
252	332965	PANELA DE PRESSAO - 13 litros, em alumínio, alças e tampas de baquelite, com válvula de segurança, cabos anatômicos e antitérmicos.	UNIDADE	13	390	5.070,00
253	346803	PANELA DE PRESSAO - 6 litros, em alumínio, alças e tampas de baquelite, v	UNIDADE	3	120	360
254	346908	PANELA DE PRESSAO - 7 litros, em alumínio, alças e tampas de baquelite, com válvula de segurança, cabos anatômicos e antitérmicos.	UNIDADE	11	110,9	1.219,90
255	346321	PANO DE CHAO - Fabricado em algodão cru, na cor branca. Medindo 70 x 40 cm,	UNIDADE	3.090,00	3,99	12.329,10
256	346332	PANO DE PRATO - Branco ou cores claras. Medindo 40 x 60 cm	UNIDADE	1.272,00	5	6.360,00
257	346334	PAPEL ALUMINIO - Papel Alumínio, rolos de 30 cm x 7,5 cm (larg x comp).	UNIDADE	480	3,79	1.819,20
258	340867	PAPEL HIGIENICO - Boa qualidade, folha DUPLAS, Branco, picotado, medindo 30 m x 10 cm, neutro ou perfumado, composto de fibras celuloticas/naturais, exceto aparas de papel, tubete medindo 4 cm, normas do INMETRO, INPI e NBR. Embalagem:(16 X 4)	FARDO	1.182,00	42,75	50.530,50
259	346434	PAPEL TOALHA - Pacote com 2 rolos - 60 folhas de 20 x 22 cm	PACOTE	1.139,00	3,56	4.054,84
260	346909	PAPEL TOALHA PARA BANHEIRO - Papel toalha de alta qualidade, Maciez de ambos os lados,Produzido com 100% celulose virgem - Secar as mãos, Limpar e secar superfícies.	UNIDADE	515	8,46	4.356,90
261	2495	PEDRA - Para afiar, dupla face com grãos mistos para duas opções de afiação: Desbaste (granulação 400) e Acabamento (granulação 1000). Com excelente desempenho de afiação.	UNIDADE	38	10	380
262	346338	PEDRA SANITARIA - Tipo arredondada, com suporte, fragância floral, na cor azul, em consistência sólida, composto de 98,99% de paradicorobenzeno.	UNIDADE	1.860,00	1,19	2.213,40
263	346294	PEITO DE FRANGO - Peito de frango sem osso, sem pele, congelado. Na embalagem deve ter os seguintes informacoes. peso de processamento e data de validade, tipo de carne, carimbo de inspecao estadual ou federal e prazo de validade minimo 03 meses.	KILO	150	13	1.950,00
264	10255	PENTE - Em plástico resistente, com separador de mechas, dentes finos de otima qualidade.	UNIDADE	100	0,95	95
265	346161	PEPINO - Pepino integros, com coloracao verde - escura, firmes, isentos de sujidades, corpos estranhos e residuos de fertilizantes. Nao deve apresentar quaiquer lesoes de origem fisica.	KILO	50	3,9	195
266	346357	PERA - De boa qualidade, casca sa, lisa, sem picadas de insetos, sem imperfeicoes, cor uniforme, sem rupturas, sem danos fisicos e mecanicos, isento de partes putridas. Devendo estar bem desenvolvidas e maduras, devendo apresentar boa maturacao.	KILO	20	13,6	272
267	341328	PILAO - Para tempero, em alumínio, para uso domestico, com altura de 7 cm e diâmetro de 5,5 cm, contendo um pilão e um amassador em alumínio resistente.	UNIDADE	20	23	460
268	337249	PILHA - Grande alcalinas (D), composição: dióxido de manganês, zinco, hiróxido de potássio, grafite e óxido de zinco. Embalagem: 2 unidades	UNIDADE	204	16,88	3.443,52
269	3785	PILHA - Media alcalinas (C), composição: dióxido de manganês, zinco, hiróxido de potássio, grafite e óxido de zinco. Embalagem: 2 unidades	UNIDADE	240	15,4	3.696,00
270	20715	PILHA - Palito alcalinas (AAA), composição: dióxido de manganês, zinco, hiróxido de potássio, grafite e óxido de zinco. Embalagem: 2 unidades AAA ALCALINA PALITO C/ 2UN	UNIDADE	192	6,59	1.265,28
271	9562	PILHA - Pequenas alcalinas (AA), composição: dióxido de manganês, zinco, hiróxido de potássio, grafite e óxido de zinco. Embalagem: 2 unidades	UNIDADE	372	6,94	2.581,68
272	340934	PILHA - Quadrada alcalinas (9 W), composição: dióxido de manganês, zinco, hiróxido de potássio, grafite e óxido de zinco. Embalagem: 1 unidades	UNIDADE	12	18,81	225,72
273	2142	PIMENTA DO REINO MOIDA (30 GR)	UNIDADE	150	2,71	406,5
274	346963	PIMENTAO - Verde e graúdo, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, sem lesões de origem física e mecânica, perfurações e cortes. Extra, graúdo e verdoso.	KILO	12	9,22	110,64
275	24808	PINO PARA PANELA DE PRESSAO - Peso pino, excelente e de boa qualidade,	UNIDADE	36	3,7	133,2
276	346290	PIPOCA - Grãos inteiriços, com cor característica, embalagem de 500g com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Ob	PACOTE	805	1,6	1.288,00
277	346292	PIRULITOS- Embalagens plásticas de 700 g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 1 ano, a contar data entreg	PACOTE	650	8,9	5.785,00
278	332969	PLASTICO - Transparente 1,40 m de largura x 0,20 de espessura. Para uso	METRO	1.160,00	8	9.280,00
279	346164	POLVILHO AZEDO - tipo 1, origem amiláceo mandioca,tipo grupo fécula.	UNIDADE	230	7	1.610,00
280	346165	POLVILHO DOCE - tipo 1, origem amiláceo mandioca,tipo grupo fécula.	UNIDADE	130	3,6	468
281	346912	POTE 1 LITRO - Plástico atóxico, resistente, com tampa, capacidade de armazenamento para 5 (cinco) Litros.	UNIDADE	25	18,9	472,5
282	346911	POTE 2 LITRO - Plástico atóxico, resistente, com tampa, capacidade de armazenamento para 5 (cinco) Litros.	UNIDADE	25	18,9	472,5
283	346913	POTE 3,5 LITRO - Plástico atóxico, resistente, com tampa, capacidade de armazenamento para 5 (cinco) Litros.	UNIDADE	25	18,9	472,5
284	11050	POTE 5 LITRO - Plástico atóxico, resistente, com tampa, capacidade de armazenamento para 5 (cinco) Litros.	UNIDADE	97	18,9	1.833,30
285	324930	PRATO - Plástico resistente e atóxico, em polipropileno, próprio para merenda escolar, cores diversas, tamanho 15cm de diâmetro por 4 cm de profundidade merenda escolar, cores diversas, tamanho 15cm de diâmetro por 4 cm de profundidade	UNIDADE	3.700,00	3,22	11.914,00

286	341290	PRATO DE VIDRO FUNDO	UNIDADE	206	4,9	1.009,40
287	333098	PRATO DESCARTAVEL DE PLASTICO GRANDE - Caixa 24 X 1	CAIXA	50	81	4.050,00
288	346933	PRATO DESCARTAVEL DE PLASTICO PARA SOBREMESA - Caixa 24 X 1	CAIXA	30	27	810
289	346961	PRENDEDOR - Para roupas em madeira. Pacote com 12 unidades	DUZIA	15	1	15
290	340937	PRENDEDOR - Para roupas em plástico e aço. Pacote com 12 unidades	DUZIA	290	1,5	435
291	7254	PRESTOBARBA	UNIDADE	50	1	50
292	346295	PRESUNTO- A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	KILO	2.350,00	22	51.700,00
293	20844	PROTETOR SOLAR FPS 50 COM 120ML	UNIDADE	300	23	6.900,00
294	346457	QUEIJO CURADO - Pasteurizado com teor de gordura, cloreto de calcio, leite coalho líquido, leite salga em salmoura fermento latico mesofilico. Manipuladas em condicoes satisfatorias. Embalagem primaria.	UNIDADE	235	19,56	4.596,60
295	346951	QUIABO - tipo capsula, liso e roliço sem dano físico ou mecânico decorrente do transporte, Tamanho e Coloração: Uniformes - Características: verde-escuro sem manchas e macios, devem estalar facilmente sob suave pressão.	KILO	300	7	2.100,00
296	17105	RABINHA - Panela para fazer papinhas, aquecer água para chá, café ou outros fins. Recipiente sem tampa, com cabo em madeira, com diametro a partir de 14 centimetros. (CAPACIDADE 3 LITROS)	UNIDADE	52	26	1.352,00
297	8234	RABINHA PARA CAFE (CAPACIDADE 2 LT)	UNIDADE	3	21,9	65,7
298	1866	RALADOR - Inox tamanho grande 4 faces, 23 cm laminas em aço de alta resistência, cabo em ABS.	UNIDADE	46	16,9	777,4
299	346876	RAPADURA- De Cana-de-Açucar, obtida pela concentração a quente do caldo de cana, fabricada com matéria prima não fermentada, isenta de matéria terrosa, parasitos e detritos animais ou vegetais, acondicionados em embalagem plástica contendo 1 KG	KILO	100	7,9	790
300	19618	RASTELO - Tipo vassoura metálica fixa 22 dentes com cabo de 120 cm	UNIDADE	52	8,9	462,8
301	346299	REFRIGERANTE - Em embalagens tipo Pet de 2 litros, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade. Validade mínima de 6 meses, a contar da data da entrega. Embalagem: (6 X 1)	FARDO	877	21,1	18.504,70
302	346167	REPOLHO - Folhas verdes, frescas sem tracos de descoloracao, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas sujas de terra, com ausencia de insetos e residuos de fertilizantes.	KILO	1.320,00	3,99	5.266,80
303	346340	RODO - Tamanho 40 cm. Com base de alumínio, tipo puxa e seca, com cabo resistente, com duas lâminas de borracha.	UNIDADE	381	21,6	8.229,60
304	346339	RODO - Tamanho 60 cm. Com base de alumínio, tipo puxa e seca, com cabo resistente, com duas lâminas de borracha.	UNIDADE	668	29	19.372,00
305	346928	RODO - Tamanho 60 cm. Com base de MADEIRA, tipo puxa e seca, com cabo resistente, com duas lâminas de borracha.	UNIDADE	7	18,66	130,62
306	340938	ROLO - Para massa com cabo articulado, em plástico branco, atóxico e resistente. Aproximadamente 20 cm de comprimento.	UNIDADE	57	9,9	564,3
307	346352	SABAO EM BARRA - De 1ª qualidade, glicerinado, barras de 200g. composição: Sabão base de acídos graxos, glicerina, conservante, sal, inorgânico e água. Embalagem: Pacote com 5 barras de 200 g	PACOTE	5.313,00	6	31.878,00
308	346354	SABAO EM PO - Aspecto físico pó, composição: carbonatos, silicatos, fosfatos, tensoativos não iônicos. Caracteristicas adicionais: biodegradável.Embalagens de 1 kg, registro no Ministério da Saúde ou Anvisa. Caixa 12 X 1	CAIXA	608	72	43.776,00
309	346857	SABAO EM PO 1kg - Aspecto físico pó, composição: carbonatos, silicatos, fosfatos, tensoativos não iônicos. Características adicionais: biodegradável.Embalagens de 1 kg, registro no Ministério da Saúde ou Anvisa.	UNIDADE	3.332,00	6,3	20.991,60
310	346356	SABONETE - Em tablete, uso adulto, de fragrância suave. Deverá possuir grande poder espumante, ser cremoso,glicerinado, pH entre 5,5 a 8,5, comum, para higiene corporal, Unidade: 90 gramas.	UNIDADE	1.984,00	1	1.984,00
311	346445	SABONETE INFANTIL - Em tablete, glicerinado, pH entre 5,5 a 8,5, comum, para higiene corporal, Unidade: 90 gramas.	UNIDADE	2.510,00	1,16	2.911,60
312	346926	SABONETE LIQUIDO 500 ML - Sabonete líquido concentrado para limpeza das mãos. Limpa, amacia, protege e elimina germes da pele.	UNIDADE	200	6,6	1.320,00
313	346358	SABONETE LIQUIDO ANTI-SEPTICO - Indicado para higienização das mãos em geral em cozinhas profissionais, indústrias etc. Ação anti-séptica comprovada contra Staphylococcus aureus e Salmonella Chloerasuis. Sem aroma, Frasco de 5 litros	LITRO	50	25	1.250,00
314	346359	SACO PARA LIXO 100 LT - Caixa com 25 X 5 unid. Saco para lixo doméstico, de polietileno, com capacidade de 100 litros,medindo 75 cm x 1,05 cm, na cor azul ou preto. Composição: 80% polietileno de alta densidade, 15% polietileno.	CAIXA	702	67,5	47.385,00
315	346361	SACO PARA LIXO 15 LT - Caixa com 25 X 20 und. Saco para lixo doméstico, de polietileno, com capacidade de 15 litros, medindo 39 cm x 58 cm, na cor azul ou preto. Composição: 80% polietileno de alta densidade, 15% polietileno.	CAIXA	95	41	3.895,00
316	346362	SACO PARA LIXO 30 LT - Caixa 25 X 10 unid. Saco para lixo doméstico, de polietileno, com capacidade de 30 litros, medindo 59 cm x 62 cm, na cor azul ou preto. Composição: 80% polietileno de alta densidade, 15% polietileno.	CAIXA	119	41	4.879,00
317	346363	SACO PARA LIXO 50 LT - Caixa 25 X 10 unid. Saco para lixo doméstico, de polietileno, com capacidade de 50 litros, medindo 63 cm x 80 cm, na cor azul ou preto. Composição: 80% polietileno de alta densidade, 15% polietileno	CAIXA	380	66	25.080,00
318	346448	SACO PLASTICO - Transparentes, atóxicos, 13 x 25 cm, para embalar alimentos.	KILO	178	20,5	3.649,00
319	346449	SACO PLASTICO - Transparentes, atóxicos, 30 x 40 cm, para embalar alimentos.	KILO	178	20,5	3.649,00
320	346450	SACO PLASTICO - Transparentes, atóxicos, 40 x 60 cm, para embalar alimentos.	KILO	178	20,5	3.649,00
321	346812	SAL REFINADO - Iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou empedrado, embalado em pacotes de 1 kg. Validade no minimo 1 ano.	PACOTE	770	0,93	716,1
322	346952	SALSICHA - Tipo hot-dog com no máximo de 2% de amido. Com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor esabor próprio, com adição de água ou gelo no máximo de 10% . Com registro no SIF	KILO	1.100,00	8	8.800,00
323	346364	SAPONACEO CREMOSO - Composição:Tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e veículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. Embalagem de 300g.	FRASCO	103	5,5	566,5
324	20221	SAQUINHO - Para cachorro quente, em plástico branco, atóxico, tamanho aproximado 20 x 10 cm.	UNIDADE	33.000,00	0,01	330
325	20220	SAQUINHO - Para pipoca, nº 3, em papel branco, atóxico, tamanho aproximado 7,5 x 17 cm.	UNIDADE	33.000,00	0,01	330
326	333018	SEMENTES - De HORTALIÇAS diversos.	PACOTE	180	4,25	765
327	346960	SHAMPOO - Para todos os tipos de cabelos - Frascos com 300 ml	FRASCO	150	4,9	735

328	346288	SOBRECOXA DE FRANCO - Congelada in natura. A ave deve ter contornos definidos firmes e sem manchas, pele aderente, com aspecto, cor e cheiro caracteristicos. Nao deve apresentar sujidades, penas e carcacas. Inspencao estadual e federal e prazo de val	KILO	1.780,00	8,99	16.002,20
329	346453	SODA CAUSTICA - Tipo escama, embalada em potes de 1kg, composta de hidróxido de sódio.	KILO	292	12,59	3.676,28
330	324845	SUCO CONCENTRADO - Com sabor natural das frutas, sabores variadas. Embalagem 1litros UHT.	UNIDADE	935	3,7	3.459,50
331	346297	SUCO EM PO - Suco em pó adoçado, sabores diversos, com rendimento de 10 litros, em embalagens plásticas atóxicas, com 1 kg do produto, com identificação do fabricante, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação	PACOTE	2.100,00	6,5	13.650,00
332	346970	SUCO NATURAL - Sabores variados embalagem tetra pak, caixa 12 x 1, peso liquido 1 litro	CAIXA	60	47,3	2.838,00
333	3823	SUPER CLEAN PRODUTO DE LIMPEZA PESADA	UNIDADE	72	5,9	424,8
334	11035	TABUA - Em plastico ou polietileno com aproximadamente 45 x 25 cm, para uso domestico, cores variadas.	UNIDADE	162	13	2.106,00
335	4712	TAMPA - Para tanque de lavar roupas, em EVA.	UNIDADE	117	2,47	288,99
336	346869	TEMPERO COMPLETO: Sal, colorífico, alho, cebola, orégano, salsa, louro, pimenta, condimentos preparados de alho e de cebola, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico. Peso 500gr.	UNIDADE	265	1,92	508,8
337	337170	TEMPERO EM SACHES CONTENDO: Sal, colorífico, alho, cebola, orégano, salsa, louro, condimentos preparados de alho e de cebola, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico. CONTÉM GLÚTEN.	PACOTE	60	2,6	156
338	332979	TOALHA - De Rosto ,100% algodão, felpuda, macia, tecida em jacquard (ou tecida em maquineta), Costura dupla nas laterais longitudinal (barras verticais), costura simples nas barras horizontais, mínimo 110 g/peça. Tamanho 45 cm x 75 cm	UNIDADE	846	5,1	4.314,60
339	332977	TOALHA - Para banho,100% algodão, felpuda, macia, tecida em jacquard (ou tecida em maquineta), costura dupla nas laterais longitudinal (barras verticais), costura simples nas barras horizotais, mínimo 380 g / peça.Tamanho 75cm x 1,40m.	UNIDADE	480	10	4.800,00
340	346169	TOMATE - De qualidade, frescos, nao estar amassado ou apresentado feridas, manchas na casca ou qualquer alteracao que afete sua aparencia. Com ausencia de umidade e bolor.	KILO	1.530,00	5,98	9.149,40
341	20223	TORNEIRA - Para filtro/bebedouro, resistente, padrão universal e são compatíveis com todos os modelos de filtros.	UNIDADE	126	4,55	573,3
342	346456	TOUCA DESCARTAVEL - De rede (furadinha), com durabilidade	PACOTE	2.084,00	13,3	27.717,20
343	346977	UVA - De qualidade apresentando grau de maturação que lhe permite aproximada de 30 dias, lavável. Embalagem: Pacote com 100 unidades suportar a manipulacao, o transporte e a conservacao em condicoes adequadas, e em bom estado de conservacao.	KILO	20	15	300
344	346366	VASSOURA DE NYLON - Com cabo de plástico, com capa plástica em polipropileno e cepa plástica rosqueável. Cerdas longas.	UNIDADE	638	6,3	4.019,40
345	346368	VASSOURA DE PELO - Com pêlo sintético, com cabo de madeira, medida da base: entre 24 a 27 cm, com base de madeira pintada, contendo rosca para cabo.	UNIDADE	405	9,4	3.807,00
346	346369	VASSOURA DE PIACAVA - Tipo leque, cabo de madeira, medida da base 40 cm, com base de metal.	UNIDADE	399	8,97	3.579,03
347	346878	VELA DE CERA MEDIA. Contendo pacote de 6 x1	UNIDADE	15	0,05	0,75
348	332937	VELA PARA FILTRO DE BEBEDOURO - Elemento filtrante de polipropileno, fabricados com tecnologia melt blown. Alta vazão, com carvão ativado, redução do cloro, cheiro e gosto desagradável, classes I e III.	UNIDADE	118	3,9	460,2
349	340181	VINAGRE DE MACA - Produto Natural, fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livres de sujidade, material terroso e detritos de animais ou vegetais, acondicionado em frasco plástico de 750 ml.	UNIDADE	270	3,01	812,7
350	346868	VINAGRE TINTO - Produto Natural, fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livres de sujidade, material terroso e detritos de animais ou vegetais, acondicionado em frasco plástico de 750 ml.	UNIDADE	206	1,8	370,8
351	346460	XAMPU ANTI PIOLHO - Para todos os tipos de cabelos , a base de deltametrina, 20 mg/100 ml - Frascos com 100 ml	FRASCO	240	15	3.600,00
352	346459	XAMPU INFANTIL - Neutro, para todos os tipos de cabelo, Embalagem: Galão de 4,6 litros.	LITRO	60	31,9	1.914,00
353	346374	XICARA - Para café com pires de vidro, com capacidade mínima de 80 ml . Medidas aproximadas: diâmetro mínimo da xícara 60mm, diâmetro mínimo do pires 150mm, altura mínima de 56mm.	DUZIA	109	77,68	8.467,12
354	346375	XICARA - Para chá, com pires, de vidro, com capacidade mínima de 240ml. Medidas aproximadas: diâmetro mínimo da xícara 82mm, diâmetro mínimo do pires 150mm, altura mínima de 74,5mm	DUZIA	81	77,68	6.292,08

VALOR GLOBAL R$ 2.266.244,66. Em 04 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 40/2016

Contrato nº. 40/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MARILENE ALVES DA SILVA – ME,** Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 01 (um) Rolo Compactador (Pé-de-Carneiro) com operador incluso e 1 (um) Caminhão Caçamba com motorista, ambos em bom estado de conservação ano 2008 acima, sendo com Recursos do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria municipal de Obras e Infraestrutura de Paranatinga. Valor: **R$ 312.000,00** .Período: **04/05/2016 A 31/12/2016**. Departamento de Licitações e Contratos, em 04 de Maio de 2016.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2016

PREGÃO PRESENCIAL 29/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **29/2016**, na modalidade **PRESENCIAL** tendo por objeto**:** Registro de Preço para **Prestação de Serviços de Animação Musical para os Eventos da Terceira Idade (Conviver)**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.972/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão PRESENCIAL Nº 29/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

PAULA CRISTINA MALACARNE 03377781161.

CNPJ: 24.210.702/0001-68.

Seq.	Código	Descrição	Valor Unit.	Qtde	Total
1	348604	ANIMAÇÃO MUSICAL PARA OS BAILES DA TERCEIRA IDADE CONVIVER	R$ 280,00	46	R$ 12.880,00

VALOR GLOBAL R$ 12.880,00. Em 04 de Maio de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 40/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Pregão Presencial Nº 32/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 38, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 01 (um) Rolo Compactador (Pé-de-Carneiro) com operador incluso e 1 (um) Caminhão Caçamba com motorista, ambos em bom estado de conservação ano 2008 acima, sendo com Recursos do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria municipal de Obras e Infraestrutura de Paranatinga.	
Vigência: 04/05/2016 A 31/12/2016.	

Contratado: MARILENE ALVES DA SILVA – ME.
Valor do Contrato: R$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil reais).

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Claudecy Barretos dos Santos**, Matrícula nº 1797, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº **40/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Jose Agnaldo Barbosa,** Matrícula nº 1835, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 04 de Maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 04 DE MAIO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Claudecy Barretos dos Santos e **Jose Agnaldo Barbosa** declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Claudecy Barretos dos Santos

Fiscal de Contrato

Jose Agnaldo Barbosa

suplente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2016 SME EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2016

APrefeita de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso e a Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 002/2016, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

1º - Tornar público e homologar o resultado final do Processo Seletivo Público instituído pelo Edital nº 002/2016 do cargo de professor.

2º - Este Edital Complementar e seu Anexo ficarão a disposição dos interessados no Quadro Mural da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT e no endereço eletrônico: **www.pedrapreta.mt.gov.br**, a partir desta data.

REGISTRADO PUBLICADO

CUMPRA-SE

Pedra Preta – MT, 02 de maio de 2016.

MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI **PREFEITA MUNICIPAL**	**ARLETE SILVA DOS SANTOS** **PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

ANEXO I

PROFESSOR DE PEDAGOGIA:

LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

Nº DE INSC.	NOME	DATA DE NASC.	PONTUAÇÃO NO CRITÉRIO I FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	PONT. NO CRITÉRIO II QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR	PONT. NO CRITÉRIO III TEMPO DE SERVIÇO NA REDE	TOTAL DE PONTOS	RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO
01	GISELIA DA SILVA FONSECA	07/06/1986	8.0	5.0	1.0	14.0	14.0
04	PERCÍLIA MARIA DE SOUZA MACIEL	03/09/1975	8.0	5.0	0	13.0	13.0
05	FABRÍCIO ALVES DOS SANTOS	07/05/1979	8.0	0	0	8.0	8.0

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA

LOCALIDADE: VILA GARÇA BRANCA

Nº DE INSC.	NOME	DATA DE NASC.	PONTUAÇÃO NO CRITÉRIO I FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	PONT. NO CRITÉRIO II QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR	PONT. NO CRITÉRIO III TEMPO DE SERVIÇO NA REDE	TOTAL DE PONTOS	RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO
06	LAZÁRO MANOEL PORFÍRIO VIEIRA	27/07/2004	10,0	5,0	31	46,0	46,0

PROFESSOR DE PEDAGOGIA:

LOCALIDADE: MARECHAL CÂNDIDO

Nº DE INSC.	NOME	DATA DE NASC.	PONTUAÇÃO NO CRITÉRIO I FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	PONT. NO CRITÉRIO II QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR	PONT. NO CRITÉRIO III TEMPO DE SERVIÇO NA REDE	TOTAL DE PONTOS	RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO
03	MARIA APARECIDA DA SILVA	22/02/1972	10.0	5.0	6.0	21.0	21.0

02	**ADEVAIR BATISTA DE REZENDE**	11/04/1973	10.0	5.0	5.0	**20.0**	**20.0**

MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI **PREFEITA MUNICIPAL**	**ARLETE SILVA DOS SANTOS** **PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS ORIGINAIS/GENUÍNAS, CONFORME FABRICANTES E MODELOS DEFINIDOS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **13 de abril de 2016 à 13 de julho de 2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 13 de abril de 2016.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2015

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CONSTRUTORA JURUENA LTDA**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUCAO DE OBRAS DE RECONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS TUBULARES SIMPLES E DUPLOS NOS ASSENTAMENTO DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT CONF PORTARIA 600 DE 16/12/2013/DEFESA CIVIL NACIONAL, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E TERMO DE REFERENCIA"

1 - Fica alterada a **Clausula Nona – Da Vigência De Registro de Preço: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 11/10/2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de abril de 2016.

EXTRATO CONTRATO N° 017/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **AGRITECH LAVRALE S/A MAQUINARIO AGRICOLA E COMPONENTES**

O presente Contrato é para: "AQUISICAO DE 01 (UMA) PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA POR 01 TRATOR AGRICOLA DE RODAS; 01 DISTRIBUIDOR CENTRIFUGO DE ADUBO E FERTILIZANTE; 01 PLAINA TRASEIRA; 01 ARADO REVERSÍVEL HIDRAULICO; 01 PÁ AGRICOLA TRASEIRA; 01 PULVERIZADOR AGRICOLA 600 LITROS COM MANGUEIRA DE ABASTECIMENTO; 01 PULVERIZADOR AGRICOLA 600 LITROS COM 12 METROS DE BARRA E 01 SULCADOR E ADUBADOR, CONFORME CONVENIO 771322/2012/MAPA/CAIXA E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 117.900,00 (Cento e dezessete mil e novecentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **25 de abril de 2016 à 16 de junho de 2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2016.

EXTRATO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **UTILÍSSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA ME**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE; UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 513.499,59 (Quinhentos e treze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **25 de abril de 2016 à 25 de abril de 2017**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2015

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CONSTRUTORA JURUENA LTDA**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES DANIFICADOS E/OU DESTRUÍDOS POR DESASTRES, ATRAVÉS DE SUBSTITUIÇÃO POR PONTES DE CONCRETO ARMADO E BUEIROS SIMPLES DE CONCRETO, CONFORME PROCESSO Nº 59050.002708/2010-32/PORTARIA-MI Nº 568/2010 DE 10/09/2010 DEFESA CIVIL, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO"

1 - Fica alterada a **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 20/10/2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de abril de 2016.

EXTRATO CONTRATO N° 018/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **CARPAU PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA**

O presente Contrato é para: "AQUISICAO DE 01 (UMA) PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA POR 01 TRATOR AGRICOLA DE RODAS; 01 DISTRIBUIDOR CENTRIFUGO DE ADUBO E FERTILIZANTE; 01 PLAINA TRASEIRA; 01 ARADO REVERSÍVEL HIDRAULICO; 01 PÁ AGRICOLA TRASEIRA; 01 PULVERIZADOR AGRICOLA 600 LITROS COM MANGUEIRA DE ABASTECIMENTO; 01 PULVERIZADOR AGRICOLA 600 LITROS COM 12 METROS DE BARRA E 01 SULCADOR E ADUBADOR, CONFORME CONVENIO 771322/2012/MAPA/CAIXA E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 79.153,99 (Setenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **25 de abril de 2016 à 16 de junho de 2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2016.

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 034/2015

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, Torna publico a Rescisão Unilateral do Contrato 034/2015, do Pregão Presencial para Registro de Preços 007/2015, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DESTINADO A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA,** firmado com a Empresa: Vitoria Comércio Atacadista e Varejista Móveis para Escritório Eireli - EPP, CNPJ nº 20.594.459/0001-78

Peixoto de Azevedo, 04 de Maio de 2016.

EXTRATO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **EDISON MOYSES DOS SANTOS - ME**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE; UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 2.042.476,65 (Dois milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **25 de abril de 2016 à 25 de abril de 2017**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016 RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é"**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO TIPO: MARMITEX NR 8 E REFEIÇÃO COMERCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTÊNCIA SOCIAL; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; PLANEJAMENTO E FAZENDA; GABINETE DO PREFEITO. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA".** Onde sagrou-se vencedora do item 279834 a empresa**: ANA CAROLINE BARROS QUIEREGATI POLONI 03228406199**, **CNPJ N° 22.474.426/0001-10** com o valor de **R$ 109.720,00 (Cento e nove mil setecentos e vinte reais)**. Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 03 de Maio de 2016.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

EXTRATO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE; UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 128.553,60 (Cento e Vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **25 de abril de 2016 à 25 de abril de 2017**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2016.

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 013/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **NARA AGUIADA DA SILVA & CIA LTDA - ME**

O presente Contrato é para: "PALESTRA COM OFICINA PARA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA RURAL – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (DIA 05/05/2016 - PALESTRA E 06/05/2016 - OFICINA)".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 8.750,00 (Oito mil, setecentos e cinquenta reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **25 de abril de 2016 à 30 de maio de 2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2016.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM OBJETIVO DE ORGANIZAR E REALIZAR O PROCESSO COMPLETO DE SELEÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS E CARREIRA DO QUADRO PERMANENTE DAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO"

1 - Fica alterada a **Cláusula QUINTA – Dos prazos e vigência: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 10/05/2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 12 de abril de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI - EPP**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS ORIGINAIS/GENUÍNAS, CONFORME FABRICANTES E MODELOS DEFINIDOS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO"

1 - Fica alterada a **SEGUNDA – Da vigência do contrato: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 27/09/2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 26 de abril de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA**

O presente Contrato é para: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS ORIGINAIS/GENUÍNAS, CONFORME FABRICANTES E MODELOS DEFINIDOS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO"

1 - Fica alterada a **Cláusula SEGUNDA – Da vigência do contrato: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 27/09/2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 26 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: ZAHER & CIA – LTDA

CNPJ Nº 03.264.868/0001-97

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM, TIPO CAMINHONETE, QUATRO PORTAS-CABINE DUPLA, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 04 (QUATRO) PASSAGEIROS + 01 (UM) MOTORISTA, MODELO/ANO 2016/2016, MOTOR DE NO MÍNIMO 2.4, POTÊNCIA MÍNIMA DE 142 CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, COR BRANCA, BI-COMBUSTÍVEL (GASOLINA-ALCOOL), TRAÇÃO DIANTEIRA 4X2 (MÍNIMA), PNEUS E RODAS COM NO MÍNIMO 205/70 R15 ARO 7XR15, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM NO MÍNIMO 80 LITROS

VALOR: R$84.690,00

VIGÊNCIA: 60 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADO: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO

CNPJ Nº 11.276.497/0001-91

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASA DE APOIO PARA DAR SUPORTE AOS PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM CUIABÁ POR DIÁRIA DE HOSPEDAGEM ALIMENTAÇÃO E TRANSLADO.

VALOR ESTIMADO: R$35,00(TRINTA E CINCO REAIS) POR DIA

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

CONTRATADA: FERNANDO GUASINA DE FREITAS ME - INSTEL SOLUÇÕES EM ENERGIA

CNPJ Nº 12.387.432/0001-86

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE *LÂMPADAS* NA REDE DE *ILUMINAÇÃO PÚBLICA*

VALOR: R$14.400,00

VIGÊNCIA: 30 DIAS

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.814 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO IX, DA CF/88, PROFISSIONAIS PARA ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

APREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em caráter temporário de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal de 1988, conforme quadro abaixo:

Cargo	*Vagas*	*Remuneração*	*Carga Horária Semanal*	*Regulamento salarial*
Medico Plantonista	10	1.200,00	Conforme Escala	*Lei Munic. 1.781 – de 16/03/2015& Lei Munic. 1.513/2009*
Medico UBS - Unidade Básica de Saúde	09	2.976,94	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/2009*
Medico Especialista	09	2.976,94	20 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/2009*
Enfermeiros	20	2.976,94	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/2009*
Recepcionistas	16	880,00	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" Decreto Presidencial 8.618 de 29/12/2015 Regulamenta a Remuneração do Salário Mínimo*
Odontólogos	07	2.976,94	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/2009*
Auxiliar de Consultório Dentário	08	880,00	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" Decreto Presidencial 8.618 de 29/12/2015 Regulamenta a Remuneração do Salário Mínimo*
Técnicos de Enfermagem	20	1.166,96	40 horas-	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A".*
Serviços Gerais	15	880,00	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" Decreto Presidencial 8.618 de 29/12/2015 Regulamenta a Remuneração do Salário Mínimo*

Fisioterapeuta	02	1.905,25	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra AI" & Lei Munic. 1.513/ 2009*
Motorista/Condutores	09	1.166,96	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.622/ 2011 artigo 12*
Biólogo	01	1.905,25	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/ 2009*
Assistente Social	04	1.905,25	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/ 2009*
Psicólogo	02	1.905,25	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/ 2009*
Fonoaudiólogo	01	1.905,25	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/ 2009*
Técnico de Vigilância Sanitária	02	1.166,96	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A".*
Farmacêutico	01	2.976,94	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/ 2009*
Auxiliar de Laboratório	04	880,00	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" Decreto Presidencial 8.618 de 29/12/2015 Regulamenta a Remuneração do Salário Mínimo*
Técnico de Laboratório	02	1.166,96	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" .*
Biomédico	02	2.976,94	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A".*
Farmacêutico / Bioquímico	03	2.802,35	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A" & Lei Munic. 1.513/ 2009.*
Zeladores de Próprios	30	880,00	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A Decreto Presidencial 8. 618 de 29/12/2015 Regulamenta a Remuneração do Salário Mínimo*
Atendente de Farmácia	03	880,00	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A Decreto Presidencial 8. 618 de 29/12/2015 Regulamenta a Remuneração do Salário Mínimo*
Digitadores de Sistema Programa da Saúde	02	880,00	40 horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A Decreto Presidencial 8.618 de 29/12/2015 Regulamenta a Remuneração do Salário Mínimo*
Técnicos de Raio-X	04	1.166,96	24 Horas	*Lei Munic. 1.688/2012 Alterada pela Lei 1.790/2015 "Tabela Inicial Nível 1 Letra A".*

a partir de 02 de Janeiro de 2016, pelo período de 01 (um) Ano, prorrogáveis por igual período, conforme Legislação em vigor, regendo-se pela

§ 1º Os contratados com base nesta Lei atuarão junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º - Os profissionais contratados com base nesta Lei perceberão o salário base do cargo previstos no plano de cargos e carreiras do Município de Poconé e verbas indenizatórias – Lei n.º 1.688/2012 e Lei nº 1.790/2015 e Lei nº1.513/2009 e Lei nº 1.622/2011 e Lei nº 1.781/2015.

§ 3º - As vagas especificadas no caput do artigo 1º serão distribuídas nas Unidades de Saúde da Família, CAPS, Centro de Especialidade Médica, Centro de reabilitação, NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Laboratório Municipal e na Vigilância Ambiental.

Art. 2º O nível de instrução exigida para contratação deverá atender ao que dispõe a Lei de Planos e Cargos e Salários do Município de Poconé – Lei n.º 1.688/2012, Alterada pela Lei nº 1.790/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2016.

Art. 4º Os servidores contratados abrangidos por esta Lei serão regidos pelo Regime Único Estatutário.

Art. 5º Em caso de desligamento dos contratados por intermédio desta Lei é facultada a contratação de novo servidor em substituição ao mesmo, respeitando o mesmo período de vigência definido neste Diploma Legal.

Art. 6º A contratação dos Profissionais acima relacionados será procedido de processo seletivo simplificado em caráter de urgência por este Poder Público.

Art. 7º A contratação de que trata esta Lei será efetivada deste que não impliquem descumprimento ao limite de gasto com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20, inciso III "b").

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 02 de Janeiro de 2016.

Poconé 13 de abril de 2016.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

Prefeita Municipal de Poconé

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.815 DE 03 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATENDER O PROGRAMA MUNICIPAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DE SAÚDE – PMPICS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar através Processo Seletivo por três (03) anos, a partir da vigência desta Lei, os seguintes profissionais:

Cargo Público	Vagas	Salários R$
Farmacêutico Fitoterapeuta	01	3.000,00
Técnico Agrícola	01	1.200,00
Técnico Laboratório	01	1.000,00
Técnico Administrativo	01	1.000,00
Auxiliar de Limpeza	01	800,00
Auxiliar de Serviços Gerais	01	800,00
Motorista	01	1.200,00

Art. 2º Fica estabelecido que a Prefeitura possa utilizar do processo seletivo outrora realizado, desde que não tenha expirado o prazo de vigência, e observado a ordem de classificação e disposição do edital do processo, para contratação do pessoal acima mencionado.

Parágrafo único. Ocorrendo o fim da vigência do processo seletivo e edital acima mencionado deve ser procedida a realização de novo processo seletivo para contratação.

Art. 3º Fica estabelecido que esta lei, poderá ter sua vigência prorrogada por igual período previsto no artigo 1º, desde que haja manifestação do Ministério da Saúde, e consequente aprovação da prorrogação pela Câmara Municipal.

Art. 4º A contratação de que trata esta Lei será efetivada desde que não impliquem descumprimento ao limite de gasto com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20, inciso III "b").

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poconé 03 de maio de 2016.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

Prefeita Municipal de Poconé

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.818 DE 03 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO FINANCEIRO MENSAL AO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) E AO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo financeiro mensal ao Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate as Endemias (ACE), desde que em exercício pleno de suas atividades.

Parágrafo único. O incentivo que trata o caput deste artigo está vinculado a PORTARIA Nº 008/2016/GBSESque instituiu o incentivo financeiro estadual, a título de bonificação, para o Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate às Endemias (ACE), implantados nos municípios do Estado de Mato Grosso, visando estimular e intensificar o desenvolvimento das ações voltadas para o enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus.

Art. 2º O valor do incentivo é de R$ 200,00 (duzentos reais) mensais, e serão concedidos pelo período de 04 (quatro) meses consecutivos, mediante recursos financeiros que serão transferidos do Fundo Estadual de saúde aos Fundos Municipais de saúde, nas competências de fevereiro, março, abril e maio de 2016, conforme preconiza o §1º do art. 1º da PORTARIA Nº 008/2016/GBSES.

Parágrafo único. Eventual prorrogação do incentivo implementado fica condicionada a edição de nova Portaria pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, não havendo hipótese de prorrogação automática.

Art. 3º O incentivo será utilizado exclusivamente para fins de repasse aos ACS e ACE, como forma de bonificação pela intensificação das ações de controle do vetor transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika vírus.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários de que trata esta Lei correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, e para fins de indicadores e metas fica estabelecida:

Realização de visitas em 100% dos imóveis;

Redução do índice de infestação predial igual ou menor a 1%.

Art. 4º O pagamento será feito tomando por base relatório emitido pela Secretaria Municipal de Saúde que fiscalizará o cumprimento dos critérios que trata o artigo anterior.

Art. 5º Os valores dos incentivos pagos com base nesta Lei, não se incorporarão à remuneração dos Servidores contemplados, e nem poderá ser utilizado como base de cálculo de quaisquer parcelas.

Art. 6º O incentivo a que se refere o artigo 1º desta Lei, não contemplará os servidores em gozo de férias ou em licença de qualquer natureza ou remanejado da função.

Art. 7º O incentivo de que trata o artigo 1º desta Lei, cessará de imediato, em caso de interrupção do repasse dos incentivos financeiros pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poconé 03 de maio de 2016.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

Prefeita Municipal de Poconé

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.817 DE 03 DE MAIO DE 2016.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, com a finalidade de prover recursos à implantação de programas e à manutenção dos serviços oficiais de turismo no Município.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Turismo, de que trata este artigo, será identificado pela sigla FUMTUR.

Art. 2º Os recursos do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, em consonância com as diretrizes da política municipal de turismo, serão aplicados no(a):

I – Desenvolvimento e implantação de projetos turísticos no Município;

II – Manutenção dos serviços de turismo do Município, ao encargo do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo.

III – Aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas turísticos, ao encargo do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo.

IV – Promoção, apoio, participação e/ou realização de eventos de Turismo pela Secretaria Municipal de Turismo e outros órgãos ou entidades que estiverem ligados ao desenvolvimento Turístico;

V – Divulgação das potencialidades turísticas do Município, através dos meios de comunicação a nível local, estadual, nacional e internacional;

VI – Programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos serviços turísticos.

VII – Manutenção de serviços de assistência médica de urgência e pré-hospitalar.

VIII – Manutenção de postos fiscais e orientações ambientais.

CAPÍTULO II

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO-FUMTUR será administrado por um Conselho Deliberativo, responsável pela aprovação de projetos e programas turísticos, integrantes da política municipal de turismo, que ocorrerão à conta dos recursos do Fundo, bem como pela aprovação dos recursos do Fundo e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho Deliberativo será constituído de 05 (cinco) membros, a saber:

I – O Secretário Municipal de Turismo;

II – O Secretário Municipal de Administração

III – 02 (dois) Membros do Conselho Municipal de Turismo

IV – O Secretário Municipal de Finanças

Art. 5º A Diretoria eleita pelo conselho deliberativo e membros deste, por pleito de 2 (dois) anos está assim constituída:

I – Presidente – gestor do Fundo;

II – Secretário.

Art. 6º O exercício como membro do Conselho Deliberativo do Fundo será desempenhado gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária pelo desempenho da função.

Art. 7º Ao Conselho Deliberativo compete:

I – Aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo;

II – aprovar a aplicação e liberação de recursos do Fundo;

III – Estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no artigo desta Lei;

IV – Fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do controle interno do Município;

V – Propor medidas de aprimoramento de desempenho do Fundo bem como outras formas de atuação, visando à consecução da política de Turismo do Município.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO FUNDO

Art. 8º São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo, como gestor do Fundo:

I – Acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas do Plano de Turismo do Município, cuja execução dar-se-á à conta dos recursos do Fundo;

II – submeter ao COMTUR e ao Prefeito Municipal os planos de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – submeter ao Conselho Curador e ao Prefeito Municipal as demonstrações contábeis e financeiras do Fundo:

IV – encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

V – ordenar os empenhos e os pagamentos à conta do orçamento do Fundo;

VI – movimentar, juntamente com o Secretário Municipal de Finanças, ou servidor autorizado, as contas mantidas em estabelecimentos oficiais de crédito;

VII – firmar, juntamente com o Prefeito Municipal, quando necessário ou exigido, convênios e contratos, inclusive de empréstimos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo;

VIII – preparar e encaminhar os relatórios de acompanhamento da realização das ações da política de turismo financiadas pelo Fundo, para serem submetidos ao COMTUR e ao Prefeito Municipal.

Art. 9º São atribuições do secretário do fundo:

I – Lavrar atas, manter arquivos de documentos, proceder a relatórios.

Parágrafo único. Na ausência do secretário nas reuniões do Conselho Deliberativo do Fundo será nomeado entre os membros para secretariar os trabalhos, ad hoc entre os presentes.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO

Art. 10 Os recursos financeiros do Fundo constituir-se-ão basicamente de:

I – 50% (cinquenta por cento) da arrecadação com a taxa única de turismo, *Voucher Único*, nos termos do art. 9º "caput" da Lei Municipal 1.813/2016;

II – recursos transferidos pelo Município ou entidades privadas, orçamentários ou decorrentes de crédito especiais e suplementares, que venham a ser, por lei ou decreto, atribuído ao Fundo;

III – rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras autorizadas dos recursos do Fundo;

IV – doações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais;

V – outras taxas do setor turístico ou incentivos fiscais, que porventura vierem a ser criados com prerrogativas de alimentarem o Fundo Municipal de Turismo;

VI – recursos de convênios com Entidades e/ou Associações.

Art. 11 As receitas que constituírem recursos do Fundo serão depositados em estabelecimentos oficiais de crédito, em conta específica, sob a denominação de MUNICÍPIO DE POCONÉ/FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO-FUMTUR.

Art. 12 Quando disponíveis, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

CAPÍTULO V

DOSATIVOS *E* PASSIVOSDOFUNDO

Art. 13 Constituem ativos do Fundo:

I – Disponibilidades monetárias, oriundas das receitas específicas;

II – direitos que porventura vier a constituir;

III – imobilizados, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e outros.

Art. 14 Constituem passivos do Fundo as obrigações de qualquer natureza que porventura venha a assumir para a manutenção e funcionamento do Plano Municipal de Turismo.

CAPÍTULO VI

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 15 O orçamento do Fundo Municipal de Turismo, evidenciará políticas e o programa de trabalho da Administração Municipal, integrará o orçamento geral do Município, observados, na sua elaboração, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da Universalidade e do Equilíbrio.

Art. 16 O orçamento do fundo será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, de informar, apropriar e apurar custos, concretizar objetos, bem como interpretar e avaliar os resultados obtidos, por seus demonstrativos e relatórios e integrará a contabilidade geral do Município.

Parágrafo único. O Fundo terá um responsável técnico, integrante do quadro próprio de pessoal, designado por ato do Prefeito, ao qual competirão as atribuições deste artigo.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 17 A execução orçamentária do FUMTUR, se processará em observância às normas e princípios legais e técnicas adotas pelo Município.

Art. 18 As despesas do Fundo se constituirá na aplicação dos recursos no financiamento total ou parcial no desenvolvimento e implantação de projetos turísticos e ecológicos, bem como, na manutenção de serviços de turismo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O Fundo Municipal de Turismo terá duração indeterminada.

Parágrafo único. Em caso de extinção do FUMTUR, seu Patrimônio será incorporado à Secretaria Municipal de Turismo do Município.

Art. 20 A administração superior e coordenação político-administrativa do Fundo serão exercidas pelo Prefeito Municipal, sem prejuízo das competências e atribuições delegadas por esta Lei.

Artigo 21 Fica autorizado à regulamentação dessa Lei que cria o Fundo Municipal de Turismo mediante Decreto Municipal.

Artigo 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.740/2013.

Poconé 03 de maio de 2016.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

Prefeita Municipal de Poconé

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.816 DE 03 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1.688 DE 15 DE OUTUBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterada a redação do § 7º do art. 21 da Lei nº 1.688/2012, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Administração da Prefeitura Municipal de Poconé.

Art. 2º O parágrafo 7º passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 7º O reenquadramento dos atuais servidores ocupantes dos cargos de Operador de Máquinas Pesadas, Máquinas Agrícolas e Mecânico, que sejam efetivos e que tenham mais de 30 (trinta) anos como servidor da Prefeitura Municipal de Poconé proceder-se-á com avanço de 08 níveis em relação ao atual nível de enquadramento e, os servidores do Cargo de Mecânico que concluírem curso de qualificação na sua área específica, comprovada através de diploma, de acordo com o Art. 12 e seus itens da Lei Municipal nº 1.688 de 15 de outubro de 2012, serão reenquadrados na Tabela constante do Anexo III-C.

Art. 3º Fica acrescentado no art. 21 o § 9º que vigorará com a seguinte redação:

§ 9º Os atuais servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Laboratório, Técnico de Raio X e Técnico Agropecuário que possuem registro em Conselho de Classe, comprovados serão reenquadrados na tabela constante do anexo III-F.

Art. 4º Fica criado o Artigo 21-A, com a seguinte redação:

Art. 21-A Os atuais servidores identificados no cargo de Zelador de Próprios da Administração, passarão a ser identificados com a nomenclatura de Vigia Patrimonial, conforme função desempenhada.

Art. 5º Os atuais servidores que sejam efetivos e que já completaram 30 (trinta) anos como Servidor da Prefeitura Municipal de Poconé-MT, proceder-se-á com avanço de 05 (cinco) Níveis em relação ao atual nível de enquadramento, dentro da classe em que se encontra.

Parágrafo único. O servidor que já foi contemplado conforme o Artigo 21, § 6º e 7º, não poderá usufruir dos benefícios deste Artigo.

Art. 6º Os Artigos e Parágrafos que não sofrerem alteração em razão desta Lei manter-se-ão inalterados.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poconé 03 de maio de 2016.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

Prefeita Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTO DA PRAIA DA ARARA DE PONTAL DO ARAGUAIA TEMPORADA 2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTO, INSTALADO EM PONTO FIXO NA FAIXA DE ÁREA RURAL DA PRAIA DA ARARA DE PONTAL DO ARAGUAIA, DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2016 NO PERÍODO DE 18 DE JUNHO A 07 DE AGOSTO DE 2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT, através da SECRETARIA DE TURISMO E URBANISMO, com sede a Rua Joaquim Correa, nº 21 Setor João Rocha, torna público que estará credenciando os interessados na atividade de EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTO INSTALADO EM PONTO FIXO NA FAIXA DE ÁREA RURAL DA PRAIA DA ARARA DE PONTAL DO ARAGUAIA, para temporada de verão 2016, na condição de pessoa jurídica ou física, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e pelas condições e especificações descritas neste Edital. O credenciamento ocorrerá no período de 11 de maio a 13 maio de 2016, na Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

1- DO OBJETO.

1.1 – Exploração de espaço para Estacionamento de veículos.

2- DAS CONDIÇÕES GERAIS.

2.1 – O presente credenciamento destina-se exclusivamente à participação de Micro Empreendedor Individual-MEI, Microempresas-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP.

2.2 A inscrição poderá ser realizada e protocolada na condição de pessoa física, porém após o sorteio e no prazo estabelecido neste Edital, o requerente que for habilitado na qualidade de pessoa física deverá constituir firma individual, conforme expresso neste Edital.

2.3 Este Edital de Credenciamento está sujeito aos termos do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016/STU, no que tange ao direito de explorar o espaço credenciado e reservado da praia, conforme especificações e condições estabelecidas.

2.4 Cada credenciado poderá participar apenas de um Espaço de Estacionamento.

2.5 A inscrição, assim como o Alvará de Licença expedido são pessoais e intransferíveis, sendo proibido a venda ou aluguel de ponto, o que se confirmado será cassado o Alvará de Licença.

2.6 É proibido a inscrição de pessoa física que possua grau de parentesco até 2º grau com funcionários deste órgão Municipal.

2.7 Os espaços deverão seguir o padrão estipulado no anexo I deste Edital e não poderão permitir o transito de bebidas livres ao acesso da praia.

3 – DO PERIODO DE LICENÇA.

3.1 Este Edital de Credenciamento tem validade para a Temporada de Praia 2016, que compreende do dia 18 de junho a 07 de agosto de 2016.

3.2 O Alvará de Licença possuirá a validade temporária idêntica a da Temporada 2016, perdendo a validade assim que se encerrar o período acima citado.

3.3 O Alvará de Licença é condicionado ao pagamento do espaço, sendo expedido com a devida quitação do boleto referente.

4 – DA INSCRIÇÃO.

4.1 O credenciamento ocorrerá no período de 11 de maio a 13 maio de 2016, na Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

5 – DOS VALORES.

5.1 Espaço I de estacionamento pagará o valor de credenciamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais)

5.2 Espaço II de estacionamento pagará o valor de credenciamento de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

6 – DAS VEDAÇÕES.

6.1 As pessoas interessadas em participar do Credenciamento não poderão estar em débito junto a Municipalidade, sob pena de tornar sem efeito o lance de fechamento.

6.2 Os interessados em participar deverão comprovar através de certidão Negativa de Débito junto a municipalidade sua adimplência.

7 – DOS RESÍDUOS.

7.1 Todos os comércios deverão manter em ponto fixo sacos plásticos para acondicionamento de resíduos (lixo).

7.2 Uma vez cheio o saco, o mesmo deve ser fechado e acondicionado em lugar adequado para a coleta municipal.

7.3 É vedado a utilização direta do solo para acondicionar resíduos, materiais descartáveis.

7.4 Cada estacionamento deverá retirar a VISTORIA da vigilância Sanitária para seu funcionamento.

7.5 Cada espaço é responsável após a instalação solicitar a VISTORIA por parte do Corpo de Bombeiros para iniciar os trabalhos dentro das normas de segurança.

8 – DAS PENALIDADES.

8.1 O Credenciado que descumprir qualquer regra descrita no presente Edital estará sujeito a cassação do Alvará de Licença e multa aplicada pela Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo no importe de R$ 1.000,00 (hum mil reais) por infração.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

9.1 Os Credenciados que forem aprovados ficarão sujeitos a Fiscalização Municipal, exercida pela Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

9.2 Somente poderá iniciar a atividade o Requerente classificado que tiver em seu poder o devido Alvará de Licença e que tiver recolhido à Fazenda Municipal as taxas previstas por este edital de Credenciamento.

9.3 Todos os credenciados que ferirem o presente Edital ficarão impedidos de participarem de próximas modalidades de credenciamento.

9.4 Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitações junto a Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

9.5 Este Edital estará afixado na Secretaria Municipal de Turismo a disposição dos interessados a partir de 04 de maio de 2016 e publicado no site da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT.

Pontal do Araguaia, 04 de maio de 2.016.

Wilsa Sousa Itacarambi Lacerda

Secretária Municipal de Turismo

Membros da Comissão:

Kely Cristina Miotti dos Santos

Carlos da Sousa Silva

Nuyacuy Alves Nascimento

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DE COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM BARRACAS NA PRAIA DA ARARA DE PONTAL DO ARAGUAIA, DURANTE A TEMPORADA 2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FUNCIONAMENTO DE COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM BARRACAS, INSTALADAS EM PONTO FIXO NA FAIXA DE AREIA DA PRAIA DA ARARA DE PONTAL DO ARAGUAIA, DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2016 NO PERIODO DE 18 DE JUNHO A 07 DE AGOSTO DE 2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT, através da SECRETARIA DE TURISMO E URBANISMO, com sede a Rua Joaquim Correa nº 21, Setor João Rocha., torna público que estará credenciando os interessados na atividade de COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM TENDA FIXA, INSTALADAS NA FAIXA DE AREIA DA PRAIA DA ARARA DE PONTAL DO ARAGUAIA, para temporada de verão 2016, na condição de pessoa jurídica ou física, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e pelas condições e especificações descritas neste Edital. O credenciamento ocorrerá no período de 11 de maio a 13 maio de 2016, na Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

1- DO OBJETO.

1.1 – Comercio de Bebidas e alimentação nas Barracas fixas na faixa de areia.

2- DAS CONDIÇÕES GERAIS.

2.1 – O presente credenciamento destina-se exclusivamente à participação de Micro Empreendedor Individual-MEI, Microempresas-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP.

2.2 A inscrição poderá ser realizada e protocolada na condição de pessoa física, porém após o sorteio e no prazo estabelecido neste Edital, o requerente que for habilitado na qualidade de pessoa física deverá constituir firma individual, conforme expresso neste Edital.

2.3 Este Edital de Credenciamento está sujeito aos termos do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016/STU, no que tange ao direito de explorar o espaço credenciado e reservado da praia, conforme especificações e condições estabelecidas.

2.4 Cada credenciado poderá participar apenas de um lote/barraca.

2.5 A inscrição, assim como o Alvará de Licença expedido são pessoais e intransferíveis, sendo proibido a venda ou aluguel de ponto, o que se confirmado será cassado o Alvará de Licença.

2.6 É proibido a inscrição de pessoa física que possua grau de parentesco até 2º grau com funcionários deste órgão Municipal.

2.7 As Tendas/Barracas deverão seguir o padrão estipulado no anexo I deste Edital.

3 – DO PERIODO DE LICENÇA.

3.1 Este Edital de Credenciamento tem validade para a Temporada de Paria 2016, que compreende do dia 18 de junho a 07 de agosto de 2016.

3.2 O Alvará de Licença possuirá a validade temporária idêntica a da Temporada 2016, perdendo a validade assim que se encerrar o período acima citado.

3.3 O Alvará de Licença é condicionado ao pagamento do espaço, sendo expedido com a devida quitação do boleto referente.

4 – DA INSCRIÇÃO.

4.1 O credenciamento ocorrerá no período de 11 de maio a 13 de maio de 2016, na Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

5 – DOS VALORES.

5.1 A Barraca de até 08 tendas será credenciada pelo valor de R$ 10. 000,00

5.2 A Barraca de até 06 tendas será credenciada pelo valor de R$ 8. 000,00

5.3 A Barraca de até 04 tendas será credenciada pelo valor de R$ 6. 000,00

5.4 A Barraca de até 02 tendas será credenciada pelo valor de R$ 3. 000,00

5.5 A Barraca de até 01 tendas será credenciada pelo valor de R$ 2. 000,00

6 – DAS VEDAÇÕES.

6.1 As pessoas interessadas em participar do Credenciamento não poderão estar em débito junto a Municipalidade, sob pena de tornar sem efeito o lance de fechamento.

6.2 Os interessados em participar deverão comprovar através de certidão Negativa de Débito junto a municipalidade sua adimplência.

7 – DOS RESIDUOS.

7.1 Todos os comércios deverão manter em ponto fixo sacos plásticos para acondicionamento de resíduos (lixo).

7.2 Uma vez cheio o saco, o mesmo deve ser fechado e acondicionado em lugar adequado para a coleta municipal.

7.3 É vedado a utilização direta do solo para acondicionar resíduos, materiais descartáveis.

7.4 Cada Barraca deverá retirar a VISTORIA da vigilância Sanitária para seu funcionamento.

7.5 Cada Barraca é responsável após a instalação solicitar a VISTORIA por parte do Corpo de Bombeiros para iniciar os trabalhos dentro das normas de segurança.

8 – DAS PENALIDADES.

8.1 O Credenciado que descumprir qualquer regra descrita no presente Edital estará sujeito a cassação do Alvará de Licença e multa aplicada pela Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo no importe de R$ 1.000,00 (hum mil reais) por infração.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

9.1 Os Credenciados que forem aprovados ficarão sujeitos a Fiscalização Municipal, exercida pela Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

9.2 Somente poderá iniciar a atividade o Requerente classificado que tiver em seu poder o devido Alvará de Licença e que tiver recolhido à Fazenda Municipal as taxas previstas por este edital de Credenciamento.

9.3 Todos os credenciados que ferirem o presente Edital ficarão impedidos de participarem de próximas modalidades de credenciamento.

9.4 Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitações junto a Secretaria Municipal de Turismo e Urbanismo.

9.5 Este Edital estará afixado na Secretaria Municipal de Turismo a disposição dos interessados a partir de 04 de maio de 2016 e publicado no site da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT.

Pontal do Araguaia, 04 de maio de 2.016.

Wilsa Sousa Itacarambi Lacerda

Secretária Municipal de Turismo

Membros da Comissão:

Kely Cristina Miotti dos Santos

Carlos da Sousa Silva

Nuyacuy Alves Nascimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 001/2016

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 001/2016

O MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA torna público o **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2016**, para credenciamento de Grupos formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, de abrangência local, regional e nacional, interessados em fornecer gêneros alimentícios destinados ao atendimento da clientela beneficiária do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com fundamento no caput do art. 24 da Lei Federal nº 8. 666, de 21 de junho de 1993, no art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, na Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, e demais normas que regem a matéria.

Data e Local para entrega dos envelopes: de 05 de Maio a 18 de Maio 2016, na Comissão de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Ponte Branca, situada à Ac. Cel. Belmiro Nogueira, 300, Centro, Ponte Branca.

Abertura dos envelopes: 18 de Maio 2016, às 10h:30mim na sala da Comissão de Licitações.

Requisitos e/ou documentos: Os procedimentos para participação estarão disponíveis no Edital de Concorrencia Pública n° 001/2016, que poderá ser retirada sua cópia na Comissão de Licitações, ou ainda solicitada através do email: licitacaopbmt@hotmail.com

Ponte Branca - MT, 05 de Maio de 2016.

TÂNIA GUIOMAR RESENDE CARDOSO CARVALHO

Presidente da Comissão de Licitações

PORTARIA Nº 010/2016

NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Administração Municipal, os servidores abaixo relacionados:

PREGOEIRO:

STUART NOGUEIRA E SILVA

EQUIPE DE APOIO:

TANIA GUIOMAR RESENDE CARDOSO CARVALHO

JOÃO PEREIRA DOS SANTOS

GLIMARA NOGUEIRA GONÇALVES

Art. 2º Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme as disposições constantes Lei Federal nº 10.520/2008 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 3º O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Ficam designados como suplentes da Equipe de Apoio os servidores JOSE LUIZ DA SILVA e RENATA DOMINGOS SOARES.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 002/2016.

Prefeitura do Município de Ponte Branca, 29 de Abril de 2016.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONVENIO Nº 001/2016

EXTRATO DE CONVENIO Nº 001/2016

ESPÉCIE: Convenio nº 001/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **ASSOCIACÃO DE A TERCEIRA IDADE RENASCER E CONVIVER DE PONTE BRANCA – MT**

OBJETO: O objeto deste instrumento é a parceria entre o Município e a Associação da Terceira Idade Renascer e Conviver de Ponte Branca - MT, com a finalidade a segunda em promover o bem estar social dos idosos do Município e a da comunidade em geral.

VALOR: R$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos Reais)

PRAZO: 09 MESES

DATA DA ASSINATURA: 11/04/2016

VIGENCIA: 11/04/2016 a 31/12/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

REGISTRO DE PREÇOS: PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DEVIDAMENTE RELACIONADOS E ESPECIFICADOS NOS TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, visando o Registro De Preços: Para Futura E Eventual Aquisição De Peças Mecânicas Originais Para A Frota De Veículos Das Secretarias Municipais, Devidamente Relacionados E Especificados Nos Termo De Referência Em Anexo. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 18/05/2016, às 08h00min**,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 05 de Maio de 2016.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

REGISTRO DE PREÇOS – PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando o Registro De Preços – Para Futura E Eventual Contratação De Empresa Especializada Prestação De Serviços De Disponibilização De Internet, Especificados Nos Termo De Referência Em Anexo. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 18/05/2016, às 09h30min**,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 05 de Maio de 2016.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

PORTARIA Nº 011/2016

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

O Prefeito do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear os servidores, **TANIA GUIOMAR RESENDE CARDOSO CARVALHO, JOÃO PEREIRA DOS SANTOS e GLIMARA NOGUEIRA GONÇALVES**, para comporem a Comissão Permanente de Licitações deste Município, para as modalidades de Convite, Tomada de Preços, Concorrência Pública e Leilão.

Art. 2º Ficam igualmente nomeados os senhores **JOSE LUIZ DA SILVA e RENATA DOMINGOS SOARES** para suplentes dos membros da Comissão Permanente de Licitações, mencionados no artigo anterior.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, serão presididos pela senhora **TANIA GUIOMAR RESENDE CARDOSO CARVALHO**, a qual será secretariada pelo senhor, **JOÃO PEREIRA DOS SANTOS.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 003/2016.

Prefeitura do Município de Ponte Branca, 29 de Abril de 2016.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 022/2016**, cujo objeto **é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE UMA CAMIONETE D20 CABINE DUPLA EM PERFEITO ESTADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA,** cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 04 de Maio de 2016 ocasionou uma Licitação Deserta**.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em **17/05/2016 às 09h00min.**

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, situada à Rua Tocantins, S/N – Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinqüenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Porto Alegre do Norte/MT, 04 de Maio de 2016.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO CONTRATO 63/2016

CONTRATO Nº 063/2016

CONTRATO EMERGENCIAL PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO que entre si fazem o Município de Porto Esperidião e a Empresa W. P. CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA-ME, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em construção e reparo de pontes de madeira tipo I.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, pessoa jurídica de Direito Público interno, com sede social na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444, centro, Porto Esperidião – MT, inscrita no CNPJ sob o número **03.238.904/0001-48,** doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal**, GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 1.143. 459-0 (SSP/MT), inscrito no CPF/MF sob o no 820.629.351-53, e do outro lado a Empresa ***W. P. CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA-ME*****,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº.12.648.863/0001-59 e NIRE 51.201.208.875, com endereço comercial sito à Rua Carlos Laet, S/Nº, esquina com São Paulo, Centro, na cidade de Salto do Céu – MT, neste ato representado pelo Sr. **WENDEL ALVES PRATA**, RG nº 10556605 SJ/MT, e CPF/MF nº. 813.593.901-97, residente e domiciliado na Rua Miguel Miranda, nº. 212, Centro, município de Salto do Céu - MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, Resolvem celebrar **Contrato Emergencial para atender necessidade temporária de excepcional interesse público,** com lastro no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 412/2005, e nas seguintes Cláusulas e Condições:

Cláusula Primeira – ***DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL***

1.1. O presente contrato tem fundamentação legal na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações e especificamente no disposto no Art. 24, inciso IV, que trata da dispensa de licitação decorrente de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do objeto

2.1. Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em construção e reparo de pontes de madeira tipo I

CLÁUSULA TERCEIRA – ***DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA***

3.1. O valor total deste contrato é de R$ 703.000,00 (setecentos e três mil reais), a ser pago mediante comprovação da prestação dos serviços no período de 01 (um) ano, obedecendo as condições aprazadas.

PARAGRÁFO PRIMEIRO – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, Natureza da Despesa: Secretaria de Obras, **(135) 44.90.51.00.00**. Obras e Instalações – Fonte: Convênio do Estado.

CLÁUSULA QUARTA – ***DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DE SERVIÇO***

4.1. Na assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar documentos da empresa devidamente regularizada junta a Receita Federal, bem como, Identidade do representante legal, CPF/MF, Comprovante de Residência, para fins de pagamento.

PARAGRÁFO PRIMEIRO – A relação jurídica decorrente deste Contrato, não gera nenhum vínculo de natureza empregatícia entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, inclusive social trabalhista.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. A CONTRATADA receberá pelos serviços prestados (serviços técnicos especializados em construção e reparo de pontes de madeira tipo I.), mediante apresentação de notas de serviços prestados.

PARAGÁFO ÚNICO – A CONTRATADA fica obrigada a fazer a prova do recolhimento dos tributos disciplinado em Lei (INSS, ISS, ETC).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no Contrato, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

6.2. Manter em dia todas as suas obrigações com terceiros inclusive as de cunho trabalhista, estendendo-se a responsabilidade para os feitos judiciais decorrentes do contrato;

6.3 Cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7 º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo em condição de aprendiz).

6.4 Sanar imediatamente quaisquer irregularidades e/ou defeitos verificados pela fiscalização na prestação dos serviços contratados.

6.5 Responder por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ao patrimônio público e/ou privado ocasionados por seus funcionários e/ou equipamentos a terceiros nos acidentes de trânsito e de trabalho.

6.6 Permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos especializados, sempre que este julgar necessário.

6.7 Refazer os serviços que forem recusados pela Fiscalização, fundamentados em parecer técnico, sem outras despesas que não sejam a do serviço refeito.

6.8 Atender aos pedidos da Secretaria de Obras e Administração, correlação ao fornecimento de informações e dados, e também sobre o fornecimento do objeto do Contrato, com os detalhes estipulados e dentro dos prazos fixados.

6.9 Observar as normas vigentes de segurança do trabalho e aplicá-las no que couber, relativo ao fornecimento do objeto deste Contrato.

6.10 Manter-se durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

6.11 Não transferir a outros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – ***DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE***

7.1. A CONTRATANTE, conjuntamente com a Secretaria de Obras, assume o acompanhamento da fiel execução dos serviços deste Contrato com vista ao cumprimento nos termos ajustados e, se necessários aplicação das penalidades prevista na Lei 8.66/93.

CLÁUSULA OITAVA – ***DO ADITAMENTO E DO REAJUSTAMENTO***

8.1. O presente contrato não sofrerá reajuste, mas poderá ser modificado mediante Termo Aditivo, ou rescindido de pleno direito, no caso de inadimplência contratual por qualquer das partes contratantes, reservando-se à parte que se achar prejudicada, o direito de reclamar perdas e danos, observando-se as formalidades legais.

CLÁUSULA NONA – ***DO PRAZO E DAS PRORROGAÇÕES***

9.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado nas mesmas condições, se persistirem os fatos que motivaram esta contratação, se houver manifesto interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – da fiscalização

10.1. A execução dos serviços e o cumprimento do contrato serão supervisionados pela Secretaria de Obras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Elegem as partes o Foro da Comarca de Porto Esperidião para dirimir quaisquer controvérsias e dissídio decorrentes da execução deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem os contratantes, mutuamente justos e acordados, assinam o presente **CONTRATO**, em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo firmadas, a tudo presentes.

Porto Esperidião-MT, 02 de maio de 2016.

Gilvam Aparecido de Oliveira

Prefeito Municipal

W. P. CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA-ME

Contratada

Testemunhas:

_____

1º Edicléia Pereira de Souza

CPF: 496.138.801-78

_____

2º Khristian Santana Ramos

CPF: 792.897.971-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO EXECUTIVO N.º 043/2016

(**QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA NOMENCLATURA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A CRIAÇÃO DO ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**).

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, no uso de suas atribuições legais, especialmente das que lhe é conferida em Lei Municipal Complementar 058/2014, *DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO, DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 044/2013, Que dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37, e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009*, e Lei complementar 068/2016" QUE *CRIA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS",* e da outras Providências.

DECRETA:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Direta, subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo, competem observados os princípios, desempenho das atribuições enumerados na Lei Municipal Complementar n.º 044/2013.

Art. 2º. O Prefeito Municipal, por Decreto, baixará as respectivas atribuições e competências dos órgãos e organograma, observado o presente Decreto e a legislação hierarquicamente superior, enumerados no art. 3º deste Decreto.

Art. 3º. Integram a estrutura os seguintes órgãos do Poder Executivo:

A. Órgãos de Assessoramento:

I. Gabinete do Prefeito Municipal;

- Prefeito Municipal
- Vice-Prefeito Municipal
- Chefe de Gabinete
- Assessoria de Gabinete
- Assessor Jurídico
- Assessoria de Prestação de Contas

II - Controladoria do Município;

B. Órgãos Auxiliares:

I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- Tesoureiro
- Assessor de Orçamentos e Finanças
- Assessor Técnico do APLIC
- Assessor de Recursos Humanos
- Coordenadoria de Cadastro, Tributação e Arrecadação
- Coordenadoria de Planejamento de Aquisições
- Coordenadoria de Contabilidade
- Coordenadoria de Tesouraria
- Coordenadoria de Ouvidoria
- Coordenadoria de Instrução Processual
- Coordenadoria de Manutenção em rede eletrica
- Departamento de Transporte
- Departamento do Controle de Estoque e Abastecimento
- Departamento de Fiscalização
- Departamento de Patrimônio
- Departamento de Orçamentos de Bens e Serviços
- Divisão do Setor de Arquivo
- Divisão do Setor Administrativo
- Setor de Departamento de Água e Esgoto
- Setor Administrativo

C. Órgãos de Administração Específica:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.

- Assessoria de Programas e Projetos
- Departamento de Transporte Escolar
- Departamento de planejamento técnico
- Divisão de Limpeza Pública
- Divisão de Esportes
- Setor de Esportes
- Setor de Limpeza Publica

II - Secretaria Municipal de Saúde

- Assessoria de Vigilância Sanitária
- Coordenadoria de Informação de Sistema de Saúde
- Coordenadoria de Sala de Vacina
- Coordenador de Regulação
- Departamento de Farmácia Básica
- Divisão Odontológica
- Divisão de Transporte de Pacientes
- Divisão de Regulação

III - Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

- Coordenadoria do CRAS
- Departamento do CRAS

- Divisão do Programa Bolsa Família

- Divisão de Limpeza

- Divisão de Apoio Administrativo

- Divisão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

- Setor de Limpeza

IV - Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico

- Setor Técnico de Agricultura Familiar

V - Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Obras Públicas

- Coordenadoria do Departamento de Água e Esgoto (DAE)

- Coordenadoria de Oficina

- Coordenadoria de infra estrutura

- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Estradas Vicinais

- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Vias Públicas

- Departamento do DAE

- Departamento de serviços Públicos

- Departamento de Infra-Estrutura

- Divisão do DAE

- Divisão de Serviços Urbanos

- Setor de Limpeza Pública

- Setor do DAE

D. Órgãos Consultivos.

I. Conselhos Municipais constituídos em Lei.

Art. 4º. O quadro de órgãos do Executivo Municipal é o constante do Anexo I do presente Decreto, observados os preceitos da Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2.013.

Art. 5º. O Controle reger-se-á diretrizes estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, através do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º. Os serviços de apoio referentes à pessoal, suprimentos, patrimônio, documentação, equipamentos, informática e transportes oficiais reger-se-ão por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 7º. Os serviços de execução orçamentária e financeira serão regidos por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 8º. Ficacriado organograma da estrutura administrativa através dos anexos **II a VIII.**

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº **034/2016, de 30 de Março de 2016.**

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 02 de Maio de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 160/2016

(DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DO SR° CINEZIO SENE DE OLIVEIRA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, Decreto Municipal n° 043 de 02 de Maio de 2016, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear o Sr°. **CINEZIO SENE DE OLIVEIRA,** Portadorda Cédula de Identidade **RG Nº 595657 SSP/MT e CPF Nº 396.101.301-82, do cargo comissionado de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA**, conforme Lei Complementar nº 058/2014 ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, Decreto Municipal n° 043 de 02 de Maio de 2016.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 02 de Maio de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº 004/2016, regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores torna público para conhecimento dos interessados, que o Procedimento Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2016, cujo objeto é Registro de Preços para Seleção de propostas mais vantajosa para futura e eventual aquisição de Medicamentos, Materiais Laboratoriais e Hospitalares. Foi declarado VENCEDORA, a Empresa **ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - ME**, portadora do CNPJ nº **07.095.969/0001-32**, com o valor estimado em R$ 70.395,00 (Setenta Mil, Trezentos e Noventa e Cinco Reais), Empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**,portadora do CNPJ nº **03.652.030/0001-70**, com o valor estimado em R$ 980.547,30 (Novecentos e Oitenta Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta Centavos), Empresa **AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA,** portadora do CNPJ nº **65.817.900/0001-71,** com o valor estimado em R$ 5. 720,00 (Cinco Mil, Setecentos e Vinte Reais), Empresa **SALVI, LOPES & CIA. LTDA – ME,** portadora do CNPJ nº **82.478.140/0001-34,** com o valor estimado em R$ 104.944,01 (Cento e Quatro Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Um Centavo), Empresa **LP COMERCIO E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA –ME,** portadora do CNPJ nº **10.832.896/0001-29,** com o valor estimado em R$ 90.153,58 (Noventa Mil, Cento e Cinquenta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos) e a Empresa **M.S. DIAGNÓSTICA LTDA,** portadora do CNPJ nº **00.970.175/0003-93,** com o valor estimado em R$ 31.187.66 (Trinta e Um Mil, Cento e Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Seis Centavos),mais informações poderá ser adquirida na Sede da Prefeitura.

Porto Estrela/MT, 04 de maio de 2016.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 16-2016

Portaria nº 16/2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA QUE MENCIONA CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS PECULIAR, A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU-MATO GROSSO.

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereador **CARLOS ANTÔNIO DO CARMO,** usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com artigo 19 inciso II e VI e inciso IX do artigo. 105 da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado com art. 21 inciso XIV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poxoréu e demais legislações pertinentes do servidor Municipal;

Resolve:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares, pelo período de 30 (trinta) dias, relativos ao intertício 2015/2016, no perido de 01 à 30 de maio de 2016, a servidora Comissionada: SIMONE SANTOS GOUVEIA.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor, revogadas as disposições em contrários.

Art. 3º - Registra –se, Pública - se e cumpra-se.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, dois dias do mês de maio de 2016.

Ver. Carlos Antônio do Carmo

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

A presente Portaria foi publicada por afixação no hall da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, em 02 de maiode 2016 e no diário eletrônico dos municípios de Mato Grosso.

Jasciomar Alves dos Santos

Assistente Administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 061/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 061/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 061/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 049/2016

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Óleo Lubrificante para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT.

Vencedoras:

DELLFER BOMBAS INJETORAS EIRELI – ME, CNPJ: 05.446.130/0001-76, foi a vencedora dos itens com os seguintes códigos: 48165, 50917, 48174, 40751, com um valor total de R$ 52.909,50 (cinquenta e dois mil novecentos e nove reais e cinquenta centavos);

AMORIM MAQUINAS PEÇAS SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP, CNPJ: 36.906.550/0001-11, foi a vencedora dos itens com os seguintes códigos: 40790, 40675, 40700, com um valor total de R$ 51.492,50 (cinquenta e um mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos);

G4 COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA-ME, CNPJ: 16.422.872/0001-88, foi a vencedora dos itens com os seguintes códigos: 48168, 48166, 48164, 48161,48160, 40655, 40066, 39960, 48171, 48169, 53075, 53074, 48176, 48175, 48173, 40612, 40081, com um valor total de R$ 438.810,00 (quatrocentos e trinta e oito mil oitocentos e dez reais);

Querência - MT, 04 de maio de 2016.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 006/2016

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, por intermédio da Pregoeira, torna público a **PRORROGAÇÃO** dos LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 da licitação modalidade Pregão Registro de Preços nº 006/2016, visando o **REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS, VEICULO E MATERIAL DE CONSUMO,** para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP PARA UTILIZAÇÃO NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA O PROGRAMA DE COMBATE A DENGUE, COM RECURSOS FINANCEIROS DA RESOLUÇÃO CIB/MT ADREFEREDUM Nº 11 DE 16/12/2015 E PORTARIA GBSES N.º 009 DE 15/01/2016, a realizar – se no dia 16 de Maio de 2016, às 09h00min (horário de Brasília)**,** sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX66) 9962 7171.

Ribeirãozinho - MT, 04 de maio de 2016.

Ana Maria Mendonça de Oliveira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI N° 691, 03 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências."

Antônio Xavier de Araújo, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial para fins de inclusão da Fonte de Recurso 1.42.000000 no valor de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade/Func. Programa/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
08	Secretaria Municipal de Saúde	
002	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0020.2053	Manutenção do Programa De Agentes Comunitários de Saúde	
3.3.90.93.00.00 Fonte: 0.1.42.000000	Indenizações e Restituições	9.600,00

08	Secretaria Municipal de Saúde	
002	Fundo Municipal de Saúde	
10.305.0050.2062	Manutenção do Programa de Endemias e Controle de Doenças ECD	
3.3.90.93.00.00 Fonte: 0.1.42.000000	Indenizações e Restituições	2.400,00
TOTAL DAS DOTAÇÕES	**12.000,00**	

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será utilizado recurso resultante de Excesso de Arrecadação oriundo de Repasses ao Fundo Municipal de Saúde para Incentivo Financeiro Adicional para Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, como forma de estimulo e intensificação ao desenvolvimento da ações de combate à Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, conforme Portaria nº 08/2016/GBSES, Processo nº 80820/2016, estando em conformidade ainda com o disposto no Art. 43, § 1°, inciso II da lei 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco - MT, aos 03 de Maio de 2016.

Antônio Xavier de Araújo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Pavimentação Asfáltica em várias Ruas no Município de Rio Branco - MT, referente a Tomada de Preço nº 001/2016 e Contrato nº 021/2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, Sr. Antonio Xavier de Araújo, no uso das atribuições legais e, exarada no inciso VI do artigo 62 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Engenheiro CELSO SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº 0681500-6 SSP/MT, CPF nº 458.603.781-49 e CREA DF- 9546/D, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Pavimentação Asfáltica em várias ruas do Município de Rio Branco - MT, referente a Tomada de Preço nº 001/2016 e Contrato nº 021/2016", especificamente de acordo com o inciso VI do artigo 62 da Lei Orgânica do Município, em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Artigo 2º - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Artigo 3º - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor Nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco – MT, 01 de Abril de 2016.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

- Prefeito -

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: ***"Seleção de melhor proposta objetivando a aquisição de TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Salto do Céu – MT";*** *do tipo* ***MENOR PREÇO/ITEM,*** *conforme discriminado no Termo de Referência* ***ANEXO I*** *deste Edital*.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às ***09h00min, do dia 18/05/2016***. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 04 de Maio de 2016.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando a*"Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos de Assessoria para cadastrar, editar e monitorar pleitos junto aos sistemas SICONV, SIGCON e SIGOB e demais portais do Governo Estadual e Federal, referente a pleitos para atender necessidades de obras do Município de Salto do Céu – MT e Elaborar projetos básicos de engenharia civil com edificação civil igual ou inferior a 350 metros quadrados, projetos de pavimentação asfáltica e drenagens de águas pluviais urbana inferiores a 20.000 m², projetos de praças e urbanização considerados de pequeno porte, recuperação de estradas vicinais de terra, bem como acompanhar processos junto aos órgãos de Cuiabá em atendimentos às necessidades do Município de Salto do Céu – MT, sendo oito projetos elaborados no decorrer do exercício de 2016",* conforme especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes que participou do certame licitatório supramencionado a empresa **SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA CNPJ: 07.123.969/0001-07,** vencedora deste certame com valor total dos serviços em **R$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais).**

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 03 de Maio de 2016.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA TOMADA DE PREÇOS N° 010/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação Fracassada

Tomada de Preços n° 010/2016

O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, torna público para conhecimento dos interessados que a licitaçãona modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016,** Menor Preço global, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia para construção da praça pública três canteiros no município de Santa Cruz do Xingu – MT, foi declarada FRACASSADA, em virtude das empresas não apresentarem os documentos de habilitação de acordo com o Edital. Para maiores informações, os autos estão disponíveis na Prefeitura Municipal, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1304 ou pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com

Santa Cruz do Xingu – MT, 03 de Maio de 2016. **Astor Albrecht –** Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA TOMADA DE PREÇOS N° 011/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação Fracassada

Tomada de Preços n° 011/2016

O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, torna público para conhecimento dos interessados que a licitaçãona modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2016,** Menor Preço global, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia para construção de quadra de areia na Av.: dos imigrantes, esquina com a Rua Marcelino Simão da Silva no município de Santa Cruz do Xingu – MT, foi declarada FRACASSADA, em virtude das empresas não apresentarem os documentos de habilitação de acordo com o Edital. Para maiores informações, os autos estão disponíveis na Prefeitura Municipal, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1304 ou pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com

Santa Cruz do Xingu – MT, 03 de Maio de 2016. **Astor Albrecht –** Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2016

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2016

PREGÃO 14/2016

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015- REGISTROS DE PREÇOS – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.003470/2015-28

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada: **MILANFLEX IND. E COM. DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ: 86.729.324/0002-61**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES CONSTITUIDOS DE CONJUNTO ALUNO, MESA ACESSÍVEL E CONJUNTO PROFESSOR EM ATENDIMENTO AS ENTIDADES EDUCACIONAIS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO I DO EDITAL.**

Valor: R$ 40.083,00 (quarenta mil e oitenta e três centavos)

Vigência: 06/04/2016 a 05/04/2017.

Santa Rita do Trivelato – MT, 04 de Maio de 2016.

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2016

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2016

PREGÃO 15/2016

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2014- REGISTROS DE PREÇOS – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.007925/2013-12

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada: **EKIPSUL COM. DE PROD. E EQUIP. LTDA – EPP – CNPJ: 04.603.900/0001-84**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EM ATENDIMENTO AS ENTIDADES EDUCACIONAIS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREÂMBULO E NA PROPOSTA VENCEDORA, OS QUAIS INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.**

Valor: R$ 803,00 (oitocentos e três reais)

Vigência: 06/04/2016 a 05/04/2017.

Santa Rita do Trivelato – MT, 04 de Maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA GABINETE

PORTARIA N.º 0018/16-GP

DE 02 DE MAIO DE 2016

***CRISTIANO GOMES E CUNHA**, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas no Art. 53 da Lei Orgânica Municipal,*

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **ELOIS GOMES DE MELO**, portador do CPF n. 441.689.181-49 e RG n. 1445969 SSP/PA, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Finanças e Planejamento, do municipio de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de maio de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 0019/16-GP

DE 02 DE MAIO DE 2016

***CRISTIANO GOMES E CUNHA**, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas no Art. 53 da Lei Orgânica Municipal,*

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o Sr. **ELOIS GOMES DE MELO**, portador do CPF n. 441.689.181-49 e RG n. 1445969 SSP/PA, para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas, do municipio de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de maio de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 0021/16-GP

DE 02 DE MAIO DE 2016

***CRISTIANO GOMES E CUNHA**, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas no Art. 53 da Lei Orgânica Municipal,*

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o Sr. **WELLINGTON CALIXTO DOS REIS**, portador do CPF n. 016.738.021-41 e RG n. 788674 SSP/MT, para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Finanças e Planejamento, do municipio de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de maio de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 0020/16-GP

DE 02 DE MAIO DE 2016

CRISTIANO GOMES E CUNHA*, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas no Art. 53 da Lei Orgânica Municipal,*

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **WELLINGTON CALIXTO DOS REIS**, portador do CPF n. 016.738.021-41 e RG n. 788674 SSP/MT, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas, do municipio de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de maio de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

RESULTADO DE JULGAMENTO PR 10

PROCESSO N. 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 10/2016

O Município de Santa Terezinha, Estado Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro Sr ALESSANDRO BORGES DOS SANTOS designado pela Portaria nº 17/16 de 01 de abril de 2016, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto é: *Aquisição de material de limpeza, higiene, material de limpeza hospitalar, utensílios de cozinha e outros materiais de consumo para uso das secretarias da administração em geral para o exercício de 2016. O* Pregoeiro decide declarar vencedores do objeto do certame as empresas JW DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME inscrita no CNPJ Nº14.912.175/0001-80 e MARIA DE LURDES BEQUIMAN MACIEL-ME-SURPMECADO LIDER inscrita no CNPJ Nº03.038.044/0001-07. Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação fica adjudicado aos classificados conforme acima mencionado.

Santa Terezinha – MT, 04 de maio de 2016. *ALESSANDRO BORGES DOS SANTOS-Pregoeiro*

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 15/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 15/2016

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, Tipo Menor Preço por item, com a finalidade de selecionar propostas: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, segundo os critérios estabelecidos neste Edital, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos, maquinas e caminhões e veículos, para realização dos trabalhos da secretaria municipal de viação e obras publica conforme plano de trabalho do programa FETHAB, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência-Anexo I. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente. **A abertura desta licitação ocorrerá no dia 17/05/2016. 14:30 horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação.** O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, de segunda a sexta-feira no horário de 12:00 a 18:00 horas no telefone 66-35581414 ou solicitado no e-mail compras@santaterezinha.mt.gov.br Santa Terezinha – MT, 04 de maio de 2016. ALESSANDRO B. SANTOS**-** Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2016

Contrato de prestação de serviços nº. 010/2016, Contratado(a): **Sabrina Machado Lima**, Valor: **R$ 7.452,18 (SETE MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS)**, Objeto: Execução de serviços pessoais, de Nutricionista, assinatura: 05/02/2016, vencimento: 16/12/2016.

SANTO AFONSO-MT, 04/05/2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2016

Contrato de prestação de serviços nº. 013/2016, Contratado (a): **MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA**, Valor: **R$ 8.282,88 (OITO MIL DUZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)**, Objeto: Execução de serviços pessoais, de Ajudante de Serviços Gerais (Educação), assinatura: 22/02/2016, vencimento: 16/12/2016.

SANTO AFONSO-MT, 04/05/2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2016

Contrato de prestação de serviços nº. 014/2016, Contratado (a): **ANDRESSA PEREIRA DE FARIAS**, Valor: **R$ 10.657,44 (DEZ MIL SEISSSENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)**, Objeto: Execução de serviços pessoais, de Agente Administrativo (Educação), assinatura: 22/02/2016, vencimento: 16/12/2016.

SANTO AFONSO-MT, 04/05/2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2016

Contrato de prestação de serviços nº. 012/2016, Contratado(a): MARIA ANUNCIAÇÃO GOMES DOS SANTOS, Valor: **R$ 14.210,34 (QUATORZE MIL DUZENTOS E DEZ REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)**, Objeto: Execução de serviços pessoais, de Professora, assinatura: 22/02/2016, vencimento: 16/12/2016.

SANTO AFONSO-MT, 04/05/2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2016

Contrato de prestação de serviços nº. 015/2016, Contratado (a): **DAVID DE ABREU LIMA**, Valor: **R$ 1.808,44 (UM MIL OITOCENTOS E OITO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)**, Objeto: Execução de serviços pessoais, de Motorista (Educação), assinatura: 22/02/2016, vencimento: 22/04/2016.

SANTO AFONSO-MT, 04/05/2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO/2016

Contrato de prestação de serviços nº. 011/2016, Contratado(a): **BERENICE GONÇALINA DA CRUZ**, Valor:**R$ 5.443,27 (CINCO MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS)**, Objeto: Execução de serviços pessoais, de Professora, assinatura: 22/02/2016, vencimento: 14/06/2016.

SANTO AFONSO-MT, 04/05/2016.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
DEVOLUÇÃO DE DOSSIÊS- PMCMV "NOMES PARA AJUSTES

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Leverger

Secretaria Municipal de Assistência Social

Setor de Habitação

SETOR: HABITAÇÃO

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE DOSSIÊS- PMCMV "NOMES PARA AJUSTES"

Prezado (as) Senhores (as),

NOME	CPF	MOTIVO
ALFREDO CORREA DA COSTA	04826017715	FALTA PROCURÇÃO
AMANDA MOREIRA DA S COSTA	03009705107	CONJ NÃO CADASTRADO/FALTA DECLARAÇÃO UNIÃO ESTÁVEL
ANA PAULA NUNES DE MATOS	02113205106	FALTA DOC DO CONJUGE
ANTONIO RIBEIRO DA SILVA	60458844853	FALTA CERT. CASAMENTO COM AVERBAÇÃO DIVORCIO
AZENILDA SILVA FERREIRA	01076617131	FALTA DOC DO CONJUGE
CACILDA APARECIDA DOS S MORAES	02699674192	FALTA AVERBAÇÃO DIVORCIO OU DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO
CAROLINA TALON VIEIRA	01297189124	RESTRIÇÃO CADIN- BANCO DO BRASIL
CLARA SIMONE DE OLIVEIRA	96851872153	CONJUGE NÃO CADASTRADO
CLAUDETE RITA DA SILVA	70425553175	FALTA PROCURAÇÃO/ CONJ NÃO CADASTRADO
CRISLAINE GONÇALVES QUEIROZ	05424831141	SEM SITAH
CRISTINA CAMPOS SILVA	04572195137	RENDA SUPERIOR
DANIELE MARIA VIEGAS DA SILVA	05040669194	SEM SITAH
DEBORA LOPES DA SILVA	34494709816	RENDA SUPERIOR
DENILSON APARECIDO DE ARRUDA	02750722152	FALTA COMP ESTADO CIVIL
DORALICE NEVES	00442131151	FALTA COMP ETADO CIVIL
EDILENE SANTANA DUARTE	00925320129	COPIA RG DO CONJ ILEGIVEL
ELIZABETH MARIA DE ARRUDA	86757458187	FALTA PROCURAÇÃO
ELZA RIBEIRO DA SILVA	02251445145	CONJUGE NÃO CADASTRADO
EVA CORREA DE MEDEIROS	41202368115	FALTA COMP ESTADO CIVIL (EVA)
EZIDIA VERGILIA DE PAULA	02642162109	FALTA PROCURAÇÃO
GIOVANNA DOS SANTOS S XAVIER	97889245149	FALTA DOC IDENTIDADE
GISELLY CRISTIANY PADILHA	97023191100	SEM SITAH
GISLENE SOUZA SILVA	79450520100	RG ILEGIVEL
GLEICE BENEDITA DE MAGALHAES	01253750181	RENDA SUPERIOR
IVONE AQUINA DE MORAES	53558200187	RENDA SUPERIO R
JANUARIA MAGALHAES DE MELO	01927843154	FALTA ASSINAR NA DECLARAÇÃO BENEFICIARIO
JOAMIL RODRIGUES DA SILVA	03362511147	FALTA PROCURAÇÃO
JOSE CARLOS DOS SANTOS	51873672187	FALTA PROCURAÇÃO
JOSELE APARECIDA DE MAGALHAES	02201141100	CADASTRADO COMO PART
JOZIELEN MARIA DA SILVA	02699978140	RENDA SUPERIOR
JUCEIA APARECIDA DA C OLIVEIRA	54443938168	FALTA DECLARAÇÃO UNIAO ESTAVEL
JUDITH MARIA DOS SANTOS	04804707158	FALTA DOC DO CONJUGE
JULIETA CORREA M AMORIM	63143755172	FALTA CERTIDÃO DE OBITO DO ESPOSO
JULIO ALENCASTRO LAMEU	02431474143	CONJUGE NÃO CADASTRADO
LAURIANE FERNANDA DE M G MELO	02698297174	RENDA SUPERIO
LAVYNIA VERONICA T DA SILVA	06187202198	CADASTRADA COMO PARTC
LEDUVINO RODRIGUES AMORIM	62253360104	FALTA PROCURAÇÃO
LINA RAMOS DE MORAES	03262809101	FALTA PROCURAÇÃO
LORENE SEBASTIANA LUCAS SILVA	05702469119	SEM SITAH
LUZENIL IZIDORA DE MORAES	62683624115	FALTA COMP ESTADO CIVIL (LUZENIL)
LUZINETE DO CARMO RAMOS	03139813104	CONJUGE NÃO CADASTRADO
MARCIA CRISTINA DE C MAGALHAES	05246367100	FALTA DOC CONJUGE
MARCIA DA SILVA LIMA	06326858160	RESTRIÇÃO CADIN SR JOCIMAR

MARIA BENEDITA DA SILVA	03173876180	FALTA COMPROVANT E ESTADO CIVIL
MARIA JOSE DE MORAES	98284878100	RENDA SUPERIO
MARIA MARLEY RODRIGUES	02140585143	FALTA COMPR ESTADO CIVIL
MARIA ROSA PLACIDO DE JESUS	03829885156	RENDA SUPERIO
MARLENE INACIA DE SOUZA	01632860198	FALTA COMP ESTADO CIVIL
MATILDES DA SILVA SIQUEIRA	00340777150	RENDA NÃO INFORMADA
MEIRIANE SOUZA PINHEIRO	02691835154	RENDA SUPERIOR
MICHELE ROMAO TEIXEIRA SILVA	03001221100	CONUGE NÃO CADASTRADO
OVIDIO PAULO RIBEIRO	32967292168	COMPROVANTE ESTADO CIVIL
PATRICIA SILVA MAGALHAES	02236189184	CONJUGE NÃO CADASTRADO
PATRICIA LOPES DA SILVA	02849807166	FALTA PROCURAÇÃO
PATRICIA DE OLIVEIRA GORONHA	03878984170	RENDA SUPERIOR
ROMANA DE ALMEIDA	03459536144	FALTA PROCURAÇÃO/ DECL BENEFICIARIO/ DOC UNIAO ESTAVEL
ROSALINA MARTINS DE OLIVEIRA	07497843129	CADASTRADA COMO PARTICIPANTE
ROSIMARE DAS NEVES SANTOS	00409903116	CONJUGE NÃO CADASTRADO
ROSINEY RICARDO BOMDESPACHO	83913920153	SEM SITAH
SARA DEBORA MAXIMIANO	02387340132	SEM SITAH
SULIMAR SILVA DO NASCIMENTO	01193484111	FALTA DECL DE UNIAO ESTAVEL
SUZANA MARCIA ARRUDA AMORIM	02856527108	FALTA COMPROVANTE ESTADO CILVIL (URBANO)
TATIANE DE SOUZA GUIMARAES	04401854160	SEM SITAH
VIVIANY RODRIGUES GONCALVES	05161804106	CADASTRADA COMO PARTICIPANTE

ATENCIOSAMENTE,

Flávio José Teixeira Couto

Secretário Municipal de Assistência Social

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO Nº 021/2016/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão Presencial Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de recarga de cartuchos e toners de impressoras das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal, conforme solicitações.**Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***14:00 horas do dia 18 de Maio de 2016***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 hrs as 11:00 hrs e das 13:00 ás 17:00 hrs, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 34881080 – 34881459 - 34881292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 04 de Maio de 2016.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2016

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 020/2016/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório. **Pregão presencial para aquisição de 01 (uma) motocicleta, 125 Cilindradas na Cor Prata, vermelha ou preta, zero Km, ano modelo 2016, 4 velocidades, sistema de partida pedal e elétrica, motor monocilíndrico 4 tempos, arrefecido a ar, Chassi Monobloco, sistema de injeção eletrônica, combustível flex. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social e especificações no Termo de Referência no Anexo I do Edital.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 18 de Maio de 2016***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antônio do Leste – MT, 04 de Maio de 2016.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 082/2016

De 18 de Janeiro de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, realizado em 10/04/2016, tendo o resultado sido homologado em 29/04/2016, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 04 dias do mês de maio de 2016.

MIGUEL BRUNETTA*Prefeito Municipal*

ANEXO I

Nº	AGENTE DE SAÚDE
01	RUTH BERTHIELY DE ARAUJO REGES
02	PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

q) CPF dos pais.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO Nº 022/2016/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão Presencial Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições (marmitex), para as Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.**Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 19 de Maio de 2016***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 hrs as 11:00 hrs e das 13:00 ás 17:00 hrs, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 34881080 – 34881459 - 34881292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 04 de Maio de 2016.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO Nº 025/2016 DE: 02 DE MAIO DE 2016.

Regulamenta a Lei Municipal nº 505/2014 de 17 de novembro de 2014 que autoriza a contratação de estagiários para o serviço público municipal e regulamenta o estágio dos estudantes na educação superior e no ensino médio no âmbito do poder executivo municipal de Santo Antônio do Leste-MT e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei Orgânica do Município e tendo em vista a Lei Municipal nº 505/2014 de 17 de novembro de 2014 e a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008,

Considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos relativos à implementação de estágios remunerados no âmbito desta Administração, previsto na Lei Municipal nº 505/2014 de 17 de novembro de 2014;

Considerando a definição de estágio como sendo um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular;

Considerando a relevância do incremento às oportunidades de aprendizagem, de desenvolvimento das técnicas e da relação teoria-prática;

Considerando a interação entre o estudante, os servidores e os usuários dos serviços prestados pela Municipalidade, possibilitando o crescimento mútuo das relações estabelecidas;

Considerando a Lei Federal 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

D E C R E T A :

Art. 1º - O estágio dos estudantes em órgãos e entidades da administração direta da administração municipal consiste na oferta de estágios para estudantes de estabelecimentos de ensino superior e ensino médio, desde que estejam funcionando legalmente no âmbito do Município.

Art. 2º - O estágio dos estudantes visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, complementando o ensino e aprendizagem, promovendo o aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano.

§ 1º - O estágio destina-se exclusivamente aos estudantes regularmente matriculados.

§ 2º - Somente serão admitidos como estagiários os estudantes de cursos cujas áreas estejam diretamente relacionadas com as atividades desenvolvidas pela entidade ou órgão ou setor destes onde será realizado o estágio.

§ 3º - O estágio será acompanhado efetivamente por um professor orientador nomeado pela instituição de ensino ou do ensino médio e pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Administração Municipal, conforme estabelecido no instrumento de Convênio.

Art. 3º - Serão considerados na concessão do estágio os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do educando público-alvo da Lei;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

Art. 4º - A duração do estágio será ajustada entre as partes interessadas, obedecendo-se o limite máximo de 23 (vinte e três) meses, conforme Lei Federal nº 11.788/2008, cujas disposições passam a integrar a presente Lei.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese, o estagiário poderá, nesta função, ser admitido em qualquer outro órgão ou entidade da administração municipal após cumprido o período máximo de estágio previsto nesta Lei, salvo após prévia aprovação em concurso público.

Art. 5º - O estágio de que trata o art. 1º desta Lei, dar-se-á remunerado, que poderá ser essencial à diplomação do aluno, qual seja, o estágio obrigatório, ou apenas constitui-se em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, realizado por sua livre escolha.

Art. 7º - As Instituições de Ensino são obrigadas a:

I - celebrar Termo de Compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III - indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades, do qual deverá constar visto do orientador da instituição de ensino e do supervisor da parte concedente;

V - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas;

VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. É facultado às instituições de ensino celebrar convênios com a Administração Municipal, convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições do desenvolvimento do estágio, não dispensando, no caso de celebração de convênio, a celebração do termo de compromisso.

Art. 8º - A Administração Municipal como parte concedente do estágio terá como obrigações:

I – celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, observando o estabelecido na legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;

III - indicar funcionário do quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente;

IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 9º - A jornada do estagiário será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, e a Administração Municipal como parte concedente e o aluno ou seu representante legal (em caso de menores de 18 anos) e deverá constar do Termo de Compromisso de Estágio.

§ 1º - A jornada do estagiário deverá ser compatível com as atividades escolares e respeitar os seguintes limites:

I – até quatro horas diárias e vinte horas semanais, no caso de estudantes de nível médio;

II – até seis horas diárias e trinta horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior;

§ 2º - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durantes suas férias escolares.

Art. 10 - Os estudantes beneficiários desta Lei não estabelecerão, sob qualquer hipótese, vínculo empregatício com os órgãos e entidades da administração municipal direta e indiretamente ou em outros órgãos ou entidades que estejam prestando estágio nos termos desta Lei.

Art. 11 - O número máximo de estagiários beneficiários desta Lei será calculado conforme legislação em vigor.

Art. 12 - Fica estabelecido em 10% (dez por cento) o percentual reservado às pessoas portadoras de deficiências nos estágios remunerados, nos termos desta Lei.

§ 1º - No ato da inscrição, que será feita em formulário próprio, o candidato portador de deficiência deverá entregar laudo médico, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como, a provável causa da deficiência.

§ 2º - O portador de deficiência, ressalvadas as condições especiais previstas nesta Lei, participará do programa em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive no que concerne às providências relativas a recrutamento, seleção, avaliação, desligamento dos beneficiários do programa objeto da presente Lei.

§ 3º - Quando o cálculo para a definição da quantidade de vagas for número fracionário, adotar-se-á o seguinte critério:

I - o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos);

II - o arredondamento para o número inteiro imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 4º - As vagas reservadas a portadores de deficiência que não venham a ser preenchidas passam, automaticamente, a serem ocupadas pelos demais candidatos aprovados, conforme a ordem de classificação.

Art. 13 - O estágio dos estudantes será implementado e gerido pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que deliberará sobre o recrutamento, seleção, avaliação, desligamento dos beneficiários do programa objeto da presente Lei, bem como, o pagamento das bolsas mediante convênio com as instituições educacionais.

§ 1º - Com a anuência da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a Coordenadoria de Recursos Humanos e/ou os órgãos solicitantes poderão realizar o recrutamento, seleção, avaliação e o desligamento dos beneficiários do programa.

§ 2º - Poderá a Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, firmar convênio com agentes de integração públicos e privados visando a implementação do estágio de estudantes, ficando sob a responsabilidade dos mesmos todos os procedimentos administrativos e legais relativos ao estágio, definidos no convênio.

§ 3º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a observação das normas e condições de cumprimento do estágio, em conjunto com os órgãos solicitantes.

Art. 14 - A Coordenadoria de Recursos Humanos ficará com a incumbência da orientação, avaliação de desempenho do estudante e demais encaminhamentos para o cumprimento do estágio.

§ 1º - Cabe à Coordenadoria de Recursos Humanos:

I – orientar e acompanhar o estagiário em suas atividades;

II – zelar pela qualidade das atividades do estagiário;

III – incentivar o estagiário a manter uma visão crítica de seu desempenho;

IV – sugerir ao estagiário, quando necessário, abordagens que possam enriquecer e/ou facilitar o seu desempenho no estágio;

V – assinar o registro de frequência do estagiário, deduzindo as faltas não justificadas.

§ 2º - Caso o bolsista estagiário descumpra suas obrigações, o convênio poderá ser rompido, cientificando-se antes o estabelecimento de ensino e cessando para a entidade concedente do estágio qualquer obrigação.

Art. 15 - O Poder Executivo publicará no órgão oficial do Município, a cada abertura de processo de estágio, edital contendo o número de vagas, mencionando o órgão ou entidade da Administração Municipal para as quais as referidas vagas estarão vinculadas.

§ 1º - As instituições de ensino conveniadas poderão elaborar pré-seleção de alunos regularmente matriculados adotando critérios técnicos e meritórios com base nos históricos escolares dos alunos interessados em participar dos processos seletivos.

§ 2º - Entre os critérios a serem adotados serão obrigatoriamente observados as avaliações bimestrais e/ou anuais, assiduidade, participação e comportamento.

Art. 16 - O acesso ao estágio remunerado obedecerá a processo seletivo, conforme edital próprio, publicado no diário oficial do Município, e deverá conter:

I – curso de formação;

II – especificação do órgão solicitante e áreas de atuação;

III – número de vagas previstas e início previsto do estágio;

IV – discriminação dos documentos a serem apresentados pelos candidatos;

V – critérios de seleção claramente definidos, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

VI – valor da Bolsa Auxílio e eventuais benefícios;

VII – data da inscrição.

Art. 17 - Extingue-se o estágio:

I – pela desistência, por escrito, do estudante;

II – pela não-renovação do convênio com a entidade de ensino;

III – pelo abandono ou pela conclusão do curso;

IV – por iniciativa do órgão concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino e ao agente de integração, se for o caso.

Art. 18 - As situações não previstas neste Decreto obedecerão às regras previstas na legislação vigente.

Art. 19 - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município no exercício financeiro de 2016 e nos subsequentes.

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 29 DE ABRIL DE 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO - CONCURSO PÚBLICO 01/2012

TERMO DE POSSE

Cargo Efetivo

Aos 4 dias do mês de maio de 2016, compareceu na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, na sala do Departamento de Recursos Humanos, o senhor **KAINÃ JERÔNIMO RODRIGUES**, portador da carteira de identidade nº 1.893.198-7 – SSP-MT e o CPF nº 019.819.371-88, com o fim de tomar posse no cargo efetivo de **ENFERMEIRO**, o qual foi aprovado no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2012, devidamente homologado pelo Decreto nº 49 de 17 de dezembro de 2012, e prorrogado pelo Decreto nº 105 de 24 de outubro de 2014, e convocado para **POSSE** pelo Edital de Convocação nº 18 de 4 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial do Município em 6 de abril de 2016. Neste ato, o empossado declara expressamente que aceita as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo para o qual foi aprovado e empossado, comprometendo-se em bem servir e defender os interesses do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. O candidato ora empossado terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício, contados da data da posse, sendo exonerado se não entrar em exercício no prazo previsto, de acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 30 de outubro de 2003.

São Félix do Araguaia-MT, em 4 de maio de 2016.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

KAINÃ JERÔNIMO RODRIGUES

EMPOSSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 125/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **BENILDES GOMES DA SILVA**, Brasileira, Convivente, Serviços Gerais, residente e domiciliada na Estrada Rural, s/nº - Matrinxã - CEP 78.670-000 - Parque Amazonas, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 035.142.581-04 e Identidade nº 2.165.441-7 - SSP-MT, inscrita no PIS/PASEP sob nº 2.008.247.332-8, nascida no dia 22/07/1991

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 125/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 02 de maio de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 02 de maio de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 02 de agosto de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 880,00** (oitocentos e oitenta reais)

FUNÇÃO: **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS)**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (**CRAS**), podendo também prestar serviços, conforme atribuição da Secretaria, em outras Unidades da Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **VIVIANE BARROS DOS SANTOS**, Brasileira, Solteira, Assistente Social, residente e domiciliada na Rua Seis, nº 196 - Próximo ao DAE - CEP 78.670-000 - Jardim Zumbi, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 705.011.901-63 e Identidade nº 3.996.174 - DGPC-GO, nascida no dia 03/08/1974

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 124/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 02 de maio de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 02 de maio de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 02 de novembro de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 6 meses

CARGA HORÁRIA: **30 (trinta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.503,01** (dois mil quinhentos e três reais e um centavo)

FUNÇÃO: **ASSISTENTE SOCIAL**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (**CREAS**), podendo também prestar serviços, conforme atribuição da Secretaria, no CRAS, Centro de Convivência, SEDE e outras Unidades da Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 5, DE 25 DE ABRIL DE 2016 - IPASFA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SUELENE MARIA MARIA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 5, DE 25 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA à servidora Senhora SUELENE MARIA DOS SANTOS.

O Senhor EURIMAR PEREIRA MILHOMEM, Secretário de Administração e Planejamento do Município de SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal Nº 557, de 15 de Janeiro de 2007 que alterou a Lei Municipal Nº 468, de 1º de Junho de 2004, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA**, à servidora Senhora **SUELENE MARIA DOS SANTOS**, efetiva no cargo de PROFESSORA DE ENSINO DE 1º GRAU, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vencimentos integrais, a partir de 3 de abril de 2016 e término em 12 de abril de 2016, conforme Processo Administrativo do **IPASFA, Nº 2016.05.00003P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 25 de Abril de 2016.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

EURIMAR PEREIRA MILHOMEM

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos quinze dias do mês de abril de 2016, **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Salmem Hanze, 924, nesta cidade de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** , Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 32.972. 424/0001-04, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 494 351SSP/MT e CPF nº 353.365.011-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de outro lado, as Sociedades empresárias doravante denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, VILMA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.507.230/0001-90 , estabelecida na Rua Castelo Branco, neste ato representada pelo Senhor VILMA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO, portador da Cédula de Identidade nº 0640722-6, expedida pela SSP/MT e do CPF nº 154.083.411-15 em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 005/2015, **RESOLVEM** registrar os preços para **"" REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E ENVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT" CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS".** constantes do Anexo I do Edital do Pregão para Registro de Preços nº 007/2016, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931,de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ATA tem por objeto o **" REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E ENVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA**

PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT" CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS", dos seguintes itens:

PRODUTO	UN	QTDE	UNIT. R$	TOTAL
992-SACO PARA LIXO 15LTS	PCT	95,00	2,50	237,50
993-DESINFETANTE 500ML	UN	278,00	1,70	472,60
994-LIMPA ALUMINIO 500ML	UN	80,00	1,29	103,20
995-PAPEL HIGIENICO C/ 4 UNIDADES	PCT	1.430,00	2,10	3.003,00
996-SABAO DE BARRA 5 UNID	PCT	190,00	3,70	703,00
997-SABAO EM PO 500g	UN	213,00	3,25	692,25
999-CERA, INCOLOR 800ML	UN	103,00	1,98	203,94
1000-VASSOURA PIACAVA	UN	10,00	5,52	55,20
1001-ESPONJA DE LA DE ACO	UN	155,00	1,19	184,45
1002-SABONETE 90g	UN	446,00	1,10	490,60
1003-RODO MEDIO	UN	90,00	5,30	477,00
1004-PANO DE LIMPAR CHAO	UN	218,00	3,37	734,66
1305-AGUA SANITARIA 1LT	L	220,00	1,80	396,00
1307-BALDE 10 LT	UN	45,00	3,59	161,55
1308-DETERGENTE 500ML	UN	145,00	1,80	261,00
1310-FLANELA	UN	223,00	2,40	535,20
1312-LUSTRA MOVEIS 200ML	UN	20,00	3,78	75,60
1314-GARRAFA TERMICA DE CAFE 1LT	UN	2,00	19,39	38,78
1318-LIMPADOR INSTANTANEO 500ML	CX	35,00	33,00	1.155,00
1320-PANO DE PRATO	UN	189,00	2,18	412,02
1323-CESTO DE LIXO 10LT	UN	35,00	3,60	126,00
1326-BALDE 15L	UN	57,00	7,43	423,51
1332-VASSOURA DE PELO CINTETICO	UN	15,00	6,69	100,35
2489-VASSOLRA PARA VASCULHAR.	UN	3,00	18,00	54,00
2490-SABAO EM PO 1KG	CX	12,00	112,00	1.344,00
2722-VASSOURA DE SERDAS MACIAS.	UN	133,00	6,69	889,77
2770-ESPONJA DE FACE PEQUERRUCHA	UN	167,00	0,50	83,50
2771-PALITO DENTAL 100 UN.	CX	10,00	0,50	5,00
2773-ESCOVA DE LAVAR ROUPA	UN	13,00	2,50	32,50
2774-VASSOURA DE PALHA	UN	117,00	18,00	2.106,00
2787-ESCOVA SANITARIA	UN	42,00	4,68	196,56
2794-CESTO DE LIXO 30 LITROS	UN	2,00	22,00	44,00
2800-PENEIRA	UN	2,00	4,00	8,00
2824-FOSFORO	CX	23,00	2,17	49,91
3063-FARDO DE PAPEL HIGIENICO	FD	150,00	34,00	5.100,00
3064-BALDE 20 LITROS	UN	19,00	8,85	168,15
3065-FARDO DE ESPONJA DE ACO	FD	49,00	16,66	816,34
3066-RODO GRANDE	UN	86,00	17,50	1.505,00
3067-ESCOVA DENTAL	UN	4,00	2,49	9,96
3082-BOM AR	UN	40,00	9,50	380,00
3100-PANO P/ LIMPEZA	UN	50,00	3,37	168,50
3178-ISQUEIRO GRANDE	UN	3,00	3,80	11,40
3210-PA PARA LIXO	UN	3,00	3,50	10,50
3268-SACO P/ LIXO 30 LITROS	PCT	420,00	2,50	1.050,00
3271-CAIXA DE ALCOOL DE 1 LITROS	CX	29,00	63,00	1.827,00
3272-CAIXA DE DETERGENTE 500ML C/ 24	CX	147,00	44,00	6.468,00
3274-CAIXA DE SABAO DE BARRA	CX	39,00	37,00	1.443,00
3418-VASSORAO C/ CABO	UN	6,00	15,00	90,00
3627-COADOR DE LEITE	UN	2,00	4,50	9,00
3632-Copo desc/200mlcom100 uni	PCT	312,00	2,89	901,68
3897-CAIXA DE AGUA SANITARIA C/ 12	CX	181,00	21,60	3.909,60
3898-CAIXA DE DESINFETANTE 1L C/ 06	CX	188,00	33,00	6.204,00
3900-CAIXA C/ 18 SABAO EM PO 1KG	CX	72,00	112,00	8.064,00
3902-SACO BRANCO ALVEJADO	UN	71,00	4,00	284,00
3903-CAIXA DE CERA VERMELHA 800ML C/ 12 UNI.	CX	25,00	23,76	594,00
3904-CAIXA DE CERA INCOLOR 800ML C/12	CX	15,00	23,76	356,40
4864-PRATO DESCARTAVEL C/ 100 UNIDADES	PCT	400,00	28,00	11.200,00
5024-CAIXA DE SABAO EM PO C/ 18 KG	CX	45,00	112,00	5.040,00
5025-CAIXA DE LIMPA ALUMINIO C/ 12 UNIDADES	CX	22,00	15,48	340,56
5459-SACO P/ LIXO 100LITROS	PCT	290,00	2,50	725,00
5765-CAIXA DE LIMPADOR INSTATANEO	CX	18,00	33,00	594,00
5766-INSETICIDA P/ BARATAS	UN	59,00	9,50	560,50
5868-TRILEPTAL SUSP 60ML	UN	50,00	0,00	0,00
6165-COPO DESCARTAVEIS PARA CAFE	PCT	1.461,00	1,85	2.702,85
8366-PRATO DE PAPELAO C/ 50 UNIDADE	PCT	80,00	0,00	0,00
9232-SACO LIXO 30 LTS	UN	305,00	2,50	762,50
9233-SACO P/ LIXO 50 LTS	UN	110,00	2,50	275,00
9234-PACOTE PAPEL TOALHA	PCT	14.001,00	3,50	49.003,50
9274-VASSOURA P/ LIMPEZA DE VASO SANITARIO	UN	4,00	4,50	18,00
9618-TOUCA DESCARTAVEL	CX	8,00	0,00	0,00
10030-RODO PEQUENO	UN	61,00	3,90	237,90
10063-SACO P/ LIXO 30 LTS	PCT	360,00	2,50	900,00
10064-SACO P/ LIXO 50 LTS	PCT	340,00	2,50	850,00
11145-SACO P/ LIXO 15 LTS	UN	450,00	2,50	1.125,00
12097-LUVA	PC	50,00	3,80	190,00
12372-RASTELO GRANDE DE PLASTICO	UN	21,00	15,00	315,00
12380-ESPONJA DE AÇO	PCT	35,00	1,19	41,65
12686-DETERGENTE 500ML	CX	3,00	44,00	132,00
12748-ALCOOL SIMPLES	L	6,00	5,20	31,20
13511-LIMPADOR DE CERAMICA	UN	60,00	3,33	199,80
14001-COPO DESCARTÁVEL 180 ML	CX	40,00	83,00	3.320,00
14005-COPO DESCARTÁVEL 50 ML	CX	565,00	43,00	24.295,00
TOTAL PROPOSTA:				158.085,64

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** não será obrigada a utilizar-se dos produtos referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto a Prefeitura Municipal de São José do Povo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor(es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo I, do Edital do Pregão nº 007/2016, de acordo com a respectiva classificação.

3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do Pregão nº 007/2016.

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no Pregão nº 007/2016, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL

Todas as atividades necessárias à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas em espaços físicos e instalações adequadas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A Contratada deverá apresentar a Nota de fiscal/fatura após a solicitação dos produtos, devendo o pagamento ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da fatura;

5.2 O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante ordem bancária, a ser efetivado no banco, agência, e conta-corrente, explicitados em sua Proposta de Preços.

5.3 O Departamento de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão.

5.4 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente, até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** .

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1- O fornecimento dos produtos deverão ser efetuados após expedição de regular nota de empenho pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, "autorização de compra", na qual deverá (ao) ser indicado (s) local (is) para entrega dos produtos.

6.2- O fornecedor, quando do recebimento da solicitação da necessidade da aquisição dos produtos, emitida pelo Órgão solicitante,deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu, além da identificação de quem a recebeu.

6.3- A cópia da solicitação, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.4- O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

6.5- Entregar os produtos solicitados na Secretaria Municipal de Infra Estrutura de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da requisição feita pelo Departamento de Compras do Município de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** .

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

a) **advertência**, por escrito;

b) **multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da entrega dos produtos ou por estar em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

c) **suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** ,por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** , a licitante detentora desta Ata ficará isenta das penalidades supra.

7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO-MT** , no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** quando:

a) descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

e) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO-MT.**

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subseqüente à publicação.

CLAUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de compra, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizadas pela Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização desta Ata de Registro de Preços o funcionário público municipal desta Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** Sr. **Euripedes Garcia de Moura,** nomeado como **FISCAL DE CONTRATO**, através da Portaria nº. 050/2015 de 05/08/2015, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

CLÁUSULA XI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta de Dotações Orçamentárias, conforme a Secretaria Solicitante:

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital de Pregão para Registro de Preços nº 007/2016, seus Anexos e a Proposta de Preço da sociedade empresárias: VILMA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.507.230/0001-90 , no mencionado certame.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº**10.520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº**3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**,de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº**8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e ainda a lei complementar e 123/2006.

CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOSÉ DO POVO- MT.** providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o Contrato vinculado a esta Licitação a Licitante Vencedora deve se subordinar ao Foro da Justiça Comum, da Comarca de Rondonopolis- MT, excluindo, por mais privilegiado que for, qualquer outro, desde que não possa ser resolvido amigavelmente;

SÃO JOSÉ DO POVO- MT. , de de .

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR:

1º lugar -

2º lugar -

3º lugar -

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF**:

RG: **RG**:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PORTARIA N° 132/2016, DE 28 DE ABRIL DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PARQUE MULTIUSO DO "LAGO DO RIO BEIJA-FLOR", NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhorita ISABELA ROSA APONE, Engenheira Civil, CREA-MT/029610, para o exercício da função de Fiscal dos Serviços para elaboração de projeto de licenciamento ambiental do parque multiuso do "Lago do Rio Beija-Flor", no Município de São José do Rio Claro-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro/MT, 28 de abril de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 167 DE 04 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO NA PREFEITURA MUNMICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - Com fulcro no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, fica designada a Senhora ROZIANE ALVES CORREIA DE SOUZA, portadora do CPF nº 847.031.561-72, servidora efetiva desta Prefeitura, para fiscalizar a execução do contrato nº 031/2016 firmado entre a Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos e a empresa DELFORNO & DELFORNO LTDA EPP.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE MAIO DE 2016

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168 DE 04 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATOS FIRMADO NA PREFEITURA MUNMICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - Com fulcro no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, fica designado o Senhor CESAR PEREIRA DE SOUZA, portador do CPF nº 843.907. 781-53, servidor concursado e efetivo desta Prefeitura, para fiscalizar a

execução dos contratos firmado entre a Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos e as Empresas:

Nº CONTRATO	NOME DA EMPRESA
033/2016	ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
034/2016	ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE MAIO DE 2016

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 169 DE 04 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATOS FIRMADO NA PREFEITURA MUNMICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - Com fulcro no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, fica designada a Senhora ROSIVANI BONOMI LANDIM, portadora do CPF nº 793.918. 181-53, servidora concursada e efetiva desta Prefeitura, para fiscalizar a execução dos contratos firmado entre a Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos e as Empresas:

Nº CONTRATO	NOME DA EMPRESA
035/2016	AGUIA TUR TRANSPORTE LTDA – ME
036/2016	SONIA GOMES LOPES – ME
037/2016	N. C. REIS SOARES – ME
038/2016	J. DE LIMA SOUZA TRANSPORTE

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE MAIO DE 2016

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE PREGÃO 09/2016

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 13h00min, do dia 17/05/2016, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. 09/2016, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual contratação de empresa para “Fornecimento de Caminhão”. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12:00 as 18:00 horas. WELINTON OLIVEIRA CAVALCANTE, Pregoeiro.

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE nº **11/2014,** que fazPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso e as Empresas **KVA CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA ME**, inscrita sob o n.º C.N.P.J. 17.923.108/0001-59, estabelecido na Rua Campos Sales, n.º 237, Fundos, Jardim Vista Alegre, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, **CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, inscrita sob o n.º C.N.P.J. 03.744.864/0001-06, estabelecido na Rua Ceará, n.º 920, Bairro Centro, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT. Tendo por objeto: Prorrogação de Prazo.

SECRETARIA DE FAZENDA
ADESÃO

O senhor **CARLOS ROBERTO BIANCHI**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e com autorização da Empresa: **M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA,** Inscrita no CNPJ 07.811.058/0001-64, com sede na Av. da FEB, 2.138 Bairro Manga – CEP 78115-000, Várzea Grande - MT. ADERIR a atermo de Adesão, da Ata de Registo de Preço de 13/2015 do Pregão Presencial RP 19/2015, junto a Prefeitura Municipal de Cáceres. Objeto: Aquisição de Quatro Caminhão 6x4, novo zero KM, com caçamba basculante de 12 m3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO PESSOAL 035/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 035/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Priscila Vanuza dos Santos

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Recepcionista.

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Assinatura: 05/04/2016

Vigência: 05/04/2016 a 31/12/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO PESSOAL 038/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 038/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Nilton Rodrigues Martins

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Motorista de veiculo Pesado.

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Assinatura: 13/04/2016

Vigência: 13/04/2016 a 31/12/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DE RESCISÃO 006/2016

EXTRATO DE RESCISÃO

Número do Contrato: nº 006/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Maycon Fernando Jacinto Souza

Objeto: Rescisão sem justa causa pelo empregador na função de Agente de vigilância .

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Rescisão: 04/04/2016

Vigência: 02/02/2016 a 04/04/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO PESSOAL 037/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 037/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Antonia Lindalva de Oliveira

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Professor.

Valor do Contrato: 1.438,20 mensais

Data da Assinatura: 13/04/2016

Vigência: 13/04/2016 a 31/12/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DE RESCISÃO 027/2016

EXTRATO DE RESCISÃO

Número do Contrato: nº 027/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Priscila Vanuza dos Santos

Objeto: Rescisão sem justa causa pelo empregador na função de Agente Administrativo.

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Rescisão: 04/04/2016

Vigência: 10/03/2016 a 04/04/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO PESSOAL 034/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 034/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Maycon Fernando Jacinto Souza

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Agente Administrativo.

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Assinatura: 05/04/2016

Vigência: 05/04/2016 a 31/12/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DE RESCISÃO 017/2016

EXTRATO DE RESCISÃO

Número do Contrato: nº 017/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado:Thaynã Rocha Araújo Ferreira

Objeto: Rescisão sem justa causa pelo empregador na função de Professor .

Valor do Contrato: 1.438,20 mensais

Data da Rescisão: 15/03/2016

Vigência: 01/03/2016 a 15/03/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO PESSOAL 033/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 033/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Marciana da Silva Cherubim

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Agente Administrativo.

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Assinatura: 05/04/2016

Vigência: 05/04/2016 a 31/12/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO PESSOAL 032/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 032/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: José Lopes dos Santos

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Operador de Maquinas Pesadas.

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Assinatura: 01/04/2016

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DE RESCISÃO 002/2016

EXTRATO DE RESCISÃO

Número do Contrato: nº 002/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado:Oberdan Ribeiro de Oliveira

Objeto: Rescisão sem justa causa pelo empregador na função de Motorista de Veiculo Leve .

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Rescisão: 04/04/2016

Vigência: 02/02/2016 a 04/04/2016

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO CONTRATO PESSOAL 036/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: nº 036/2016

Lei Autorizativa: 509/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Eliane Martins dos Santos

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de

Agente de Vigilância.

Valor do Contrato: 880,00 mensais

Data da Assinatura: 11/04/2016

Vigência: 11/04/2016 a 31/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

TERMO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 004/2016

Processo nº 024/2016

TERMO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de profissional para elaboração de projeto de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária da obra de Drenagem de Águas Pluviais no município de Serra Nova Dourada - MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA (MT) através do Exmo Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Reconhecer a DISPENSA DE LICITAÇÃO e autorizar a Contratação da empresa PRONTA ENGENHARIA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ nº 17.312.185/0001-72, destinado a contratação de profissional para elaboração Projetos de Engenharia de Drenagem de Águas Pluviais, memorial descritivo, Memorial de Calculo, Planilha de Calculo, Plantas lay out da rede e com detalhes e Complementares da referida obra), no valor de R$ 13. 500,00 (treze mil e quinhentos reais), com fundamento no Art. 24, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/93, que define os limites das modalidades do processo e específica, facultando ao Agente Público dispensar o processo licitatório até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Serra Nova Dourada - MT, em 04 de maio de 2016

Edson Yukio Ogatha

Prefeito Municipal

Em cumprimento do Princípio da Publicidade e da Lei de Licitações (Lei n°. 8.666/93), certifica-se que este ato foi PUBLICADO no site oficial e mural de avisos da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada – MT em 04 de maio de 2016

Igualmente, foi publicado em órgão oficial da AMM e TCE-MT em 04 de maio de 2016

Mauro Coelho de Almeida

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO N°. 103/2016

DATA: 29 de abril de 2016

SÚMULA: Eleva da *Classe D* para a *Classe E* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, os servidores ocupantes do cargo de Técnicos Administrativos Educacionais que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe E* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS dos servidores públicos municipais ocupantes do cargo de Técnicos Administrativos Educacionais, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1° de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de abril de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

ANEXO I

Mat.	Nome	Cargo	Da Classe	Para Classe
8485	MARILEI BARCE	TÉCNICO ADM. ESCOLAR	D	E
8905	LUCIANA FRANCISCA DO NASCIMENTO	TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40 HS	D	E
8935	HERICA PEREIRA DE SOUSA	TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40 HS	D	E
8622	CLEUNICE MAFORTE DA SILVA	TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40 HS	D	E
6201	ELISANGELA APARECIDA DOS REIS	TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40 HS	D	E
7715	SIMONE BEZERRA DA MOTTA	TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40 HS	D	E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00173 /2015 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00173/2015.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: JOCASTA MARIA SCANDIUSSI.

Seletivo: 001/2015.

Cargo: PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT horas semanais

Objeto: **A CONTRATANTE** rescinde este Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, sem justa causa, a partir do dia 19.04.2016**, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 4.841,55.**

Dotação:**11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% - ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: 19 de Abril de 2016.

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa** e JOCASTA MARIA SCANDIUSSI.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00272 /2015 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00272/2015.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: LUIZA FONSECA DOS SANTOS GAUDENCIO.

Seletivo: 001/2015.

Cargo: PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT horas semanais

Objeto: **A CONTRATADA** rescinde este Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado a pedido, sem justa causa, a partir do dia12.04. 2016**, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 3.657,76.**

Dotação:**11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% - ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: 12 de Abril de 2016.

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa** e LUIZA FONSECA DOS SANTOS GAUDENCIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00178 /2015 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00178/2015.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: ROSANA DE ANDRADE MOURA.

Seletivo: 001/2015.

Cargo: PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT horas semanais

Objeto: **A CONTRATADA** rescinde este Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado a pedido, sem justa causa, a partir do dia11.04. 2016**, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 4.668,65**.

Dotação:**11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% - ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: 11 de Abril de 2016.

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa** e ROSANA DE ANDRADE MOURA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00181 /2015 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00181/2015.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: TAISE DE SOUZA SANTOS.

Seletivo: 001/2015.

Cargo: PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT horas semanais

Objeto: **A CONTRATADA** rescinde este Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, por término, a partir do dia 12.04.2016**, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 4.748,45.**

Dotação:**11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% - ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: 12 de Abril de 2016.

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa** e TAISE DE SOUZA SANTOS.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 SRP 044/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, torna público que a abertura da licitação prevista para as 14h30min (horário de Brasília/DF) do dia 11/05/2016 foi prorrogada para as 14h30min (horário de Brasília/DF) do dia 18/05/2016, em razão do atraso na divulgação no site www.cidadecompras.com.br; OBJETO: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços auxiliares de transporte aéreo, na modalidade proteção da aviação civil no Aeroporto João Batista Figueiredo, em Sinop – MT**. LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial. **INTEGRA do EDITAL:** no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7523. SINOP/MT, 04 de maio de 2016.

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 168/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 106/2016

DATA: 03 de maio de 2016

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 2245/2015 e a Lei nº 2143/2015;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), para atender a seguinte dotação:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.010.0.0.10.304.0041.2094 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA VISA

3.3.50.00.00.00 - 0302000000- Transf. a Instit.Priv.s/Fins Lucrat. R$ 70.000,00

- (setenta mil reais)

T O T A L R$ 70.000,00

Art. 2º. Servirão de cobertura para o Crédito Adicional Suplementar mencionado no art. 1º, em conformidade com o inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e artigos 14 e 15 da Lei nº 2143/2015, os recursos no montante de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), provenientes de superávit financeiro da fonte de Recursos da Saúde 15% (quinze por cento), apurados conforme Planilha elaborada pela Diretoria Adjunta de Orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento e Departamento de Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, em anexo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 03 de maio de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

ALCIONE PAULA DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO								
A N E X O V – SUPERÁVIT FINANCEIRO (Dec. nº 005/2016)								
EXERCÍCIO: DE 2015 SUPLEMENTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016								
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO e SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.								
DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM CONTA SALDO 2015 PARA SUPLEMENTAÇÃO 2016								
RECURSO/CONTA (A)	**RESTOS LIQUIDADOS (B)**	**RESTOS A LIQUIDAR (C)**	**DEP. TERC./ SERV. DA DIV. A PAGAR (D)**	**TOTAL RP EXERCICIO 2015 (E) = (B+C+D)**	**RECURSOS EM CONTA - BDT 31/12/2015 (F)**	**TOTAL A SER SUPLEMENT. / SUPERÁVIT FINANCEIRO (G) = (F - E)**	**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER SUPLEMENTADA/ FONTE**	**VALOR R$**
FONTE: 0.1.02.000000 e 0.3.02.000000								
FPM - Bco Brasil C/C 11.431-6	**288.489,29**	**136.051,74**	**18.131,64**	**442.672,67**	370.880,11	**985.956,68**	Montante suplementado pelo Decreto nº 031/2016	153.332,22
ICMS Exp.-Bco Brasil C/C 283142-2	18.456,47	Montante suplementado pelo Decreto nº 078/2016	300.000,00					
Cta. Movto. -Bco Brasil C/C 11.770-6	27.210,71	2094-3.3.50.43.0000-0.3.02.000000	70.000,00					
Cta. Mov.- CEF C/C 6-2	134.164,57							
PMS Execução Fiscal - CEF C/C 79-8	6.236,97							
IPVA - Bco Brasil C/C 43.111-7	35.702,49							
ICMS - Bco Brasil C/C 25.013-9	271.420,65							
IPTU - CEF C/C 61-5	129.036,38							
Cta. Movto.-CEF C/C 4-6	17.375,96							
CEF - ISSQN 468-8	116.607,82							
Cta.Movto.-Bco Brasil C/C 9.554-0	2.308,47							
ISSQN Central -Bco Brasil C/C 36.555-6	30.574,34							
CEF - Arrecadação 296-0	22.540,89							
PMS ARRECADAÇÃO -Bco Brasil C/C 16.439-9	28.443,46							
IPI - Bco Brasil C/C 19.664-9	574,23							
PMS Simples Nacional - Bco Brasil C/C 37.716-3	52.189,73							
Fdo Mun.de Saúde -Bco Brasil C/C 11984-9	129.212,83							
Fdo Mun.de Saúde -CEF C/C 444-0	35.693,27							
	288.489,29	**136.051,74**	**18.131,64**	**442.672,67**	**1.428.629,35**	**985.956,68**		**523.332,22**
Saldo Superávit Financeiro = (G - I)	**462.624,46**							
Nota: Dados Extraídos do BDT de 31/12/2015 e Relação de Empenhos em Aberto no Exercício de 2015.	**Diretoria Adjunta de Orçamento e Departamento de Orçamento da SMS. - 03/05/2016**							

ALCIONE PAULA DA SILVA		**MANOELITO DA SILVA RODRIGUES**		
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento		**Secretário Municipal de Saúde**		

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO RATIFICATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2016

A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sinop reconhece a dispensa de licitação com fundamento no inciso X do Art. 24 da Lei 8666/93, para Contratação da pessoa Jurídica: **C. B. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 05.739.196/0001-54, com sede na Rua dos Barus, nº 42, setor comercial no bairro Itaim Bibi, CEP 78550-130, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, representada pelo sócio proprietário Sr. **Clayton Teodoro Carvalho**, doravante denominada **LOCADORA**, para locação de um imóvel comercial em alvenaria situado a Rua José Bonifácio nº 1.915 – (Quadra 04 Lotes 22 – 23 – 24) – Jd. São Francisco, destinado à instalação da **FARMÁCIA REGIONAL V** no Jardim São Francisco - Atendendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** - pelo período de 12 (doze) meses. Pelo valor MENSAL de: R$ 10.325,00 (Dez Mil Trezentos e Vinte e Cinco reais). De acordo com as justificativas da assessoria jurídica desta Prefeitura, sendo que foram obedecidas todas as formalidades legais, *Ratifico* a dispensa de licitação para a contratação mencionada.

Sinop/ MT, 04 de Maio de 2016.

Publique-se.

Juarez Alves da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00099/2016 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00099/2016.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: **IARAN GIMENES DE OLIVEIRA**

Seletivo: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 30**

Carga horária: **30 horas**

Objeto: **A CONTRATADA rescinde este Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, a pedido, sem justa causa, a partir do dia 26.04.2016, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 2.549,43**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% - ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0101000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0101000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0101000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: **26 de Abril de 2016**

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa** e **IARAN GIMENES DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00081/2016 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00081/2016.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: **WERNER FELIPE BECKER DEMARTINI**

Seletivo: **003/2015**

Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA 30**

Carga horária: **30 horas**

Objeto: **A CONTRATADA rescinde este Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, a pedido, sem justa causa, a partir do dia 01.04.2016, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 283,31**

Dotação: **11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0101000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0101000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0101000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: **01 de Abril de 2016**

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa** e **WERNER FELIPE BECKER DEMARTINI**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CONVITE Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento do Convite nº 001/2016, destinado à contratação de empresa para prestação de serviços junto aos órgãos estaduais para atender a Prefeitura Municipal de Sinop/MT, no qual foram HABILITADAS as empresas LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA, FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA e A.M.E. CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, cuja classificação das propostas teve a seguinte ordem: Em primeiro lugar a proposta no valor de **R$ 39.360,00 (Trinta e nove mil, trezentos e sessenta reais)** apresentada pela empresa **A.M.E. CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**; em segundo lugar a proposta no valor de R$ 40.320,00 (Quarenta mil, trezentos e vinte reais) apresentada pela empresa FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA; e em terceiro lugar a proposta no valor de R$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais) apresentada pela empresa LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA. Em respeito ao disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93, a Comissão aguardará o prazo de 2 (dois) dias úteis para interposição de recursos. Sinop/MT, 04 de maio de 2016.

Adriano dos Santos

Presidente da C. P. L.

Portaria nº 036/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 001/2016

OBJETO: contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais e legislativos da Câmara MUNICIPAL

Adjudico o objeto da presente licitação àempresa **S**. **F. Severo (Selva Comunicação) CNPJ nº 10.496.618/0001-48.**

Sinop – MT, 03 de maio de 2016.

Mauro Garcia Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00197/2015 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00197/2015.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado: **JANETE DA SILVA**

Seletivo: **002/2015**

Cargo: AUXILIAR DE NUTRIÇÃO - TEMP

Carga horária: 30 horas

Objeto: **A CONTRATADA** rescinde este Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado a pedido, sem justa causa**, a partir do dia 12.04. 2016, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 884,49**

Dotação:

11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.04.00.00.0101000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0101000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0101000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: **12 de Março de 2016**

Signatários: **Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa** e **JANETE DA SILVA**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 SRP 027/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 023/2016, SRP 027/2016, referente: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de instalação de ar condicionado para atender às necessidades das Secretarias Municipais.** Empresa Vencedora: **ELETRO FRIO REFRIGERAÇÃO EIRELI - ME. CNPJ/MF:** 24.001.090/0001-01. Item:01 ao 14. H**omologado em 04 de Maio de 2016.**

Marcello Pavan

Pregoeiro – Portaria 168/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO N°. 107/2016

DATA: 03 de maio de 2016

SÚMULA: Eleva da *Classe C* para a *Classe E* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, a servidora ocupante do cargo de Técnico Administrativo Educacional que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o trabalho da Comissão de Avaliação de Títulos e Certificados para o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios – PCCS, nomeada pela Portaria nº 162/2015, de 16 de março de 2015 e alterada pela Portaria 267/2016;

D E C R E T A:

Art. 1º. O efetivo enquadramento para a *Classe E* no Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS da servidora pública municipal ocupante do cargo de Técnico Administrativo Educacional, de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 03 de maio de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

SILVANA CLERIA PICCOLI

Secretária Adjunta de Educação

ANEXO I

Mat.	Nome	Cargo	Da Classe	Para Classe
3252	MARISA SALETE MASSOLA	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40 HS	C	E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00123/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **ADRIANA OLIVEIRA LANGUE**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **12.04.2016 a 11.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 11 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ADRIANA OLIVEIRA LANGUE**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00124/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **APARECIDA MARIA ALVES FERREIRA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **12.04.2016 a 11.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 11 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e APARECIDA MARIA ALVES FERREIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00125/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **CARLOS ROBERTO ZARTH**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **15.04.2016 a 14.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 14 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e CARLOS ROBERTO ZARTH**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00126/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **CELIANE RIBEIRO DA SILVA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e CELIANE RIBEIRO DA SILVA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00127/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **DANIELLY DOS SANTOS ROCHA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e DANIELLY DOS SANTOS ROCHA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00128/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **DIEYSE MARLY SERODIO SANTANA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **12.04.2016 a 11.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 11 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e DIEYSE MARLY SERODIO SANTANA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00129/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **ERICA SABRINA DOS SANTOS BARBOZA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **12.04.2016 a 11.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 11 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ERICA SABRINA DOS SANTOS BARBOZA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00130/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **GELSA OLIVEIRA SEHNEM**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e GELSA OLIVEIRA SEHNEM**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00131/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **JOICE RAMOS DA SILVA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.361.0029.2063 - FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e JOICE RAMOS DA SILVA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00132/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **JUVENAL SOUSA SILVA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Médio**

Remuneração Mensal: **R$ 1.243,82 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e JUVENAL SOUSA SILVA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00133/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **LIDIA GAIESKI**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Médio**

Remuneração Mensal: **R$ 1.243,82 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LIDIA GAIESKI**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00134/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **LUIZA FONSECA DOS SANTOS GAUDENCIA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Médio**

Remuneração Mensal: **R$ 1.243,82 (salário base)**

Vigência: **13.04.2016 a 12.10.2016**

Dotação: **11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 12 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e LUIZA FONSECA DOS SANTOS GAUDENCIA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00135/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **MARCIA VERONICA GONCALVES**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Médio**

Remuneração Mensal: **R$ 1.243,82 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARCIA VERONICA GONCALVES**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00136/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **MARCILENE DO NASCIMENTO SILVA DE PAULA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **AUXILIAR DE NUTRIÇÃO 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Médio**

Remuneração Mensal: **R$ 1.243,82 (salário base)**

Vigência: **13.04.2016 a 12.10.2016**

Dotação: **11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 12 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARCILENE DO NASCIMENTO SILVA DE PAULA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00137/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **MARIA ADELAIDE SILVEIRA DA SILVA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **AUXILIAR DE NUTRIÇÃO 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Médio**

Remuneração Mensal: **R$ 1.243,82 (salário base)**

Vigência: **14.04.2016 a 13.10.2016**

Dotação: **11.0.10.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 13 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARIA ADELAIDE SILVEIRA DA SILVA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00138/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **MARIA CONCEICAO THEODORO**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARIA CONCEICAO THEODORO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00139/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **MARIA LUCIA TEIXEIRA BORGES BRITO**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MARIA LUCIA TEIXEIRA BORGES BRITO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00140/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **MAYLA LUZIA ALGAYER PELUSO**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e MAYLA LUZIA ALGAYER PELUSO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00141/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **NATALICIO ELIAS DE ANDRADE**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **04.04.2016 a 03.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 03 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e NATALICIO ELIAS DE ANDRADE**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00142/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **NILZA NEIRE DA SILVA SANTOS**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e NILZA NEIRE DA SILVA SANTOS**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00143/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **PRICILA GONCALVES DA SILVA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e PRICILA GONCALVES DA SILVA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00144/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **RAISSA LAMPERT OSMARI**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **13.04.2016 a 12.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 12 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e RAISSA LAMPERT OSMARI**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00145/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **ROSANA APARECIDA CELERI DA SILVA**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **13.04.2016 a 12.10.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 12 de Abril de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e ROSANA APARECIDA CELERI DA SILVA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° **00146/2016.**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop - MT**

Contratado: **SIMONE EMI KAVASOKO**

Objeto: **Prestação de serviços em atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Processo Seletivo Simplificado n°: **003/2015**

Cargo: **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 30 horas semanais**

Escolaridade: **Ensino Superior**

Remuneração Mensal: **R$ 2.402,60 (salário base)**

Vigência: **01.04.2016 a 30.09.2016**

Dotação: **11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 - FUNDEB 60% EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura**: 31 de Março de 2016**

Signatários: **Juarez Alves da Costa – Prefeito Municipal de Sinop/MT e SIMONE EMI KAVASOKO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT vem a público informar que a licitação supramencionada, visando a Contratação de empresa especializada para construção de duas quadras poliesportivas cobertas com vestiários, destinadas as Escolas Municipais de Educação Básica Aleixo Schenatto e Lizamara Aparecida Oliveira de Almeida, em Sinop-MT, foi fracassada devido a desistência da empresa Construtora Impacto Ltda, que arguiu em sua defesa o vencimento do prazo de validade de sua proposta. Em razão do exposto resta o processo fracassado. Sinop, 03 de maio de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE INTIMAÇÃO 2033-A/2016

ESTADO DO MATO GROSSO

Comarca de Sinop, MT - 2º Ofício

PROTESTO DE TÍTULOS CAMBIAIS

EDITAL DE INTIMAÇÃO 2033-A/2016 - CDA PREFEITURA DE SINOP/MT

O 2º Ofício Extrajudicial, desta Comarca faz saber que lhe foram entregues para protesto, por falta de pagamento os títulos de responsabilidade das pessoas abaixo relacionadas.

A publicação deste edital em jornal de circulação diária é exigida por lei, quando não são encontrados os devedores nos endereços fornecidos pelos apresentantes, cabendo a estes inteira responsabilidade pela indicação dos referidos endereços.

O serviço de entrega dos avisos é efetuado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por força de contrato imposto por dispositivos legais, e os mesmos foram devolvidos pelos motivos descritos.

Devedor: NELTON MIGUEL ANSCHAU - CPF/CNPJ: 223.873.741-34 End: RUA COLONIZADOR ENIO PIPINO NR 415 - SET. IND.SUL - SINOP-MT - CEP: 78557-484

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido informado por Andiara

Proto e Data Apres.: 81-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NERACI LUIZ DE SOUZA - CPF/CNPJ: 411.436.121-91 End: RUA ALFREDO LENZ NR 1020 - JARD. SANTA RITA - SINOP-MT - CEP: 78553-800

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido informado por Simone.

Proto e Data Apres.: 83-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NERI FELIX LEITE - CPF/CNPJ: 883.538.189-49 End: RUA DOS DIAMANTES NR 209 - RES. PEROLA - SINOP-MT - CEP: 78558-090

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 85-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NERI INACIO HIPOLITO - CPF/CNPJ: 458.674.611-49 End: RUA DAS CANELAS NR 999 - JARD. DAS VIOLETAS - SINOP-MT - CEP: 78552-244

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Maria

Proto e Data Apres.: 84-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NERIANE APARECIDA GONCALVES - CPF/CNPJ: 022.726.661-75 End: VIELA PROJETADA 03 NR 26 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-788

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 87-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NEUSA ANTUNES DE SOUZA - CPF/CNPJ: 204.956.332-91 End: RUA JARAGUA DO SUL QD. 003, LT 010 - RES. JARAGUA - SINOP-MT - CEP: 78558-138

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente falta número

Proto e Data Apres.: 88-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NEUSA DIAGALO - CPF/CNPJ: 270.249.541-91 End: RUA BENEDITO AMERICO NR 281 - RES. FLORENCA - SINOP-MT - CEP: 78555-416

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente falta número do apartamento

Proto e Data Apres.: 90-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NEUSA RIBAS ALVES - CPF/CNPJ: 027.416.299-78 End: RUA PROJETADA 09 - RES. GENTE FELIZ - SINOP-MT - CEP: 78551-133

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente falta número

Proto e Data Apres.: 91-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NEUSETE WEBER - CPF/CNPJ: 488.540.931-49 End: AV. DOS JATOBAS NR 475 - JARD. JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-697

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 92-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NEVALDIR GRAF - CPF/CNPJ: 295.150.929-49 End: RUA DAS PITANGUEIRAS NR 966 - SETOR COMERCIAL - SINOP-MT - CEP: 78550-288

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 94-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NIDUVAL NEI DA SILVA JUNIOR - CPF/CNPJ: 014.134.591-88 End: RUA TELES PIRES NR 825 - JARD. TELES PIRES - SINOP-MT - CEP: 78553-063

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 96-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NILCEIA COSTA APARECIDA RODRIGUES - CPF/CNPJ: 014.188.281-65 End: RUA CONGONHAS NR 226 - JARDIM VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-318

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 97-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NILDO TEIXEIRA DIAS - CPF/CNPJ: 651.345.831-53 End: RUA PARAISO NR 807 - JARD. PAULISTA II - SINOP-MT - CEP: 78556-852

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 99-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NILMAR MARQUES DE ALMEIDA - CPF/CNPJ: 869.562.301-78 End: AV. PANTANAL NR 1430 - MARIA VINDILINA III - SINOP-MT - CEP: 78553-192

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 100-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NILSON DE OLIVEIRA GOIS - CPF/CNPJ: 985.227.951-34 End: RUA OTAVIO PEREIRA LIMA NR 3206 - JARD. TARUMAS - SINOP-MT - CEP: 78553-294

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 102-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NILSON DESSBESEL - CPF/CNPJ: 635.849.480-53 End: RUA VALDECIR LUCAS DE SOUZA NR 1493 - FLORAIS DA AMAZONIA - SINOP-MT - CEP: 78551-159

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 101-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NILTON MAYCON BIZOL - CPF/CNPJ: 019.649.881-36 End: RUA ELISA BORTOLOSO LUCIANO NR 3885 - DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-008

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 107-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NILVA ALVES SILVA - CPF/CNPJ: 024.211.041-06 End: AV. IDA BIANCHI NR QD. 052, LT 017 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-854

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 106-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NIVALDO BATISTA RODRIGUES - CPF/CNPJ: 208.476.961-20 End: RUA DOS GERANIOS NR 342 - JARD. IBIRAPUERA - SINOP-MT - CEP: 78556-814

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Edinamara

Proto e Data Apres.: 109-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NIVALDO JOSE TONKIEL - CPF/CNPJ: 702.119.499-49 End: AV. DOS JACARANDAS N.5466 - SETOR INDUST. NORTE - SINOP-MT - CEP: 78550-536

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 108-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NOEL SANTOS DE CAMPOS - CPF/CNPJ: 651.769.101-44 End: RUA PROJETADA 05 NR 985 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-780

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 112-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NOELI HERMANN - CPF/CNPJ: 805.116.351-68 End: RUA DOS HIBISCOS NR 162 - JARD. PRIMAVERA - SINOP-MT - CEP: 78550-418

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Alessandro

Proto e Data Apres.: 114-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NOEMIA OLIVEIRA DE SOUZA - CPF/CNPJ: 764.661.911-68 End: RUA DOS CRISTAIS NR 570 - JARDIM DO OURO - SINOP-MT - CEP: 78550-625

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 116-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NORMA SUELY DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 357.331.872-04 End: RUA PROJETADA 01 NR 446 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-858

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 115-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: NUBIA CRISTINA DE MORAES SILVA - CPF/CNPJ: 037.674.926-10 End: RUA NATAL NR 137 - SAO CRISTOVAO - SINOP-MT - CEP: 78558-012

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 118-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ODERVAN GONCALVES DE SOUZA - CPF/CNPJ: 840.371.301-06 End: RUA MILENA NR 305 - RES. FLORENCA - SINOP-MT - CEP: 78555-384

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 121-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OILTON GONCALVES DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 033.284.241-05 End: RUA PROJETADA D NR 15 - DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-022

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 126-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OLINDA ALVES DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 394.045.601-20 End: RUA PROJETADA 10 NR 245 - SEBASTIAO MATOS II - SINOP-MT - CEP: 78559-695

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 129-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OLINDA RODRIGUES DA SILVA - CPF/CNPJ: 631.782.061-91 End: RUA JESUITAS NR 1330 - JARDIM AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-633

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 131-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OLIRIO MOSCHETTA - CPF/CNPJ: 156.533.589-91 End: RUA TAMBAQUI NR 330 - CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-215

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 130-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OLIVIO BATISTA PENA - CPF/CNPJ: 643.855.151-15 End: RUA JOSE GONCALVES NR 95 - LOT. UMUARAMA II - SINOP-MT - CEP: 78559-462

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 133-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OLMIR BAMPI - CPF/CNPJ: 518.894.559-20 End: RUA DAS LARANJEIRAS NR 102 - JARD. JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-682

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se casa fechada

Proto e Data Apres.: 135-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OMAR MOLIANI - CPF/CNPJ: 924.906.031-91 End: RUA DAS VIOLETAS NR 3165 - JARD. DAS OLIVEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-379

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 134-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORIVALDO FERREIRA LIDORIO - CPF/CNPJ: 720.090.121-00 End: RUA JARAGUA DO SUL NR QD. 001, LT 012 - RES. JARAGUA - SINOP-MT - CEP: 78557-138

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 138-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORLANDO JUNIO GONCALVES MORAIS - CPF/CNPJ: 032.587.711-46 End: RUA ELIAS COAN NR 571 - RES. ADRIANO LEITAO - SINOP-MT - CEP: 78559-215

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 141-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORLEI RODRIGUES DA SILVA - CPF/CNPJ: 047.905.179-85 End: AV. ALBERT SABIN NR QD. 010, LT 044 APTO 404 - CIDADE JARDIM - SINOP-MT - CEP: 78550-740

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 143-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORLEI RODRIGUES DA SILVA - CPF/CNPJ: 047.905.179-85 End: RUA GUAXUPE NR 241 - BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-296

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 144-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA - CPF/CNPJ: 585.467.079-87 End: RUA UBERLANDIA NR 417 - BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 142-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA - CPF/CNPJ: 585.467.079-87 End: RUA UBERLANDIA NR 429 - BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 145-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA - CPF/CNPJ: 585.467.079-87 End: RUA UBERLANDIA NR 441 - BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 149-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ORTENILA NEZZI - CPF/CNPJ: 503.933.751-53 End: RUA PARANA NR 405 - ALTO DA GLORIA II - SINOP-MT - CEP: 78558-475

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 146-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSCAR SOUZA DA SILVA - CPF/CNPJ: 970.626.771-91 End: RUA CARINI NR 882 - RES. FLORENCA - SINOP-MT - CEP: 78555-398

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 148-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSEIAS FERNANDES SILVA - CPF/CNPJ: 007.651.611-33 End: RUA CAMPO DE MARTE NR 86 - JARDIM VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-312

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 150-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSLI DE MORAES - CPF/CNPJ: 503.947.701-53 End: RUA BEATRIZ BIOCLATTI BRIOSCHI NR 180 - JARDIM DAS ACACIAS - SINOP-MT - CEP: 78553-279

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 151-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSMAR DOS PASSOS CUNHA - CPF/CNPJ: 001.964.045-50 End: RUA JERUSALEM NR 377 - LOT. BOM JARDIM - SINOP-MT - CEP: 78559-024

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 153-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSMAR FORTUNATO DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 288.444.671-00 End: RUA DAS SAMABAIAS NR 250 - JARD. JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-724

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 156-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSMAR LOPES - CPF/CNPJ: 208.593.179-00 End: AV. DAS ACACIAS NR 2242 - SET. RES. NORTE - SINOP-MT - CEP: 78550-308

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Maria

Proto e Data Apres.: 155-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSMAR NORA - CPF/CNPJ: 452.443.401-15 End: RUA ALCIDES FAGANELO NR 3376 - JARDIM DOS TARUMAS - SINOP-MT - CEP: 78553-296

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 157-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSMAR PEREIRA DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 002.785.258-06 End: RUA DOS GERANIOS NR 196 - JARD. IBIRAPUERA - SINOP-MT - CEP: 78556-814

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 158-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSMAR RIBEIRO - CPF/CNPJ: 415.562.671-34 End: AV. MARINGA NR 2955 - LOT. MENINO JESUS - SINOP-MT - CEP: 78559-076

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 160-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSNALDO MATEUS DA SILVA LOPES - CPF/CNPJ: 993.999.541-53 End: RUA DOS XAXINS NR 2207 - JARD. NOVO ESTADO - SINOP-MT - CEP: 78553-700

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 163-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSNI LINO DE LIMA - CPF/CNPJ: 722.437.831-34 End: RUA RIBEIRAO ROQUETE NR 105 - RES. IPIRANGA - SINOP-MT - CEP: 78557-789

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 165-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSVALDA FERREIRA DE ANDRADE DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 555.332.489-00 End: RUA DAS SERINGUEIRAS NR 920 - JARD. BOTANICO - SINOP-MT - CEP: 78556-038

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Vanessa

Proto e Data Apres.: 164-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSVALDA FERREIRA DE ANDRADE DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 555.332.489-00 End: RUA DOS JATOBAS NR 1466 - JARD.CELESTE - SINOP-MT - CEP: 78556-686

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 167-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSVALDO DE OLIVEIRA FILHO - CPF/CNPJ: 430.131.711-20 End: RUA SUMARE NR 148 - JARD. PAULISTA - SINOP-MT - CEP: 78556-862

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 168-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSVALDO DE OLIVEIRA FILHO - CPF/CNPJ: 430.131.711-20 End: RUA DA LIBERDADE NR 133 - JARD. PAULISTA - SINOP-MT - CEP: 78556-864

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 169-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSVALDO DOS SANTOS PENNA - CPF/CNPJ: 530.667.900-53 End: RUA DAS AVENCAS NR 4299 - JARD. DAS OLIVEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-190

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 170-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: OSVALDO GRANJA DE FREITAS - CPF/CNPJ: 627.011.851-49 End: AV. DAS ESMERALDAS NR 378 - RES. PEROLA - SINOP-MT - CEP: 78558-096

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 171-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

_____

_____

Devedor: OTANIEL LEANDRO DA SILVA - CPF/CNPJ: 910.548.501-00 End: RUA DAS BRACATINGAS NR 41 - JARD. DAS OLIVEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-451

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 172-02/05/2016- Ultimo dia Pagto: 09/05/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Os Devedores acima relacionados deverão comparecer a Rua das Aroeiras, 630 - Centro - Sinop - MT, a fim de efetuar o pagamento ou alegar as razões por que não o fazem, no prazo a contar da data da publicação deste, no Diário Eletrônico Municipal - AMM - Associação Matogrossense dos Municípios, desta Cidade, conforme determinação da CNGJ/MT, Capítulo 5, Seção 5, item 5.5.1.1.

Sinop - MT, 04 de maio de 2016.

Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 039/2016

Nomear a Sra. Nilza Assunção de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Ouvidora Parlamentar, referência CC-07.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir desta data, a Sra. Nilza Assunção de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Ouvidora Parlamentar, referência CC-07.

Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em,02 de maio de 2016.

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 040/2016

Exonera o Sr. Lucas Scatambuli do cargo em comissão de Assistente Parlamentar I, referência CC-02.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, nesta data, o Sr. Lucas Scatambuli do cargo em comissão de Assistente Parlamentar I, referência CC-02.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 02 de maio de 2016.

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 001/2016

OBJETO: contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais e legislativos da Câmara MUNICIPAL

Eu, Mauro Sergio Garcia, Presidente da Câmara Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso, após efetuar a análise do Processo Licitatório "Tomada de Preços nº 001/2016", e em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, **HOMOLOGO** o referido processo licitatório para os devidos fins e direitos, acatando sem ressalvas a conclusão final da Comissão Permanente de Licitação, tendo como vencedora do certame a Empresa Licitante: **S. F. Severo (Selva Comunicação) CNPJ nº 10.496.618/0001-48.**

Sinop – MT, 03 de maio de 2016.

Mauro Garcia

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 015/2016/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE PARA REMOÇÃO DE TERRA E BARRO DA REPRESA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA ETA-QUEIMA PÉ.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 23 de Maio de 2016**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 05 de Maio de 2016.

EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Coordenadora do Setor de Licitação - SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 064/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 064/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação

de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 05/05/2016 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
132	637	JULIANA LONGARETTI DE ALMEIDA	11/06/1988	3,00	32	35,00	CLASSIFICADO
133	322	ALESSANDRA COSTA DE SOUZA	11/05/1986	11,00	24	35,00	CLASSIFICADO
654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA							
14	1953	JOSE RIVALDO DE LIMA	08/12/1965	13,00	44	57,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **06/05/2016 e 09/05/2016** das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Maio de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 016/2016/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE TRANSPORTADOR DE CORREIA HORIZONTAL MEDINDO 20 METROS POR 1.500mm DE LARGURA (ESTEIRA).** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 24 de Maio de 2016**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517

Tangará da Serra/MT, 05 de Maio de 2016.

EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Coord. do Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 561/GP/2015 de 08.09.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **18 DE MAIO DE 2016, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE FEIRANTES DA ZONA RURAL DESTE MUNICÍPIO, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 05 de Maio de 2016**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 04 de Maio de 2016. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO 012/2016/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 012/2016/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE 1.500.000 (UM MILHÃO E QUINHENTAS MIL) SACOLAS PLÁSTICAS PERSONALIZADAS (RECICLA TANGARÁ) COM CAPACIDADE DE 100 (CEM) LITROS CADA, PRODUZIDA COM MATERIAL RECICLADO E AQUISIÇÃO DE ELÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA AMARELO PARA FECHAMENTO DAS SACOLAS,** as empresas **RDS EMBALAGENS - EIRELI – EPP, CNPJ: 21.979.543/0001-72** para o item 01 e **PAPELARIA MULTIPEL- LIVRARIA E PAPELARIA E.M. LTDA, CNPJ: 74.177.593/0001-00** para o item 02.

Tangará da Serra/MT, 04 de Maio de 2016.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Coord. de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 108/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 108/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: EDITE RAMOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS 10 ESCOLAS MUNICIPAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ALÉM DA ESCOLA ESPECIAL RENASCER - ENTIDADE FILANTRÓPICA (APAE).

VALOR: R$ 5.960,00

VIGÊNCIA 20/04/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 25/2016

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 25/2016, tendo como objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT***; com realização prevista para o dia 17 de maio de 2016, às 09h00min (nove horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 04 de maio de 2016.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 105/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 105/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ODIR ROBERTI MARTINS ME

OBJETO: **O OBJETO É O REGISTRO PREÇOS PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA**

VALOR: R$ 165.120,00

VIGÊNCIA 19/04/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 107/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 107/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: MARCIA ANDREIA DE LIMA FEREIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS 10 ESCOLAS MUNICIPAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ALÉM DA ESCOLA ESPECIAL RENASCER - ENTIDADE FILANTRÓPICA (APAE).

VALOR: R$ 3.203,23

VIGÊNCIA 20/04/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 109/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 109/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: MARIA PEDRO DA SILVA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS 10 ESCOLAS MUNICIPAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ALÉM DA ESCOLA ESPECIAL RENASCER - ENTIDADE FILANTRÓPICA (APAE).

VALOR: R$ 3.628.56

VIGÊNCIA 20/04/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Terra Nova do Norte, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características:

OBJETO: Construção de Centro de Múltiplo Uso na comunidade Nona Agrovila, para atender ao convenio nº 003/2013/SECID

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 20/05/2016 HORAS: 8:00.

LOCAL: Avenida Cloves Felício Vettorato, 101, Centro, Terra Nova do Norte – MT.

EDITAL E ESCLARECIMENTOS: Endereço acima, no horário das 7:00 às 13:00; FONE (66) 3534 – 2500 FAX: (66) 3534-1228, o edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br.

Terra Nova do Norte – MT, 04 de maio de 2016.

MAURÍCIO SANTOS MENA

Presidente da CPL

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 110/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 110/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ANTONIO DIAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS 10 ESCOLAS MUNICIPAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ALÉM DA ESCOLA ESPECIAL RENASCER - ENTIDADE FILANTRÓPICA (APAE).

VALOR: R$ 6.034,48

VIGÊNCIA 20/05/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 111/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 111/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: MARIA DO ROSARIO BRAGA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS 10 ESCOLAS MUNICIPAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ALÉM DA ESCOLA ESPECIAL RENASCER - ENTIDADE FILANTRÓPICA (APAE).

VALOR: R$ 4.122,80

VIGÊNCIA 20/04/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 112/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 112/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: DEJAIR ADÃO PAIM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS 10 ESCOLAS MUNICIPAIS QUE OFERTAM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ALÉM DA ESCOLA ESPECIAL RENASCER - ENTIDADE FILANTRÓPICA (APAE).

VALOR: R$ 3.398,72

VIGÊNCIA 20/04/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2016.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2016.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 23/2016 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 21/2016, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TIPO **SELF SERVICE E MARMITEX** DE ISOPOR Nº 8, REDONDA, CONTENDO: ARROZ, FEIJÃO, 01 TIPO CARNE, 01 ACOMPANHAMENTO (MACARRÃO, FAROFA, POLENTA OU PURÊ DE BATATA), VERDURA OU TUBÉRCULO COZIDO (ENSOPADO DE BATATA, CHUCHU, BATATA DOCE, QUIABO, COUVE REFOGADA ETC), TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: TIAGO SACHET-ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 04 DE MAIO DE 2016.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 113/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 113/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: ACÁCIA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AEREAS

VALOR: R$ 1.060,95

VIGÊNCIA 20/04/2016 A 21/08/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREVITER
PORTARIA N.º 014/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora Sra. TEREZINHA ROSSI PINTO."

A Diretora Executiva gestora do PREVITER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei n.º 876/2009, que rege a previdência municipal;Resolve:Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. TEREZINHA ROSSI PINTO, portadora do RG n.º 13/R-1.655.415, SSP/SC e do CPF n.º 563.113.899-91, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, com vencimentos integrais, a partir de 01/04/2016 e término em 01/05/2016, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º 2016.05.00013P.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 23/03/2016.IDA BASSANESI Diretora Executiva do PREVITER.

PREVITER
PORTARIA N.º 015/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora Sra. ELENICE DANTAS LEMOS."

A Diretora Executiva, gestora do PREVITER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei n.º 876/2009, que rege a previdência municipal;Resolve:Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. ELENICE DANTAS LEMOS, portadora do RG n.º , / e do CPF n.º 402.740.805-59, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, com vencimentos integrais, a partir de 02/04/2016 e término em 17/05/2016,conforme processo administrativo do PREVITER, n.º 2016.05.00014P.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30/03/2016. IDA BASSANESI Diretora Executiva do PREVITER.

PREVITER
PORTARIA N.º 16/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor Sr. DELMIRO CAPELLARI."

A Diretora Executiva, gestora do PREVITER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei n.º 876/2009, que rege a previdência municipal;Resolve:Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. DELMIRO CAPELLARI, portador do RG n.º 2018967469, SSP/RS e do CPF n.º 313. 718.760-53, residente e domiciliado neste município,servidor EFETIVO, no cargo de VIGIA, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE -MT, com vencimentos integrais, a partir de 07/04/2016 e término em 06/05/2016, conforme processo administrativo do PREVITER, n. º 2016.05.00015P.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 31/03/2016.IDA BASSANESI Diretora Executiva do PREVITER.

PREVITER
PORTARIA N.º 018/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA aservidora Sra. DEOLINDA DE OLIVEIRA."

A Diretora Executiva, gestora do PREVITER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei n.º 876/2009, que rege a previdência municipal;Resolve:Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. DEOLINDA DE OLIVEIRA, portadora do RG n.º 10579923, SJ/MT e do CPF n.º 888.264. 061-20, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, com vencimentos integrais, a partir de14/04/2016 e término em 31/12/2016, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º 2016.05.00016P.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 14/04/2016. IDA BASSANESI Diretora Executiva do PREVITER.

PREVITER
PORTARIA N.º 017/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA aservidora Sra. TEREZA DE QUADROS VERGUES."

A Diretora Executiva, gestora do PREVITER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei n.º 876/2009, que rege a previdência municipal;Resolve:Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. TEREZA DE QUADROS VERGUES, portadora do RG n.º 1251013-0, SJ/MT e do CPF n.º 871.461.501-00, residente e domiciliada neste município, servidora EFETIVA, no cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, com vencimentos integrais, a partir de15/04/2016 e término em 31/01/2017, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º 2016.05. 00017P.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 20/04/2016. IDA BASSANESI Diretora Executiva do PREVITER.

PREVITER
PORTARIA N.º 020/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora Sra. VANDETE ALVES PIRES DAMACENA."

A Diretora Executiva, gestora do PREVITER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei n.º 876/2009, que rege a previdência municipal;Resolve:Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. VANDETE ALVES PIRES DAMACENA, portadora do RG n.º , / e do CPF n.º 513. 885.701-06, residente e domiciliada neste municipal,servidora EFETIVA, no cargo de PROFESSORA PÓS GRADUADO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, com vencimentos integrais, a partir de 01/03/2016 e término em 20/12/2016,conforme processo administrativo do PREVITER, n.º 2015.05.00040P.Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.TERRA NOVA DO NORTE - MT, 25/04/2016.IDA BASSANESI Diretora Executiva do PREVITER

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

ADMINISTRATIVO
ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO 012-2016

ONDE SE LÊ:

Extrato de Contrato: 012/2016
Contratantes: JUSSEMAR BEBULI PINTO.
Objeto: Contratação de empresa especializada, com o objetivo de organizar e realizar concurso público para provimento efetivo de cargos de carreira do quadro permanente do Município De Tesouro
Vigência:De 31/03/2016 até 01/10/2016
Valor Global: R$286.946,00 (duzentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta e seis reais).
Data da Assinatura: 31/03/2016

LEIA-SE:

Extrato de Contrato: 012/2016
Contratantes: JUSSEMAR BEBULI PINTO.
Objeto: Contratação de empresa especializada, com o objetivo de organizar e realizar concurso público para provimento efetivo de cargos de carreira do quadro permanente do Município De Tesouro
Vigência:De 31/03/2016 até 01/10/2016
Valor Global: R$98.000,00 (Noventa e Oito Mil Reais).
Data da Assinatura: 31/03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
REALINHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

Aos vinte seis dias do mês de abril do ano de 2016, a Pregoeira e membros da Comissão de Apoio, autorizados pelo Prefeito Municipal em exercício Rafael Barilli Sá, elaboram o realinhamento da Ata de Registro de Preços ao Pregão acima citado, referente contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis, ficando assim registrados os novos preços relativos ao certame.

BALIZA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – ME

Itens	Qtde	Unidade	Produto	Marca	Valor Unitário Realinhado
01	2.000	Litros	Etanol	Rio Branco Zema	3,05
02	40.500	Litros	Gasolina Comum	Rio Branco Zema	4,00
03	139.000	Litros	Óleo Diesel Comum	Rio Branco Zema	3,30
04	55.000	Litros	Óleo Diesel BS 10	Rio Branco Zema	3,51

Foram alterados os valores unitários dos produtos, que serão utilizados nos saldos remanescentes da referida Ata.

Torixoréu – MT, 26 de abril de 2016.

Eurice dos Santos de Freitas

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015, originado do Processo Licitatório sob nº 027/2015 - Pregão Presencial nº 018/2015 – Registro de Preços – Objeto: AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Vigência: **02/07/2015 a 01/07/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 29 de abril de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015, originado do Processo Licitatório sob nº 038/2015 - Pregão Presencial nº 028/2015 – Registro de Preços – Objeto:FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA USO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS E MÁQUINAS RODOVIÁRIAS. Vigência: **14/10/2015 a 13/10/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 29 de abril de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015, originado do Processo Licitatório sob nº 018/2015 - Pregão Presencial nº 013/2015 – Registro de Preços – Objeto:FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES. Vigência: **30/04/2015 a 29/04/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 29 de abril de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015, originado do Processo Licitatório sob nº 016/2015 - Pregão Presencial nº 011/2015 – Registro de Preços – Objeto:FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS. Vigência: **13/04/2015 a 12/04/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 29 de abril de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015, originado do Processo Licitatório sob nº 017/2015 - Pregão Presencial nº 012/2015 – Registro de Preços – Objeto:EVENTUAIS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. Vigência: **27/04/2015 a 26/04/2016**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que, durante o 4º trimestre de vigência da Ata supramencionada, não houve alteração de valores, tendo sido MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo E-mail: pref.mun.uniaodosul@hotmail.com.

União do Sul – MT, 29 de abril de 2016.

KEILA ALVES DE ABREU

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

LEI N.º 4.150/2016

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar Especial no Orçamento Anual/2016 - Lei 4.130/2015 e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica aberto crédito adicional especial no orçamento municipal de Várzea Grande, para inclusão do projeto **1.511 – TRABALHO SOCIAL –**

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (FAR), no orçamento vigente, na importância de **R$ 683.250,00 (seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta reais)**, referente a convênio firmado com a Caixa Econômica Federal, com objetivo: Realização do Trabalho Social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR, em conformidade com os prazos e valores discriminados no instrumento de planejamento (Projeto de Trabalho Social – Preliminar ou Projeto de Trabalho), que passa a constituir parte integrante e complementar deste instrumento, bem como a criação de elemento de despesas, em atendimento ao programa do **anexo I**.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO

Órgão	11	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária	02	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Sub Função	244	Assistência Comunitária
Programa	41	Proteção Social Básica
Projeto	1.511	Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha Vida (FAR)

DETALHAMENTO

FONTE E ELEMENTO DE DESPESA

Elemento de Despesa	Código	Fonte	Valor
Material de Consumo	3.3.90.30.00.00.00.00	302	74.593,30
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.3.90.36.00.00.00.00	302	573.656,70
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00.00.00.00	302	20.000,00
Equipamento e Material Permanente	4.4.90.52.00.00.00.00	302	15.000,00
Total			683.250,00

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça dos três poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2016.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 277/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o parecer da **COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO**,

RESOLVE

READAPTAR em Caráter Permanente, os (as) servidores (as) abaixo relacionados (as), conforme órgão de Lotação de acordo com **Decreto nº. 28/2010,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios de 18/05/2010, que regulamenta **o Artigo 30 da Lei nº. 1.164/1991**, de 20 de novembro de 1991 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande),

1. IVONILDES CEZAR DE ARRUDA, Processo Nº. 370299/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº.20385, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **11/03/2016**.

2. IVANIR RODRIGUES, Processo Nº. 38580/2011, Técnica de Desenvolvimento Infantil, Matrícula Nº. 20398, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **02/03/2016**.

3.LIDIANE SOUZA DE MIRANDA, Processo Nº. 06574/2010, Agente de Segurança e Manutenção, Matrícula Nº. 27697, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **08/03/2016**.

4.IVONE AUGUSTA GOMES, Processo Nº. 37740/2011, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 20552, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **01/03/2016**.

5.GERSILEY PARENTE SILVA, Processo Nº. 10655/2010, Professora, Matrícula Nº. 17459, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **11/03/2016**.

6. ALZIRA FRANCISCA RAMOS, Processo Nº. 371138/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 2360, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **01/03/2016**.

7. **JUSCELINO DE OLIVEIRA,** Processo Nº. 77594/2012, Agente de Segurança e Manutenção, Matrícula Nº. 25718, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, Readaptado em Caráter Permanente a partir de **01/03/2016**.

8. FATIMA APARECIDA MENDES, Processo Nº. 10184/2010, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 16195, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **19/02/2016**.

9. **EURIPEDES ALVES NETO,** Processo Nº. 371133/2016, Professor, Matrícula Nº. 15416, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado em Caráter Permanente a partir de **19/02/2016**.

10. MARIA NATIVIDADE DE JESUS, Processo Nº. 371140/2016, Professora, Matrícula Nº. 33392, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **19/02/2016**.

11. NEUDA APARECIDA DE ALMEIDA SILVA, Processo Nº. 371149/2016, Professora, Matrícula Nº. 36736, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **19/02/2016**.

12. ELZA MARIA DE OLIVEIRA CAMPOS, Processo Nº. 371135/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 14518, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **24/02/2016**.

13. SOELY MENDES MARTINS DE BARROS, Processo Nº. 371148/2016, Professora, Matrícula Nº. 43859, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **24/02/2016**.

14. GIANNA PAULA DA SILVA CAMPOS, Processo Nº. 37762/2011, Professora, Matrícula Nº. 17597 e Matrícula Nº. 17598, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **23/02/2016**.

15. ROSICLEIDE MORAES PEREIRA, Processo Nº. 13044/2010, Merendeira, Matrícula Nº. 41454, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **24/02/2016**.

16. MARIA ALVES VILELA, Processo Nº. 371152/2016, Merendeira, Matrícula Nº. 31544, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **23/02/2016**.

17. ALZIRA OLIVEIRA MOLINA, Processo Nº. 371210/2016, Professora, Matrícula Nº. 2364, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **03/02/2016**.

18. IZABEL BOMDESPACHO DOS SANTOS COSTA, Processo Nº. 18686/2011, Professora, Matrícula Nº. 20661, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **16/02/2016**.

19. EVANILDE FERREIRA MARTINS, Processo Nº. 371191/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 15708, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **03/02/2016**.

20. CECILIA OLIVEIRA DAMASCENO DE BARROS, Processo Nº. 86523/2012, Professora, Matrícula Nº. 7300, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **23/02/2016**.

21. DIRCE MARQUES DE CAMPOS, Processo Nº. 48237/2011, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 10897, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **23/02/2016**.

22. MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA, Processo Nº. 202636/2013, Professora, Matrícula Nº. 31833, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **16/03/2016**.

23. JANETE MARQUES DA CUNHA, Processo Nº. 9336/2010, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 21294, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **22/03/2016**.

24. DOROTÉIA MARIA DE AMORIM, Processo Nº. 5616/2010, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 11274, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **22/03/2016**.

25. ANA VIANA DOS SANTOS NEGRISOLI, Processo Nº. 86525/2012, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 3214, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **22/03/2016**.

26. IDENIRA MARIA LOPES, Processo Nº. 371216/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 19484, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **29/03/2016**.

27. CLAUDIA MARIA ULIANO, Processo Nº. 371194/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 8242, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **23/03/2016**.

28. CLARA MARGARETH DE ARRUDA, Processo Nº. 90920/2012, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 7931, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **23/03/2016**.

29. ZILDA LUCIMAR DE MORAES CORREA, Processo Nº. 48421/2011, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 47848, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **30/03/2016**.

30. CLAUDIA CELINA XAVIER, Processo Nº. 3822/2010, Merendeira, Matrícula Nº. 8188, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptada em Caráter Permanente a partir de **30/03/2016**.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande - MT, 28 Abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 302/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Carlos Henrique Nardez Branco, no cargo em comissão de Assessor Técnico - DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 03 de maio de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de maio de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 025/2016/GAB/SMECEL/VG

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de INSTAURAR Processo de Tomada de Contas Especial, referente ao Convênio n. 11/2014 por determinação da Controladoria geral do Município, em conformidade com a Resolução Normativa n. 24/2014 do TCE/MT, com finalidade de apurar possíveis irregularidades,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR Comissão formada pelos servidores conforme nomeação abaixo para, sob a presidência do primeiro, realizar a partir da publicação desta Portaria no prazo de 60 (sessenta) dias, a Tomada de Contas Especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. 24/2014 do TCE/MT, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Rafaela Vitória Mendes Volcov - Titular

Juliana Trovisco Mesquita – Titular

Silvana Magna Morais Duarte – Titular

Ana Paula Duarte – Suplente

Artigo 2°- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 03 de maio de 2016.

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 057/2014

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa GONÇALVES CORDEIRO PROPAGANDA E MARKETING LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 10.014.687/0001-78. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada no Artigo 57, II da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, no Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº. 057/2014, bem como, nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 366852/2016. OBJETO: Tem por objeto, aditar o item 3.1 da "Cláusula Terceira – Do Valor, Da Dotação Orçamentária e Da Garantia" o item 5. 4 da "Cláusula Quinta – Dos Prazos" e a "Cláusula Sexta do Acompanhamento e da Fiscalização", referente à contratação das agências de propaganda para prestação de serviços técnicos de publicidade com elaboração de projetos e campanhas com o fim específico de divulgação das ações da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: O valor global no montante de R$ 308.333,33 (trezentos e oito mil trezentos e trinta e três reais e três centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO: 13.01.24.122.0002. P/A: 2.055. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO: 13.01.44.131.0032. P/A: 2.156. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Prorrogado por mais de 02 (dois) meses do prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir do seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Comunicação Social, a Servidora JANE CÁSSIA DUARTE LIMA BARROS, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08020167 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°.459.523.881-91, Matrícula 109066.

DATA DE ASSINATURA: 04.05.2016.

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria Municipal de Comunicação Social PMVG/MT

GONÇALVES CORDEIRO PROPAGANDA E MARKETING LTDA

Contratada

ATO Nº. 251/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Alessandra de Castro, no cargo em comissão de Gerente de Termo de Referencia - DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 18 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 254/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Alessandra de Castro, no cargo em comissão de Coordenadora de Compras - DNS 4, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 18 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 255/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Aline Arantes Correa, no cargo em comissão de Gerente de Termo de Referencia - DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 18 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 257/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Fabricio Batista Mota, no cargo em comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 19 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 256/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Aline Núcia de Marchi, no cargo em comissão de Assessor Técnico - DNS 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 19 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 058/2014

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 04.523.051/0001-59. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada no Artigo 57, II, da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93, no Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº. 058/2014, bem como, nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 366854/2016. OBJETO: Tem por objeto, aditar o item 3.1 da "Cláusula Terceira – Do Valor, Da Dotação Orçamentária e Da Garantia", o item 5.4 da "Cláusula Quinta – Dos Prazos" e a "Cláusula Sexta – Do Acompanhamento e da Fiscalização", do Contrato nº. 058/2014, referente à contratação das agências de propaganda pra prestação de serviços técnicos de publicidade com elaboração de projetos e campanhas com o fim específico de divulgação das ações da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: O valor global no montante de R$ 308.333,33 (trezentos e oito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO: 13.01.24.122.0002. P/A: 2.055. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO: 13.01.04.131.0032. P/A: 2.156. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Prorrogado por mais de 02 (dois) meses do prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir do seu vencimento (14/05/2016). FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Comunicação Social, a servidora JANE CÁS-

SIA DUARTE LIMA BARROS, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08020167 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°.459.523.881-91, Matrícula 109066.

DATA DE ASSINATURA: 04.05.2016.

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria Municipal de Comunicação Social PMVG/MT

COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Contratada

ATO Nº. 250/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Patrícia Márcia Senff, no cargo em comissão de Coordenadora de Compras - DNS 4, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 18 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 291/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 368744/2016,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Desenvolvimento Educacional Especializado**, ocupado pela servidora **NATIELEN REGINA FRANÇA DE ALMEIDA,** Matrícula 82344, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, com efeito retroativo a partir de **07/04/2016 a 07/04/2019.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 03 de maio de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

ATO Nº. 253/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Patricia Márcia Senff, no cargo em comissão de Superintendente de Compras - DNS 3, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 18 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 026/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa PENTA SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 00.471.442/0001-16. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada no art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993, bem como, no Termo de Contrato nº. 026/2015 e nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 368816/2016. OBJETO: Tem por objeto aditar a "Cláusula Terceira – Da Vigência", o item 6.1 e 6.2 da "Cláusula Sexta – Do Valor Global e Da Dotação Orçamentária" e a "Cláusula Décima Sexta – Do Acompanhamento e da Fiscalização", do Contrato nº. 026/2015, referente contratação de empresa capacitada na prestação de serviços na locação de veículos, caminhões, ônibus, micro ônibus, vans e máquinas, incluindo mão de obra (operadores/com e sem motorista) e seguro dos veículos, para atender todas as Secretarias do Município de Várzea Grande/MT, conforme Edital e seus anexo. VALOR GLOBAL: O valor global de R$ 7.594.989,24 (sete milhões quinhentos e noventa e quatro mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO: 04.01.04.122.0101. P/A: 2.203. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0107. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 1001. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 2.094. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0042. P/A: 1.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 1.402. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 2.112. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.484. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 2.146. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 2.113. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 2.213. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 2.213. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. P/A: 1.278. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 2.234. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. P/A: 1.399. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0999.** UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0042. P/A: 1.483. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0302. **UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.168. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002.** UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.168. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0203. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.179. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0205. **UO: SECRETARIA DE SÁUDE**

DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.179. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0304. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. **UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002.** UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.105. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.098. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0205. **UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.098. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204.** UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.235. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 1.050. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. **UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0004. P/A: 2.239. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002.** UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0004. P/A: 2.239. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.035. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0207. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.035. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.041. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0205. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.041. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. **UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.240. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.240. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0205.** UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0004. P/A: 2.238. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0004. P/A: 2.238. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0004. P/A: 2.263. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0304. **UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0004. P/A: 2.263. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.302.0004. P/A: 2.263. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.100. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.100. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO. FONTE: 0204.** UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 1.307. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE SÁUDE DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 1.307. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. VIGÊNCIA: Terá vigência prorrogado pelo período de 08 (oito) meses contados a partir de seu vencimento (30/04/2016). FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Administração, para este ato, o servidor JHONIS EDUARDO FERREIRA SANTOS, portador da Cédula de Identidade RG nº. 219518-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº. 042.519.31-26, Matrícula 110029.

DATA DE ASSINATURA: 29.04.2016.

VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretaria Municipal de Administração PMVG/MT

PENTA SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA

Contratada

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2016

PARTES: Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG E O Sr. Marcelo Jonas dos Santos Florentino.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 011/2016

OBJETO: Locação de um imóvel urbano, no lote nº 04 da quadra 46, do loteamento denominado “Parque do Lago”, nesta cidade de Várzea Grande-MT, registrado no 1º Serviço Notarial e de Registro de Imóveis desta Comarca de Várzea Grande através da matrícula nº 14.445, Livro nº 02, ficha 01, do Registro Geral.

VALOR: O valor mensal do presente Contrato é de R$2.000,00(dois mil reais).

VIGÊNCIA: 12(doze) meses

FORO: Várzea Grande-MT

ASSINATURA: 04/05/2016

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

PORTARIA N. 08/2016 – SMVO/MT.

“Dispõe sobre a nomeação do fiscal do Pregão Eletrônico 01/2016”.

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **WALDISNEI MORENO COSTA como fiscal das obras** de manutenção (corretiva e preventiva) e melhoria do sistema de vias urbanas pavimentadas refrente ao Lote II – Construtora Nhambiquaras LTDA e Lote III – Agrimat Engenharia Empreendimentos LTDA - **Pregão Eletrônico n. 01/2016** – Processo n. 343708/2015.

Art. 2° A designação do fiscal terá efeito a partir de 29/04/2016.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 03 de maio de 2016.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras.

LEI N.º 4.151/2016

Dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica regulamentado o Plano Diretor Municipal, sendo criado o Conselho da Cidade de Várzea Grande - CONCIDADE, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2.º Integrar e articular as políticas específicas e setoriais na área do desenvolvimento urbano ordenado, como planejamento e gestão do uso do solo, habitação, saneamento ambiental, meio ambiente, transporte e mobilidade urbana.

Art. 3.º Mediar os interesses existentes em cada local, constituindo-se um espaço permanente de discussão, negociação e pactuação, visando garantir a gestão pública participativa da cidade e a melhoria da qualidade de vida, além do interesse da coletividade.

Art. 4.º Consolidar a gestão democrática, como garantia da implementação das políticas públicas constituídas coletivamente nos canais de participação popular.

Art. 5.º Garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra urbanizada ou não, nos limites do Município, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade da população de baixa renda.

Art. 6.º Garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos programas habitacionais, sua articulação com as políticas de desenvolvimento econômico social e de gestão ambiental.

Art. 7.º Reverter o processo de segregação sócio-espacial na cidade, por intermédio da oferta de áreas do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda.

Art. 8.º Conter a ocupação em área de preservação permanente (APP), em qualquer tipo de unidade de conservação, em áreas de recuperação de mananciais e o espraiamento habitacional na área urbana.

Art. 9.º Viabilizar a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares, e sua plena inserção nos serviços de manutenção e controle urbanos comuns a toda a cidade.

Art. 10 Atuar em parceria com os Cartórios de Registro de Imóveis, Poder Judiciário e Conselho Nacional de Justiça, para solução de problemas relativos à aprovação e registro dos parcelamentos e dos lotes resultantes dos processos de urbanização.

Art. 11 Destinar recursos provenientes da outorga onerosa do direito de construir para investimentos nos diversos programas habitacionais de interesse social, de urbanização e regularização de assentamentos precários.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE – CONCIDADE

Art. 12 Compete ao Conselho da Cidade de Várzea Grande:

I – acompanhar todas as etapas do processo de planejamento municipal;

II – participar da gestão dos fundos previstos e instituídos em lei, e garantir a aplicação de recursos conforme ações estabelecidas no Plano Diretor;

III – analisar e fiscalizar a implantação do Plano Diretor, deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;

IV – acompanhar e deliberar sobre o processo de atualização permanente do Plano Diretor, através da proposição de alterações.

V – participar da elaboração de planos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano e aprovar inclusive os planos setoriais;

VI – deliberar sobre os projetos de leis de interesse da política urbana;

VII – examinar projetos de interesse da política urbana;

VIII – acompanhar a regulamentação legal e a implantação dos instrumentos de política municipal e de democratização de gestão, previstos no Plano Diretor;

IX – supervisionar o processo de aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

X – acompanhar a implementação dos demais instrumentos urbanísticos;

XI – deliberar sobre as omissões e casos não definidos pela legislação urbanística municipal;

XII – convocar audiências públicas, organizar e coordenar, em conjunto com os segmentos pertinentes, as conferências municipais;

XIII – elaborar e aprovar o regimento interno de suas atividades;

XIV – estimular a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) por demais agentes da produção habitacional;

XV – incentivar associações e cooperativas populares de produção de moradias;

XVI – compartilhar, com a população, as informações e as decisões, pertinentes à política de desenvolvimento urbano.

§1.º Entende-se por planos setoriais, os previstos no Plano Diretor Municipal.

§2.º Entende-se por projetos de interesse da política urbana, os previstos no Plano Diretor Municipal.

Art. 13 O Conselho da Cidade de Várzea Grande será composto por 21 (vinte e um) membros, sendo 40% (quarenta por cento) oriundos do Poder Público Municipal e 60% (sessenta por cento), oriundos da sociedade civil organizada, e seus respectivos suplentes.

Parágrafo único. Não poderão compor o Conselho da Cidade de Várzea Grande, pessoas que tenham como atividade profissional a elaboração de projetos de EIV e RIV, e demais projetos urbanísticos e ambientais, destinados à implantação no município de Várzea Grande.

Art. 14 A composição, de que trata o artigo anterior, dar-se-á com obediência aos seguintes critérios:

I– 08 (oito) representantes do Poder Público Municipal e respectivos suplentes; sendo 07 (sete) do Poder Executivo e 1 (um) do Poder Legislativo, das áreas relacionadas à Política Urbana, indicados pelo (a) Prefeito (a) Municipal e pelo (a) Presidente da Câmara, respectivamente;

II– 13 (treze) representantes da sociedade civil organizada, e respectivos suplentes, assim distribuídos: 23,08% ou 05 membros, oriundos dos movimentos sociais; 9,52% ou 02 membros, oriundos da classe dos trabalhadores; 9,52% ou 02 membros, oriundos da classe empresarial; 14,28% ou 03 membros, oriundos das classes profissionais acadêmicas, de pesquisa e de conselhos de classes; 4,76% ou 01 membros, oriundos das Organizações Não Governamentais;

III– As representações especificadas nos incisos anteriores são consignadas no quadro abaixo:

Poder Público Municipal	Movimentos Sociais	Trabalhadores	Empresários	Profissionais, acadêmicos de pesquisa e conselhos de classes	ONG'S	TOTAL
38,12% = 8,0	23,8%	9,52%	9,52%	14,28%	4,76%	100%
Executivo 7,0 Legislativo 1,0	5,0	2,0	2,0	3,0	1,0	21,0

Art. 15 O Conselho da Cidade de Várzea Grande terá suporte técnico e financeiro previsto no orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento e será a esta vinculada.

§1.º É vedada a retirada definitiva de documentos do Conselho da Cidade de Várzea Grande, devendo todos os arquivos do Conselho, serem mantidos e arquivados em sua sede na Secretaria Municipal de Planejamento.

§2.º As reuniões e demais deliberações do Conselho da Cidade de Várzea Grande deverão ser preferencialmente realizadas nas dependências da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 16 Os 08 (oito) representantes do Poder Público Municipal e seus respectivos suplentes serão indicados pelo (a) Prefeito (a) Municipal e pelo (a) Presidente da Câmara de Vereadores, respectivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a indicação dos representantes da sociedade civil.

Parágrafo único. Os representantes do Poder Público Municipal, ocupantes de cargo em comissão, após a sua exoneração, deverão ser substituídos no Conselho da Cidade de Várzea Grande.

Art. 17 A indicação dos representantes da sociedade civil organizada terá o prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, mediante convocação e audiência pública.

Art. 18 Os representantes do Poder Público Municipal serão escolhidos dentre as seguintes áreas relacionadas à política urbana:

I. 01 representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

II. 01 representante da Secretaria de Viação e Obras;

III.01 representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana;

IV. 01 representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável;

V. 01 representante do DAE – Departamento de Água e Esgoto;

VI. 01 representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo;

VII. 01 representante da Procuradoria Geral;

VIII. 01 representante da Câmara Municipal de Várzea Grande.

§1.º As deliberações do Conselho da Cidade de Várzea Grande serão feitas por maioria simples, mediante voto aberto.

§2.º Tem direito a voto o Conselheiro, e, na sua ausência, o seu suplente, vedado o voto por procuração.

§3.º O Presidente do Conselho da Cidade de Várzea Grande somente votará quando houver empate nas deliberações.

§4.º Fica garantido assento permanente no Conselho da Cidade de Várzea Grande à Agência de Desenvolvimento Metropolitano do Vale do Rio Cuiabá - AGEM/VRC.

Art. 19 Os representantes da sociedade civil organizada do Conselho da Cidade de Várzea Grande serão escolhidos por meio de audiência pública.

Art. 20 Os 13 (treze) representantes da sociedade civil, e seus suplentes, serão eleitos em uma audiência pública, conforme definir o Regimento Interno.

Art. 21 O processo eleitoral será conduzido pela Comissão, constituída por representantes do Poder Público e da sociedade civil, na mesma proporcionalidade dos segmentos.

§1.º A comissão elaborará as regras, de acordo com o Regimento Interno, devendo ser publicado edital de convocação.

§2.º A comissão divulgará, através de edital, as regras norteadoras do processo de escolha dos representantes da sociedade civil.

Art. 22 A nomeação, e a posse dos Conselheiros serão feitas por ato do (a) Prefeito (a) Municipal, respeitadas as regras estabelecidas nesta Lei, no edital de convocação e na escolha formalizada.

Art. 23 Os membros do Conselho da Cidade de Várzea Grande serão designados para um mandato de 02 (dois) anos e com possibilidade de uma única recondução.

Parágrafo único. O Conselho da Cidade de Várzea Grande será presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento, podendo ser reconduzido ao cargo de Conselheiro-Presidente pelo período em que estiver nomeado como Secretário Municipal de Planejamento.

Art. 24 O Conselho da Cidade de Várzea Grande terá uma Diretoria Executiva que deverá exercer o papel de coordenação do Conselho, composta por 02 (dois) membros e presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento.

Parágrafo único. Os Conselheiros elegerão, dentre seus membros, os demais componentes, na seguinte conformidade:

I. 01 (um) vice-presidente: escolhido entre os representantes da sociedade civil;

II. 02 (dois) secretários: sendo um representante do Governo Municipal e outro representante da sociedade civil.

Art. 25 O Conselho da Cidade de Várzea Grande poderá instituir câmaras técnicas e grupos de trabalho específicos.

Art. 26 O Conselho da Cidade de Várzea Grande deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias, elaborar Regimento Interno, o qual deverá ser homologado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, mediante Decreto.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL URBANO

Art. 27 O Conselho da Cidade de Várzea Grande terá um Conselho Gestor para administrar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável Urbano (FMDSU), composto por 05 (cinco) membros.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Gestor do FMDSU, entre outras atribuições a serem definidas no Regimento Interno, as proposições, ao Conselho da Cidade de Várzea Grande, das normas e diretrizes para a gestão do referido Fundo, de acordo com a legislação atinente à matéria.

CAPÍTULO IV

DA CONFERÊNCIA DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE

Art. 28 O Conselho da Cidade de Várzea Grande promoverá a cada dois anos, e extraordinariamente quando necessário, a Conferência Municipal da Cidade de Várzea Grande, aberta à participação de todos os cidadãos.

Parágrafo único. A convocação para a Conferência será publicada em órgão da imprensa local com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

CAPÍTULO V

DAS ASSEMBLEIAS TERRITORIAIS DE POLÍTICA URBANA

Art. 29 As Assembleias Territoriais de Política Urbana serão articuladas junto às representações da comunidade local e abertas à participação de todos os cidadãos.

Parágrafo único. A convocação das Assembleias Territoriais de Política Urbana será publicada em órgão da imprensa local com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 Nos termos do Plano Diretor, o Poder Executivo Municipal garantirá suporte técnico, operacional e necessário ao funcionamento adequado do Conselho da Cidade de Várzea Grande.

Parágrafo único. O Conselho da Cidade de Várzea Grande definirá a estrutura do suporte técnico e operacional.

Art. 31 O Regimento Interno deverá deliberar sobre impedimentos, suspeições, atos procedimentais e demais regras processuais.

Art. 32 O Conselheiro que dar causa a erros administrativos, de forma comissiva ou omissiva, deverá responder por processo administrativo, e, ao final, se comprovado, estará proibido de ser reconduzido ao Conselho.

Parágrafo único. O processo administrativo deverá ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância, aplicando-se todas as regras da legislação pertinente, devendo, ao final, a decisão ser publicada em Diário Oficial.

Art. 33 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal n.º 3.211/2008 e demais regras contrárias.

Praça dos três poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2016.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 290/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 367264/2016,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Professor Nível Superior**, ocupado pela servidora **CLEUNICE CARVALHO DA ROSA TANCREDI,** Matrícula 84103, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, com efeito retroativo a partir de **29/03/2016 a 29/03/2019.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 03 de maio de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

ATO Nº. 252/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Aline Arantes Correa, no cargo em comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 18 de abril de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de abril de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 015/2016 – SRP 012/2016

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 015/2016 – SRP 012/2016

OBJETO: "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, BEM COMO UNIFORMES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS."**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 015/2016, Registro de Preços nº 012/2016, tipo menor preço por ITEM, cuja abertura se deu em 25/04/2016, sagrou-se vencedora as empresas **EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA**, CNPJ: 08.528.777/0001-35**, GUERREIRO FILHO & CHAVES,** CNPJ nº 04.911.902/0001-30, **ALINE FONSECA DE CAMPOS ME - ME**, devidamente cadastrada no **CNPJ nº. 16.804.120/0001-81, CASA DO COMPUTADOR LTDA - EPP**, devidamente cadastrada no **CNPJ Nº 10.199.390/0001-24, ALEXANDRE VENSO BONFIM - ME**, devidamente cadastrada no **CNPJ nº. 21.445.783/0001-97, DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA- ME**, devidamente cadastrada no **CNPJ nº. 19.707.627/0001-05 e LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA – ME** devidamente cadastrada no **CNPJ nº. 22.328.534/0001-84,** que protocolou a novo certidão da Procuradoria Geral do Estado no dia 03/05/2016, dentro do prazo que determina a lei complementar 123/2006.

Segue abaixo tabela informando os itens e seus vencedores:

Item	Descrição da Máquina	Und	QTD	Marca	R$ Unit	EMPRESA VENCEDORA
01	ADAPTDOR USB WIRELLES – VELOC. DE ATE 300 MPS NA FAIXA DE 2,4 GHZ, PADRÕES WIRELLES IEEE 802.11G IEEE802.11B E 802.11N DRAFT CRIPTOGRAFIA DE DADOS 64/128 BITS WEP, WPA-PSK, WPA2-PSK, WPA2, INTER: USB 2.0, USB 1.1	UNID.	200	INTELBRAS	46,90	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
02	ALICATE DE CRIMPAR RJ – 45 COM CATRACA 1ª LINHA	UNID.	4	Multitoc	37,00	GERREIRO FILHO & CHAVES CNPJ nº 04.911.902/0001-30
03	ANILHA DE IDENTIFICAÇÃO 0-9 100 UNIDADE	UNID	20	Speedlan	25,10	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
04	APONTADOR DE SLAIDES	UNID.	10	SATELITE	92,70	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
05	BANDEJA COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO PARA RACK FECHADO (4 VENTILADORES) 19"	UNID	1	Fibracem – ARK-00102	350,40	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
06	BANDEJA DESLIZANTE 1U PARA RACK FECHADO 900MM PADRÃO 19"	UNID	1	Rd Telecom	147,75	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
07	BANDEJA FIXA DUPLA PARA RACK FECHADO 900MM, 1U, PADRÃO 19"	UNID	3	Rd Telecom	125,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
08	BATERIA CR 2032	UNID.	100	GOLDEN POWER	1,39	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
09	CABO ADAPTADOR DE ENERGIA SATA	UNID.	50	Hitto	2,11	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
10	CABO DE DADOS SATA II 0,5 M	UNID.	50	Hitto	1,38	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
11	CABO DE FORÇA PADRÃO NBR 14136:2002	UNID	100	Hitto	7,07	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
12	CABO DE FORÇA PARA PC – 1,5 METROS, PLUGUE MACHO TIPO NEMA5/15 – NBR 6147: PLUGUE FEMEA TIPO IEC, TENSÃO MÁXIMA 250V	UNID	200	Hitto	7,07	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
13	CABO DE REDE – CATEGORIA 5E, 4 PARES – REQUISITOS ANSI\TIA\EIA – 568 A + ADENDO 5 (CATEGORIA 5E) – NÃO PROPAGANTE A CHAMA, NA COR AZUL,XOM MARCAÇÃO SEQUENCIAL METRICA.	METRO	10.000	Multilan – 24AWG	0,60	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
14	CABO HDMI MACHO/MACHO 3M	UNID.	10	HARDLINE	17,53	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
15	CABO HDMI, MACHO/MACHO 10 MESTROS	UNID	20	Empire	46,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
16	CABO USB 2.0 PARA IMPRESSORA 1,8 METROS	UNID.	50	Hardline	4,66	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81

17	CABO USB 3.0 A MACHO X B MACHO PARA HD EXTERNO	UNID.	20	YA-F003	5,15	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
18	CABO USB X PARALELO PARA IMPRESSORA MATRICIAL	UNID.	20	11423	23,58	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
19	CABO USBPARA IMPRESSORA 3,0 METROS	UNID	50	Hitto	7,49	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
20	CAIXA DE SOM 2.0 USB PARA PC	UNID.	50	Hardline	17,39	GERREIRO FILHO & CHAVES, CNPJ nº 04.911.902/0001-30
21	CAMERA DIGITAL SEMI PROFISSIONAL COM CARACTERISTICAS IGUAL OU SUPERIOR A MONITOR NO MINIMO DE 3,0" RESOLUÇÃO MINIMA DE 20.1 MP, ZOON OPTICO 35X DIGITAL 70X, COM CARTÃO DE MEMORIA MINIMO DE 16 GB	UNID	10	SONY	1.100,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
22	CAPA PARA TABLET 10" COM TECLADO PRETO	UNID.	50	MULTILASER	22,28	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
23	CARTÃO DE MEMORIA TIPO MICRO SD, REMOVIVEL C\ 4 GB DE CAP. (OU SUPERIOR) C\ ADAPTADOR PARA CARTÃO DE MEMORIA SD E MINI SD, VELOCIDADE DE LEITURA 8,8 MB\S OU SUPERIOR	UNID.	50	KINGSTON	14,95	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
24	CONECTOR RJ 45 (MACHO) CORPO EM POLICARBONATO E TRANSPARENTE NÃO PROPAGANTE A CHAMA. NORMAS: ANSI/TIA/EIA 568/568B.	UNID	2.000	Furukawa	1,05	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
25	DISCO RIGIDO (HD) SATA II COM 500GB DE ARMAZENAMENTO OU SUPERIOR, INTERFACE COM CONEXÃO SATA II VELOCIDADE DE 7200 RPM	UNID.	100	SEAGATE	216,70	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
26	DISCO RÍGIDO (HD) SATA III COM 500 GB DE ARMAZENAMENTO OU SUPERIOR, INTERFACE COM CONEXÃO: SATA II VELOCIDADE DE 7200 RPM	UNID	50	Seagate	210,00	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
27	DRIVE LEITOR DE CARTÃO DE MEMORIA USB INTERNO (PARA CARTOES: COMPACT FLASH CF, MICRODRIVE MD, SUCUTITY DIGITAL SD, MULTIMIDEA CARD MMC, MEMORIA STICK MS, MEMORIA STICKPRO MSPRO, MEMORY STICK DUO MSDUO)	UNID.	50	GOLDENTEC	18,70	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
28	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS 110/220 V	UNID.	100	Psic	18,00	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
29	FILTRO DE LINHA: TENSAO DE ENTRADA 127V OU 220V (BIVOLT) TOMADA DE SAIDA 8 TOMADAS – FUSIVEL 10 A PROTETOR ENTRE FASE E NEUTRO	UNID.	100	TS SHARA	34,90	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
30	FITA ROTULADORA BROTHER 80 PRETO SOBRE PRATA 9MM	UNID.	20	BROTHER	56,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
31	FONE DE OUVIDO	UNID.	50	Dotcell	3,78	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
32	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PC: POTENCIA 450W OU SUPERIOR, CONTENDO CABO DE FORÇA, TOMADA TRIPOLAR, CONECTOR 24 PINOS, CONECTOR AUXILIAR DE 4 PINOS, COLLER DE 80X80 MM, CHAVE MANUAL SELETORA DE TENSÃO 115/220 V	UNID	150	MTEK	75,40	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
33	FONTE UNIVERSAL PARA NOTEBOOK	UNID	25	Hardline	49,84	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
34	FRAGMENTADORA DE PAPEL , FRAGMENTA PAPEL, CD E CARTÃO ; CORTE EM PARTICULAS DE 4 X 38 MM; BIVOLT, QUANTIDADE DE FOLHA 15 FOLHAS PADRAO 75G, VOLUME DO CESTO 28 LITROS,ABERTURA DE 220MM; COM SENSOR DE CESTO CHEIO, SENSOR DE PRESENÇA, SENSOR D ETEMPERATURA; COM GARANTIA DE 6 MESES.	UNID	10	Menno	1.034,60	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
35	FUSÍVEL 10 A	UNID	200	F. 10 A	0,75	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
36	GABINETES PARA RACK, 19", 3U OU 4U DE ALTURA, NA COR PRETA, SUPORTE INTERNO A 4 UNIDADES DE 3.5", COOLER TRASEIRA DE 8X8, FONTE DE	UNID	2	Fibracem/ ARK-00014	799,19	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

	ALIMENTAÇÃO 350 WATTS REAIS, 110/220 VAC, PADRÃO ATX 24 PINOS, 60 HZ, CABO DE FORÇA COM PLUGUE DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO PREFERENCIALMENTE NEMA 5-15R/NBR 6147 OU NBR 14136;					DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
37	GRAVADOR DE DVD EXTERNO PADRÃO USB	UNID.	10	ASUS	113,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
38	GRAVADOR DE DVD PADRÃO SATA INTERNO 3,5”	UNID	30	Lite On	80,14	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
39	GUIA DE CABO 1U, HORIZONTAL, PADRÃO 19"	UNID	4	RDTEL	18,25	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
40	HD 1 TB EXTERNO 2,5 CONEXÃO USB 3.0	UNID.	20	SANSUNG	337,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
41	HEADSET TELEFONE COM MICROFONE CANCELADOR DE RUÍDO, CONTROLE DIGITAL DO VOLUME DE RECEPÇÃO, TECLADO EMBORRACHADO DE ALTA DURABILIDADE, 2 NÍVEIS DE CAMPAINHA E MODO DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO, TECLAS REDIAL, FLASH, MUTE E ON\OFF, CHAVES PARA AJUSTES DA CAMPAINHA, MODO FLASH, DISCAGEM EM TOM E PULSO, LEDS INDICADORES PARA AS TECLAS ON\OFF E MUTE, TEMPO DE FLASH DE 100, 300 E 600 MS	UNID.	5	Intelbras	147,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
42	HUB/SWITCH DE 8 PORTAS: ESPECIFICAÇÕES TECNICAS : SWITCH HUB 8 PORTAS 10/100 MBITS/S RJ 45 – FUNÇÕES FULL E HALF DUPLEX, PADRÕES IEEE802.3 E IEEE 802.3 U- BUFFER DE 256 KB	UN	50	TP LINK	44,85	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
43	IMPRESSORA A LASER MONOCROMÁTICA, COM CONEXÃO USB 2.0, QUALIDADE DE IMPRESSÃO 600 X 600 DPI, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 19 PAGINAS POR MINUTO EM PAPEL CARTA E 18 PAGINAS POR MINUTO EM PAPEL A4, COM CONEXÃO PARA INTERNET WIFI. COM GARANTIA DE 12 MESES	UNID	30	Samsung	659,14	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
44	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM FAX, CONEXÃO DE REDE, IMPRESSÃO COPIA E DIGITALIZAÇÃODE ATE 21 PPM EM PRETO E BRANCO (CARTA) , ATE 18 PPM EM PRETO E BRANCO (A4) SAIDA DE PRIMEIRA PAGINA EM PRETO E BRANCO DE 9,5 SEGUNDOS, COM DIGITALIZAÇÃO ATE 1200 X 1200 DPI, NUMERO MAXIMO DE COPIAS ATE 99, COM FAX DE 33,6 KBPS , CARTA ATE 3 SEGUNDOS POR PAGINA, MANUSEIO DO PAPEL BANDEJA DE ENTRADA DE 150 FOLHAS , ESCANINHO PARA 100 FOLHAS VIRADAS PARA BAIXO, CONECTIVIDADE PADRÃO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE, PORTA DE REDE ETHERNET 10/100 BASE T, PORTA DE TELEFONE RJ-11, VOLUME MENSAL DE 8000 PAGINAS, COM VOLTAGEM 110	UNID.	30	HP	1.672,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
45	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, COPIADORA, DIGITALIZADORA, TELEFAX, A LASER COLORIDA, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 17 PPM PRETO, ATE 4 PPM COLORIDO, CICLO DE TRABALHO ATE 20000 PAGINAS MÊS, PONTO DE CONEXÃO REDE PADRÃO (FAST ETHERNET E WIFI 802.11 B/G/N INTEGRADAS), DIGITALIZADORA BASE PLANA, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS, FORMATOS DE ARQUIVOR ADMITIDOS TIFF, PNG, JPEG, JPEG-2000, PDF, PDF PESQUISAVEL, RTF, TXT. MEMORIA PADRÃO 128 MB.	UNID	07	Samsung C460W	2.649,00	GERREIRO FILHO & CHAVES, CNPJ nº 04.911.902/0001-30
46	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, COPIADORA, DIGITALIZADORA, TELEFAX, A LASER COLORIDA, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 17 PPM PRETO, ATE 4 PPM COLORIDO, CICLO DE TRABALHO ATE 20000 PAGINAS MÊS, PONTO DE CONEXÃO REDE PADRÃO (FAST ETHERNET E WIFI 802.11 B/G/N INTEGRADAS), DIGITALIZADORA BASE PLANA, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS, FORMATOS DE ARQUIVOR ADMITIDOS TIFF, PNG, JPEG, JPEG-2000, PDF, PDF PESQUISAVEL, RTF, TXT. MEMORIA PADRÃO 128 MB.	UND	23	HP	2.640,00	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
47	IMPRESSORAJOTO DE TINTA MULTIFUNCIONAL ECOTANK COM CONETIVIDADE WIRELESS, RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO 5760 X 1440 DPI, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 33 PPM PRETO E 15 PPM EM CORES, CONEXÃO USB 2.0.	UNID	20	Epson	1.115,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
48	INTERFACE USB 3.0 2 PORTAS PCI EXPRESS	UNID.	20	MICROBOM	86,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
49	JOGO DE RODAS RODÍZIO GIRATÓRIO (4 RODAS)	UNID	1	RD Telecom	219,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
50	KIT DE FIXAÇÃO (PARAFUSO + PORCA GAIOLA)	UNID	160	Kit Parafuso	0,54	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
51	KIT LOCALIZADOR DE CABOS (EMISSOR + RECEPTOR)	UNID	5	Spartec	122,54	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
52	KVM USB COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: PADRÃO 19”, CONEXÃO AOS MICROS DE TECLADOS E MOUSE USB, COM SUPORTE A 4 MICRO COMPUTADORES, COM 4 CABOS ORIGINAIS	UNID	02	COMTAC	304,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
53	LEITOR DE CODIGO DE BARRAS, USB, 13CM LASER COMPATIVEL COM BOLETOS E NFE-E	UNID	10	Datamax	187,00	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME,

						CNPJ nº 21.445.783/0001-97
54	MEMÓRIA DDR 2 667(5300) 2 GB	UNID	20	Kingston	100,00	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
55	MEMORIA DDR3 1333 (10600) 4 GB	UNID.	30	MARKVISION	108,16	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
56	MICRO COMPUTADOR DE MESA COM PROCESSADOR IGUAL OU SUPERIOR I7 VELOCIDADE 3.4 GHZ, MEMORIA 4GB, DISCO RIGIDO HD 1TB COM 6 PORTAS DE USB, LEITOR E GRAVADOR DE DVD, TECLADO, MOUSE E CAIXA DE SOM	UNID.	14	NTC	2.890,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
57	MICRO COMPUTADOR DE MESA COM PROCESSADOR IGUAL OU SUPERIOR I7 VELOCIDADE 3.4 GHZ, MEMORIA 4GB, DISCO RIGIDO HD 1TB COM 6 PORTAS DE USB, LEITOR E GRAVADOR DE DVD, TECLADO, MOUSE E CAIXA DE SOM	UNID	86	NTC	2.890,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
58	MÓDULO DE MEMÓRIA DDR2 – CAPACIDADE DO MODULO: 2 GB OU SUPERIOR TIPO: DDR2 – SODIMM, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 1,8V, PINAGEM: 200 PINOS, FREQUENCIA DE BARRAMENTO: 800 MHZ CL6	UNID	100	Kingston	133,00	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
59	MÓDULO DE MEMÓRIA DDR3 – 2GB OU SUPERIOR, PC3 – 10600 (1333MHZ) CL = 9, QUANTIDADE DE PINOS: 240, ALTURA DO MODULO: 30 MM, TEMPERATURA E OPERAÇÃO: A A 85 °C, TIPO DE BURST: INTERLEAVE E SEQUENCIAL, VOLTAGEM DE OPERAÇÃO 1,5 VOLTS.	UNID	50	Kingston	96,00	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
60	MONITOR DE 19,5” LED BIVOLT WIDESCREEN COM GARANTIA DE 12 MESES	UNID	50	LG	429,00	GERREIRO FILHO & CHAVES, CNPJ nº 04.911.902/0001-30
61	MONITOR DE LED 18” BIVOLT WIDESCREEN COM GARANTIA DE 12 MESES	UNID.	50	AOC	399,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
62	MONITOR DE LED DE 23” POLEGADAS WIDESCREEN C, RESOLUÇÃO 1920 X 1080 @60HZ FULL HD, CONEXÃO ANALOGICA (RGB), HDMI, HDMI MHL BIVOLT	UNID.	50	LG	790,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
63	MOUSE OPTICO USB; COM SENSOR OPTICO DE ALTA PRECISÃO- 800 DPI OU SUPERIOR, COM 2 BOTÕES E 1 CENTRAL COM FUNÇÃO SCROLL MECANICA, MOVIDA PELA ROLAGEM DO BOTÃO E AUTOMATICO, MOVIDA PELO SENSOR OPTICO DO MOUSE	UNID.	250	HARDLINE	7,95	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
64	GABINETE DESKTOP COM CAPACIDADE DE DOIS HDS DE 3,5” , 2X 2TB, COM INTERFACE DE REDE E USB	UNID.	01	PIXXO	960,44	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
65	NETWORK STORAGE DESKTOP COMPACTO FATOR DE FORMA CPU MARVELL 6282 A 1.6 GHZ COM 256 MB DDR3 DRAM 2 UNIDADES DE DISCOS RIGIDOS SATA II EASY SWAP DE 3,5 POLEGADAS RAID I JBOD 1 X PORTA ETHERNET RJ 45 10/100/1000 MBPS (GBE) PADRES LAN: IEEE 802.3, IEEE 802.3U 1 PORTA USB 2.0 (PARA CONECTAR HDDS EXTERNOS, UPSS, DOUNGLES BLUETOOTH) TENSÃO CA 100 240 VCA CONSUMO DE ENERGIA 5 WHATS (MIN) 19 WHATS (MAX) RUIDO ACUSTICO MAXIMO DE 28 DBA CAPACIDADE INTERNA DE 4 TB SENDO 2X2TB SATA II GARANTIA DO FRABRICANTE DE NO MINIMO 12 MESES	UNID	3	Lenovo	3.152,11	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
66	NOBREAK 1,5 KVA SMART OU UOS SENOIDAL INTERATIVO MONOVOLT 230 V RACK 1U GARANTIA DE 24 MESES	UNID	10	NHS	2.339,00	GERREIRO FILHO & CHAVES, CNPJ nº 04.911.902/0001-30
67	NOBREAK 3 KVA SMART OU UPS SENOIDAL INTERATIVO MONO 230V 3000 V/ 2700W RACK 2U GARANTIA 24 MESES	UNID.	5	APC	3.900,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
68	NOBREAK 6 KVA SMART UPS ON LINE SENOIDAL DUPLA CONVERSÃO 208V / 240V BIFÁSIVO 2F +N+ T, RACK 3U, KIT DE TRILHOS ENTRADA PARA EXPANSÃO DE BATERIA SURT 192XLBP, GARANTIA DE 24 MESES	UNID	3	APC	9.626,34	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
69	NOBREAK 800 VA BATERIA INTERNA 12 VDC/7AH, TENSÃO DE OPERAÇÃO: 175V, TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA BIVOLT 115/127/220 V (AUTOMATICA),4 OU MAIS TOMADAS PADRÃO NBR 14136, COLLER PARA VENTILAÇÃO	UNID	100	Energylux	355,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
70	NOTEBOOK, TELA MÍNIMA DE 14 POLEGADAS, PROCESSADOR IGUAL OU SUPERIOR A INTEL CORE I7, MEMÓRIA PADRÃO DDR3 NO MINIMO 2 SLOTS DE, CAPACIDADE MINIMA DA MEMORIA 4 GB, HD 1 TB, REDE RJ 45 10/100 ETHERNET, TECLADO PADRÃO ABNT COM TECLADO NUMERIC, CONEXÃO 2X USB 3.0, 1X USB 2.0; 1 PORTA HDMI; 1 PORTA RJ – 45, UMCONECTOR COMBO PARA MICROFONE E PARA FONE DE OUVIDO, AUTO FALANTES ESTÉREO, WIRELESS E BLUETOOH, BIVOLT.	UNID	10	ACER	**3.679,00**	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
71	PATCH CORD CAT. 5E 1,5M 1º LINHA	**UNID.**	**250**	**HARDLINE**	**3,94**	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
72	PATCH CORD CAT. 5E 10M 1º LINHA	UNID.	100	LEADERSHIP	16,55	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135

73	PATCH CORD CAT. 5E 3M 1º LINHA	UNID.	100	HARDLINE	5,68	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
74	PATCH PANEL 24 PORTAS CAT 5E 19 POL 1º LINHA	UNID	05	MULTITOC	110,50	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
75	PEN DRIVE CAPACIDADE 32 GB USB 3.0	UNID	15	Sandisk	65,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
76	PEN DRIVE CAPACIDADE 16 GB USB 2.0	UNID	50	Multilaser	23,58	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
77	PEN DRIVE CAPACIDADE 64 GB USB 3.0	UNID.	15	SANDISK	106,81	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
78	PEN DRIVE CAPACIDADE 8 GB USB 2.0	UNID	50	Multilaser	17,00	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
79	PLACA DE REDE PADRÃO PCI 10/100/1000 GENERICA	UNID	80	Vinik	34,90	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
80	PLACA DE REDE PADRÃO PCI EXPRESS 10/100/1000 GENERICA	UNID	50	D-Link	37,04	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
81	PLACA DE REDE WIFI 2.4 GHZ PADRAO B/G/N INTERFACE PCI	UNID	90	TP-LINK	62,76	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
82	PROJETOR DE MESA CUJA CARACTERÍSTICA SEJA IGUAL OU SUPERIOR A RESOLUÇÃO XGA (1024 X 768 PIXELS), LUMINOSIDADE MÍNIMA 3500 LUMENS, LENTE DE PROJETÇÃO: ZOOM ÓPTICO/ FOCO MANUAL – ZOOM: 1,0-1,2	UNID	5	Epson	2.600,00	GERREIRO FILHO & CHAVES, CNPJ nº 04.911.902/0001-30
83	RACK PADRÃO 16”, FECHADO (PISO) 40U X 1000MM	UNID.	02	RD TELECOM	2.015,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
84	REGUA DE 8 TOMADAS 19” NBR14136:2002 COM DISJUNTOR	UNID.	30	RCE	35,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
85	RÉGUA DE TOMADAS, 8 TOMADAS, COM DISJUNTOR, PADRÃO 19", NBR14136	UNID	2	RCG	37,50	GERREIRO FILHO & CHAVES, CNPJ nº 04.911.902/0001-30
86	ROTEADOR WIRELESS PADRÃO B/G/N 2.4 GHZ ANTENA REMOVIVEL	UNID	60	Maxprint	78,00	GERREIRO FILHO & CHAVES, CNPJ nº 04.911.902/0001-30
87	ROTEADOR WIRELLES PADRÃO B/G/N 300 MBITS 2.4 GHZ ANTENA REMOVIVEL	UNID.	50	MULTILASER	100,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
89	ROTULADORELETRONICO PORTATIL RESOLUÇÃO DE 230 DPI –IMPRESSAO DE DATA E HORA – 01 FONTE 06 TAMANHOS DE LETRAS – 09 ESTILOS DE LETRAS E 71 SIMBOLOS EMBUTIDOS NA MEMORIA – REPETIÇÃO DE IMPRESSÃO DE 1 A 9 – IMPRESSÕES VERTICAL – INCLUI UMA FITA INICIAL DE 4 METROS – IMPRIME EM FITAS DE LARGURA 9MM E 12 MM – ALTURA MAXIMA DE IMPRESSÃO : 7MM – PERMITE IMPRESSAO EM 02 LINHAS – CORTADOR MANUAL – UTILIZA 04 PILHAS “AAA” (NÃO INCLUSAS) IMPRIMI EM DIVERSOS TIPOS DE ESTILOS, SIMBOLOS DIMENSÕES APROXIMADAS: 17,2X10X5,8CM E MOLDURAS; PESO APROXIMADO: 271GR GARANTIA DE 12 MESES.	UNID	10	Brother	180,00	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
90	SCANNER, SIMPLEX (FRENTE) E DUPLEX (FRENTE E VERSO), ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (AAD) COM REALIMENTAÇÃO CONTÍNUA; CAPACIDADE DO AAD: 50 FOLHAS (CARTAIA4, 80 GIM2), TAMANHO DE DOCUMENTO: MÍNIMO NO AAD (50,8 MM X 50,8 MM); MÁXIMO NO AAD (216 MM X 356 MM), SUPORTA DOCUMENTOS ONGOS DE ATÉ 216 MM X 863 MM, SUPORTA DOCUMENTOS DE TAMANHO A31, FORMATOS AUTOMÁTICOS DE SAÍDA: PDF, PDF PESQUISÁVEL E JPEG, OPTICAL CHARACTER RECOGNITION (OCR): SUPORTE EM PORTUGUÊS (BRASIL), NOS FORMATOS DE SAÍDA DOC, XLS E PPT, GRAMATURA DO PAPEL: DE 52 ATÉ 127 GIM2, INTERFACE: USB 2. 0, DRIVER: (WINDOWS® 2000 I WINDOWS® XP I WINDOWS® AUTO DESKEW (ALINHAMENTO AUTOMÁTICO DA IMAGEM),AUTO ORIENTATION (ORIENTAÇÃO AUTOMÁTICA DA IMAGEM BASEADA NO CONTEÚDO), INTELLIGENT AUTO COLOR DETECTION (DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE COLORIDO, ESCALA DE CINZA OU PRETO E BRANCO), AUTOMATIC RESOLUTION FUNCTION (DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE RESOLUÇÃO),INTELLIGENTPAPER FEED DETECTION (DETECÇÃO INTELIGENTE DE MÚLTIPLA ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE SENSOR ULTRA- SÔNICO), AUTO SIZE DETECTION (DETECÇÃO AUTOMÁTICA DO TAMANHO DO DOCUMEN-	UNID	15	Epson	2.800,00	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84

	TO), BLANK PAGE DETECTION (DETECÇÃO E REMOÇÃO AUTOMÁTICA DE IMAGENS EM BRANCO), RECURSOS PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ATÉ A3, ACEITA DOCUMENTOS DE TAMANHOS E GRAMATURAS VARIADAS EM UM MESMO LOTE, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA DE 100 ATÉ 240 V, 50 I 60 HZ, EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO ENERGY STAR® E ROHS, ACOMPANHA CABO USB, CABO DE FORÇA, FONTE EXTERNA, MÍDIAS DE INSTALAÇÃO (DVDS) E TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, MANUAL COMPLETO EM PORTUGUÊS (BRASIL).					
91	SERVIDOR AUXILIAR - GABINETE RACK PADRÃO 19", 1 OU 2U DE ALTURA, FONTE DE ALIMENTAÇÃO 600 WATTS REAIS, 110/220 VAC, 60 HZ, CABO DE FORÇA COM PLUGUE DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO PREFERENCIALMENTE NBR 14136; DOIS PROCESSADORES DE QUATRO NÚCLEOS OU SUPERIOR, BARRAMENTO 1333MHZ OU SUPERIOR, CACHE: 10MB OU SUPERIOR, CLOCK: 2.1GHZ OU SUPERIOR; CONTROLADORA COM SUPORTE A RAID 0, 1, 5 E 10, SUPORTE A 6 GBIT/S, SUPORTE MÍNIMO A 4 UNIDADES SAS, 5X HD 500 GB SATA, 7.200 RPM, 6 GBIT/S, OU SUPERIOR, COM 1GB CACHE COM BATERIA, PLACA MÃE COM SUPORTE PREFERENCIALMENTE A 1 SLOT PCI-EXPRESS 16X, 1 SLOT PCI-EXPRESS 16X , 2 INTERFACES DE REDE 10/100/1000, MEMÓRIA: 16GB DDR3 1333 OU SUPERIOR, BARRAMENTO DA MEMÓRIA: DDR3 1333 MHZ(PC3-10600) OU SUPERIOR, DRIVE DVD/RW SATA, , SEM TECLADO, SEM MOUSE; SEM MONITOR; SEM SISTEMA OPERACIONAL;	UNID	2	Fracassado		
92	SERVIDOR DE DADOS - GABINETE RACK PADRÃO 19", 1 OU 2U DE ALTURA, 2 X FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE 600 WATTS REAIS, 110/220 VAC, 60 HZ, CABO DE FORÇA COM PLUGUE DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO PREFERENCIALMENTE NBR 14136; DOIS PROCESSADORES DE SEIS NÚCLEOS OU SUPERIOR, BARRAMENTO 1333MHZ OU SUPERIOR, CACHE: 15MB OU SUPERIOR, CLOCK: 2.4GHZ OU SUPERIOR; CONTROLADORA COM SUPORTE A RAID 0, 1, 5 E 10, SUPORTE A 6 GBIT/S, SUPORTE MÍNIMO A 4 UNIDADES SAS, 5X HD 600 GB SAS, 15.000 RPM, 6 GBIT/S, OU SUPERIOR, COM 1GB CACHE COM BATERIA, PLACA MÃE COM SUPORTE PREFERENCIALMENTE A 1 SLOT PCI-EXPRESS 16X, 1 SLOT PCI-EXPRESS 16X , 2 INTERFACES DE REDE 10/100/1000, MEMÓRIA: 16GB DDR3 1333 OU SUPERIOR, BARRAMENTO DA MEMÓRIA: DDR3 1333 MHZ(PC3-10600) OU SUPERIOR, DRIVE DVD/RW SATA, SEM TECLADO, SEM MOUSE; SEM MONITOR; SEM SISTEMA OPERACIONAL;	UNID	2	FRACASSADO		
93	SWITCH 24 PORTAS 10/100 PADRÃO 19" GENERICO	UNID	30	D-LINK	200,37	ALINE FONSECA DE CAMPOS ME CNPJ nº 16.804.120/0001-81
94	SWITCH 48 PORTAS 10/100/1000. PADRAO 19" GERENCIAVEL LAYER 2	UNID	3	D- LINK	2.555,39	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
95	TABLET 7 POLEGADAS NO MÍNIMO, TOUCHSCREEN, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID MÍNIMO 4.2 OU SUPERIOR, RESOLUÇÃO 1280X800, CONEXÃO WI-FI 802.11 A/B/G/N, FUNÇÃO GPS, FUNÇÃO GSM QUAD-BAND, LEITOR MULTIMIDIA, POSSIBILITA VIDEOCONFERÊNCIA, CONEXÃO BLETOOTH MÍNIMO 3.0, MEMÓRIA INTERNA DE NO MÍNIMO 16 GB, POSSIBILITA EXPANSÃO DE MEMÓRIA ATE 32 GB ATRAVÉS DE MICRO SD, CAMERA DE NO MÍNIMO 5 MEGAPIXELS, POSSIBILITA TIRAR FOTOS COM RESOLUÇÃO DE 1920X1080 PIXELS, PESOMÁXIMO DE 400 GRAMAS, PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 1.6 GHZ DUASL – CORE, CICRO USB 2.0, GARANTIA DE 12 MESES	UNID	20	Samsung	916,00	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
96	TABLET DE 9 POLEGADAS NO MÍNIMO, 802,11 B/G/N 1.4, ANDROID 4.0 OU SUPERIOR, RESOLUÇÃO 800 X 800, CONECTOR USB 2.0 PELO MENOS UM CONECTOR, PROCESSADOR DUAS CORE 1,5 NO MÍNIMO 3G EMBUTIDO, CAMERA TRASEIRA, BATERIA DE NO MÍNIMO 5000MAH, GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO 1280X720(HD), GARANTIA DE 12 MESES	UNID	20	Samsung	1.235,00	CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP, CNPJ nº 10.199.390/0001-24
97	TABLET TELA DE NO MÍNIMO 10" MEMÓRIA INTERNA 16 GB, 3G, WIFI, CÂMERA MÍNIMO 8 MEGA PIXEL, PROCESSADOR EQUIVALENTE OU SUPERIOR A PROCESSADOR CORTEX- A15 QUAD-CORE 1.9	UNID	30	Samsung	1.610,88	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
98	TAMPA CEGA PARA RACK 19" 1U	UNID	6	Fibracem	7,76	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
99	TAMPA CEGA PARA RACK 19" 2U	UNID	15	Fibracem	11,16	LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 22.328.534-0001/84
100	TECLADO ABNT USB – CONEXÃO USB, PADRÃO PORTUGUES BRAZIL ABNT2, INSCIÇÕES GRAVADAS A LASER- TECLAS ALTAS, CICLO DE VIDA: 10 MINHOES DE TOQUES	UNID.	250	PC TOP	20,54	DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CNPJ nº 19.707.627/0001-05
101	TELA PROJEÇÃO RETRATIL, PODENDO SER FIXADA NA PAREDE OU TETO, ESTRUTURA EM ALUMINIO 200X200CM	UNID.	08	NARDELLI	481,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135
102	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA MULTIUSO USB/FM 10 WRMS C/ CONTROLE – POSSUIU LEITOR DE USB/SD, CONTROLE REMOTO E RADIO FM O QUE POSSIVILITA DIVERSAS APLICAÇÕES. COM UM ALTO FALANTE DE 8 POLEGADAS E UM DRIVER PARA OS AGUDOS ELA PROPORCIONA UMA POTENCIA DE 10 WEMS, PRODUTO RESISTENTE E COM OTIMO ACABAMENTOO CONTROLE DE GRAVES E AGUDOS PERMITE AJUSTAR P SOM A SEU GOSTO. DISPLAY DIGITAL AJUDA A SINTONIZARA RADIO E CONTROLAR AS MUSICAS QUANDO NA FUNÇÃO MP3, POSSUI PROTEÇÃO CONTRA DISTORÇÃO ACUSTICA. (COMEÇA A CORTAR A MUSICA QUANDO ACIMAS DO MAXIMO VOLUME).	UNID.	10	HAYONIK	819,00	EXTREME COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA, CNPJ: 08528777000135

	ESPECIFICAÇÕES: ENTRADA USB PARA LEITURA DAS MUSICAS MP3 DIRETO DO PEN DRIVE. ENTRADA SD (CARTÃO MEMORIA) PARA LEITURA DAS MUSICAS MP3 DIRETO DO CARTÃO. SINTONIAS DE RADIOS FM INTEGRADA NA CAIXA. CONTROLE REMOTO. DISPLAY DIGITAL (INDICA SINTONIA DA RADIO E NUMERO DE MUSICA MP3) 1 ENTRADA PARA MICROFONE 1 ENTRADA AUXILIAR 1 SAIDA AUXILIAR CONTROLE DE VOLUMES INDIVIDUAIS E GERAL. CONTROLE EQUALIZADOR DE GRAVES E AGUDOS. BIVOLT 110/220V. POTENCIA DE 100 WRMS 2 VIAS COM ALTO FALANTE DE 8” PROTEÇÃO CONTRA DISTORÇÃO ACUSTICA (COMEÇA A CORTAR A MUSICA QUANDO ACIMA DO MAXIMO DO VOLUME) ITENS INCLUSOS 1 CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 100 WRMS 1CONTROLE REMOTO 1 MANUAL DE INSTRUÇOES					
103	Aparelho Telefônico com fio	UND	15	Elgin	39,00	ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME, CNPJ nº 21.445.783/0001-97
104	Aparelho Telefônico sem Fio	UND	15	FRACASSADO		

Publique-se e afixe-se.

Vera – MT, 03 de Maio de 2016.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO Nº 001-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **Concurso Publico nº 001-2015**, a comparecerem junto ao Departamento Pessoal, no prazo de 30 dias a partir da data de publicação deste edital, a fim de apresentar toda a documentação exigida conforme disposto no referido edital e tomar posse nos cargos de acordo com a relação abaixo descrita:

N° Inc	Nome Candidato	Cargo Concorrido	Local	Situação
416	FRANCISCO SOARES DO NASCIMENTO	MOTORISTA	PREFEITURA MUNICPAL	8° CLASSIFICADO
383	DEVAIR DE OLIVEIRA SERNA	MOTORISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	9° CLASSIFICADO
97	ROMEU REJANE DE ARAUJO PINTO	MOTORISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	10° CLASSIFICADO

VERA/MT, EM 04 DE MAIO DE 2016

WEBER VIEIRA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO Nº 060/2016, DE 04 DE MAIOL DE 2016.

DECRETO Nº 060/2016, DE 04 DE MAIO DE 2016.

“**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT”.**

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda a **PORTARIA N° 002/2015**, e o item 7 do Edital do Processo Seletivo nº **001/2015 de 08/01/2015.**

Considerando a urgência na convocação dos aprovados no processo seletivo nº 001/2015.

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados para contratação os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a ser contratados deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, **no período das 07:30 hs as 11:30 h, na data de 05 de maio de 2016 a 13 de maio de 2016**, nos dias úteis, para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

i) Título de Eleitor;

j) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio ou expedida por meio do site: http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNe... relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

k) Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

l) Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho;

m) 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

p) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

q) Declaração contendo endereço residencial;

r) Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Declaração de Bens e valores;

t) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

u) Número de Conta Corrente.

Art. 3º. . A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo Contratual, instituído pela Lei Municipal Nº 1.156/2014, de 23 de dezembro de 2014, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO Nº 060/2016

CARGO:	MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (13)	[				
ORDEM	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	MT	NP	PT	RESULTADO
18	ROSENO DA COSTA VILANOVA	00570	5,00	9,00	0,00	7,00
19	VALDINEI FLAUVIANO ORTIZ	00130	4,33	9,60	0,00	6,97

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

AVISO DO PREGÃO Nº 037/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 037/2016 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE BOTIJÃO DE GÁS GLP P-13, AQUISIÇÃO DE BOTIJÃO P13 KG (VASILHAME) E REGULADOR DE PRESSÃO COM MANGUEIRA PARA BOTIJÃO DE GÁS P13.**

CREDENCIAMENTO: **07:30 às 08:00 do dia 17/05/2016.**

INICIO DA SESSÃO: 07:30 do dia **17/05/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 039/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 039/2016 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS RECREATIVOS/LAZER PARA CRIANÇAS.**

CREDENCIAMENTO: **10:00 às 10:30 do dia 17/05/2016.**

INICIO DA SESSÃO: 10:00 do dia **17/05/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 030/2016**, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços com máquina tipo motoniveladora, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **F CESAR DE CARVALHO & CIA LTDA EPP** com proposta no valor global de **R$ 338.400,00** (trezentos e trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 04 de maio de 2016.

ANÉSIO BRAGA ORTENCIO MUNHOZ

Pregoeiro

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 031/2016**, que tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições na modalidade self-service para funcionários em deslocamento a trabalho na cidade de Pontes e Lacerda, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **S. R. PARREIRA - ME**, com proposta no valor global de **R$ 45.920,00** (quarenta e cinco mil e novecentos e vinte reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 04 de maio de 2016.

ANÉSIO BRAGA ORTENCIO MUNHOZ

Pregoeiro

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 032/2016**, que tendo por objeto a aquisição de herbicidas, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **C. ALVARENGA SOUSA COMERCIO**, com proposta no valor global de **R$ 61.215,00** (sessenta e um mil duzentos e quinze reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 04 de maio de 2016.

ANÉSIO BRAGA ORTENCIO MUNHOZ

Pregoeiro

AVISO DO PREGÃO Nº 038/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 038/2016 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONFECÇÃO E ARMARINHO PARA OFICINAS DOS PROGRAMAS SOCIAIS DESTA MUNICIPALIDADE.**

CREDENCIAMENTO: **09:00 às 09:30 do dia 17/05/2016.**

INICIO DA SESSÃO: 09:00 do dia **17/05/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2016 VILA RICA MT, 03 DE MAIO DE 2.016

O Sr.º Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 002/2015, a comparecem, nos termos do Item 9 do edital, no prazo máximo de 05 **(cinco) dias** uteis na Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital e no item 9. 4 do edital do Processo Seletivo nº 002/2015, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nome
NÁGILA ARAÚJO SILVA

Luciano Marcos Alencar

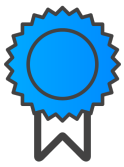
Prefeito Municipal

Anexo I

Documentação exigida,

Ø Cédula de Identidade; Ø Certidão de Casamento ou Nascimento; Ø Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); Ø Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Ø Cartão do PIS/PASEP; Ø Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados Ø Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse; Ø Título de Eleitor; Ø Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Ø CPF dos dependentes; Ø CPF do Pai e Mãe (vivos); Ø Declaração negativa de acumulo de cargo publico; Ø Declaração contendo endereço residencial; Ø Declaração de Bens: Ø Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico Ø Declaração de que não é aposentado por invalidez; Ø Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital; Ø Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função; Ø Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. Ø Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **(Drº Silvio C. C. Rogowski- Av. Perimetral Sul nº 415 – Vila Rica Fone: (66) 3554-1609)** Ø Conta corrente no Banco do Brasil S/A; Ø Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Ø Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed May 04 22:31:13 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)